



ESTADO DO MARANHÃO

DIÁRIO DA JUSTIÇA



PODER JUDICIÁRIO

ANO CI Nº 219 SÃO LUÍS, TERÇA-FEIRA, 13 DE NOVEMBRO DE 2007 EDIÇÃO DE HOJE: 196 PÁGINAS

SUMÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Coordenadoria de Jurisprudência e Publicações	01
Coordenadoria Judiciária Cível	09
Coordenadoria Judiciária Criminal	23
Coordenadoria do Plenário e das Câmaras Reunidas	28
Presidência	30
Secretaria	31
Turma Recursal Cível e Criminal	34
Comarcas, Cartórios e Varas	
Comarca da Capital	
Cível e Comércio	
Primeira Vara	68
Terceira Vara	69
Criminal	
Quarta Vara	76
Décima Vara	76
Família	
Terceira Vara	77
Quinta Vara	81
Sexta Vara	83
Sétima Vara	85
Fazenda e Saúde Públicas	
Quinta Vara	85
Infância e Juventude	
Primeira Vara	85
Vara de Interdição, Sucessão e Alvará	87
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO	113
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL	155
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 1ª REGIÃO	
Seção Judiciária do Maranhão	156
MINISTÉRIO PÚBLICO	
Procuradoria Geral de Justiça	167
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO	171

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Coordenadoria de Jurisprudência e Publicações

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

SESSÃO DO DIA 14 DE AGOSTO DE 2007

HABEAS CORPUS Nº 6279-2007 – SÃO LUÍS-MA

PACIENTE: ISMAEL COSTA E SILVA

IMPETRANTE: ADILSON SANTANA PERDIGÃO

RELATOR: DESEMBARGADOR ANTONIO FERNANDO BAYMA ARAUJO

ACÓRDÃO Nº 67.961/2007

EMENTA: Penal. Processual. Habeas Corpus. Júri. Julgamento. Excesso de prazo. Data. Designação. Prejudicialidade. Imposição.

I – Fincada a impetração em ilegal coação, ao argumento de excesso de prazo na determinação de data para julgamento perante o Tribunal do Júri, quando já designada, perecido que se ter o objeto perseguido e, porquanto isso, à ordem, a prejudicialidade que se lhe impor.

II – Ordem prejudicada. Unanimidade.

DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores, à unanimidade e de acordo com o parecer ministerial, a ordem, se lhe julgar prejudicada, nos termos do voto do relator.

(...) Isto posto e de acordo com o parecer da d. Procuradoria Geral de Justiça, hei por bem, a ordem, se lhe julgar prejudicada, nos termos acima declinados. (...)

Des. ANTONIO FERNANDO BAYMA ARAUJO - PRESIDENTE e RELATOR

COORDENADORIA DE JURISPRUDÊNCIA E PUBLICAÇÕES, EM SÃO LUÍS, 09 DE NOVEMBRO DE 2007.

CONCEIÇÃO DE MARIA PEREIRA NOGUEIRA DA CRUZ
COORDENADORA DE JURISPRUDÊNCIA E PUBLICAÇÕES. TJ/MA

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

SESSÃO DO DIA 14 DE AGOSTO DE 2007

HABEAS CORPUS Nº 007322-2007 – CURURUPU-MA

PACIENTE: JOSÉ MARTINS MONDEGO

IMPETRANTE: JOSÉ JÁMENES RIBEIRO CALADO

RELATOR: DESEMBARGADOR ANTONIO FERNANDO BAYMA

ARAUJO

ACÓRDÃO Nº 67.971/2007

EMENTA: Habeas corpus. Homicídio qualificado. Prisão preventiva. Justa causa. Persistência. Réu foragido. Aplicação da lei penal. Asseguramento. Ilegal constrangimento. Inconfiguração. Denegação. Imperatividade. ***Co-réu em liberdade. Circunstância pessoal. Extensibilidade. Impossibilidade.

I – Evidenciado que a perdurar os motivos arrimativos da decretada preventiva, consubstanciados, especialmente, na necessidade de assegurar a aplicação da lei penal, ante a condição de agente foragido, justificado o manutention do ergástulo.

II – Ainda que mediante concurso de agentes, perpetrado o delito, não extensível aos demais, a liberdade concedida a um dos co-réus, ao firme de motivos de ordem subjetiva.

III – Ordem denegada. Unanimidade.

DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores, à unanimidade e de acordo com o parecer ministerial, em denegar a ordem, nos termos do voto do relator.

(...) Isto posto e de acordo com o parecer ministerial, hei por bem, a ordem, se lhe denegar, nos termos acima declinados. (...)

Des. ANTONIO FERNANDO BAYMA ARAUJO - PRESIDENTE e RELATOR

COORDENADORIA DE JURISPRUDÊNCIA E PUBLICAÇÕES, EM SÃO LUÍS, 09 DE NOVEMBRO DE 2007.

CONCEIÇÃO DE MARIA PEREIRA NOGUEIRA DA CRUZ
COORDENADORA DE JURISPRUDÊNCIA E PUBLICAÇÕES. TJ/MA

PRIMEIRA CAMARA CRIMINAL

SESSÃO DO DIA 14 DE AGOSTO DE 2007

HABEAS CORPUS Nº 8861-2007 – TURIAÇU-MA

PACIENTE: RAIMUNDO ADAILSON DA SILVA CARDOSO

IMPETRANTE: JOSÉ ALBERTO SANTOS PENHA

RELATOR: DESEMBARGADOR ANTONIO FERNANDO BAYMA

ARAUJO

ACÓRDÃO Nº 67.973/2007

EMENTA: Habeas Corpus. Crime de incêndio com incidência de causa de aumento de pena. Denúncia. Inépcia. Inocorrência. ***Ausência de justa causa. Indemonstração. Culpabilidade e tipicidade da conduta. Ação Penal. Trancamento. Exame aprofundado de provas. Demanda. Inadmissibilidade. Não conhecimento. Imposição.

I – Eventual inépcia da denúncia só há que acolhida se irretorquivelmente demonstrada a inconformidade com o art. 41, do Código de Processo Penal, como que, inequívoca deficiência a impedir a compreensão da acusação, em flagrante prejuízo à defesa, ou, ainda, ante a ocorrência de qualquer das hipóteses insertas no art. 43, do referido Diploma.

II – De outro modo, somente passível de trancamento, a ação penal, por falta de justa causa para sua propositura, quando constatada, prima facie, a atipicidade da conduta, a incidência de causa excludente de culpabilidade, bem como a ausência de indícios de autoria ou de prova da materialidade delitiva, de modo que incabível o manuseio da via heróica, ao visto da análise de matéria em que exigido aprofundado exame de provas.



III – Ordem denegada quanto ao fundamento de inépcia da denúncia e não conhecida em relação à argumentação de ausência de justa causa para instauração da ação penal. Unanimidade.

DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores, à unanimidade e de acordo com o parecer da Procuradoria Geral de Justiça, complementado em banca, em denegar a ordem no concernente à alegação de inépcia da denúncia e, dela, não conhecer, no respeitante ao argumento de ausência de justa causa para propositura da ação penal, nos termos do voto do relator.

(...) Isto posto e de acordo com o parecer da douta Procuradoria Geral de Justiça, complementado em banca, hei por bem denegar a pretendida ordem no concernente à alegativa de inépcia da denúncia, e, dela, não conhecer quanto ao argumento de ausência de justa causa para instauração da instância criminal. (...)

Des. ANTONIO FERNANDO BAYMA ARAUJO - PRESIDENTE e RELATOR

COORDENADORIA DE JURISPRUDÊNCIA E PUBLICAÇÕES, EM SÃO LUÍS, 09 DE NOVEMBRO DE 2007.

CONCEIÇÃO DE MARIA PEREIRA NOGUEIRA DA CRUZ
COORDENADORA DE JURISPRUDÊNCIA E PUBLICAÇÕES. TJ/MA

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

SESSÃO DO DIA 14 DE AGOSTO DE 2007

HABEAS CORPUS Nº 13438-2007 – SÃO LUIS-MA

PACIENTE: MANOEL AUGUSTO NASCIMENTO SILVA GAMA
IMPETRANTE: ÍTALO GUSTAVO LEITE

RELATOR: DESEMBARGADOR ANTONIO FERNANDO BAYMA ARAUJO

ACÓRDÃO Nº 67.975/2007

EMENTA: Penal. Processual. Habeas Corpus. Negativa de autoria. Exame aprofundado. Via inadequada. ***Inquérito policial. Nulidade. Inconfiguração. ***Roubo circunstanciado. Quadrilha. Porte de arma. Procedimentos distintos. Bis in idem. Inocorrência. ***Preventiva. Requisitos. Demonstração. Desconstituição. Impossibilidade.

I – Inadequado o manuseio do habeas corpus a analisar questão comprovadamente demandativa de aprofundado exame de prova.

II – Não há falar-se em nulidade de inquérito policial, se escorreitamente observadas as regras inerentes à sua feitura.

III – Inconfigurativo de bis in idem, o fato de responder o agente por porte (ou posse) de arma de uso restrito, quando, em dias atrás, praticado roubo em concurso com quadrilha, haja vista diversos os momentos consumativos e inexistente elo entre as condutas.

IV – Denotando o acervo que a responder o agente, por outros delitos, inquestionavelmente que configurada ameaça à garantia da ordem pública.

V – Ordem a que não se conhece no concernente à tese fulcrada na não participação delitiva, e, denegada, quanto às demais. Unanimidade.

DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores, à unanimidade e de acordo com o parecer ministerial, adequado em banca, da ordem, não se lhe conhecer, no concernente à tese de não participação delitiva, e, denegar, em relação às demais, nos termos do voto do relator.

(...) Isto posto e de acordo com o parecer ministerial, adequado em banca, hei por bem, da ordem, não se lhe conhecer, quanto à alegação de inconfiguração de participação delitiva, e, de outra parte, no respeitante às demais aduções, se lhe denegar, nos termos acima declinados. (...)

Des. ANTONIO FERNANDO BAYMA ARAUJO - PRESIDENTE e RELATOR

COORDENADORIA DE JURISPRUDÊNCIA E PUBLICAÇÕES, EM SÃO LUÍS, 09 DE NOVEMBRO DE 2007.

CONCEIÇÃO DE MARIA PEREIRA NOGUEIRA DA CRUZ
COORDENADORA DE JURISPRUDÊNCIA E PUBLICAÇÕES. TJ/MA

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

SESSÃO DO DIA 14 DE AGOSTO DE 2007

HABEAS CORPUS Nº 010264-2007 – IMPERATRIZ-MA

PACIENTE: JOÃO BATISTA ALVES GUIDA LIMA

IMPETRANTE: GIL WANDISLEY C. MILHOMEM e OZIEL VIEIRADA SILVA

RELATOR: DESEMBARGADOR ANTONIO FERNANDO BAYMA ARAUJO

ACÓRDÃO Nº 67.981/2007

EMENTA: Penal. Processual. Habeas Corpus. Quadrilha. Recepção. Posse de arma. Agente. Maus antecedentes e acentuada periculosidade. Evidência. Prisão cautelar. Garantia da ordem pública. Necessidade. ***Liberdade concedida a co-réu. Motivos de caráter exclusivamente pessoal. Extensão. Impossibilidade ***Formação da culpa. Excesso de prazo. Pluralidade de réus e testemunhas. Carta Precatória. Expedição. Procedimento. Complexidade. Elastério. Justificação. Ilegal constrangimento. Inconfiguração.

I – Se, do circunstancial, a se avistar que a responder a outros procedimentos, o réu-paciente e, porquanto isso, portador de maus antecedentes e elevada periculosidade, de se vislumbrar que presente pressuposto autorizativo da preventiva, como que, o da necessidade de garantia da ordem pública, constitutivo de condão suficiente e capaz de destituir a alegada ilegalidade na manutenção da custódia cautelar.

II – Quando fundada em motivos de caráter exclusivamente pessoal, liberdade concedida a um dos co-réus, impossibilitativa, pois, a extensividade de que trata o art. 580, do Código de Processo Penal, notadamente quando, ao paciente, se lhe recaintes maus antecedentes e periculosidade acentuada.

III – A outro enfoque, complexo o procedimento, ante a pluralidade de réus e testemunhas e a necessidade de expedição de Carta Precatória, plenamente justificável o elastério temporal, e descabida, portanto, a atacada ilegal coação fundada em excesso de prazo na formação da culpa, especialmente, se, a isso, aliado o fato de presente requisito autorizativo da segregação preventiva.

IV – Ordem denegada. Unanimidade.

DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores, à unanimidade e de acordo com o parecer ministerial, em denegar a ordem, nos termos do voto do relator.

(...) Isto posto e de acordo com o parecer ministerial, hei por bem, a ordem, se lhe denegar, pelos fundamentos anteriormente declinados. (...)

Des. ANTONIO FERNANDO BAYMA ARAUJO - PRESIDENTE e RELATOR

COORDENADORIA DE JURISPRUDÊNCIA E PUBLICAÇÕES, EM SÃO LUÍS, 09 DE NOVEMBRO DE 2007.

CONCEIÇÃO DE MARIA PEREIRA NOGUEIRA DA CRUZ
COORDENADORA DE JURISPRUDÊNCIA E PUBLICAÇÕES. TJ/MA

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

SESSÃO DO DIA 21 DE AGOSTO DE 2007

HABEAS CORPUS Nº 12877-2007 – JOÃO LISBOA-MA

PACIENTE: PEDRO FAUSTINO DA SILVA

IMPETRANTE: ANTONIO NERES DE JESUS E SOUZA

RELATOR: DESEMBARGADOR ANTONIO FERNANDO BAYMA ARAUJO

ACÓRDÃO Nº 68.093/2007

EMENTA: Habeas Corpus. Latrocínio. Conveniência da instrução e asseguração de aplicação da lei penal. Demonstração. Excesso de prazo. Inocuidade. Ilegal constrangimento. Inconfiguração.

I – Se ainda perdurantes os pressupostos autorizativos da preventiva, como que, a conveniência da instrução criminal e a necessidade de asseguração da aplicação da lei penal, desconstituído que se ter o sustento de ilegal constrangimento ao fulcro de excesso de prazo.

II – Não constitutivo de condão capaz de suplantar o ato constricional, o simples fato de que detentor o paciente, de primariedade, bons antecedentes, residência fixa e trabalho definido, notadamente se presentes elementos outros a recomendar a manutenção da medida. Precedentes.

III - Ordem denegada. Unanimidade.

DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores, à unanimidade e de acordo com o parecer ministerial, em denegar a ordem, nos termos do voto do relator.

(...) Isto posto e de acordo com o parecer ministerial, ao inquestionável argumento de que inconfigurado o ilegal constrangimento, a ordem, hei por bem, se lhe denegar. (...)

Des. ANTONIO FERNANDO BAYMA ARAUJO - PRESIDENTE e RELATOR

COORDENADORIA DE JURISPRUDÊNCIA E PUBLICAÇÕES, EM SÃO LUÍS, 09 DE NOVEMBRO DE 2007.

CONCEIÇÃO DE MARIA PEREIRA NOGUEIRA DA CRUZ
COORDENADORA DE JURISPRUDÊNCIA E PUBLICAÇÕES. TJ/MA

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

SESSÃO DO DIA 11 DE SETEMBRO DE 2007

HABEAS CORPUS Nº 12560-2007 – CAXIAS-MA

PACIENTE: MARCIONÍLIO NUNES

IMPETRANTE: NALDSON LUIZ PEREIRA CARVALHO

RELATOR: DESEMBARGADOR ANTONIO FERNANDO BAYMA ARAUJO

ACÓRDÃO Nº 68.413/2007

EMENTA: Penal. Processual. Habeas Corpus. Extorsão mediante seqüestro. Flagrante. Preventiva. Requisitos. Presença. Garantia da ordem pública. Configuração. Prisão. Recomendo. Ilegal constrangimento. Indemonstração.

I – Se, pelo despacho indeferitório de liberdade provisória, não só demonstrados os suficientes indícios de autoria e a prova da materialidade, mas, sobretudo, evidenciada a necessidade do ergástulo, em face da garantia da ordem pública, imerecedor de reparo que se lhe ter.

II – Ordem denegada. Unanimidade.

DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores, à unanimidade e de acordo com o parecer ministerial, em denegar a ordem, nos termos do voto do relator.

(...) Isto posto e de acordo com o parecer ministerial, hei por bem, a ordem, se lhe denegar, pelos fundamentos anteriormente declinados. (...)

Des. ANTONIO FERNANDO BAYMA ARAUJO - PRESIDENTE e RELATOR

COORDENADORIA DE JURISPRUDÊNCIA E PUBLICAÇÕES, EM SÃO LUÍS, 09 DE NOVEMBRO DE 2007.

CONCEIÇÃO DE MARIA PEREIRA NOGUEIRA DA CRUZ
COORDENADORA DE JURISPRUDÊNCIA E PUBLICAÇÕES. TJ/MA

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

SESSÃO DO DIA 25 DE SETEMBRO DE 2007

HABEAS CORPUS Nº 015022-2007 – Zé Doca-MA

PACIENTE: GEAN ALVES DOS SANTOS

IMPETRANTES: FRANCISCO MUNIZ ALVES e KARLA DANIELLE CALDAS ALVES

RELATOR: DESEMBARGADOR ANTONIO FERNANDO BAYMA ARAUJO

ACÓRDÃO Nº 68.699/2007

EMENTA: Processual Penal. Habeas Corpus. Excesso de prazo. Sentença condenatória. Prolação. Prejudicialidade. Imposição.

I – Inoportuno e, por conseguinte, inaceitável, o manuseio do habeas corpus, ao fulcro de excesso de prazo, quando não só encerrada a instrução, mas, sobretudo, prolatada a sentença.

II – Ordem Prejudicada. Unanimidade.

DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores, à unanimidade e de acordo com o parecer da douta Procuradoria Geral de Justiça, em julgar prejudicada a ordem, nos termos do voto do relator.

(...) Isto posto e de acordo com o parecer da Douta Procuradoria Geral de Justiça, hei por bem, a ordem, se lhe julgar prejudicada, face à perda do seu objeto, o que, assim o faço, com as cominações e repercussões de Direito. (...)

Des. ANTONIO FERNANDO BAYMA ARAUJO - PRESIDENTE e RELATOR

COORDENADORIA DE JURISPRUDÊNCIA E PUBLICAÇÕES, EM SÃO LUÍS, 09 DE NOVEMBRO DE 2007.

CONCEIÇÃO DE MARIA PEREIRA NOGUEIRA DA CRUZ
COORDENADORA DE JURISPRUDÊNCIA E PUBLICAÇÕES. TJ/MA

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

SESSÃO DO DIA 09 DE OUTUBRO DE 2007

HABEAS CORPUS Nº 015461-2007 – SÃO LUÍS-MA

PACIENTE: LÁZARO FERREIRA COELHO

IMPETRANTE: LÁZARO FERREIRA COELHO

RELATOR: DESEMBARGADOR ANTONIO FERNANDO BAYMA ARAUJO

ACÓRDÃO Nº 68.981/2007

EMENTA: Habeas Corpus. Homicídio qualificado. Agente. Elevada periculosidade. Verificação. Garantia da ordem pública. Necessidade. Sumário de culpa. Excesso de prazo. Inocuidade. Ilegal constrangimento. Inconfiguração.

I – Inócuo o argüir de excesso de prazo ao firme de ilegal constrangimento, se a revelar o acervo, não apenas o materializar do ato delitivo e os suficientes indícios de autoria, mas, sobretudo, o configurar de requisito do art. 312, do Código de Processo Penal, como que, necessidade de garantia da ordem pública, ante a elevada periculosidade do agente e tendência a práticas criminosas.

II – Ordem denegada. Unanimidade.

DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores, à unanimidade e de acordo com o parecer ministerial, em denegar a ordem, nos termos do voto do relator.

(...) Isto posto e de acordo com o parecer ministerial, a ordem, hei por bem se lhe denegar, ao firme de que inconfigurado ilegal constrangimento. (...)

Des. ANTONIO FERNANDO BAYMA ARAUJO - PRESIDENTE e RELATOR

COORDENADORIA DE JURISPRUDÊNCIA E PUBLICAÇÕES, EM SÃO LUÍS, 09 DE NOVEMBRO DE 2007.

CONCEIÇÃO DE MARIA PEREIRA NOGUEIRA DA CRUZ
COORDENADORA DE JURISPRUDÊNCIA E PUBLICAÇÕES. TJ/MA

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

SESSÃO DO DIA 09 DE OUTUBRO DE 2007

HABEAS CORPUS Nº 14929-2007 – PAULO RAMOS-MA

PACIENTE: ANTÔNIO ALVES LÚCIO

IMPETRANTE: CELSO AYRES ANCHIETA FILHO

RELATOR: DESEMBARGADOR ANTONIO FERNANDO BAYMA ARAUJO

ACÓRDÃO Nº 68.984/2007

EMENTA: Penal. Processual. Habeas Corpus. Latrocínio tentado. Paciente. Fuga. Aplicação da lei penal. Asseguramento. ***Ameaça à mãe da vítima. Garantia da ordem pública. Comprovação. Preventiva. Requisitos. Evidência. Manutenção. Autorização.

I – Comprovado que, além de foragido do distrito da culpa, o paciente, a ameaçar a genitora da vítima, preenchidos, pois, os autorizativos requisitos do manter da preventiva.

II – Ordem denegada. Unanimidade.

DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores, à unanimidade e de acordo com o parecer ministerial, a ordem, se lhe denegar, nos termos do voto do relator.

(...) Isto posto e de acordo com o parecer da douta Procuradoria Geral de Justiça, hei por bem, a ordem se lhe denegar, nos termos acima declinados. (...)

Des. ANTONIO FERNANDO BAYMA ARAUJO - PRESIDENTE e RELATOR

COORDENADORIA DE JURISPRUDÊNCIA E PUBLICAÇÕES, EM SÃO LUÍS, 09 DE NOVEMBRO DE 2007.

CONCEIÇÃO DE MARIA PEREIRA NOGUEIRA DA CRUZ
COORDENADORA DE JURISPRUDÊNCIA E PUBLICAÇÕES. TJ/MA

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

SESSÃO DO DIA 16 DE OUTUBRO DE 2007

HABEAS CORPUS Nº 015442-2007 – SÃO JOSÉ DE RIBAMAR-MA

PACIENTE: CLAUDEMIR REIS DE OLIVEIRA

IMPETRANTE: CLAUDEMIR REIS DE OLIVEIRA

RELATOR: DESEMBARGADOR ANTONIO FERNANDO BAYMA ARAUJO

**ACÓRDÃO N° 69.080/2007**

EMENTA: Penal. Processual. Habeas Corpus. Homicídio qualificado. Excesso de Prazo. Sentença de pronúncia. Prolação. Instrução encerrada. Prejudicialidade. Imposição ***Prisão Preventiva. Decreto. Ato comprovativo. Ausência. Não conhecimento. Imperatividade.

I – Em se voltando a impetração, ao espeque de excesso de prazo na formação da culpa, quando não só comprovado que já encerrada a instrução, mas, sobretudo, pronunciado o réu, inexoravelmente prejudicada a ordem que se lhe ter. Aplicabilidade das Súmulas 21 e 52, do Superior Tribunal de Justiça.

II – A outro enfoque, se a se voltar o remédio a atacar ato prisional, imprescindível que, o decreto, se lhe juntado.

III – Ordem prejudicada quanto à alegativa de excesso de prazo na conclusão do sumário de culpa e, não conhecida, no concernente à adução de ausência de elementos aptos a ensejar o decreto preventivo. Unanimidade.

DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores, à unanimidade e de acordo com o parecer ministerial, adequado em banca, em julgar prejudicada a ordem no concernente ao alegado excesso de prazo, e, desta, não se lhe conhecer, no respeitante à adução de ausência de elementos suficientes a supedanear o decreto preventivo, nos termos do voto do relator.

(...) Isto posto, é que, de acordo com o parecer da Douta Procuradoria de Justiça, adequado em banca, hei por bem, a ordem, se lhe julgar prejudicada, no respeitante ao suscitado excesso de prazo, e, de outra parte, dela, não se lhe conhecer, quanto à adução de ausência de elementos aptos a ensejar decreto ergastulatório, nos termos acima declinados. (...)

Des. ANTONIO FERNANDO BAYMA ARAUJO - PRESIDENTE e RELATOR

COORDENADORIA DE JURISPRUDÊNCIA E PUBLICAÇÕES, EM SÃO LUÍS, 09 DE NOVEMBRO DE 2007.

CONCEIÇÃO DE MARIA PEREIRA NOGUEIRA DA CRUZ
COORDENADORA DE JURISPRUDÊNCIA E PUBLICAÇÕES. TJ/MA

Sessão do dia 30 de outubro de 2007

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

HABEAS CORPUS N.º 015977/2007 – IMPERATRIZ

Paciente: Ana Paula dos Santos Gomes

Impetrante: Dr. José Augusto Dias

Impetrado: Juiz de Direito da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Imperatriz

Relator: Desembargador Mario Lima Reis

ACÓRDÃO N° 69.325/2007

EMENTA: Habeas corpus. Excesso de prazo. Paciente que já se encontra em liberdade. Perda do objeto. Ordem prejudicada.

Notificada, informou a autoridade indigitada coatora que já está o paciente em liberdade. Assim, cessado o alegado constrangimento ilegal, é de se reconhecer a perda do objeto.

Ordem prejudicada.

DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores, à unanimidade de votos e de acordo com o parecer ministerial, em julgar prejudicado o pedido, nos termos do voto do Desembargador Relator.

(...) Diante do exposto, constando já se encontrar cessado o suposto constrangimento ilegal a que estava a paciente sendo submetida, julgo prejudicado o presente writ em face da evidente perda do objeto. (...)

Des. MARIO LIMA REIS - Presidente e Relator

COORDENADORIA DE JURISPRUDÊNCIA E PUBLICAÇÕES, EM SÃO LUÍS, 09 DE NOVEMBRO DE 2007.

CONCEIÇÃO DE MARIA PEREIRA NOGUEIRA DA CRUZ
COORDENADORA DE JURISPRUDÊNCIA E PUBLICAÇÕES. TJ/MA

Sessão do dia 30 outubro de 2007

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO N.º 005565/2007 – PINHEIRO

Recorrente: Ministério Público Estadual

Promotor: Dr. Francisco de Assis Silva Filho

Recorrido: Rubem Rui Ribeiro

Advogado: Dra. Ana Lúcia de Sousa Araújo

Relator: Desembargador Mario Lima Reis

ACÓRDÃO N° 69.334/2007

EMENTA: Recurso em sentido estrito. Revogação da liberdade. Delito de natureza grave. Necessidade de garantia da ordem pública. Recurso provido.

A gravidade do delito, por ser fator a denotar a periculosidade do acusado, provoca a necessidade de garantir a ordem pública e, portanto a indispensabilidade do ergástulo preventivo.

Presentes o fumus bonis iuris (indícios suficientes de autoria e comprovação da materialidade delitiva) e o periculum in mora (numa das hipóteses do art. 312 do Código de Processo Penal) reforma-se a decisão atacada e recomenda-se o ora recorrido ao cárcere.

Recurso provido.

DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores, à unanimidade de votos e de acordo com o parecer ministerial, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do desembargador relator.

(...) Diante do exposto, conheço e dou provimento ao recurso para, reformando in totum a decisão guerreada, por observar evidente a necessidade de garantir a ordem pública, determinar o retorno do recorrido ao cárcere, expedindo-se de imediato mandado de prisão. (...)

Des. MARIO LIMA REIS - Presidente e Relator

COORDENADORIA DE JURISPRUDÊNCIA E PUBLICAÇÕES, EM SÃO LUÍS, 09 DE NOVEMBRO DE 2007.

CONCEIÇÃO DE MARIA PEREIRA NOGUEIRA DA CRUZ
COORDENADORA DE JURISPRUDÊNCIA E PUBLICAÇÕES. TJ/MA

Segunda Câmara Criminal

HABEAS CORPUS N.º 12526 – 2007 SÃO LUÍS(MA)

Sessão do dia 11 - 10 - 2007

Paciente: Aline Lopes Freitas

Impetrante : Dr. Antônio Joabe Bonfim Rodrigues

Impetrado: Juiz de Direito da 10.ª Vara Criminal da Comarca de São Luís

Relatora : Des.ª. Maria dos Remédios Buna Costa Magalhães

ACÓRDÃO N.º 69.014/2007

EMENTA: PROCESSO PENAL - HABEAS-CORPUS - CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA - ALEGAÇÃO DE QUE A CONDUITA NÃO CONFIGURA DELITO PELA FALTA DE DOLO E QUE O CRIME EM COMENTO NÃO ADMITE A MODALIDADE CULPOSA - DETERMINAÇÃO DE RETIRADA DO SEGUNDO NOME CONSTANTE NA CAPA DO PROCESSO COMO PACIENTE, POIS ESSE NÃO FIGURA COMO TAL NA PEÇA INICIAL - PRETENSÃO DE TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL PELA FALTA DE JUSTA CAUSA - NECESSIDADE DE EXAME APROFUNDADO DE PROVAS PARA SABER SE O PACIENTE AGIU COM CULPA OU DOLO - VIA ESTREITA DO HABEAS CORPUS NÃO ADMITE TAL PRETENSÃO – REMÉDIO CONSTITUCIONAL CONHECIDO E DENEGADO.

- Embora conste na capa deste caderno processual de habeas corpus, os nomes de Aline Lopes Freitas e de Elizeu Chaves de Freitas como pacientes, verifica-se de plano que não há qualquer pedido de concessão da ordem em favor do segundo, ante este fato, deve ser imediatamente procedida a retificação da capa que autuou este processo, para fazer constar tão somente o nome da única paciente constante nestes autos.

- O “trancamento” da ação penal é medida de exceção, somente sendo cabível nas hipóteses em que se demonstra de maneira cabal, a inocência do acusado, a atipicidade da conduta ou a extinção da punibilidade, o que não foi possível auferir nestes autos, pois, na verdade o que se pretende é o profundo exame de provas para se auferir a tipicidade ou não da conduta.

- Ordem conhecida e denegada.

DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores, por unanimidade e de acordo com o parecer da douta Procuradoria Geral de Justiça, denegaram a ordem impetrada, nos termos do voto da Relatora.

(...) Ante todo o exposto, acolho, em parte, o parecer da douta Procuradoria Geral de Justiça, e determino a imediata retificação da capa destes autos, para retirar o nome de ELIZEU CHAVES DE FREITAS da autuação destes, vez que o mesmo em momento algum figurou como

paciente; e sou pelo conhecimento e denegação da ordem em relação a ALINE LOPES FREITAS, por não restarem devidamente demonstrados nos autos os elementos que configurem a falta de justa causa para trancamento da ação penal. (...)

DESª MARIA DOS REMÉDIOS BUNA COSTA MAGALHÃES - Presidenta e Relatora

COORDENADORIA DE JURISPRUDÊNCIA E PUBLICAÇÕES, EM SÃO LUÍS, 07 DE NOVEMBRO DE 2007.

CONCEIÇÃO DE MARIA PEREIRA NOGUEIRA DA CRUZ
COORDENADORA DE JURISPRUDÊNCIA E PUBLICAÇÕES. TJ/MA

Segunda Câmara Criminal

SESSÃO DE JULGAMENTO DO DIA 25 DE OUTUBRO DE 2007.

HABEAS CORPUS N.º 10649/2007 – ESTREITO(MA)

PACIENTE : RAFAEL BORGES GOMES DE MENEZES

IMPETRANT: ALUÍZIO BISPO CRUZ

IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE ESTREITO

RELATORA: DESA. MARIA DOS REMÉDIOS BUNA COSTA MAGALHÃES

ACÓRDÃO n.º 69.277/2007

EMENTA: HABEAS CORPUS. PENAL. PROCESSO PENAL. ROUBO QUALIFICADO. QUADRILHA. ALEGAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PRISÃO DECRETADA POR AUTORIDADE INCOMPETENTE. NÃO OCORRÊNCIA.

A alegativa de que a decretação da prisão foi emanada de autoridade incompetente não prospera vez que a decretação partiu da Juíza de Direito da Comarca de Estreito.

O fato de o paciente encontrar-se preso em São Luís justifica-se, ante a falta de vaga na Penitenciária de Imperatriz, que fica próxima ao local da infração.

Ordem denegada.

DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores, unanimemente e de acordo com o parecer da Procuradoria Geral de Justiça, conheceram do pedido e, no mérito denegaram a ordem impetrada, nos termos do voto da Relatora”.

(...) Ante o exposto, acolho o parecer da Procuradoria Geral de Justiça, conheço da ordem e voto pela denegação, por não haver constrangimento ilegal. (...)

Desa. Maria dos Remédios Buna Costa Magalhães - Presidenta e Relatora

COORDENADORIA DE JURISPRUDÊNCIA E PUBLICAÇÕES, EM SÃO LUÍS, 09 DE NOVEMBRO DE 2007.

CONCEIÇÃO DE MARIA PEREIRA NOGUEIRA DA CRUZ
COORDENADORA DE JURISPRUDÊNCIA E PUBLICAÇÕES. TJ/MA

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

SESSÃO DO DIA 25/10/2007

Embargos de Declaração n.º 19405-2007 – São Luís - MA

Embargante: Iracema de Jesus Costa

Advogado: José Cavalcante de Alencar Júnior

Embargado: Acórdão n.º 68.387/2007 – referente a Apelação Criminal – 15.336/2006

Relatora: Desª. Maria dos Remédios Buna Costa Magalhães

ACÓRDÃO N.º 69.282/2007

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – PROCESSUAL PENAL – CRIME DE TRÁFICO – PUNIÇÃO NO PATAMAR MÍNIMO LEGAL - ARGUIÇÃO DE POSSIBILIDADE DE MODIFICAÇÃO DO REGIME ARBITRADO NA DECISÃO CONDENATÓRIA – IMPERATIVIDADE DO REGIME MENOS GRAVOSO – REQUISITOS OBJETIVOS E SUBJETIVOS PREENCHIDOS – POSSIBILIDADE DE MODIFICAÇÃO DA DECISÃO – CONVERGÊNCIA DO REGIME FECHADO PARA O ABERTO - ACOLHIMENTO - INTELIGÊNCIA DA INETRPRETAÇÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO JULGADO DO HABEAS CORPUS N.º 82.959/SP – DECLARAÇÃO DA INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 2º, § 1º, DA LEI 8.072/90.

Quando provado nos autos que a interposição dos embargos se deu de forma plausível, provando o embargante estritamente suas alegações e

verificando-se a possibilidade de modificação do regime inicial de cumprimento da pena para o regime menos gravoso, a conversão há ser imposta por ser direito público subjetivo do réu.

Embargos acolhidos

DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores, à unanimidade conheceram do recurso e, no mérito, deram-lhe provimento para modificar o regime de cumprimento inicial de pena, imposto a Iracema de Jesus Costa, de inicialmente fechado para o aberto, nos termos do voto proferido pela Relatora.

(...) Ante o exposto, acolho os presentes embargos para, modificar o regime inicial de cumprimento da pena, imposto a Iracema de Jesus Costa, do inicialmente fechado para o aberto. (...).

Desa. Maria dos Remédios Buna Costa Magalhães - Presidenta e Relatora

COORDENADORIA DE JURISPRUDÊNCIA E PUBLICAÇÕES, EM SÃO LUÍS, 09 DE NOVEMBRO DE 2007.

CONCEIÇÃO DE MARIA PEREIRA NOGUEIRA DA CRUZ
COORDENADORA DE JURISPRUDÊNCIA E PUBLICAÇÕES. TJ/MA

Sessão do dia 29 de outubro de 2007

TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

HABEAS CORPUS N.º 18155/2007 – SÃO LUÍS/MA

Paciente: WAGNER SERRA AGUIAR

Impetrante: WAGNER SERRA AGUIAR

Impetrado: MM. Juiz de Direito da 9ª Vara Criminal da Comarca de São Luis.

Enquadramento: Art. 121 c/c art. 14 do CPB.

Relator: Desembargador Lourival Serejo

Procuradora de Justiça: Regina Lúcia de Almeida Rocha

ACÓRDÃO N.º 69.288/2007

EMENTA: PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. LESÃO CORPORAL DE NATUREZA GRAVE. EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL VERIFICADO.

1. O prazo de 81 (oitenta e um) dias para o encerramento da instrução processual não deve ser entendido como peremptório, entretanto, na hipótese concreta, constata-se um inaceitável extrapolamento desse período.

2. Segundo as justificativas apresentadas, o **atraso** é completamente desmedido, violando, assim, o princípio da duração razoável do processo, garantia fundamental do cidadão e sucedâneo do princípio vetor da dignidade da pessoa humana.

3. Ordem concedida.

DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores, unanimemente e, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral de Justiça, em conceder a ordem impetrada determinando a expedição do competente alvará de soltura em favor do paciente, nos termos do voto do Desembargador Relator.

(...) DO EXPOSTO, de acordo com o parecer ministerial, concedo a ordem impetrada.

Des. JOSÉ JOAQUIM FIGUEIREDO DOS ANJOS - Presidente

Des. LOURIVAL DE JESUS SEREJO SOUSA – Relator

COORDENADORIA DE JURISPRUDÊNCIA E PUBLICAÇÕES, EM SÃO LUÍS, 09 DE NOVEMBRO DE 2007.

CONCEIÇÃO DE MARIA PEREIRA NOGUEIRA DA CRUZ
COORDENADORA DE JURISPRUDÊNCIA E PUBLICAÇÕES. TJ/MA

Sessão do dia 29 de outubro de 2007

TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

HABEAS CORPUS N.º. 18124/2007 – SÃO LUIS/MA

Paciente: EWERTON PEREIRA DOS SANTOS

Impetrante: EWERTON PEREIRA DOS SANTOS

Impetrado: MM. Juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de São José de Ribamar

Enquadramento: Art. 157, § 2º do CPB.

Relator: Desembargador Lourival Serejo

Procuradora de Justiça: Regina Lúcia de Almeida Rocha

ACÓRDÃO N.º 69.296/2007



EMENTA: PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. ROUBO. PRISÃO EM FLAGRANTE. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. INEXISTÊNCIA DE EXCESSO DE PRAZO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO VERIFICADO. PREJUDICIALIDADE.

1. Perda superveniente de objeto da presente impetração, uma vez que a custódia do paciente não mais decorre de decreto de prisão preventiva ou mesmo de prisão em flagrante, mas em virtude de sentença condenatória.

2. Constrangimento ilegal por excesso de prazo não caracterizado.
3. Prejudicialidade.

DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores, unanimemente e, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral de Justiça, em julgar prejudicada a ordem impetrada, nos termos do voto do Desembargador Relator.

(...) DO EXPOSTO, de acordo com o parecer ministerial, voto pela prejudicialidade do presente writ. (...)

Des. JOSÉ JOAQUIM FIGUEIREDO DOS ANJOS - Presidente

Des. LOURIVAL DE JESUS SEREJO SOUSA – Relator

COORDENADORIA DE JURISPRUDÊNCIA E PUBLICAÇÕES,
EM SÃO LUÍS, 09 DE NOVEMBRO DE 2007.

CONCEIÇÃO DE MARIA PEREIRA NOGUEIRA DA CRUZ

COORDENADORA DE JURISPRUDÊNCIA E PUBLICAÇÕES. TJ/MA

Terceira Câmara Criminal

Sessão do dia 29 de outubro de 2007

Processo: Apelação Criminal nº 000623/2007 – São Luís

Apelante: José Rodrigues Freire

Defensor Público: Antônio Peterson Barros Rêgo Leal

Apelado: Ministério Público do Estado do Maranhão

Promotor: Orlando Pacheco de Andrade Filho

Relator: Des. José Joaquim Figueiredo dos Anjos

Revisor: Des. Paulo Sérgio Velten Pereira

ACÓRDÃO nº 69.298/2007

EMENTA: PENAL. PROCESSUAL. FURTO. CONDENAÇÃO. DOSIMETRIA DA PENA. APELAÇÃO.

1. Bem andou o Magistrado sentenciante, ao demonstrar, de forma eficaz, as razões de seu convencimento, fulcrado que foi nos elementos de prova constantes dos autos, que não podem ser tidos como insuficientes.

2. Fixação da pena que deve ter por compasso os arts. 59 e 68, da Lei Substantiva Penal, pena de restar ofendido o art. 93, IX, da Constituição Federal.

3. Apelação provida, apenas para reduzir a pena imposta.

DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores, unanimemente e de acordo com o parecer da Procuradoria Geral de Justiça, dar provimento ao recurso, apenas para reduzir a pena imposta ao apelante para 1 (um) ano e 6 (seis) meses de reclusão e 15 (quinze) dias-multa, a ser cumprida em regime inicial semi-aberto, nos termos do voto do Desembargador Relator.

(...) Tudo considerado, entendo de fato excessiva a pena-base fixada pelo julgador de origem, aplicada que foi no patamar de 3 (três) anos, ou seja, 2 (dois) anos acima do mínimo legal, à consideração de duas circunstâncias judiciais desfavoráveis, quais sejam, a má conduta social do apelante, e sua personalidade perigosa. Reduzo, pois, a pena-base, fixando-a em 2 (dois) anos de reclusão, e 20 (vinte) dias-multa, pelo critério da proporcionalidade, à razão de 1/30 do salário mínimo vigente à época dos fatos. (...)

Des. José JOAQUIM FIGUEIREDO dos Anjos - Presidente e Relator

COORDENADORIA DE JURISPRUDÊNCIA E PUBLICAÇÕES,
EM SÃO LUÍS, 09 DE NOVEMBRO DE 2007.

CONCEIÇÃO DE MARIA PEREIRA NOGUEIRA DA CRUZ

COORDENADORA DE JURISPRUDÊNCIA E PUBLICAÇÕES. TJ/MA

Terceira Câmara Criminal

Sessão do dia 05 de novembro de 2007

Processo: HABEAS CORPUS nº 016415/2007 – São Luís

Paciente: Josieldo Correia dos Santos

Advogados: Dayane Loureiro Rodrigues e César Augusto Monteiro Bello

Impetrado: Juiz de Direito da Central de Inquéritos

Relator: Des. José Joaquim Figueiredo dos Anjos

ACÓRDÃO nº 69.382/2007

EMENTA: PENAL. PROCESSUAL. EXCESSO DE PRAZO NO OFERECIMENTO DA DENÚNCIA. HABEAS CORPUS.

1. Custodiado o paciente há mais de sessenta dias, sem que oferecida a denúncia, evidenciado está o constrangimento ilegal por excesso de prazo na formalização da acusação. Precedentes.

2. HABEAS CORPUS conhecido; Ordem concedida EX OFFICIO.

DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores, unanimemente e de acordo com o parecer da Procuradoria Geral de Justiça, conceder a Ordem de HABEAS CORPUS, determinando a expedição do competente Alvará de Soltura em favor do paciente, nos termos do voto do Desembargador Relator.

(...) Assim, rejeitando a argumentação deduzida pela defesa, por impropriedade, conheço da impetração para, de ofício, conceder a Ordem, porquanto presente constrangimento ilegal decorrente do excesso de prazo no oferecimento da denúncia. Expeça-se o competente Alvará de Soltura, se por outro motivo não estiver preso o paciente, que deverá assinar termo de comparecimento aos atos do processo, sob pena de revogação da medida. (...)

Des. José JOAQUIM FIGUEIREDO dos Anjos - Presidente e Relator

COORDENADORIA DE JURISPRUDÊNCIA E PUBLICAÇÕES,
EM SÃO LUÍS, 09 DE NOVEMBRO DE 2007.

CONCEIÇÃO DE MARIA PEREIRA NOGUEIRA DA CRUZ

COORDENADORA DE JURISPRUDÊNCIA E PUBLICAÇÕES. TJ/MA

Terceira Câmara Criminal

Sessão do dia 05 de novembro de 2007

Processo: HABEAS CORPUS nº 018361/2007 – Barreirinhas

Paciente: José Maria Conrado Carvalho

Advogada: Sandra Maria Gonçalves Rocha

Impetrado: Juiz de Direito da Comarca de Barreirinhas

Relator: Des. José Joaquim Figueiredo dos Anjos

ACÓRDÃO nº 69.387/2007

EMENTA: PENAL. PROCESSUAL. FURTO. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. HABEAS CORPUS.

1. A simples referência à necessidade de se ter garantida a ordem pública, dissociada de qualquer elemento concreto e individualizado não justifica, por si, a manutenção de prisão preventiva.

2. HABEAS CORPUS conhecido; Ordem concedida

DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores, unanimemente e de acordo com o parecer da Procuradoria Geral de Justiça, conceder a Ordem de HABEAS CORPUS, confirmando a liminar anteriormente deferida, nos termos do voto do Desembargador Relator.

(...) Assim, verificando a total ausência, IN CASU, de fundamentação apta a autorizar a medida constritiva, uma vez que não demonstrada, à saciedade, a forma com que o paciente, solto, estaria a ameaçar a ordem pública, o normal trâmite da instrução criminal ou mesmo furtar-se da eventual aplicação da lei penal, conheço da impetração e concedo a Ordem, confirmando a liminar anteriormente concedida, garantindo ao paciente o direito de solto responder ao processo, mediante termo de comparecimento a todos os atos, pena de revogação do benefício. (...)

Des. José JOAQUIM FIGUEIREDO dos Anjos - Presidente e Relator

COORDENADORIA DE JURISPRUDÊNCIA E PUBLICAÇÕES,
EM SÃO LUÍS, 09 DE NOVEMBRO DE 2007.

CONCEIÇÃO DE MARIA PEREIRA NOGUEIRA DA CRUZ

COORDENADORA DE JURISPRUDÊNCIA E PUBLICAÇÕES. TJ/MA

CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS

Sessão do dia 05 de outubro de 2007.

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 009682-2007 – ZÉ DOCA

IMPETRANTE: José Uilson Silva Brito

ADVOGADO: Eduardo Aires Castro e outros

IMPETRADO: Juíza de Direito da Comarca de Zé Doca

RELATOR: Des. Stélio Muniz

ACÓRDÃO N.º 68.969/2007

EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. SENTENÇA CONDENATÓRIA NÃO TRANSITADA EM JULGADO. PREFEITO. PERDA DA FUNÇÃO PÚBLICA E SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS. CONCESSÃO DA ORDEM.

1. A suspensão dos direitos políticos e a perda do mandato eletivo de prefeito municipal só poderá ocorrer mediante o trânsito em julgado da sentença condenatória, mesmo que demonstrada cabalmente a prática de atos de improbidade pelo agente, conforme a regra do art. 20 da Lei nº 8.249/92.

2. No estado democrático de direito, é vedado ao Juízo de primeiro grau aplicar, liminarmente, em face da autoridade maior do Município, medidas punitivas sem a observância das devidas garantias constitucionais, sob pena de se causar verdadeira insegurança jurídica, em afronta ao princípio federativo da independência e harmonia dos poderes.

3. Ordem concedida.

DECISÃO: Acordam os Desembargadores, por votação unânime e de acordo com o parecer Ministerial, conceder a segurança impetrada, nos termos do voto do desembargador relator.

(...) À vista do exposto, e confirmando a liminar concedida, concedo a segurança pleiteada (...)

Des. Jorge Rachid Mubárack Maluf

Presidente

Des. Stélio Muniz

Relator

COORDENADORIA DE JURISPRUDÊNCIA E PUBLICAÇÕES,
EM SÃO LUÍS, 08 DE NOVEMBRO DE 2007.

CONCEIÇÃO DE MARIA PEREIRA NOGUEIRA DA CRUZ
COORDENADORA DE JURISPRUDÊNCIA E PUBLICAÇÕES. TJ/MA

CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS

Sessão do dia 29 de outubro de 2007

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 7.301/1997 AO ACÓRDÃO Nº 22.648/1997, PROFERIDO NO MANDADO DE SEGURANÇA Nº 6.773/1995 — SÃO LUÍS

Embargante: Estado do Maranhão

Advogados: Pedro Luciano Moura Pinto de Carvalho, Rogério Belo Pires Matos e Oscar Medeiros Júnior

Embargado: Posto & Hotel São Francisco Ltda.

Advogado: Antônio Teixeira Resende

Relator: Des. Marcelo Carvalho Silva

ACÓRDÃO Nº 69.301/2007

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OPOSIÇÃO CONTRA ACÓRDÃO DAS CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS. JULGAMENTO POR CÂMARA ISOLADA. NULIDADE ABSOLUTA. JULGAMENTO AFETO AO ÓRGÃO FRACIONÁRIO QUE PROLATOU A DECISÃO EMBARGADA. RECONHECIMENTO DE OFÍCIO.

I — Os embargos de declaração, erigidos à natureza de recurso por expressa imposição do art. 496, inc. IV, do Código de Processo Civil, fogem à regra que norteia as demais espécies recursais, devendo ser apreciados pelo próprio órgão que exarou o pronunciamento embargado.

II — Nos termos do art. 11, II, a, do Regimento Interno deste Tribunal de Justiça, compete às Câmaras Cíveis Reunidas julgar os embargos de declaração opostos a seus julgados.

III — Nulidade reconhecida. Julgamento anulado de ofício.

DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores, por unanimidade de votos, em declarar, de ofício, a nulidade do julgamento dos Embargos de Declaração nº 12.446/96, bem como de todos os atos dele decorrentes, nos termos do voto do Desembargador Relator.

(...) Em face do exposto, declaro a nulidade do julgamento dos primeiros embargos declaratórios opostos pelo Estado do Maranhão, bem como de todos os atos dele decorrentes, devendo o feito seguir seus trâmites legais, com a posterior renovação do julgamento de tais embargos. (...)

Des. Jorge Rachid Mubárack Maluf - Presidente

Des. Marcelo Carvalho Silva - Relator

COORDENADORIA DE JURISPRUDÊNCIA E PUBLICAÇÕES,
EM SÃO LUÍS, 09 DE NOVEMBRO DE 2007.

CONCEIÇÃO DE MARIA PEREIRA NOGUEIRA DA CRUZ
COORDENADORA DE JURISPRUDÊNCIA E PUBLICAÇÕES. TJ/MA

CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS

Sessão do dia 29 de outubro de 2007.

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 12.370/2007

IMPETRANTE: MICHELLE ALVES CARVALHO

Advogados: Drs. Edson Magalhães Martines e Arcione Lima Magalhães

IMPETRADO: SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO MARANHÃO

LITISCONSORTE: ESTADO DO MARANHÃO

Procurador: Dr. Marcelo Apolo Vieira Franklin

Relator: Des. JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF

ACÓRDÃO Nº 69.310/2007

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. CANDIDATO APROVADO. MERA EXPECTATIVA DE DIREITO. CONTRATAÇÃO PRECÁRIA DE TERCEIROS DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE DO CERTAME. DIREITO SUBJETIVO À NOMEAÇÃO. INEXISTÊNCIA.

I — O candidato aprovado em concurso público tem mera expectativa de direito à nomeação.

II — O Estado reserva-se no direito de proceder às nomeações de professores em número que atenda aos critérios de conveniência e oportunidade da Administração Pública.

III — A contratação temporária de professores não relacionada às vagas previstas no edital ou que tenham sido criadas no prazo de validade do concurso, não ensejam direito subjetivo à nomeação em decorrência da inexistência de preterição de candidato e a previsão constitucional para realizá-la.

IV — Segurança denegada.

DECISÃO: Acordam os Desembargadores, por unanimidade e de acordo com o parecer da Procuradoria Geral de Justiça, modificado em banca, em denegar a segurança.

(...) Diante do exposto, voto pela denegação da segurança (...)

Des. JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF

Presidente e Relator

COORDENADORIA DE JURISPRUDÊNCIA E PUBLICAÇÕES,
EM SÃO LUÍS, 02 DE NOVEMBRO DE 2007.

CONCEIÇÃO DE MARIA PEREIRA NOGUEIRA DA CRUZ
COORDENADORA DE JURISPRUDÊNCIA E PUBLICAÇÕES. TJ/MA

CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS

Sessão do dia 29 de outubro de 2007

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 3.473/2007 — SÃO LUÍS

Impetrante: Wyrner Sousa Nascimento

Advogado: Willians Dourado Costa

Autoridade coatora: Secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão

Relator: Des. Marcelo Carvalho Silva

ACÓRDÃO Nº 69.317/2007

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. CONCURSO PÚBLICO. MANDADO DE SEGURANÇA. ATO ATRIBUÍDO A SECRETÁRIO DE ESTADO. IMPETRAÇÃO PERANTE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA. REPETIÇÃO DE WRIT ANTERIOR, IMPETRADO EM PRIMEIRO GRAU, EM FACE DE AUTORIDADE DIVERSA, SEM PRERROGATIVA DE FORO. LITISPENDÊNCIA MANIFESTA. PARTE PASSIVA CENTRADA NA PESSOA DO ESTADO DO MARANHÃO. PROCESSO MANDAMENTAL EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.

I — No mandado de segurança, a parte passiva é, verdadeiramente, a pessoa jurídica de direito público a que se acha vinculada a autoridade apontada como coatora, a qual atua no writ apenas para prestar informações acerca da impetração.

II — “A autoridade coatora é um fragmento da pessoa jurídica de direito público interessada, e, se dentro dela há legitimidade passiva de mais de uma autoridade coatora, logo há identidade de parte para efeito de caracterizar litispendência e coisa julgada” (STJ, RMS 11.905/PI).

III — Segurança extinta.

DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores, por unanimidade de votos e de acordo com o parecer da Procuradoria de Justiça, em extinguir o mandado de segurança, sem resolução do mérito, nos termos do voto do Desembargador Relator.

(...) Em face do exposto, e concordando com o parecer ministerial, julgo extinto o mandado de segurança, sem resolução do mérito, por incidência do preceptivo do art. 267, V, do CPC. (...)

Des. Jorge Rachid Mubárack Maluf - Presidente

Des. Marcelo Carvalho Silva – Relator

COORDENADORIA DE JURISPRUDÊNCIA E PUBLICAÇÕES,
EM SÃO LUÍS, 09 DE NOVEMBRO DE 2007.

CONCEIÇÃO DE MARIA PEREIRA NOGUEIRA DA CRUZ
COORDENADORA DE JURISPRUDÊNCIA E PUBLICAÇÕES. TJ/MA

CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS

Sessão do dia 29 de outubro de 2007.

AÇÃO RESCISÓRIA N.º 39.781/2005

Autora: MARIA DO BOM PARTO MACIEL FERREIRA

Advogados: Dr. Jezanias do Rego Monteiro e outros

1º Réu: ESTADO DO MARANHÃO

Procurador: Dr. Miguel Ribeiro Pereira

2ª Ré: CAEMA - COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO
MARANHÃO

Advogado: Dr. João Carlos Duboc Júnior

3º Réus: PEDRO AMÉRICO DIAS VIEIRA E ANA MARIA DIAS
VIEIRA

Advogado: Dr. João Carlos Duboc Júnior

4º Réu: NELSON ALMADA LIMA

Advogado: Dr. Ruy Eduardo da Silva Almada Lima

Relator: Des. JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF

Revisor: Des. MILSON DE SOUZA COUTINHO

Acórdão N.º 69.319/2007

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA. APELAÇÃO CÍVEL. ACÓRDÃO. AÇÃO POPULAR. ALEGAÇÃO DE OFENSA À LITERAL DISPOSITIVO DE LEI. INOCORRÊNCIA.

I - A sentença passível de rescisão por ofensa à literal disposição de lei é aquela que enquadra os fatos a um mundo jurídico que não lhe é adequado, seja decidindo em sentido diametralmente oposto àquilo que a norma determina, seja interpretando-a de forma manifestamente errônea

II - Não é nula decisão cujo relatório de sentença, ainda que sucinto, expõe os fatos da causa e a pretensão resistida.

III - A falta de manifestação sobre documentos juntados por uma das partes e a ausência das alegações finais não implicam em cerceamento de defesa, quando a matéria tratada na ação for unicamente de direito e os documentos em nada tenham interferido no julgamento da lide.

IV - A lei de licitação dispensa a realização do processo licitatório quando o serviço técnico for de natureza singular e o profissional contratado for de notória especialização, o que afasta a alegação de ofensa ao princípio da moralidade administrativa. V - A ação rescisória não é a via adequada para o reexame de provas.

VI - A condenação em litigância de má-fé pressupõe a ocorrência de alguma das hipóteses previstas em lei e configuradoras do dano processual, devendo ser aplicada apenas em caso de abuso.

VII - Ação rescisória improcedente.

DECISÃO: Acordam os Desembargadores, por unanimidade e em desacordo com o parecer da Procuradoria Geral de Justiça, em rejeitar as preliminares suscitadas e no mérito, de acordo com o órgão ministerial, em julgar improcedente a presente ação rescisória.

(...) Diante do exposto, voto pela improcedência da ação rescisória, haja vista não observar nenhuma violação à literal dispositivo de lei (...)

Des. JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF

Presidente e Relator

COORDENADORIA DE JURISPRUDÊNCIA E PUBLICAÇÕES,
EM SÃO LUÍS, 08 DE NOVEMBRO DE 2007.

CONCEIÇÃO DE MARIA PEREIRA NOGUEIRA DA CRUZ
COORDENADORA DE JURISPRUDÊNCIA E PUBLICAÇÕES. TJ/MA

Divisão de Estatística e Publicações da Coordenadoria de Jurisprudência e Publicações Mapa que trata o Art. 37 da Lei Organica da Magistratura

OUTUBRO -2007

DESEMBARGADORES	PROCESSOS DISTRIBUÍDOS	PROCESSOS CONCLUSOS	VISTA	VOTOS PROFERIDOS			ACÓRDÃOS LAVRADOS	DECISÕES MONOCRÁTICAS	RECURSOS ESPECIAIS DESPACHADOS PELA PRESIDÊNCIA	RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS DESPACHADOS PELA PRESIDÊNCIA
				RELATOR	REVISOR	VOGAL				
MARIA MADALENA ALVES SEREJO	-	-	-	07	-	-	04	04	100	31
JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO	05	22	03	11	15	36	12	06	-	-
RAIMUNDO FREIRE CUTRIM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ANTONIO FERNANDO BAYMA ARAUJO	47	21	-	19	10	23	13	06	-	-
JORGE RACHID MUBARACK MALUF	80	106	01	31	04	20	35	03	-	-
ETELVINA LUIZA RIBEIRO GONÇALVES	15	23	-	08	05	04	13	-	-	-
MILSON DE SOUZA COUTINHO	89	113	01	38	01	95	10	11	-	-
JOSÉ STÉLIO NUNES MUNIZ	54	65	01	40	01	114	58	18	-	-
ANTONIO PAÇHECO GUERREIRO JUNIOR	50	80	-	50	15	96	22	09	-	-
CLEONICE SILVA FREIRE	28	68	01	32	20	40	17	04	-	-
CLEONES CARVALHO CUNHA	04	46	-	01	-	06	-	-	-	-
NELMA CELESTE SOUZA SILVA SARNEY COSTA	56	115	02	84	39	147	80	08	-	-
BENEDITO DE JESUS GUIMARÃES BELO	17	06	-	01	-	07	19	-	-	-
MÁRIO LIMA REIS	34	63	-	37	01	41	37	09	-	-
MARIA DOS REMÉDIOS BUNA COSTA ALHÃES	06	49	-	17	14	75	18	07	-	-
ANILDES DE JESUS BERNARDES CHAVES CRUZ	54	187	02	31	27	84	15	04	-	-
RAIMUNDA SANTOS BEZERRA	60	73	-	09	02	64	21	01	-	-
JOSÉ JOAQUIM GUEBREDO DOS ANJOS	33	158	08	27	04	71	25	16	-	-
MARCELO CARVALHO SILVA	54	69	03	36	32	136	28	13	-	-
MARIA DAS GRAÇAS DE CASTRO DUARTE MENDES	76	105	-	09	02	45	03	06	-	-
PAULO SÉRGIO VELTEN PEREIRA	33	35	04	16	03	103	20	07	-	-
LOURIVAL DE JESUS SEREJO SOUSA	31	43	-	24	-	63	25	12	-	-
RAIMUNDO NONATO DE SOUZA	54	62	01	16	-	51	24	19	-	-
JAIME FERREIRA DE ARAUJO	34	81	01	02	05	62	-	06	-	-
RAYMUNDO LUCIANO DE CARVALHO	-	-	-	-	-	-	02	-	-	-
TOTAL	914	1.580	28	546	200	1.383	501	169	100	31

São Luís, 08 de novembro de 2007.

Ana Rita Nogueira Rios
Diretora da Diretoria Judiciária

Conceição de Maria Pereira Nogueira da Cruz
Coordenadora de Jurisprudência e Publicações

Phedra Márcia Pires da Fonsêca de Britto
Chefe da Divisão de Estatística e Publicações

Coordenadoria Judiciária Cível**Referência:**AÇÃO RESCISÓRIA Nº 011678/2007 – RIACHÃO**Autor:** HÉLIO OLIVEIRA SOARES**Advogados:**Luís Guilherme Cardoso Meireles Pinto e Outros**Réu:**SANDRO POFAHL BÍSCARO**Advogado:**Eduardo Luiz Bortoluzzi**INTIMAÇÃO**

Torno público para conhecimento das partes interessadas que o relator, Exmº Sr. Des. Antonio Guerreiro Júnior, exarou nos autos em referência o seguinte despacho: “MANIFESTE-SE O AUTOR ACERCA DO CONTEÚDO DA CERTIDÃO DE FL. 331-V, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS. SÃO LUÍS, 06.11.2007. DES. ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR – RELATOR”.

Coordenadoria das Câmaras Cíveis Isoladas do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, em São Luís, 06 de novembro de 2007.

Adriana Queiroz Santos Costa

Coordenadora das Câmaras Cíveis Isoladas

Referência:AÇÃO RESCISÓRIA Nº 021324/2007 – SÃO LUÍS**Autor:** FRANCISCO LOPES DE SOUSA**Advogados:**Raimundo Nonato Gualberto, Edmar Gomes Cavalcante Júnior e Fábio Marcelo Martan Abbondanza**Réu:**ESTADO DO MARANHÃO**Procurador:**Sérgio Ricardo de Oliveiros Tavares**INTIMAÇÃO**

Torno público para conhecimento das partes interessadas que o relator, Exmº Sr. Des. Antonio Guerreiro Júnior, exarou nos autos em referência o seguinte despacho: “NOS TERMOS DO ART. 495 DO CPC, “O DIREITO DE PROPORÇÃO RESCISÓRIA SE EXTINGUE EM 2 (DOIS) ANOS, CONTADOS DO TRÂNSITO EM JULGADO DA DECISÃO”. NO CASO EM CONCRETO, O TERMO INICIAL DO BIÊNIO PARA O AJUZAMENTO DA AÇÃO RESCISÓRIA FOI O DIA SEGUINTE AO TÉRMINO DO PRAZO PARA RECORRER DA SENTENÇA RESCINDENDA (PUBLICADA EM 19.04.1999), CONFORME CERTIDÃO DE FL. 277-V. TENDO SIDO PROPOSTA A DEMANDA SOMENTE EM 29.10.2007, MOSTRA-SE EVIDENTE A DECADÊNCIA. DO EXPOSTO, INDEFIRO, LIMINARMENTE, A PETIÇÃO INICIAL DA RESCISÓRIA, EX VI DOS ARTS. 295, IV, 269, IV E 495 DO CPC. SÃO LUÍS, 06.11.2007. DES. ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR – RELATOR”.

Coordenadoria das Câmaras Cíveis Isoladas do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, em São Luís, 06 de novembro de 2007.

Adriana Queiroz Santos Costa

Coordenadora das Câmaras Cíveis Isoladas

Referência:AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 021372/2007 – CHAPADINHA**Agravante:**FUNDAÇÃO SOUSANDRADE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – FSADU**Advogado:**Alexandre Monteiro de Carvalho**Agravado:**MENEZES E PONTES LTDA. (JÚNIOR CONSTRUÇÕES)**Relator:** Des. Antonio Guerreiro Júnior**INTIMAÇÃO**

Torno público para conhecimento das partes interessadas que o Relator, Exmº Sr. Des. Antonio Guerreiro Júnior, exarou nos autos em referência, o seguinte despacho: “COM BASE NO ART. 557, CAPUT, DO CPC, NEGOU SEGUIMENTO AO PRESENTE AGRAVO, DIANTE DE SUA MANIFESTA INADMISSIBILIDADE, VEZ QUE INTERPOSTO SEM A INDICAÇÃO DO NOME E DO ENDEREÇO COMPLETO DOS ADVOGADOS CONSTANTES DO PROCESSO (ART. 524, III, DO CPC) E SEM A CÓPIA DA PROCURAÇÃO OUTORGADA AO ADVOGADO DO AGRAVADO, PEÇA OBRIGATÓRIA, CONFORME DICÇÃO DO ART. 525, I, DO CPC. PUBIQUE. SÃO LUÍS, 06.11.2007. DES. ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR – RELATOR”.

Coordenadoria das Câmaras Cíveis Isoladas do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, em São Luís, 06 de novembro de 2007.

Adriana Queiroz Santos Costa

Coordenadora das Câmaras Cíveis Isoladas

Referência:MEDIDA CAUTELAR INOMINADA Nº 06489/2006 – SÃO LUÍS**Requerente:**MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ**Advogados:**Antonio Pacheco Guerreiro Neto e outros**Requerido:**BANCO DO BRASIL**Advogados:**Azarias Cavalcante de Alencar e outros**Relator:** Des. Raymundo Liciano de Carvalho**INTIMAÇÃO**

Torno público para conhecimento das partes interessadas que o Relator, Exmº Sr. Des. Raymundo Liciano de Carvalho, exarou na Petição nº 11714/2007, nos autos em referência, o seguinte despacho: “R.H. J.A. COMO PEDE, POR CINCO DIAS. SÃO LUÍS, 23.08.2007. DES. RAYMUNDO LICIANO DE CARVALHO”.

Coordenadoria das Câmaras Cíveis Isoladas do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, em São Luís 06 de novembro de 2007.

Adriana Queiroz Santos Costa

Coordenadora das Câmaras Cíveis Isoladas

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL**AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 3100/2007 – SÃO LUÍS****Agravante:** Estado do Maranhão**Procurador:** Lorena Duailibe Carvalho**Agravado:** José de Ribamar Castro**Advogados:** Aarão Carlos Lima Castro e Júlio Aderson Borralho Magalhães Segundo**Relator:** Desembargador Marcelo Carvalho Silva**DECISÃO**

Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto pelo Estado do Maranhão, com fundamento nos artigos 527, inciso III, e 558 do Código de Processo Civil, em face da decisão proferida pelo Juiz de Direito da 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de São Luís, que nos autos de ação ordinária ajuizada por José de Ribamar Castro, concedeu, em parte, a antecipação de tutela pleiteada, determinando ao ora agravante que proceda à inclusão no contracheque do autor, do montante de R\$ 15.683,54 (quinze mil seiscentos e oitenta e três reais e cinquenta e quatro centavos).

1. Do cabimento do agravo na modalidade de instrumento

Preliminarmente, consigno que se acham presentes os requisitos para o processamento do presente agravo pela modalidade instrumental. Com efeito, trata-se de recurso manejado contra decisão interlocutória concessiva de antecipação de tutela, hipótese em que a urgência é ínsita ao provimento cuja suspensão está sendo postulada a esta Corte.

A modalidade retida, portanto, é incompatível com a espécie, sob pena de se esvaziar o próprio pedido. É que, como cediço, o agravo retido possui devolutividade diferida, de modo que a apreciação da matéria nele veiculada somente será possível quando de eventual recurso de apelação conhecido pelo Tribunal.

Assim, se a questão diz respeito a urgência, impossível o regime retido, como, a propósito, bem explicita Teresa Arruda Alvim Wambier, in verbis:

Atualmente, porém, o CPC exige que, para que o agravo observe o regime de instrumento, se demonstre a existência de urgência no julgamento do recurso. Como afirma Arruda Alvim, “o descrimento, portanto, entre a possibilidade de agravo de instrumento e retido, passou a ser a urgência. (WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. Os agravos no CPC brasileiro. 4ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006, p. 456)

E continua:

[...]

Nos casos de decisão que defere ou indefere liminares, saber se a decisão é “susceptível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação” consiste no próprio mérito do recurso. Não haverá sentido, desse modo, em exigir-se que o agravante demonstre que se está diante de tal “decisão susceptível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação”, sob pena de se converter o agravo de instrumento em retido. Ora, em tal circunstância, notando o relator do agravo de instrumento que não há urgência, será o caso de se dar ou negar provimento ao recurso, e não de convertê-lo em agravo retido. (WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. Os agravos no CPC brasileiro. 4ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006, p. 459)



Os pressupostos extrínsecos e intrínsecos de admissibilidade exigidos para o regular processamento do recurso foram observados pelo agravante. As peças obrigatórias bem como as facultativas foram juntadas de forma a propiciar o conhecimento da matéria.

Defiro, pois, o processamento do presente recurso pela modalidade instrumentada.

2. Da síntese da demanda

Sustenta o agravante, em suas razões recursais de fls. 02/38, que foi deferido, parcialmente, o pedido de antecipação de tutela formulado em ação ordinária, com escopo de suspender a cobrança da contribuição para o Fundo de Benefícios dos Servidores do Estado do Maranhão – FUNBEM, instituído pela Lei nº 7.374, de 31.03.99, bem como restituir os valores já descontados, determinando a devolução, por meio da inclusão no contracheque do autor, da quantia de R\$ 15.683,54 (quinze mil seiscentos e oitenta e três reais e cinquenta e quatro centavos).

Afirma, com vistas a demonstrar o desacerto da decisão, que é absolutamente inadmissível a concessão de antecipação dos efeitos da tutela contra a Fazenda Pública, sempre que implicar vantagem econômica aos servidores públicos, nos termos do art. 1º da Lei nº 9.494/1997, com expressa remissão ao art. 5º da Lei nº 4.348/1964 e ao art. 1º da Lei nº 8.437/1992.

Esgrima, por outro lado, que o Código de Processo Civil, na dicção do art. 475, inciso II, determina a obrigatoriedade da observância do duplo grau de jurisdição, quando vencida a Fazenda Pública e que, sendo imprescindível o reexame das sentenças definitivas, com maior razão quando se tratar de decisão que antecipa seus efeitos.

Aduz, inclusive, que a decisão inquinada, concedida antes da deflagração do contraditório, fere o regime especial de execução contra a Fazenda Pública, estabelecido pelo art. 730 do CPC, e o procedimento do pagamento através do precatório, conforme estatuído pelo art. 100 da Constituição Federal.

Reclama, ainda, a não observância dos requisitos necessários para a antecipação da tutela, quais sejam, a comprovação da existência de prova inequívoca e da verossimilhança da alegação, a demonstração do fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação e o perigo de irreversibilidade do provimento antecipado.

Defende a legalidade da cobrança, visto que veiculada por legislação pertinente, devidamente promulgada, apontando que os artigos citados pelo autor, ora agravado, e considerados inconstitucionais, não mais existem no mundo jurídico, porque tiveram sua redação alterada ou foram revogados por leis supervenientes.

Assevera que o cumprimento da decisão ora impugnada lhe causará prejuízo, ante a possibilidade de outras decisões, idênticas à ora recorrida, serem concedidas em desfavor da Fazenda Estadual, produzindo efeito multiplicador. Alfinal, firme na argumentação apresentada, pugna pela atribuição de efeito suspensivo ao recurso, para que fique sobrestada a eficácia da decisão inquinada, até o julgamento final do agravado.

O Pleno desta Corte já decidiu pela inconstitucionalidade do desconto dos rendimentos dos servidores públicos para o FUNBEM, razão pela qual determinei a juntada da aludida decisão, com vistas ao deslinde da controvérsia.

Encaminhados os autos à Procuradoria de Justiça, que, por intermédio do Dr. Daniel Ribeiro da Silva, manifestou-se pela conversão do julgamento em diligência, no sentido de que seja determinada a intimação do agravado para, querendo, apresentar contra-razões, conforme parecer lançado às fls. 141/146.

Vieram-me os autos conclusos.

Tudo visto e joeirado.

Decido.

3. Do pedido de efeito suspensivo

O Código de Processo Civil, em seu artigo 558, estabelece que “o relator poderá, a requerimento do agravante, nos casos de prisão civil, adjudicação, remição de bens, levantamento de dinheiro sem caução idônea e em outros casos dos quais possam resultar lesão grave e de difícil reparação, sendo relevante a fundamentação, suspender o cumprimento da decisão até o pronunciamento definitivo da turma ou câmara”. (Grifei).

Como medida de exceção, a suspensão dos efeitos da antecipação da tutela deve cingir-se ao estrito atendimento dos requisitos que lhe são específicos, sendo indispensável a efetiva demonstração de que a execução da decisão poderá resultar lesão grave e de difícil reparação ao agravante. Seu pedido deve, igualmente, pontuar-se em relevante fundamentação. Somente assim será possível a suspensão do decisor até o pronunciamento definitivo do colegiado.

Pois bem.

No caso em apreço, entendo que os argumentos defendidos pelo Estado do Maranhão merecem prosperar, devendo ser deferido o pedido de suspensão da antecipação da tutela concedida.

Isto porque a execução da decisão agravada poderá implicar grave lesão à ordem e economia do Estado, tendo em vista que se consumará com a retirada do Erário, de valores não previstos no orçamento, podendo comprometer o atendimento das metas fiscais preconizadas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, vindo a ser, objetivamente, óbice para continuidade da prestação dos serviços públicos.

Sobreleva esse posicionamento, a circunstância de que, uma vez executada a decisão, a aludida lesão poderá ser potencializada mediante o efeito em cadeia, ou multiplicador, decorrente de outras ações com semelhante objeto, que possam ser ajuizadas nos juízos de base, o que certamente comprometeria a governabilidade do Estado.

Em que pese ter me manifestado, quando do exercício da função judicante de 1º grau, pelo acolhimento da tese do cabimento de antecipação de tutela em face da Fazenda Pública, rendo-me ao entendimento esposado por este Tribunal, acerca de sua inaplicabilidade, quando a medida implicar grave lesão ao Erário, podendo vir a ser potencializada pela reiteração de inúmeras demandas semelhantes, ensejando o chamado efeito multiplicador.

À guisa de exemplo, faço referência à decisão lançada nos autos na Suspensão da Antecipação de Tutela nº 20.754/2006, datada de 19/10/2006, da relatoria do eminente Desembargador Augusto Galba Falcão Maranhão, então presidente desta Corte, que suspendeu a decisão liminar deferida em caso análogo.

Igualmente, convém destacar o seguinte julgado do Pleno deste Tribunal, que também adota a mesma linha de entendimento, in verbis:

AGRAVO REGIMENTAL. SUSPENSÃO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. POSSIBILIDADE DE GRAVE LESÃO À ECONOMIA PÚBLICA E À SEGURANÇA EM CASO DE VIGÊNCIA DA DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. IMPROVIMENTO. I - A decisão que suspende a cobrança da contribuição para o serviço de iluminação pública do Município de São Luís, se configura com possibilidade de grave lesão à segurança e à economia. II - A iluminação pública constitui serviço essencial, indispensável, à segurança e ao bem-estar da população. O comprometimento da receita pode inviabilizar tal serviço. Daí a necessidade de prevalência do interesse público. III - Há necessidade de suspender-se decisões cujo cumprimento pode acarretar reiteração de idênticas demandas ensejando o chamado efeito multiplicador, para o qual tanto o STJ como o STF apresentam idêntico posicionamento àquele adotado na decisão agravada IV - Agravo que se nega provimento. (Grifei)

Por outra banda, no que tange à relevante fundamentação da suspensão pretendida, tem-se que a magistrada de base determinou o levantamento de recursos do Erário e a imediata inclusão desse valor, no contracheque do autor, conforme se verifica na transcrição da parte dispositiva da decisão, in litteris:

Do exposto, preenchidos os requisitos previstos no art. 273 do CPC, concedo, em parte, a tutela requerida tão-apesar para determinar ao Estado do Maranhão que proceda a inclusão no contracheque do autor do montante de R\$15.683,54 (quinze mil, seiscentos e oitenta e três reais e cinquenta e quatro centavos), valor esse descontado indevidamente de seus rendimentos. (Grifei).

Nesse ponto, há que se considerar, embora sem pretender avançar sobre o mérito da causa, que os pagamentos devidos pela Fazenda Pública devem obedecer ao regime dos precatórios, que requer sentença com trânsito em julgado, conforme estatuído no art. 100 da Constituição Federal. A exceção ao regime, albergada pelo art. 87, inciso I, do ADCT, que trata do pagamento de pequeno valor, não alcança o presente caso, haja vista a

incompatibilidade do montante requerido com o limite ali consignado. Nessa senda, verifico que a decisão fere a aplicação do regime do precatório, constitucionalmente consagrado, merecendo, pois, o devido reparo.

4. Conclusão

Ante o exposto, certo de que a execução da decisão recorrida poderá ocasionar ao Estado do Maranhão lesão grave e de difícil reparação, e que foi desrespeitado o regime do precatório, determinado pela Constituição Federal, concedo o efeito suspensivo pleiteado, sobrestando, até o pronunciamento final do colegiado, a eficácia da decisão recorrida.

Intime-se o agravado para, querendo, apresentar contra-razões, no prazo de 10 dias, ficando-lhe facultada a juntada de documentos. Oficie-se ao juiz da causa para que, no prazo de 10 dias, preste as informações que entender necessárias, devendo constar, do mesmo expediente, a comunicação de que foi concedido efeito suspensivo ao agravo.

Após a apresentação das informações, encaminhem-se os autos à Procuradoria Geral de Justiça, para que, se assim entender, apresente manifestação, também em 10 dias.

Cumpridas as diligências acima, voltem-me os autos conclusos.

Publique-se. Intime-se.

Cumpra-se.

São Luís, 11 de outubro de 2007.

Desembargador Marcelo Carvalho Silva

Relator

ÓRGÃO : TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

- CLASSE : AGRAVO DE INSTRUMENTO -

- NÚMERO : 015719 – 2007 - ORIGEM : SÃO LUÍS -

AGRAVANTE: SRA. LETÍCIA MARIA SERRA DE CARVALHO.

ADVOGADOS: DRS. PEDRO LEONEL PINTO DE CARVALHO, SIDNEY FILHO NUNES ROCHA, ANTONIO DE MORAES RÊGO GASPAR, FELIPE SOARES DAMOUS, JEZANIAS DO RÊGO MONTEIRO, PEDRO LUCIANO MOURA PINTO DE CARVALHO, DANIEL BLUME PEREIRA DE ALMEIDA, FRANCISCO OTACÍLIO BELCHIOR SILVA E OUTROS.

AGRAVADA: GOLDEN CROSS – ASSISTÊNCIA INTERNACIONAL DE SAÚDE.

ADVOGADOS: JOUGLAS ABREU BEZERRA JR E WILSON CABRAL HOSOE JÚNIOR.

PROCEDÊNCIA: PRIMEIRA VARA CÍVEL.

JUIZ: DR. GILBERTO DE MOURA LIMA.

RELATORA: DESEMBARGADORA CLEONICE SILVA FREIRE.

- Despacho -

Destarte, em atenção ao disposto no inciso II, do artigo 40, do Código de Processo Civil, defiro o pedido de vista materializado na Petição de nº 20122, concedendo ao Agravado o prazo de 05 (cinco) dias.

Após, voltem-me conclusos.

Cumpra-se. Publique-se.

Estado do Maranhão, São Luís, 06 de Novembro de 2007.

Des.^a Cleonice Silva Freire

Relatora

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 17.753/2007 – SÃO LUÍS

AGRAVANTE: FININVEST S/A – NEGÓCIOS DE VAREJO

Advogados: Dr. Ulisses César Martins de Sousa e outros

AGRAVADA: LÍLIAN THERESA RODRIGUES MENDONÇA

Advogado: Dr. Hilton Mendonça C. Filho

Relator: Des. JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto por FININVEST S/A. – NEGÓCIOS DE VAREJO, contra a decisão proferida pelo Juiz de Direito da Quarta Vara Cível da Capital, Dr. Tyrone José Silva, que nos autos da ação cautelar de exibição de documentos movida por LÍLIAN THERESA RODRIGUES MENDONÇA, determinou que a agravante se abstenha de disponibilizar dados, conceitos negativos e carta de rejeição a crédito da autora, sob pena de multa diária de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

A agravante alega que a carta de rejeição enviada para a agravada teve por objeto apenas a não concessão do cartão de crédito solicitado, o que não surte efeitos em relação à obtenção de crédito no comércio local.

Sustenta que não foram observados os requisitos autorizadores da concessão da liminar, destacando a irreversibilidade do provimento antecipado.

No caso de ser mantida a decisão agravada, pugna pela diminuição do valor da multa diária de R\$ 500,00 (quinhentos reais), por ser abusiva e constituir fonte de enriquecimento ilícito para a parte contrária.

Requer, ainda, prazo de 24 (vinte e quatro) horas para juntada da certidão de intimação da decisão pelo fato de se encontrar a 4ª Vara Cível em correição, o que impossibilitou a instrução do recurso com o referido documento.

Proferi despacho determinando a notificação do juiz do feito para prestar informações e a intimação da agravada para oferecer contra-razões. O primeiro apenas ratificou os fundamentos da decisão, e a segunda apresentou contra-razões aduzindo ter direito ao crédito ante a falta de justo motivo para a não concessão do mesmo.

Assevera que a carta de rejeição emitida pela agravante objetivou abalar o crédito da agravada no comércio local, impedindo-a de adquirir bens de primeira necessidade e que a real intenção da agravante com o presente recurso é apenas se livrar da multa diária fixada na decisão de fls. 90/91.

É o relatório.

Com relação aos pressupostos de admissibilidade, verifico que a recorrente juntou a certidão de intimação da decisão 24 (vinte e quatro) horas após a interposição do recurso. Tendo a mesma apresentado justo motivo para tanto, conheço do recurso com base no disposto no art. 183 do CPC.

Em análise à decisão agravada, não vislumbro os requisitos autorizadores da concessão da tutela antecipada.

Inexistem elementos nos autos que indiquem que a recorrente esteja disponibilizando, ou venha a disponibilizar informações da agravada no comércio local, uma vez que a carta de rejeição, além de não conter dados comerciais, teria por objeto apenas o pedido de concessão de cartão de crédito que é administrado pela agravante. Do mesmo modo, a agravada não apresenta prova inequívoca de que a referida carta está impedindo seu acesso a crédito em outros estabelecimentos comerciais.

Diante do exposto, defiro o pedido de efeito suspensivo. Deixo para análise de mérito a questão relativa à multa diária.

Publique-se e cumpra-se.

São Luís, 19 de agosto de 2007.

Des. JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF

Relator

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 18.751/2007 — SÃO LUÍS

Agravantes: Zanony Passos Silva Filho e Patrícia Espíndola Passos Silva

Advogados: Pedro Américo Dias Vieira, Daisy Maria Dias Vieira, Renata de Vasconcelos Azzolini, João Carlos Duboc Júnior e Thiago Roberto Moraes Diaz

Agravada: L. N. Construções & Comércio Ltda.

Advogados: Tadeu de Jesus e Silva Carvalho, Patrícia Cavalcante Rego Marques, Pedro Leonel Pinto de Carvalho, Jezanias do Rego Monteiro, Sidney Filho Nunes Rocha, Daniel Blume Pereira de Almeida e outros

Relator: Des. Marcelo Carvalho Silva

DECISÃO

I — Suma do caso

Versam estes autos sobre recurso de agravo, na modalidade de instrumento, com requerimento de efeito suspensivo, interposto por Zanony Passos Silva Filho e Patrícia Espíndola Passos Silva, em face da decisão do Juiz de Direito da 6ª Vara Cível da Comarca de São Luís, proferida nos autos da ação de anulação de ato jurídico, cumulada com indenização por danos materiais, proposta por L. N. Construções & Comércio Ltda. em face dos aqui agravantes.



O juízo de base, com a decisão agravada, suspendeu os efeitos de termo de acordo extrajudicial celebrado entre as partes, obstando a lavratura de escritura definitiva de propriedade, em favor dos agravantes, da unidade quinze do Condomínio Lara Liotto Residence II, ou, acaso já realizado o registro, que os agravantes procedam ao seu cancelamento, no prazo de quarenta e oito horas, sob pena de multa diária de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Ao analisar os autos e coletar informações na página do Poder Judiciário na internet (www.tj.ma.gov.br), constatei que já houve anterior recurso de agravo, oriundo de medida incidental ao processo, recurso esse também interposto pela ora agravante e que, registrado sob o número 15.701/2006, foi distribuído à 2ª Câmara Cível e, dentre seus membros, à Desembargadora NELMA CELESTE SOUZA SILVA SARNEY COSTA. Esse recurso foi julgado em 29 de maio de 2007.

Dessa decisão foram opostos embargos de declaração, registrados sob o nº 15.249/2007, distribuídos ao mesmo órgão fracionário e à mesma relatora, tendo sido julgados em 16 de outubro de 2007. Ainda está pendente a lavratura do respectivo acórdão.

Em 26 de setembro de 2007, foi interposto o presente agravo de instrumento, acertadamente distribuído à 2ª Câmara Cível, porém a este Desembargador subscrevente.

II — Motivação da decisão

Não me assiste competência para conhecer e julgar este agravo de instrumento, justamente por conta da interposição dos anteriores agravo de instrumento e embargos de declaração, o que induz prevenção em favor da Desembargadora NELMA SARNEY.

Com efeito, proclama o art. 241, primeira parte, do Regimento Interno:

Art. 241. A distribuição do agravo de instrumento, do habeas corpus e da medida cautelar torna preventiva a competência do relator para todos os recursos posteriores, tanto na ação quanto na execução referente ao mesmo processo [...]

Nem se argumente que o agravo foi interposto em processo cautelar, que tem natureza diversa do processo principal, porque o termo “processo” de que trata o Regimento refere-se à causa ou demanda levada a juízo, abrangendo, como lógico, também os recursos aviados em processos incidentes, que constituem mero apêndice do processo dito principal. Essa interpretação é, ao meu ver, indubitável, porque a dicção do próprio artigo a confirma, ao falar em execução e ação, alusivas ao mesmo processo, quando se sabe que, até recentemente, a execução sempre dava ensejo a novo processo, autônomo em relação ao de conhecimento.

Se a regra vigia, fosse o recurso interposto no processo cognitivo ou executivo, o mesmo, por exigência lógica, deve ocorrer entre o processo cognitivo e o cautelar. Há de se prestigiar a intenção do dispositivo regimental, que é evitar decisões contraditórias, numa mesma causa.

Com efeito, o escopo da prevenção, enquanto causa modificadora da competência, é justamente esse, isto é, evitar decisões conflitantes, o que pode acarretar séria insegurança jurídica, em demérito do Poder Judiciário e com prejuízo para aqueles que dele se valem no intuito de solucionar as controvérsias de cunho subjetivo.

O fim precípuo da jurisdição é a pacificação social. A existência de decisões contraditórias caminha na contramão desse desiderato, pois coloca o cidadão em posição de incredulidade, desconfiança e até mesmo de oposição ao pronunciamento judicial. A insegurança jurídica contraria a razão de ser da jurisdição.

Nessas condições, impõe-se a tomada de medidas que objetivem prevenir a existência de decisões judiciais conflitantes, sendo a prevenção o instrumento processual que serve a esse importante mister.

A prevenção regimental direciona a competência, logo que interposto o segundo recurso. Se, não obstante, houver distribuição a relator diverso, cabe a este reconhecer sua incompetência até o início do julgamento, como se apreende do art. 241, § 4º, do Regimento Interno, in verbis:

§ 4º A prevenção, não reconhecida de ofício, poderá ser argüida por qualquer das partes ou pelo Ministério Público, até o início do julgamento.

Portanto, a competência para funcionar como relatora do presente agravo cabe à Desembargadora NELMA SARNEY.

III — Parte conclusiva

Pelo exposto, devolvo estes autos à Coordenação Cível, para que providencie sua redistribuição.

P. Int.

São Luís, 31 de outubro de 2007.

Desembargador Marcelo Carvalho Silva

Relator

QUARTA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 019880/2007

AGRAVANTE: BANCO BRADESCO S/A

ADVOGADO: ANA NIZETE FORTES VIEIRA RODRIGUES E OUTROS

AGRAVADO: ANTONIO CAMPOS SILVA

ADVOGADO: ONILDO ALMEIDA SOUSA E GEOMILSON ALVES LIMA

RELATOR: DES. JAIME FERREIRA DE ARAUJO

D E C I S Ã O

Vistos, etc.

Cuidam os autos de agravo de instrumento com pedido liminar interposto pelo agravante Banco Bradesco S/A em face do agravado Antonio Campos Silva, pelo qual se requer seja atribuído efeito suspensivo à decisão de primeira instância que determinou o levantamento do valor de R\$ 163.439,36 (centro e sessenta e três mil, quatrocentos e trinta e nove reais e trinta e seis centavos), quantia até então bloqueada para a regular garantia da efetividade do processo, mediante a apresentação de caução pelo exequente consistente em quarenta e três touros reprodutores nelores estimados em R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) cada.

O processo cognitivo originário trata de ação monitória, em que o Agravado cobra dívida decorrente de títulos de capitalização, com juros e correção monetária.

Após publicada a sentença e julgados improcedentes os embargos à execução, o Agravado solicitou a expedição de alvará para a liberação da quantia bloqueada em seu favor.

Em vista disso, o Órgão Jurisdicional de primeira instância atendeu ao requerimento do Agravado-exequente, determinando o levantamento da garantia da execução, aceitando a já citada caução.

É a síntese do necessário.

Passa-se à análise do pedido liminar inaudita altera pars.

Segundo consta das razões do Agravo de Instrumento em tela, requer-se a concessão de efeito suspensivo ao presente recurso, nos termos do artigo 527, inciso III do CPC, com o fito de autorizar o agravante a não cumprir as ordens constantes dos alvarás expedidos.

Alega-se que a caução apresentada pelo Agravado-exequente é bastante desproporcional, sendo o seu valor pecuniário manifestamente inferior à importância monetária que visa a garantir, tornando-se insuficiente e inidônea.

O valor do bloqueio representa R\$ 163.439,36 (centro e sessenta e três mil, quatrocentos e trinta e nove reais e trinta e seis centavos) e a caução consiste em quarenta e três touros reprodutores nelores estimados pelo Agravado em R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) cada, e, segundo a apuração do Agravante, tais animais não chegariam a representar R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

Com efeito, uma vez não provada nos autos em que tramita a execução a propriedade dos bens oferecidos em caução, bem como diante da previsão legal contida no artigo 827 do Código de Processo Civil que não estabelece animais como modalidade de caução, verificada a plausibilidade da medida requerida pelo Agravante, diante da possibilidade de irreversibilidade do levantamento da quantia em litígio, CONCEDO a medida liminar na forma requerida pelo Agravante à fl. 07 dos autos, atribuindo efeito suspensivo ao presente recurso de Agravo de Instrumento, com substrato no inciso II, do artigo 527 do CPC, observando o levantamento dos valores contidos nos respectivos alvarás expedidos por ordem da MM. Juíza de primeira instância. Oficie-se a MM. Juíza da Comarca de Santa Luzia, dando-lhe conta desta decisão, a fim de que a mesma tome ciência e possa apresentar as informações que lhe convierem.



Intime-se o Agravado para os fins do artigo 527, inciso V, do CPC.
Oficie-se ao Banco Bradesco S/A, agência de Santa Luzia-MA, via fax, para que se abstenha de pagar eventuais alvarás para levantamento da quantia ora questionada.

Publique-se e Cumpra-se.

São Luís (MA), 11 de outubro de 2007.

Des. Jaime Ferreira de Araújo

Relator

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 20329-2007 – SÃO LUÍS.

Agravantes: José Dácio Gomes de Castro Neto e outra.

Advogados: Geomilson Alves Lima e Luís Alberto Avelar Santos.

Agravada: Tecnege Tecnologia Civil Ltda.

Advogados: Sandro Silva de Sousa e outros.

Relator: Des. Antonio Guerreiro Júnior.

DECISÃO

José Dácio Gomes de Castro Neto e Elani Cristina Vieira Magalhães Castro interpuseram agravo de instrumento contra decisão do Juiz de Direito da 8ª Vara Cível da Comarca de São Luís que, nos autos da ação redibitória movida contra a empresa Tecnege Tecnologia Civil Ltda., indeferiu a tutela antecipada requerida pelos agravantes.

Arguem os recorrentes que há vício redibitório no bem imóvel adquirido perante a agravada, sendo pertinente suspender os pagamentos das parcelas do financiamento por si contraído, bem como a eventual inclusão de seus nomes nos órgãos de proteção de crédito e quaisquer inscrições no cartório do registro de imóveis.

Alegam que os problemas estruturais do imóvel ensejaram várias reformas, o que comprometeu o sustento da família, inclusive prejudicando as condições de pagamento das prestações avençadas.

Argumentam que estão morando em imóvel deteriorado, o que não foi levado em consideração pelo magistrado de base, que não observou o desequilíbrio econômico do contrato sub judice.

Requerem a atribuição de efeito suspensivo ao recurso.

É o relatório.

Decido.

De início, tenho que o recurso foi instruído com as peças obrigatórias e, por se tratar de tutela de urgência, admito a interposição do presente agravo por instrumento, nos termos do novel art. 522, 2ª parte, do CPC.

Quanto à suspensividade recursal, em si, não verifico, nesta análise premonitória, a presença simultânea dos requisitos indispensáveis à concessão do pleito liminar postulado.

Senão vejamos.

A concessão da tutela antecipada depende de prova inequívoca e da verossimilhança das alegações dos recorrentes.

Os recorrentes adquiriram o apartamento 702, Bloco I, do Empreendimento Residencial Condomínio Praia do Olho D'água, conforme cláusula 2.4.1 do contrato de promessa de compra e venda acostado às fls. 15/31.

Presumindo que o relatório de vistoria do CREA/MA de fls. 34/37 inspecionou o apartamento sob litígio ("702-A"), observo que as situações de fato atribuídas na perícia, ao menos nesta análise premonitória, não são suficientes a garantir, com segurança, o direito dos recorrentes em deixar de pagar financiamento que avençaram.

Diga-se isto porque, salvo melhor juízo, as avarias indicadas não são suficientes para garantir a falta de habitabilidade do imóvel, conforme deduzido pelo juízo de base, sendo, portanto, desproporcional assegurar, neste contexto, o não pagamento das parcelas vencidas e vincendas do contrato.

Demais disso, as despesas decorrentes dos consertos do imóvel, caso existentes, podem, via de regra, justificar desconto em parcela, muito mais do que a sua completa isenção.

Daí, não vislumbrei prova inequívoca ou mesmo verossimilhança nas alegações dos agravantes.

Em face do exposto, indefiro o efeito suspensivo postulado.

Notifique-se o magistrado a quo para, no decêndio legal, prestar as informações necessárias.

Intime-se a agravada para que, no prazo de 10 (dez) dias, venha a apresentar resposta ao presente recurso, facultando-lhe juntar a documentação que entender conveniente.

Ultimadas as providências acima determinadas, remetam-se os autos à d. Procuradoria Geral da Justiça. Publique-se.

São Luís, 31.10.2007.

Des. Antonio Guerreiro Júnior.

RELATOR

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 20493/2007 — SÃO LUÍS

Agravante: Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil - CASSI

Advogados: José Manuel de Macedo Costa Filho, George Luís Santos Sousa, Sueli Reis de Souza, Sérgio Augusto Coelho da Silva Filho, Mariana Elias Setúbal, Camila Rocha e Benevides, Elisângela da Silva Nogueira, Roberto Rocha de Carvalho, Fernanda Gomes Oliveira

Agravado: Carlos Bernardo de Carvalho Meirelles

Advogados: Bento Raimundo Mendes Neto, Nunno Penha Costa, Eduardo de Pádua Cruz Sousa

Relator: Desembargador Marcelo Carvalho Silva

DECISÃO

Trata-se de recurso de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, manejado pela Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil – CASSI, tendo em vista a decisão proferida pelo Juiz de Direito da 7ª Vara Cível da Comarca de São Luís, que, nos autos da ação ordinária de obrigação de fazer proposta por Carlos Bernardo de Carvalho Meirelles, deferiu o pedido de liminar, determinando que a ré, ora agravante, autorize a realização de exame médico específico em sua rede credenciada de atendimento.

A decisão atacada ordenou que a agravante suportasse os custos da realização de exame de tomografia, conhecida na área médica pela sigla PET, tipo "cintilografia", com emissão de "positrons", com "spectroscopia" e "fdg", com o objetivo de atestar o estágio em que se apresenta um tumor maligno (câncer) descoberto no pulmão do agravado, cominando multa de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) em caso de descumprimento.

1. Da admissibilidade do agravo na modalidade de instrumento.

Os pressupostos extrínsecos e intrínsecos de admissibilidade exigidos para o regular processamento do recurso foram observados pela agravante. As peças obrigatórias bem como as facultativas foram juntadas de forma a propiciar o conhecimento da matéria.

Consigno, por outro lado, que se acham presentes os requisitos para o processamento do presente agravo pela modalidade instrumental. Com efeito, trata-se de recurso manejado contra decisão interlocutória que deferiu a antecipação de tutela, hipótese em que a urgência é ínsita ao provimento, cuja suspensão está sendo postulada a esta Corte.

A modalidade retida, portanto, é incompatível com a espécie, sob pena de se esvaziar o próprio pedido. É que, como cediço, o agravo retido possui devolutividade diferida, de modo que a apreciação da matéria nele veiculada somente será possível quando de eventual recurso de apelação conhecido pelo Tribunal.

Assim, se a questão diz respeito a urgência, impossível o regime retido, como, a propósito, bem explicita Teresa Arruda Alvim Wambier, in verbis:

Atualmente, porém, o CPC exige que, para que o agravo observe o regime de instrumento, se demonstre a existência de urgência no julgamento do recurso. Como afirma Arruda Alvim, "o discrímen, portanto, entre a possibilidade de agravo de instrumento e retido, passou a ser a urgência. (WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. Os agravos no CPC brasileiro. 4. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006, p. 456)

E continua:

[...]

Nos casos de decisão que defere ou indefere liminares, saber se a decisão é "susceptível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação" consiste no próprio mérito do recurso. Não haverá sentido, desse modo,

em exigir-se que o agravante demonstre que se está diante de tal “decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação”, sob pena de se converter o agravo de instrumento em retido. Ora, em tal circunstância, notando o relator do agravo de instrumento que não há urgência, será o caso de se dar ou negar provimento ao recurso, e não de convertê-lo em agravo retido. (WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. Os agravos no CPC brasileiro. 4. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006, p. 459) Defiro, pois, o processamento do presente recurso pela modalidade instrumentada.

2. Da suma da espécie.

A agravante expõe, em suas razões recursais (fls. 3/12), que o agravado é parte no contrato de Plano de Saúde Coletivo por Adesão – Plano Saúde Família –, sob a matrícula de nº 100.173.155-4, desde 03.04.1997, cujo objeto é garantir ao usuário a cobertura de despesas com assistência médico-hospitalar, de naturezas clínica, cirúrgica e obstétrica, exames complementares, serviços auxiliares de diagnose e de terapia, observadas as condições estabelecidas no próprio instrumento particular. Relata que no início do mês de outubro do corrente ano, recebeu solicitação, em nome do agravado, de autorização de cobertura de despesas oriundas de procedimento médico denominado “cintilografia” com emissão de “positrons”, “PET-fdg”. Informa que, manejando os mecanismos de regulação, próprios do contrato, negou atendimento ao pleito formulado, sob a justificativa de que o mesmo não constava do rol de procedimentos médicos da Agência Nacional de Saúde Complementar – ANS, assim como da Tabela Geral de Auxílios da CASSI – TGA, que corresponde ao rol de serviços médicos abrangidos pelo contrato celebrado.

Afirma que a negativa de cobertura deu-se em razão da observância à lei e ao contrato ajustado entre as partes, aduzindo, para tanto, que a Cláusula nº 17 do instrumento particular estabelece, de forma expressa, a exclusão de despesas oriundas de procedimentos não constantes na Tabela Geral de Auxílios – TGA, do plano, e que pelos dispositivos da Lei nº 9.656/98, que rege a matéria, os planos de saúde não podem ser compelidos a custear tratamentos outros, além daqueles descritos no rol legalmente determinado, sob pena da quebra injustificada do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Ressalta que ao negar a referida cobertura, agiu em exercício legal de direito, que lhe é reconhecido, não só pela lei que disciplina a atividade, mas também pelo contrato que rege a relação jurídica estabelecida entre as partes, e que coloca à disposição de seus usuários, procedimentos médicos altamente eficazes, mas que distintos daquele demandado pelo recorrido. Alega que não houve omissão ou recusa injustificada de sua parte, tampouco descumprimento da legislação vigente, ou das cláusulas contratuais, que dessem ensejo ao preenchimento dos requisitos da verossimilhança das alegações ou fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, necessários para a concessão da antecipação de tutela.

Pretende o provimento de seu recurso, para que seja atribuído efeito suspensivo ao presente agravo de instrumento, por entender que a manutenção da decisão implicará prejuízos irreparáveis a seus associados. Essa a suma da espécie.

Tudo visto e joeirado. Decido.

3. Do pedido de efeito suspensivo

O ponto central da controvérsia é saber se deve haver cobertura, pelo plano de saúde, de procedimento não constante do rol oficial preconizado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e da lista constante da Tabela Geral de Auxílios, derivada do contrato.

Segundo relata o agravado, em janeiro deste ano, quando deslocou-se para a cidade de São Paulo, a fim de verificar a evolução de um tratamento de câncer na garganta, foi detectado a presença de outro tumor maligno, desta feita no pulmão, tendo se submetido a novas sessões de quimio e radioterapia, em razão desta nova descoberta.

Prossegue, afirmando que, após os novos procedimentos, foi requisitada, pelo médico que o assistiu, a realização de um exame, concernente numa tomografia, conhecida na área médica pela sigla PET, tipo “cintilografia”, com emissão de “positrons”, com “spectroscopia” e “fdg”, com o objetivo de atestar o estágio em que se encontra o câncer descoberto no pulmão, para aferir o grau da resposta ao tratamento.

Destaca que, em se tratando de câncer de pulmão, somente através desse tipo de exame é que o médico pode ter conhecimento do real grau em que se encontra a doença, porque permite obter imagens que informam o estado funcional dos órgãos e não somente do seu estado morfológico, como as técnicas da radiologia propriamente dita.

Pois bem.

Em que pese a opção do agravado pelo tratamento na cidade de São Paulo, vigora a presunção de que foi utilizada a rede de médicos e hospitais credenciados da agravante, haja vista não haver qualquer reclamação que desabone esse entendimento.

Sendo o questionado exame solicitado por médico credenciado para prestação de serviços junto aos usuários do plano de saúde, verifico que fica afastada a tese esgrimada pela agravante, que a desobriga de arcar com despesas relativas ao procedimento, sob a justificativa de que o mesmo não consta na relação dos exames oficiais.

Quem contrata com um plano de saúde imagina obter tratamento adequado, no momento oportuno. Para tanto, paga as mensalidades estipuladas em cálculo atuarial, aguardando que a prestação de serviço seja suficiente para manter sua saúde.

Ora, o contrato firmado entre as partes garante ao usuário, conforme sua Cláusula 1ª (fl. 77), a cobertura de despesas com assistência médico-hospitalar, de naturezas clínica, cirúrgica e obstétrica, exames complementares, serviços auxiliares de diagnose e de terapia e com tratamentos especializados.

A exclusão de qualquer procedimento representa limitação dos riscos assumidos no contrato, pelo plano de saúde, assim como obstáculo para o resultado pretendido pelo usuário. O exame discutido enquadra-se no item “exames complementares”, devidamente cobertos pelo plano. Havendo cobertura para exames complementares e sendo o procedimento uma espécie desse gênero, não é crível que o procedimento seja negado, pois tal conduta fere o princípio da boa-fé que deve nortear os contratos.

Nesse ponto, inarredável a aplicação das normas do Código de Defesa do Consumidor, sobrepondo-se às restrições constantes das cláusulas contratuais, que devem ser afastadas por abusividade. Impende interpretar as cláusulas do contrato de forma mais favorável ao consumidor, parte notadamente hipossuficiente desta relação, viabilizando o procedimento novo, não constante do rol oficial, por subsunção ao fato de que há previsão genérica sobre o assunto.

Seria um contra-senso admitir que o serviço de cobertura prestado pela agravante, que tem por finalidade a manutenção da saúde do usuário, inclusive a cura de quaisquer enfermidades, fosse prejudicada ou interrompida por cláusula limitativa de procedimentos que visam simplesmente diagnosticá-las.

Indago: poderia o profissional prestar adequado serviço de saúde, sem o suficiente conhecimento do quadro clínico do paciente?

Nessa linha, vedar o diagnóstico implica vedar a própria cura.

Entendo que o câncer é uma enfermidade grave, que pela própria natureza, exige providências urgentes, notadamente aquelas que se destinam a investigá-lo. É sabido que aumentam os índices de cura, na medida em que os diagnósticos são feitos prematuramente. Isso quer dizer que, quanto mais cedo se disponibilizar as informações que possam propiciar a cura, maiores chances terá o paciente de viver normalmente. É uma luta contra o tempo.

Nesse diapasão, a Lei nº 9.656/1998, que regula os planos de saúde, prevê, em seu art. 35-C, que, para casos de urgência, é obrigatória a cobertura das despesas com o atendimento do usuário, conforme se vê, in verbis:

Art. 35-C. É obrigatória a cobertura do atendimento nos casos:

I - de emergência, como tal definidos os que implicarem risco imediato de vida ou de lesões irreparáveis para o paciente, caracterizada em declaração do médico assistente;

Ademais, felizmente, a medicina está intimamente associada com pesquisas e novas tecnologias, buscando oportunizar tratamentos seguros e eficazes, com o fito de garantir a saúde da população. O exame, posto que específico, com maior probabilidade de oferecer um seguro diagnóstico ao caso, se revela como pertinente e útil.

Por outro lado, verifico que devem ser sopesados os efeitos da observância de dois bens juridicamente protegidos, ora em discussão: a vida e a literalidade dos contratos. Sem comportar maiores divagações a respeito, não vejo porque sobrelevar uma cláusula restritiva de direitos, em detrimento da saúde, ou quem sabe, da vida do usuário, especialmente quando o contrato em questão se ocupa em propiciar melhores condições de vida ao contratante.

Assim, não merece reparos a decisão do magistrado de base, que reconhecendo a urgência do procedimento, deferiu a tutela antecipada, como útil instrumento para realização do exame requerido.

4. Parte conclusiva

Ante o exposto, tendo em vista que, em juízo de cognição sumária, o vestígio do direito não caminha ao lado da agravante, indefiro o pedido de efeito suspensivo ora pleiteado, devendo ser mantido incólume o teor da decisão atacada, até o julgamento final, pelo Colegiado, do presente recurso.

Requisitem-se informações ao juiz a quo, que deverá apresentá-las no prazo de 10 (dez) dias, devendo constar, do mesmo expediente, a comunicação de que foi concedida a tutela antecipada.

Intime-se o agravado, mediante publicação na imprensa oficial, do inteiro teor desta decisão e para que, também em 10 (dez) dias, apresente, querendo, contra-razões ao agravo, ficando-lhe facultada a juntada de documentos.

Escoados os prazos acima, com ou sem manifestação, encaminhem-se os autos à Procuradoria de Justiça, que, se assim entender, intervirá, igualmente em 10 (dez) dias.

Juntado o parecer ministerial, voltem-me os autos conclusos.

Publique-se. Cumpra-se.

São Luís, 24 de outubro de 2007.

Desembargador Marcelo Carvalho Silva

Relator

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO nº 020560-2007

Agravante: Banco da Amazônia S.A

Advogados: Jefferson Wallace G. M. França e outros.

Agravada: Flor de Lys Fialho Felix

Advogados: Aleksandra Lyra Pessoa Reis Caldas e outros.

Relatora: Des. Nelma Celeste Souza Silva Sarney Costa

Vistos etc.,

Trata-se de Agravo de Instrumento, com pedido de efeito suspensivo, contra a decisão do Juízo de Direito da 3ª Vara da Capital que, nos autos da Ação Ordinária com Pedido de Tutela Antecipada nº 10.887/2007, proferiu decisão determinando a imediata restituição do valor investido atualizado, equivalente ao valor de R\$ 21.509,91 (vinte e um mil, quinhentos e nove reais e noventa e um centavos), devendo ser o mesmo comprovado pelo Banco Réu, no prazo de 48 horas, sob pena de multa diária de R\$ 1.000,00 (um mil reais) valor que considera punição proporcional, sendo o dies a quo correspondente ao primeiro dia após momento da intimação deste mandado.

Sustenta o Agravante que existe possibilidade do grave dano decorre justamente da liberação dos valores à Agravada sem a devida caução do juízo, na forma estabelecida no art. 475-O, III, do CPC, bem assim assevera que a quantia pleiteada pela Recorrida não se encontra em seu poder, eis que como determina a Lei nº 6.024/74 este está indisponível em razão da intervenção decretada no Banco Santos S/A, desse modo a execução da medida importará em lesão ao patrimônio do Banco e outros clientes seus.

Afirma que o risco de lesão é maior para o Agravante, tendo em vista que pode não ter recursos financeiros suficientes a retornar ao status quo ante, salientando que o Juízo de base não obedeceu ao disposto no art. 273, § 3º, 461, § 4º e 5º, e 461-A, §2º, do CPC.

Por outro lado, assevera a ilegalidade da aplicação de multa em caso de descumprimento da decisão, visto que a Agravada pretende ser restituída do valor, e que a lei permite a condenação de astreintes somente nas obrigações de fazer, como dispõe o art. 461, §4º e 287, do CPC.

Por fim, requer sejam suspensos os efeitos da tutela antecipada ou somente a aplicação da multa, ou ainda que seja prestada a caução idônea,

ao final que o mesmo seja julgado procedente para cassar a decisão de base, sendo expressamente manifestado acerca da natureza da obrigação.

É o breve relatório. Decido.

A Agravante obedeceu ao comando do artigo 525, inciso I do Código de Processo Civil e, estando presentes os demais pressupostos imprescindíveis para o conhecimento do presente recurso, conheço do mesmo e passo à análise da medida liminar requerida, cabível nesse momento processual.

O artigo 527, III do Código de Processo Civil faculta ao relator, com base nas peculiaridades e relevância do caso examinado, convencendo-se da relevância da alegação e ante o provável prejuízo decorrente da demora da entrega jurisdicional, conceder o efeito suspensivo a pretensão recursal.

Inferre-se, portanto, que o Agravante deve demonstrar a ocorrência simultânea de ambos os requisitos, quais sejam, a possibilidade de ocorrência de lesão grave e de difícil reparação e, também, a presença de fundamentação robusta.

Com efeito, em análise inicial, não constato a existência do fumus boni iuris, pois, o que se vê realmente na inicial é que o Banco processado não recebeu autorização da correntista-Agravada para investir seus recursos na aplicação tornada indisponível por força da intervenção junto ao Banco Santos, impondo mencionar que, como prestador de serviços financeiros, o Agravante deve agir sempre com boa-fé e estrito cumprimento aos requerimentos formulados por seus clientes, o que não fora feito no presente caso.

Além disso, o fato do Magistrado de Base ter previsto a aplicação de multa em caso de descumprimento do decisum busca tão-somente impor a obediência da parte ao dispositivo da decisão.

Ademais, não vislumbro como a quantia de R\$ 21.509,91 (vinte e um mil, quinhentos e nove reais e noventa e um centavos) pode causar lesão de grande monta ao Recorrente, tendo em vista se tratar de Banco com grande capacidade financeira.

Isto posto, INDEFIRO o pedido de liminar, a fim de que sejam mantidos os efeitos da decisão da lavra do Juízo monocrático, até o julgamento do presente agravo.

Comunique-se a presente decisão ao MM. Juiz da causa, a fim de que preste as informações que considerar necessárias em 10 (dez) dias.

Intime-se a agravada para resposta, nos termos do artigo 527, inciso V do Código de Processo Civil.

Após, remetam-se os autos à Procuradoria Geral de Justiça.

Publique-se. Cumpra-se.

São Luís, 30 de outubro de 2007.

Desa. Nelma Celeste Souza Silva Sarney Costa

Relatora

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO nº 020917-2007 – São Luís – MA

Agravante: O. de S. Viana Comércio

Advogados: Mauro Gustavo Guimarães Serra, Flávio Moura Fé Lima

Agravado: Gestor da UNAF – Sefaz/MA de Timon

Relatora: Des. Nelma Celeste Souza Silva Sarney Costa

Vistos etc.,

Trata-se de pedido de reconsideração (fls. 134/136) de decisão por mim proferida, que concedeu liminar reconhecendo a irregularidade na apreensão de mercadorias como meio coercitivo para pagamentos de tributos.

O Agravado argumenta que o motivo de retenção das mercadorias dera-se pela irregularidades da operação e documentos fiscais inidôneos. Argumenta que não foi localizado nenhum estabelecimento no endereço informado pela Agravante e sim uma residência e que o contribuinte emitente da nota fiscal está com a situação cadastral suspensa e irregular. Afirma que a atividade econômica do Agravante é comércio de doces, balas, bombons e semelhantes, incompatível, portanto, com o tipo de mercadoria apreendida – cigarro.

Assevera que não foi constatado no Banco de Dados da Secretaria de Fazenda do Maranhão a origem da mercadoria – nove mil pacotes de cigarros.

Informa que as notas fiscais apresentadas omitiam indicações de terminadas na legislação, sendo, portanto, inidôneas, pois não estavam autenticadas, na forma estabelecida pela legislação tributária estadual.

Ao final, requer a reconsideração in totum da decisão concessiva de liminar, para que não sejam liberadas as mercadorias e sejam preservadas as provas necessárias à apuração dos possíveis ilícitos cometidos pela Agravante.

É o breve relatório. Decido.

É cediço que nosso ordenamento jurídico, em sua seara processual, está a passar por uma onda renovadora, com a edição de leis que visam desafogar as vias judiciais, na busca por uma real, efetiva e célere entrega da tutela jurisdicional.

Exatamente esse é o afã da Lei nº 11.187 de 19 de outubro de 2005, em vigor desde o dia 19 de janeiro do corrente ano, que alterou o regime do Recurso de Agravo de Instrumento e Retido.

Por essa nova sistemática, além das modificações pertinentes ao próprio cabimento desse recurso, foi estabelecida vedação à interposição de recurso contra a decisão liminar que, com fulcro no art. 527, III, do Código de Processo Civil, concede ou nega efeito suspensivo ao Agravo de Instrumento, ou, ainda, antecipa ou não os efeitos da tutela recursal.

Houve, pois, a supressão do Agravo Interno nas mencionadas situações, bem como na decisão monocrática do Relator que converte o Agravo de Instrumento em Agravo Retido.

Todavia, o art. 527, parágrafo único, do Código de Processo Civil, com redação da novel legislação, que visam, justamente, obstaculizar a interposição de sucessivos recursos, o que traria uma delonga indesejada. Válida a sua transcrição:

“Parágrafo único. A decisão liminar, proferida nos casos dos incisos II e III do caput deste artigo, somente é passível de reforma no momento do julgamento do agravo, salvo se o próprio relator a reconsiderar.”

Desse modo, tem-se que a única possibilidade aberta à reforma da decisão antes da apreciação pelo órgão colegiado, nas hipóteses vertentes, é o exercício do juízo de retratação pelo próprio Desembargador Relator, o qual deverá se convencer do desacerto da sua decisão ou de eventuais vícios que a acobertem.

Nessa esteira, em razão do pedido de retratação interposto por meio da petição de fls 134/136, convém apreciar a pretensão apresentada pelo Agravante.

Em reanálise dos fatos, merece ser acolhida as alegações do Agravado, pois na inicial do presente recurso vem o Agravante de má-fé discutir a possibilidade de apreensão de mercadorias como meio coercitivo de pagamento de tributo.

Ora, o que se vê é a má-fé do Agravante em tentar liberar a mercadoria a qualquer custo. Depreende-se que a há inúmeras regularidades nos documentos apresentados e que a apreensão é plenamente legal no caso em voga, vejamos:

Anota, a propósito, Hugo de Brito Machado:

“Importante esclarecer que a apreensão de mercadorias pode ser juridicamente válida. Só é inconstitucional quando se presta como forma para compelir o contribuinte ao pagamento do tributo. É válida, porém, quando se destina à formação da prova do ilícito fiscal”. (“in” Aspectos Fundamentais do ICMS, p. 235).

Destarte, diante dos documentos colacionados, reconsidero minha decisão, para que não sejam liberadas as mercadorias e sejam preservadas as provas necessárias à apuração dos possíveis ilícitos cometidos e omitidos na exordial do presente recurso.

Publique-se. Intime-se.

Após, remetam-se os autos à Douta Procuradoria Geral de Justiça. São Luís, 01 de novembro de 2007.

Desª NELMA CELESTE SOUZA SILVA SARNEY COSTA
RELATORA

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 020970 – 2007 – São Luís-MA

Agravante:Banco Bem S/A.

Advogados:Maria de Fátima Gonzalez Leite, Christianne Gonzalez Leite.

Agravada:Rosário de Fátima Silva Aires.

Advogado:Carlos Santana Lopes, Márcia Andréia Ferreira Pereira.

Relatora:Desª. Nelma Celeste Souza Silva Sarney Costa.

Vistos, etc...

Trata-se de Agravo de Instrumento, com pedido de efeito suspensivo, contra decisão proferida pelo Juiz de Direito da 6ª Vara Cível da capital que, nos autos da Ação de Indenização nº. 14.371/2001, deferiu o pedido de penhora de dinheiro constante na conta bancária do Agravante no importe de R\$ 412.551,51 (quatrocentos e doze mil, quinhentos e cinquenta e um reais e cinquenta e um centavos).

Em apertada síntese, o Agravante alega que a decisão que determinou a penhora do numerário em sede de execução provisória afronta diversos dispositivos processuais, pois estabeleceu a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, de que trata o art. 475-J, do CPC, em sede de execução provisória.

Sustenta que a penhora, levando-se em consideração os princípios comezinhos ao processo executivo, deveria recair sobre as LFT's - Letras Financeiras do Tesouro, eis que o dinheiro penhorado não lhe pertence, e sim aos clientes e investidores que capitalizam a instituição financeira ora Agravante.

Continua a asseverar que a ordem legal de bens a serem penhorados não é absoluta, fato este que autoriza a substituição do montante executado pelas sobreditas LFT's. Afirma, outrossim, que a presente execução caminha de forma bastante onerosa para o Agravante, fato este que também autoriza a anulação da penhora que ora se ataca.

Aponta o perigo na demora no fato de que o Agravante encontra-se impossibilitada de fazer uso de seu capital de giro, lhe prejudicando de forma contundente em suas atividades. Sustenta, ainda, que poderá a Agravada requerer o levantamento da quantia penhorada sem a devida prestação de caução idônea, fato este que, de igual sorte, impõe o provimento do presente recurso.

No que pertine ao *fumus boni iuris*, relata que os fundamentos brevemente narrados atestam a procedência de suas alegações, no sentido de que não se revela possível a aplicação da multa de 10% (dez por cento) em casos de execução provisória e que, conforme diversos dispositivos, a penhora do dinheiro se mostra medida mais onerosa em relação à penhora das LFT's.

Com base nesses argumentos, requer a atribuição de efeito suspensivo ao recurso para suspender a penhora realizada e, ao final, sua confirmação para reformar a decisão agravada, no sentido de suspender o processo executivo até o trânsito em julgado da decisão exequenda, anulando-se a multa de 10% (dez por cento) e, ainda, a substituição da penhora do dinheiro pelas LFT's, devolvendo-se integralmente o quantum executado.

É o breve relatório. Decido.

O Agravante obedeceu ao comando do artigo 525, inciso I do Código de Processo Civil e, estando presentes os demais pressupostos imprescindíveis para o conhecimento do presente recurso, conheço do mesmo e passo à análise da medida liminar requerida, cabível nesse momento processual.

O artigo 527, III do Código de Processo Civil faculta ao relator, com base nas peculiaridades e relevância do caso examinado, convencendo-se da verossimilhança da alegação e ante o provável prejuízo decorrente da demora da entrega jurisdicional, conceder o efeito suspensivo à pretensão recursal.

Analisando os argumentos esposados na peça recursal, verifico que a manutenção da decisão recorrida não possui o condão de acarretar prejuízos irreparáveis, quicá de difícil reparação ao Agravante, eis que a decisão recorrida tão somente determinou a penhora de numerário pertencente ao Banco Agravante.

A manutenção da penhora do dinheiro, que embora se revele vultosa quantia, não trará percalços suficientemente bastantes para o deferimento da liminar recursal pretendida, já que a sobredita quantia, conforme determinou a deliberação agravada, permanecerá em poder do juízo de origem. Dessarte, não resta patente o requisito do perigo da demora do provimento pretendido.

Portanto, uma vez incorrendo simultaneamente os requisitos para a concessão do efeito suspensivo a decisão, a saber o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*, desautorizado está o seu deferimento.

Deve-se ressaltar que esta decisão não autoriza a Agravada a efetuar o levantamento dos valores penhorados, dirigindo-se tão-somente no sentido de manter a constrição sobre os valores em referência.

Em sendo deferido, pelo magistrado de base, eventual pedido de levantamento de valores sem a devida caução, poderá ser este decism objeto de novo recurso como forma de amparar o direito da parte e evitar prejuízo de difícil reparação.

Isto posto, INDEFIRO o pedido de efeito suspensivo ao recurso, mantendo a decisão agravada nos termos em que foi proferida.

Comunique-se a presente decisão ao MM Juiz da causa, a fim de que preste as informações que considerar necessárias em 10 (dez) dias.

Intime-se a Agravada para oferecer contraminuta, nos termos do artigo 527, inciso V do Código de Processo Civil.

Após, remetam-se os autos à Procuradoria Geral de Justiça.

Publique-se. Cumpra-se.

São Luís, 1º de novembro de 2007.

Desª. NELMA CELESTE SOUZA SILVA SARNEY COSTA
RELATORA

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO nº 021159-2007 (3ª Vara Cível de São Luís)

AGRAVANTE: Euromar Automóveis e Peças Ltda.

ADVOGADA: Ana Luísa Rosa Veras (16/179/180/199/227/238)

AGRAVADA: Priscila André Aquino Milhomem

ADVOGADOS: Manoel Augusto Martins de Almeida, José Roberto Farias de Araújo Filho e Raimundo do Nascimento Braga Filho

INTERESSADO: Banco Finasa S/A

ADVOGADO: Dirceu Riker Franco

RELATOR: Des. Stélio Muniz

DECISÃO

A agravante se insurge contra decisão (fl. 276) do juízo da 3ª Vara Cível desta Capital, nos autos da Indenizatória nº 001257-2006, que recebeu apelação (fls. 228-238) por ela interposta somente no efeito devolutivo, e assim o fez, como aduz a recorrente, embasada no inciso VII do art. 520 do CPC, única das hipóteses ali relacionadas que teria ligação com este caso concreto.

Entendo oportuno transcrever a norma citada, verbis:

“Art. 520. A apelação será recebida em seu efeito devolutivo e suspensivo. Será, no entanto, recebida só no efeito devolutivo, quando interposta de sentença que:

.....
VII – confirmar a antecipação dos efeitos da tutela;” (grifei)

Argumenta, a agravante, trazendo doutrina e decisões nesse sentido, que a interpretação adequada ao dispositivo retro, até por ser uma exceção, e, como tal, não deve ser ampliada, é aquela onde a aplicação do efeito único é limitada somente ao que havia sido antecipado e foi confirmado, permanecendo válida a regra do duplo efeito para o restante dos pedidos deferidos na sentença.

Nesse diapasão, ressalta, a recorrente, que a tutela antecipada foi concedida (fl. 120) somente para determinar a ela que providenciasse a expedição de novo CRLV, em nome da agravada, além do documento de transferência respectivo.

Já quando da elaboração da sentença (fls. 210-225), o magistrado de base, além de confirmar a decisão liminar acima mencionada, foi mais além, condenando a agravante, em conjunto com o interessado supra, a indenizar a agravada em danos materiais, a serem apurados em liquidação posterior, e morais, estes da ordem de R\$ 17.500,00.

Por fim, pleiteia, a agravante, por contemplar uma das hipóteses previstas no caput do art. 522 do CPC, a aplicação de efeito ativo a este recurso, para que seu apelo seja recebido no duplo efeito, exceto quanto à “parte que confirma os efeitos da tutela antecipatória em favor da Agravada” (fl. 15).

Era o que cabia mencionar. Passo, então, a decidir.

Reputo presentes todos os pressupostos de admissibilidade recursal, gerais e específicos, o que me permite conhecer do mesmo como sendo de instrumento.

Tem razão a agravante, pelos jurídicos fundamentos por ela apresentados, que adoto.

A propósito, o próprio STJ, ao se debruçar sobre a matéria sob comento, o decide dessa forma, como se vê de parte da ementa a seguir transcrita, verbis:

“RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. ALEGADA VIOLAÇÃO DO ART. 520, VII, DO CPC, INOCORRÊNCIA. ANTECIPAÇÃO DA TUTELA CONCEDIDA NA SENTENÇA. POSSIBILIDADE.

.....

3. A doutrina e jurisprudência vêm admitindo a antecipação dos efeitos da tutela na sentença, afastando-se, no momento do recebimento da apelação, o efeito suspensivo com relação a essa parte do decism.

.....

4. Precedentes do STJ: (REsp 648.886/SP, Rel. Min. Nancy Andrighi, DJ de 06/09/2004; REsp 473.069/SP, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, DJ de 19/12/2003; REsp 279.251/SP, Rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, DJ de 30/4/2001).

.....

(REsp 706.252/SP, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, julgado em 13.09.2005, DJ 26.09.2005 p. 234)” (grifei)

Portanto, não me resta alternativa que não seja conceder o efeito suspensivo, nos exatos termos em que foi pleiteado, até que outros dados possam mudar meu convencimento, se for esse o caso.

Sendo assim, oficie-se ao magistrado de primeiro grau, para que adote, com a urgência que o caso requer, as medidas decorrentes da minha decisão, bem como para que preste as informações que reputar necessárias, nos termos do art. 527, IV, do CPC.

Intime-se, a agravada, por meio de publicação, notadamente para lhe facultar o atendimento ao disposto no art. 527, V, do CPC.

Adotadas as providências supra, havendo ou não contraminuta e/ou informações, remeta-se à PGJ, para fins do cumprimento dos arts. 480 e 527, VI, ambos do CPC.

São Luís, 31 de outubro de 2007.

Des. Stélio Muniz

Relator

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 021173 - 2007 – São Luís - MA

Agravante: INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

Procurador : Igor Costa de Miranda

Agravado : Marcos Aurélio da Silva Pereira

Advogados: Núbia Macedo Sousa, Cornélio de Jesus Pereira

Relatora: Des. Nelma Celeste Souza Silva Sarney Costa

AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 021173-2007 – São Luís - MA

Vistos etc.,

Trata-se de Agravo de Instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto contra a decisão do Juiz de Direito da 2ª Vara da Fazenda Pública que deferiu liminar, nos autos da Ação de Obrigação de Fazer c/c Pedido de Tutela Antecipada, movida em desfavor do INSS, determinando o restabelecimento do benefício de auxílio-doença por acidente nº 118.220.321-0, com efeito a partir de 25/04/07.

Em apertada síntese, o Agravante suscita a incompetência da Vara da Fazenda Pública da Comarca de São Luís para o julgamento da ação, pois o Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Maranhão, em seu art. 9º, prevê que compete a 1ª, 6ª e 7ª Vara Cível processar e julgar as causas relativas a acidente de trabalho.

No mérito, argumenta que o pedido do autor, ora Agravado, não merece ser julgado procedente, pois a natureza do auxílio-doença é de caráter provisório e, quando da realização da perícia médica, constatou-se que a enfermidade do Agravado era plenamente passível de recuperação, tendo sido concedido o benefício pelo período de tempo em que se considerou provável a ocorrência da mesma.

Sustenta que cessado o referido período sem o restabelecimento do beneficiário, deveria o mesmo ter solicitado a prorrogação de seu benefício junto à previdência, eis que o seu não comparecimento gera presunção de que o Agravado se recuperou da enfermidade no período de gozo do auxílio-doença.

Ao final, requer o efeito suspensivo da decisão a quo, bem como o total provimento do presente recurso para reformar a decisão recorrida, indeferindo a antecipação de tutela pleiteada, ou, caso assim não se entenda, que seja indeferida a tutela antecipada quanto ao pagamento dos valores atrasados decorrentes da condenação ao restabelecimento em data anterior à da decisão, quando do julgamento final por esta Egrégia Corte.

É o relatório. Passo a decidir.

O Agravante obedeceu ao comando do artigo 525, inciso I do Código de Processo Civil e estando presentes os demais pressupostos imprescindíveis para o conhecimento do presente recurso, conheço do mesmo e passo à análise da medida liminar requerida, cabível nesse momento processual.

Conforme a norma insculpida no artigo 558 do Código de Processo Civil é facultado ao relator, em casos dos quais possa resultar lesão grave e de difícil reparação, sendo relevante a fundamentação, suspender o cumprimento da decisão até o pronunciamento definitivo da turma ou câmara.

Inferre-se, pois, que o Agravante, para atingir a sua pretensão, materializada aqui no pedido de efeito suspensivo, deve demonstrar a presença simultânea dos requisitos autorizados da concessão de medida liminar.

Com efeito, em cognição sumária, constato a presença dos requisitos autorizadores da concessão liminar. Justifica-se.

A Ação proposta pelo ora Agravado foi interposta perante a 2ª Vara da Fazenda Pública desta Comarca. Entretanto, o Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Maranhão expressamente prevê que será competente para julgar causas de Acidente do trabalho a 1ª, 6ª e 7ª Vara Cível e não as Varas da Fazenda Pública, verbis:

Art. 9º - Os serviços judiciários da comarca de São Luís serão distribuídos da seguinte forma:

III - 1ª Vara Cível : Cível e Comércio. Acidentes do Trabalho;
(...)

VIII - 6ª Vara Cível: Cível e Comércio. Acidentes do Trabalho;

IX - 7ª Vara Cível: Cível e Comércio. Acidentes do Trabalho;

Ademais, o simples fato de figurar no processo ente autárquico federal, não autoriza a Vara da Fazenda Pública Estadual julgar e processar a causa, haja vista que quando se tratar de ações acidentárias contra o INSS, deve se observar a Lei Complementar Estadual 14/01.

Assim, diante da possibilidade de se reconhecer a incompetência da 2ª Vara da Fazenda Pública, defiro o pedido de efeito suspensivo formulado, até que se julgue em definitivo o presente recurso.

Comunique-se a presente decisão ao MM Juiz da causa, a fim de que preste as informações que considerar necessárias em 10 (dez) dias.

Intime-se o Agravado para resposta, nos termos do artigo 527, inciso V do Código de Processo Civil.

Após, remetam-se os autos à Procuradoria Geral de Justiça.

Publique-se. Cumpra-se.

São Luís, 01 de novembro de 2007.

DESA. NELMA CELESTE SOUZA SILVA SARNEY COSTA

RELATORA

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO N° 021299-2007 – São Luís

AGRAVANTE: Francisco Stefani Barbosa Júnior

ADVOGADO: Joyce Porto Silva

AGRAVADO: Marciana de Moura Teixeira

RELATOR: Des. Stélio Muniz

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento com pedido de efeito suspensivo interposto contra decisão proferida pelo MM Juiz de Direito da 2ª Vara de Família da Capital que, nos autos de ação de reconhecimento e dissolução de união estável deferiu em benefício do filho comum das partes, a título de alimentos provisórios, quatro salários mínimos.

Argumentando não ter condições financeiras para adimplir a obrigação fixada no decisum, o recorrente pugna por sua diminuição sob a alegativa de que possui renda média mensal de R\$ 2.083,00 (dois mil e oitenta e três reais) e que já paga a outro filho, advindo de uma primeira união, a título de alimentos, o valor de dois salários mínimos, o que hoje representa R\$ 760,00 (setecentos e sessenta reais).

É o que de momento interessa relatar. Decido.

Nessa fase de cognição sumária, onde não se tem a exata noção do potencial econômico do alimentante e da real necessidade do alimentando, tenho que, mais razoável, seja a fixação da verba provisória no mesmo patamar da já assumida e declarada em relação ao outro filho do recorrente.

Assim, defiro em parte a suspensividade requerida para diminuir, até julgamento final deste recurso, o valor dos alimentos fixados pelo juízo a quo de quatro para dois salários mínimos.

Dê-se ciência deste ato ao magistrado de primeiro grau. Intime-se a recorrida para, querendo, contra-arrazoar o recurso. Ultimadas tais providências, dê-se vista à Procuradoria Geral da Justiça.

Publique-se.

São Luís, 31 de outubro de 2007.

Des. Stélio Muniz

Relator

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO n° 021820-2006 (Vara única de Paraibano)

AGRAVANTES: Nadja Fernandes Gomes dos Santos e outras

ADVOGADO: Pedro Américo Dias Vieira e Thiago Roberto Moraes Diaz

AGRAVADA: Maria Aparecida Queiroz Furtado

ADVOGADOS: Carlos Douglas dos Santos Alvese Odon Francisco de Carvalho Júnior

RELATOR: Des. Stélio Muniz

DESPACHO

Consta, da certidão de fl. 153, que a agravada não teria apresentado sua contraminuta “apesar de devidamente intimada para esse fim, através do ofício n° 3788/2006-CCC, fl. 129, correspondente ao Aviso de Recebimento de fl. 128 junto aos autos”.

Ocorre que, verificando o referido AR, percebo que o endereço nele constante, como sendo dos patronos da recorrida, diverge, completamente, daquele existente no substabelecimento através do qual eles foram constituídos (fl. 64), muito menos consta de qualquer outra peça processual.

Portanto, chamo o feito a ordem, determinando que seja refeita a intimação da agravada, com a observância do acima mencionado.

São Luís, 01 de novembro de 2007.

Des. Stélio Muniz

Relator

APELAÇÃO CÍVEL N.º 6.717/2007 – BOM JARDIM.

Apelante: Município de São João do Caru.

Advogado: Irandy Garcia da Silva.

Apelada: Laurineude da Conceição Coelho.

Advogado: Edna Maria Cunha de Andrade.

Relator: Des. Cleones Carvalho Cunha.

Vistos etc.

Município de São João do Caru interpôs o presente recurso de apelação contra a decisão de fls. 29/32, proferida pelo Juiz de Direito da Comarca de Bom Jardim, que julgou parcialmente procedente os pedidos formulados nos autos da demanda condenatória n.º 259/2006, ajuizada por Laurineude da Conceição Coelho, ora apelada.

Alega a comuna, em síntese, que a sentença rechaçada deve ser reformada pelas seguintes razões: 1) Pela circunstância da apelada haver juntado apenas documentos pessoais e dois contracheques, dilação probatória inepta a evidenciar a continuidade do pagamento do denominado adicional de rendimento; e 2) desnecessidade de procedimento administrativo para sustar ato da Administração inexistente, ou seja, a exclusão do referido adicional da remuneração da recorrida prescindiria de prévio processo administrativo.

Ante essas razões, pugna pelo provimento do apelo para que seja reformada a sentença, julgando totalmente improcedentes os pedidos deduzidos na inicial.

Às fls. 51/58 a apelada apresentou contra-razões.

A Procuradoria Geral de Justiça, em parecer da Procuradora Regina Maria da Costa Leite, manifestou-se pela intempestividade do presente recurso.

É o breve relatório. Passo a decidir.

Ab initio, faz-se mister verificar o preenchimento dos requisitos de admissibilidade recursal. No tocante à legitimidade e interesse em recorrer, constato-os atendidos. Entretanto, com relação à tempestividade, passemos à sua análise.

No caso dos autos, por se tratar de recurso de apelação, o prazo previsto para sua interposição, forte no art. 508 do Código de Processo Civil, é de 15 (quinze) dias, não deixando, referido dispositivo, margem a discussões acerca do momento em que deva ser interposto o apelo, de forma que não cabe aos aplicadores do direito flexibilizarem procedimento para o qual o legislador ordinário achou por bem tornar rígido e incisivo. É de ressaltar, porém, que o apelante é ente de direito público interno, portanto, beneficiário da prerrogativa de prazo recursal em dobro, nos termos do art. 188 do CPC, de sorte que o apelo em questão, para ser conhecido, deve ter sido manuseado nos 30 dias seguintes à juntada do mandado de intimação da sentença contrastada.

Da análise dos autos, constata-se à fl. 35-v, que o advogado do apelante foi intimado da decisão recorrida por meio de oficial de justiça, em 08.01.2007, tendo sido o respectivo mandado juntado aos autos em 08.01.2007 (segunda-feira), termo a quo do prazo recursal.

Pois bem. Sendo o termo inicial do prazo recursal o dia 08.01.2007, o dia inicial da contagem do prazo deu-se em 09.01.2007 (terça-feira), esvaindo-se o prazo para interposição do apelo em 07.02.2007 (quarta-feira). No entanto, o apelante interpôs o presente recurso somente no dia 08.01.2007 (quinta-feira), ou seja, 01 (um) dia após o término do prazo.

Acerca do tema, esclarece o eminente Professor Theotônio Negrão em sua obra “Curso de Direito Processual Civil”, V. I, págs. 245-246, in verbis:

Todos os prazos processuais, mesmo os dilatórios, são preclusivos. Portanto, ‘decorrido o prazo, extingue-se independentemente de declaração judicial, o direito de praticar o ato’ (art. 183).

Opera, para o que se manteve inerte, aquele fenômeno que se denomina preclusão processual.

E preclusão, nesse caso, vem a ser a perda da faculdade ou direito processual, que se extinguiu por não exercício em tempo útil. Recebe esse evento a denominação técnica de preclusão temporal.

Dada essas considerações, por força da apresentação extemporânea da apelação, torna-se obstáculo configurado a esta Corte o seu conhecimento, por não estarem presentes todos os requisitos indispensáveis à sua admissibilidade.

Com efeito, nesse sentido, vale transcrever aresto do Colendo Superior Tribunal de Justiça:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO. INTEMPESTIVIDADE. NÃO CONHECIMENTO. 1 - Embora o apelo tenha sido recebido pelo juiz singular, esse despacho não vincula o Tribunal “ad quem”, que é livre para reapreciar os pressupostos de admissibilidade, como, por exemplo, a tempestividade. 2 - Recurso não conhecido. (STJ – REsp 185864/SP – 6ª Turma – Rel. Ministro Fernando Gonçalves – DJ 17/05/1999) (grifo nosso)

Ante o exposto, reconhecendo a caracterização da intempestividade, e conforme me faculta o art. 557 da Lei Processual Civil, não conheço do presente apelo, razão pela qual, de plano, nego-lhe seguimento.

Intimem-se. Publique-se. Cumpra-se.

São Luís, 06 de novembro de 2007.

Desembargador CLEONES CARVALHO CUNHA

RELATOR

APELAÇÃO CÍVEL N.º 011093/2007 – JOÃO LISBOA

Apelante: MARIA LÚCIA MACHADO DE CASTRO

Advogado: Adailton Lima Bezerra

Apelado: BANCO DO BRASIL S/A

Advogados: Valdemar Pessoa Prazeres, Antônio Pereira Costa, Ezequias Nunes Leite Baptista, Azarias Cavalcante de Alencar, Eumarisa Martins dos Santos e outros.

Relator: Des. Cleones Carvalho Cunha

Vistos, etc.

MARIA LÚCIA MACHADO DE CASTRO interpôs o presente recurso de apelo, com vistas a reformar sentença proferida pelo MM. Juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de João Lisboa, que julgou parcialmente procedentes os Embargos à Execução n. 456/2004, opostos por BANCO DO BRASIL S/A em seu desfavor.

Contra-razões às fls. 62/64, nas quais o recorrido requer manutenção do decreto sentencial.

À fl. 82, as partes, conjuntamente, formularam pedido de extinção do feito, ante a realização de acordo nos autos da execução originária dos embargos, desistindo do recurso interposto.

A Excelentíssima Senhora Procuradora de Justiça, Dra. Ana Lúcia de Mello e Silva Moraes, por conta do referido pedido, converteu o feito em diligência para determinar a comprovação da legitimidade dos causídicos que o subscreveram.

Concedido prazo, os advogados das partes, ora litigantes, juntaram, às fls. 104/115, procurações que lhes outorgam poder especial para desistir.

É o relatório. Decido.

Compulsando os autos, verifico que o apelante, à fl. 82, desistiu da presente apelação cível, em virtude de não mais persistir interesse no regular processamento do recurso, ante a realização de acordo com a parte ex adversa.

O art. 501 do Código de Processo Civil determina que “o recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso”. Dessarte, infere-se que a desistência é negócio jurídico unilateral não receptício, que se opera independentemente da concordância do recorrido.

Tendo em vista que a desistência do recurso se deu antes de pedido de inclusão em pauta para julgamento, mostra-se despicienda a homologação pelo colegiado, consoante regramento disposto no art. 258, XXII, do Regimento Interno deste Tribunal, assim lançado:

Art. 258. O relator será o juiz preparador do feito, cabendo-lhe, além de determinar as diligências, inclusive as instrutórias, necessárias ao julgamento dos recursos e das causas originárias:

[...]

XXII – homologar desistência, exceto quando o feito já se encontrar em pauta para julgamento;

Do exposto, considerando o requerimento constante à fl. 82, levado a cabo pelo ora apelante, homologo a desistência em questão, extinguindo o presente procedimento recursal.

Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

São Luís, 06 de novembro de 2007.

Desembargador CLEONES CARVALHO CUNHA

RELATOR

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO N.º 20751/2007

Embargante: Isabel Assunção Angelim

Advogado: Márcio Vinícius Silva Melo.

Embargado: Rosimar de Oliveira Macedo, Maria Zenaide Gomes Macedo.

Advogado: Milton José Rocha de Carvalho

Acórdão Embargado: N.º 68851/2007 referente à Apelação n.º 6643/2007.

Relatora: Des.ª. Nelma Celeste Souza Silva Sarney Costa

Vistos etc.,

Tendo em vista os excepcionais efeitos infringentes que podem alcançar os presentes aclaratórios, intime-se o Embargado para, no prazo legal e em atendimento ao princípio do contraditório, manifestar-se sobre a pretensão.

Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

São Luís, 25 de Outubro de 2007.

Desa. Nelma Celeste Souza Silva Sarney Costa

Relatora

**SEGUNDA CÂMARA CÍVEL****EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO Nº 018616/2007****Excipiente: José Ribamar Veloso.****Advogados: Cândido Diniz Barros, Conélio de Jesus Pereira, Rosilene Belinda Ribeiro Pereira.****Excepto: Dr. Nemias Nunes Carvalho.****Procuradora: Dra. Clodenilza Ribeiro Ferreira.****Relatora: Des. Nelma Celeste Souza Silva Sarney Costa****DESPACHO**

Trata-se de Exceção de Suspeição intentada em desfavor do Magistrado acima citado.

Com efeito, verifico que a Coordenação deste Tribunal incorreu em erro ao autuar o feito.

Assim, nos termos do art. 469, do RITJMA, determino a correção da autuação, e posterior remessa dos autos à Coordenadoria das Câmaras Cíveis Reunidas, devendo a distribuição permanecer com esta Relatora.

Em seguida, que seja feita a inclusão do feito na pauta do referido Órgão. Publique-se. Cumpra-se.

São Luís – MA, 30 de outubro de 2007.

Desa. Nelma Celeste Souza Silva Sarney Costa

Relatora

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL**HABEAS CORPUS N.º 21411/2007 – São Luís.****Paciente: Moacir Mitsuha Umeda.****Advogado: Benevenuto Marques Serejo Neto, Fernanda Serejo, Armando Serejo.****Impetrado: Juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de Caxias.****Relatora: Des. Nelma Celeste Souza Silva Sarney Costa****Vistos etc.,**

Trata-se de Habeas Corpus liberatório Cível com pedido de liminar, impetrado por Benevenuto Marques Serejo e outros, em favor de Moacir Mitsuha Umeda, em razão do Paciente estar preso desde 22 de outubro do corrente ano, por força de decreto prisional expedido em Ação de Depósito.

O Impetrante aduz que no ano de 2006 o Paciente, proprietário da empresa BIOCUM – Indústria e Comércio de Biocombustíveis e Óleo Química Ltda, juntamente com seu sócio, Sr. Túlio Jorge de Miranda, contratou os serviços advocatícios do senhor Washington Leite Torres, o qual cobrou a título de honorários a importância de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais). Tendo em vista a impossibilidade de honrar de imediato com o valor dos honorários o mencionado causídico concedeu ao Paciente o prazo de 30 dias para pagamento, oportunidade em que o Paciente e seu sócio assinaram um denominado “contrato de depósito”, como forma de garantir o recebimento dos honorários em matéria prima estocada na empresa.

Informa que honrou com o pagamento dos honorários advocatícios. Todavia, foi surpreendido, no ano de 2007, com a citação para responder a Ação de Depósito nº 66/2007, ajuizada por Washington Leite Torres, em que este pleiteava a devolução do equivalente a 25 % (vinte e cinco por cento) do resultado do processamento de toda a matéria prima estocada nos tanques das Indústrias Cremovita S/A ou o valor mínimo de R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais), como forma de quitação de contrato de prestação de serviços advocatícios.

Assevera que o objeto do mencionado contrato consiste no processamento da matéria prima estocada, a ser convertida em Glicerina Bi-Destilada e Ácido Graxo, a serem entregues pelo Depositário ao Depositante, de forma gradativa, in natura, ou seu equivalente em dinheiro. Com base nesse asserto, alega que o pacto em referência não consiste em contrato de depósito regular, sendo, em verdade, uma forma de o requerente se precaver em relação ao recebimento de seus honorários advocatícios, reservando parte dos estoques de matéria prima da própria empresa BIOCUM para esse pagamento. Logo, afirma que a matéria prima nunca foi entregue ao Paciente pelo senhor Washington Torres. O Impetrante alega que o Paciente não foi intimado pessoalmente da sentença proferida na Ação de Depósito em referência, de sorte que não poderia ter sido imposta a sanção ora atacada.

Por seu turno, expõe a ausência de trânsito em julgado da sentença, que ainda poderá ser recorrida através de meio processual a ser recebido em duplo efeito, eis que após a contestação a Ação de Depósito passa a seguir o rito ordinário.

Argumenta, ainda, que o contrato de depósito regular, que pode acarretar na prisão civil, necessita que o objeto móvel a ser resguardado seja infungível, ou seja, não possa ser consumido ou transformado em outro, de forma de que seja devolvido o mesmo bem entregue ao depositário. Em razão disso, entende que se trata de depósito irregular, uma vez que o contrato estabelece que o bem supostamente depositado não seria devolvido, mas sim o produto de seu processamento ou quantia equivalente em dinheiro, devendo ser aplicadas as regras do mútuo, nos termos do artigo 645 do Código Civil.

Aponta também a ilegalidade da prisão por ausência de decisão específica no sentido de determinar a prisão do Paciente, na medida em que na sentença que julgou procedente o pedido constante da Ação de Depósito há tão-somente uma advertência de prisão, caso o Paciente não cumpra seu dispositivo.

Por fim, defende a idéia de que não cabe mais em nosso ordenamento jurídico a prisão civil do depositário infiel, em razão do advento do pacto de São José da Costa Rica.

Com base nesses argumentos, requer seja concedida liminarmente a ordem de habeas corpus em favor de Moacir Mitsuha Umeda, a fim de cessar o constrangimento ilegal que vem sofrendo, com a expedição do competente Alvará de Solução.

É o breve relato. Passo a decidir.

O ora Impetrante apresenta irresignação contra o ato praticado pelo juízo da 2ª. Vara de Caxias-MA, que julgou procedente o pedido inserto na Ação de Depósito nº 66/2007, expedindo Decreto Prisional, já devidamente cumprido, como se visualiza às fls. 24/25.

É certo que o Habeas Corpus é ação constitucional apta a proteger exclusivamente a liberdade de locomoção, com o escopo de sanar eventuais ilegalidades ou abusos de poder, independente da seara do direito em que este direito fundamental esteja sendo violado, seja civil ou criminal, nos termos do artigo 5º, LXVIII da Carta Magna de 1988.

Outrossim, como forma de possibilitar a célere e eficaz entrega da tutela jurisdicional, é permitido por nosso ordenamento jurídico a concessão de medida liminar no bojo do referido remédio heróico, com natureza provisória, desde que presentes os seus requisitos autorizadores, quais sejam, a fumaça do bom direito, consistente na plausibilidade dos argumentos expendidos pelo requerente e o perigo na demora da resolução da lide. No caso em apreço, tenho como evidenciada a fumaça do bom direito, pois que o Paciente foi encarcerado em razão de Decreto Prisional exarado por pretenso descumprimento de Contrato de Depósito que, a um primeiro súbito de vista, não possui os requisitos legais necessários para permitir a prisão civil.

Mesmo que ainda adstrita a um mero juízo de cognição sumária, afeito a este momento processual, visualiza-se que o mencionado contrato tem como objeto a entrega pelo Depositante ao Depositário do “equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do resultado do processamento de toda a matéria prima estocada nos tanques das Indústrias Cremovita S/A, estimados em R\$ 1.000.000 (um milhão de litros)”. O que se vislumbra, pois, é a possibilidade de tratar o mencionado pacto de bens fungíveis, a desnaturar o clássico contrato de depósito regular, que tem como característica a entrega de bem móvel infungível pelo Depositante ao Depositário.

Em se tratando de bens fungíveis, caracterizando o denominado depósito irregular, tenho que a melhor tese jurídica a ser defendida é a no sentido da impossibilidade de decretação da prisão do depositário tido por infiel, mormente porque o artigo 645 do Código Civil estabelece que o depósito irregular é regido pelas determinações fixadas para o mútuo, sendo permitida, assim, a adoção de medidas processuais outras que não a prisão, com o escopo de ser assegurado o direito sobre os referidos bens. Mesmo existindo posicionamentos divergentes na jurisprudência, filio-me à doutrina que restringe ao máximo as prisões civis, não aceitando a prisão por descumprimento de depósito irregular, mormente porque a Constituição Federal é taxativa ao estabelecer em *numerus clausus* as hipóteses em que se autoriza tal modalidade de tolhimento à liberdade de

locomoção, não se podendo interpretar de forma extensiva uma norma impositiva de restrições ao livre exercício de um direito fundamental.

Na mesma esteira, tem-se que o periculum in mora é incontestado, em razão do paciente encontrar-se tolhido de sua liberdade de locomoção, o que sem dúvida já está a acarretar-lhe prejuízos, o que poderá ser potencializado pela demora na entrega da tutela jurisdicional, pois que os momentos esvaídos em segregação não lhe poderão ser jamais restituídos. Ressalte-se que melhor análise dos fatos será efetuada quando do julgamento do mérito do presente Habeas Corpus.

Com base nesses argumentos, concedo a liminar requerida e determino a expedição do Alvará de Soltura em nome de Moacir Mitsuhura Umeda, se por outro motivo não estiver preso.

Após essa providência, notifique-se a autoridade indigitada coatora para que preste as informações no prazo legal.

Em seguida, remetam-se os autos à douta Procuradoria Geral de Justiça.

Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

São Luís, 31 de outubro de 2007.

Desa. NELMA CELESTE SOUZA SILVA SARNEY COSTA

Relatora

PAUTA DE JULGAMENTO QUARTA CÂMARA CÍVEL

SERÃO JULGADOS PELA QUARTA CÂMARA CÍVEL, TERÇA-FEIRA, 20 DE NOVEMBRO DE 2007, ÀS NOVE HORAS, OU NÃO SE REALIZANDO, NAS TERÇAS-FEIRAS SUBSEQÜENTES OS SEGUINTE PROCESSOS:

01-AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 000968 / 2007- SÃO LUÍS

AGRAVANTE: ESTADO DO MARANHÃO

PROCURADOR(A)(ES) JOÃO RICARDO DA SILVA GOMES DE OLIVEIRA

AGRAVADO(A): ALICE DE SOUSA ROCHA

Advogado(a)(s): JOSÉ VINÍCIUS BARROSO RAMOS, LUIS CARLOS ARAUJO SARAIVA SOBRINHO

RELATORA Desa. ETELVINA LUIZA RIBEIRO GONÇALVES

02-AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 006859 / 2007- SÃO LUÍS

AGRAVANTE: FORPEL-FORNECEDORA DE PEÇAS AUTOMOTIVAS LTDA

Advogado(a)(s): PEDRO AUGUSTO SOUZA DE ALENCAR, MARCELO EMÍLIO CÂMARA GOUVEIA, ANA PAULA DE A. VASCONCELOS GOUVEIA

AGRAVADO(A): FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL

PROCURADOR(A)(ES) ANTONIO JOSÉ OLIVEIRA GOMES, PAULO ÂNGELO NOGUEIRA FURTADO, HELOÍSA MARIA DA SILVA CAVALCANTI

RELATORA Desa. ANILDES DE JESUS BERNARDES CHAVES CRUZ

03-AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 007409 / 2007- SÃO LUÍS

AGRAVANTE: MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS

PROCURADOR(A)(ES) JOSÉ BORRALHO RIBEIRO FILHO, AIRTON JOSÉ TAJRA FEITOSA, JÚLIO CÉSAR DE JESUS, AMADEUS PEREIRA DA SILVA, ANNE KAROLE SILVA FONTENELLE, DOMERVAL ALVES MORENO NETO, JOANNA D'ARCK SANCHES DA SILVA, LENARDO HENRIQUE DA COSTA BEZERRA, MARIA TERESA DE JESUS P. TRINDADE, MARIA TEREZA FREITAS ROCHA, NADJA CRISTIANNE MELO COSTA, NATACHA VELOSO CERQUEIRA, SIMÁRIA UCHÔA DE MENEZES, TERESINHA DE LISIEUX LOPES ARAÚJO

AGRAVADO(A): BANDEIRANTES INCORPORAÇÕES ENGENHARIA LTDA

Advogado(a)(s): ANTONIO PACHECO GUERREIRO NETO, DANIEL GUERREIRO BONFIM, KATE GUERREIRO TEIXEIRA

RELATORA Desa. ETELVINA LUIZA RIBEIRO GONÇALVES

04-AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 008055 / 2007- SÃO LUÍS

AGRAVANTE: FRANERE - COMÉRCIO, CONSTRUÇÕES E IMOBILIÁRIA LTDA.

Advogado(a)(s): PEDRO AMÉRICO DIAS VIEIRA, JOÃO CARLOS

DUBOC JÚNIOR, THIAGO ROBERTO MORAIS DIAZ, DAISY MARIA DIAS VIEIRA

AGRAVADO: MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS

PROCURADOR(A)(ES) AIRTON JOSÉ TAJRA FEITOSA, JÚLIO CÉSAR DE JESUS, AMADEUS PEREIRA DA SILVA, ANNE KAROLE SILVA FONTENELLE, DOMERVAL ALVES MORENO NETO, JOANNA D'ARCK SANCHES DA SILVA, JOSÉ BORRALHO RIBEIRO FILHO, LEONARDO HENRIQUE DA COSTA BEZERRA, MARIA TERESA DE JESUS PEREIRA TRINDADE, MARIA TEREZA FREITAS ROCHA, NADJA CRISTIANNE MELO COSTA, NATACHA VELOSO CERQUEIRA, TERESINHA DE LISIEUX LOPES ARAÚJO

RELATORA Desa. ETELVINA LUIZA RIBEIRO GONÇALVES

05-AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 008334 / 2007- SÃO LUÍS

AGRAVANTE: ESTADO DO MARANHÃO

PROCURADOR(A)(ES) FAUSTA MARIA R. DE SOUSA PEREIRA

AGRAVADO(A): EBNILSON COSTA CARVALHO

Advogado(a)(s): OZIEL VIEIRA DA SILVA, THÁIS YUKIE RAMALHO MOREIRA, BRUNO CALDAS SIQUEIRA FREIRE, GIL WANDISLEY C. MILHOMEM, GABRIELA GONÇALVES FERRAZ, LUANNA CARREIRO SOUSA, WLISSES LEÃO FERNANDES, ALMIVAR SIQUEIRA FREIRE JÚNIOR, BRUNO GUILHERME DA S. OLIVEIRA, ENOQUE CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE, GARDÊNIA JALES DE SOUSA

RELATORA Desa. ETELVINA LUIZA RIBEIRO GONÇALVES

06-AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 011195 / 2007- SÃO LUÍS

AGRAVANTE: JOÃO VICENTE DE ARAGÃO LEITÃO

Advogado(a)(s): LUÍS ALBERTO AVELAR DOS SANTOS

AGRAVADA: TECNENGE TECNOLOGIA CIVIL LTDA

Advogado(a)(s): SANDRO SILVA DE SOUZA, JOSÉ PINTO FILHO, CELSO HENRIQUE ANCHIETA DE ALMEIDA, FÁBIO HENRIQUE BRANDÃO CUNHA, SALK SILVA DE SOUZA

RELATORA Desa. ANILDES DE JESUS BERNARDES CHAVES CRUZ

07-REMESSA N.º 012683 / 2006- BACABAL

REMETENTE: JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA BACABAL

REQUERENTE(S): MARLON DA SILVA COSTA

Advogado(a)(s): ROGÉRIO ALVES DA SILVA

REQUERIDO(A)(S): PREFEITO MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO LAGO AÇU

Advogado(a)(s): RAIMUNDO CÉSAR ALMEIDA CASTRO

RELATORA Desa. ETELVINA LUIZA RIBEIRO GONÇALVES

REVISOR: Des. MILSON DE SOUZA COUTINHO

08-REMESSA N.º 020359 / 2005- IGARAPÉ GRANDE

REMETENTE: JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE IGARAPÉ GRANDE

REQUERENTE: MUNICÍPIO DE BERNARDO DO MEARIM

Advogado(a)(s): PEDRO BEZERRA DE CASTRO E LUCIANA DE SOUZA CASTRO, LUCIANA DE SOUZA CASTRO

REQUERIDO: AMADEUS PIRES DE SÁ

Advogado(a)(s): FERNANDO ANTONIO COSTA POLARY

RELATORA Desa. ETELVINA LUIZA RIBEIRO GONÇALVES

REVISOR: Des. MILSON DE SOUZA COUTINHO

09-REMESSA N.º 020554 / 2006- SÃO LUÍS

REMETENTE: JUIZ DE DIREITO DA SEGUNDA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA CAPITAL

REQUERENTE(S): ANTÔNIO DE PÁDUA BARRETO TAVARES

Advogado(a)(s): KARLA JEANE MATOS DE CARVALHO, MOISÉS ÂNGELO DE MOURA REIS, CARLA FERNANDA DE OLIVEIRA REIS, JOSÉ AUGUSTO DE CARVALHO GONÇALVES NUNES, FRANCISCO DE LIMA COSTA, MARCELO PORTELA LULA

REQUERIDO(A)(S): COORDENADOR DO PROGRAMA VIVA MARANHÃO - JORGE ABOUD

RELATORA Desa. ETELVINA LUIZA RIBEIRO GONÇALVES

REVISOR: Des. MILSON DE SOUZA COUTINHO

**10-REMESSA N.º 005794 / 2007- SÃO LUÍS**

REMETENTE: JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA CAPITAL

REQUERENTE: JOSÉ DE ARIMATÉIA PENHA NOGUEIRA

Advogado(a)(s): JOSÉ DE RIBAMAR COELHO BANDEIRA

REQUERIDO: COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR, MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS

Advogado(a)(s): GILBERTO COSTA SOARES, ENÉAS DE VILHENA FRAZÃO JUNIOR

PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO PAULO HELDER GUIMARÃES DE OLIVEIRA

Advogado(a)(s): RAIMUNDO NONATO LEITE MORAES, FLÁVIO RECCH LAVAREDA, LUCIMARY GALVÃO LEONARDO, SIMONE FERNANDES SILVA, ANA LETÍCIA SILVA FREITAS, MICHELLE GLÁUCIA FEITOSA BRAGA

RELATORA Desa. ANILDES DE JESUS BERNARDES CHAVES CRUZ

REVISORA: Desa. ETELVINA LUIZA RIBEIRO GONÇALVES

11-REMESSA N.º 018817 / 2006- BACABAL

REMETENTE: JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE BACABAL

REQUERENTE: ANEALHE CRUZ ALMEIDA, DEUSILENE DOURADO DE BARROS, JOSÉ FERNANDES DA SILVA, LEUDA SILVA DE SOUSA, LEUZINA CAETANO DE CARVALHO, LEUCILENE RODRIGUES OLIVEIRA, LUIZA DA SILVA BEZERRA, MARIA DE SOUSA SANTOS ALVES, MARIA VERA SILVA DE SOUSA BORGES, MARINALVA SILVA DE SOUSA, RITA ALVES DOS SANTOS, ANTONIA FIALHO DE SOUSA, FRANCISCA GOMES DE LIMA, JOÃO ALVES AMORIM, JOSE DA LUZ COSTA, LUCILENE FRANÇA DOURADO, LUZIA MORAIS DA SILVA, MARIA ANGELICA DE SANTANA PEREIRA, MARIA DE JESUS NASCIMENTO DE SOUSA, MARIA DE JESUS ROCHA VIANA, MARIA DE NAZARÉ ABREU DOS SANTOS, MARIA DOS AFLITOS ALVES PINHEIRO DA ROCHA, MARILENE FRANÇA DOURADO, RAIMUNDA SILVA LIMA, TEREZINHA SILVA DE OLIVEIRA, ZENEIDE RODRIGUES ARAUJO

Advogado(a)(s): RAIMUNDO CÉSAR ALMEIDA CASTRO

REQUERIDO: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGO VERDE

RELATORA Desa. ETELVINA LUIZA RIBEIRO GONÇALVES

REVISOR: Des. MILSON DE SOUZA COUTINHO

12-APELAÇÃO CÍVEL N.º 019262 / 2006- CAXIAS

APELANTE: MUNICÍPIO DE ALDEIAS ALTAS

Advogado(a)(s): JOSÉ DE RIBAMAR OLIVEIRA CARVALHO, WAGNER RIBEIRO FERREIRA

APELADO(A): MARY LANE SILVA DUARTE

Advogado(a)(s): JOÃO VILANOVA OLIVEIRA, IVANNILDO MESSIAS MOURA DE BRITO

RELATORA Desa. ETELVINA LUIZA RIBEIRO GONÇALVES

REVISOR: Des. MILSON DE SOUZA COUTINHO

13-APELAÇÃO CÍVEL N.º 019456 / 2006- SÃO LUÍS

APELANTE: C&A MODAS LTDA.

Advogado(a)(s): ALLAN GUSTAVO DE SOUSA FERREIRA, ANTÔNIO CARLOS COELHO JÚNIOR, MAÍSE GARCÊS FEITOSA, SAULO VERAS DE AZEVEDO E OUTROS, CHRISTIANA VILLAS BÔAS SANTOS, POLYANA MARIA GAMA VAZ, ELINE AGUIAR DA COSTA, CRISTIANA LEAL FERREIRA DUALIBE, ANTONIO CESAR DE ARAÚJO FREITAS

APELADO: CARMENE MARIA ROXO DE ABREU PEREIRA

Advogado(a)(s): DOMINGOS FARIA PEREIRA JÚNIOR, DONALDSON DOS SANTOS CASTRO

RELATORA Desa. ETELVINA LUIZA RIBEIRO GONÇALVES

REVISOR: Des. MILSON DE SOUZA COUTINHO

14-APELAÇÃO CÍVEL N.º 000216 / 2007- BACURI

APELANTE: AURINO VIEIRA NOGUEIRA, EX-PREFEITO MUNICIPAL DE BACURI

Advogado(a)(s): HERLINDA DE OLINDA VIEIRA SAMPAIO, BENEVENUTO MARQUES SEREJO NETO

APELADO: MUNICÍPIO DE BACURI

Advogado(a)(s): GUTEMBERG SOARES CARNEIRO, LUIZ HENRIQUE FALCÃO TEIXEIRA, PAULO ROBERTO ALMEIDA, SILVANA CRISTINA REIS LOUREIRO

RELATORA Desa. ANILDES DE JESUS BERNARDES CHAVES CRUZ

REVISORA: Desa. ETELVINA LUIZA RIBEIRO GONÇALVES

15-APELAÇÃO CÍVEL N.º 003513 / 2007- SÃO BENTO

APELANTE: MUNICÍPIO DE PALMEIRÂNDIA

Advogado(a)(s): JOSÉ DE RIBAMAR REIS SOARES

APELADO(A): JOSÉ GABRIEL FERREIRA

Advogado(a)(s): GENIVAL ABRÃO FERREIRA

RELATORA Desa. ANILDES DE JESUS BERNARDES CHAVES CRUZ

REVISORA: Desa. ETELVINA LUIZA RIBEIRO GONÇALVES

16-APELAÇÃO CÍVEL N.º 003808 / 2007- PARAIBANO

APELANTE: ESTADO DO MARANHÃO

PROCURADOR(A)(ES) HELOÍSA MARIA DA SILVA CAVALCANTI

APELADO(A): FRANCISCO DIAS DE OLIVEIRA GÊNEROS

RELATORA Desa. ANILDES DE JESUS BERNARDES CHAVES CRUZ

REVISORA: Desa. ETELVINA LUIZA RIBEIRO GONÇALVES

17-CONFLITO DE JURISDIÇÃO N.º 011035 / 2006- SÃO LUÍS

SUSCITANTE: JOÃO SANTANA SOUSA, JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DA CAPITAL, LAJOFRE - COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA.

SUSCITADO: JAIME FERREIRA DE ARAÚJO-JUIZ DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA CAPITAL, ESTADO DO MARANHÃO

RELATORA Desa. ETELVINA LUIZA RIBEIRO GONÇALVES

18-APELAÇÃO CÍVEL N.º 007870 / 2006- CODÓ

APELANTE: TELMA MENDES RIBEIRO

Advogado(a)(s): ELIUDE DOS SANTOS OLIVEIRA, SÂMIA MARIA RIBEIRO LEITÃO, FRANCISCO CARLOS DE OLIVEIRA JUNIOR, MÁRCIA ANDRÉIA FERREIRA PEREIRA

APELADO(A): PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CODÓ

PROCURADOR(A)(ES) JOSÉ DE RIBAMAR OLIVEIRA CARVALHO

RELATORA Desa. ANILDES DE JESUS BERNARDES CHAVES CRUZ

REVISORA: Desa. ETELVINA LUIZA RIBEIRO GONÇALVES

19-APELAÇÃO CÍVEL N.º 020658 / 2006- SÃO LUÍS

APELANTE: CAIXA SEGURADORA S/A

Advogado(a)(s): LEANDRO DE ABREU CALDAS, KLEBER MOREIRA

APELADO(A): RAIMUNDO GERALDO RIBEIRO DA COSTA

Advogado(a)(s): MÁRIO JOSÉ BATISTA NETO

RELATORA Desa. ANILDES DE JESUS BERNARDES CHAVES CRUZ

REVISORA: Desa. ETELVINA LUIZA RIBEIRO GONÇALVES

20-APELAÇÃO CÍVEL N.º 024796 / 2006- SÃO LUÍS

APELANTE: BICHAT DA SILVEIRA CALDAS, MARIA DO SOCORRO MARQUES DA SILVA CALDAS, DHULIA MARQUES DA SILVA CALDAS

Advogado(a)(s): ALEKSANDRA LYRA PESSOA DOS REIS CALDAS, MARCOS JORGE CALDAS PEREIRA, TADEU RABELO PEREIRA, ANA LUISA RABELO PEREIRA, EDUARDO DE BARROS PEREIRA, ANDRE DE BARROS PEREIRA

APELADO: ESTADO DO MARANHÃO

PROCURADOR(A)(ES) LUCIANA CARDOSO MAIA

RELATORA Desa. ANILDES DE JESUS BERNARDES CHAVES CRUZ

REVISORA: Desa. ETELVINA LUIZA RIBEIRO GONÇALVES

21-APELAÇÃO CÍVEL N.º 025308 / 2006- SÃO LUÍS

1º APELANTE: OSIAS CARVALHO DA SILVA, JOUSY MARY COSTA CASTELO BRANCO, MARIA DE NAZARÉ DOS SANTOS CAMPOS,

MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO MACIEL PEREIRA, DARCY SANTOS CARDOSO,
Advogado(a)(s): LUIZ HENRIQUE FALCÃO TEIXEIRA, GUTEMBERG SOARES CARNEIRO, PAULO ROBERTO ALMEIDA
2º APELANTE: ESTADO DO MARANHÃO
PROCURADOR(A)(ES) CARLOS GUSTAVO BRITO CASTRO
1º APELADO(A): ESTADO DO MARANHÃO,
PROCURADOR(A)(ES) CARLOS GUSTAVO BRITO CASTRO
2º APELADO(A): OSIAS CARVALHO DA SILVA, JOUSY MARY COSTA CASTELO BRANCO, MARIA DE NAZARÉ DOS SANTOS CAMPOS, MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO MACIEL PEREIRA, DARCY SANTOS CARDOSO,
Advogado(a)(s): LUIZ HENRIQUE FALCÃO TEIXEIRA, GUTEMBERG SOARES CARNEIRO, PAULO ROBERTO ALMEIDA
RELATORA Des. ETELVINA LUIZA RIBEIRO GONÇALVES
REVISOR: Des. MILSON DE SOUZA COUTINHO

22-APELAÇÃO CÍVEL N.º 028807 / 2004- PAÇO DO LUMIAR

APELANTE: FRANCISCO HENRIQUE FRANÇA JUNIOR(Menor),
REPRESENTANTE: OCIONE DANTAS DOS SANTOS
Advogado(a)(s): MARIA CELESTE SANTOS SOUSA E OUTRAS, MARLY RIBAMAR BARROS COSTA
APELADO(A): MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
PROMOTOR(A)(ES) NADJA VELOSO CERQUEIRA
RELATORA Des. ANILDES DE JESUS BERNARDES CHAVES CRUZ
REVISORA: Des. ETELVINA LUIZA RIBEIRO GONÇALVES

23-APELAÇÃO CÍVEL N.º 015589 / 2006- IGARAPÉ GRANDE

APELANTE: MUNICÍPIO DE BERNARDO DO MEARIM
Advogado(a)(s): PEDRO BEZERRA DE CASTRO E LUCIANA DE SOUZA CASTRO, EDUARDO SILVA FERNANDES
APELADO: ERNANDO ALVES COSTA, L. CASTRO DE OLIVEIRA
Advogado(a)(s): LAUAND SAMPAIO RODRIGUES, SERRAITT MICHELINE BEZERRA LIMA
RELATORA Des. ANILDES DE JESUS BERNARDES CHAVES CRUZ
REVISORA: Des. ETELVINA LUIZA RIBEIRO GONÇALVES

24-APELAÇÃO CÍVEL N.º 011896 / 2006- BACABAL

APELANTE: ANTÔNIO LEAL DE OLIVEIRA
Advogado(a)(s): ANDRÉIA DA SILVA FURTADO
RELATORA Des. ANILDES DE JESUS BERNARDES CHAVES CRUZ
REVISORA: Des. ETELVINA LUIZA RIBEIRO GONÇALVES
PALÁCIO DA JUSTIÇA "CLÓVIS BEVILÁQUA", em São Luís,
13 de novembro de 2007.
DESEMBARGADORA ANILDES DE JESUS BERNARDES CHAVES CRUZ
PRESIDENTE DA QUARTA CÂMARA CÍVEL

Coordenadoria Judiciária Criminal**Terceira Câmara Criminal****APELAÇÃO CRIMINAL**

Processo: APELAÇÃO CRIMINAL n.º. 019533-2007

Apelante: Sebastião James Borges de Sousa

Advogado: Dr. José Alfredo Vieira dos Santos

Apelado: Ministério Público do Estado do Maranhão

Promotor: Marco Antônio Santos Amorim

Comarca: São Domingos do Maranhão

Vara: Vara Única

Juiz Prolator: Gilmar de Jesus Everton Vale

Enquadramento: art. 155, §4º, III e IV do CPB.

Relator: Des. José Joaquim Figueiredo dos Anjos.

Despacho

Sigam os autos à Procuradoria Geral de Justiça, para manifestação. Prazo: 10 (dez) dias (art. 517 do RI-TJ/MA).

Publique-se.

São Luís, 29 de outubro de 2007.

José JOAQUIM FIGUEIREDO dos Anjos

Relator Substituto (art. 80, III, do RI-TJ/MA)

Terceira Câmara Criminal**Correição Parcial**

Processo n.º 019601-2007

Corrigente: Ministério Público do Estado do Maranhão

Promotora: Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro

Corrigida: Juíza de Direito da 11ª Vara Criminal da Comarca de São Luís

Juíza Prolatora: Ângela Maria Moraes Salazar

Relator: Des. José Joaquim Figueiredo dos Anjos

Decisão:

Às fls. 152 USQUE 157 proferi decisão, indeferindo o pedido liminar formulado pelo PARQUET corrigente, entendendo indemonstrado, de plano, o vício argüido como justificador do provimento urgente. Torna-me a hipótese, agora, com as informações prestadas pela MMª Juíza da causa, dando conta de que por ela indeferida a diligência requestada pela d. representante do PARQUET oficiante nos autos principais, "com fundamento na previsão legal (arts. 13 e 37 do Código de Processo Penal) que concede ao Ministério Público a prerrogativa de requisitar diretamente à Autoridade Policial o cumprimento de diligências, bem como informações e documentos a entidades privadas" (fl. 162).

Ainda, que "o indeferimento de diligência formulada pelo Parquet somente ocasionará tumulto processual se, de pronto for demonstrada no caso concreto a real necessidade de intermediação do Juiz para a realização de diligências" (fl. 171). Não sendo o caso, conclui, descabido o próprio pedido de Correição.

Reexaminando a hipótese, não vislumbro presentes os requisitos necessários à concessão da medida liminar requerida, no sentido de que reformado fosse o ato atacado, com determinação expressa para que procedesse, a MMª julgadora, à providência por ela dantes denegada. É que a pretensão urgente, consoante formulada, repousa intrinsecamente ligada ao próprio mérito da requerida Correição, não podendo, pois, ser monocraticamente deferida.

Mantenho, pois, por seus próprios termos, a decisão anterior, denegatória do pleito liminar.

Sigam os autos à d. Procuradoria Geral de Justiça, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre a pretensão.

Publique-se.

Cumpra-se.

São Luís, 31 de outubro de 2007

José JOAQUIM FIGUEIREDO dos Anjos

Relator

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

HABEAS CORPUS N.º 14282/2007 – AÇAILÂNDIA

IMPETRANTES: DRA. VANESSA CASTRO DA SILVA e GRACIELA CAMPELO DOS SANTOS

PACIENTE: JORDÂNIO CARVALHO SANTOS

AUTORIDADE COATORA: MM JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA DA COMARCA DE AÇAILÂNDIA/MA

RELATOR: DES. RAIMUNDO NONATO DE SOUZA

V I S T O S...

VANESSA CASTRO DA SILVA e GRACIELA CAMPELO DOS SANTOS, com supedâneo no inciso LXVIII, do art. 5º, da Constituição Federal, e artigo 212 da Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), impetra a presente Ordem de Habeas Corpus, com pedido de liminar, em favor de JORDÂNIO CARVALHO SANTOS, ao argumento de que está sofrendo constrangimento ilegal, em sua liberdade de locomoção, por parte do MM. Juiz de Direito da 4ª Vara da Comarca de Açailândia/MA. Informam as Impetrantes, que o Paciente residente no Município de Açailândia foi internado, no Centro da Juventude Esperança – CJE, por força de decisão judicial da autoridade coatora (processo nº 088/2006), no dia 18/07/2007, por ter praticado ato infracional análogo ao tipo contido no art. 155 do Código Penal.

Aduzem que, consta da sentença que o menor ao ser apreendido pela autoridade policial, bem como no momento da apresentação, confessou a prática do ato, que a autoria é inquestionável, e que nada foi apresentado pela defesa no sentido de eximi-lo da responsabilidade.



Transcrevem fragmentos da sentença guerreada (fls. 03) e argumentam que, pelos próprios fundamentos da decisão, há uma inconciliável contradição entre a natureza do ato infracional praticado e a medida extrema de internação, pois que a autoridade coatora não encontrou nenhum argumento para justificar uma resposta tão desproporcional ao ato praticado, além de não encontrar amparo nem na legislação atinente à criança e ao adolescente, nem nos fatos e/ou jurisprudência.

Prelecionam sobre a responsabilidade do Estado em relação às políticas de proteção ao menor, da co-responsabilidade da sociedade nesse contexto, enfatizando que com a falência do sistema penitenciário, a pena privativa de liberdade não reeduca, não ressocializa, ao contrário, perverte, deforma e corrompe, de forma que, encaminhar jovens a tal sistema, sem que o ato infracional tenha sido grave, seria concorrer para o aumento da criminalidade.

Asseguram que o Paciente encontra-se sofrendo constrangimento ilegal, eis que a medida de Internação é extrema e excepcional, só podendo ser aplicada nas hipóteses taxativamente enumeradas no art. 122 do ECA, não sendo o caso ora presente, porque não estão presentes nenhuma das hipóteses do referido artigo. Dessa forma, em se tratando de ato infracional análogo ao delito de furto é inaplicável a medida sócio-educativa de Internação.

Colacionam jurisprudências do Superior Tribunal de Justiça a corroborar com a tese de que ao furto não se aplica medida tão draconiana quanto à internação.

Ao final, requerem as Impetrantes a concessão da medida liminar em favor do Paciente, com a consequente expedição do Alvará de Soltura em seu favor, a fim de que o mesmo seja posto imediatamente em outra medida diferente, cassando, por conseguinte, a decisão que determinou a Internação. No mérito, pugna pela concessão em definitivo da ordem.

Estes autos foram distribuídos originariamente a Excelentíssima Des^a. Raimunda Santos Bezerra (fls. 09), porém em face das férias da Desembargadora no período de 06.08 a 04.09.07 (fls. 14), estes autos foram encaminhados ao Excelentíssimo Des. Mário Lima Reis, convocado para substituí-la, que reservou a si o direito de apreciar a liminar após as informações do juízo a quo (fls. 16).

Às fls. 26/31, o MM. Juiz de Direito da 4ª Vara da Comarca de Açailândia, autoridade indigitada coatora prestou as informações de praxe, onde informa que:

- a sentença, cujos trechos foram mencionados pelas Impetrantes, não é da sua autoria, conforme comprovado pela cópia da sentença junta aos autos;

- de fato, à primeira vista a medida de internação, parece bastante severa, se analisada a sentença apenas no que concerne ao fato objeto da representação;

- como ponderado na decisão, o menor “começou a furtar desde cedo, teve acompanhamento do Conselho Tutelar desde então, mas nada, nenhuma medida foi eficaz. E hoje, experimentado nas ruas, nas gangues, e na ousadia das escaladas noturnas, já representa um risco para a comunidade”, situação que o autorizou, com fundamento no art. 122, inciso II do ECA, a optar pela internação;

- o Relatório de acompanhamento Sócio-pedagógico, da FUNAC - Imperatriz, corrobora a necessidade da medida quando menciona que: Jordânio Carvalho tem uma vasta vivência infracional e apresenta indícios de potencial ofensivo à sociedade”.

Ao final assinala a autoridade indigitada coatora que, essa vasta “vivência infracional” pode ser medida pela anexa certidão de antecedentes, a qual, segundo integrantes da força policial local, representa apenas uma pequena parcela dos atos infracionais atribuídos ao adolescentes. Com as informações vieram os documentos de fls. 28/37.

Em face da remoção da Excelentíssima Des^a Raimunda dos Santos Bezerra para uma Câmara Cível desta Egrégia Corte (fls. 38), os autos foram encaminhados à Coordenação Criminal que procedeu uma nova distribuição, tendo sido os autos distribuídos a este Magistrado.

Tratando-se de medida liminar nos caberá tão somente a análise da presença dos pressupostos autorizadores do seu provimento, ou seja, a possibilidade de lesão grave e de difícil ou impossível reparação e, a plausibilidade do direito subjetivo.

As Impetrantes demonstraram inconformismo quanto à medida sócio-educativa aplicada - internação -, requerendo a aplicação de uma mais branda. Examinando os presentes autos não verifico, nesta fase inicial, a existência do prefalado constrangimento ilegal, haja vista, o caso em evidência se enquadrar na hipótese do art. 122, II, do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. Além do mais, pelas informações prestadas pela autoridade indigitada coatora, o menor já passou por várias outras medidas sem que nada, nenhuma delas tivesse sido eficaz.

Assim tem-se posicionado a jurisprudência pátria:

MEDIDA SÓCIO-EDUCATIVA. INTERNAÇÃO. ALMEJADA SUBSTITUIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE EM FACE DA REITERAÇÃO DE INFRAÇÕES GRAVES. INTELIGÊNCIA DO ART. 122, INCISO II, DO ECA. RECURSO DESPROVIDO. (TJ/SC. ACrim. N° 2004.016509-9. Rel. Des. Sérgio Paladino) .

- Não obstante constitua medida excepcional, a internação em estabelecimento educacional - destinada apenas às hipóteses expressamente previstas no art. 122 do Estatuto da Criança e do Adolescente (art. 121, caput, ECA) - mostra-se a mais adequada à reeducação e ressocialização de menor que comete, reiteradamente, atos infracionais graves. ordenamento jurídico-social” (RT 704/361).

Assim, por não vislumbrar da análise dos autos a constatação da presença dos pressupostos autorizadores do seu provimento, pois que não demonstrados pelas Impetrantes a possibilidade de lesão grave e de difícil ou impossível reparação e, ainda, a plausibilidade do direito, INDEFIRO A LIMINAR pleiteada.

Encaminhem-se os presentes autos à Procuradoria Geral de Justiça.

Publique-se.

São Luís, 05 de novembro de 2007.

DES. RAIMUNDO NONATO DE SOUZA

Relator

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

HABEAS CORPUS N.º 017056/2007 – GOVERNADOR NUNES FREIRE

Paciente: Reinaldo Freitas Pereira

Impetrante: Dr. Riod Barros Ayoub

Impetrado: MM. Juiz de Direito da Comarca de Governador Nunes Freire

Relator: Des. Jaime Ferreira de Araujo

DECISÃO

Cuida-se de habeas corpus liberatório, com pedido de liminar, impetrado pelo advogado Riod Barbosa Ayoub em favor de Reinaldo Freitas Pereira, apontando como autoridade coatora o MM. Juiz de Direito da Comarca de Governador Nunes Freire.

Argumenta o impetrante, em síntese, estar o paciente submetido à ordem manifestamente ilegal, na medida em que se encontra preso há 06 (seis) meses por conta da suposta prática do crime de resistência, sem que o ergastulamento estivesse justificado nos autos. Alega que o crime atribuído ao paciente é acessório, e, na hipótese vertente, inexistiria o delito principal, no que entende tratar-se de crime impossível.

Ressalta o impetrante que o Paciente é primário, não oferece riscos à sociedade, tem profissão definida e residência fixa.

Finalmente, assevera que a pena prevista para o crime de resistência é a de reclusão, por 01 (um) a 03 (três) anos, o que permitiria a concessão de liberdade provisória mediante fiança.

Diante disso, pleiteia o impetrante a concessão da ordem liminarmente para que seja expedido alvará de soltura em favor do paciente.

Distribuídos os autos à Des. Raimunda Santos Bezerra, esta, com o intuito de melhor apreciar o pedido liminar, requestou informações, as quais repousam nos autos à fl. 40/42, instruídas com os documentos de fls. 43/70.

Por conta da remoção da citada magistrada para a Primeira Câmara Cível desta Egrégia Corte, vieram-me conclusos os autos.

Passo, então, à análise do pedido de liminar.

Não obstante os argumentos apresentados, necessário considerar, ao menos numa análise perfunctória dos autos, não se evidenciar qualquer nulidade na prisão do paciente, que, diga-se bem, é decorrente da sentença

de pronúncia pelo crime de homicídio qualificado, sendo importante considerar que o ergástulo, à primeira vista, está justificado na garantia da ordem pública.

Sobremais, segundo informações do MM. Juiz do feito, fora o paciente pronunciado pelo crime previsto no art. 121, § 2º, inciso IV, do Código Penal e, posteriormente, posto em liberdade para aguardar a reunião do Tribunal do Júri.

Entrementes, descumprindo regras comezinhas de liberado provisoriamente, vem o paciente, ainda segundo as informações de fls. 40/42, promovendo desordens, se envolvendo em brigas e confusões e tudo mais fazendo para desmerecer a liberdade provisória que lhe fora dada.

Em razão dessa conduta, de todo reprovável, lhe fora decretada uma nova custódia cautelar, no entender do magistrado de base para garantia da ordem pública.

Diante do exposto, por ausência de fumus bonis iuris, nego a liminar vindicada.

Remetam-se os autos à Procuradoria Geral de Justiça para a emissão de parecer.

Após voltem os autos conclusos.

São Luís, 01 de novembro de 2007.

Desembargador JAIME FERREIRA DE ARAÚJO

Relator

Primeira Câmara Criminal

HABEAS CORPUS

Processo nº 019332-2007

Paciente: Antônio Moraes

Advogado: José Reinaldo de Araújo Lima

Impetrado: Juiz de Direito da Vara das Execuções Criminais da Comarca de São Luís

Enquadramento: art. 304, do CPB

Relator: Des. Antônio Fernando Bayma Araújo

Relator Substituto: Des. José Joaquim Figueiredo dos Anjos

Despacho:

Tendo em vista o que noticiado, pelo MM. Juiz de Direito da Vara de Execuções Criminais da Comarca de São Luís, à fl. 33, oficie-se ao MM. Juiz de Direito da Central de Cartas Precatórias, no Fórum Desembargador Sarney Costa, para que preste as necessárias informações. Juntadas, sigam os autos à d. Procuradoria de Justiça, para manifestação, observado o prazo de 2 (dois) dias para tanto regimentalmente previsto no art. 328 do RI-TJ/MA.

Publique-se.

Cumpra-se.

São Luís, 31 de outubro de 2007

José JOAQUIM FIGUEIREDO dos Anjos

Relator Substituto (art. 80, III, do RI-TJ/MA)

Primeira Câmara Criminal

HABEAS CORPUS

Processo nº 019356-2007

Paciente: Manoel Augusto Nascimento Silva Gama

Advogado: Walber Conceição de Jesus

Impetrado: Juiz de Direito da 4ª Vara Criminal da Comarca de São Luís

Enquadramento: art. 157, § 2º I e II, c/c o art. 288, do CPB

Relator: Des. Antônio Fernando Bayma Araújo

Relator Substituto: Des. José Joaquim Figueiredo dos Anjos

Despacho:

Já juntadas as informações, sigam os autos à d. Procuradoria de Justiça, para manifestação, observado o prazo de 2 (dois) dias para tanto regimentalmente previsto no art. 328 do RI-TJ/MA.

Publique-se.

Cumpra-se.

São Luís, 31 de outubro de 2007

José JOAQUIM FIGUEIREDO dos Anjos

Relator Substituto (art. 80, III, do RI-TJ/MA)

Primeira Câmara Criminal

HABEAS CORPUS

Processo nº 019814-2007

Paciente: Valmir Castro Ferreira

Advogado: Carlos Eduardo Dias Almeida

Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara de Entorpecentes da Capital

Enquadramento: art. 33 da Lei nº 11.343/2006

Relator: Des. Antônio Fernando Bayma de Araújo

Relator Substituto: Des. José Joaquim Figueiredo dos Anjos

Decisão:

Verificando atuar, na hipótese, o Dr. Carlos Eduardo Dias Ferreira, dou-me por suspeito para o processo e julgamento da hipótese, a teor do art. 463, do RI-TJ/MA. Encaminhem-se os autos, pois, à redistribuição.

Publique-se.

Cumpra-se.

São Luís, 31 de outubro de 2007

José JOAQUIM FIGUEIREDO dos Anjos

Relator Substituto (art. 80, III, do RI-TJ/MA)

TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

HABEAS CORPUS Nº 020426/2007 – SÃO LUÍS/MA

Paciente: GENIVALDO E SOUSA DE LIMA

Impetrante: Walter Santiago Pereira Junior

Impetrado: JUIZ DE DIREITO CENTRAL DE INQUÉRITOS SE SÃO LUÍS/MA

Enquadramento: art. 157, § 2º, I, do CP

Relator: DESEMBARGADOR LOURIVAL SEREJO

D E C I S Ã O

Trata-se de habeas corpus, com pedido de liminar, impetrado pelo advogado Walter Santiago Pereira Júnior em favor de GENIVALDO E SOUSA DE LIMA, indicando como autoridade coatora o MM. Juiz de Direito da Central de Inquéritos.

Depreende-se da inicial acusatória (19/21) que o paciente, no dia 24.1.2005, assaltou a vítima JAILMA DA SILVA COSTA, ameaçando-a com uma faca e subtraindo o carro e a bolsa com documentos pessoais, cartões de crédito, dois aparelhos celulares e um palm top. Em seguida, o paciente ligou para a casa da vítima e informou que deixara o veículo no estacionamento do shopping Távola Center, local onde efetivamente o bem se encontrava, porém sem o toca CD. No interior do veículo ainda foram encontrados o palm top e a arma (faca) utilizada no assalto.

Ainda segundo relata a denúncia, o paciente, já com o objetivo de praticar o crime, telefonou para a vítima e apresentou-se com o nome de Marcelo, quando disse que era da cidade de Chapadinha/MA e que conhecia alguns parentes da vítima. Em seguida, pediu referências profissionais de uma pessoa chamada Renata a fim de contratá-la para trabalhar na empresa Vale do Rio Doce. Na ocasião, a vítima, JAILMA, disse não conhecer a referida Renata, porém demonstrou interesse na oportunidade de trabalho, tendo o denunciado solicitado seu telefone fixo e seu currículo e afirmado que manteria contato.

Em seguida, no dia 24.1.2005, o paciente voltou a falar, via telefone, com a vítima a fim de marcar um encontro em seu "escritório", no edifício São Luís Multiempresarial, no bairro Renascença. Por volta das 15h, JAILMA se dirigiu ao local combinado e, quando se aproximava do elevador do referido prédio, o denunciado aproximou-se e disse ser o MARCELO e que estava de saída para entregar o currículo da vítima a um sócio identificado como JUNIOR. Em seguida, o paciente pediu a vítima uma carona até a Companhia Vale do Rio Doce, afirmando que pagaria o combustível do automóvel.

Durante o percurso, o paciente anunciou o assalto, instante em que sacou da cintura uma faca e, mediante grave ameaça, ordenou que a vítima parasse o carro, descesse e deixasse todos seus pertences. Após o crime, a vítima dirigiu-se até o 5º Distrito Policial no Anjo da Guarda, noticiando o ocorrido.

Depreende-se dos autos que após os fatos o acusado fugiu e por essa razão teve sua prisão decretada. Consta ainda que o paciente somente foi preso em 17 de janeiro de 2007, na cidade de Fortaleza/CE, em cumprimento ao mandado de prisão preventiva, expedido pelo MM. Juiz de Direito da Central de Inquéritos em 20 de maio de 2005.



Em 18 de janeiro de 2007, o acusado foi encaminhado até a Delegacia da Polinter e, em seguida, custodiado no 8º Distrito Policial, no bairro da Liberdade, nesta capital, onde se encontra até a presente data.

Alega o impetrante que a denúncia foi recebida em 22.3.2007 e o seu interrogatório só foi designado para o dia 19.10.2007, configurando, portanto, constrangimento ilegal por excesso de prazo, uma vez que o “paciente está encarcerado há mais de 271 (duzentos e setenta e um) dias e já extrapolou o prazo de 81 dias, construído pelos nossos sábios tribunais, para que se dê por encerrado a formação da culpa no processo penal” (f. 6).

Colaciona jurisprudência hábil a confortar sua tese e junta documentos (fs. 15/23).

Formula pedido liminar, ora analisado.

Antes de apreciar o mencionado pleito, requisitei informações da autoridade coatora (f.28), as quais foram acostadas às fs. 31/32, quando esclarece que de fato a denúncia foi recebida em 22.3.2007 e que o interrogatório somente ocorreu em 19.10.2007 porque o paciente se encontrava foragido. Informa ainda que a audiência para inquirição das testemunhas de acusação será em 19.11.2007. E mais: que o paciente já apresentou defesa prévia quando indicou rol de testemunhas, todas residentes na cidade de Fortaleza/CE, para onde seguirá carta precatória.

Aos 31.10.2007, os autos retornaram-me conclusos.

É o relato do essencial.

A liminar em habeas corpus é criação doutrinário-jurisprudencial sedimentada a partir da constatação de que “a dimensão temporal entre a impetração e o julgamento do habeas corpus, em casos de escancarada ilegalidade, pode resultar em irreparável dano à liberdade física do paciente” (FÖPPEL, Gamil, SANTANA, Rodrigo de Sá. Habeas Corpus. In: Ações Constitucionais Salvador: Editora Jus Podivm. 2. ed. 2007. p. 35).

Pelos argumentos lançados na inicial, conclui-se que o caso merece análise detida e uma cognição mais aprofundada, devendo ser apreciado no âmbito de seu juiz natural, uma vez que não restou demonstrada ilegalidade patente a indicar a necessidade de provimento liminar.

Numa análise perfunctória, própria da cognição sumária ora exercitada, não me convenci da existência simultânea dos requisitos de fumus boni juris e periculum in mora. Este, em tema de constrição da liberdade física, revela-se quase sempre evidente. Entretanto, não vislumbro, de imediato, o fumus boni juris no caso concreto.

Tomando por base os argumentos da impetração, bem assim os documentos anexados aos autos, mormente as informações da autoridade impetrada, verifica-se a existência de fortes indícios de autoria e materialidade.

Além disso, o lapso temporal entre o recebimento da denúncia e o interrogatório do acusado, pelo menos nesse momento, parece justificado, em face da fuga do paciente, conforme informações do juízo monocrático, o que faz esmaecer a fumaça do bom direito exigível para o deferimento de medida liminar.

Verifica-se, ainda segundo as informações da autoridade impetrada, que o paciente também responde a ação penal n. 3931/2007, em trâmite na 9ª Vara Criminal de São Luís, pelo crime de estupro e roubo, em concurso material.

À guisa de encerramento, oportuna a lição de Fábio Ramazzini Bechara, que bem adverte: “A análise judicial pauta-se pelo cuidado de não avançar no exame ora referido, o que poderia representar inequívoca antecipação do provimento principal”.

Portanto, mais prudente será submeter o exame da matéria ao órgão colegiado competente.

Isto posto, INDEFIRO a liminar pleiteada.

Notifique-se a autoridade impetrada para, em 24 (vinte e quatro) horas, encaminhar, via fax, cópia do interrogatório do paciente.

Em seguida, remetam-se os autos à Procuradoria Geral de Justiça, para emissão de parecer (RITJ/MA, art. 328). Após voltem-me conclusos.

Publique-se.

São Luís, 05 de novembro de 2007

Desembargador Lourival Serejo

Relator

Primeira Câmara Criminal

HABEAS CORPUS

Processo: HABEAS CORPUS n.º. 020706-2007

Paciente: Nélcio Gomes Ribeiro

Impetrante: Drs. José Maria Diniz, Liz Cristina de Melo Brito.

Impetrado: Juiz de Direito da 4ª Vara Criminal da Comarca de São Luís.

Enquadramento: art. 157, §2º I e II c/c art. 288 do CPB.

Juiz Prolator: Maria José Milhomem Bandeira de Melo

Relator: Des. José Joaquim Figueiredo dos Anjos.

D e c i s ã o

Trata-se de HABEAS CORPUS em favor do paciente NÉLIO GOMES RIBEIRO, tendo como autoridade coatora Juiz de Direito da 4ª Vara Criminal da Comarca de São Luís.

O paciente se encontra segregado desde o dia 06 de junho de 2007, posto o juiz plantonista haver acatado representação do delegado de polícia como se vê nas fls. 07 USQUE 09 (representação) e 18 USQUE 26 (decreto preventivo).

Houve oferecimento de Denúncia fls. 11 USQUE 13 e indeferimento de pedido de Revogação de Preventiva, já pela juíza da 4ª Vara Criminal de São Luís do Maranhão, fls. 14 USQUE 17.

Alega em seu articulado, que já expirou o prazo de 81 (oitenta e um) dias para o término da instrução criminal, razão pela qual, pleiteia sua liberação provisória para responder solto o feito criminal a qual se vê processado na origem.

Requer liminar no átrio do processo argumentando estar vivenciando constrangimento ilegal para, ao final, ser confirmada.

Com a inicial, vieram os documentos de fls. 07 USQUE 36.

É o relatório.

Expurgando os aspectos tautológicos, desço logo ao pleito liminar.

Esclareço, por oportuno, que liminar em HABEAS CORPUS é criação doutrinário-jurisprudencial, onde uma vez presentes os requisitos das cautelares, o juiz poderá conceder a ordem de pronto, resguardando, desde já, a liberdade do paciente. O raciocínio é que o STATUS LIBERTATIS sempre deve imperar sobre o IUS PUNIENDI, pois nasceu antes e deve morrer, logicamente, sempre depois.

É dizer que a liminar só será concedida se estiverem presentes a probabilidade de dano irreparável e a aparência do bom direito caracterizada pelos elementos constantes da impetração que indiquem a existência da ilegalidade ou do constrangimento.

É o que justamente não ocorre aqui.

O impetrante requer liminar, acosta razoável acervo probatório, contudo, esse mesmo acervo não traz qualquer ilegalidade patente, não há ponto da concessão da liminar.

Em verdade, inexistente perigo na demora para dar ensejo à liberação logo de início só pelo fato da prisão, existe isso sim, imputação de delito onde figuram vários réus, pelo que não há que se falar em qualquer constrangimento ilegal patente verificável de plano, pelo menos por agora.

Por esses fundamentos, o INDEFERIMENTO da Liminar requerida, pelo menos por enquanto, é medida que se impõe.

No mais, oficie-se à autoridade tida como coatora para que preste informação no prazo de 05(cinco) dias, consignando que nos informe acerca de que fase processual se encontra o feito e de eventual retardo na instrução, bem como junte cópia do decreto prisional, folhas de antecedentes criminais do paciente e qualquer documentação que entender pertinente. Após, remetam-se ao ÓRGÃO DO PARQUET para manifestação no prazo de 02(dois) dias, quando então, os autos deverão vir a mim conclusos para julgamento, nos termos do artigo 328 e seguintes do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

Publique-se. Cumpra-se.

São Luís, 29 de outubro de 2007.

José JOAQUIM FIGUEIREDO dos Anjos

Desembargador Respondendo

Primeira Câmara Criminal**HABEAS CORPUS****Processo: n.º. 020892-2007****Paciente: Elisângela Alves de Sousa****Impetrante: Dr. Antônio Borges Neto****Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Açailândia - MA.**
Comarca: Açailândia**Juíza Prolatora: Maria Izabel Padilha****Enquadramento: art. 214, art. 121, §2º, III, IV, V e art. 211 do CPB.****Relator Substituto: Des. José Joaquim Figueiredo dos Anjos.****D e c i s ã o**

Trata-se de HABEAS CORPUS em favor da paciente ELISANGELA ALVES DE SOUSA, tendo como autoridade coatora Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Açailândia - MA.

Narra à impetração que a paciente teve contra si expedido mandado de prisão em 21/07/2007, contudo, já se encontrava presa por outras ordens de prisão da 2ª e 3ª Varas. No entanto, essas ordens foram “revogadas”, a da 2ª Vara por excesso de prazo e a da 3ª, por absolvição da paciente, fls. 17 USQUE 29, subsistindo, apenas, a da primeira Vara.

Aduz que a paciente está sendo processada no procedimento escalonado do Júri e, instaurou incidente de insanidade mental em prol de co-autor (JOÃO GONÇALVES DE PAIVA), fls. 41 USQUE 43, contudo, o magistrado de base, entendeu por bem em suspender o processo para ambos os réus (o outro acusado e a paciente), fator que teria causado constrangimento ilegal à mesma, porque presa desde 17 de março de 2006.

Entende a impetração, por esse fato, que quando da suspensão, o magistrado deveria ter revogado de ofício a custódia cautelar. Assevera que a mesma foi presa em 17/03/2006 e pronunciada em 17/01/2007, porém, até agora não conseguiu ver realizado seu julgamento pelo Tribunal do Júri.

Por esses fatos, afirma que a Sra. ELIZANGELA ALVES DE SOUSA, está vivenciando constrangimento ilegal em flagrante antecipação da pena, bem como, excesso na instrução e duração excessiva do processo não provocado pela defesa.

Faz considerações doutrinárias e jurisprudenciais que lhe valham, para requerer liminar no âmbito do processo porque a continuidade da segregação irá trazer danos psicológicos à paciente.

Com a inicial, vieram dos documentos de fls. 17 USQUE 45.

É o que tinha a ser relatado.

O pleito é de liminar, pelo que o enfrento, logo.

Esclareço, por oportuno, que liminar em HABEAS CORPUS é criação doutrinário-jurisprudencial, onde uma vez presentes os requisitos das cautelares, o juiz poderá conceder a ordem de pronto, resguardando, desde já, a liberdade do paciente. O raciocínio é que o STATUS LIBERTATIS sempre deve imperar sobre o IUS PUNIENDI, pois nasceu antes e deve morrer, logicamente, sempre depois.

É dizer que a liminar só será concedida se estiverem presentes a probabilidade de dano irreparável e a aparência do bom direito caracterizado pelos elementos constantes da impetração que indiquem a existência da ilegalidade ou do constrangimento.

É justamente o que incoorre aqui!

O impetrante requer liminar acosta razoável acervo probatório em seu articulado, porém, não demonstra a lesão irreparável ou de difícil reparação que a prisão processual, protraída no tempo, esteja causando a acriminada. É que esse alegado dano psicológico, não pode ser aferível, logo, de plano.

De outro pólo, o despacho de fls. 45 da conta de um acolhimento de pleito da defesa, assim, entendo ser melhor indeferir o pedido de liminar e requerer informações à autoridade coatora, porque não vejo ilegalidade, pelo menos de plano, para a concessão de provimento liminar liberatório.

Por esses fundamentos e sentimentos, o indeferimento da Liminar requerida, pelo menos por enquanto, é medida que se impõe.

Ante o exposto e por tudo mais que dos autos constam, INDEFIRO, por hora, a liminar pleiteada. No mais, oficie-se à autoridade tida como coatora para que preste informação no prazo de 05(cinco) dias, consignando que nos informe acerca de que fase processual se encontra o feito, informe os motivos da manutenção da prisão quando da concessão

do incidente que suspendeu o processo, acoste folhas de antecedentes criminais da paciente, bem como demais documentos pertinentes. Após, remetam-se à Procuradoria Geral de Justiça para manifestação no prazo de 02(dois) dias, quando então, os autos deverão vir a mim conclusos para julgamento, nos termos do artigo 328 e seguintes do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. Publique-se. Cumpra-se.

São Luís, 29 de outubro de 2007.

José JOAQUIM FIGUEIREDO dos Anjos

Relator Substituto (art. 80, III, do RI-TJ/MA)

Terceira Câmara Criminal**HABEAS CORPUS****Processo nº 021112-2007****Paciente: Êscio Vagno Costa Nogueira (em causa própria)****Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Balsas****Enquadramento: art. 157, § 2º, I, II e V, e § 3º, do CP****Relator: Des. José Joaquim Figueiredo dos Anjos****Decisão:**

Não há, nos autos, pleito liminar. O que pretende, o impetrante-paciente, à guisa de pedido urgente, nada mais é que sejam de logo solicitadas as informações de praxe à d. autoridade dita coatora, procedimento este inserto já, no próprio rito do HABEAS CORPUS.

Assim, e verificando que a inicial veio desacompanhada de documento qualquer a instruir a demanda, solicitem-se informações detalhadas acerca do atual estado da Ação Penal, oficiando-se ao MM. Juiz impetrado para que faça juntar, aos autos, cópias da decisão que decretara a custódia cautelar aqui impugnada, bem como dos demais documentos necessários ao deslinde da controvérsia, em especial aqueles relativos aos atos processuais já praticados. Prazo: 5 (cinco) dias.

Decorridos, com ou sem elas, sigam os autos ao representante do Órgão do PARQUET, para que sobre eles se manifeste em 2 (dois) dias (art. 328 do RI-TJ/MA).

Publique-se.

Cumpra-se.

São Luís, 30 de outubro de 2007

José JOAQUIM FIGUEIREDO dos Anjos

Relator

TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL**HABEAS CORPUS Nº 021305/2007 – SÃO LUÍS/MA****Paciente: WALDECY SILVA DA COSTA FILHO****Impetrante: Carlos Magno Rosário Marinho****Impetrado: JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DE ENTORPECENTES DA COMARCA DE SÃO LUÍS****Enquadramento: art. 33, “caput”, da Lei n. 11.343/06****Relator: DESEMBARGADOR LOURIVAL SEREJO****D E C I S ã o**

Trata-se de habeas corpus, com pedido de liminar, impetrado pelo advogado Carlos Magno Rosário Marinho em favor de WALDECY SILVA DA COSTA FILHO, conhecido como “WALBER”, indicando como autoridade coatora o MM. Juiz de Direito da 1ª Vara de Entorpecentes de São Luís.

Consta da impetração que o paciente foi preso em flagrante, na manhã do dia 7 de agosto de 2007, pela suposta prática do delito tipificado no art. 33, “caput”, da Lei 11.343/06 (Lei de Drogas).

Através de denúncia anônima, policiais civis, lotados no Departamento de Combate a Narcóticos, da Delegacia Estadual de Investigações Criminais, diligenciaram até a residência do ora paciente, quando, após minuciosa revista, encontraram, em uma das gavetas de uma cômoda, no quarto do acusado, uma lata acondicionando 119 (cento e dezenove) “trouxinhas” de merla.

Diante dos fatos, em apertada síntese, o impetrante sustenta a configuração de constrangimento ilegal por excesso de prazo, pois afirma que o paciente já se encontra custodiado há mais de 83 (oitenta e três) dias. Acrescenta que não existem provas da participação do acusado no evento criminoso, o que impõe a aplicação do princípio do in dubio pro reo.



Formula pedido liminar, no sentido da imediata concessão da ordem.

A inicial veio acompanhada dos documentos de fs. 13/32.

É o relato do essencial.

Pelos argumentos lançados na impetração, conclui-se que o caso merece análise detida e uma cognição mais aprofundada, devendo ser apreciado no âmbito de seu juiz natural, uma vez que não restou demonstrada ilegalidade patente a indicar a necessidade de provimento liminar.

Em cognição sumária ora exercitada, não me convenci da existência simultânea dos requisitos de *fumus boni juris* e *periculum in mora*. Este, em tema de constrição da liberdade física, revela-se quase sempre evidente. Entretanto, não vislumbro, de imediato, o *fumus boni juris* no caso concreto.

A lei n. 11.343/06 prevê prazo mais extenso para o encerramento da instrução processual, razão pela qual, até o momento, não se verifica o excesso alegado, o que faz esmaecer a fumaça do bom direito exigível para o deferimento de liminar.

Além disso, com base nas alegações da inicial, bem como nos documentos anexados aos autos, verifica-se a existência de indícios de autoria e materialidade. O auto de prisão em flagrante e os termos de declarações de fs. 26/28 contém fortes indícios de que a droga apreendida pertencia ao paciente e que seria destinada à comercialização.

Constata-se, ademais, que o impetrante não fez juntada do decreto de prisão preventiva ou mesmo da decisão homologatória do flagrante, o que inviabiliza, na presente fase processual, qualquer apreciação sumária acerca da fundamentação da custódia do paciente.

À guisa de encerramento, oportuna a lição de Fábio Ramazzini Bechara, que adverte: “A análise judicial pauta-se pelo cuidado de não avançar no exame ora referido, o que poderia representar inequívoca antecipação do provimento principal”.

Isto posto, INDEFIRO a liminar pleiteada.

Notifique-se a autoridade impetrada para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar as informações de estilo, fazendo-a acompanhar de cópia do decreto de prisão, denúncia e demais peças que entender pertinentes à compreensão da controvérsia.

A notificação deverá ser encaminhada com cópia da inicial, dos documentos que a instruem e da presente decisão

Em seguida, remetam-se os autos à Procuradoria-Geral de Justiça, para emissão de parecer. Após voltem-me conclusos.

Publique-se.

São Luís, 05 de novembro de 2007

Desembargador Lourival Serejo
Relator

Coordenadoria do Plenário e das Câmaras Cíveis Reunidas

CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS

AGRAVO REGIMENTAL Nº 19050-2007.

Agravante : Estado do Maranhão.
Procurador : Marcelo Apolo Vieira Franklin.
Agravados : Ranyerik Coelho e Silva e outros.
Advogado : Jocivaldo Silva Oliveira.
Relator : Des. Antonio Guerreiro Júnior.

DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto pelo Estado do Maranhão contra decisum desta relatoria que, nos autos do mandado de segurança 16.767/2007, concedeu medida liminar suspendendo o Curso de Formação de Soldados da Polícia Militar do Maranhão, fase que sucedia o resultado decorrente das provas da 5ª (quinta) etapa do certame, até o julgamento da presente ação pelas colendas Câmaras Cíveis Reunidas do TJ/MA.

Alega o recorrente que a decisão em exame violou o disposto nos arts. 128 e 460 do CPC.

Afirma que o pleito dos impetrantes era no sentido de que estes fossem matriculados no Curso de Formação de Soldados da Polícia Militar do Maranhão ou que fosse suspensa a 5ª (quinta) etapa do certame.

É o relatório.

Decido.

Analizando com maior profundidade o tema, entendo que a decisão liminar sob análise gera perigo da demora em detrimento dos interesses do agravante e, por via reflexa, até mesmo em relação à pretensão dos agravados, no que diz respeito a assegurar a matrícula destes no Curso de Formação de Soldados da Polícia Militar do Maranhão, conforme asseverado à fl. 126.

Demais disso, tenho como mais adequado na espécie o entendimento formulado pelo eminente Desembargador Cleones Carvalho Cunha, conforme decisão de fls. 45/47, segundo o qual há de ser assegurada a matrícula dos impetrantes no Curso de Formação dos Soldados PM, com as demais determinações necessárias à garantia do resultado útil da impetração sob exame, nos termos do art. 7º, II, da Lei 1.533/51.

Diante do exposto, reconsidero a decisão agravada, para, adequando aos pedidos insertos pelos impetrantes, por força do disposto no art. 128 e 460 do CPC, asseverar o seguinte: defiro o pleito de urgência formulado pelos impetrantes, para que estes sejam matriculados no Curso de Formação dos Soldados da Polícia Militar do Maranhão, mesmo que passada a data prevista para a inscrição, ali permanecendo em conjunto com os demais candidatos já matriculados, independente da realização de novas provas para a avaliação da 5ª etapa.

Publique-se e intimem-se as partes.

São Luís, 30.10.2007.

Des. Antonio Guerreiro Júnior.

R E L A T O R

Tribunal Pleno

Denúncia

Processo nº 000742-2007

Denunciante: Ministério Público do Estado do Maranhão

Subprocuradora-Geral de Justiça: Selene Coêlho de Lacerda

Denunciado: Benonil da Conceição Castro, Prefeito Municipal de Apicum-Açu/MA

Comarca: Bacuri

Enquadramento: art. 1º, XIV, do Decreto-lei nº 201/67

Relator: Des. José Joaquim Figueiredo dos Anjos

Despacho:

Sigam os autos à d. Procuradoria Geral de Justiça, para manifestação. Prazo: 5 (cinco) dias (art. 380 do RI-TJ/MA).

Publique-se.

Cumpra-se.

São Luís, 30 de outubro de 2007

José JOAQUIM FIGUEIREDO dos Anjos
Relator

TRIBUNAL PLENO

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 03171-2006 – São Luís

Impetrante: CAEMA – Companhia de Águas e Esgotos do Maranhão

Advogados : Pedro Américo Dias Vieira e outros

Impetrado : Excelentíssima Senhora Desembargadora Nelma Celeste Souza Silva Sarney Costa, Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

Comarca : São Luís

Relatora: Des. Nelma Celeste Souza Silva Sarney Costa

Vistos, etc...

Nos termos do artigo 5º da Resolução n.º 15/2005, que regula a concessão de férias dos Desembargadores e o regime de substituição dos mesmos em decorrência de férias, determino, à Coordenadoria Cível, que devolva o processo em epígrafe, no estado em que se encontra, para o Relator Desembargador Cleones Carvalho Cunha.

Cumpra-se. Publique-se.

São Luís, 29 de outubro de 2007.

Desa. NELMA CELESTE SOUZA SILVA SARNEY COSTA
RELATORA SUBSTITUTA

CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 12016-2007.

Impetrante : Thiago Muniz Ferreira.

Advogada : Vanessa Castro da Silva.
Impetrados : Secretária de Estado da Administração e Previdência Social do Maranhão e Presidente da Comissão Central de Concurso.

Relator : Des. Antonio Guerreiro Júnior.

DECISÃO

Thiago Muniz Ferreira impetra mandado de segurança, com pedido de liminar, contra ato complexo praticado pela Secretária de Estado da Administração e Previdência Social do Maranhão e pelo Presidente da Comissão Central de Concurso, que teriam preterido o impetrante na ordem de classificação, convocando candidato classificado em posição inferior à sua para participar do curso de formação de soldados da PM.

Alega o autor que o referido concurso exigia 05 (cinco) etapas e que, na primeira delas – prova objetiva de caráter eliminatório e classificatório –, figurou na listagem de classificação em 38º (trigésimo oitavo) lugar, enquanto o candidato José Cardoso Lima Júnior, também habilitado e convocado, foi classificado em 51º (quingüagésimo primeiro) lugar.

Afirma que na segunda etapa do certame – exames médico e odontológico, de caráter tão-somente eliminatório – foi considerado apto e ascendeu ao 34º (trigésimo quarto) lugar, em virtude da desclassificação de 04 (quatro) candidatos, ao passo que José Cardoso Lima Júnior foi considerado inapto e, conseqüentemente, não foi habilitado.

Aduz que foi convocado a participar da terceira etapa do concurso – teste de aptidão física –, também de caráter apenas eliminatório, ficando classificado em 31º (trigésimo primeiro) lugar, também em virtude da desclassificação de mais 03 (três) candidatos.

Assevera que não teve a possibilidade de participar da quarta etapa – exame psicotécnico, que não possui caráter eliminatório e nem classificatório, servindo apenas para fornecer subsídios sobre o perfil do candidato –, pois só seriam convocados, segundo a ordem de classificação, os candidatos considerados aptos na terceira etapa em número igual ao de vagas da cidade em que o candidato estivesse concorrendo, mais os empates desta posição, sendo que só estavam disponíveis 30 (trinta) vagas para o município de Rosário.

Narra que não participou da quinta etapa do concurso – exame de aptidão policial militar –, assim como o candidato José Cardoso Lima Júnior, porém, este último, obteve, em seu favor, liminar em mandado de segurança, na qual foi determinada a adoção de medidas no intuito de possibilitar sua participação nas etapas subseqüentes do concurso.

Diz que, por conta dessa liminar, José Cardoso Lima Júnior teve a oportunidade de participar das etapas posteriores àquela que o eliminou, ingressando também no curso de formação para soldado da PM, embora seja sabido que a etapa dos exames médico e odontológico tenha caráter apenas eliminatório e, uma vez habilitado nesta etapa, permaneceria na ordem de classificação anterior à eliminação, podendo ascender apenas 04 (quatro) posições, que se referem aos 04 (quatro) candidatos também eliminados na segunda etapa.

Ressalta ainda que, mesmo que José Cardoso Lima Júnior tenha participado posteriormente do teste de aptidão física, como determinou a liminar, esta etapa também era de caráter exclusivamente eliminatório, e o máximo que ascenderia eram mais 03 (três) posições, em virtude dos candidatos eliminados na referida etapa.

Observa que os candidatos eliminados na segunda e na terceira etapas estavam à sua frente e à frente do candidato José Cardoso Lima Júnior, sendo que, dessa forma, o impetrante ficaria como primeiro excedente do número de vagas a serem preenchidas, e o candidato José Cardoso atrás do impetrante na ordem de classificação.

Sustenta que José Cardoso apareceu somente na listagem de resultado final, tendo participado a posteriori de todas as etapas, em detrimento do impetrante, que estava na posição de primeiro excedente do número de vagas para o Município de Rosário/MA, porém, jamais poderia vir a preterir o impetrante ou qualquer outro candidato que se mantinha em posições acima da sua, o que desvirtuou a observância ao edital.

Alega que, caso a iniciativa de convocar José Cardoso não fosse verificada, continuaria na expectativa de ser chamado no prazo de dois anos (prorrogável por uma vez) do prazo de validade do edital.

Requeru medida liminar, determinando sua participação no curso de formação de soldados da PM, visto que candidato em posição inferior à sua foi convocado.

Breve relatório.

Cumprida, nesta etapa processual, a apreciação quanto ao cabimento da liminar postulada, a partir do disposto no art. 7º, II, da Lei 1.533/51, que instituiu como requisitos cumulativos para a concessão da liminar em writ of mandamus a relevância dos fundamentos da impetração e o risco de que a medida, caso concedida ulteriormente, venha se tornar ineficaz – elementos caracterizadores, respectivamente, do *fumus boni juris* e do *periculum in mora*.

Pois bem. Não verifico, nesta análise premonitória, a presença simultânea dos requisitos indispensáveis à concessão da liminar.

Inicialmente, observo, a partir do material probatório juntado aos autos, que o impetrante ficou classificado em 31º (trigésimo primeiro) lugar após o teste de aptidão física – 3ª (terceira) etapa –, não sendo convocado para participar da 4ª (quarta) etapa – exame psicotécnico –, pois ficou classificado fora do número de vagas.

O candidato José Cardoso Lima Júnior – utilizado como parâmetro pelo impetrante, apresentado como litisconsorte e causa de sua preterição – foi considerado inapto no Exame Médico e, através de liminar concedida em mandado de segurança, teve a possibilidade de prosseguir nas etapas subseqüentes do concurso.

Ora, o candidato acima mencionado foi convocado para o exame de aptidão policial militar e, posteriormente, para o curso de formação profissional por força de uma decisão judicial.

Assim, não há que se falar em direito líquido e certo do impetrante a participar do curso de formação de soldados da PM, visto que candidato em posição inferior à sua foi convocado porque obteve uma ordem liminar em juízo para tanto.

Dessa forma, a autoridade coatora não praticou qualquer ato ilegal ou arbitrário, vez que só se limitou a cumprir uma decisão judicial à qual não poderia se opor, não sendo, portanto, responsável pela suposta preterição do impetrante face à participação de outro candidato sub judice, não tendo havido qualquer ofensa ao edital do concurso.

Por conseguinte, entendo que, diante das disposições editalícias, não está configurado o direito líquido e certo a amparar as pretensões do impetrante. É o que deduzo nesta etapa processual.

Em face do exposto, ausente um dos requisitos autorizadores, indefiro o pedido de concessão de liminar.

Notifiquem-se as autoridades coadoras para, no decêndio legal, prestarem as informações que entenderem necessárias.

Cite-se o Estado do Maranhão para, em igual prazo, integrar a lide na qualidade de litisconsorte passivo.

Reitere-se, com a máxima urgência, o despacho de fl. 55, tomandopor base o endereço indicado à fl. 99.

Cumpridas as formalidades internas, à d. PGJ.

Publique-se.

São Luís, 31.10.2007.

Des. Antonio Guerreiro Júnior.

RELATOR

CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS

MANDADO DE SEGURANÇA N.º 14227-2007

Impetrante : Sindicato dos Trabalhadores em Educação básica das Redes Públicas Estadual e municipais do Estado do Maranhão – SIMPROESEMMA

Advogado : Paulo Roberto Almeida e outros

Impetrado

Comarca : Secretário de Estado Planejamento, Orçamento e Gestão do Estado do Maranhão

: São Luís

Relatora: Des. Nelma Celeste Souza Silva Sarney Costa

Vistos, etc...

Nos termos do artigo 5º da Resolução n.º 15/2005, que regula a concessão de férias dos Desembargadores e o regime de substituição dos mesmos em decorrência de férias, determino, à Coordenadoria das Câma-

ras Cíveis Reunidas, que devolva o processo em epígrafe, no estado em que se encontra, para Desembargador Cleones Carvalho Cunha.

Cumpra-se. Publique-se.

São Luís, 05 de novembro de 2007.

Desa. NELMA CELESTE SOUZA SILVA SARNEY COSTA
RELATORA SUBSTITUTA

CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 21271-2007.

Impetrante :Ricardo Jorge Murad.

Advogados :Erik Janson Vieira Monteiro Marinho e outros.

Impetrado :Secretário de Educação do Estado do Maranhão.

Relator : Des. Antonio Guerreiro Júnior.

DECISÃO

Ricardo Jorge Murad impetra mandado de segurança com pedido de liminar contra suposta omissão do Secretário de Educação do Estado do Maranhão, que não apreciou a pretensão do impetrante, materializada no requerimento administrativo de obtenção de cópia em inteiro teor do processo licitatório de contratação da empresa Grafset Ltda., com o fim de adiantar prova documental útil à instrução de ação popular que pretendem aforar.

Alega o impetrante que o pleito sobredito não foi apreciado pelo impetrado dentro do prazo de quinze dias, nos termos da Lei 9.051/95, o que configura ato arbitrário, inconstitucional e ilegal.

Suscita desprezo à cidadania e suspeita de malversação de dinheiro público e suposta prática de improbidade administrativa.

Invoca ofensa aos princípios constitucionais da Administração Pública, bem como a violação ao disposto no art. 5º, XXXIII, 37, caput, da CF c/c arts. 4º e 19 da Constituição Maranhense.

Argúi violação ao art. 4º da Lei 8.159/91, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados.

Colaciona doutrina e jurisprudência referentes ao tema.

Requer a concessão de liminar inaudita altera pars, nos seguintes termos: a entrega, por parte da autoridade coatora, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, das cópias de inteiro teor do Processo Administrativo de dispensa ou inexigibilidade de licitação, do qual decorreu a contratação da empresa Grafset Ltda., bem com cópia do contrato, notas fiscais e ordens de pagamento referentes ao mesmo.

É o relatório. Decido.

Cumpra a apreciação quanto ao cabimento da pretendida liminar a partir do disposto no art. 7º, II, da Lei 1.533/51, que instituiu como requisitos cumulativos para a concessão da liminar em writ of mandamus, a relevância dos fundamentos da impetração e o risco de que a medida, caso concedida ulteriormente, venha se tornar ineficaz - elementos caracterizadores, respectivamente, do fumus boni juris e do periculum in mora.

Pois bem. Verifico, nesta análise premonitória, a presença simultânea dos requisitos indispensáveis à concessão da liminar.

Senão vejamos.

Analisando as circunstâncias dos autos, tenho que as pretensões deduzidas pelo impetrante se encontram devidamente amparadas pelas disposições atinentes à espécie e em pleno vigor no ordenamento jurídico pátrio, nos moldes do art. 5º, XXXIII, XXXIV, alíneas "a" e "b", bem como o princípio da publicidade, contida no texto do art. 37, caput, todos da Constituição Federal.

Bem assim entendo, ao menos nesta análise premonitória, que a autoridade coatora encontrava-se adstrita aos termos da Lei 9.051/95, in verbis:

Art. 1º. As certidões para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações, requeridas aos órgãos da administração centralizada ou autárquica, às empresas públicas, às sociedades de economia mista e às fundações públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, deverão ser expedidas no prazo improrrogável de quinze dias, contado do registro do pedido no órgão expedidor.

Art. 2º. Nos requerimentos que objetivam a obtenção das certidões a que se refere esta Lei, deverão os interessados fazer constar esclarecimentos relativos aos fins e razões do pedido. (grifamos)

Assim, configurada está a fumaça do bom direito.

Por outro lado, o perigo da demora, no caso em análise, é facilmente deduzido a partir da omissão do Secretário da Educação do Estado do Maranhão, quanto à análise, no âmbito administrativo, da pretensão do impetrante, o que poderá gerar dano quanto ao exercício de seu direito de cidadania participativa, materializado na disponibilização das informações necessárias ao ajuizamento de ação popular, da forma como discriminado no requerimento administrativo de fl. 13.

Veja-se precedente do c. STJ sobre a matéria:

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. EMISSÃO DE CERTIDÃO. IDENTIFICAÇÃO RELATIVA À CONCESSÃO MINERÁRIA. LEI 9.051/95.

1. Cabe Mandado de Segurança para que o órgão concedente (Ministério de Minas e Energia) emita certidão, identificando exatamente a área a ser explorada pelo concessionário.

2. "A Constituição Federal e a legislação ordinária asseguram o direito de petição aos Poderes Públicos para obtenção de certidões, para defesa de direitos e esclarecimentos de situações, não podendo a autoridade impetrada omitir-se de fornecer os documentos solicitados indispensáveis ao exercício de cidadania mediante ação popular." (RMS 13516/RO, Rel. Ministro Francisco Peçanha Martins, DJ 01.03.2004).

3. Mandado de Segurança concedido, para que a autoridade emita a certidão no prazo de 15 dias (Lei 9.051/95, art. 1º).

(STJ, MS 11196/DF, Rel. Ministro Herman Benjamin, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28.03.2007, DJ 10.09.2007 p. 177).

Em face do exposto, presentes os requisitos autorizadores, já tendo sido ultrapassado o prazo de 15 (quinze) dias previsto na Lei 9.051/95, para o cumprimento da obrigação no âmbito administrativo, conforme protocolo de fl. 12, defiro a liminar vindicada, nos seguintes termos: que a autoridade coatora, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, proceda à entrega, das cópias de inteiro teor do processo administrativo de dispensa ou inexigibilidade de licitação, do qual decorreu a contratação da empresa Grafset Ltda., bem com cópia do contrato, notas fiscais e ordens de pagamento referentes ao mesmo.

Notifique-se a autoridade coatora para, no decêndio legal, prestar as informações que entender necessárias.

Cite-se o Estado do Maranhão para, em igual prazo, integrar a lide na qualidade de litisconsorte passivo necessário.

Cumpridas as formalidades internas, à d. Procuradoria Geral de Justiça.

Publique-se.

São Luís, 31 de outubro de 2007.

Des. Antonio Guerreiro Júnior.

RELATOR

Presidência do Tribunal de Justiça

SUSPENSÃO DE EXECUÇÃO DE SENTENÇA Nº 21.600/2007

Requerente: ESTADO DO MARANHÃO

Procurador: MARCELO APOLO VIEIRA FRANKLIN

Requerido: JOAQUIM FRANCISCO VASCONCELOS GOMES FILHO

DECISÃO

Trata-se de pedido formulado pelo Estado do Maranhão, de suspensão de execução da sentença proferida pelo Meritíssimo Juiz de Direito da 4ª Vara da Comarca de Timom/MA, nos autos do Mandado de Segurança nº 1725/2007, impetrado por Joaquim Francisco Vasconcelos Gomes Filho, titular do 2º Ofício Extrajudicial daquela Comarca, contra ato da Coordenadora do Fundo Especial de Modernização e Reparelhamento do Poder Judiciário do Estado do Maranhão – FERJ.

Aduziu o impetrante que, a partir a instituição, pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, por meio do Ato nº 01/2007, dos novos selos de fiscalização, de uso obrigatório em todos os documentos expedidos pelas serventias judiciais, a serventia do 2º ofício extrajudicial de Timom/MA estaria sendo prejudicado em suas atividades, por estar recebendo do FERJ quantidade de selos insuficiente para suprir a sua demanda.

Ao prestar informações, a autoridade impetrada asseverou que não cometeu nenhum ato ilegal, abusivo ou arbitrário, mas agiu em estrito cumprimento do dever legal, fazendo o que a Lei lhe autoriza, ou seja, administrando o uso dos selos de fiscalização. Concluiu que os selos vêm sendo encaminhados à 2ª Serventia normalmente, em tudo atendendo ao que determina a Resolução nº 02/2001, espelhando-se na média mensal de utilização de selos de fiscalização.

A referida sentença, cuja execução o Estado do Maranhão pretende suspender, determinou à Coordenadoria do FERJ que proceda ao encaminhamento mensal ao impetrante, de 250 Selos de Fiscalização de cada modelo previsto no art. 18 da Resolução nº 02/2001, ou seja, de Reconhecimento de Firma, de Autenticação de Cópias e Documentos, de Atos Gratuitos e de Atos Gerais, sob o fundamento de que a quantidade de selos repassados atualmente à 2ª Serventia Extrajudicial de Timom é insuficiente para atender às suas necessidades.

Aduz o Estado do Maranhão que a decisão proferida pelo MM. Juiz da 4ª Vara de Timom estaria configurando grave lesão à ordem pública, na medida que desconsidera o disposto na Resolução nº 02/2001, que disciplina a distribuição dos selos de fiscalização, e de acordo com a qual os notários e oficiais de registro deverão solicitar os selos conforme a movimentação da serventia, estabelecida pela Coordenadoria do FERJ.

Por fim, destaca que a imediata execução da sentença, na forma em que se encontra, redundará em perigoso precedente, apto a gerar efeito multiplicador.

Relatados, decido.

Cabe a suspensão da liminar ante à grave lesividade à ordem pública, conforme passarei a demonstrar.

A suspensão de execução de sentença em mandado de segurança deve ser concedida a fim de que se evite lesão à ordem pública, conforme dispõe o art. 4º da Lei nº 4.348 de 26 de junho de 1964.

Ordem Pública, segundo Rodrigo Fernandes, está relacionada à distribuição das funções estatais entre o Executivo, Legislativo e o Judiciário, sua harmonia e independência, bem como seu controle mútuo.

Quer dizer que a ordem pública resta garantida quando cada uma das funções (ou poderes) limita-se a desempenhar as atribuições que lhe foram constitucionalmente outorgadas, não havendo lugar para ingerências indevidas.

Assim, toda vez que se notar a invasão de um Poder nas atribuições de outro Poder estará configurada a desarmonia entre as funções, a crise institucional, que deve ser coibida através dos meios hábeis para tal, que no caso é a presente suspensão da segurança.

No caso vertente, entendo que a decisão proferida pelo MM. Juízo da 4ª Vara de Timom/MA invadiu a seara de atribuições da Coordenadoria do FERJ, estabelecida na Resolução nº 02/2001, a quem compete a distribuição dos selos de fiscalização, utilizando-se dos dados de que dispõe acerca das movimentações de cada serventia extrajudicial.

Não tendo o impetrante comprovado inequivocamente que vêm sendo prejudicado em suas atividades, e que sofreu uma redução no repasse normal de seus selos, não cabe ao Poder Judiciário determinar o aumento do envio de selos à serventia, desconsiderando os dados e informações apresentadas pela Coordenadoria do FERJ.

Ademais, tendo em vista a possibilidade de ocorrência do denominado efeito multiplicador, com potencial para comprometer o controle da Coordenadoria do FERJ sobre repasse de selos de fiscalização às serventias extrajudiciais, com patente lesão à ordem pública, defiro o pedido formulado pelo Estado do Maranhão de suspensão da execução da sentença proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 1.725/2007, até o seu trânsito em julgado.

Dê-se ciência ao MM. Meritíssimo Juiz de Direito da 4.ª Vara da Comarca de Timom/MA.

Publique-se e cumpra-se.

São Luís, 06 de novembro de 2007.

DESEMBARGADORA MARIA MADALENA ALVES SEREJO
Presidente

ATO Nº 1571/2007-TJ

A PRESIDENTA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 96, inciso I, alínea “c”, da Constituição Federal e § 1º, do art. 156 do Regi-

mento Interno deste Tribunal, com redação dada pela Resolução nº 21/2007, e tendo em vista decisão tomada em sessão plenária administrativa realizada no dia 17 de outubro do corrente ano,

R E S O L V E,

Remover, a pedido, o Juiz de Direito MANOEL FELISMINO GOMES NETO, pelo critério de antiguidade, da Comarca de Itinga para a Comarca de Parnarama, ambas de 1ª Entrância, vaga em decorrência da promoção do Dr. Celso Orlando Aranha Pinheiro Júnior para a 1ª Vara da Comarca de Vitorino Freire, tendo em vista o que consta do Processo nº 26749/2007-TJ.

PALÁCIO DA JUSTIÇA “CLÓVIS BEVILÁCQUA” DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 01 de novembro de 2007.

Desembargadora MARIA MADALENA ALVES SEREJO
Presidenta

ATO Nº 1576/2007-TJ.

A PRESIDENTA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Exonerar ARLETE ALCIDES PALHANO ARAÚJO do cargo em comissão de Secretário Judicial D- 1ª Entrância, Símbolo DAS-1, da Comarca de Maracáçumé, com efeito retroativo a 18.07.2007, tendo em vista solicitação constante do Ofício nº 1468/2007- SJMRC, protocolizado sob o nº 26994/2007-TJ.

PALÁCIO DA JUSTIÇA “CLÓVIS BEVILÁCQUA” DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 05 de novembro de 2007.

Desembargadora MARIA MADALENA ALVES SEREJO
Presidenta

Secretaria do Tribunal de Justiça

PORTARIA Nº 3116/2007-TJ.

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Designar JUNIO CESAR CARVALHO DE OLIVEIRA, Técnico Judiciário B, matrícula nº 108266, ora exercendo a função gratificada de Secretário de Coordenador, para responder pelo cargo em comissão de Coordenador de Administrativo da Corregedoria Geral da Justiça, durante o afastamento legal e temporário do titular João Batista das Graças Meireles Linhares, no período de 06.08.2007 a 04.09.2007, tendo em vista o que consta do Processo nº 17888/2007-TJ.

DÊ-SE CIÊNCIA. PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE.

PALÁCIO DA JUSTIÇA “CLÓVIS BEVILÁCQUA” DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 29 de outubro de 2007.

FRANCISCO CHAGAS RODRIGUES PEREIRA
Diretor-Geral da Secretaria

PORTARIA Nº 3117/2007-TJ.

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Designar SABRINA HOLANDA PINTO SMITH, Auxiliar Judiciário, matrícula nº 101006, ora exercendo a função gratificada de Supervisor de Seção, para responder pelo cargo em comissão de Chefe da Divisão de Juizes Vitalícios, durante o afastamento legal e temporário do titular Carlos Wagner de Sousa Campos Júnior, no período de 08.08.2007 a 06.09.2007, tendo em vista o que consta do Processo nº 16481/2007-TJ.

DÊ-SE CIÊNCIA. PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE.

PALÁCIO DA JUSTIÇA “CLÓVIS BEVILÁCQUA” DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 29 de outubro de 2007.

FRANCISCO CHAGAS RODRIGUES PEREIRA
Diretor-Geral da Secretaria

**PORTARIA Nº 3118/2007-TJ.**

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Designar HERVANDY COSTA GARCEZ, Chefe da Divisão da Biblioteca – ESMAM, matrícula nº 112185, para responder pelo cargo em comissão de Coordenadora Pedagógica – ESMAM, durante o afastamento legal e temporário da titular Ana Perpetua Silveira Leda, no período de 16.07.2007 a 14.08.2007, tendo em vista o que consta do Processo nº 17195/2007-TJ.

DÊ-SE CIÊNCIA. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PALÁCIO DA JUSTIÇA “CLÓVIS BEVILÁCQUA” DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 29 de outubro de 2007.

FRANCISCO CHAGAS RODRIGUES PEREIRA

Diretor-Geral da Secretaria

PORTARIA Nº 3119/2007-TJ.

A PRESIDENTA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 93, inciso XII, da Emenda Constitucional nº 45/2004, datada de 08.12.2004,

R E S O L V E

Conceder ao Desembargador MARCELO CARVALHO SILVA, Membro deste Egrégio Tribunal de Justiça, matrícula nº 016014, 30 (trinta) dias de férias, sendo 10(dez) dias do exercício de 1999 e 20(vinte) dias do exercício de 2000, no período de 01.11.2007 a 30.11.2007, tendo em vista o que consta do Processo nº 26743/2007-TJ.

DÊ-SE CIÊNCIA. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PALÁCIO DA JUSTIÇA “CLÓVIS BEVILÁCQUA” DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 29 de outubro de 2007.

Desembargadora MARIA MADALENA ALVES SEREJO

Presidenta

PORTARIA Nº 3141/2007-TJ

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 118, c/c § 3º, inciso I, do art. 117, da Lei Complementar nº 14/91, com a redação dada pela Lei Complementar nº 068, de 23.12.2003,

R E S O L V E

Conceder a JOSÉ MARIA AMARAL VOLF, Cabo PM, matrícula nº 034702, ora à disposição deste Tribunal, lotado no Gabinete Militar, 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 22.10.2007 a 05.11.2007, tendo em vista solicitação protocolizada sob o nº 27845/2007-TJ.

DÊ-SE CIÊNCIA. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 31 de outubro de 2007.

FRANCISCO CHAGAS RODRIGUES PEREIRA

Diretor-Geral da Secretaria

PORTARIA Nº 3142/2007-TJ

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 118, c/c § 3º, inciso I, do art. 117, da Lei Complementar nº 14/91, com a redação dada pela Lei Complementar nº 068, de 23.12.2003,

R E S O L V E

Conceder a THIAGO NELSON FARIA DOS REIS, Analista Judiciário B – Analista de Sistemas e Desenvolvimento, matrícula nº 129528, lotado na Coordenadoria de Desenvolvimento e Análise de Sistemas, 04 (quatro) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 15.10.2007 a 18.10.2007, tendo em vista solicitação protocolizada sob o nº 27952/2007-TJ.

DÊ-SE CIÊNCIA. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 31 de outubro de 2007.

FRANCISCO CHAGAS RODRIGUES PEREIRA

Diretor-Geral da Secretaria

PORTARIA Nº 3143/2007-TJ

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 118, c/c § 3º, inciso I, do art. 117, da Lei Complementar nº 14/91, com a redação dada pela Lei Complementar nº 068, de 23.12.2003,

R E S O L V E

Conceder a JACQUELINE DE ASSIS MARTINS, Agente Judiciário Administrativo, matrícula nº 012237, lotada na Coordenadoria da Biblioteca, 05 (cinco) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 17.10.2007 a 21.10.2007, tendo em vista solicitação protocolizada sob o nº 27841/2007-TJ.

DÊ-SE CIÊNCIA. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 31 de outubro de 2007.

FRANCISCO CHAGAS RODRIGUES PEREIRA

Diretor-Geral da Secretaria

PORTARIA Nº 3154/2007-TJ

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 118, c/c § 3º, inciso I, do art. 117, da Lei Complementar nº 14/91, com a redação dada pela Lei Complementar nº 068, de 23.12.2003,

R E S O L V E

Conceder a MAURO SÉRGIO DE FREITAS FIGUEIREDO, Auditor, matrícula nº 119768, lotado na Auditoria da Presidência, 04 (quatro) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 29.10.2007 a 01.11.2007, tendo em vista solicitação protocolizada sob o nº 28728/2007-TJ.

DÊ-SE CIÊNCIA. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 01 de novembro de 2007.

FRANCISCO CHAGAS RODRIGUES PEREIRA

Diretor-Geral da Secretaria

PORTARIA Nº 3155/2007-TJ.

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 117, § 3º, inciso I, da Lei Complementar nº 014/91, com a redação dada pela Lei Complementar nº 068, de 23.12.2003,

R E S O L V E

Conceder a CLODOMIR ELOUF SIMÃO FILHO, Engenheiro da Assembléia Legislativa, ora à disposição deste Tribunal e exercendo o cargo em comissão de Assessor Jurídico da Presidência, matrícula nº 127597, 30 (trinta) dias de férias relativas ao exercício de 2005, no período de 05.11.2007 a 04.12.2007, tendo em vista solicitação protocolizada sob o nº 27787/2007-TJ.

DÊ-SE CIÊNCIA. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 01 de novembro de 2007.

FRANCISCO CHAGAS RODRIGUES PEREIRA

Diretor-Geral da Secretaria

PORTARIA Nº 3158/2007-TJ.

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Designar MANOEL ANTONIO ROCHA FONSECA, Técnico Judiciário A-Téc. em Telecomunicações, matrícula nº 102467, ora exercendo o cargo em comissão de Coordenador da Divisão de Atendimento ao Usuário, para responder pelo cargo em comissão de Chefe da Divisão de Administração de Rede, durante o afastamento legal e temporário do então titular Filomeno Viana Nina, no período de 23.07.2007 a 21.08.2007, tendo em vista o que consta do Processo nº 16714/2007-TJ.

DÊ-SE CIÊNCIA. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PALÁCIO DA JUSTIÇA “CLÓVIS BEVILÁCQUA” DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 05 de novembro de 2007.

FRANCISCO CHAGAS RODRIGUES PEREIRA

Diretor-Geral da Secretaria

PORTARIA N.º 3159/2007-TJ.

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 117, § 3º, inciso I, da Lei Complementar n.º 014/91, com a redação dada pela Lei Complementar n.º 068, de 23.12.2003,

R E S O L V E

Conceder a MARIA INÊS LOBATO VIANA, Agente Judiciário Administrativo, matrícula n.º 002519, lotada no Gabinete do Desembargador Raimundo Nonato de Souza, o gozo 30 (trinta) dias de férias relativas ao exercício de 2007, no período de 05.11.2007 a 04.12.2007, tendo em vista solicitação protocolizada sob o n.º 28830/2007-TJ.

DÊ-SE CIÊNCIA. PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 05 de novembro de 2007.

FRANCISCO CHAGAS RODRIGUES PEREIRA

Diretor-Geral da Secretaria

PORTARIA N.º 3161/2007-TJ.

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 117, § 3º, inciso I, da Lei Complementar n.º 014/91, com a redação dada pela Lei Complementar n.º 068, de 23.12.2003,

R E S O L V E

Transferir o gozo das férias relativas ao exercício de 2007, do servidor ANDRÉ LUIS MENDONÇA DE SOUSA, Técnico Judiciário, matrícula n.º 108282, concedidas através da Portaria n.º 2893/2007-TJ, datada de 02.10.2007, no período de 01.11.2007 a 30.11.2007, para data oportuna, tendo em vista solicitação protocolizada sob o n.º 27783/2007-TJ.

DÊ-SE CIÊNCIA. PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 05 de novembro de 2007.

FRANCISCO CHAGAS RODRIGUES PEREIRA

Diretor-Geral da Secretaria

PORTARIA N.º 3163/2007-TJ.

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 117, § 3º, inciso I, da Lei Complementar n.º 014/91, com a redação dada pela Lei Complementar n.º 068, de 23.12.2003,

R E S O L V E

Conceder a THIEGO CHUNG DE FARIAS, Auxiliar Judiciário, matrícula n.º 104802, lotado na Divisão de Licitação e Contratos, o gozo 15 (quinze) dias de férias restantes ao exercício de 2007, no período de 10.12.2007 a 24.12.2007, tendo em vista solicitação protocolizada sob o n.º 28378/2007-TJ.

DÊ-SE CIÊNCIA. PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 05 de novembro de 2007.

FRANCISCO CHAGAS RODRIGUES PEREIRA

Diretor-Geral da Secretaria

PORTARIA N.º 3166/2007-TJ.

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 117, § 3º, inciso I, da Lei Complementar n.º 014/91, com a redação dada pela Lei Complementar n.º 068, de 23.12.2003,

R E S O L V E

Conceder a DIANA PEREIRA SANTOS, Auxiliar Judiciário, matrícula n.º 120386, lotada na Coordenadoria de Apoio Administrativo, 30 (trinta) dias de férias relativas ao exercício de 2007, no período de 02.01.2008 a 31.01.2008, tendo em vista solicitação protocolizada sob o n.º 27684/2007-TJ.

DÊ-SE CIÊNCIA. PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 05 de novembro de 2007.

FRANCISCO CHAGAS RODRIGUES PEREIRA

Diretor-Geral da Secretaria

PORTARIA N.º 3168/2007-TJ.

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 117, § 3º, inciso I, da Lei Complementar n.º 014/91, com a redação dada pela Lei Complementar n.º 068, de 23.12.2003,

R E S O L V E

Interromper, a partir de 31.07.2007, o gozo das férias relativas ao exercício de 2007, do servidor REINALDO RIBEIRO GOMES JÚNIOR, Analista Judiciário A, matrícula n.º 104489, lotado na Diretoria Judiciária, concedidas através da Portaria n.º 1452/2007-TJ, datada de 12.06.2007, no período de 16.07.2007 a 14.08.2007, restando 15 (quinze) dias para o período de 22.10.2007 a 05.11.2007, tendo em vista solicitação protocolizada sob o n.º 27356/2007-TJ.

DÊ-SE CIÊNCIA. PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 05 de novembro de 2007.

FRANCISCO CHAGAS RODRIGUES PEREIRA

Diretor-Geral da Secretaria

PORTARIA N.º 3169/2007-TJ.

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 117, § 3º, inciso I, da Lei Complementar n.º 014/91, com a redação dada pela Lei Complementar n.º 068, de 23.12.2003,

R E S O L V E

Interromper, a partir de 25.10.2007, o gozo das férias relativas ao exercício de 2007, da servidora CÉLIA REGINA PEREIRA DA SILVA, Analista Judiciário B, matrícula n.º 099382, lotada na Coordenadoria de Contabilidade, concedidas através da Portaria n.º 2939/2007-TJ, datada de 09.10.2007, no período de 10.10.2007 a 08.11.2007, restando 15 (quinze) dias para data oportuna tendo em vista solicitação protocolizada sob o n.º 28226/2007-TJ.

DÊ-SE CIÊNCIA. PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 05 de novembro de 2007.

FRANCISCO CHAGAS RODRIGUES PEREIRA

Diretor-Geral da Secretaria

PORTARIA N.º 3170/2007-TJ.

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 117, § 3º, inciso I, da Lei Complementar n.º 014/91, com a redação dada pela Lei Complementar n.º 068, de 23.12.2003,

R E S O L V E

Interromper, a partir de 20.07.2007, o gozo das férias relativas ao exercício de 2007, da servidora MARINILDES FERREIRA DOS SANTOS, Auxiliar de Serviços de Saúde, matrícula n.º 008987, lotada na Divisão Odontológica, concedidas através da Portaria n.º 1476/2007-TJ, datada de 12.06.2007, no período de 05.07.2007 a 03.08.2007, restando 16 (dezesseis) dias para o período de 19.11.2007 a 04.12.2007, tendo em vista solicitação constante do Ofício n.º 11/2007-DO/TJ protocolizado sob o n.º 28751/2007-TJ.

DÊ-SE CIÊNCIA. PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 05 de novembro de 2007.

FRANCISCO CHAGAS RODRIGUES PEREIRA

Diretor-Geral da Secretaria

PORTARIA N.º 3172/2007-TJ.

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 117, § 3º, inciso I, da Lei Complementar n.º 014/91, com a redação dada pela Lei Complementar n.º 068, de 23.12.2003,

R E S O L V E

Transferir o gozo das férias relativas ao exercício de 2007, do servidor JOSÉ DURVAL ALBUQUERQUE SANTOS JÚNIOR, Secretário de Câmara Isolada, matrícula n.º 044784, concedidas através da Portaria

n.º 1325/2007-TJ, datada de 25.05.2007, no período de 01.06.07 a 30.06.2007, para o período de 05.11.07 a 04.12.07, tendo em vista solicitação constante do Ofício n.º 599/2007-DJ, protocolizado sob o n.º 28782/2007-TJ.

DÊ-SE CIÊNCIA. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 05 de novembro de 2007.

FRANCISCO CHAGAS RODRIGUES PEREIRA

Diretor-Geral da Secretaria

Turma Recursal Cível e Criminal

TERCEIRA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL SESSÃO DO DIA 24 DE SETEMBRO DE 2007

RECURSO N.º 206/2007 - III

ORIGEM:3.º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO

RECORRENTE: AMAZONIA CELULAR S/A

ADVOGADO: FABRYENN FABRYNN COIMBRA SERRA DE CASTRO

RECORRIDO: IRANEIDE SILVA ROCHA COSTA

ADVOGADO: JAQUELINE MILHOMEM DA CUNHA SILVA

RELATOR: JUIZ MARCO ANTONIO NETTO TEIXEIRA (Respondendo)

ACÓRDÃO N.º 18932/07

SÚMULA DO JULGAMENTO: TERMO DE RECLAMAÇÃO. PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS C/C PEDIDO DE LIMINAR. COBRANÇA REFERENTE À HABILITAÇÃO DE ACESSO TELEFÔNICO MÓVEL NÃO SOLICITADO. NEGATIVAÇÃO INDEVIDA JUNTO À CADASTRO RESTRITIVO DE CRÉDITO POR LONGO PERÍODO DE TEMPO. CONFIGURAÇÃO DE DANOS DE ORDEM MORAL, PASSÍVEIS DE REPARAÇÃO PECUNIÁRIA. 1 – Sentença de fls. 18/19 que julgou procedente o pedido formulado na inicial, para condenar a requerida ao pagamento do valor correspondente a 20 (vinte) salários mínimos, para fins de indenização pelos danos morais noticiados. 2 – Recurso Inominado de fls. 32/40 onde a recorrente sustentou a exclusão sua responsabilidade em face da culpa exclusiva de terceiro. Alegou desproporção do valor da indenização ante o dano sofrido e, ainda, o não cabimento da previsão de multa diária no caso do não pagamento do valor imposto na condenação, no prazo de 15 (quinze) dias. Ao final, pugnou pelo provimento do recurso, para a reforma integral do julgado, e no caso de entendimento diverso, a minoração do quantum indenizatório inicialmente imposto, bem como a reforma do dispositivo referente à imposição de multa diária prevista para o caso de não pagamento do prazo fixado na sentença. 3 – Contra razões de fls. 47/56 pugnando pela manutenção da decisão em seu inteiro teor. 4 – Compulsando os presentes autos, inobstante as alegações da recorrente constantes em sua respectiva peça de irrisignação, verifico que assiste razão à recorrida em sua pretensão inicialmente esposada no termo de reclamação, sobretudo em face das próprias declarações da empresa de telefonia móvel, que na audiência de instrução (fls. 18) reconheceu “que houve de fato uma habilitação fraudulenta”. Assim, restou incontroverso a ocorrência de falha na prestação do serviço, tendo em vista que a empresa de telefonia móvel não conduziu seus trabalhos com a segurança devida e esperada ao admitir que terceiro utilizasse os dados pessoais da autora, devendo assim a requerida responder pelos danos advindos dessa conduta, nos termos do art. 186 do CC e art. 14 da lei 8.078/90 – CDC. 5 – Entendimento já consolidado de que a inscrição em cadastro negativo de crédito em face de cobranças relacionadas a acessos telefônicos não solicitados constitui dano moral puro e simples, passível de reparação pecuniária, sobretudo quando a negativação perdurou durante longo período de tempo, como no caso sub examine. Neste cotejo, entendo que a lide fora corretamente apreciada, demonstrando adequado o quantum indenizatório fixado pelo julgador monocrático, de modo que a condenação mantenha seu caráter pedagógico, sem que constitua móvel enriquecimento sem causa da demandante. 6 – Entretanto, entendo que assiste razão ao recorrente tão somente no tocante à impugnação da multa diária lançada, uma vez que o dispositivo do art. 475

– J, CPC, prevê mecanismo diverso para coagir o condenado ao pagamento de quantia certa, para cumprir a obrigação imposta, qual seja, a imposição de multa no valor de 10% do valor do débito. 7 – Recurso conhecido e parcialmente provido para o fim exclusivo de excluir a condenação da multa diária arbitrada equivocadamente na sentença a quo, mantendo-se a condenação por danos no importe de 20 (vinte) salários mínimos, por seus próprios e judiciosos fundamentos. 8 – Custas processuais na forma da lei. Sem condenação em honorários advocatícios. 9 – Súmula do julgamento que serve de acórdão. Inteligência do art. 46, segunda parte, da lei 9.099/95.

ACÓRDÃO

Vistos, discutidos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, DECIDEM os Senhores Juizes da TERCEIRA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL, por quorum mínimo, em conhecer do recurso e dar-lhe parcial provimento apenas para o fim de excluir a imposição de multa diária pelo não cumprimento da decisão lançada no prazo determinado na sentença, em face do disposto no art. 475 - J, CPC. Condenação por danos que deverá ser liquidada ao importe de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), o correspondente a 20 salários mínimos vigentes à época da prolação da sentença. Custas na forma da lei e sem condenação em honorários.

Votou, além do relator, o Juiz MANOEL AURELIANO FERREIRA NETO (Presidente).

Sala das Sessões da Terceira Turma Recursal Cível e Criminal, em São Luís aos 24 de setembro de 2007.

JUIZ MARCO ANTONIO NETTO TEIXEIRA

Relator, Respondendo

TERCEIRA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL SESSÃO DO DIA 24 DE SETEMBRO DE 2007

RECURSO N.º 201/2007 - III

ORIGEM:4.º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO

RECORRENTE: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A

ADVOGADO: CAROLINA DARMASSO MARINHO

RECORRIDO: TEREZINHA ALVES DE SOUSA

ADVOGADO: FRANCISCO BENTO DE SOUSA

RELATOR: JUIZ MARCO ANTONIO NETTO TEIXEIRA (Respondendo)

ACÓRDÃO N.º 18933/07

SÚMULA DO JULGAMENTO: Ação de Cobrança do Seguro DPVAT. I - Sentença de fls. 24/25 que julgou procedente o pedido para condenar a Recorrente ao pagamento do Seguro DPVAT no importe a 40 (quarenta) salários mínimos, o correspondente a R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), em razão da morte do Sr. Antonio Valdivino da Silva, companheiro da requerente. II – Com efeito, acerca da preliminar de nulidade da citação argüida, entendo que melhor sorte não restou ao recorrente, posto que a celeridade imposta pelo rito sumariíssimo relativiza a regra imposta pelo dígito do art. 277 do CPC, referente ao prazo mínimo de 10 (dez) dias para a realização da audiência, sobretudo em face do teor do art. 16 da lei 9.099/95, que impõe o prazo máximo de até 15 (quinze) dias para a realização da audiência de conciliação. Dessa maneira, se o regimento do funcionamento dos Juizados exige o prazo máximo de 15 dias para realização da audiência de conciliação, desarrazoado demonstra exigir-se que entre a citação do requerido e a data da audiência haja a antecedência mínima de 10 dias. III – Registre-se, por oportuno, que a ciência da requerida ocorreu dia 09/09/2006 (AR de fls. 23) e a audiência de instrução e julgamento, 16/09/2006, restando assim demonstrado que o lapso temporal transcorrido entre a citação e a realização da audiência fora suficiente para que a demandada tomasse as providências de praxe. IV – Inobstante a decretação da revelia pelo julgador monocrático, dispiciendo a aplicação dos seus efeitos, uma vez que o feito encontra-se suficientemente instruído, restando comprovado a legitimidade da parte autora a figurar no pólo ativo da relação processual, bem como o nexo de causalidade entre o evento narrado e o óbito da vítima do acidente automobilístico. V – Legitimidade ativa ad causam da recorrida comprovada pela certidão de óbito de fls. 12, a qual observa que o de cujus “...vivia maritalmente com

a Sra. Terezinha Alves de Sousa há mais de 30 anos". VI – O pedido administrativo não constitui requisito para o ingresso em juízo. Inteligência do art. 5º, XXXV da Constituição Federal. VII – Em que pese a existência de Resoluções expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e pela SUSEP sobre limites indenizatórios, deve-se obedecer ao valor de até quarenta salários mínimos, para a hipótese de morte da vítima, fixado pelo art. 3º, alínea "a", da Lei Federal n.º 6.194/ 74, norma de hierarquia superior. VIII – A fixação da indenização do seguro em salários mínimos não afronta o disposto no art. 7º, inciso IV da Constituição Federal, uma vez que a fixação, tomando por referencial o salário mínimo, apenas serve de parâmetro para o cálculo do benefício, sem proceder a qualquer vinculação. IX – Apesar da impugnação acerca dos critérios de aplicação dos juros e da correção monetária, o decisum atacado os contabilizou da mesma forma como requerido no apelo inominado. X – Lide corretamente apreciada, com a consideração dos fatos relevantes ao deslinde da causa, razão pela qual a sentença a quo na merece qualquer refoque. XI – Recurso conhecido e improvido. XII – Custas como recolhidas, na forma da lei. Honorários advocatícios à base de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação. XIII – Juros e correção monetária da forma como lançados. XIV – Súmula de julgamento que serve de acórdão. Inteligência do art. 46, segunda parte, da lei 9.099/95.

ACÓRDÃO

Decidiram os Senhores Juizes da TERCEIRA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL, por quorum mínimo, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, mantendo-se a decisão a quo em seu inteiro teor, por seus próprios e jurídicos fundamentos. Custas processuais como recolhidas. Honorários advocatícios à base de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação. Juros e correção monetária contabilizados da forma como lançados.

Além do relator, votou o Juiz MANOEL AURELIANO FERREIRA NETO (presidente).

Sala das Sessões da Terceira Turma Recursal Cível e Criminal, em São Luís aos 24 de setembro de 2007.

JUIZ MARCO ANTONIO NETTO TEIXEIRA

RELATOR (Respondendo)

TERCEIRA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL

SESSÃO DO DIA 24 DE SETEMBRO DE 2007

RECURSO N.º156/2007 - III

ORIGEM: COMARCA DE PRESIDENTE DUTRA

RECORRENTE: BRADESCO SEGUROS S/A

ADVOGADO: RHELMSON ATHAYDE ROCHA

RECORRIDA: EXPEDITA CÂNDIDA DA SILVA

ADVOGADA: FRANCISCO MANOEL SILVA AGUIAR

RELATOR: JUIZ MARCO ANTONIO NETTO TEIXEIRA (Respondendo)

ACÓRDÃO N.º 18934/07

SÚMULA DO JULGAMENTO: Ação de Diferença de Seguro DPVAT. I - Sentença de fls. 30/31 que julgou procedente o pedido para condenar a Recorrente ao pagamento da diferença do Seguro DPVAT no importe correspondente a 14,023 salários mínimos, o equivalente a R\$ 4.908,06 (quatro mil, novecentos e oito reais e seis centavos), em razão do pagamento a menor, realizado administrativamente. II – Com efeito, inobstante a impugnação acerca da ilegitimidade passiva ad causam da recorrente em figurar no pólo passivo da presente relação processual, entendo que esta não merece prosperar, haja vista o entendimento firmado pelas Turmas Recursais deste Estado no sentido de que eventual complemento do seguro DPVAT pode ser demandado de qualquer das seguradoras integrantes do CNSP. III - O recibo firmado somente dá quitação do valor pago, e não daquele efetivamente devido, conforme evolução de entendimento jurisprudencial que se consolidou nas disposições do art. 795 do Código Civil vigente, o qual comina de nulidade transação para pagamento de valor inferior àquele segurado, no caso de seguro de pessoa. IV - Inobstante a existência de Resoluções expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e pela SUSEP sobre limites indenizatórios, deve-se obedecer ao valor de até quarenta salários mínimos, para a hipótese de morte da vítima, fixado pelo art. 3º, alínea "a", da Lei Federal n.º

6.194/ 74, norma de hierarquia superior. V – A fixação da indenização do seguro em salários mínimos não afronta o disposto no art. 7º, inciso IV da Constituição Federal, uma vez que a fixação, tomando por referencial o salário mínimo, apenas serve de parâmetro para o cálculo do benefício, sem proceder a qualquer vinculação. VI – Tendo a requerente comprovado a qualidade de beneficiária do seguro, e ainda, estando demonstrado o nexo de causalidade entre o evento narrado na inicial e o óbito da vítima do acidente, bem como o pagamento feito a menor na via administrativa, a recorrida faz jus ao recebimento da diferença. VI – Lide corretamente apreciada, com a consideração dos fatos relevantes ao deslinde da causa, razão pela qual o decisum lançado merece ser mantido em seu inteiro teor, por seus próprios e jurídicos fundamentos. VII – Recurso conhecido e improvido. VIII – Juros e correção monetária contabilizados na forma do Enunciado de n.16 das TRCC's do Estado. IX – Custas processuais como recolhidas. Honorários advocatícios à base de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação. X - Súmula de julgamento que serve de acórdão. Inteligência do art. 46, segunda parte, da lei 9.099/95.

ACÓRDÃO

Decidiram os Senhores Juizes da TERCEIRA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL, por quorum mínimo, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, mantendo-se a decisão a quo em seu inteiro teor, por seus próprios e judiciosos fundamentos. Juros e correção monetária contabilizados na forma do Enunciado de n. 16 das TRCC's do Estado. Custas processuais como recolhidas. Honorários advocatícios à base de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação.

Além do relator, votou o Juiz MANOEL AURELIANO FERREIRA NETO (presidente).

Sala das Sessões da Terceira Turma Recursal Cível e Criminal, em São Luís aos 24 dias de setembro de 2007

JUIZ MARCO ANTONIO NETTO TEIXEIRA

RELATOR (Respondendo)

TERCEIRA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL

RECURSO N.º 210/2007-III

SESSÃO DO DIA 24 DE SETEMBRO DE 2007

ORIGEM: 11ª JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO

RECORRENTE: CEMAR – COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO

ADVOGADA: MARCELLE GLEYCE

RECORRIDO: MARIA AZEVEDO BARROS

ADVOGADO: JOSÉ SILVA DO VALE FILHO

RELATOR: JUIZ MARCO ANTONIO NETTO TEIXEIRA (Respondendo)

ACÓRDÃO N.º 18935/07

SÚMULA DO JULGAMENTO: AÇÃO INDENIZATÓRIA C/C OBRIGAÇÃO DE FAZER. 1 – SENTENÇA DE FLS. 43/45 QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE A DEMANDA PARA CONDENAR A REQUERIDA AO PAGAMENTO DO VALOR DE R\$ 1.400,00 (HUM MIL E QUATROCENTOS REAIS), PARA FINS DE INDENIZAÇÃO PELOS DANOS MORAIS NOTICIADOS, BEM COMO DETERMINOU O RESTABELECIMENTO DOS SERVIÇOS SUSPENSOS DA UNIDADE CONSUMIDORA. 2 – RECURSO INOMINADO DE FLS. 54/ 59 ONDE A RECORRENTE SUSTENTOU QUE A MANUTENÇÃO DA SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA SE DEU EM FACE DA EXISTÊNCIA DE DÉBITO EM ABERTO, RELATIVO À CONSUMO NÃO REGISTRADO AFERIDO EM PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PRÓPRIO. ALEGOU QUE A RECORRIDA CONCORREU PARA A SITUAÇÃO EXPERIMENTADA, UMA VEZ QUE A MESMA DESCUMPRIU SEU PRINCIPAL DEVER DE USUÁRIA DOS SERVIÇOS FORNECIDOS PELA CONCESSIONÁRIA. SUSTENTOU AINDA QUE NÃO HOUE PEDIDO FORMULADO NA EXORDIAL ACERCA DE EVENTUAL REPARAÇÃO POR DANOS, MOTIVO PELO QUAL PUGNOU PELO PROVIMENTO DO RECURSO, PARA O FIM DE QUE SEJA RECONHECIDA A NULIDADE PARCIAL DO DECISUM VERGASTADO, OU, SUCESSIVAMENTE, A REFORMA DA SENTENÇA PROLATADA PARA O FIM DE JULGAR IMPROCEDENTE A AÇÃO. 3

– CONTRA RAZÕES DE FLS. 69/70 PUGNANDO PELA MANUTENÇÃO DA DECISÃO EM SEU INTEIRO TEOR. 4 – COM EFEITO, VERIFICO PELO CONTEÚDO DE TODA DOCUMENTAÇÃO TRAZIDA AOS AUTOS QUE A REQUERENTE LOGROU ÊXITO EM DEMONSTRAR OS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DE SEU DIREITO, EM FACE DA COMPROVAÇÃO DO PAGAMENTO DAS FATURAS VENCIDAS, AS QUAIS ENSEJARAM A INTERRUPÇÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA. JÁ QUANTO À REQUERIDA, OBSERVO QUE INOBTANTE A ALEGAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE DÉBITO NO VALOR DE R\$ 1.063,26 (HUM MIL E, SESENTA E TRÊS REAIS E VINTE E SEIS CENTAVOS), REFERENTE À CONSUMO NÃO REGISTRADO E AFERIDO EM PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, EM MOMENTO ALGUM A RECORRIDA TRATOU DE TRAZER AOS AUTOS ELEMENTOS QUE DEMONSTRASSEM A LEGITIMIDADE DA COBRANÇA, BEM COMO A PRÓPRIA OCORRÊNCIA DE TAL PROCEDIMENTO, SOBRETUDO PORQUE A REQUERIDA NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS QUE ERA SEU DE PROVAR O ALEGADO. 5 – CONTUDO, INSTA OBSERVAR QUE NÃO CONSTA NA PETIÇÃO INICIAL PEDIDO DE CONDENAÇÃO POR DANOS, SEJAM MATERIAIS OU MORAIS, MOTIVO PELO QUAL O DECISUM RESTOU NULO NO QUE SE REFERE À CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DO VALOR INDICADO NO DISPOSITIVO DA SENTENÇA, POSTO QUE ULTRA PETITA. 6 – RECURSO INOMINADO CONHECIDO E PROVIDO PARA O FIM EXCLUSIVO DE RECONHECER A NULIDADE, EM PARTE, DA SENTENÇA MONOCRÁTICA, NO QUE SE REFERE À CONDENAÇÃO POR DANOS, POSTO QUE ULTRA PETITA, MANTENDO-SE APENAS A PARTE DISPOSITIVA REFERENTE AO RESTABELECIMENTO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA, UMA VEZ QUE A REQUERIDA NÃO LOGROU ÊXITO EM TRAZER AOS AUTOS ELEMENTOS QUE PROVASSEM SUAS ALEGAÇÕES. 7 – CUSTAS PROCESSUAIS NA FORMA DA LEI E SEM CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS. 8 - SÚMULA DO JULGAMENTO QUE SERVE DE ACÓRDÃO. INTELIGÊNCIA DO ART. 46, SEGUNDA PARTE, DA LEI 9.099/95.

ACÓRDÃO

Vistos, discutidos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas. DECIDEM os Senhores Juízes da TERCEIRA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL, por quorum mínimo, em conhecer do recurso e dar-lhe provimento para o fim exclusivo de reconhecer a nulidade parcial do decisum lançado no que se refere à condenação por danos, posto que ultra petita, mantendo-se a sentença monocrática somente quanto ao restabelecimento do fornecimento de energia, por demonstrar de direito. Custas processuais na forma da lei e sem condenação em honorários.

Votou, além do relator, o Juiz MANOEL AURELIANO FERREIRA NETO (Presidente).

Sala das Sessões da Terceira Turma Recursal Cível e Criminal, em São Luís aos 24 dias de setembro de 2007.

MARCO ANTONIO NETTO TEIXEIRA

Juiz Relator (Respondendo)

TERCEIRA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL SESSÃO DO DIA 24 DE SETEMBRO DE 2007

RECURSO N.º222/2007 - III

ORIGEM:3ªJUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO

RECORRENTE: SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS

ADVOGADO: GEORGE LUÍS SANTOS SOUSA

RECORRIDA: ISABEL COSTA DOS SANTOS

ADVOGADA: FRANCISCO COELHO DE SOUSA

RELATOR: JUIZ MARCO ANTONIO NETTO TEIXEIRA (Respondendo)

ACÓRDÃO N.º18936/07

SÚMULA DO JULGAMENTO: Ação de Cobrança do Seguro DPVAT. I - Sentença de fls. 81 que julgou procedente o pedido para condenar a Recorrente ao pagamento do Seguro DPVAT no importe correspondente a 40 (quarenta) salários mínimos, em razão da morte do

Sr. Samuel Ferreira dos Santos, esposo da requerente. II – Com efeito, inobstante a existência de Resoluções expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e pela SUSEP sobre limites indenizatórios, deve-se obedecer ao valor de até quarenta salários mínimos, para a hipótese de morte da vítima, fixado pelo art. 3º, alínea “a”, da Lei Federal n.º 6.194/ 74, norma de hierarquia superior. III – A fixação da indenização do seguro em salários mínimos não afronta o disposto no art. 7º, inciso IV da Constituição Federal, uma vez que a fixação, tomando por referencial o salário mínimo, apenas serve de parâmetro para o cálculo do benefício, sem proceder a qualquer vinculação. IV – Tendo a requerente comprovado a qualidade de beneficiária do seguro, e ainda, estando demonstrado o nexo de causalidade entre o evento narrado na inicial e o óbito da vítima do acidente, a recorrida faz jus ao recebimento do benefício. V – Lide corretamente apreciada, com a consideração dos fatos relevantes ao deslinde da causa, razão pela qual o decisum lançado merece ser mantido em seu inteiro teor, por seus próprios e jurídicos fundamentos. VI – Recurso conhecido e improvido. VII – Juros e correção monetária contabilizados da forma prescrita no Enunciado de n. 06 elaborado pelas TRCC's do Estado. VIII – Custas processuais como recolhidas. Honorários advocatícios à base de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação. IX - Súmula de julgamento que serve de acórdão. Inteligência do art. 46, segunda parte, da lei 9.099/95.

ACÓRDÃO

Decidiram os Senhores Juízes da TERCEIRA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL, quorum mínimo, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, mantendo-se a decisão a quo em seu inteiro teor, com a ressalva apenas de que a condenação imposta deverá ser liquidada ao valor de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), o correspondente a 40 (quarenta) salários mínimos vigentes à época do ajuizamento do pedido. Juros e correção monetária contabilizados na forma do Enunciado de n. 06 das TRCC's do Estado. Custas processuais como recolhidas. Honorários advocatícios à base de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação.

Além do relator, votou o Juiz MANOEL AURELIANO FERREIRA NETO (presidente).

Sala das Sessões da Terceira Turma Recursal Cível e Criminal, em São Luís aos 24 dias de setembro de 2007.

JUIZ MARCO ANTONIO NETTO TEIXEIRA

RELATOR (Respondendo)

TERCEIRA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL SESSÃO DO DIA 24 DE SETEMBRO DE 2007

RECURSO N.º229/2007 - III

ORIGEM: COMARCA DE SANTO ANTONIO DOS LOPES

RECORRENTE: TELEMAR NORTE LESTE S/A

ADVOGADO: MARCOS LUÍS BRAID R. SIMÕES

RECORRIDO: CARLITO DE JESUS

ADVOGADO: WALTER FERNANDES FRANÇA

RELATOR: JUIZ MARCO ANTONIO NETTO TEIXEIRA (Respondendo)

ACÓRDÃO N.º 18937/07

SÚMULA DO JULGAMENTO: AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS C/C PEDIDO DE ATENCIÇÃO DA TUTELA PRETENDIDA. COBRANÇA REFERENTE À UTILIZAÇÃO DE ACESSO TELEFÔNICO NÃO SOLICITADOS. NEGATIVAÇÃO INDEVIDA JUNTO À CADASTRO RESTRITIVO DE CRÉDITO. CONFIGURAÇÃO DE DANOS DE ORDEM MORAL, PASSÍVEIS DE REPARAÇÃO PECUNIÁRIA. 1 – Sentença de fls. 53/55 que julgou parcialmente procedente o pedido formulado na inicial, para condenar a requerida ao pagamento do valor correspondente a 25 (vinte e cinco) salários mínimos, para fins de indenização pelos danos morais noticiados. 2 – Recurso Inominado de fls. 63/88 onde a recorrente sustentou a regularidade do procedimento adotado para a instalação do acesso telefônico, uma vez que foram solicitadas informações pessoais e intransferíveis, de guarda, uso e responsabilidade exclusivos do recorrido. Alegou ainda a inocorrência de dano moral passível de reparação pecuniária, e para efeito de argumentação, a conveniência de se fixar indenização num valor moderado. Impugnou ainda os critérios de aplicação dos juros e correção monetária, e

alegou a inconstitucionalidade da utilização do salário mínimo para fixação da indenização. Ao final, pugnou pelo provimento do recurso, para a reforma integral do julgado, e no caso de entendimento diverso, a minoração do quantum indenizatório inicialmente imposto, a fixação do termo inicial de incidência da correção monetária e juros de mora a partir da prolação da sentença, a exclusão da condenação ao pagamento de verbas advocatícias e, ainda, a desvinculação do salário mínimo do valor da condenação. 3 – Contra razões de fls. 99/105 pugnando pela manutenção da decisão em seu inteiro teor. 4 - Inobstante a alegação da recorrente de que a instalação do acesso telefônico (071) 3462-1886 ocorreu a pedido do recorrido, não foi colacionado aos autos nenhuma prova que corroborasse nesse sentido, trazendo a comprovação de que houve solicitação pessoal ou via procurador do referido terminal no endereço indicado. 5 – A dispensa de documentação formal hábil a comprovar o estabelecimento de vínculo contratual, sob argumentação do oferecimento de “maior comodidade” com a disponibilidade de operações por telefone, cria o ônus para a empresa telefônica de comprovar a solicitação da instalação, cabendo ainda o dever de providenciar as cautelas necessárias para que terceiro não venha a solicitar instalação de linha com a documentação de outrem. 6 – Em verdade, pela própria dinâmica da natureza da relação processual estabelecida, há a necessidade da inversão do ônus probatório, não pela hipossuficiência da parte autora, mas pela impossibilidade dela provar que não requereu a linha, devendo assim a empresa de telefonia fazer prova da solicitação do serviço. 7 – Negativação junto aos serviços de proteção ao crédito que efetivamente caracteriza ofensa de ordem moral, passível de reparação pecuniária na medida em que demonstrados os prejuízos sofridos e o respectivo nexo de causalidade entre o comportamento do agente e o dano suportado, que na hipótese dos presentes autos, restaram caracterizados pela impossibilidade do recorrido contrair empréstimo rural (PRONAF) para subsidiar sua produção, em face de restrições no banco de dados do SERASA. 8 – Inocorrência de inconstitucionalidade na fixação do quantum indenizatório em salários mínimos, sobretudo em face de sua liquidação ser feita considerando àquela vigente à época da prolação do decisum, motivo pelo qual não restou violada a norma do art. 7º, IV da CF/88. 9 - Neste sentido, entendo que a lide fora corretamente apreciada, com a consideração dos fatos relevantes ao deslinde da causa, razão pela qual o decisum lançado merece ser mantido, com a ressalva apenas de que os juros e a correção monetária deverão ser contabilizados na forma do Enunciado de número 10, elaborado pelas TRCC's do Estado. 10 – Custas do processo na forma da lei. Sem condenação em honorários advocatícios. 11 – Súmula do julgamento que serve de acórdão. Inteligência do art. 46, segunda parte, da lei 9.099/95.

ACÓRDÃO

Vistos, discutidos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, DECIDEM os Senhores Juízes da TERCEIRA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL, por quorum mínimo, em conhecer do recurso e dar-lhe parcial provimento apenas para o fim de modificar os critérios de aplicação dos juros e da correção monetária, os quais deverão ser contabilizados na forma do Enunciado de n. 10 das TRCC's do Estado. Condenação por danos morais imposta na sentença a quo que deverá ser liquidada ao valor de R\$ 8.750,00 (oito mil, setecentos e cinquenta reais), o correspondente a 25 vezes o salário mínimo vigente à época da prolação da decisão monocrática. Custas na forma da lei e sem condenação em honorários.

Votou, além do relator, o Juiz MANOEL AURELIANO FERREIRA NETO (Presidente).

Sala das Sessões da Terceira Turma Recursal Cível e Criminal, em São Luís aos 24 de setembro de 2007.

MARCO ANTONIO NETTO TEIXEIRA

Juiz Relator (Respondendo)

**TERCEIRA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL
SESSÃO DO DIA 24 DE SETEMBRO DE 2007**

RECURSO Nº. 348/2007 - III

ORIGEM: COMARCA DE BACABAL

RECORRENTE: BANCO PANAMERICANO S/A

ADVOGADO: GILVAN MELO SOUSA

RECORRIDO: KERLLESON MIRANDA DE MOURA

ADVOGADO: ANTONIO VILMARIO DE OLIVEIRA

RELATOR: JUIZ MARCO ANTONIO NETTO TEIXEIRA (Respondendo)

ACÓRDÃO Nº18938/07

SÚMULA DO JULGAMENTO: RECURSO INOMINADO. PREPARO EFETIVADO A DESTEMPO. DESERÇÃO CARACTERIZADA. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO. I - CONSTITUI ENTENDIMENTO PACÍFICO QUE, NOS JUIZADOS, O PREPARO DO RECURSO HÁ QUE SER FEITO EM 48 HORAS DA SUA INTERPOSIÇÃO, COM A CONTAGEM DO PRAZO MINUTO A MINUTO, EX VI DO ART. 132, § 4º, DO CÓDIGO CIVIL. II - ULTRAPASSADO O HORÁRIO, AINDA QUE EM MINUTOS, IMPÕE-SE A DESERÇÃO. III - O RECURSO INOMINADO FOI INTERPOSTO VIA FAX SÍMILE NO DIA 04.05.2007 (PETIÇÃO DE FLS. 70/76), MAS NO ENTANDO, O RECOLHIMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS APENAS FOI EFETUADO NO DIA 08.05.2007, CONSOANTE FAZ PROVA O EXTRATO DE PAGAMENTO TRAZIDO ÀS FLS. 83. IV - ASSIM, EMBORA OS ORIGINAIS DO APELO TENHAM SIDO JUNTADOS DENTRO DO PRAZO IMPOSTO PELA LEI 9.800/99 (VIDE FLS. 78/84), O PAGAMENTO DO PREPARO SE DEU EM DESACORDO COM O QUE DETERMINA O ART. 42, § 10. DA LEI 9.099/95 C/C ART. 132, § 4º, DO CC. V - REGISTRE-SE, POR OPORTUNO, QUE MESMO SENDO O RECURSO INOMINADO INTERPOSTO POR FAX, O RECOLHIMENTO DO PREPARO E SUA DEVIDA COMPROVAÇÃO DEVEM OBEDECER O PRAZO DE 48 HORAS, NOS TERMOS DO ART. 42, § 10 DA LEI 9.099/95, E NÃO O PRAZO DE 05 DIAS DA LEI 9.800/99. VI - RECURSO NÃO CONHECIDO, POR DESERTO. VII - CUSTAS PROCESSUAIS DA FORMA COMO RECOLHIDAS. VIII - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS À BASE DE 20% (VINTE POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. IX - SÚMULA DE JULGAMENTO QUE SERVE DE ACÓRDÃO, POR INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 46, SEGUNDA PARTE, DA LEI 9.099/95.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas. DECIDEM os Senhores Juízes da TERCEIRA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL, por quorum mínimo, em não conhecer do Recurso, em razão de sua deserção. Condenação da Recorrente nas custas processuais, como recolhidas. Honorários advocatícios à base de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação.

Votou, além do Relator, o Juiz MANOEL AURELIANO FERREIRA NETO (presidente).

Sala das Sessões da Terceira Turma Recursal Cível e Criminal, em São Luís aos 24 dias de setembro de 2007.

JUIZ MARCO ANTONIO NETTO TEIXEIRA

Relator, Respondendo

TERCEIRA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL

SESSÃO DO DIA 24 DE SETEMBRO DE 2007

RECURSO Nº. 297/2007 - III

ORIGEM:3ºJUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO

RECORRENTE: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A

ADVOGADA: CAROLINA DARMASO MARINHO

RECORRIDO: JOSÉ SILVA MATOS E OUTRA

ADVOGADO: ORLANDO DA SILVA CAMPOS

RELATOR:JUIZ MARCO ANTONIO NETTO TEIXEIRA (Respondendo)

ACÓRDÃO Nº 18939/07

SÚMULA DO JULGAMENTO: RECURSO INOMINADO. NÃO COMPROVAÇÃO DO RECOLHIMENTO DO PREPARO. DESERÇÃO CARACTERIZADA. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO. I - CONSTITUI ENTENDIMENTO PACÍFICO QUE, NOS JUIZADOS, O PREPARO DO RECURSO HÁ QUE SER FEITO EM 48 HORAS DA SUA INTERPOSIÇÃO. II - ULTRAPASSADO O HORÁRIO, AINDA QUE EM MINUTOS, IMPÕE-SE A DESERÇÃO. III - O RECURSO INOMINADO FOI INTERPOSTO TEMPESTIVAMENTE, MAS

NO ENTANDO, NÃO FOI TRAZIDO AOS PRESENTES AUTOS O COMPROVANTE DO RECOLHIMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS, DE MODO A DEMONSTRAR A EFETUAÇÃO DO PREPARO NO PRAZO LEGAL. IV – ASSIM, EMBORA O APELO INOMINADO TENHA SIDO APRESENTADO DENTRO DO PRAZO IMPOSTO PELA LEI 9.099/95, O PAGAMENTO DO PREPARO NÃO FOI COMPROVADO, O QUE IMPLICOU NA DESERÇÃO DO RECURSO, EX VI DO ART. 42, § 10 DA LEI 9.099/95. V – RECURSO NÃO CONHECIDO, POR DESERTO. VI – OBSERVE-SE, CONTUDO, QUE O DECISUM MONOCRÁTICO NÃO LIQUIDOU A CONDENAÇÃO IMPOSTA, RAZÃO PELA QUAL PROCEDO À SUA CONVERSÃO DE OFÍCIO, LIQUIDANDO A INDENIZAÇÃO AO IMPORTE DE R\$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS), O CORRESPONDENTE A 40 (QUARENTA) VEZES O SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE À ÉPOCA DA PROPOSITURA DA AÇÃO, DEVENDO OS JUROS E A CORREÇÃO MONETÁRIA SEREM CONTABILIZADOS NA FORMA NO ENUNCIADO DE N. 06 ELABORADO PELAS TRCC'S DO ESTADO. VII - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS À BASE DE 20% (VINTE POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. VIII - SÚMULA DE JULGAMENTO QUE SERVE DE ACÓRDÃO, POR INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 46, SEGUNDA PARTE, DA LEI 9.099/95.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas. DECIDEM os Senhores Juizes da TERCEIRA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL, por quorum mínimo, em não conhecer do Recurso, por deserto. Honorários advocatícios à base de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação.

Votou, além do Relator, o Juiz MANOEL AURELIANO FERREIRA NETO (presidente).

Sala das Sessões da Terceira Turma Recursal Cível e Criminal, em São Luís aos 24 dias de setembro de 2007.

JUIZ MARCO ANTONIO NETTO TEIXEIRA

Relator, Respondendo

TERCEIRA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL

SESSÃO DO DIA 24 DE SETEMBRO DE 2007

RECURSO Nº 230/2007-III

ORIGEM: COMARCA DE ITAPECURU MIRIM

RECORRENTE: CEMAR – COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO

ADVOGADA: ROGÉRIO COELHO ROCHA

RECORRIDO: ELMONLI MONTEIRO DE ARAUJO LIMA

ADVOGADO: NEMESIO RIBEIRO GÓIS JUNIOR

RELATOR: Juiz MARCO ANTONIO NETTO TEIXEIRA (Respondendo)

ACÓRDÃO Nº 18940/07

SÚMULA DO JULGAMENTO: AÇÃO INDENIZATÓRIA. 1 – SENTENÇA DE FLS. 37/41 QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE A DEMANDA PARA CONDENAR A REQUERIDA AO PAGAMENTO DO VALOR DE R\$ 1.400,00 (HUM MIL E QUATROCENTOS REAIS), PARA FINS DE INDENIZAÇÃO PELOS DANOS MORAIS NOTICIADOS. 2 – RECURSO INOMINADO DE FLS. 42/51 ONDE A RECORRENTE SUSTENTOU A INOCORRÊNCIA DE DANOS PASSÍVEIS DE REPARAÇÃO PECUNIÁRIA, SOBRETUDO EM FACE DO PRÓPRIO ATRASO NO RECOLHIMENTO DOS VALORES REFERENTES À FATURA VENCIDA. AO FINAL DO APELO, PUGNOU PELO PROVIMENTO DO RECURSO PARA O FIM DE REFORMAR O DECISUM VERGASTADO, OU NO CASO DE ENTENDIMENTO DIVERSO, EM FACE DO PRINCÍPIO DA EVENTUALIDADE, PELA DIMINUIÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO INICIALMENTE LANÇADO. 3 – CONTRA RAZÕES DE FLS. 76/79 PUGNANDO PELA MANUTENÇÃO DA DECISÃO EM SEU INTEIRO TEOR, POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. 4 – COM EFEITO, VERIFICO PELO TEOR DE TODA DOCUMENTAÇÃO TRAZIDA AOS AUTOS QUE INOBTANTE O PAGAMENTO EM ATRASO DA FATURA VENCIDA, A INTERRUPÇÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA SE MOSTROU INDEVIDA, POSTO QUE REALIZADA 01 (HUM) DIA APÓS A QUITAÇÃO DA

DÍVIDA. 5 – ADEMAIS, OBSERVO AINDA QUE A TELA TRAZIDA ÀS FLS. 32 (DOC. 04 DA CONTESTAÇÃO) NÃO DEMONSTRA DE FATO A REALIZAÇÃO DA NOTIFICAÇÃO ANTERIOR AO CORTE DE ENERGIA, O QUE COMPROVA QUE O PROCEDIMENTO ELEITO PELA RECORRENTE PARA A ADOÇÃO DA MEDIDA EXTREMA NÃO ATENDEU AOS DITAMES IMPOSTOS PELA RESOLUÇÃO 456/ANEEL/00, QUE OBRIGA AS CONCESSIONÁRIAS DO SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA A EMITIR AVISO DE CORTE COM A ANTECEDÊNCIA MÍNIMA DE 15 (QUINZE) DIAS. 6 – LIDE CORRETAMENTE APRECIADA, COM A CONSIDERAÇÃO DOS FATOS RELEVANTES AO DESLINDE DA CAUSA, RAZÃO PELA QUAL A SENTENÇA PROFERIDA NÃO MERECE QUALQUER RETOQUE. 7 – RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 8 – CUSTAS PROCESSUAIS COMO RECOLHIDAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS À BASE DE 15% (QUINZE POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. 9 – CRITÉRIOS DE APLICAÇÃO DOS JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA DA FORMA COMO LANÇADOS. 10 - SÚMULA DO JULGAMENTO QUE SERVE DE ACÓRDÃO. INTELIGÊNCIA DO ART. 46, SEGUNDA PARTE, DA LEI 9.099/95.

ACÓRDÃO

Vistos, discutidos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas. DECIDEM os Senhores Juizes da TERCEIRA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL, por quorum mínimo, em conhecer do recurso, porém, negar-lhe provimento, mantendo-se a sentença monocrática tal qual lançada, por seus próprios fundamentos. Honorários advocatícios fixados em 15% (quinze por cento) sobre o valor da causa e custas judiciais como recolhidas.

Votou, além do relator, o Juiz MANOEL AURELIANO FERREIRA NETO (Presidente).

Sala das Sessões da Terceira Turma Recursal Cível e Criminal, em São Luís aos 24 dias de setembro de 2007.

MARCO ANTONIO NETTO TEIXEIRA

Juiz Relator (Respondendo)

TERCEIRA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL

SESSÃO DO DIA 24 DE SETEMBRO DE 2007

RECURSO N.º392/2007 - III

ORIGEM: COMARCA DE IGARAPÉ GRANDE

RECORRENTE: M. S. GOMES FACUNDE – ME (ELETROMIL)

ADVOGADO: JOSÉ RIBAMAR RAMOS REIS

RECORRIDA: CLEUDIA DE SOUSA NASCIMENTO

ADVOGADO:GUILHERME ANTONIO DE LIMA MENDONÇA

RELATOR: JUIZ MARCO ANTONIO NETTO TEIXEIRA (Respondendo)

ACÓRDÃO N.º18941/07

SÚMULA DO JULGAMENTO. TERMO DE RECLAMAÇÃO. RESTITUIÇÃO DE VALORES RECOLHIDOS EM CONTRATO DE COMPRA E VENDA PARCELADA. 1 – SENTENÇA MONOCRÁTICA QUE CONDENOU A REQUERIDA À DEVOLUÇÃO DO VALOR DE R\$ 5.593,00 (CINCO MIL, QUINHENTOS E NOVENTA E TRÊS REAIS). 2 – RECURSO INOMINADO DE FLS. 17/21 ASSEVERANDO QUE A MODALIDADE DE COMPRA E VENDA CONTRATADA NÃO COMPORTA A DEVOLUÇÃO DE PARCELAS EM FACE DE DESISTÊNCIA. SUSTENTOU QUE OS TERMOS DO CONTRATO FORAM CONSENTIDOS PELA RECORRIDA, E POR ESTE MOTIVO, DEVEM SER ESTRITAMENTE CUMPRIDOS. AO FINAL, PUGNOU PELO CONHECIMENTO E PROVIMENTO DO RECURSO, PARA O FIM DE REFORMAR INTEGRALMENTE A SENTENÇA ORA ATACADA, EXONERANDO A RECORRENTE DE PAGAR A CONDENAÇÃO INICIALMENTE IMPOSTA. 3 – CONTRA RAZÕES DE RECURSO PUGNANDO PELA MANUTENÇÃO DA DECISÃO EM SEU INTEIRO TEOR. 4 – COMPULSANDO OS PRESENTES AUTOS, OBSERVO QUE A REQUERENTE ADERIU A UM CONTRATO DE COMPRA E VENDA PARCELADA, DE 48 MESES, POR MEIO DO QUAL TENCIONAVA ADQUIRIR UM MOTO HONDA TITAN ES C/PARTIDA ELÉTRICA. 5 – ANALISANDO OS ELEMENTOS COLIGIDOS, EM ESPECIAL O DOCUMENTO TRAZIDO ÀS FLS. 05, VERIFICO QUE A RECORRIDA

EFETUOU O RECOLHIMENTO DE 32 PARCELAS DE UM TOTAL DE 48, O CORRESPONDENTE À 66,66% DO BEM PRETENDIDO, EVIDENCIANDO A VEROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES ESPOSADAS NA INICIAL, QUAL SEJA, DE QUE A DESISTÊNCIA SE DEU POR CIRCUSTÂNCIAS ALHEIAS À SUA VONTADE. 6 - TRATANDO-SE DE RELAÇÃO DE CONSUMO, REGIDA POR CONTRATO DE ADESAO, AS NORMAS NELE PREVISTAS DEVEM SER À LUZ DO CDC. DESTA FORMA, A ESTIPULAÇÃO DE CLÁUSULA CONTRATUAL PRIVANDO O CONSUMIDOR DO DIREITO DE REAVER, EM CASOS DE DESISTÊNCIA, AS PARCELAS JÁ RECOLHIDAS, REVELA-SE ARBITRÁRIA E ABUSIVA, DEVENDO SER AFASTADA SUA INCIDÊNCIA, POSTO QUE DO CONTRÁRIO, HAVERIA O ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA DO RECORRENTE. 7 - LIDE CORRETAMENTE APRECIADA, COM A CONSIDERAÇÃO DOS FATOS RELEVANTES AO DESLINDE DA CAUSA, MOTIVO PELO QUAL O DECISUM ATACADO NÃO MERECE QUALQUER RETOQUE, RESSALVANDO-SE APENAS O DEVER DA RECORRIDA EM COMPENSAR EVENTUAIS PREJUÍZOS DECORRENTES DE SUA DESISTÊNCIA. POR ESTE MOTIVO, CONVENIENTE DEMONSTRA A RETENÇÃO DO PERCENTUAL DE 7% (SETE POR CENTO), REFERENTE ÀS DESPESAS OU PREJUÍZOS CAUSADOS PELO SEU DESLIGAMENTO DO GRUPO. 8 - RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 9 - CUSTAS COMO RECOLHIDAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS À BASE DE 20% (VINTE POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. 10 - SÚMULA DO JULGAMENTO QUE SERVE DE ACÓRDÃO POR INTELIGÊNCIA DO ART. 46, SEGUNDA PARTE, DA LEI 9.099/95.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes os acima indicados, DECIDEM os Senhores Juizes integrantes da TERCEIRA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL, por quorum mínimo, em conhecer do Recurso, porém, negar-lhe provimento para manter a Sentença monocrática, ressalvando-se a retenção do percentual de 7% (sete por cento), referente às despesas ou prejuízos causados ao grupo em face do desligamento da demandante. Condenação da empresa recorrente nas custas do processo, como recolhidas. Honorários advocatícios fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação.

Votou, além do relator, o Juiz MANOEL AURELIANO FERREIRA NETO (presidente).

Sala das Sessões da Terceira Turma Recursal Cível e Criminal, em São Luís aos 24 dias de setembro de 2007.

JUIZ MARCO ANTONIO NETTO TEIXEIRA

Relator, Respondendo

TERCEIRA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL

RECURSO N.º 349/2007 - III

SESSÃO DO DIA 24 DE SETEMBRO DE 2007

ORIGEM: COMARCA DE BACABAL

RECORRENTE: M. S. GOMES FACUNDE - ME (ELETROMIL)

ADVOGADO: JOSÉ RIBAMAR RAMOS REIS

RECORRIDA: MARLÚCIA DE SOUZA CARVALHO

ADVOGADO: ALMIR CARVALHO DE SOUSA

RELATOR: JUIZ MARCO ANTONIO NETTO TEIXEIRA (Respondendo)

ACÓRDÃO N.º 18942/07

SÚMULA DO JULGAMENTO. TERMO DE RECLAMAÇÃO. RESTITUIÇÃO DE VALORES RECOLHIDOS EM CONTRATO DE COMPRA E VENDA PARCELADA. 1 - SENTENÇA MONOCRÁTICA QUE CONDENOU A REQUERIDA À DEVOLUÇÃO DO VALOR DE R\$ 4.107,35 (QUATRO MIL, CENTO E SETE REAIS E TRINTA E CINCO CENTAVOS), RELATIVO ÀS PARCELAS QUITADAS, DESCONTADOS SETE PONTOS PERCENTUAIS PARA FINS DE COMPENSAÇÃO POR EVENTUAIS PREJUÍZOS CAUSADOS AO GRUPO. 2 - RECURSO INOMINADO DE FLS. 25/28 ASSEVERANDO QUE A MODALIDADE DE COMPRA E VENDA CONTRATADA NÃO COMPORTA A DEVOLUÇÃO DE PARCELAS EM FACE DE DESISTÊNCIA. SUSTENTOU QUE OS TERMOS DO CONTRATO FORAM CONSENTIDOS PELA RECORRIDA, E POR ESTE MOTIVO, DEVEM SER ESTRITA-

MENTE CUMPRIDOS. AO FINAL, PUGNOU PELO CONHECIMENTO E PROVIMENTO DO RECURSO, PARA O FIM DE REFORMAR INTEGRALMENTE A SENTENÇA ORA ATACADA, EXONERANDO A RECORRENTE DE PAGAR AO RECORRIDO, ANTES DO PRAZO CONTRATUALMENTE AJUSTADO E, POR OCASIÃO DA DEVOLUÇÃO, QUE SEJAM EXCLUÍDOS DAS PARCELAS EFETIVAMENTE RECEBIDAS, A CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS. 3 - CONTRA RAZÕES DE RECURSO PUGNANDO PELA MANUTENÇÃO DA DECISÃO EM SEU INTEIRO TEOR. 4 - COMPULSANDO OS PRESENTES AUTOS, OBSERVO QUE A REQUERENTE ADERIU A UM CONTRATO DE COMPRA E VENDA PARCELADA, DE 48 MESES, POR MEIO DO QUAL TENCIONAVA ADQUIRIR UM MOTO HONDA BIZ S/PARTIDA ELÉTRICA. 5 - ANALISANDO OS ELEMENTOS COLIGIDOS, EM ESPECIAL O DOCUMENTO TRAZIDO ÀS FLS. 06, VERIFICO QUE A RECORRIDA EFETUOU O RECOLHIMENTO DE 37 PARCELAS DE UM TOTAL DE 48, O CORRESPONDENTE À 77,083% DO BEM PRETENDIDO, EVIDENCIANDO A VEROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES ESPOSADAS NO TERMO INICIAL, QUAL SEJA, DE QUE A DESISTÊNCIA SE DEU POR CIRCUSTÂNCIAS ALHEIAS À SUA VONTADE. 6 - TRATANDO-SE DE RELAÇÃO DE CONSUMO, REGIDA POR CONTRATO DE ADESAO, AS NORMAS NELE PREVISTAS DEVEM SER À LUZ DO CDC. DESTA FORMA, A ESTIPULAÇÃO DE CLÁUSULA CONTRATUAL PRIVANDO O CONSUMIDOR DO DIREITO DE REAVER, EM CASOS DE DESISTÊNCIA, AS PARCELAS JÁ RECOLHIDAS, REVELA-SE ARBITRÁRIA E ABUSIVA, DEVENDO SER AFASTADA SUA INCIDÊNCIA, POSTO QUE DO CONTRÁRIO, HAVERIA O ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA DO RECORRENTE. 7 - CONTUDO, É IMPORTANTE RESSALVAR O DEVER DA RECORRIDA EM COMPENSAR EVENTUAIS PREJUÍZOS DECORRENTES DE SUA DESISTÊNCIA. POR ESTE MOTIVO, CONVENIENTE DEMONSTRA A RETENÇÃO DO PERCENTUAL DE 7% (SETE POR CENTO), REFERENTE ÀS DESPESAS OU PREJUÍZOS CAUSADOS PELO SEU DESLIGAMENTO DO GRUPO. 8 - LIDE CORRETAMENTE APRECIADA, COM A CONSIDERAÇÃO DOS FATOS RELEVANTES AO DESLINDE DA CAUSA, MOTIVO PELO QUAL O DECISUM ATACADO NÃO MERECE QUALQUER RETOQUE. 9 - RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 10 - CUSTAS COMO RECOLHIDAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS À BASE DE 20% (VINTE POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. 11 - SÚMULA DO JULGAMENTO QUE SERVE DE ACÓRDÃO POR INTELIGÊNCIA DO ART. 46, SEGUNDA PARTE, DA LEI 9.099/95.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes os acima indicados, DECIDEM os Senhores Juizes integrantes da TERCEIRA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL, por quorum mínimo, em conhecer do Recurso, porém, negar-lhe provimento para manter a Sentença monocrática. Condenação da empresa recorrente nas custas do processo, como recolhidas. Honorários advocatícios fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação.

Votou, além do relator, o Juiz MANOEL AURELIANO FERREIRA NETO (presidente).

Sala das Sessões da Terceira Turma Recursal Cível e Criminal, em São Luís aos 24 de setembro de 2007.

JUIZ MARCO ANTONIO NETTO TEIXEIRA

Relator, Respondendo

TERCEIRA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL

SESSÃO DO DIA 24 DE SETEMBRO DE 2007

RECURSO N.º 299/2007 - III

ORIGEM: 4º JUÍZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO

RECORRENTE: R S PREVIDÊNCIA

ADVOGADO: FRANCISCO JOSÉ RAMOS DA SILVA

RECORRIDO: RAIMUNDA NONATA FERREIRA

ADVOGADO: ELISE DE MARIA SILVA E SOUSA

RELATOR: JUIZ MARCO ANTONIO NETTO TEIXEIRA (Respondendo)

**ACÓRDÃO Nº 18943/07**

SÚMULA DO JULGAMENTO: AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. I – Sentença de fls. 179/180 que julgou procedente a ação para condenar a demandada ao pagamento do valor de R\$ 2.487,73 (dois mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e setenta e três centavos) a título de danos materiais e, ainda, o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), para fins de danos morais. II – Verossimilhança das alegações aduzidas na exordial, bem como hipossuficiência demonstrada pela ocupante do pólo ativo da relação processual originária em face da demandada que demonstram adequada a inversão do ônus da prova aplicada no decisum ora vergastado, de modo a promover a facilitação da defesa de seus direitos. III – Inobstante a recorrente alegar, pelo teor do documento de fls. 175, que houve a comunicação de reajuste do plano contratado, a R S PREVIDÊNCIA não disponibilizou à recorrida outros mecanismos para o recolhimento da contribuição/prêmio do seguro, uma vez que o reajuste ultrapassou a margem consignável de demandante em folha. IV – Ademais, o informativo de fls. 175 apenas traz explicações sobre o reajuste do plano, sendo que em momento algum a demandada trouxe aos autos elementos que demonstrassem a comunicação da situação de inadimplemento em face da impossibilidade da efetivação do desconto, de modo a disponibilizar à requerente outros mecanismos para a manutenção do plano e seus respectivos benefícios. V – Nos termos do art. 6º, inciso III, do CDC (lei 8.078/90), constitui direito básico do consumidor “a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem”. Desse modo, falhou a demandada na prestação de seus serviços, uma vez que não ofertou à demandante as informações necessárias e suficientes à manutenção do plano contratado, tendo em vista a impossibilidade da realização do desconto em folha. VI – Neste cotejo, o rompimento contratual restou indevido, razão pelo qual os transtornos dele decorrentes deverão ser reparados, nos termos do art. 14, caput, do CDC. VII – No entanto, em relação ao reembolso das parcelas recolhidas, entendo-o indevido, considerando que a recorrida restou coberta pelo plano contratado durante todo o período de sua vigência, motivo pelo qual a condenação por danos materiais inicialmente fixada não merece prosperar. VIII – Quantum indenizatório referente aos danos morais que bem atendeu os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, de modo que a sentença mantenha seu caráter pedagógico, sem implicar no enriquecimento sem causa da recorrida. IX – Recurso conhecido e parcialmente provido para o fim apenas de afastar a condenação por danos materiais, mantendo-se a condenação por danos morais tal como lançada. X - Custas como recolhidas e sem honorários advocatícios. XI - Súmula do julgamento que serve de acórdão. Inteligência do art. 46, segunda parte, da lei 9.099/95.

ACÓRDÃO

Vistos, discutidos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, DECIDEM os Senhores Juízes da TERCEIRA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL, por quorum mínimo, em conhecer do recurso e dar-lhe parcial provimento, para o fim exclusivo de afastar a condenação por danos materiais inicialmente imposta, mantendo-se a condenação por danos morais tal como lançada. Custas processuais na forma da lei e sem condenação em honorários advocatícios.

Votou, além do relator, o Juiz MANOEL AURELIANO FERREIRA NETO (Presidente).

Sala das Sessões da Terceira Turma Recursal Cível e Criminal, em São Luís aos 24 dias de setembro de 2007.

MARCO ANTONIO NETTO TEIXEIRA

Juiz Relator, Respondendo

**TERCEIRA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL
SESSÃO DO DIA 24 DE SETEMBRO DE 2007**

RECURSO N.º 225/2007 - III

ORIGEM: COMARCA DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR
RECORRENTE: MARIA DE NAZARÉ SANTOS COSTA
ADVOGADO: MÁRIO JOSÉ B. NETO
RECORRIDO: SEVERINO DA COSTA VIANA
ADVOGADO: JOSÉ LUÍS LUCAS DA SILVA

**RELATOR: JUIZ MARCO ANTONIO NETTO TEIXEIRA (Respondendo)
ACÓRDÃO N.º 18944/07**

SÚMULA DE JULGAMENTO: RECURSO INOMINADO. ACORDO JUDICIAL ACOBERTADO PELO MANTO DA COISA JULGADA. AÇÃO POSTERIOR PUGNANDO PELA REVOGAÇÃO DE SEU CUMPRIMENTO. PRETENSÃO QUE DEVE SER INDEFERIDA LIMINARMENTE. I – Insurge-se o Recorrente contra a r. decisão de primeiro grau, que indeferiu liminarmente o pleito tendo em vista ter se operado a coisa julgada nos autos do processo 1188/2003, onde há decisão definitiva determinando a imissão do ora requerido no imóvel pleiteado. II – Compulsando os presentes autos, verifico que os fundamentos básicos do presente apelo fixam-se na pretensa possibilidade de se revogar a decisão trazida aos autos às fls. 09, sob as justificativas constantes nas razões do recurso. Mas no entanto, entendo que melhor sorte não restou ao apelante, uma vez que constato pelo teor do Laudo de Vistoria Judicial de fls. 08, que o imóvel disponibilizado pelo recorrido encontra-se de acordo com as especificações do contido no despacho de fls. 37 do proc. 1188/2003 (vide mandado de intimação de fls. 06), motivo pelo qual os mecanismos utilizados pelo recorrente visam tão somente procrastinar o cumprimento do acordo homologado por sentença. III – Ademais, o acordo consubstanciado às fls. 22 dos presentes autos se encontra sob os efeitos da coisa julgada, estando apto a produzir seus efeitos legais desde o momento de sua homologação. Mas somente a título de argumentação, cumpre salientar que, à luz das provas colacionadas aos autos, não há demonstração efetiva de elementos capazes de sustentar a pretensão autoral, em face dos próprios documentos por ele apresentados, que demonstram a consonância das características do imóvel descrito no Laudo do Oficial de Justiça, com as do determinado no acordo (fls. 22). IV - Pelo exposto, conheço do presente recurso, bem como das contra-razões e, no mérito, nego-lhe provimento. V - Custas processuais como recolhidas e honorários advocatícios à base de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação. VI - Súmula de julgamento que serve de acórdão, nos termos do art. 46, parte final, da Lei n.º 9.099/95.

ACÓRDÃO

DECIDIRAM os Senhores Juízes da TERCEIRA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL, por quorum mínimo, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, mantendo-se a decisão monocrática em seu inteiro teor. Custas processuais como recolhidas, na forma da lei. Honorários advocatícios à base de 10 % (dez por cento) sobre o valor da condenação.

Votou, além do relator, o Juiz MANOEL AURELIANO FERREIRA NETO (presidente).

Sala das Sessões da Terceira Turma Recursal Cível e Criminal, em São Luís aos 24 dias de setembro de 2007.

Juiz MARCO ANTONIO NETTO TEIXEIRA

Relator, Respondendo

**TERCEIRA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL
SESSÃO DO DIA 24 DE SETEMBRO DE 2007**

RECURSO Nº 279/2007 – III

ORIGEM: 6ª JUÍZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO

RECORRENTE: UNIBANCO – UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS

ADVOGADA: MARIANA BRAGA DE CARVALHO

RECORRIDO: JOAB JEREMIAS PEREIRA DE CASTRO

ADVOGADA: MARIA TERESA DE JESUS PEREIRA TRINDADE

RELATOR: JUIZ MARCO ANTONIO NETTO TEIXEIRA (Respondendo)

ACÓRDÃO Nº 18973/07

SÚMULA DE JULGAMENTO: AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO COM PEDIDO DE LIMINAR. 1 – SENTENÇA MONOCRÁTICA DE FLS. 69/70 QUE CONDENOU A RECORRENTE AO PAGAMENTO DO VALOR DE R\$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS) POR DANOS MORAIS E, AINDA, DO VALOR DE R\$ 25.400,00 (VINTE E CINCO MIL E QUATROCENTOS REAIS) EM RAZÃO DO DESCUMPRIMENTO DA LIMINAR CON-

CEDIDA. 2 – RECURSO INOMINADO SUSCITANDO A IMPOSSIBILIDADE DE INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA NA SENTENÇA E A INEXISTÊNCIA DE OBRIGATORIEDADE DO DESBLOQUEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO DO RECORRIDO, BEM COMO A INOCORRÊNCIA DA OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR EM FACE DA AUSÊNCIA DE ATO ILÍCITO E DE COMPROVAÇÃO DE DANO. ASSEVEROU TAMBÉM A NECESSIDADE DE REVOGAÇÃO DA TUTELA INICIALMENTE CONCEDIDA E A NULIDADE DA MULTA DIÁRIA FIXADA, CONSIDERANDO A NÃO FIXAÇÃO DE PRAZO RAZOÁVEL PARA O CUMPRIMENTO DA DECISÃO E A AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO SOBRE O PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DA OBRIGAÇÃO DE FAZER. AO FINAL, PUGNOU PELA REFORMA IN TOTUM DA SENTENÇA MONOCRÁTICA, BEM COMO DA DECISÃO QUE ANTECIPOU OS EFEITOS DA TUTELA, DANDO TOTAL PROVIMENTO AO RECURSO. 3 – CONTRA RAZÕES PUGNANDO PELA MANUTENÇÃO DA DECISÃO MONOCRÁTICA EM SEU INTEIRO TEOR. 4 - AB INITIO, INSTA SALIENTAR QUE A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA DETERMINADA QUANDO DA SENTENÇA É PLENAMENTE ADMISSÍVEL. A REGRA DE DISTRIBUIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA É REGRA DE JUÍZO E A OPORTUNIDADE DE SUA APLICAÇÃO É O MOMENTO DA SENTENÇA, APÓS O MAGISTRADO ANALISAR A QUALIDADE DA PROVA COLHIDA, DE MODO A PROMOVER A FACILITAÇÃO DA DEFESA DO DIREITO DO CONSUMIDOR. POR SER NORMA DE JULGAMENTO, QUALQUER CONCLUSÃO SOBRE O ÔNUS DA PROVA NÃO PODE SER EMITIDA ANTES DE ENCERRADA A FASE INSTRUTÓRIA, SOB O RISCO DE SER UM PREJULGAMENTO, PARCIAL E PREMATURO. DESSE MODO, A FIXAÇÃO DA SENTENÇA COMO MOMENTO PARA ANÁLISE DA PERTINÊNCIA DO EMPREGO DAS REGRAS DO ÔNUS DA PROVA NÃO CONDUZ A QUALQUER OFENSA DO PRINCÍPIO DA AMPLA DEFESA. 5 – COMPULSANDO OS PRESENTES AUTOS, OBSERVO QUE DURANTE A INSTRUÇÃO PROCESSUAL, A PRÓPRIA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA ADMITIU QUE O CARTÃO DE CRÉDITO DO REQUERENTE ESTAVA CANCELADO, FATO ESTE QUE SOMADO ÀS ALEGAÇÕES INICIAIS DO AUTOR DA AÇÃO, RESULTAM NA CONCLUSÃO DE QUE A CONDENAÇÃO POR DANOS MORAIS INICIALMENTE IMPOSTA RESTOU DEVIDA. 6 – A RESPONSABILIZAÇÃO DO AGENTE CAUSADOR DOS TRANSTORNOS NARRADOS, NESTE CASO, OPERA-SE POR FORÇA DO SIMPLES FATO DA VIOLAÇÃO - DANUM IN RE IPSA, DE SORTE QUE VERIFICADO O EVENTO DANOSO, SURGE A NECESSIDADE DA REPARAÇÃO, NÃO HAVENDO QUE SE COGITAR DA PROVA DO PREJUÍZO, SE PRESENTES OS PRESSUPOSTOS LEGAIS DA RESPONSABILIDADE CIVIL - NEXO CAUSAL E CULPA, RAZÃO PELA QUAL RESTOU ADEQUADA A CONDENAÇÃO POR DANOS MORAIS FIXADA. 7 - CONSIDERANDO QUE O DANO MORAL ATINGE O COMPLEXO ANÍMICO DA PESSOA, FAZ-SE NECESSÁRIA QUE SUA CONFIGURAÇÃO SE LASTREIE EM PRESSUPOSTOS DISTINTOS DO DANO MATERIAL, VALENDO-SE O MAGISTRADO, AINDA, DA EXPERIÊNCIA DO COTIDIANO NUMA ANÁLISE CASUÍSTICA DA SITUAÇÃO VERTENTE. ASSIM, NA CARACTERIZAÇÃO DO DANO MORAL É IMPRESCINDÍVEL A VERIFICAÇÃO DA ILICITUDE DA CONDUTA OCASIONADORA DO DANO, BEM COMO A GRAVIDADE DA LESÃO SUPOSTA PELA VÍTIMA, OBSERVANDO-SE O CRITÉRIO OBJETIVO DO HOMEM MÉDIO, O BONUS PATER FAMÍLIAS. E NESSA LINHA DE PRINCÍPIO, SÓ DEVE SER REPUTADO COMO DANO MORAL, A DOR, VEXAME, SOFRIMENTO OU HUMILHAÇÃO QUE, FUGINDO À NORMALIDADE, INTERFIRA INTENSAMENTE NO COMPORTAMENTO PSICOLÓGICO DO INDIVÍDUO, CAUSANDO-LHE AFLIÇÕES, ANGÚSTIA E DESEQUILÍBRIO EM SEU BEM-ESTAR. EM FACE DO EXPOSTO, O VALOR FIXADO PELOS DANOS MORAIS ALEGADOS NÃO MERECE QUALQUER RETOQUE, SOBRETUDO EM FACE DAS PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO. 8 - CONTUDO, INSTA OBSERVAR QUE ASSISTE RAZÃO AO RECORRENTE EM RELAÇÃO À AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO SOBRE O PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DA OBRIGAÇÃO DE FAZER. É QUE COMPULSANDO OS AUTOS, VERI-

FICO QUE RESTOU CONSIGNADO NA ATA DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO (FLS. 22), REALIZADA NO DIA 22 DE FEVEREIRO DE 2005, A DETERMINAÇÃO DO DESBLOQUEIO DO CARTÃO DO AUTOR, NO PRAZO DE 05 DIAS, SOB PENA DE MULTA DIÁRIA DE R\$100,00 (CEM REAIS). MAS LOGO NO DIA 15 DE MARÇO DO CORRENTE, A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, ORA RECORRENTE, ATRAVESSOU A PETIÇÃO DE FLS. 41/46, EXPLICANDO A IMPOSSIBILIDADE DO CUMPRIMENTO DA DETERMINAÇÃO JUDICIAL E SOLICITANDO A INTERUPÇÃO DA APLICAÇÃO DA MULTA, BEM COMO A CONCESSÃO DE PRAZO PARA A EMISSÃO DE UM NOVO CARTÃO, TENDO LANÇADO AINDA A PROPOSTA DE ACORDO NO VALOR DE R\$ 3.600,00 (TRÊS MIL E SEISCENTOS REAIS). 9 – REGISTRE-SE QUE INOBTANTE OS REFERIDOS REQUERIMENTOS TEREM SIDO REITERADOS NA PETIÇÃO DE FLS. 51/54, DATADA DE 07 DE JUNHO DE 2005, A DOUTA JULGADORA MONOCRÁTICA DEIXOU DE SE MANIFESTAR, TENDO SE LIMITADO À DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO (FLS. 54), E A PROLAÇÃO DA DECISÃO ORA ATACADA (FLS. 69/70, DATADA DE 07 DE FEVEREIRO DE 2007). 10 – DESTA MANEIRA, DEPREENDE-SE POR TODO EXPOSTO QUE O VALOR REFERENTE À MULTA IMPOSTA PELA SENTENÇA MONOCRÁTICA RESTOU INDEVIDA, SOBRETUDO POR DUAS RAZÕES: A UMA, PORQUE LOGO APÓS 21 (VINTE E UM) DIAS DA DETERMINAÇÃO LIMINAR DE FLS. 22, O RECORRENTE JUSTIFICOU O NÃO CUMPRIMENTO DA DECISÃO E FORMULOU REQUERIMENTOS, OS QUAIS NÃO FORAM EM MOMENTO ALGUM ANALISADOS PELA JUÍZA A QUO (APESAR DE REITERADOS); A DUAS, PORQUE A DEMORA NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL, IN CASU, TAMBÉM DEVE SER CONSIDERADA QUANDO DA FIXAÇÃO EM SENTENÇA DA MULTA. ASSIM, CONSIDERANDO O PERMISSIVO DO ART. 461, § 6º DO CPC, E AINDA, EM FACE DA JUSTIFICATIVA PRÉVIA E TEMPESTIVA DA IMPOSSIBILIDADE DE CUMPRIMENTO DA DETERMINAÇÃO LIMINAR JUDICIAL, ENTENDO QUE O VALOR DA MULTA DE R\$ 25.400,00 (VINTE E CINCO MIL E QUATROCENTOS REAIS) MERECE SER REDUZIDA. 11 – RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO PARA O FIM EXCLUSIVO DE DIMINUIR A MULTA INICIALMENTE IMPOSTA AO VALOR DE R\$ 2.100,00 (DOIS MIL E CEM REAIS), O CORRESPONDENTE AO TOTAL DA MULTA DIÁRIA ESTABELECIDA COMPUTADA DO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE A DETERMINAÇÃO LIMINAR E A JUSTIFICAÇÃO DA IMPOSSIBILIDADE DE CUMPRIMENTO DA TUTELA ESPECÍFICA. 12 – JUROS LEGAIS CONTADOS DA CITAÇÃO, E A CORREÇÃO MONE-TÁRIA, DA DATA DO AJUIZAMENTO DO PEDIDO. 13 - CUSTAS NA FORMA DA LEI E SEM CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS. 14 - SÚMULA DO JULGAMENTO QUE SERVE DE ACÓRDÃO. INTELIGÊNCIA DO ART. 46, SEGUNDA PARTE, DA LEI 9.099/95.

ACÓRDÃO

Vistos, discutidos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas. DECIDEM os Senhores Juízes da TERCEIRA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL, quorum mínimo, em conhecer do recurso e dar-lhe parcial provimento para para o fim exclusivo de diminuir a multa inicialmente imposta ao valor de R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais), o correspondente ao total da multa diária estabelecida computada do período compreendido entre a determinação liminar e a justificação da impossibilidade de cumprimento da tutela específica. Custas na forma da lei e sem condenação em honorários.

Votou, além do relator, o Juiz MANOEL AURELIANO FERREIRA NETO (presidente).

Sala das Sessões da Terceira Turma Recursal Cível e Criminal, em São Luís aos 24 dias de setembro de 2007

Juiz MARCO ANTONIO NETTO TEIXEIRA

Relator, Respondendo

TERCEIRA TURMA RECURSAL CIVEL E CRIMINAL
SESSÃO DO DIA 20 DE AGOSTO DE 2007
RECURSO N.º 132/2007-III



ORIGEM: JUIZADO ESPECIAL DE TRÂNSITO
RECORRENTE: BRADESCO SEGUROS S/A
ADVOGADO: RHELMSON ATHAYDE ROCHA
RECORRIDO: ALEXSANDRA PEREIRA DA CONCEIÇÃO
ADVOGADA: ANGÉLICA CRISTINA GOMES CANTANHEDE
RELATOR: JUIZ MARCO ANTONIO NETTO TEIXEIRA (Respondendo)

ACÓRDÃO N.º 18995/07

SÚMULA DO JULGAMENTO: Ação de Cobrança do Seguro DPVAT. I - Sentença de fls. 42/43 que julgou procedente o pedido para condenar a Recorrente ao pagamento de 40 (quarenta) salários mínimos, o correspondente ao valor de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), em razão da incapacidade permanente da vítima de acidente automobilístico. II - Preliminar suscitada de incompetência do Juizado Especial em razão da necessidade de produção de prova pericial que não deve prosperar, sobretudo em face do Exame Complementar de fls. 12 (realizado mais de 04 anos após a elaboração do Laudo do IML de fls. 11 - indicando a necessidade de tratamento médico especializado), o qual atestou que a vítima do acidente automobilístico "é portadora de deformidade permanente do membro inferior direito e de debilidade permanente do referido membro". III - A despeito da existência de Resoluções expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela SUSEP sobre limites indenizatórios, deve-se obedecer ao valor de até quarenta salários mínimos, para a hipótese de incapacidade da vítima, fixado pelo art. 3º, alínea "b", da Lei Federal n.º 6.194/74, norma de hierarquia superior. Observe-se ainda que tal indenização será majorada de acordo com o livre convencimento do julgador, que tomará por base os elementos coligidos aos autos, sobretudo a perícia médica e o exame da vítima do acidente em audiência, não estando o juiz vinculado à eventual resolução que estipule tabela gradativa. IV - A indenização prevista na Lei 6.194/74 não afronta o disposto no art. 7º, inciso IV da Constituição Federal, uma vez que a fixação, tomando por referencial o salário mínimo, apenas serve de base para o cálculo do benefício, sem proceder a qualquer vinculação. V - Lide corretamente apreciada, com a consideração dos fatos relevantes ao deslinde da questão, razão pela qual o decisum não merece qualquer retoque. VI - Recurso conhecido e improvido. VII - Juros e correção monetária tal como lançados. VIII - Custas processuais como recolhidas, na forma da lei. Honorários advocatícios à base de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, fixados conforme os critérios das alíneas "a", "b" e "c", § 3º, art. 20 do CPC. IX - Súmula do julgamento que serve de acórdão. Inteligência do art. 46, segunda parte, da Lei 9.099/95.

ACÓRDÃO

Decidiram os Senhores Juízes da TERCEIRA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL, por quorum mínimo, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, mantendo-se a decisão prolatada em seu inteiro teor, por seus próprios e jurídicos fundamentos. Custas na forma da lei e honorários advocatícios à base de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação. Juros e correção monetária tal como lançados.

Além do relator, votou a Juíza SÔNIA MARIA AMARAL FERNANDES RIBEIRO (Membro).

Sala das Sessões da Terceira Turma Recursal Cível e Criminal, em São Luís aos 20 (vinte) dias do mês de agosto do ano de 2007.

JUIZ MARCO ANTONIO NETTO TEIXEIRA
RELATOR (Respondendo)

TERCEIRA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL

SESSÃO DO DIA 1º DE OUTUBRO DE 2007

RECURSO N.º 248/2007 - III

ORIGEM: JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO

RECORRENTE: ORLANDO SANTOS FRAZÃO

ADVOGADO: SILVANA CRISTINA REIS LOUREIRO

RECORRIDO: C&A MODAS LTDA

ADVOGADO: POLLYANA MARIA GAMA VAZ

RELATOR: JUIZ MARCO ANTONIO NETTO TEIXEIRA (Respondendo)

ACÓRDÃO N.º 18996/07

SÚMULA DE JULGAMENTO: TERMO DE RECLAMAÇÃO. DANOS MORAIS. INEXISTÊNCIA DA VEROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES DO AUTOR. ÔNUS DA PROVA. NÃO CUMPRIMENTO DO PRECEITO DO ART. 333, INCISO I, DO CPC. REJEIÇÃO DO PLEITO. I - SENTENÇA MONOCRÁTICA DE FLS. 38 QUE REJEITOU O PEDIDO FORMULADO NA INICIAL. II - RECORRENTE QUE FAZ CONFUSA NARRATIVA, ALEGANDO TER ADQUIRIDO MERCADORIA EM UMA DAS LOJAS DE DEPARTAMENTOS DA RECORRIDA, E MESMO FICANDO CIENTE, NA OCASIÃO DE SUA SAÍDA, QUE A ETIQUETA DE SEGURANÇA NÃO HAVIA SIDO RETIRADA, PERCORREU POR UM SEGUNDO ESTABELECIMENTO (LOJAS RIACHUELO), ONDE ACIONOU OS SENSORES DE SEGURANÇA, MAS NÃO FOI ABORDADO. ALEGOU TAMBÉM QUE, EM ATO CONTÍNUO, ENTROU EM UM TERCEIRO ESTABELECIMENTO, TAMBÉM DA RECORRIDA, E QUE AO ACIONAR OS SENSORES, FOI ABORDADO POR FISCALIS, QUE LHE SOLICITARAM O COMPROVANTE FISCAL DE COMPRA, O QUE SEGUNDO O AUTOR, FOI OBJETO DE CONSTRANGIMENTO. III - COM EFEITO, A ANÁLISE DOS ELEMENTOS COLIGIDOS AOS AUTOS DEMONSTRA QUE A PRETENSÃO ESPOSADA PELO AUTOR NA INICIAL NÃO MERECE PROSPERAR DE FORMA ALGUMA. É QUE QUALQUER PESSOA COM O DISCERNIMENTO MÉDIO DO HOMEM COMUM, DEVIDAMENTE FAMILIARIZADO NUMA SOCIEDADE DE CONSUMO, AO SABER QUE UM PRODUTO ADQUIRIDO PERMANECER COM A ETIQUETA DE SEGURANÇA, TOMARIA AS CAUTELAS ADEQUADAS E NECESSÁRIAS PARA RETIRÁ-LA, POIS A EXISTÊNCIA DO REFERIDO MACANISMO É JUSTAMENTE PARA O FIM DE ACIONAR O ALARME SONORO, NA HIPÓTESE DO MESMO SER RETIRADO DO ESTABELECIMENTO AINDA LACRADO. IV - TENDO O PRÓPRIO RECORRENTE TIDO A CIÊNCIA DE QUE RETIROU A MERCADORIA ADQUIRIDA DO ESTABELECIMENTO COM A ETIQUETA DE SEGURANÇA NO PRODUTO, OBSERVA-SE QUE ELE MESMO CRIOU O RISCO DE SER ABORDADO POR FISCAL, NA MESMA LOJA OU EM OUTRA QUE FIZESSE USO DE MECANISMO SEMELHANTE. V - ADEMAIS, O RECORRENTE NÃO FEZ PROVA DE CONSTRANGIMENTO CAPAZ DE ENSEJAR REPARAÇÃO DE ORDEM PECUNIÁRIA, POIS A SIMPLES SOLICITAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DO CUPOM FISCAL NÃO ENSEJA DANO DE NATUREZA MORAL. VI - REGISTRE-SE, POR OPORTUNO, QUE O RECORRENTE ADOTOU POSTURA INCOMUM ATÉ MESMO APÓS SER ABORDADO PELO FISCAL, POIS NÃO PERMITIU QUE O LACRE DE SEGURANÇA FOSSE RETIRADO DO PRODUTO. VII - LIDE CORRETAMENTE APRECIADA, COM A CONSIDERAÇÃO DOS FATOS RELEVANTES AO DESLINDE DA CAUSA, MOTIVO QUAL A SENTENÇA MONOCRÁTICA NÃO MERECE QUALQUER RETOQUE. VIII - RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. IX - CONDENAÇÃO NAS CUSTAS PROCESSUAIS E EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS À BASE DE 20% (VINTE POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CAUSA, FICANDO SUA EXIGIBILIDADE SUSPensa ATÉ QUE SOBREVENHA ULTERIOR MUDANÇA NO STATUS ECONÔMICO DO RECORRENTE, NOS TERMOS DO ART. 12 DA LEI 1.060/50. X - SÚMULA DO JULGAMENTO QUE SERVE DE ACÓRDÃO. INTELIGÊNCIA DO ART. 46, SEGUNDA PARTE, DA LEI 9.099/95.

ACÓRDÃO

DECIDIRAM os Senhores Juízes da TERCEIRA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL, por maioria, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, mantendo-se a decisão proferida pelo julgador monocrático em seu inteiro teor, por seus próprios e jurídicos fundamentos. . Condenação nas custas do processo, bem como honorários advocatícios à base de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, suspendendo, no entanto, sua exigibilidade na forma estabelecida no art. 12 da lei n.º 1060/50, até que sobrevenha mudança no status econômico do recorrente vencido.

Além do relator, votou a Juíza Sônia Maria Amaral Fernandes Ribeiro (Membro).

Sala das Sessões da Terceira Turma Recursal Cível e Criminal, em São Luís ao 1º dia do mês de outubro do ano de 2007.

JUIZ MARCO ANTONIO NETTO TEIXEIRA
RELATOR (Respondendo)

TERCEIRA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL
SESSÃO DO DIA 1º DE OUTUBRO DE 2007

RECURSO N.º 316/2007 - III

ORIGEM: COMARCA DE CODÓ

RECORRENTE: EDITORA GLOBO S/A

ADVOGADO: JOSÉ DE RIBAMAR OLIVEIRA CARVALHO

RECORRIDO: EVANDRO DIAS DA SILVA NETO

ADVOGADO: RAIMUNDO JOSÉ MENDES DE SOUSA

RELATOR: JUIZ MARCO ANTONIO NETTO TEIXEIRA (Respondendo)

ACÓRDÃO N.º 18997/07

SÚMULA DE JULGAMENTO: AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. I – SENTENÇA MONOCRÁTICA QUE CONDENOU A DEMANDADA AO PAGAMENTO DO VALOR DE R\$ 3.500,00 (TRÊS MIL E QUINHENTOS REAIS), PARA FINS DE REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS, E AINDA, REBETIÇÃO DE INDÉBITO DO VALOR DE R\$ 598,00 (QUINHENTOS E NOVENTA E OITO REAIS). II – COM EFEITO, VERIFICO PELA ANÁLISE ATENTA DOS ELEMENTOS COLIGIDOS AOS PRESENTES AUTOS QUE ASSISTE RAZÃO AO RECORRIDO EM SUAS ALEGAÇÕES INICIAIS, SOBRETUDO EM FACE DAS PRÓPRIAS DECLARAÇÕES DA DEMANDADA, QUE ADMITIU O EQUÍVOCO DO LANÇAMENTO DO DÉBITO NA CONTA CORRENTE DO AUTOR DA PRESENTE AÇÃO. III – O RECORRENTE EM MOMENTO ALGUM DEMONSTROU A CONTRATAÇÃO DE SEUS SERVIÇOS, DE MODO A JUSTIFICAR O LANÇAMENTO DE DÉBITO EFETIVADO, NÃO SE DESINCUMBINDO DO ÔNUS QUE ERA SEU DE PROVAR OS ELEMENTOS DESCONSTITUTIVOS DO DIREITO DO AUTOR, NOS TERMOS DO ART. 333, INCISO II, CPC. IV – EXTRATO BANCÁRIO DO RECORRIDO QUE DEMONSTRA MODESTA RENDA, O QUE POR SI SÓ JÁ EVIDENCIA OS TRANSTORNOS QUE O DESCONTO INDEVIDO DO VALOR DE R\$ 299,00 (DUZENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS) CAUSOU AO DEMANDANTE E SUA FAMÍLIA. V – VERIFICADA A FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO E O EVENTO DANOSO, SURGE A NECESSIDADE DA REPARAÇÃO, NÃO HAVENDO QUE SE COGITAR DA PROVA DO PREJUÍZO, SE PRESENTES OS PRESSUPOSTOS LEGAIS DA RESPONSABILIDADE CIVIL (NEXO CAUSAL E CULPA), RAZÃO PELA QUAL RESTOU ADEQUADA A MODESTA CONDENAÇÃO POR DANOS FIXADA. VI - LIDE CORRETAMENTE APRECIADA, COM A CONSIDERAÇÃO DOS FATOS RELEVANTES AO DESLINDE DA CAUSA, RAZÃO PELA QUAL O DECISUM ORA ATACADO NÃO MERECE QUALQUER RETOQUE. VII – PRÉ QUESTIONAMENTO QUE NÃO SERVE PARA O FIM PRETENDIDO PELO RECORRENTE, QUAL SEJA, ARGUIÇÃO DE VIOLAÇÃO A DISPOSITIVOS DO CDC. VIII – RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. IX – CUSTAS COMO RECOLHIDAS, NA FORMA DA LEI. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS À BASE DE 20 % (VINTE POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. X – JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA CONTABILIZADOS DA FORMA COMO LANÇADOS. XI - SÚMULA DO JULGAMENTO QUE SERVE DE ACÓRDÃO. INTELIGÊNCIA DO ART. 46, SEGUNDA PARTE, DA LEI 9.099/95.

ACÓRDÃO

DECIDIRAM os Senhores Juízes da TERCEIRA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL, à unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, mantendo-se a decisão proferida pelo julgador monocrático em seu inteiro teor, por seus próprios e jurídicos fundamentos. Custas processuais como recolhidas, na forma da lei. Honorários advocatícios à base de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação. Juros e correção monetária da forma como lançados.

Além do relator, votaram os Juízes MANOEL AURELIANO FERREIRA NETO (presidente) e SÔNIA MARIA AMARAL FERNANDES RIBEIRO (Membro).

Sala das Sessões da Terceira Turma Recursal Cível e Criminal, em São Luís ao 1º dia do mês de outubro de 2007.

JUIZ MARCO ANTONIO NETTO TEIXEIRA

RELATOR (Respondendo)

TERCEIRA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL
SESSÃO DO DIA 1º DE OUTUBRO DE 2007

RECURSO N.º 234/2007 - III

ORIGEM: COMARCA DE CHAPADINHA

RECORRENTE: MARIA SOUSA GUIMARÃES

ADVOGADO: EDMILSON ALVES DE AGUIAR

RECORRIDO: J. RODRIGUES PESSOA (COMPRA PREMIADA ELETRO ONDA)

ADVOGADO: LUCIANO DE CARVALHO PEREIRA

RELATOR: JUIZ MARCO ANTONIO NETTO TEIXEIRA (Respondendo)

ACÓRDÃO N.º 18998/07

SÚMULA DO JULGAMENTO: OBRIGAÇÃO PARA ENTREGA DE COISA C/C PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA. NECESSIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DOS FATOS CONSTITUTIVOS DO DIREITO DA PARTE AUTORA. INVEROSSIMILHANÇA DA PRETENSÃO FORMULADA NA INICIAL. IMPROCEDÊNCIA DO PLEITO. 1 – SENTENÇA DE FLS. 29/30 QUE JULGOU IMPROCEDENTE O PEDIDO FORMULADO NA INICIAL, DEVIDO À ABSOLUTA AUSÊNCIA DE PROVAS. 2 – RECURSO INOMINADO DE FLS. 35/38 ONDE A RECORRENTE SUSTENTOU QUE A REQUERENTE RESTOU PREJUDICADA PELO FATO DA JUÍZA QUE INSTRUIU O PROCESSO NÃO TER SIDO A PROLATORA DA SENTENÇA. DA MESMA FORMA, ALEGOU QUE RESTOU PREJUDICADA PELA NÃO OITIVA DAS TESTEMUNHAS, AS QUAIS FORAM DISPENSADAS. AO FINAL, PUGNOU PELO PROVIMENTO DO RECURSO, PARA O FIM DE QUE SEJA REFORMADA A DECISÃO MONOCRÁTICA, E NO CASO DE ENTENDIMENTO DIVERSO, SEJA ANULADA A SENTENÇA PARA QUE SEJA FEITA NOVA INSTRUÇÃO, DESTA VEZ COM A OITIVA DAS TESTEMUNHAS INICIALMENTE DISPENSADAS. 3 – CONTRA RAZÕES DE FLS. 43/47 PUGNANDO PELA MANUTENÇÃO DA DECISÃO EM SEU INTEIRO TEOR. 4 – COMPULSANDO OS PRESENTES AUTOS, VERIFICO QUE MELHOR SORTE NÃO RESTOU À RECORRENTE NA DEMONSTRAÇÃO DOS FATOS CONSTITUTIVOS DO DIREITO ALEGADO, NOS TERMOS DO ART. 333 DO CPC, UMA VEZ QUE OS DOCUMENTOS CARREADOS AO PROCESSO NÃO SÃO SUFICIENTES A FAZER PROVA DE SUA PRETENSÃO INICIAL. E APESAR DA PRESENTE DEMANDA TRATAR DE RELAÇÃO DE CONSUMO, PERMANECE A EXIGÊNCIA DO ART. 333, INCISO I DO CPC, REGRA GERAL SOBRE O ÔNUS DA PROVA, AFASTANDO-SE A REGRA SUBSIDIÁRIA DO ARTIGO 6º, VIII DO CÓDIGO CONSUMERISTA, QUE PREVÊ A INVERSÃO EM FAVOR DO CONSUMIDOR, LEMBRANDO, QUE ESSA INVERSÃO SE DÁ OPE JUDICIS E NÃO OPE LEGIS, LEVANDO-SE EM CONSIDERAÇÃO A IDÉIA DA FACILITAÇÃO DA DEFESA DO CONSUMIDOR EM JUÍZO E A SUA HIPOSSUFICIÊNCIA NO SENTIDO ECONÔMICO, REPRESENTADO TANTO PELA CAPACIDADE FINANCEIRA PROPRIAMENTE DITA, COMO PELA INSUFICIÊNCIA TÉCNICA, MUITAS VEZES PATENTE NO CONTEXTO PESSOAL DO CONSUMIDOR. REGISTRE-SE AINDA, POR OPORTUNO, QUE A DISCRICIONARIEDADE DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA TAMBÉM ESTÁ CONDICIONADA À VEROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES, NÃO PATENTE DA PRESENTE DEMANDA, RAZÃO PELA QUAL MANTIDO O JUÍZO DO CPC. 5 – INOBTANTE A RELEVÂNCIA DA VINCULAÇÃO DO JUIZ QUE PRESIDIU A INSTRUÇÃO À SENTENÇA – PRINCÍPIO DA IDENTIDADE FÍSICA DO JUIZ, NÃO RESTOU CONFIGURADO PREJUÍZO À DEMANDANTE, POSTO QUE NÃO FORAM COLHIDOS DEPOIMENTOS TESTEMUNHAIS, RAZÃO PELA QUAL O DECISUM MONOCRÁTICO LANÇADO SE ENCONTRA APTO A GERAR SEUS EFEITOS. 6 – A DISPENSA DAS TESTEMUNHAS ARROLADAS PELA DEMANDANTE SE DEU JUSTAMENTE EM FACE DA DESNECESSIDADE DE SUA PRODUÇÃO, POSTO QUE OS DOCUMENTOS TRAZIDOS AOS AUTOS PROVAM DE FORMA LATENTE A IMPROCEDÊNCIA DO PLEITO, SOBRETUDO EM FACE DO DOC. DE FLS. 25, QUE ANTERIOR À PROPOSITURA DA EXORDIAL, AUTORIZOU O ARQUIVAMENTO DO CONTRATO CONTRAÍDO JUNTO À DEMANDADA. REGISTRE-SE, AINDA, QUE EM MOMEN-

TO ALGUM A RECORRENTE IMPUGNOU OU MESMO FEZ ALUSÃO A TAL INSTRUMENTO. 7 – LIDE CORRETAMENTE APRECIADA, COM A CONSIDERAÇÃO DOS FATOS RELEVANTES AO DESLINDE DA CAUSA, RAZÃO PELA QUAL O DECISUM ATACADO NÃO MERECE QUALQUER RETOQUE. 8 – RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 9 – CONDENAÇÃO NAS CUSTAS DO PROCESSO E EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS À BASE DE 20% (VINTE POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CAUSA, FICANDO SUA EXIGIBILIDADE SOBRESTADA ATÉ QUE SOBREVENHA MUDANÇA NO STATUS ECONÔMICO DA RECORRENTE VENCIDA, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ART. 12 DA LEI 1.060/50. 10 - SÚMULA DO JULGAMENTO QUE SERVE DE ACÓRDÃO. INTELIGÊNCIA DO ART. 46, SEGUNDA PARTE, DA LEI 9.099/95.

ACÓRDÃO

Vistos, discutidos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, DECIDEM os Senhores Juízes da TERCEIRA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL, à unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, mantendo-se a decisão monocrática em seu inteiro teor, por seus próprios e jurídicos fundamentos. Condenação nas custas do processo e em honorários advocatícios à base de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa, ficando sua exigibilidade sobrestada até que sobrevenha mudança no status econômico da recorrente vencida, nos termos do disposto no art. 12 da lei 1.060/50.

Votaram, além do relator, os Juízes MANOEL AURELIANO FERREIRA NETO (Presidente) e SÔNIA MARIA AMARAL FERNANDES RIBEIRO (membro).

Sala das Sessões da Terceira Turma Recursal Cível e Criminal, em São Luís ao 1º dia de outubro de 2007.

JUIZ MARCO ANTONIO NETTO TEIXEIRA
RELATOR, RESPONDENDO

TERCEIRA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL SESSÃO DO DIA 1º DE OUTUBRO DE 2007

RECURSO N.º 170/2007 - III

ORIGEM: 100JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO

RECORRENTE: BANCO GE CAPITAL S.A

ADVOGADO: RICARDO DOS SANTOS PACHECO

RECORRIDO: JULIO CESAR MORAES

ADVOGADO: ALMIR CAMPOS CANTANHEDE

RELATOR: JUIZ MARCO ANTONIO NETTO TEIXEIRA (Respondendo)

ACÓRDÃO N.º 18999/07

SÚMULA DE JULGAMENTO: AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS C/C PEDIDO DE LIMINAR ATRAVÉS DA ANTECIPAÇÃO DA TUTELA JURISDICIONAL. I – NA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO, A INSTITUIÇÃO BANCÁRIA DEVE CERCAR-SE DOS CUIDADOS NECESSÁRIOS, DE MODO A EVITAR FRAUDES RELACIONADAS A EMPRÉSTIMOS COM A UTILIZAÇÃO DE DOCUMENTOS DE TERCEIROS. II – NOS TERMOS DO CDC, O FORNECEDOR DO SERVIÇO RESPONDE, INDEPENDENTE DE CULPA, PELA REPARAÇÃO DOS DANOS DECORRENTES DE DEFEITOS RELATIVOS À SUA PRESTAÇÃO. ENTENDE-SE COMO DEFEITUOSO O SERVIÇO QUE NÃO OFERECE A SEGURANÇA QUE O CONSUMIDOR DELE ESPERA. II – NO CASO EM TELA, SALTA AOS OLHOS QUE A PRETENSÃO EXPOSTA NA INICIAL DA DEMANDANTE É PROCEDENTE, UMA VEZ QUE A RECORRENTE NÃO FORNECEU A SEGURANÇA ESPERADA NA CONTRATAÇÃO DE SEUS SERVIÇOS, VISTO QUE PERMITIU A REALIZAÇÃO DO EMPRÉSTIMO DO VALOR DE R\$ 4.950,00 (QUATRO MIL, NOVECIENTOS E CINQUENTA REAIS), SEM QUE FOSSEM OBEDECIDAS AS FORMALIDADES NECESSÁRIAS E ESPERADAS. III – A ANÁLISE DEFICIENTE DA DOCUMENTAÇÃO FORMAL HÁBIL A COMPROVAR A TITULARIDADE DO CONTRATANTE DO EMPRÉSTIMO, DE MODO A PERMITIR A OCORRÊNCIA DE FRAUDES, IMPLICA NA RESPONSABILIDADE DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA EM REPARAR EVENTUAIS DANOS DECORRENTES

DA FALHA DO SERVIÇO. IV – OS ABORRECIMENTOS E INCONVENIENTES DECORRENTES DA CONTRATAÇÃO INDEVIDA GEROU PARA O RECORRIDO DIVERSOS TRANSTORNOS, SOBRETUDO EM FACE DE SUA MODESTA RENDA. V – DECRETAÇÃO DA REVELIA E APLICAÇÃO DE SEUS EFEITOS QUE SE DEMONSTRA ADEQUADA À LIDE EM APREÇO, UMA VEZ QUE NÃO FORAM TRAZIDOS AOS AUTOS OS DOCUMENTOS CONSTITUTIVOS DA DEMANDADA. VI – LIDE CORRETAMENTE APRECIADA, COM A CONSIDERAÇÃO DOS FATOS RELEVANTES AO DESLINDE DA CAUSA, RAZÃO PELA QUAL O DECISUM ATACADO NÃO MERECE QUALQUER RETOQUE. VII – RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. VIII – CUSTAS PROCESSUAIS COMO RECOLHIDAS, NA FORMA DA LEI. CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS À BASE DE 20% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. IX – JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA CONTABILIZADOS DA FORMA COMO LANÇADOS. X - SÚMULA DE JULGAMENTO QUE SERVE DE ACÓRDÃO, NOS TERMOS DO ART. 46, PARTE FINAL, DA LEI N.º 9.099/95.

ACÓRDÃO

DECIDIRAM os Senhores Juízes da TERCEIRA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL, à unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, mantendo-se in totum a sentença atacada, por seus próprios e jurídicos fundamentos. Juros e correção monetária da forma como lançados. Custas processuais como recolhidas e honorários advocatícios à base de 20 (vinte por cento) sobre o valor da condenação.

Votaram, além do relator, os Juízes MANOEL AURELIANO FERREIRA NETO (presidente) e SÔNIA MARIA AMARAL FERNANDES RIBEIRO (membro).

Sala das Sessões da Terceira Turma Recursal Cível e Criminal, em São Luís ao 1º dia do mês de outubro de 2007.

JUIZ MARCO ANTONIO NETTO TEIXEIRA
Relator, Respondendo

TERCEIRA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL SESSÃO DO DIA 1º DE OUTUBRO DE 2007

RECURSO N.º 414/2007 - III

ORIGEM: COMARCA DE PENALVA

RECORRENTE: NATANAEL PEDROSA DE MENESES

ADVOGADO: CLÁUDIO TRINTA

RECORRIDO: CEMAR – COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO

ADVOGADO: WASHINGTON LOPES

RELATOR: JUIZ MARCO ANTONIO NETTO TEIXEIRA (Respondendo)

ACÓRDÃO N.º 19001/07

SÚMULA DE JULGAMENTO: AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS C/C PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. ILEGITIMIDADE DO REQUERENTE. EXTINÇÃO DO PROCESSO COM FUNDAMENTO NO ART. 267, INCISO VI DO CPC. I – SENTENÇA MONOCRÁTICA QUE, ACOLHENDO A PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM ARGUIDA PELA DEMANDADA, EXTINGUIU O PROCESSO SEM A RESOLUÇÃO NO MÉRITO, NOS TERMOS DO ART. 267, INCISO I DO CPC. II – LIDE CORRETAMENTE APRECIADA, TENDO EM VISTA QUE OS DOCUMENTOS QUE INSTRUÍRAM A DEMANDA NÃO SÃO CAPAZES DE AUTORIZAR O RECORRENTE A FIGURAR NO PÓLO ATIVO DA PRESENTE RELAÇÃO PROCESSUAL. III – NÃO RESTANDO COMPROVADA A PROPRIEDADE/POSSE NO IMÓVEL, E NEM MESMO A MATRÍCULA EM SEU NOME DA RESPECTIVA UNIDADE CONSUMIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA, NÃO HÁ COMO PERMITIR QUE O RECORRENTE FORMULE PRETENSÃO EM JUÍZO, SEM POSSUIR LEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM PARA TANTO. IV – FALTA DE UMA DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA A PROPOSITURA DA AÇÃO QUE AUTORIZA SUA EXTINÇÃO SEM A RESOLUÇÃO DO MÉRITO, EX VI DO ART. 267, INCISO I, DO CPC. V – RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. VI - CONDENAÇÃO NAS CUSTAS PROCESSUAIS E EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS À BASE DE 10% (DEZ POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CAUSA, FICANDO SUA EXIGIBILIDADE

SOBRESTADA ATÉ ULTERIOR MODIFICAÇÃO NO STATUS ECONÔMICO DO RECORRENTE, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ART. 12, CAPUT, DA LEI 1.060/50. VII - SÚMULA DO JULGAMENTO QUE SERVE DE ACÓRDÃO. INTELIGÊNCIA DO ART. 46, SEGUNDA PARTE, DA LEI 9.099/95.

ACÓRDÃO

DECIDIRAM os Senhores Juízes da TERCEIRA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL, à unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, mantendo-se a decisão proferida pelo julgador monocrático em seu inteiro teor, por seus próprios e jurídicos fundamentos. Condenação nas custas do processo, bem como honorários advocatícios à base de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, suspendendo, no entanto, sua exigibilidade na forma estabelecida no art. 12 da lei n.º 1060/50, até que sobrevenha mudança no status econômico do recorrente vencido.

Além do relator, votou o Juiz MANOEL AURELIANO FERREIRA NETO (Presidente) e a Juíza SÔNIA MARIA AMARAL FERNANDES RIBEIRO (Membro).

Sala das Sessões da Terceira Turma Recursal Cível e Criminal, em São Luís ao 1º dia do mês de outubro de 2007.

JUIZ MARCO ANTONIO NETTO TEIXEIRA
RELATOR (Respondendo)

TERCEIRA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL SESSÃO DO DIA 1º DE OUTUBRO DE 2007

RECURSO Nº 383/2007- III

ORIGEM: 1ª JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO

RECORRENTE: TNL PCS S/A

ADVOGADO: MARCOS LUÍS BRAID R. SIMÕES

RECORRIDO: EUMARISA MARTINS DOS SANTOS

ADVOGADO: LUCIANA SILVA DE CARVALHO

RELATOR: JUIZ MARCO ANTONIO NETTO TEIXEIRA

ACÓRDÃO N.º 19002/07

SÚMULA DO JULGAMENTO: AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS C/C RESSARCIMENTO POR COBRANÇA INDEVIDA C/C RESCISÃO CONTRATUAL. I – SENTENÇA MONOCRÁTICA QUE JULGOU PROCEDENTE O PEDIDO, PARA DETERMINAR QUE A EMPRESA DE TELEFONIA DEMANDADA CANCELE OS DÉBITOS ORIUNDOS DAS LINHAS TELEFÔNICAS 88130073 E 88130074, BEM COMO OS CONTRATOS ALUSIVOS ÀS QUATRO NOVAS LINHAS, E AINDA, O PAGAMENTO DO VALOR CORRESPONDENTE A 06 (SEIS) SALÁRIOS MÍNIMOS, PARA FINS DE REPARAÇÃO PELOS DANOS MORAIS NOTICIADOS. II – COMPULSANDO OS ELEMENTOS COLIGIDOS AOS PRESENTES AUTOS, VERIFICO QUE ASSISTE RAZÃO À RECORRIDA EM SUAS ALEGAÇÕES ESPOSADAS NA INICIAL. É QUE INOBTANTE A ASSERTIVA DA RECORRENTE DE QUE NÃO HOUVE O REQUERIMENTO PARA O CANCELAMENTO DAS REFERIDAS LINHAS TELEFÔNICAS, INSTA OBSERVAR QUE A REQUERENTE INDICOU O PROTOCOLO DE ATENDIMENTO DO CALL CENTER – N.13778206416, NO QUAL SOLICITOU O CANCELAMENTO DOS ACESSOS MÓVEIS. E NÃO O BASTANTE, AINDA COLACIONOU RECLAMAÇÃO JUNTO À ANATEL, EM FACE NA INÉRCIA DA EMPRESA DE TELEFONIA EM PROCEDER AO CANCELAMENTO SOLICITADO, BEM COMO NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL, COM O MESMO FIM. III – ELEMENTOS TRAZIDOS AO PROCESSO QUE SÃO SUFICIENTES A CORROBORAR NA PRETENSÃO AUTORAL, NÃO TENDO A RECORRENTE SE DESINCUMBIDO DO ÔNUS QUE ERA SEU DE APRESENTAR ELEMENTOS DESCONSTITUTIVOS DO DIREITO DA RECLAMANTE, NOS TERMOS DO ART. 333, INCISO II DO CPC. IV – VERIFICADO O EVENTO DANOSO, QUAL SEJA, A FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO QUE CULMINOU NA NEGATIVAÇÃO INDEVIDA DA RECORRIDA, SURGE A NECESSIDADE DA REPARAÇÃO, NÃO HAVENDO QUE SE COGITAR DA PROVA DO PREJUÍZO, SE PRESENTES OS PRESSUPOSTOS LEGAIS DA RESPONSABILIDADE CIVIL (NEXO CAUSAL E CULPA), RAZÃO PELA QUAL RESTOU ADEQUADA A MODESTA CONDENAÇÃO POR DA-

NOS MORAIS FIXADA. V – QUANTUM INDENIZATÓRIO LANÇADO QUE ATENDE AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE, DE MODO A IMPINGIR À DEMANDADA OS SEUS EFEITOS PEDAGÓGICOS, SEM IMPLICAR NO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA DA DEMANDANTE. VI - LIDE CORRETAMENTE APRECIADA, COM A CONSIDERAÇÃO DAS PROVAS COLIGIDAS AOS AUTOS, COM A RESSALVA APENAS DE QUE A CONDENÇÃO DEVERÁ SER LIQUIDADA AO IMPORTE DE R\$ 2.280,00 (DOIS MIL, DUZENTOS E OITENTA REAIS), O CORRESPONDENTE A 06 SALÁRIOS MÍNIMOS VIGENTES À ÉPOCA DA PROLAÇÃO DA SENTENÇA. VII – CUSTAS PROCESSUAIS COMO RECOLHIDAS, NA FORMA DA LEI. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS À BASE DE 20% (VINTE POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. VIII – JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA CONTABILIZADOS NA FORMA DO ENUNCIADO DE N. 10 DAS TRCC'S DO ESTADO. IX - SÚMULA DO JULGAMENTO QUE SERVE DE ACÓRDÃO. INTELIGÊNCIA DO ART. 46, SEGUNDA PARTE, DA LEI 9.099/95.

ACÓRDÃO

Vistos, discutidos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas. Decidem os Senhores Juízes da TERCEIRA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL, à unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, mantendo-se a decisão monocrática em seu inteiro teor, com a ressalva apenas de que a condenação deverá ser liquidada ao importe de R\$ 2.280,00 (dois mil, duzentos e oitenta reais) o correspondente a 06 vezes o salário mínimo vigente à época da prolação da sentença. Juros e correção monetária contabilizados na forma do Enunciado de n. 10 das TRCC's do Estado. Custas processuais como recolhidas e honorários à base de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação.

Votaram, além do relator, os Juízes MANOEL AURELIANO FERREIRA NETO (Presidente) e SONIA MARIA AMARAL FERNANDES RIBEIRO (Membro).

Sala das Sessões da Terceira Turma Recursal Cível e Criminal, em São Luís ao 1º dia de outubro de 2007.

JUIZ MARCO ANTONIO NETTO TEIXEIRA
Relator, Respondendo

TERCEIRA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL SESSÃO DO DIA 1º DE OUTUBRO DE 2007

RECURSO N.º 367/2007 - III

ORIGEM: 6ª JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO

RECORRENTE: MERCADINHO CARONE LTDA

ADVOGADO: CRISTIANA LEAL FERREIRA DUALIBE

RECORRIDO: EUDO MONTEIRO RESPLANDES

ADVOGADO: GLEYDSON GADELHA MELO

RELATOR: JUIZ MARCO ANTONIO NETTO TEIXEIRA (Respondendo)

ACÓRDÃO N.º 19003/07

SÚMULA DE JULGAMENTO: AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS. EMPRESA QUE VINCULA A SUA MARCA À CARTÃO DE CRÉDITO. FALHA NA OPERAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. I – SENTENÇA MONOCRÁTICA QUE CONDENOU A DEMANDADA AO PAGAMENTO DO VALOR DE R\$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS), PARA FINS DE REPARAÇÃO PELOS DANOS MORAIS NARRADOS NA INICIAL. II – COM EFEITO, VERIFICO PELOS ELEMENTOS COLIGIDOS AOS PRESENTES AUTOS QUE ASSISTE RAZÃO AO RECORRIDO EM SUAS ALEGAÇÕES ESPOSADAS NA EXORDIAL, POIS INOBTANTE O DEVIDO ADIMPLEMENTO DA FATUTRA COMPROVADO PELO O DOCUMENTO DE FLS. 12, O TITULAR TEVE O CRÉDITO NEGADO AO SE DIRIGIR COM SUAS COMPRAS AO CAIXA DE PAGAMENTO DO ESTABELECIMENTO, CONSOANTE DEMONSTRA OS DOCUMENTOS TRAZIDOS ÀS FLS. 11. III – ESTABELECIMENTO COMERCIAL QUE, AO VINCULAR SUA MARCA AO CARTÃO DE CRÉDITO, FIRMANDO PARCERIA COM A ADMINISTRADORA CORRESPONDENTE PARA O FIM DE FORNECER FACILIDADES NO PAGAMENTO DE COMPRAS REALIZADAS NO LOCAL, PASSA A RESPONDER SOLIDARIAMENTE POR EVENTUAIS FALHAS NA PRESTAÇÃO DO

CORRESPONDENTE SERVIÇO. IV – RESTANDO O BLOQUEIO INDEVIDO DO CARTÃO, OS CONSTRANGIMENTOS DECORRENTES DA NÃO REALIZAÇÃO DAS COMPRAS, BEM COMO A SITUAÇÃO VEXATÓRIA EXPOSTA NA EXORDIAL, CONFIGURAM DANOS MORAIS PASSÍVEIS DE REPARAÇÃO DE ORDEM PECUNIÁRIA. V – LIDE CORRETAMENTE APRECIADA, COM A CONSIDERAÇÃO DOS FATOS RELEVANTES AO DESLINDE DA CAUSA. QUANTUM INDENIZATÓRIO FIXADO CONSOANTE OS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE, DE MODO QUE A CONDENAÇÃO PRODUZA EFEITOS PEDAGÓGICOS, SEM NO ENTANTO, RESULTAR NO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA DO DEMANDANTE. VI – RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. VII – CUSTAS COMO RECOLHIDAS, NA FORMA DA LEI. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS À BASE DE 20% (VINTE POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. VIII – JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA CONTABILIZADOS DA FORMA COMO LANÇADOS. IX – SÚMULA DO JULGAMENTO QUE SERVE DE ACÓRDÃO. INTELIGÊNCIA DO ART. 46, SEGUNDA PARTE, DA LEI 9.099/95.

ACÓRDÃO

DECIDIRAM os Senhores Juízes da TERCEIRA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL, à unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, mantendo-se a decisão proferida pelo julgador monocrático em seu inteiro teor, por seus próprios e jurídicos fundamentos. Custas processuais como recolhidas, na forma da lei. Honorários advocatícios à base de 20%(vinte por cento) sobre o valor da condenação. Juros e correção monetária da forma como lançados.

Além do relator, votaram os Juízes MANOEL AURELIANO FERREIRA NETO (Presidente) e SÔNIA MARIA AMARAL FERNANDES RIBEIRO (Membro).

Sala das Sessões da Terceira Turma Recursal Cível e Criminal, em São Luís ao 1º dia do mês de outubro do ano de 2007.

JUIZ MARCO ANTONIO NETTO TEIXEIRA
RELATOR (Respondendo)

TERCEIRA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL

SESSÃO DO DIA 1º DE OUTUBRO DE 2007

RECURSO N.º 327/2007 - III

ORIGEM: COMARCA DE PENALVA

RECORRENTE: CEMAR – COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO

ADVOGADO: ADÁLIA ALENCAR DE OLIVEIRA

RECORRIDO: RAIMUNDO MARCOS MATOS

ADVOGADO: SEBASTIÃO DA COSTA SAMPAIO NETO

RELATOR: JUIZ MARCO ANTONIO NETTO TEIXEIRA (Respondendo)

ACÓRDÃO N.º 19004/07

SÚMULA DE JULGAMENTO: AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS. OSCILAÇÃO DA CORRENTE DE ENERGIA ELÉTRICA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO QUE IMPLICA NO DEVER DE INDENIZAR. I – SENTENÇA MONOCRÁTICA QUE CONDENOU A DEMANDADA AO PAGAMENTO DO VALOR DE R\$ 2.500,00 (DOIS MIL E QUINHENTOS REAIS) PELOS DANOS MATERIAIS SUPORTADOS, E AINDA, R\$ 1.400,00 (HUM MIL E QUATROCENTOS REAIS), PARA FINS DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. II – COMPANHIA DE FORNECIMENTO DE ENERGIA QUE É PARTE LEGÍTIMA A FIGURAR NO PÓLO PASSIVO DA PRESENTE RELAÇÃO PROCESSUAL, TENDO EM VISTA SER A CONCESSIONÁRIA E RESPONSÁVEL PELA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. III – EM TENDO O JULGADOR MONOCRÁTICO, JUIZ DE DIREITO DA COMARCA ONDE OCORREU O FATO NARRADO, MANIFESTADO-SE EXPRESSAMENTE NO SENTIDO DE QUE AS OSCILAÇÕES DE ENERGIA NA CIDADE CONSTITUEM FATO PÚBLICO E NOTÓRIO, RESTOU DEVIDAMENTE COMPROVADA A FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, UMA VEZ QUE A COMPANHIA DE ENERGIA DEVE ZELAR PELO BOM FUNCIONAMENTO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO LOCAL, DE MODO A IMPEDIR QUE AS OSCILAÇÕES DE CORRENTE VENHAM A DANIFICAR APARELHOS E/OU EQUIPAMENTOS DA

SUAS RESPECTIVAS UNIDADES CONSUMIDORAS. IV – COMPROVADO DOCUMENTALMENTE O DANO MATERIAL SUPORTADO, BEM COMO SENDO A MÁ PRESTAÇÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA FATO PÚBLICO E NOTÓRIO QUE INDEPENDE DE PROVA, EX VI DO ART. 334, INCISO I DO CPC, A CONCESSIONÁRIA PÚBLICA DEVERÁ RESPONDER PELOS DANOS NOS TERMOS DOS ARTIGOS 14, CAPUT DO CDC E 186 DO CC. V - RESPONSABILIZAÇÃO DO AGENTE CAUSADOR DOS TRANSTORNOS NARRADOS QUE SE OPERA POR FORÇA DO SIMPLES FATO DA VIOLAÇÃO - DANUM IN RE IPSA, DE SORTE QUE VERIFICADO O EVENTO DANOSO, SURGE A NECESSIDADE DA REPARAÇÃO, NÃO HAVENDO QUE SE COGITAR DA PROVA DO PREJUÍZO, SE PRESENTES OS PRESSUPOSTOS LEGAIS DA RESPONSABILIDADE CIVIL - NEXO CAUSAL E CULPA. VI – DANOS MORAIS FIXADOS EM CONFORMIDADE COM OS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE, RAZÃO PELA QUAL O VALOR INICIALMENTE LANÇADO NÃO MERECE QUALQUER RETOQUE. VII – RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. VIII – CUSTAS PROCESSUAIS COMO RECOLHIDAS, NA FORMA DA LEI. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS À BASE DE 20% (VINTE POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. IX – SOBRE A CONDENAÇÃO POR DANOS MORAIS, INCIDÊNCIA DOS JUROS A PARTIR DA CITAÇÃO, EX VI DO ART. 405 DO CC, E A CORREÇÃO MONETÁRIA, DA DATA DA PROLAÇÃO DA SENTENÇA. SOBRE A CONDENAÇÃO POR DANOS MATERIAIS, INCIDÊNCIA DOS JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA DA DATA DA OCORRÊNCIA DO ILÍCITO. X - SÚMULA DO JULGAMENTO QUE SERVE DE ACÓRDÃO. INTELIGÊNCIA DO ART. 46, SEGUNDA PARTE, DA LEI 9.099/95.

ACÓRDÃO

DECIDIRAM os Senhores Juízes da TERCEIRA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL, à unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, mantendo-se a decisão proferida pelo julgador monocrático em seu inteiro teor, por seus próprios e jurídicos fundamentos, com a ressalva apenas das adequações necessárias acerca da aplicação dos juros e correção monetária. Custas processuais como recolhidas, na forma da lei. Honorários advocatícios à base de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação.

Além do relator, votaram os Juízes MANOEL AURELIANO FERREIRA NETO (Presidente) e SÔNIA MARIA AMARAL FERNANDES RIBEIRO (Membro).

Sala das Sessões da Terceira Turma Recursal Cível e Criminal, em São Luís ao 1º dia do mês de outubro de 2007.

JUIZ MARCO ANTONIO NETTO TEIXEIRA
RELATOR (Respondendo)

TERCEIRA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL

SESSÃO DO DIA 1º DE OUTUBRO DE 2007

RECURSO N.º 920/2006 - III

ORIGEM: JUIZADO ESPECIAL E CÍVEL DO MAIOBÃO

1º RECORRENTE: ALEXSANDRO DE JESUS MELO

ADVOGADO: EDILSON FERREIRA MENDES

2º RECORRENTE: VICENTE DE PAULO ALBUQUERQUE COSTA FILHO

ADVOGADO: MAURO HENRIQUE SILVA AQUINO

1º RECORRIDO: VICENTE DE PAULO ALBUQUERQUE COSTA FILHO

ADVOGADO: MAURO HENRIQUE SILVA AQUINO

2º RECORRENTE: ALEXSANDRO DE JESUS MELO

ADVOGADO: EDILSON FERREIRA MENDES

RELATOR: JUIZ MARCO ANTONIO NETTO TEIXEIRA (Respondendo)

ACÓRDÃO N.º 19005/07

SÚMULA DE JULGAMENTO: AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA. I – REQUERENTE QUE ALEGOU PREJUÍZOS DE ORDEM MATERIAL E MORAL EM RAZÃO DE DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DO

VENDEDOR DO VEÍCULO ADQUIRIDO EM LEILÃO, O QUAL NÃO FORA TRANSFERIDO NO TEMPO APRAZADO. II - SENTENÇA MONOCRÁTICA QUE JULGOU PARCIALMENTE A DEMANDA PARA CONDENAR OS RÉUS AO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO, A TÍTULO DE DANOS MATERIAIS AO AUTOR, NO IMPORTE DE R\$ 900,00 (NOVECIENTOS REAIS), BEM COMO JULGOU IMPROCEDENTE O PEDIDO CONTRAPOSTO PELO RÉU VICENTE DE PAULO ALBUQUERQUE COSTA FILHO. III - DECISÃO QUE NÃO RECONHECEU A CONFIGURAÇÃO DOS DANOS MORAIS ALEGADOS PELO AUTOR, VEZ QUE SUA CONDUÇÃO RESTOU SUBSTITUÍDA PELO VEÍCULO LOCADO, SEM QUE HOUVESSE ALGUMA LIMITAÇÃO NOS DESLOCAMENTOS DIÁRIOS. IV - COM EFEITO, O FATO DO RECLAMANTE CONDUZIR VEÍCULO NÃO REGISTRADO EM SEU NOME NÃO IMPLICA NECESSARIAMENTE QUE O CONDUTOR VENHA A SOFRER AMEAÇAS DE APREENSÃO, O QUE DESCONFIGURA A PRETENSÃO AUTORAL. V - CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DA ISENÇÃO DE CUSTAS MANTIDO, EM FACE DOS DOCUMENTOS TRAZIDOS ÀS FLS. 109/110. VI - DOCUMENTOS ACOSTADOS AOS AUTOS ÀS FLS. 09/10, NÃO CONTESTADOS PELO REQUERIDO, QUE CORROBORAM A PRETENSÃO AUTORAL QUANTO AOS DANOS MATERIAIS NO MONTANTE DE R\$ 900,00 (NOVECIENTOS REAIS). VII - INOBTANTE O ESFORÇO DO 1º RECORRIDO, QUE EM SUA PEÇA DE APELO TENTOU ARGUMENTAR SUA TESE SOBRE A CONFIGURAÇÃO DE DANOS MORAIS, DEVEMOS OBSERVAR QUE O REFERIDO INSTITUTO REPRESENTA, HOJE, MAGNÍFICO INSTRUMENTO DE DEFESA DA HONRA E DA DIGNIDADE DAS PESSOAS QUE SÃO REITERADAMENTE AVILTADAS EM SEUS VALORES NOS MAIS DIVERSOS MOMENTOS DA VIDA SOCIAL. NESSE ÍTERIM, NÃO DEVEMOS ESQUECER QUE PELA DINÂMICA DAS RELAÇÕES SOCIAIS E DA VIDA NUMA SOCIEDADE DE CONSUMO EM GERAL, NINGUÉM ESTÁ IMUNE A IRRITAÇÕES OU ABORRECIMENTOS DO COTIDIANO. RECONHECER QUE MEROS DISSABORES SEJAM PASSÍVEIS DE REPARAÇÃO INCORRE TRANSFORMAR O ACESSO AO JUDICIÁRIO NUMA FORMA DE CAPTAÇÃO DE LUCRO, O QUE VAI CONTRA O SENTIDO ALMEJADO PELO MENS LEGISLADOR AO CONSTITUCIONALIZAR O INSTITUTO DOS DANOS MORAIS. VIII - ALEGAÇÃO DE SUSPEIÇÃO DO JUÍZO QUE NÃO DEVE PROSPERAR, UMA VEZ QUE O PRESIDENTE DO FEITO JUSTIFICOU O AFASTAMENTO DA EXCEÇÃO POR NÃO POSSUIR QUALQUER VÍNCULO COM O AUTOR, ALÉM DE NÃO SER TITULAR DO JUIZADO. IX - NO CASO EM APREÇO, TENDO EM VISTA A OBRIGAÇÃO CONTRATUAL ASSUMIDA, O DEMANDADO TERIA QUE EFETUAR A TRANSFERÊNCIA DO VEÍCULO ARREMATADO EM 11/11/2005 ATÉ À DATA DE 11/12/2005. EM RAZÃO DO VEÍCULO TER SIDO APRESENTADO À VISTORIA APENAS NO DIA 16/12/2005, O PRAZO ACORDADO PARA O CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO RESTOU PREJUDICADO, POSTO QUE HOUVE UM RETARDAMENTO NO ANDAMENTO DO PROCESSO, O QUAL APENAS FORA LIBERADO EM 21/12/2005. OCORRE QUE DO PERÍODO DE 01/01/2006 À 25/01/2006, HOUVE A PARALISAÇÃO DO INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÕES NO SISTEMA DOS DETRAN'S, O QUE CULMINOU NO LANÇAMENTO DO IPVA 2006, E NA CONSEQÜENTE NECESSIDADE DE SEU RECOLHIMENTO. MAS, NO ENTANTO, INSTA OBSERVAR QUE O RECLAMANTE HAVIA EFETUADO AS DESPESAS DE TRANSFERÊNCIA LEVANDO-SE EM CONSIDERAÇÃO O EXERCÍCIO DE 2005, E EM FACE DA MUDANÇA DO EXERCÍCIO, O IPVA DO ANO BASE SEGUINTE AO DA ARREMATACÃO PASSOU A CONSTITUIR DESPESA ACESÓRIA DE RESPONSABILIDADE DO ARREMATANTE DO VEÍCULO, POSTO QUE DO CONTRÁRIO, HAVERIA ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA DO MESMO, QUE DEIXARIA DE DESEMBOLSAR O IMPOSTO ANUAL QUE DE RESPONSABILIDADE EXCLUSIVA DO PROPRIETÁRIO DE VEÍCULO AUTOMOTOR. X - 1º RECURSO INOMINADO CONHECIDO, PORÉM IMPROVIDO, EM FACE DA INOCORRÊNCIA DE DANOS MORAIS PASSÍVEIS DE REPARAÇÃO PECUNIÁRIA. XII - 2º RECURSO INOMINADO CONHECIDO E

PARCIALMENTE PROVIDO, MANTENDO-SE A CONDENAÇÃO POR DANOS MATERIAIS, POSTO QUE APESAR DA DEMORA DO DEMANDANTE EM PROVIDENCIAR A VISTORIA DO VEÍCULO, O PROCESSO RESTOU LIBERADO EM 21/12/2005, ANTES MESMO DO BLOQUEIO NO INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÕES QUE GEROU O LANÇAMENTO DO IMPOSTO REFERENTE AO EXERCÍCIO SEGUINTE, O QUE DEMONSTROU A FALHA TAMBÉM DOS PREPOSTOS DO DEMANDADO, QUE AINDA DISPUNHAM DE ALGUNS DIAS PARA FINALIZAR A TRANSFERÊNCIA DO VEÍCULO DENTRO DO MESMO ANO BASE. NO ENTANTO, DEFIRO O PEDIDO CONTRAPOSTO PARA O PAGAMENTO DO IPVA REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2006, POR CONSTITUIR DESPESA ACESÓRIA AO NEGÓCIO, A QUAL APESAR DE NÃO LANÇADA À ÉPOCA DO PAGAMENTO DAS TAXAS DE TRANSFERÊNCIA, DESARRAZOADO EXIGIR-SE DO LEILOEIRO UMA OBRIGAÇÃO QUE É EXCLUSIVA DO PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO. XIII - CUSTAS PROCESSUAIS COMO RECOLHIDAS E SEM CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. XIV - SÚMULA DO JULGAMENTO QUE SERVE DE ACÓRDÃO. INTELIGÊNCIA DO ART. 46, SEGUNDA PARTE, DA LEI 9.099/95.

ACÓRDÃO

DECIDIRAM os Senhores Juizes da TERCEIRA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL, à unanimidade, em conhecer do 1.º recurso e lhe negar provimento, e também conhecer do 2.º recurso, dando-lhe parcial provimento apenas para deferir o pedido contraposto, ficando o demandante obrigado ao pagamento das despesas relativas ao licenciamento do exercício de 2006, as quais somam o importe de R\$ 482,63 (quatrocentos e oitenta e dois reais e sessenta e três centavos), consoante o recibo de fls. 59, sendo que os referidos valores deverão ser compensados da condenação por danos materiais inicialmente imposta, na medida em que ambos os pólos integrantes da presente relação processual foram vencedores e vencidos. Custas processuais na forma da lei e sem condenação em honorários advocatícios.

Votaram, além do relator, os Juizes MANOEL AURELIANO FERREIRA NETO (Presidente) e SONIA MARIA AMARAL FERNANDES RIBEIRO (Membro).

Sala das Sessões da Terceira Turma Recursal Cível e Criminal, em São Luís ao 1º dia do mês de outubro de 2007.

JUIZ MARCO ANTONIO NETTO TEIXEIRA

Relator, Respondendo

TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL SESSÃO DO DIA 10 DE SETEMBRO DE 2007 MANDADO DE SEGURANÇA Nº 238/2004

IMPETRANTE: EDITORA GLOBO

ADVOGADA: DIVANA SOUSA

IMPETRADO: ATO DO MM. JUIZ DE DIREITO DO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO

LITISCONSORTE: JONAS ALVES DE OLIVEIRA

RELATOR: JUIZ MARCO ANTONIO NETTO TEIXEIRA (Respondendo)

ACÓRDÃO Nº 19006/07

EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM A RESOLUÇÃO DO MÉRITO. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO DO LITISCONSORTE PASSIVO NECESSÁRIO. I - IMPETRANTE DEVIDAMENTE INTIMADA PARA INFORMAR O ENDEREÇO CORRETO DO LITISCONSORTE. II - NÃO CUMPRIMENTO DA DETERMINAÇÃO DE FLS. 151V. III - EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM O JULGAMENTO DO MÉRITO, FULCRO NOS ARTIGOS 8º. E 19 DA LEI 1533/51, E 267, INCISOS II E IV DO CPC, EM FACE DA AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTOS DE CONSTITUIÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO.

ACÓRDÃO

Vistos, discutidos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas. DECIDEM os Senhores Juizes da TERCEIRA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL, à unanimidade, de acordo com o Douto Parecer do Órgão Ministerial proferido em banca, em extinguir o presente



mandamus sem a resolução do mérito, fulcro nos artigos 8º. e 19 da lei 1533/51, e 267, incisos II e IV do CPC, em face da ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo.

Votaram, além do relator, os Juízes MANOEL AURELIANO FERREIRA NETO (Presidente) e SONIA MARIA AMARAL FERNANDES RIBEIRO (Membro).

Sala das Sessões da Terceira Turma Recursal Cível e Criminal, em São Luís aos 10 dias de setembro de 2007.

MARCO ANTONIO NETTO TEIXEIRA

Juiz Relator, Respondendo

**TERCEIRA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL
SESSÃO DO DIA 08 DE OUTUBRO DE 2007**

RECURSO N.º 183/2007 - III

ORIGEM: 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO

RECORRENTE: CELLMIX COMUNICAÇÃO LTDA

ADVOGADO: RODRIGO DE SALES CABRAL BARRETO

RECORRIDO: IZABEL MARIA GOMES MARTINS DE MESQUITA

ADVOGADO: CARLOS EDUARDO RIBEIRO DE JESUS JARDIM

RELATOR: JUIZ MARCO ANTONIO NETTO TEIXEIRA (Respondendo)

ACÓRDÃO N. 19007/07

EMENTA: TERMO DE RECLAMAÇÃO. REPARAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. CELEBRAÇÃO DE ACORDO E POSTERIOR HOMOLOGAÇÃO PELO JUIZ. EXTINÇÃO DO PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, CONSOANTE O DISPOSTO NO ART. 269, III, CPC. 1 – Com efeito, a homologação do acordo realizado entre os pólos integrantes da relação processual põe fim ao litígio, em face da submissão do pedido inicial aos termos do firmado na conciliação. 2 – Consoante o parágrafo único do art. 22 da lei 9.099/95, “obtida a conciliação, esta será reduzida a escrito e homologada pelo juiz togado, mediante sentença com título executivo”. Assim, em não havendo a denúncia do acordo, extingue-se o processo com a resolução do mérito. 3 – A sentença contra integrante do pólo passivo que não acordou com a reclamante é nula, justamente em face da submissão de sua pretensão inicial. Ademais, a responsabilidade solidária existente entre as partes reclamadas autoriza o processamento do feito contra qualquer delas, ou de ambas, razão pela qual o acordo celebrado por uma delas não pode coexistir com a condenação da outra.

ACÓRDÃO

Vistos, discutidos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas. Decidem os Senhores Juízes da TERCEIRA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL, por quorum mínimo, em declarar ex officio a nulidade do decisor de fls. 60/61, determinando ainda a remessa dos presentes autos ao Juizado de Origem, em face da existência de sentença homologatória de acordo já transitada em julgado.

Votou, além do relator, o Juiz MANOEL AURELIANO FERREIRA NETO (Presidente).

Sala das Sessões da Terceira Turma Recursal Cível e Criminal, em São Luís aos 08 dias de outubro de 2007.

Juiz MARCO ANTONIO NETTO TEIXEIRA

Relator, Respondendo

**TERCEIRA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL
SESSÃO DO DIA 08 DE OUTUBRO DE 2007**

RECURSO N.º 203/2007-III

ORIGEM: 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO

RECORRENTE: EMPRESA AUTO VIAÇÃO PROGRESSO S/A

ADVOGADA: RENATA PESSOA DE ANDRADE QUEIROZ

RECORRIDO: DORIANE CORREA SANTOS

ADVOGADO: CARLOS C. ARAÚJO

RELATOR: JUIZ MARCO ANTONIO NETTO TEIXEIRA (Respondendo)

ACÓRDÃO N.º 19008/07

SÚMULA DO JULGAMENTO: AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS E MATERIAIS. I – Sentença de fls. 16/18 julgou pro-

cedente a ação para condenar a recorrente ao pagamento do valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) pelos danos materiais, e ainda a importância correspondente a 10 (dez) salários mínimos, a título de danos morais. II – Com efeito, a relação de consumo estabelecida entre o prestador do serviço de transporte rodoviário e o respectivo usuário do serviço – passageiro, é regulada por normas de observância obrigatória. Dentre elas, as mais importantes são destacadas as contidas no verso do bilhete de passagem, no qual são encontradas informações concernentes à troca, devolução, bagagem, horário, etc. No entanto, o cotidiano das plataformas rodoviárias nos revela que não raro ocorrem atrasos, sendo usual a tolerância de alguns minutos, sobretudo em face do bom sendo que norteia a dinâmica em torno das relações de consumo e prestação de serviços dessa natureza. III – No caso em apreço, salta aos olhos a ingerência da empresa de transporte, que arrogantemente alega a observância rigorosa do horário de partida indicado no bilhete trazido aos autos às fls. 13. O fato da passageira, ora recorrida, ter solicitado a compreensão do preposto em consentir sua ida ao banheiro, mas no entanto, o ônibus ter partido, mesmo à vista da passageira retardatária ainda na plataforma de embarque, revela postura arbitrária e descortês por parte da prestadora do serviço de transporte. Registre-se ainda que em vistas desse fato, a requerente sofreu os transtornos e humilhações narradas na exordial (e tudo facilmente evitável pela simples abertura da entrada do veículo), configurando assim a ocorrência de danos morais passíveis de reparação pecuniária, nos termos do CDC e do Código Civil. IV – Com efeito, o arbitramento dos danos morais deve ficar a critério do magistrado, cabendo a este sopesar os aspectos objetivos e subjetivos que envolvem a demanda, de modo que se traduza em montante que represente advertência ao ofensor, contudo não ensejando que o sofrimento se converta em móvel de captação de lucro. Neste sentido, a lide foi corretamente apreciada, com a apreciação dos fatos relevantes ao deslinde da questão, motivo pelo qual a sentença lançada não merece qualquer retoque. V – Recurso conhecido e improvido, mantendo-se a sentença monocrática em seu inteiro teor, por seus próprios e jurídicos fundamentos, ressalvando-se apenas que a condenação por danos morais deverá ser liquidada à importância de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), o correspondente a 10 (dez) salários mínimos vigentes à época da sentença. VI – Custas processuais como recolhidas e honorários advocatícios à base de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação. VII – Juros e correção monetária contabilizados na forma do Enunciado de n. 10, elaborado pelas TRCC's do Estado. VIII – Súmula de julgamento que serve de acórdão (inteligência do art. 46, segunda parte, da lei n.º 9.099/95).

ACÓRDÃO

Vistos, discutidos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas. DECIDEM os Senhores Juízes da TERCEIRA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL, por quorum mínimo, em conhecer do recurso e negar provimento, mantendo-se a sentença lançada em seu inteiro teor, por seus próprios e jurídicos fundamentos, ressalvando-se apenas que a indenização por danos morais deverá ser liquidada ao importe de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), o correspondente a 10 (dez) salários mínimos vigentes à época da sentença. Custas processuais como recolhidas e honorários advocatícios à base de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação. Juros e correção monetária contabilizados na forma do Enunciado de n. 10, elaborado pelas TRCC's do Estado.

Votou, além da relatora, o Juiz MANOEL AURELIANO FERREIRA NETO (Presidente).

Sala das Sessões da Terceira Turma Recursal Cível e Criminal, em São Luís aos 08 dias de outubro de 2007.

JUIZ MARCO ANTONIO NETTO TEIXEIRA

RELATOR, RESPONDENDO

**TERCEIRA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL
SESSÃO DO DIA 08 DE OUTUBRO DE 2007**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO N.º 1136/06-III

ORIGEM: COMARCA DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR

EMBARGANTE: MARIA NAFÍSIA SANTOS FERREIRA

ADVOGADO: DONALDSON DOS SANTOS CASTRO

EMBARGADO: MAYRE SANTOS DE MESQUITA

ADVOGADO: GLAUCIA CRISTINA DE PINHO ANDRADE
RELATOR: Juiz MARCO ANTONIO NETTO TEIXEIRA (Respondendo)

ACÓRDÃO N.º 19009/07

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. APELO DE INTEGRAÇÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. I – Os Embargos de Declaração são modalidade de apelo de integração e não de substituição, importando dizer que a concessão de efeito modificativo tem caráter excepcional, verificando-se tão-somente quando, suprida omissão ou contradição, houver a exigência de modificação das conclusões da decisão embargada. II – Tendo sido todos os pontos suscitados pelo recorrente examinados pela decisão embargada, não há que se falar em omissão pelo fato das conclusões alcançadas a partir do exame das provas colacionadas divergirem das pretensões articuladas no recurso. III – Embargos não conhecidos.

ACÓRDÃO

DECIDIRAM os Senhores Juizes da TERCEIRA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL, por quorum mínimo, em não conhecer dos embargos de declaração, ante a inexistência da omissão apontada.

Além do relator, votou o Juiz MANOEL AURELIANO FERREIRA NETO (Presidente).

Sala das Sessões da Terceira Turma Recursal Cível e Criminal, em São Luís aos 08 dias do mês de outubro de 2007.

Juiz MARCO ANTONIO NETTO TEIXEIRA
Relator, Respondendo

TERCEIRA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL
SESSÃO DO DIA 08 DE OUTUBRO DE 2007

RECURSO N.º 284/2007-III

ORIGEM: 6.º JUÍZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO

RECORRENTE: SEMP TOSHIBA S/A

ADVOGADA: ALYSSON MENDES COSTA

RECORRIDO: WAGNER SILVA SANTOS

ADVOGADO: MAGNO DE MORAES

RELATOR: JUIZ MARCO ANTONIO NETTO TEIXEIRA (Respondendo)

ACÓRDÃO N.º 19010/07

SÚMULA DO JULGAMENTO: TERMO DE RECLAMAÇÃO. DANOS MATERIAIS E MORAIS. I – Sentença de fls. 21 que condenou as requeridas, solidariamente, ao pagamento do valor de R\$ 1.750,00 (hum mil, setecentos e cinquenta reais) pelos danos morais noticiados, e ainda, a requerida SEMP TOSHIBA, à devolução do valor do aparelho defeituoso. II – Com efeito, a relação de consumo estabelecida entre o fabricante do produto e o adquirente, é regulada por normas de observância obrigatória. Dentre elas, destaca-se as relativas à garantia legal, que neste caso, confunde-se com a contratual. III – No caso em apreço, salta aos olhos a ingerência da empresa fabricante do produto, que juntamente à preposta credenciada, falharam na prestação do serviço, uma vez que o produto defeituoso deu entrada na assistência autorizada em 23/03/2006, e até a interposição do Termo de Reclamação que originou a presente lide – 27/07/2006, o aparelho ainda não havia sido consertado. IV – Nos termos do CDC, o fabricante, o produtor, o construtor, nacional ou estrangeiro, e o importador respondem, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados, aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto, construção, montagem, fórmulas, manipulação, apresentação ou acondicionamento de seus produtos, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos (art. 12, lei 8.078/90). Da mesma forma, o fornecedor do serviço responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos (art. 14 do mesmo Codex). V – No caso dos presentes autos, os demandados não lograram êxito em demonstrar fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do requerente, uma vez que o recorrido fez prova suficiente das alegações formuladas no Termo de Reclamação. VI – O Código de Defesa do Consumidor assegura ao adquirente, no caso do vício

não ser sanado em 30 (trinta) dias, a substituição do produto por outro da mesma espécie, a restituição da quantia paga ou o abatimento do preço. Restando configurado a não observância do referido prazo, bem como o disposto nos incisos I, II e III do §2º, art. 18 do CDC, os transtornos e aborrecimentos daí decorrentes serão passíveis de reparação de ordem pecuniária. VII – O arbitramento dos danos morais deve ficar a critério do magistrado, cabendo a este sopesar os aspectos objetivos e subjetivos que envolvem a demanda, de modo que se traduza em montante que represente advertência ao ofensor, contudo não ensejando que o sofrimento se converta em móvel de captação de lucro. Neste sentido, a lide foi corretamente apreciada, com a apreciação dos fatos relevantes ao deslinde da questão, motivo pelo qual a sentença lançada não merece qualquer retoque. VIII – Recurso conhecido e improvido, mantendo-se a sentença monocrática em seu inteiro teor, por seus próprios e jurídicos fundamentos. IX – Custas processuais como recolhidas, na forma da lei. Honorários advocatícios à base de 10 (dez) por cento sobre o valor da condenação. X – Juros e correção monetária contabilizados na forma do Enunciado de n. 10, elaborado pelas TRCC's do Estado. XI - Súmula de julgamento que serve de acórdão (inteligência do art. 46, segunda parte, da lei n.º 9.099/95).

ACÓRDÃO

Vistos, discutidos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas. DECIDEM os Senhores Juizes da TERCEIRA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL, por quorum mínimo, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, mantendo-se a sentença lançada em seu inteiro teor, por seus próprios e jurídicos fundamentos. Custas processuais como recolhidas e condenação em honorários advocatícios à base de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação. Juros e correção monetária contabilizados na forma do Enunciado de n. 10, elaborado pelas TRCC's do Estado.

Votou, além da relatora, o Juiz MANOEL AURELIANO FERREIRA NETO (Presidente).

Sala das Sessões da Terceira Turma Recursal Cível e Criminal, em São Luís aos 08 dias de outubro de 2007.

JUIZ MARCO ANTONIO NETTO TEIXEIRA
RELATOR, RESPONDENDO

TERCEIRA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL
SESSÃO DO DIA 08 DE OUTUBRO DE 2007

RECURSO N.º 188/2007 - III

ORIGEM: 1.º JUÍZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO

RECORRENTE: TNL PCS S/A - OI

ADVOGADO: CRISTIANO ALVES F. RIBEIRO

RECORRIDO: MARIA HELISONEIDE LOPES DE OLIVEIRA

ADVOGADO: RICARDO AUGUSTO FIGUEIREDO MOYSES

RELATOR: JUIZ MARCO ANTONIO NETTO TEIXEIRA (Respondendo)

ACÓRDÃO N.º 19011/07

SÚMULA DE JULGAMENTO: Termo de Reclamação. Obrigação de fazer c/c indenização por danos. Bloqueio do serviço. Fatura paga antes mesmo da data de vencimento. Dano moral passível de reparação pecuniária. I – Estando o usuário do serviço devidamente em dias com a Operadora de telefonia móvel, o bloqueio da linha para a realização de ligações constitui ilícito civil passível de reparação, devendo por isso o causador dos danos responder nos termos do CDC e do Código Civil. II – No caso em tela, salta aos olhos que a pretensão exposta no Termo de Reclamação de fls. 03 merece a total guarida da órgão jurisdicional, para o fim de resguardar seu direito a regular prestação do serviço contratado. III – Inobstante a assertiva de que não houve a negativação da requerente junto aos órgãos de proteção ao crédito, insta observar que tal fato não exime a empresa de telefonia em reparar os transtornos decorrentes do bloqueio do aparelho. Registre-se ainda que o fato da recorrida ter pago a fatura anterior em duplicidade não pode ser utilizado como justificativa para a falha na prestação do serviço, uma vez que é de responsabilidade da Operadora o controle do crédito decorrente, o qual deverá incidir sobre o consumo ulterior. IV – Bloqueio do aparelho que é fato incontroverso, sobretudo em face do teor das declarações contidas na ATA DE AUDIÊN-

CIA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO de fls. 13, na qual a recorrente, através de preposto, afirmou que “os telefones da autora foram bloqueados porque a reclamada não registrou o pagamento da fatura vencida em março”. V - Em tema de responsabilidade civil, os danos morais fica ao livre arbítrio do Juiz, sendo indispensável que o seu valor seja fixado de acordo com o porte econômico de quem vai suportar o pagamento, a repercussão interna e externa do dano, o nível do abalo sofrido pelo autor e sua condição social, evitando sobretudo o enriquecimento ilícito da parte. VI - Lide corretamente apreciada, com a consideração dos fatos relevantes ao deslinde a questão, razão pela qual o decisor vergastado não merece qualquer retoque. VII - Recurso conhecido e improvido, mantendo-se a sentença proferida em seu inteiro teor, por seus próprios e jurídicos fundamentos, ressalvando-se apenas que a condenação imposta deverá ser liquidada ao importe de R\$ 1.050,00 (hum mil e cinquenta reais), o correspondente a 03 vezes o salário mínimo vigente à época da sentença. VIII - Custas processuais como recolhidas e honorários advocatícios arbitrados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação. IX - Juros e correção monetária na forma estabelecida no Enunciado de n. 10 das TRCC's. X - Súmula de julgamento que serve de acórdão, nos termos do art. 46, parte final, da Lei n.º 9.099/95.

ACÓRDÃO

DECIDIRAM os Senhores Juizes da TERCEIRA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL, por quorum mínimo, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, mantendo-se a decisão lançada em seu inteiro teor, por seus próprios e jurídicos fundamentos, ressalvando-se apenas que a condenação imposta deverá ser liquidada ao importe de R\$ 1.050,00 (hum mil e cinquenta reais), o correspondente a 03 vezes o salário mínimo vigente à época da sentença. Custas processuais como recolhidas e honorários advocatícios arbitrados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação. Juros e correção monetária na forma estabelecida no Enunciado de n. 10 das TRCC's.

Votou, além do relator, o Juiz MANOEL AURELIANO FERREIRA NETO (Presidente).

Sala das Sessões da Terceira Turma Recursal Cível e Criminal, em São Luís aos 08 dias de outubro de 2007.

Juiz MARCO ANTONIO NETTO TEIXEIRA

Relator, Respondendo

TERCEIRA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL

SESSÃO DO DIA 08 DE OUTUBRO DE 2007

RECURSO N.º 136/2007-II

ORIGEM: COMARCA DE TIMON

RECORRENTE: PREVENIR PLANO DE SAÚDE LTDA

ADVOGADA: KÉRCIA KARENINA CAMARÇO BATISTA

RECORRIDA: ANTONIA SOUZA SILVA

ADVOGADO: JOSÉ CARLOS DE ALMEIDA PEREIRA

RELATOR: JUIZ MARCO ANTONIO NETTO TEIXEIRA (Respondendo)

ACÓRDÃO N.º 19012/07

SÚMULA DO JULGAMENTO: Ação de Indenização por Danos Morais c/c Obrigação de Fazer com Pedido de Antecipação de Liminar da Tutela Obrigacional. I - Sentença de fls. 34/37 que julgou procedente o pedido para confirmar a decisão que antecipou os efeitos da tutela pretendida, e ainda condenar a requerida ao pagamento da quantia de R\$ 1.790,00 (hum mil, setecentos e noventa reais), pelos danos morais noticiados. II - Preliminar suscitada que não deve prosperar, pois na condição de consumidora final da prestação dos serviços de saúde contratados, a requerente constitui parte legítima a figurar no pólo ativo da presente relação processual, a teor do disposto no art. 2º da Lei 8.078/90 - CDC. III - Consoante os elementos coligidos aos autos, restou demonstrado que à época da negativa da empresa em autorizar o procedimento de urgência requerido, o contrato firmado entre a operadora do plano de saúde e a Associação dos Policiais Militares de Timon - ASPOM (contrato objetivando a cobertura de custos com assistência médica/hospitalar aos militares e seus dependentes) - estava em pleno vigência, razão pela qual entendo descabida a não realização do procedimento médico solicitado. IV - Usuária do plano que sofreu profunda angústia em face do acometimento da doença, somada à

incerteza do atendimento médico, o qual apenas foi prestado devido intervenção judicial liminar. V - Negativa da operadora do plano de saúde que constituiu ilícito civil passível de reparação pecuniária, consoante o disposto no art. 186 do Código Civil. VI - Quantum indenizatório que se mostrou demasiadamente modesto em face dos transtornos narrados na peça vestibular, razão pela qual nada há para se modificar na sentença atacada. VII - Recurso conhecido e improvido. VIII - Custas como recolhidas e honorários à base de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação. IX - Juros e correção monetária contabilizados da forma como lançados. XI - Súmula de julgamento que serve de Acórdão (aplicação do art. 46, segunda parte, da lei n. 9.099/95).

ACÓRDÃO

Decidiram os Senhores Juizes da TERCEIRA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL, por quorum mínimo, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento para manter a decisão monocrática em seu inteiro teor, por seus próprios e jurídicos fundamentos. Custas como recolhidas e condenação em honorários à base de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação. Juros e correção monetária contabilizados da forma como lançados na decisão monocrática.

Votou, além do relator, o Juiz MANOEL AURELIANO FERREIRA NETO (Presidente).

Sala das Sessões da Terceira Turma Recursal Cível e Criminal, em São Luís aos 08 dias de outubro de 2007.

JUIZ MARCO ANTONIO NETTO TEIXEIRA

RELATOR (Respondendo)

TERCEIRA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL

SESSÃO DO DIA 08 DE OUTUBRO DE 2007

RECURSO N.º 451/2007 - III

ORIGEM: 6ª JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO

RECORRENTE: TELEMAR NORTE LESTE S/A

ADVOGADO: MARCOS LUÍS BRAID R. SIMÕES

RECORRIDA: JOSÉ DE RIBAMAR COSTA DIAS

ADVOGADO: LUÍS JOAQUIM BRAGA SOBRINHO

RELATOR: JUIZ MARCO ANTONIO NETTO TEIXEIRA (Respondendo)

ACÓRDÃO N.º 19013/07

SÚMULA DO JULGAMENTO: AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. MANUTENÇÃO INDEVIDA EM CADASTRO NEGATIVO. DANO QUE SE OPERA PELO SIMPLES FATO DA VIOLAÇÃO - DANUM IN RE IPSA. 1 - SENTENÇA MONOCRÁTICA QUE JULGOU PROCEDENTE O PEDIDO, CONDENANDO A REQUERIDA AO PAGAMENTO DO VALOR DE R\$ 3.500,00 (TRÊS MIL E QUINHENTOS REAIS), PARA FINS DE REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS. 2 - AB INITIO, INSTA SALIENTAR QUE A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA DETERMINADA QUANDO DA SENTENÇA É PLENAMENTE ADMISSÍVEL. A REGRA DE DISTRIBUIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA É REGRA DE JUÍZO E A OPORTUNIDADE DE SUA APLICAÇÃO É O MOMENTO DA SENTENÇA, APÓS O MAGISTRADO ANALISAR A QUALIDADE DA PROVA COLHIDA, DE MODO A PROMOVER A FACILITAÇÃO DA DEFESA DO DIREITO DO CONSUMIDOR. POR SER NORMA DE JULGAMENTO, QUALQUER CONCLUSÃO SOBRE O ÔNUS DA PROVA NÃO PODE SER EMITIDA ANTES DE ENCERRADA A FASE INSTRUTÓRIA, SOB O RISCO DE SER UM PREJULGAMENTO, PARCIAL E PREMATURO. DESSE MODO, A FIXAÇÃO DA SENTENÇA COMO MOMENTO PARA ANÁLISE DA PERTINÊNCIA DO EMPREGO DAS REGRAS DO ÔNUS DA PROVA NÃO CONDUZ A QUALQUER OFENSA DO PRINCÍPIO DA AMPLA DEFESA. 3 - RESTANDO DEVIDAMENTE COMPROVADO QUE O DEMANDANTE, ORA RECORRIDO, ADIMPLIU OS TERMOS DA FATURA TRAZIDA ÀS FLS. 08, A QUAL CONSUBSTANCIOU ACORDO NEGOCIANDO DESCONTO SOBRE SALDO DEVEDOR JUNTO À EMPRESA DE TELEFONIA RECORRENTE, OBSERVO QUE SUA MANUTENÇÃO EM CADASTRO NEGATIVO EM FACE DA REFERIDA FATURA CONSTITUI ILÍCITO PASSÍVEL DE REPARAÇÃO PECUNIÁRIA. 4 - NO CASO DOS PRESENTES AUTOS, O RECORRIDO PAGOU O

SALDO DEVEDOR COM O DESCONTO OFERTADO EM 13/11/2002, MAS NO ENTANTO, PROVOU QUE EM 10/11/2003 AINDA CONSTAVA REGISTRO EM RAZÃO DA MESMA DÍVIDA. 5 – CONSOANTE ENTENDIMENTO PACÍFICO, O CREDOR QUE SOLICITOU A INSCRIÇÃO DO REGISTRO É O RESPONSÁVEL PELA SUA BAIXA, SENDO PROVA SUFICIENTE PARA A COMPROVAÇÃO DO DANO MORAL A MANUTENÇÃO INDEVIDA NO CADASTRO. E MESMO QUE HOUVESSE FALHA NO PROCEDIMENTO ADOTADO PELO SERASA, O CREDOR COMUNICANTE É SOLIDARIAMENTE RESPONSÁVEL, HAJA VISTA AS PECULIARIDADES DA RELAÇÃO CONSUMEIRISTA ESTABELECIDAS. 6 - RESPONSABILIZAÇÃO DO AGENTE CAUSADOR DOS TRANSTORNOS NARRADOS QUE SE OPERA POR FORÇA DO SIMPLES FATO DA VIOLAÇÃO - DANUM IN RE IPSA, DE SORTE QUE VERIFICADO O EVENTO DANOSO, SURGE A NECESSIDADE DA REPARAÇÃO, NÃO HAVENDO QUE SE COGITAR DA PROVA DO PREJUÍZO, SE PRESENTES OS PRESSUPOSTOS LEGAIS DA RESPONSABILIDADE CIVIL - NEXO CAUSAL E CULPA. 7 – NO ENTANTO, OBSERVO QUE O QUANTUM INDENIZATÓRIO INICIALMENTE FIXADO MERECE REFORMA, TENDO EM VISTA A EXISTÊNCIA DE DIVERSOS OUTROS REGISTROS NO SERASA E CCE, O QUE DEMONSTRA QUE A CONDUTA DA RECORRENTE NÃO IMPLICOU NUM FATO ISOLADO, RAZÃO PELA QUAL O DANO ALCANÇA PROPORÇÃO REDUZIDA. 8 – RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO PARA O FIM EXCLUSIVO DE REDUZIR A CONDENAÇÃO POR DANOS AO IMPORTE CORRESPONDENTE A 02 (DOIS) SALÁRIOS MÍNIMOS VIGENTES À ÉPOCA DA PROLAÇÃO DA SENTENÇA A QUO, OS QUAIS LIQUIDADOS SOMAM O VALOR DE R\$ 700,00 (SETECENTOS REAIS). 9 – JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA DA FORMA COMO LANÇADOS. 10 – CUSTAS PROCESSUAIS NA FORMA DA LEI E SEM CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS. 11 - SÚMULA DO JULGAMENTO QUE SERVE DE ACÓRDÃO. INTELIGÊNCIA DO ART. 46, SEGUNDA PARTE, DA LEI 9.099/95.

ACÓRDÃO

Vistos, discutidos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, DECIDEM os Senhores Juizes da TERCEIRA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL, por quorum mínimo, em conhecer do recurso e dar-lhe parcial provimento, para o fim de reduzir a condenação inicialmente imposta ao valor de R\$ 700,00 (setecentos reais), em face das peculiaridades do caso concreto. Custas processuais na forma da lei e sem condenação em honorários. Juros e correção monetária da forma como lançados.

Votou, além do relator, os Juizes MANOEL AURELIANO FERREIRA NETO (Presidente).

Sala das Sessões da Terceira Turma Recursal Cível e Criminal, em São Luís aos 08 dias do mês de outubro de 2007.

JUIZ MARCO ANTONIO NETTO TEIXEIRA

Relator, Respondendo

**TERCEIRA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL
SESSÃO DO DIA 08 DE OUTUBRO DE 2007****RECURSO N° 980/2006 - III****ORIGEM: JUIZADO ESPECIAL DE TRÂNSITO****RECORRENTE: UNIBANCO AIG SEGUROS****ADVOGADO: LUÍS FERNANDO LOPES BULHÕES****RECORRIDO: JOSÉ LA MARTINE LINHARES RIBEIRO****ADVOGADA: ANDREA OLÍMPIA DE ALMEIDA FONSECA****RELATOR: JUIZ MARCO ANTONIO NETTO TEIXEIRA (Respondendo)****ACÓRDÃO N.° 19014/07**

EMENTA: SEGURO OBRIGATÓRIO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO NEXO DE CAUSALIDADE. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. 1 – Não havendo comprovação efetiva de que a alegada debilidade tenha decorrido de acidente automobilístico, é equivocada a decisão que acolhe pedido de pagamento do seguro obrigatório. 2 – No caso em apreço, os documentos que instruíram a inicial não guardam contemporaneidade com o evento narrado, posto que o evento narrado data de 1986, e o Boletim de Ocorrência Policial e o Laudo de Exame,

datam de 2005. 3 – Não existindo documento que demonstre suficientemente a ocorrência do acidente automobilístico, de modo a estabelecer o nexo de causalidade entre o evento e as lesões sofridas, não há como reconhecer o direito ao recebimento do seguro. 4 – Demais questões suscitadas no Recurso restaram prejudicadas em face do reconhecimento da inexistência de nexo de causalidade. 5 - Recurso conhecido e provido para declarar improcedente a ação.

ACÓRDÃO

Vistos, discutidos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas. Decidem os Senhores Juizes da TERCEIRA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL, por quorum mínimo, em conhecer do recurso e dar-lhe provimento, para reformar a sentença monocrática, declarando, em consequência, a improcedência da ação, ante a ausência de comprovação do nexo de causalidade entre as lesões apontadas e a ocorrência do suposto acidente automobilístico.

Votou, além do relator, o Juiz MANOEL AURELIANO FERREIRA NETO (Presidente).

Sala das Sessões da Terceira Turma Recursal Cível e Criminal, em São Luís aos 08 dias de outubro de 2007.

JUIZ MARCO ANTONIO NETTO TEIXEIRA

Relator, Respondendo

**TERCEIRA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL
SESSÃO DO DIA 08 DE OUTUBRO DE 2007****RECURSO N.° 986/2006 - III****ORIGEM: JUIZADO ESPECIAL DE TRÂNSITO****RECORRENTE: UNIBANCO AIG SEGUROS S/A****ADVOGADO: LUIS FERNANDO LOPES BULHÕES****RECORRIDA: ELIZABETH GOMES DA SILVA****ADVOGADO: THIAGO MILHOMEM BANDEIRA DE MELO****RELATOR: JUIZ MARCO ANTONIO NETTO TEIXEIRA (Respondendo)****ACÓRDÃO N.° 19015/07**

EMENTA: INVALIDEZ PERMANENTE. NÃO CONFIGURAÇÃO. 1- A indenização do seguro DPVAT prevista na alínea "b" do art. 3º da Lei 6.194/74 só será devida quando restar inequivocamente comprovada a invalidez permanente do segurado, por meio de exame médico consistente. 2 - O laudo do Instituto médico Legal que acusa, de forma lacônica, deformidade permanente, sem especificar o grau da incapacitação da vítima, não é suficiente para fins de comprovação dos requisitos necessários a garantir o recebimento integral do Seguro DPVAT. 3 – Recurso conhecido e provido para reformar o decism.

ACÓRDÃO

Vistos, discutidos e relatados estes autos, em que são partes as acima nominadas. Decidem os Senhores Juizes da TERCEIRA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL, por quorum mínimo, em conhecer do recurso, e dar-lhe provimento, para reformar a sentença hostilizada. Custas processuais, nos termos da lei. Sem honorários advocatícios.

Votou, além do relator, o Juiz MANOEL AURELIANO FERREIRA NETO (Presidente).

Sala das Sessões da Terceira Turma Recursal Cível e Criminal, em São Luís aos 08 dias de outubro de 2007.

JUIZ MARCO ANTONIO NETTO TEIXEIRA

Relator, Respondendo

**TERCEIRA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL
SESSÃO DO DIA 08 DE OUTUBRO DE 2007****RECURSO N.° 115/2007 - III****ORIGEM: COMARCA DE PAÇO DO LUMIAR****RECORRENTE: VIVO S.A****ADVOGADA: CLARISSA BRITO VAL****RECORRIDO: SANTANA CASTRO SANTANA DANTAS****ADVOGADO: GENTIL COSTA****RELATOR: JUIZ MARCO ANTONIO NETTO TEIXEIRA (Respondendo)****ACÓRDÃO N.° 19016/07****SÚMULA DO JULGAMENTO: AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS.**

INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE RESTRIÇÃO CREDITÍCIA. DANO MORAL PASSÍVEL DE REPARAÇÃO PECUNIÁRIA. I - A INCLUSÃO INDEVIDA DA USUÁRIA DE SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL SEM JUSTA CAUSA CONSTITUI ILÍCITO CIVIL ENSEJADOR DE DANO MORAL PASSÍVEL DE REPARAÇÃO PECUNIÁRIA, DEVENDO POR ISSO RESPONDER NOS TERMOS DO CDC E DO CÓDIGO CIVIL. II - EM TEMA DE RESPONSABILIDADE CIVIL, OS DANOS MORAIS FICA AO PRUDENTE ARBITRÍO DO JUIZ, SENDO INDISPENSÁVEL QUE O SEU VALOR SEJA FIXADO DE ACORDO COM O PORTE ECONÔMICO DE QUEM VAI SUPORTAR O PAGAMENTO, A REPERCUSSÃO INTERNA E EXTERNA DO DANO, O NÍVEL DO ABALO SOFRIDO PELO AUTOR E SUA CONDIÇÃO SOCIAL, EVITANDO SOBRETUDO O ENRIQUECIMENTO ILÍCITO DA PARTE. III - NO CASO EM APREÇO, A PRETENSÃO AUTURAL FOI CONFIRMADA PELA PRÓPRIA EMPRESA DE TELEFONIA, ORA RECORRENTE, A QUAL ADMITIU EM AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO A OCORRÊNCIA DE ERRO DE FATO, "HAJA VISTA QUE A EMPRESA DE COBRANÇA EQUIVOCADAMENTE REINCLUIU O NOME DA AUTORA NO SPC, APÓS A QUITAÇÃO DO DÉBITO". IV - QUANTUM INDENIZATÓRIO QUE SE MOSTROU ADEQUADO DIANTE DAS PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO, HAJA VISTA QUE A DESCLASSIFICAÇÃO GERADA POR RESTRIÇÕES EM ÓRGÃO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO IMPOSSIBILITOU A REQUERENTE DE PARTICIPAR DE PROGRAMA DESTINADO A AQUISIÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL. V - LIDE CORRETAMENTE APRECIADA, COM A CONSIDERAÇÃO DOS FATOS RELEVANTES AO DESLINDE DA CAUSA, RAZÃO PELA QUAL O DECISUM LANÇADO NÃO MERECE QUALQUER RETOQUE. VI - RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. VII - JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA CONTABILIZADOS DA DATA DA SENTENÇA, CONFORME O ENUNCIADO DE N.10 ELABORADO PELAS TRCC'S DO ESTADO. VIII - CUSTAS JUDICIAIS NA FORMA DA LEI E HONORÁRIOS À BASE DE 20% (VINTE POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. IX - SÚMULA DO JULGAMENTO QUE SERVE DE ACÓRDÃO. INTELIGÊNCIA DO ART. 46, SEGUNDA PARTE, DA LEI 9.099/95.

ACÓRDÃO

Decidiram os Senhores Juizes da TERCEIRA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL, por quorum mínimo, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, mantendo-se a sentença monocrática em seu inteiro teor. Juros e correção monetária contabilizados da data da sentença. Custas na forma da lei e honorários advocatícios à base de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação.

Além do relator, votou o Juiz MANOEL AURELIANO FERREIRA NETO (Presidente).

Sala das Sessões da Terceira Turma Recursal Cível e Criminal, em São Luís aos 08 dias de outubro de 2007.

JUIZ MARCO ANTONIO NETTO TEIXEIRA
RELATOR (Respondendo)

TERCEIRA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL SESSÃO DO DIA 08 DE OUTUBRO DE 2007

RECURSO Nº 415/07 – III

ORIGEM: COMARCA DE ITAPECURU MIRIM

RECORRENTE: TELEMAR NORTE LESTE S/A

ADVOGADO: CRISTIANO ALVES F. RIBEIRO

RECORRIDA: JAINNY MAIARA FREITAS FERREIRA

ADVOGADO: NEMÉSIO RIBEIRO GÓIS JUNIOR

RELATOR: JUIZ MARCO ANTONIO NETTO TEIXEIRA (Respondendo)

ACÓRDÃO Nº 19017/07

SÚMULA DO JULGAMENTO: AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS C/C PEDIDO LIMINAR. COBRANÇAS REFERENTES À UTILIZAÇÃO DE ACESSOS TELEFÔNICOS NÃO SOLICITADOS. NEGATIVAÇÃO INDEVIDA JUNTO À CADASTRO RESTRITIVO DE CRÉDITO. CONFIGURAÇÃO DE DANOS DE ORDEM MORAL, PASSÍVEIS DE REPARAÇÃO PECUNIÁRIA. 1 –

SENTENÇA MONOCRÁTICA QUE JULGOU PROCEDENTE O PEDIDO, CONDENANDO A REQUERIDA AO PAGAMENTO DO VALOR DE R\$ 3.700,00 (TRÊS MIL E SETECENTOS REAIS), PELOS DANOS MORAIS NOTICIADOS NA EXORDIAL, EXCLUINDO AINDA OS DÉBITOS CONSUBSTANCIADOS ÀS FLS. 11/14 DOS PRESENTES AUTOS. 2 – INOBTANTE A ALEGAÇÃO DA RECORRENTE DE QUE A INSTALAÇÃO DO ACESSO TELEFÔNICO OCORREU A PEDIDO DA RECORRIDA, NÃO FOI COLACIONADO AOS AUTOS NENHUMA PROVA QUE CORROBORASSE NESSE SENTIDO, TRAZENDO A COMPROVAÇÃO DE QUE HOUVE SOLICITAÇÃO PESSOAL OU VIA PROCURADOR DO TERMINAL 3463-1549, NO ENDEREÇO INDICADO. 3 – A DISPENSA DE DOCUMENTAÇÃO FORMAL HÁBIL A COMPROVAR O ESTABELECIMENTO DE VÍNCULO CONTRATUAL, SOB ARGUMENTAÇÃO DO OFERECIMENTO DE “MAIOR COMODIDADE” COM A DISPONIBILIDADE DE OPERAÇÕES POR TELEFONE, OU AINDA, DE QUE O PLANO DE METAS TRAÇADOS PELO GOVERNO FEDERAL IMPÕE DEMANDA PASSÍVEL DE NÃO SER ATENDIDA, CRIA O ÔNUS PARA A EMPRESA TELEFÔNICA DE COMPROVAR A SOLICITAÇÃO DA INSTALAÇÃO, CABENDO AINDA O DEVER DE PROVIDENCIAR AS CAUTELAS NECESSÁRIAS PARA QUE TERCEIRO NÃO VENHA A SOLICITAR INSTALAÇÃO DE LINHA COM A DOCUMENTAÇÃO DE OUTREM. 4 – EM VERDADE, PELA PRÓPRIA DINÂMICA DA NATUREZA DA RELAÇÃO PROCESSUAL ESTABELECIDADA, HÁ A NECESSIDADE DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROBATÓRIO, NÃO SÓ PELA HIPOSSUFICIÊNCIA DA PARTE AUTORA, MAS SOBRETUDO PELA IMPOSSIBILIDADE DELA PROVAR QUE NÃO REQUEREU A LINHA (PROVA NEGATIVA), DEVENDO ASSIM A EMPRESA DE TELEFONIA FAZER PROVA DA SOLICITAÇÃO DO SERVIÇO. 5 – NEGATIVAÇÃO JUNTO AOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO QUE EFETIVAMENTE CARACTERIZA OFENSA DE ORDEM MORAL, PASSÍVEL DE REPARAÇÃO PECUNIÁRIA NA MEDIDA EM QUE DEMONSTRADOS OS PREJUÍZOS SOFRIDOS E O RESPECTIVO NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE O COMPORTAMENTO DO AGENTE E O DANO SUPORTADO, DE MODO QUE A CONDENAÇÃO NÃO IMPORTE EM ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA, RESGUARDADO O SEU CARÁTER PEDAGÓGICO. 6 – NESTE SENTIDO, ENTENDO QUE A LIDE FORA CORRETAMENTE APRECIADA, COM A CONSIDERAÇÃO DOS FATOS RELEVANTES AO DESLINDE DA CAUSA, RAZÃO PELA QUAL O DECISUM LANÇADO NÃO MERECE QUALQUER RETOQUE. 7 - RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 8 – CUSTAS COMO RECOLHIDAS E CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS À BASE DE 20% (VINTE POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. 9 – JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA CONTABILIZADOS DA FORMA COMO LANÇADOS. 10 – SÚMULA DO JULGAMENTO QUE SERVE DE ACÓRDÃO. INTELIGÊNCIA DO ART. 46, SEGUNDA PARTE, DA LEI 9.099/95.

ACÓRDÃO

Vistos, discutidos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, DECIDEM os Senhores Juizes da TERCEIRA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL, por quorum mínimo, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, mantendo-se a decisão monocrática em seu inteiro teor, por seus próprios e jurídicos fundamentos. Custas como recolhidas e condenação em honorários à base de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação. Juros e correção monetária contabilizados da forma como lançados.

Votou, além do relator, o Juiz MANOEL AURELIANO FERREIRA NETO (Presidente).

Sala das Sessões da Terceira Turma Recursal Cível e Criminal, em São Luís aos 08 dias de outubro de 2007.

JUIZ MARCO ANTONIO NETTO TEIXEIRA
Relator, Respondendo

SEGUNDA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL SESSÃO DO DIA 02 DE OUTUBRO DE 2007

RECURSO Nº 474/2007-2

ORIGEM: COMARCA DE SÃO JOÃO BATISTA

RECORRENTE: BRADESCO SEGUROS S/A

ADVOGADO: Dr. RHELMSON ATHAYDE ROCHA

RECORRIDO: GREGÓRIO ABREU COELHO**ADVOGADO: Dr. JOSÉ RIBAMAR SANTOS****RELATORA: JUÍZA LUCIMARY CAMPOS SANTOS****ACÓRDÃO N.º 18977/07**

SÚMULA DE JULGAMENTO: AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT, POR MORTE EM ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. 1. – Comprovação do fato morte – Certidão de Óbito e registro de sua ocorrência no órgão policial competente é o bastante para advir o interesse de agir da parte beneficiária. 2. – A prescrição do inciso IX do § 3º do art. 206 do Código Civil de 2002 não se aplica ao seguro DPVAT, por este não ser de responsabilidade civil obrigatória, estando subordinado ao prazo prescricional do art. 205 do mesmo diploma legal. (Enunciado 13 das TRCC's, aprovado no dia 16 de março de 2007). 3. – A impugnação da validade probatória da documentação reunida pelo autor deve ser instruída com outros documentos ou testemunhas que a infirmem, eis que é da recorrente o ônus de provar os fatos extintivos do direito do autor (art. 333, inc. II, do CPC). 4. – Qualquer seguradora participante do consórcio responde pelo pagamento da indenização, por haver solidariedade entre elas, estando ou não o veículo identificado e coberto. 5. – “A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres (DPVAT), não é motivo para recusa do pagamento da indenização”.- Súmula nº 257 do STJ. 6. – As Leis nºs 6.025/75 e 6.423/77 não prevêm a ilegalidade na fixação do valor indenizatório decorrente de seguro obrigatório em salários mínimos, na forma do art. 3º da Lei nº 6.194/74. 7. – Afronta o princípio da hierarquia das normas a Resolução da SUSEP que fixa valor inferior a 40 (quarenta) salários mínimos para o pagamento do seguro. 8. – Recurso de caráter protelatório - Embora seja um direito que lhe assiste, o Recorrente insiste em recorrer deste tipo de causa que já tem entendimento sumulado. 9. – Recurso conhecido e improvido. 10. – Sentença monocrática confirmada por seus próprios fundamentos jurídicos, fixando o valor indenizatório em 20 (vinte) salários mínimos, o que converto à base do salário mínimo da época da prolação da sentença, ou seja, R\$ 7.600,00 (sete mil e seiscentos reais). 11. - Juros legais de 1% (um por cento) ao mês, contados a partir da citação e correção monetária a partir do ajuizamento do pedido. 12. – Custas processuais como recolhidas. Honorários advocatícios arbitrados em 20% (vinte por cento) do valor da condenação. 13. – Súmula de julgamento que serve de acórdão por inteligência do art. 46, segunda parte, da Lei nº 9.099/95.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima citadas. Decidem os Senhores Juizes da SEGUNDA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL, por unanimidade, em conhecer do Recurso, e no mérito negar-lhe provimento, mantendo a sentença monocrática em seus próprios fundamentos jurídicos, condenando a recorrente a pagar 20 (vinte) salários mínimos, o que converto à base do salário mínimo da época da prolação da sentença, ou seja, R\$ 7.600,00 (sete mil e seiscentos reais), a título de indenização do seguro obrigatório DPVAT. Juros legais de 1% (um por cento) ao mês contados a partir da citação e correção monetária contada a partir do ajuizamento do pedido. Custas processuais como recolhidas. Honorários advocatícios em 20% (vinte por cento) sobre o valor total de condenação.

Votaram, além da relatora, os juizes SAMUEL BATISTA DE SOUZA (presidente) e CÍCERO DIAS DE SOUSA FILHO (membro).

Sala das Sessões da Segunda Turma Recursal Cível e Criminal, em São Luís, aos 09 de outubro de 2007.

Juíza LUCIMARY CAMPOS SANTOS

Relatora

SEGUNDA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL**SESSÃO DO DIA 09 DE OUTUBRO DE 2007****RECURSO N.º 473/2007-2****ORIGEM: COMARCA DE PEDREIRAS****RECORRENTE: E. F. FACUNDE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS (ELETROMAIS)****ADVOGADO: Dr. JOSÉ RIBAMAR RAMOS REIS****RECORRIDA: HILDETE MARIA FERREIRA****ADVOGADO: Dr. CLAUDECY NUNES SILVA****RELATORA: JUÍZA LUCIMARY CAMPOS SANTOS****ACÓRDÃO N.º 18978/07**

SÚMULA DO JULGAMENTO. 1 - Ação de restituição. 2 - Consórcio atípico. 3 - Desistência ou exclusão do consorciado. 4 - Devida a devolução imediata das parcelas pagas corrigidas monetariamente. 5 - Retenção da taxa de administração. I. Caracterizada a existência de espécie atípica de consórcio, deve receber o mesmo tratamento dispensado à cobrança de restituição de valores pagos por consorciado desistente. II. O consorciado desistente tem o direito à devolução imediata dos valores que pagou à administradora de consórcio, acrescidos de juros legais e correção monetária, não podendo prevalecer as regras impostas em contrato de adesão, ante o formalismo contratual do pacta sunt servanda. III. Entendimento contrário caracterizaria ônus excessivo, porquanto existiria uma desenfreada desvantagem entre o consorciado/desistente ou afastado e a administradora, bem como dissonância com o art. 51, inciso IV, § 1º, inciso II e art. 53, § 2º todos do CDC, agredindo os princípios da equidade e justiça que devem nortear a aplicação da Lei de proteção ao consumidor e o processo regido pela Lei nº 9.099/95. IV. Das parcelas a serem restituídas, deve ser deduzida a taxa de administração, não sendo possível o desconto da cláusula penal, uma vez que a mesma é abusiva, devendo ser afastada pela intervenção do judiciário. V. Recurso recebido e improvido. VI. Sentença monocrática (fls. 26/28) confirmada por seus próprios fundamentos jurídicos, condenando a recorrente ao pagamento da quantia atualizável de R\$ 352,00 (trezentos e cinquenta e dois reais), acrescida de juros de 1% (um por cento) ao mês, a contar da citação, e correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, da qual será abatido o percentual de 10% (dez por cento), referente à taxa de administração, de acordo com o caput do art. 42, do Decreto nº 70.951/72. VII. Mantida a multa em caso de descumprimento da decisão, com base no art. 475-J, do CPC. VIII. Condenação da empresa recorrente nas custas do processo, como recolhidas. IX. Honorários advocatícios fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação. X. Súmula do julgamento que serve de acórdão. XI. Inteligência do art. 46, segunda parte, da Lei nº 9.099/95.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes os acima indicados, acordam os senhores juizes integrantes da SEGUNDA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL DO MARANHÃO, por unanimidade, em conhecer do recurso, porém, negar-lhe provimento para manter a sentença monocrática, confirmada pelos seus próprios fundamentos jurídicos, condenando a Recorrente ao pagamento da quantia atualizável de R\$ 352,00 (trezentos e cinquenta e dois reais), acrescida de juros de 1% (um por cento) ao mês, a contar da citação, e correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, da qual será abatido o percentual de 10% (dez por cento), referente à taxa de administração, de acordo com o caput do art. 42, do Decreto nº 70.951/72. Mantida a multa em caso de descumprimento da decisão, com base no art. 475-J, do CPC. Condenação da empresa recorrente nas custas do processo, como recolhidas. Honorários advocatícios fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação.

Votaram, além da relatora, os juizes SAMUEL BATISTA DE SOUZA (presidente) e CÍCERO DIAS DE SOUSA FILHO (membro).

Sala das sessões da Segunda Turma Recursal Cível e Criminal do Maranhão, São Luís/MA, em 09 de outubro de 2007.

Juíza LUCIMARY CAMPOS SANTOS

Relatora

SEGUNDA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL**SESSÃO DO DIA 09 DE OUTUBRO DE 2007****RECURSO N.º 375/2007-2****ORIGEM: 3º JUÍZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO****RECORRENTE: BARTOLOMEU SANTOS DINIZ****ADVOGADO: DR. MARCELO EMÍLIO CÂMARA GOUVEIA****RECORRIDO: EMPRESA DE TRANSPORTE ROMA LTDA****ADVOGADA: DRA. MARIA DE FÁTIMA GONZALEZ LEITE****RELATORA: JUÍZA LUCIMARY CAMPOS SANTOS**

**ACÓRDÃO N° 18979/07**

SÚMULA DO JULGAMENTO: 1. Recurso inominado. 2. Ação de obrigação de fazer c/c indenização por danos morais. 3. Recorrente que alega que a empresa recorrida alterou a rota do ônibus que fazia linha para o bairro em que reside, causando diversos transtornos para si e para toda a comunidade. 4. Sentença monocrática que julgou o processo extinto sem resolução do mérito, acatando o argumento da empresa recorrida de que a mesma é parte ilegítima para figurar no pólo passivo da demanda. 5. Conforme a cláusula 19ª do contrato particular de constituição do consórcio Rio Anil, compete ao Conselho de Administração decidir acerca de todas as questões atinentes à operação das linhas de transporte coletivo integrantes do Consórcio, que excedam da competência da presidência e da gerência, a qual, por sua vez, está incumbida da programação dos serviços a serem prestados pelas empresas consorciadas e suas alterações, especialmente com relação a itinerários das linhas e suas alterações (cláusula 24ª, alínea "a", item I). 6. Portanto, sendo a empresa recorrida integrante de consórcio, é este, e não aquela, parte legítima para figurar no pólo passivo da demanda, estando caracterizada a ilegitimidade passiva da empresa recorrente, razão pela qual deve o processo ser extinto sem resolução do mérito, de acordo com o art. 267, inciso VI, do Código de Processo Civil. 7. Recurso conhecido e improvido. 8. Sentença monocrática (fl. 23) mantida por seus próprios fundamentos, extinguindo o processo sem resolução do mérito. 9. Sem condenação no pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, face à concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita. 10. Súmula do julgamento que serve de acórdão. 11. Inteligência do art. 46, segunda parte, da Lei nº 9.099/95.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as pessoas acima nominadas. DECIDEM os Senhores Juízes da SEGUNDA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL, por quorum mínimo, face ao impedimento do MM. Juiz CÍCERO DIAS DE SOUSA FILHO, em conhecer do Recurso Inominado e negar-lhe provimento, para manter a sentença monocrática atacada em seu inteiro teor, extinguindo o processo sem resolução do mérito. Sem condenação no pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, face à concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita.

Votou, além da Relatora, o juiz SAMUEL BATISTA DE SOUZA (presidente).

Sala das Sessões da Segunda Turma Recursal Cível e Criminal, em São Luís, aos 09 de outubro de 2007.

Juíza LUCIMARY CAMPOS SANTOS
Relatora

**SEGUNDA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL
SESSÃO DO DIA 09 DE OUTUBRO DE 2007****RECURSO N.º467/2007-2****ORIGEM: 7ª JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO****RECORRENTE: IMIFARMA – PRODUTOS FARMACÊUTICOS****ADVOGADO: DR. CRISTIANO ALVES F. RIBEIRO****RECORRIDA: ELIANA MARIA NASCIMENTO CARNEIRO****ADVOGADO: DR. EMANOEL VIANA****RELATORA: JUÍZA LUCIMARY CAMPOS SANTOS****ACÓRDÃO N.º18980/07**

SÚMULA DO JULGAMENTO: 1 - Ação de indenização por danos c/c repetição de indébito. 2 - Recorrida que efetuou compra de medicamentos com entrega em domicílio, fornecendo o número de cartão de crédito, no que lhe foi informado que o sistema estava fora do ar. Na necessidade de efetuar a compra dos remédios, informou o número de outro cartão de crédito, recebendo os medicamentos em sua residência e só assinando a autorização de pagamento do último cartão. Ocorre que, dia depois, recebeu as duas cobranças nos dois cartões de crédito. 3 - Recorrida que procurou a recorrente para solucionar o problema amigavelmente, sem obter êxito. 4 - Afastada a preliminar de ilegitimidade passiva da recorrente, tendo a mesma dado causa ao fato, pois caso tivesse estornado, junto à administradora de cartão, os valores indevidamente cobrados, a cobrança não teria sido lançada na fatura. 5 - A recorrente

alega que procedeu ao cancelamento do pagamento, mas não trouxe aos autos nenhum documento que comprovasse o alegado. 6 - Recorrente que não se desincumbiu do ônus que era seu, de demonstrar que, com relação à recorrida, agiu de forma correta. 7 - Caracterizada a falha na prestação de serviços, tendo em vista que, no desempenho de sua atividade, a recorrente não deu à recorrida a segurança e a presteza esperadas, providenciando para que a mesma não fosse cobrada indevidamente, devendo ser a recorrente responsabilizada, independente de culpa, nos termos previstos no artigo 14, do Código de Defesa do Consumidor, fazendo jus a recorrida à devida reparação, consoante prevê o inciso VI, do mencionado código, c/c artigo 186, do Código Civil. 8 - Danos morais configurados, uma vez que a falha do serviço prestado pela recorrente causou constrangimento, angústia, transtorno e perturbação à recorrida, que foi obrigada a pagar duas vezes pela mesma compra. 9 - Recurso conhecido e improvido. 10 - Sentença monocrática (fl. 21) confirmada pelos seus próprios fundamentos, condenando a empresa recorrente a pagar 10 (dez) salários mínimos à recorrida, o que corresponde a R\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais), a título de indenização por danos morais, e, ainda, R\$ 123,16 (cento e vinte e três reais), a título de repetição de indébito. 11 - Juros legais e correção monetária como dispostos na sentença. 12 - Custas do processo, como recolhidas. 13 - Honorários advocatícios fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação. 14 - Súmula do julgamento que serve de acórdão. 15 - Inteligência do art. 46, segunda parte, da Lei nº 9.099/95.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados discutidos e estes autos, em que são partes as pessoas acima nominadas. DECIDEM os Senhores Juízes da SEGUNDA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, mantendo a sentença monocrática por seus próprios fundamentos, para condenar a empresa recorrente a pagar 10 (dez) salários mínimos à recorrida, o que corresponde a R\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais), a título de indenização por danos morais, e, ainda, R\$ 123,16 (cento e vinte e três reais), a título de repetição de indébito. Juros legais e correção monetária como dispostos na sentença. Custas do processo, como recolhidas. Honorários advocatícios fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação.

Votaram, além da Relatora, os juízes SAMUEL BATISTA DE SOUZA (presidente) e CÍCERO DIAS DE SOUSA FILHO (membro).

Sala das sessões da Segunda Turma Recursal Cível e Criminal, em São Luís aos 09 de outubro de 2007.

Juíza LUCIMARY CAMPOS SANTOS
Relatora

**SEGUNDA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL
SESSÃO DO DIA 09 DE OUTUBRO DE 2007****RECURSO N.º454/2007-2****ORIGEM: COMARCA DE BREJO****RECORRENTE: BANCO BMG S/A****ADVOGADA: Dra. ODIMAR AZENETE MATTEUCCI CAMPELO****RECORRIDA: VICENTINA LEÃO LIMA****ADVOGADO: NÃO CONSTA NOS AUTOS****RELATORA: JUÍZA LUCIMARY CAMPOS SANTOS****ACÓRDÃO N.º18981/07**

SÚMULA DO JULGAMENTO: 1 - Ação de ressarcimento c/c indenização por danos morais. 2 - Recorrida a qual realizou contrato de empréstimo com o banco recorrente, quitando antecipadamente seu débito, sem que a instituição desse baixa no pagamento, o que lhe impediu de obter novo empréstimo junto a outra financeira. Ademais, o recorrente descontou, equivocadamente 2 (duas) parcelas nos vencimentos da recorrida. 3 - A recorrente alega que não procedeu à baixa no pagamento efetuado porque não houve o repasse em tempo hábil pelo órgão arrecador. 4 - Recorrente que, inclusive, ressarciu a recorrida pelas prestações indevidamente descontadas. 5 - Recorrente que não se desincumbiu do ônus que era seu, de demonstrar que, com relação à recorrida, agiu de forma correta. 6 - Caracterizada a falha na prestação de serviços, tendo em vista que, no desempenho de sua atividade, a recorrente não deu à recorrida a segurança e a presteza esperadas, devendo ser a recorrente responsabilizada, independente de culpa, nos termos previstos no artigo

14, do Código de Defesa do Consumidor, fazendo jus a Recorrida à devida reparação, consoante prevê o inciso VI, do mencionado código, c/c artigo 186, do Código Civil. 7 - Danos morais configurados, uma vez que a falha do serviço prestado pela recorrente causou constrangimento, angústia, transtorno e perturbação à recorrida. 8 - Recurso conhecido e parcialmente provido. 9 - Sentença monocrática (fls. 53/56) confirmada pelos seus próprios fundamentos, reduzindo-se, entretanto, o valor da condenação a título de danos morais para R\$ 3.000,00 (três mil reais), atendendo aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. 10 - Custas processuais, como recolhidas. Sem condenação em honorários advocatícios. 11 - Súmula do julgamento que serve de acórdão. 12 - Inteligência do art. 46, segunda parte, da Lei nº 9.099/95.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as pessoas acima nominadas. DECIDEM os Senhores Juízes da SEGUNDA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL, por unanimidade, em conhecer do recurso e dar-lhe parcial provimento, mantendo-se a sentença monocrática por seus próprios fundamentos, apenas reduzindo o valor da condenação a título de danos morais para R\$ 3.000,00 (três mil reais), atendendo aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Custas processuais, como recolhidas. Sem condenação em honorários advocatícios.

Votaram, além da Relatora, os Juízes SAMUEL BATISTA DE SOUZA (presidente) e CÍCERO DIAS DE SOUSA FILHO (membro).

Sala das sessões da Segunda Turma Recursal Cível e Criminal, em São Luís, aos 09 de outubro de 2007.

JUÍZA LUCIMARY CAMPOS SANTOS

Relatora

SEGUNDA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL SESSÃO DO DIA 09 DE OUTUBRO DE 2007

RECURSO N.º 496/2007-2

ORIGEM: COMARCA DE IGARAPÉ GRANDE

RECORRENTE: JEAN A. BRAGA ME (ELETROBENS)

ADVOGADO: Dr. STÊNIO BARROS SILVA

RECORRIDO: ANTÔNIO CARNEIRO DA SILVA

ADVOGADO: Dr. LAUAND SAMPAIO RODRIGUES

RELATORA: JUÍZA LUCIMARY CAMPOS SANTOS

ACÓRDÃO N.º 18982/07

SÚMULA DO JULGAMENTO. 1 - Ação de restituição. 2 - Consórcio atípico. 3 - Desistência ou exclusão do consorciado. 4 - Devida a devolução imediata das parcelas pagas corrigidas monetariamente. 5 - Retenção da taxa de administração. I. Caracterizada a existência de espécie atípica de consórcio, deve receber o mesmo tratamento dispensado à cobrança de restituição de valores pagos por consorciado desistente. II. O consorciado desistente tem o direito à devolução imediata dos valores que pagou à administradora de consórcio (1ª parte do Enunciado 109, FONAJE), acrescidos de juros legais e correção monetária, não podendo prevalecer as regras impostas em contrato de adesão, ante o formalismo contratual do pacta sunt servanda. III. Entendimento contrário caracterizaria ônus excessivo, porquanto existiria uma desenfreada desvantagem entre o consorciado/desistente ou afastado e a administradora, bem como dissonância com o art. 51, inciso IV, § 1º, inciso II e art. 53, § 2º todos do CDC, agredindo os princípios da equidade e justiça que devem nortear a aplicação da Lei de proteção ao consumidor e o processo regido pela Lei nº 9.099/95. IV. Das parcelas a serem restituídas, deve ser deduzida apenas a taxa de administração no valor de 10% (dez por cento) do valor do bem, de acordo com o Decreto nº 70.951/72. V. Recurso recebido e improvido. VI. Sentença monocrática (fls. 19) confirmada por seus próprios fundamentos jurídicos, entretanto, deve-se condenar a recorrente ao pagamento da quantia atualizável de R\$ 4.835,00 (quatro mil, oitocentos e trinta e cinco reais), desde o respectivo desembolso e os juros de mora computados desde a citação (Enunciado 109, FONAJE), da qual será abatido o percentual de 10% (dez por cento), referente à taxa de administração. VII. Custas do processo, como recolhidas. VIII. Condenação em honorários advocatícios fixados em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação. IX. Súmula do julgamento que serve de acórdão. X. Inteligência do art. 46, segunda parte, da Lei nº 9.099/95.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, acordam os senhores juízes integrantes da SEGUNDA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL DO MARANHÃO, por unanimidade, em conhecer do recurso, e negar-lhe provimento para manter a sentença monocrática, confirmada pelos seus próprios fundamentos jurídicos, entretanto, deve-se condenar a recorrente ao pagamento da quantia atualizável de R\$ 4.835,00 (quatro mil, oitocentos e trinta e cinco reais), desde o respectivo desembolso e os juros de mora computados desde a citação (Enunciado 109, FONAJE), da qual será abatido o percentual de 10% (dez por cento), referente à taxa de administração. Custas do processo, como recolhidas. Honorários advocatícios fixados em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação.

Votaram, além da relatora, os juízes SAMUEL BATISTA DE SOUZA (presidente) e CÍCERO DIAS DE SOUSA FILHO (membro).

Sala das sessões da Segunda Turma Recursal Cível e Criminal do Maranhão, São Luís/MA, em 09 de outubro de 2007.

Juíza LUCIMARY CAMPOS SANTOS

Relatora

SEGUNDA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL SESSÃO DO DIA 09 DE OUTUBRO DE 2007

RECURSO N.º 469/2007-2

ORIGEM: COMARCA DE PAÇO DO LUMIAR

RECORRENTE: TELEMAR NORTE LESTE S/A

ADVOGADO: DR. MARCOS LUÍS BRAID R. SIMÕES

RECORRIDA: LUCINÉIA BOTÃO LOPES

ADVOGADO: DRA. IOLANDA GOMES BEDÊ CIRÍACO

RELATORA: JUÍZA LUCIMARY CAMPOS SANTOS

ACÓRDÃO N.º 18983/07

SÚMULA DO JULGAMENTO: 1 - Ação de indenização por danos c/c tutela antecipada. 2 - Recorrente que bloqueou indevidamente a linha telefônica da recorrida, alegando a ausência de pagamento de fatura. 3 - Recorrida que comprovou o pagamento da cobrança, ocorrido na data do vencimento. 4 - Recorrente a qual alega que não houve o repasse do pagamento pelo órgão arrecadador, tendo, ainda, a recorrida permanecido inerte à solicitação de envio de fax com o comprovante do pagamento. 5 - Caracterizada a falha na prestação de serviços, tendo em vista que, no desempenho de sua atividade, a recorrente não deu à recorrida a segurança e a presteza esperadas, providenciando para que a mesma não fosse cobrada e nem tivesse seu telefone bloqueado indevidamente, devendo ser a recorrente responsabilizada, independente de culpa, nos termos previstos no artigo 14, do Código de Defesa do Consumidor, fazendo jus a Recorrida à devida reparação, consoante prevê o inciso VI, do mencionado código, c/c artigo 186, do Código Civil. 6 - Recorrente que não se desincumbiu do ônus que era seu, de demonstrar que, com relação à Recorrida, agiu de forma correta. 7 - Danos morais configurados, uma vez que a falha do serviço prestado pela Recorrente causou constrangimento, angústia, transtorno e perturbação à recorrida, que ficou impedida de utilizar seu telefone durante período de gravidez. 8 - De acordo com o art. 475-J, do CPC, "caso o devedor, condenado ao pagamento de quantia certa ou já fixada em liquidação, não efetue no prazo de 15 dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento (...)". 9 - Recurso conhecido e parcialmente provido. 10 - Sentença monocrática (fls. 48/49) confirmada pelos seus próprios fundamentos, condenando a empresa recorrente a pagar 8 (oito) salários mínimos, vigentes à época da prolação da sentença, o que corresponde a R\$ 3.040,00 (três mil e quarenta reais), a título de indenização por danos morais, entretanto, a multa de 10% (dez por cento) fixada na sentença deve incidir sobre o valor da condenação, e não sobre o valor da causa, de acordo com o art. 475-J, CPC. 9 - Juros legais e correção monetária como dispostos no Enunciado 10, das TRCC's do Estado do Maranhão. 11 - Custas do processo, como recolhidas. 12 - Sem condenação em honorários advocatícios. 13 - Súmula do julgamento que serve de acórdão. 14 - Inteligência do art. 46, segunda parte, da Lei nº 9.099/95.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados discutidos e estes autos, em que são partes as pessoas acima nominadas. DECIDEM os Senhores Juízes da SEGUNDA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL, por unanimidade, em co-

neher do recurso e dar-lhe parcial provimento, mantendo a sentença monocrática por seus próprios fundamentos, condenando a empresa recorrente a pagar 8 (oito) salários mínimos, vigentes à época da prolação da sentença, o que corresponde a R\$ 3.040,00 (três mil e quarenta reais), a título de indenização por danos morais, entretanto, a multa de 10% (dez por cento) fixada na sentença deve incidir sobre o valor da condenação, e não sobre o valor da causa, de acordo com o art. 475-J, CPC. Juros legais e correção monetária como dispostos no Enunciado 10, das TRCC's do Estado do Maranhão. Custas do processo, como recolhidas. Sem condenação em honorários advocatícios.

Votaram, além da Relatora, os juízes SAMUEL BATISTA DE SOUZA (presidente) e CÍCERO DIAS DE SOUSA FILHO (membro).

Sala das sessões da Segunda Turma Recursal Cível e Criminal, em São Luís, aos 09 de outubro de 2007.

JUÍZA LUCIMARY CAMPOS SANTOS
Relatora

**SEGUNDA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL
SESSÃO DO DIA 09 DE OUTUBRO DE 2007**

RECURSO N.º 299/2007-2

ORIGEM: 1.º JUÍZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO

RECORRENTE: DEURIA DE JESUS MORENO EVANGELISTA

ADVOGADO: DR. DOMERVAL ALVES MORENO NETO

RECORRIDO: HIPERCARD ADMINISTRADORA DE CARTÃO DE CRÉDITO

ADVOGADO: DR. MARCOS LUÍS BRAID R. SIMÕES

RELATORA: JUÍZA LUCIMARY CAMPOS SANTOS

ACÓRDÃO N.º 18984/07

SÚMULA DO JULGAMENTO: 1. Recurso inominado. 2. Ação de indenização por danos morais. 3. Recorrente que tentou efetuar pagamento de compras com seu cartão de crédito, mas não obteve autorização, já que houve redução de seu crédito, passando por situação constrangedora, pois não possuía qualquer outro meio para realizar o pagamento. 4. Recorrente que alega ser ilícita a conduta da recorrida, uma vez que efetuou o pagamento total da fatura 3 (três) dias antes do ocorrido. 5. Improcedente a alegação de ocorrência de danos morais, eis que na própria fatura vencida em 10/01/07 e paga no dia 11/01/07, já constava a redução do limite de crédito para o valor de R\$ 1,00 (um real), conforme autorizado em cláusula contratual. 6. Portanto, houve aviso prévio da redução dos valores do crédito, estando a recorrente cientificada do quanto poderia gastar. 7. Como explicitado na própria sentença, “a empresa não está obrigada a conceber crédito para quem não lhe interessa, notadamente para quem não honrou seus compromissos em tempo hábil, como foi a suplicante, que ao não ser pontual em seus pagamentos teve diminuído seu limite de compras.” 8. Empresa recorrida que agiu em exercício regular de direito, não praticando qualquer ilícito civil passível de reparação. 9. Recurso conhecido e improvido. 10. Sentença monocrática (fls. 75/76) mantida por seus próprios fundamentos, rejeitando o pedido inicial. 11. Sem condenação no pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, face à concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita. 12. Súmula do julgamento que serve de acórdão. 13. Inteligência do art. 46, segunda parte, da Lei nº 9.099/95.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as pessoas acima nominadas. DECIDEM os Senhores Juízes da SEGUNDA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL, por unanimidade, em conhecer do Recurso Inominado e negar-lhe provimento, para manter a sentença monocrática atacada em seu inteiro teor, rejeitando o pedido inicial. Sem condenação no pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, face à concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita.

Votaram, além da Relatora, os Juízes SAMUEL BATISTA DE SOUZA (presidente) e CÍCERO DIAS DE SOUSA FILHO (membro).

Sala das Sessões da Segunda Turma Recursal Cível e Criminal, em São Luís, aos 09 de outubro de 2007.

Juíza LUCIMARY CAMPOS SANTOS
Relatora

**SEGUNDA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL
SESSÃO DO DIA 09 DE OUTUBRO DE 2007**

RECURSO N.º 482/2007-2

ORIGEM: JUÍZADO ESPECIAL DE TRÂNSITO

RECORRENTE: UNIBANCO AIG SEGUROS S/A

ADVOGADO: Dr. LUÍS FERNANDO LOPES BULHÕES

RECORRIDO: DAVID SOARES FERREIRA

ADVOGADO: Dr. FLÁVIA CRISTINA QUEIROZ MARIANO

RELATORA: JUÍZA LUCIMARY CAMPOS SANTOS

ACÓRDÃO N.º 18985/07

SÚMULA DE JULGAMENTO: AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT), POR INVALIDEZ PERMANENTE DECORRENTE DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. 1. – Rejeitadas todas as preliminares levantadas pela Empresa, vez que as exigências citadas na Lei nº 6.194/74, em seu art. 5º, letra “a”, foram cumpridas pelo autor. 2. – O IML da Jurisdição do acidente quantificará as lesões físicas ou psíquicas permanentes, em laudo complementar, para fins do seguro DPVAT (art. 5º, § 5º, da Lei nº 6.194/74, acrescentado pela Lei nº 8.441/92). 3. – Qualquer seguradora participante do consórcio responde pelo pagamento da indenização, por haver solidariedade entre eles, estando ou não o veículo identificado e coberto. 4. – “A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres (DPVAT), não é motivo para recusa do pagamento da indenização”.- Súmula nº 257 do STJ. 5. – As Leis nºs 6.025/75 e 6.423/77, não prevêm a ilegalidade na fixação do valor indenizatório decorrente de seguro obrigatório em salários mínimos, na forma do art. 3º da Lei nº 6.194/74. 6. – Afronta o princípio da hierarquia das normas a Resolução da SUSEP que fixa valor inferior para o pagamento do seguro. 7. – Recurso de caráter protelatório – Embora seja um direito que lhe assiste, o Recorrente insiste em recorrer deste tipo de causa que já tem entendimento sumulado. 8. – Recurso conhecido e improvido. 9. – Sentença monocrática confirmada por seus próprios fundamentos jurídicos, fixando o valor indenizatório em 40 (quarenta) salários mínimos, o que equivale a R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais). 10. – Juros legais de 1% (um por cento) ao mês, contado a partir da citação e a correção monetária contada a partir do ajuizamento do pedido. 11. – Custas processuais como recolhidas. Honorários advocatícios arbitrados em 20% (vinte por cento) do valor da condenação. 12. – Súmula de julgamento que serve de acórdão por inteligência do art. 46, segunda parte, da Lei nº 9.099/95.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima citadas. Decidem os Senhores Juízes da SEGUNDA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL, por unanimidade, em conhecer do Recurso, e no mérito negar-lhe provimento, mantendo a sentença monocrática em seus próprios fundamentos jurídicos, condenando a recorrente a pagar 40 (quarenta) salários mínimos, o que equivale a R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), a título de indenização do seguro obrigatório DPVAT. Juros legais de 1% (um por cento) ao mês contados a partir da citação e correção monetária contada a partir do ajuizamento do pedido. Custas processuais como recolhidas. Honorários advocatícios em 20% (vinte por cento) sobre o valor total de condenação.

Votaram, além da relatora, os juízes SAMUEL BATISTA DE SOUZA (presidente) e CÍCERO DIAS DE SOUSA FILHO (membro).

Sala das Sessões da Segunda Turma Recursal Cível e Criminal, em São Luís, aos 09 de outubro de 2007.

Juíza LUCIMARY CAMPOS SANTOS
Relatora

**SEGUNDA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL
SESSÃO DO DIA 09 DE OUTUBRO DE 2007**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DO ACÓRDÃO Nº 17825/07 NO RECURSO Nº 149/2007-2

ORIGEM: 8.º JUÍZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO

EMBARGANTE: ROSE MARY GUTERRES COSTA TRAVINCAS

ADVOGADO: Dr. MÁRIO JOSÉ BAPTISTA NETO

EMBARGADO: BRADESCO SEGUROS S/A

ADVOGADO: Dr. MARCOS LUÍS BRAID RIBEIRO SIMÕES

RELATORA: JUÍZA LUCIMARY CAMPOS SANTOS

ACÓRDÃO N.º 18986/07

SÚMULA DO JULGAMENTO: 1. Embargos de declaração com alegação de que existe contradição entre os itens requeridos na peça inicial, reiterados no recurso e a apreciação realizada por esta Turma, uma vez que, ao assim proceder, acatou como obrigação do beneficiário da cláusula de responsabilidade civil, fosse este a empresa arrendante, ou fosse a embargante, em entregar o bem sinistrado em uma operação de compra e venda, aceitando que o contrato havido entre o contratante e a contratada tivesse o condão de obrigar terceiros. 2. Requer provimento dos embargos para reformar o acórdão. 3. Descaracterização da contradição elidida pela embargante. Tendo esta Turma já se manifestado adequadamente acerca de todas as questões relevantes para a solução da controvérsia, o acórdão embargado não padece de nenhuma omissão ou erro material a ser sanável. 4. Não cabe a esta Turma Recursal, que não é órgão de consulta, responder a “questionários” postos pela parte sucumbente, que não aponta de concreto nenhuma obscuridade, omissão ou contradição no acórdão, porquanto a fundamentação no r. acórdão é suficiente para dirimir a questão. 5. Acórdão confirmado pelos fundamentos ali elencados. 6. Princípio do Livre convencimento do Juiz: Ao magistrado cabe decidir e emitir o seu livre convencimento principalmente quando o conteúdo da decisão não contém vícios de ilegalidade. 7. Ausência de seus pressupostos: Embargos visam a rediscutir a matéria julgada: rejeição. 8. Argumentos inconsistentes. 9. Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Senhores Juizes da SEGUNDA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL, por unanimidade, em rejeitar os embargos de declaração.

Votaram, além da relatora, os juízes SAMUEL BATISTA DE SOUZA (presidente) e CÍCERO DIAS DE SOUSA FILHO (membro).

Sala das Sessões da Segunda Turma Recursal Cível e Criminal, em São Luís, aos 09 de outubro de 2007.

Juíza LUCIMARY CAMPOS SANTOS

Relatora

SEGUNDA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL

SESSÃO DO DIA 09 DE OUTUBRO DE 2007

RECURSO N.º 397/2007 – 2

ORIGEM: 1.º JUÍZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO

RECORRENTE: BERTULINO DE JESUS PEREIRA

ADVOGADA: DRA. MARI CÉLIA SANTOS ALVES

RECORRIDO: TELEMAR NORTE LESTE S/A

ADVOGADO: DR. MARCOS LUÍS BRAID R. SIMÕES

RELATORA: JUÍZA LUCIMARY CAMPOS SANTOS

ACÓRDÃO N.º 18987/07

EMENTA: 1 – Recurso Inominado. 2 – Ação de indenização por danos morais. 3 – Recorrente que alega bloqueio indevido de linha telefônica, mesmo tendo quitado o parcelamento de débito acordado com a empresa recorrida. 4 – Sentença monocrática que julgou improcedente o pedido do autor, ao fundamento de não ter o mesmo demonstrado que solicitou o desbloqueio da linha. 5 – Empresa recorrente que apenas informa que o desbloqueio somente é feito a pedido do usuário da linha, mas não apresenta o contrato onde supostamente estaria prevista esta cláusula. 6 – Ausência de suporte fático probatório, nos termos do artigo 333, II, do CPC. 7 – Recurso nominado conhecido e provido para reformar a sentença, condenando a empresa recorrida a desbloquear a linha telefônica do recorrente, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da publicação deste acórdão, sob pena de multa diária de R\$ 380,00 (trezentos e oitenta reais), bem como a pagar-lhe R\$ 70,00 (setenta reais) a título de indenização por danos materiais e R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), a título de indenização por danos morais. 8 – Quanto aos danos materiais, os juros legais deverão incidir a partir da citação e a correção monetária a partir do ajuizamento do pedido. Em relação aos danos morais, os juros legais e a correção monetária correrão a partir da prolação da senten-

ça. 9 – Sem custas processuais. 10 – Condenação da empresa recorrida em honorários advocatícios arbitrados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas. DECIDEM os Senhores Juizes da SEGUNDA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL, por unanimidade, em conhecer do recurso nominado e dar-lhe provimento para reformar a sentença atacada, condenando a empresa recorrida a desbloquear a linha telefônica do recorrente, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da publicação deste acórdão, sob pena de multa diária de R\$ 380,00 (trezentos e oitenta reais), bem como a pagar-lhe R\$ 70,00 (setenta reais) a título de indenização por danos materiais e R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), a título de indenização por danos morais. Quanto aos danos materiais, os juros legais deverão incidir a partir da citação e a correção monetária a partir do ajuizamento do pedido. Em relação aos danos morais, os juros legais e a correção monetária correrão a partir da prolação da sentença. Sem custas processuais. Condenação da empresa recorrida em honorários advocatícios.

Votaram, além da relatora, os juízes SAMUEL BATISTA DE SOUZA (presidente) e CÍCERO DIAS DE SOUSA FILHO (membro).

Sala das Sessões da Segunda Turma Recursal Cível e Criminal, em São Luís, aos 09 de outubro de 2007.

Juíza LUCIMARY CAMPOS SANTOS

Relatora

SEGUNDA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL

SESSÃO DO DIA 09 DE OUTUBRO DE 2007

RECURSO N.º 494/2007 – 2

ORIGEM: COMARCA DE ARAIOSES

RECORRENTE: CEMAR – COMPANHIA ENERGÉTICA O MARANHÃO

ADVOGADO: DR. ROGÉRIO COELHO ROCHA

RECORRIDO: JOÃO MARIA LEMOS

ADVOGADO: DR. GENUÍNO LOPES MOREIRA

RELATORA: JUÍZA LUCIMARY CAMPOS SANTOS

ACÓRDÃO N.º 18988/07

EMENTA: 1 – Recurso Inominado. 2 – Ação de indenização por danos materiais. 3 – Afastada a preliminar de intempestividade alegada pelo recorrido, uma vez que, de acordo com a Resolução n.º 21/2006 do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, no período de 20 de dezembro de 2006 a 06 de janeiro de 2007, os prazos processuais ficaram suspensos, em virtude do recesso forense. 4 – Recorrido que comparece em juízo aduzindo queima de aparelhos eletrônicos em razão de sobrecarga de tensão elétrica, mas não apresenta, sequer, nota fiscal dos aparelhos e recibos dos valores gastos com o conserto. 5 – Ausência de suporte fático probatório nos termos do artigo 333, I, do CPC. 6 – Revelia decretada, de acordo com a parte final da sentença vergastada que condenou a empresa Recorrente ao pagamento de danos materiais no valor de R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais), a qual deve ser reformada. 7 – Recurso nominado conhecido e provido para reformar a sentença e excluir a responsabilidade da CEMAR em indenizar o Recorrido. 8 – Custas processuais, já recolhidas. Sem condenação em honorários advocatícios.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas. DECIDEM os Senhores Juizes da SEGUNDA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL, por unanimidade, em conhecer do recurso nominado e dar-lhe provimento para reformar a sentença atacada e excluir a responsabilidade em indenizar imposta à recorrente. Custas processuais, já recolhidas. Sem condenação em honorários advocatícios.

Votaram, além da relatora, os Juizes SAMUEL BATISTA DE SOUZA (presidente) e CÍCERO DIAS DE SOUSA FILHO (membro).

Sala das Sessões da Segunda Turma Recursal Cível e Criminal, em São Luís, aos 09 de outubro de 2007.

Juíza LUCIMARY CAMPOS SANTOS

Relatora

SEGUNDA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL

SESSÃO DO DIA 09 DE OUTUBRO DE 2007

RECURSO N.º381/2007-2

ORIGEM:11ªJUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO

RECORRENTE: HIPERCARD ADMINISTRADORA DE CARTÃO DE CRÉDITO LTDA

ADVOGADO: DR. MARCOS LUÍS BRAID R. SIMÕES

RECORRIDA: PATRÍCIA CASTRO DE CARVALHO

ADVOGADO: DR. ISRAEL MATOS AGUIAR

RELATORA: JUÍZA LUCIMARY CAMPOS SANTOS

ACÓRDÃO N.º 18989/07

SÚMULA DO JULGAMENTO: 1. Recurso inominado. 2. Ação de indenização por danos morais. 3. Recorrida que tentou efetuar pagamento em restaurante com seu cartão de crédito, mas não obteve autorização, passando por situação constrangedora, já que não possuía qualquer outro meio para realizar o pagamento. 4. Recorrida que, logo após o fato, constatou que a recorrente cancelou seu limite de crédito, sem prévia comunicação, ao argumento de que seu nome estava negativado por outra empresa. 5. Recorrida que alega estar pagando valor parcial da fatura, mas acima do limite mínimo, portanto, não poderia ter seu crédito cancelado. 6. Recorrente que apresentou como meio de prova apenas um guia do usuário, onde constam as condições do contrato de adesão, não tendo o consumidor liberdade para discutir seus termos. 7. Recorrente que não atendeu ao dever de comunicar previamente à recorrida sobre o cancelamento do crédito. Ademais, a recorrida estava pagando seu débito parceladamente, não havendo restrição creditícia junto à empresa reclamada, e sim com empresa diversa. 8. Estando comprovado o nexo causal entre o defeito do serviço e o dano sofrido pelo consumidor, responde o prestador pela reparação do dano moral, entendido este pelos dissabores e constrangimentos causados pela má qualidade do serviço, de acordo com o artigo 6º, inciso VI, do Código de Defesa do Consumidor. 9. Recurso conhecido e improvido. 10. Sentença monocrática (fls. 58/62) mantida por seus próprios fundamentos, condenando a recorrente a pagar à recorrida R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), a título de indenização por danos morais. 11. Juros legais e correção monetária como dispostos na decisão a quo. 12. Custas processuais, como recolhidas. 13. Honorários advocatícios fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação. 14. Súmula do julgamento que serve de acórdão. 16. Inteligência do art. 46, segunda parte, da Lei nº 9.099/95.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as pessoas acima nominadas, DECIDEM os Senhores Juízes da SEGUNDA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL, por unanimidade, em conhecer do Recurso Inominado e negar-lhe provimento, para manter a sentença monocrática atacada em seu inteiro teor, condenando a recorrente a pagar à recorrida R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), a título de indenização por danos morais. Juros legais e correção monetária como dispostos na decisão a quo. Custas processuais, como recolhidas. Honorários advocatícios fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação.

Votaram, além da Relatora, os juízes SAMUEL BATISTA DE SOUZA (presidente) e CÍCERO DIAS DE SOUSA FILHO (membro).

Sala das Sessões da Segunda Turma Recursal Cível e Criminal, em São Luís, aos 09 de outubro de 2007.

JUÍZA LUCIMARY CAMPOS SANTOS

Relatora

SEGUNDA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL

SESSÃO DO DIA 09 DE OUTUBRO DE 2007

RECURSO N.º477/2007-2

ORIGEM: COMARCA DE SANTA INÊS

RECORRENTE: BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A

ADVOGADA: DRA. PAULINE FRAGA LOPES

RECORRIDA: MARIA IRAMAR NASCIMENTO SANTOS

ADVOGADO: DR. EDSON SILVA CAMPOS

RELATORA: JUÍZA LUCIMARY CAMPOS SANTOS

ACÓRDÃO N.º 18990/07

SÚMULA DO JULGAMENTO: 1. Recurso inominado. 2. Ação de indenização por danos materiais e morais. 3. Afastada a alegação de cerceamento de defesa, uma vez que a audiência foi remarcada a pedido da própria recorrente, a qual foi devidamente intimada no endereço por ela mesma fornecido. Revelia corretamente decretada nos termos do art. 20, da Lei nº 9.099/95. 4. Recorrida que é beneficiária do INSS e teve valores debitados indevidamente em seu benefício, relativos a empréstimo não contraído junto à instituição financeira, ora recorrente. 5. Recorrente que, embora tenha afirmado a efetiva realização do negócio, não apresentou o documento que comprove que o empréstimo tenha sido contraído pela recorrida. 6. A instituição financeira causou danos à recorrida ao autorizar empréstimo dispensando a apresentação dos documentos de identificação do contratante ou por não analisá-los com a devida cautela. 7. Não restando demonstrada a participação da recorrida no evento fraudulento, não deve a mesma arcar com os prejuízos, uma vez que não tem culpa por erros em procedimentos internos da empresa. 8. O empréstimo não contratado constituiu prática de ilícito passível de reparação pecuniária, nos exatos termos do art. 186 do Código Civil, face aos transtornos causados à recorrida, causados exclusivamente por negligência da instituição financeira. 9. Recurso conhecido e improvido. 10. Sentença monocrática (fls. 22 e 23) mantida por seus próprios fundamentos, para condenar a empresa recorrente a pagar R\$ 3.000,00 (três mil reais), a título de danos morais, bem como a ressarcir, em dobro, as importâncias indevidamente descontadas, o que equivale a R\$ 420,00 (quatrocentos e vinte reais), declarando inexistente a relação jurídica entre as partes e condenando a recorrente a cancelar o empréstimo. 11. Juros legais e correção monetária como dispostos na decisão a quo. 12. Custas processuais como recolhidas na forma da lei. 13. Honorários advocatícios fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação. 14. Súmula do julgamento que serve de acórdão. Inteligência do art. 46, segunda parte, da Lei nº 9.099/95.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as pessoas acima nominadas, DECIDEM os Senhores Juízes da SEGUNDA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL, por unanimidade, em conhecer do recurso inominado e negar-lhe provimento, mantendo a sentença monocrática por seus próprios fundamentos, para condenar a empresa recorrente a pagar R\$ 3.000,00 (três mil reais), a título de danos morais, bem como a ressarcir, em dobro, as importâncias indevidamente descontadas, o que equivale a R\$ 420,00 (quatrocentos e vinte reais), declarando inexistente a relação jurídica entre as partes e condenando a recorrente a cancelar o empréstimo. Juros legais e correção monetária como dispostos na decisão a quo. Custas processuais como recolhidas na forma da lei. Honorários advocatícios fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação.

Votaram, além da Relatora, os juízes SAMUEL BATISTA DE SOUZA (presidente) e CÍCERO DIAS DE SOUSA FILHO (membro).

Sala das Sessões da Segunda Turma Recursal Cível e Criminal, em São Luís, aos 09 de outubro de 2007.

JUÍZA LUCIMARY CAMPOS SANTOS

Relatora

SEGUNDA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL

SESSÃO DO DIA 09 DE OUTUBRO DE 2007

RECURSO N.º491/2007-2

ORIGEM: COMARCA DE PEDREIRAS

RECORRENTE:E. F. FACUNDE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS (ELETROMAIS)

ADVOGADO: Dr. JOSÉ RIBAMAR RAMOS REIS

RECORRIDO: EDMILSON REIS DE LIMA

ADVOGADO: Dr. CLAUDECY NUNES SILVA

RELATORA: JUÍZA LUCIMARY CAMPOS SANTOS

ACÓRDÃO N.º18991/07

SÚMULA DO JULGAMENTO. 1 - Ação de restituição. 2 - Consórcio atípico. 3 - Desistência ou exclusão do consorciado. 4 - Devida

a devolução imediata das parcelas pagas corrigidas monetariamente. 5 - Retenção da taxa de administração. I. Caracterizada a existência de espécie atípica de consórcio, deve receber o mesmo tratamento dispensado à cobrança de restituição de valores pagos por consorciado desistente. II. O consorciado desistente tem o direito à devolução imediata dos valores que pagou à administradora de consórcio, acrescidos de juros legais e correção monetária, não podendo prevalecer as regras impostas em contrato de adesão, ante o formalismo contratual do pacta sunt servanda. III. Entendimento contrário caracterizaria ônus excessivo, porquanto existiria uma desenfreada desvantagem entre o consorciado/desistente ou afastado e a administradora, bem como dissonância com o art. 51, inciso IV, § 1º, inciso II e art. 53, § 2º todos do CDC, agredindo os princípios da equidade e justiça que devem nortear a aplicação da Lei de proteção ao consumidor e o processo regido pela Lei nº 9.099/95. IV. Das parcelas a serem restituídas, deve ser deduzida a taxa de administração, não sendo possível o desconto da cláusula penal, uma vez que a mesma é abusiva, devendo ser afastada pela intervenção do judiciário. V. Recurso recebido e improvido. VI. Sentença monocrática (fls. 38/40) confirmada por seus próprios fundamentos jurídicos, condenando a recorrente ao pagamento da quantia atualizável de R\$ 1.337,00 (um mil, trezentos e trinta e sete reais), acrescida de juros de 1% (um por cento) ao mês, a contar da citação, e correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, da qual será abatido o percentual de 10% (dez por cento), referente à taxa de administração, de acordo com o caput do art. 42, do Decreto nº 70.951/72. VII. Mantida a multa em caso de descumprimento da decisão, no termos do art. 475-J, CPC. VIII. Condenação da empresa recorrente nas custas do processo, como recolhidas. IX. Honorários advocatícios fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação. X. Súmula do julgamento que serve de acórdão. XI. Inteligência do art. 46, segunda parte, da Lei nº 9.099/95.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes os acima indicados, acordam os senhores juizes integrantes da SEGUNDA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL DO MARANHÃO, por unanimidade, em conhecer do recurso, porém, negar-lhe provimento para manter a sentença monocrática, confirmada pelos seus próprios fundamentos jurídicos, condenando a Recorrente ao pagamento da quantia atualizável de R\$ 1.337,00 (um mil, trezentos e trinta e sete reais), acrescida de juros de 1% (um por cento) ao mês, a contar da citação, e correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, da qual será abatido o percentual de 10% (dez por cento), referente à taxa de administração, de acordo com o caput do art. 42, do Decreto nº 70.951/72. Mantida a multa em caso de descumprimento da decisão, no termos do art. 475-J, CPC. Condenação da empresa recorrente nas custas do processo, como recolhidas. Honorários advocatícios fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação.

Votaram, além da relatora, os juizes SAMUEL BATISTA DE SOUZA (presidente) e CÍCERO DIAS DE SOUSA FILHO (membro).

Sala das sessões da Segunda Turma Recursal Cível e Criminal do Maranhão, São Luís/MA, em 09 de outubro de 2007.

Juíza LUCIMARY CAMPOS SANTOS

Relatora

SEGUNDA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL SESSÃO DO DIA 09 DE OUTUBRO DE 2007

RECURSO Nº 487/2007-2

ORIGEM: 9º JUÍZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO

RECORRENTE: BRADESCO SEGUROS S/A

ADVOGADO: Dr. RHELMSON ATHAYDE ROCHA

RECORRIDA: IRENE MENDES DOS SANTOS

ADVOGADO: Dr. FRANCISCO COELHO DE SOUSA

RELATORA: JUÍZA LUCIMARY CAMPOS SANTOS

ACÓRDÃO Nº 18992/07

SÚMULA DE JULGAMENTO: AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT, POR MORTE EM ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. 1. – Comprovação do fato morte – Certidão de Óbito e registro de sua ocorrência no órgão policial competente é o bastante para advir o interesse de agir da parte beneficiária. 2. – A impugnação da

validade probatória da documentação reunida pela autora deve ser instruída com outros documentos ou testemunhas que a infirmem, eis que é da recorrente o ônus de provar os fatos extintivos do direito do autor (art. 333, inc. II, do CPC). 3. – Qualquer seguradora participante do consórcio responde pelo pagamento da indenização, por haver solidariedade entre elas, estando ou não o veículo identificado e coberto. 4. – “A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres (DPVAT), não é motivo para recusa do pagamento da indenização”.- Súmula nº 257 do STJ. 5. – As Leis nºs 6.025/75 e 6.423/77 não prevêm a ilegalidade na fixação do valor indenizatório decorrente de seguro obrigatório em salários mínimos, na forma do art. 3º da Lei nº 6.194/74. 6. – Afronta o princípio da hierarquia das normas a Resolução da SUSEP que fixa valor inferior a 40 (quarenta) salários mínimos para o pagamento do seguro. 7. – Recurso de caráter protelatório - Embora seja um direito que lhe assiste, o Recorrente insiste em recorrer deste tipo de causa que já tem entendimento sumulado. 8. – Recurso conhecido e improvido. 9. – Sentença monocrática confirmada por seus próprios fundamentos jurídicos, fixando o valor indenizatório em 40 salários mínimos, o que equivale a R\$ 15.200,00 (quinze mil e duzentos reais). 10. - Juros legais de 1% (um por cento) ao mês, contados a partir da citação e correção monetária a partir do ajuizamento do pedido. 11. – Custas processuais como recolhidas. Honorários advocatícios arbitrados em 20% (vinte por cento) do valor da condenação. 12. – Súmula de julgamento que serve de acórdão por inteligência do art. 46, segunda parte, da Lei nº 9.099/95.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes acima citadas. Decidem os Senhores Juizes da SEGUNDA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL, por unanimidade, em conhecer do Recurso, e no mérito negar-lhe provimento, mantendo a sentença monocrática em seus próprios fundamentos jurídicos que condenou a recorrente a pagar 40 (quarenta) salários mínimos, o que equivale a R\$ 15.200,00 (quinze mil e duzentos reais), a título de indenização do seguro obrigatório DPVAT. Juros legais de 1% (um por cento) ao mês contados a partir da citação e correção monetária contada a partir do ajuizamento do pedido. Custas processuais como recolhidas. Honorários advocatícios em 20% (vinte por cento) sobre o valor total de condenação.

Votaram, além da relatora, os juizes SAMUEL BATISTA DE SOUZA (presidente) e CÍCERO DIAS DE SOUSA FILHO (membro).

Sala das Sessões da Segunda Turma Recursal Cível e Criminal, em São Luís, aos 09 de outubro de 2007.

Juíza LUCIMARY CAMPOS SANTOS

Relatora

SEGUNDA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL SESSÃO DO DIA 09 DE OUTUBRO DE 2007

RECURSO Nº 486/2007-2

ORIGEM: 7º JUÍZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO

RECORRENTE: UNIBANCO AIG SEGUROS S/A

ADVOGADA: DRA. CAROLINA DARMASO MARINHO

RECORRIDOS: MARIA DE LOURDES DIAS GONÇALVES E OUTRO

ADVOGADA: DRA. FLÁVIA CRISTINA QUEIROZ MARIANO

RELATORA: JUÍZA LUCIMARY CAMPOS SANTOS

ACÓRDÃO Nº 18993/07

SÚMULA DE JULGAMENTO: AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT, POR MORTE EM ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. 1. – Comprovação do fato morte – Certidão de Óbito e registro de sua ocorrência no órgão policial competente é o bastante para advir o interesse de agir da parte beneficiária. 2. – Afastada a preliminar de ilegitimidade ativa, uma vez que as declarações dos recorridos em audiência não foram desconstituídas pela parte recorrente, presumindo-se verdadeiras, de acordo com o art. 333, inciso II, CPC. 3. – Qualquer seguradora participante do consórcio responde pelo pagamento da indenização, por haver solidariedade entre eles, estando ou não o veículo identificado e coberto, não importando qual seja a finalidade do mesmo. 4. – “A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres



(DPVAT), não é motivo para recusa do pagamento da indenização”.- Súmula nº 257 do STJ. 5. – As Leis nºs 6.025/75 e 6.423/77, não prevêm a ilegalidade na fixação do valor indenizatório decorrente de seguro obrigatório em salários mínimos, na forma do art. 3º da Lei nº 6.194/74. 6. – Afronta o princípio da hierarquia das normas a Resolução da SUSEP que fixa valor inferior a 40 (quarenta) salários mínimos para o pagamento do seguro. 7. – Embora seja um direito que lhe assiste, o Recorrente insiste em recorrer deste tipo de causa que já tem entendimento sumulado. 8. – Recurso conhecido e improvido. 9. – Sentença monocrática confirmada por seus próprios fundamentos jurídicos, condenando a recorrente a pagar 40 (quarenta) salários mínimos, o que corresponde a R\$ 14.000,00 (catorze mil reais), a título de indenização do seguro obrigatório DPVAT. 10. – Juros legais de 1% (um por cento) ao mês, contados a partir da citação e correção monetária a partir do ajuizamento do pedido. 11. – Custas processuais como recolhidas. Honorários advocatícios fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação. 12. – Súmula de julgamento que serve de acórdão por inteligência do art. 46, segunda parte, da Lei nº 9.099/95.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima citadas. Decidem os Senhores Juízes da SEGUNDA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL, por unanimidade, em conhecer do Recurso, e no mérito negar-lhe provimento, mantendo a sentença monocrática em seus próprios fundamentos jurídicos, condenando a recorrente a pagar 40 (quarenta) salários mínimos, o que corresponde a R\$ 14.000,00 (catorze mil reais), a título de indenização do seguro obrigatório DPVAT. Juros legais de 1% (um por cento) ao mês, contados a partir da citação e correção monetária a partir do ajuizamento do pedido. Custas processuais como recolhidas. Honorários advocatícios fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação.

Votaram, além da relatora, os juízes SAMUEL BATISTA DE SOUZA (presidente) e CÍCERO DIAS DE SOUSA FILHO (membro).

Sala das Sessões da Segunda Turma Recursal Cível e Criminal, em São Luís, aos 09 de outubro de 2007.

LUCIMARY CAMPOS SANTOS

Juíza Relatora

SEGUNDA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL SESSÃO DO DIA 16 DE OUTUBRO DE 2007

RECURSO N.º 265/2007 - 2

ORIGEM:3o. JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO

RECORRENTE: WAGNER JOSÉ MANSONI

ADVOGADO:Dr. PETRÔNIO DE AGUIAR PEREIRA JÚNIOR

RECORRIDO: JOSÉ RIBAMAR RODRIGUES PENHA

ADVOGADO: Dr. OTON LEITE FERNANDES

RELATORA: JUÍZA LUCIMARY CAMPOS SANTOS

ACÓRDÃO N.º 19039/07

EMENTA: SENTENÇA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. ARTIGO 458, II, C.P.C. NULIDADE. I – O sistema dos Juizados Especiais dispensa o julgador de apresentar relatório do processo, o que não implica em exonerá-lo de fundamentar sua decisão. II – A fundamentação deve levar em conta todos os argumentos de fato e de direito trazidos pelas partes, acolhendo-os ou rechaçando-os através de análise das provas e dos princípios legais inerentes à controvérsia. III – A desconsideração dos requisitos do artigo 458, II, do CPC, enseja a declaração de nulidade da sentença e o retorno dos autos ao Juízo monocrático, para que decida a lide como lhe aprouver.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima citadas. Decidem os Senhores Juízes da SEGUNDA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL, por unanimidade, em conhecer do Recurso, e no mérito dar-lhe provimento, acolhendo a preliminar de nulidade argüida pela recorrente, para declarar a nulidade total do julgado e determinar o retorno dos autos ao Juizado de origem, a fim de se regularizar o vício verificado, restando prejudicado o exame do recurso do recorrente, nos termos da fundamentação supra.

Votaram, além da Relatora, os juízes Samuel Batista de Souza (presidente) e Cícero Dias de Sousa Filho (membro).

Sala das sessões da Segunda Turma Recursal Cível e Criminal, São Luís/MA, aos 16 de outubro de 2007.

Juíza Lucimary Campos Santos

Relatora

SEGUNDA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL

SESSÃO DO DIA 09 DE OUTUBRO DE 2007

RECURSO N.º 503/2007-2

ORIGEM:8º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO

RECORRENTE: BRADESCO SEGUROS S/A

ADVOGADO: DR. RHELMSON ATHAYDE ROCHA

RECORRIDOS: ANTÔNIO RODRIGUES FRAZÃO E OUTRA

ADVOGADO: DR. FRANCISCO COELHO DE SOUSA

RELATORA: JUÍZA LUCIMARY CAMPOS SANTOS

ACÓRDÃO N.º 19040/07

SÚMULA DE JULGAMENTO: AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT, POR MORTE EM ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. 1. – Comprovação do fato morte – Certidão de Óbito e registro de sua ocorrência no órgão policial competente é o bastante para advir o interesse de agir da parte beneficiária. 2. – A alegação de pagamento realizado por outra seguradora não merece prosperar, uma vez que, além de a tela de MEGADATA não possuir força probante, não há qualquer recibo de quitação que demonstre ter sido o pagamento efetivamente realizado. 3. – Qualquer seguradora participante do consórcio responde pelo pagamento da indenização, por haver solidariedade entre eles, estando ou não o veículo identificado e coberto, não importando qual seja a finalidade do mesmo. 4. – “A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres (DPVAT), não é motivo para recusa do pagamento da indenização”.- Súmula nº 257 do STJ. 5. – As Leis nºs 6.025/75 e 6.423/77 não prevêm a ilegalidade na fixação do valor indenizatório decorrente de seguro obrigatório em salários mínimos, na forma do art. 3º da Lei nº 6.194/74. 6. – Afronta o princípio da hierarquia das normas a Resolução da SUSEP que fixa valor inferior a 40 (quarenta) salários mínimos para o pagamento do seguro. 7. – Embora seja um direito que lhe assiste, o Recorrente insiste em recorrer deste tipo de causa que já tem entendimento sumulado. 8. – Recurso conhecido e improvido. 9. – Sentença monocrática confirmada por seus próprios fundamentos jurídicos, condenando a recorrente a pagar 40 (quarenta) salários mínimos, o que corresponde a R\$ 14.000,00 (catorze mil reais), a título de indenização do seguro obrigatório DPVAT. 10. – Juros legais de 1% (um por cento) ao mês, contados a partir da citação e correção monetária a partir do ajuizamento do pedido. 11. – Custas processuais como recolhidas. Honorários advocatícios fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação. 12. – Súmula de julgamento que serve de acórdão por inteligência do art. 46, segunda parte, da Lei nº 9.099/95.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima citadas. Decidem os Senhores Juízes da SEGUNDA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL, por unanimidade, em conhecer do Recurso, e no mérito negar-lhe provimento, mantendo a sentença monocrática em seus próprios fundamentos jurídicos, condenando a recorrente a pagar 40 (quarenta) salários mínimos, o que corresponde a R\$ 14.000,00 (catorze mil reais), a título de indenização do seguro obrigatório DPVAT. Juros legais de 1% (um por cento) ao mês, contados a partir da citação e correção monetária a partir do ajuizamento do pedido. Custas processuais como recolhidas. Honorários advocatícios fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação.

Votaram, além da relatora, os juízes Samuel Batista de Souza (presidente) e Cícero Dias de Sousa Filho (membro).

Sala das Sessões da Segunda Turma Recursal Cível e Criminal, em São Luís, aos 09 de outubro de 2007.

JUÍZA LUCIMARY CAMPOS SANTOS

RELATORA

**SEGUNDA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL
SESSÃO DO DIA 09 DE OUTUBRO DE 2007****RECURSO Nº521/2007-2****ORIGEM: 7º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO****RECORRENTE: CEMAR - COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO****ADVOGADO: Dr. WASHINGTON LOPES****RECORRIDO: RAIMUNDA CÉLIA SILVA COELHO****ADVOGADA: Dra. RAIMUNDA CÉLIA SILVA COELHO****RELATORA: JUÍZA LUCIMARY CAMPOS SANTOS****ACÓRDÃO Nº 19041/07**

SÚMULA DE JULGAMENTO. 1. Ação de Indenização por Danos Morais. 2. Corte no fornecimento de energia elétrica da residência do Recorrido, sem qualquer aviso prévio, tendo sido paga a fatura no dia anterior à suspensão. 3. A Recorrente alega que no momento do corte na unidade consumidora da Recorrida, não foi apresentada a conta paga para a equipe do corte, bem como que seria impossível o pagamento da fatura ser baixado no sistema da empresa até a data do corte. 4. Recorrente que não observou ao disposto no § 1.º do art. 91 da Resolução da ANEEL de n.º 456/2000, acrescentado pela Resolução 614/2002, uma vez que não procedeu ao prévio aviso formal de corte e, se procedeu, não fez a devida prova nos autos. 5. Danos morais caracterizados, diante da falha na prestação do serviço (art. 14 do CDC) e dos transtornos causados à Recorrida. 6. Responsabilidade objetiva do fornecedor de serviços, gerando o dever de indenizar, independente da existência de dolo ou culpa. 7. Recurso conhecido e parcialmente provido. 8. Sentença mantida pelos seus próprios fundamentos, reduzindo-se apenas o valor da indenização por danos morais para R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais). 9. Juros legais e correção monetária como dispostos na decisão a quo. 10. Custas processuais como recolhidas. 11. Sem condenação em honorários advocatícios. 12. Súmula de julgamento que, nos termos do art. 46, segunda parte, da Lei n.º 9.099/95, serve de acórdão.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas. DECIDEM os Senhores Juizes da 2ª TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL, por unanimidade, em conhecer do recurso e dar-lhe parcial provimento para manter a sentença monocrática por seus próprios fundamentos, reduzindo-se apenas o valor da indenização por danos morais para R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais). Juros legais e correção monetária como dispostos na decisão a quo. Custas processuais como recolhidas. Sem condenação em honorários advocatícios.

Participaram do julgamento, além da Relatora, os juizes Samuel Batista de Souza (presidente) e Cícero Dias de Sousa Filho (membro).

Sala das Sessões da 2ª Turma Recursal Cível e Criminal, em São Luís/MA, aos 09 de outubro de 2007.

Juíza LUCIMARY CAMPOS SANTOS
RELATORA

**SEGUNDA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL
SESSÃO DO DIA 25 DE SETEMBRO DE 2007****RECURSO Nº 423/2007-2****ORIGEM: COMARCA DE PEDREIRAS****RECORRENTE: UNIPREV - UNIÃO PREVIDENCIÁRIA****ADVOGADO: DR. PEDRO BEZERRA DE CASTRO****RECORRIDA: CARMEN ANALBA DE LIMA MARTINS****ADVOGADO: DR. ADALBERTO BEZERRA DE SOUSA FILHO****RELATORA: JUÍZA LUCIMARY CAMPOS SANTOS****ACÓRDÃO Nº 19042/07**

SÚMULA DO JULGAMENTO. Ação de repetição de indébito c/ danos morais. 1 - Afastada a preliminar de nulidade da citação, uma vez que apesar de alegar que jamais deu poderes para seu correspondente bancário receber qualquer intimação ou citação em seu nome, autorizou o mesmo a receber parcelas pessoalmente, inclusive expedir recibo de quitação, o que torna válida a citação. Ademais, no exato momento da citação, o citado nada alegou acerca da sua ausência de poderes para representar a referida empresa em juízo, dando, inclusive, o ciente e oferecido proposta

de acordo na audiência. 2 - Ocorre que, apesar de haver comparecido como preposto, o correspondente da empresa recorrente não apresentou autorização formal para representá-la em juízo, restando caracterizada a revelia, nos termos do art. 20, da Lei nº 9.099/95. 3 - Assim, reputam-se verdadeiros os fatos alegados, uma vez que os documentos exibidos pela recorrida evidenciam a veracidade de suas alegações. 4 - Demonstrada a ocorrência do pagamento indevido, obriga-se a empresa recorrente à devolução em dobro dos valores recebidos a mais. 5 - Recurso conhecido e improvido. 6 - Sentença mantida pelos seus próprios fundamentos. 7 - Custas processuais, como recolhidas. 8 - Honorários advocatícios fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação. 9 - Súmula de Julgamento que, nos termos do art. 46, segunda parte, da Lei n.º 9.099/95, serve de acórdão.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima nominadas. DECIDEM os Senhores Juizes da SEGUNDA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL, por unanimidade, em conhecer do Recurso, mas negar-lhe provimento, mantendo a sentença no seu inteiro teor, pelos seus fundamentos. Custas processuais, como recolhidas. Honorários advocatícios fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação.

Votaram, além da Relatora, os Juizes SAMUEL BATISTA DE SOUZA (presidente) e CÍCERO DIAS DE SOUSA FILHO (membro).

Sala de Sessões da Segunda Turma Recursal Cível e Criminal, em São Luís, aos 25 de setembro de 2007.

Juíza Lucimary Campos Santos
Relatora

**SEGUNDA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL
SESSÃO DO DIA 25 DE SETEMBRO DE 2007****RECURSO Nº 422/2007-2****ORIGEM: COMARCA DE IGARAPÉ GRANDE****RECORRENTE: JEAN A. BRAGA ME. (ELETROBENS)****ADVOGADO: DR. STENIO BARROS SILVA****RECORRIDO: RAIMUNDO NONATO ARAÚJO CIRQUEIRA****ADVOGADO: DR. LAUAND SAMPAIO RODRIGUES****RELATORA: JUÍZA LUCIMARY CAMPOS SANTOS****ACÓRDÃO Nº 19043/07**

SÚMULA DO JULGAMENTO. Ação de Indenização por Danos Materiais. 1. De conformidade com o entendimento já consolidado no seio da doutrina e nos precedentes originários das Turmas Recursais, as ações aviadas perante os Juizados Especiais subordinam-se ao procedimento especial regrado e delineado por sua Lei de Regência (Lei nº 9.099/95), somente tolerando a aplicação do contido no Código de Processo Civil de forma subsidiária e quando destinada a suprir omissões passíveis de turvar o fluxo processual e gerar insegurança às partes quanto à forma de condução da lide nas quais estão inseridas, resguardando-se os princípios do devido processo legal e da ampla defesa que usufruem da condição de dogmas constitucionais. 2. Ante os princípios informativos que permeiam o procedimento especial ao qual se sujeitam as lides que fluem perante os Juizados Especiais Cíveis por força de expressa determinação legal - celeridade, economia, efetividade, oralidade, simplicidade e informalidade (artigo 2º) - e não tendo o diploma legal específico contemplado qualquer exigência quanto ao interregno que deve distar entre a consumação do ato citatório e a audiência de conciliação prévia, inexistente lastro para lhe incorporar essa formalidade, retardando o fluxo processual sem que daí deflua qualquer benefício ou segurança para as partes mediante a aplicação subsidiária de um dispositivo processual - artigo 277 do CPC - incompatível com o rito que delineia. 3. Aperfeiçoada a citação de forma legítima e inexistente qualquer dispositivo fixando o interregno que deve mediar entre sua consumação e a audiência de conciliação, instrução e julgamento, descabida a alegação de violação a garantia constitucional do contraditório e da ampla defesa. 4. Na hipótese, a empresa recorrente, devidamente citada, não compareceu à audiência de conciliação, instrução e julgamento, nem justificou sua ausência. De acordo com o art. 20, da Lei nº 9.099/95, a ausência do representante legal ou do preposto da pessoa jurídica a qualquer das audiências, seja de conciliação, seja de instrução e



juízo, cujo comparecimento é obrigatório, acarreta o decreto de revelia, reputando-se verdadeiros os fatos alegados, no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do juiz. 5. Por outro lado, além da situação de revelia, os documentos exibidos pelo recorrido evidenciam a veracidade de suas alegações. 6. Recurso conhecido e improvido. 7. Sentença mantida pelos seus próprios fundamentos. 8. Custas processuais, como recolhidas. 9. Honorários advocatícios fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação. 10. Súmula de Julgamento que, nos termos do art. 46, segunda parte, da Lei n.º 9.099/95, serve de acórdão.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima nominadas. DECIDEM os Senhores Juizes da SEGUNDA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL, por unanimidade, em conhecer do Recurso, mas negar-lhe provimento, mantendo a sentença no seu inteiro teor, pelos seus fundamentos. Custas processuais, como recolhidas. Honorários advocatícios fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação.

Votaram, além da Relatora, os Juizes SAMUEL BATISTA DE SOUZA (presidente) e CÍCERO DIAS DE SOUSA FILHO (membro).

Sala de Sessões da Segunda Turma Recursal Cível e Criminal, em São Luís, aos 25 de setembro de 2007.

Juíza Lucimary Campos Santos

Relatora

SEGUNDA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL SESSÃO DO DIA 16 DE OUTUBRO DE 2007

RECURSO N.º 548/2007-2

ORIGEM: 9.º JUÍZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO

RECORRENTE: BRADESCO SEGUROS S/A

ADVOGADO: DR. RHELMSON ATHAYDE ROCHA

RECORRIDO: JOSÉ BARBOSA DE SOUSA

ADVOGADO: DR. FRANCISCO COELHO DE SOUSA

RELATORA: JUÍZA LUCIMARY CAMPOS SANTOS

ACÓRDÃO N.º 19044/07

SÚMULA DE JULGAMENTO: AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT, POR MORTE EM ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. 1. – Comprovação do fato morte – Certidão de Óbito e registro de sua ocorrência no órgão policial competente é o bastante para advir o interesse de agir da parte beneficiária. 2. – O nexo causal está provado pela certidão de ocorrência policial e pela certidão de óbito anexadas aos autos. Ademais, a impugnação da validade probatória da documentação reunida pelo autor deve ser instruída com outros documentos ou testemunhas que a infirmem, eis que é da recorrente o ônus de provar os fatos extintivos do direito do recorrido (art. 333, inc. II, do CPC). 3. Qualquer seguradora participante do consórcio responde pelo pagamento da indenização, por haver solidariedade entre eles, estando ou não o veículo identificado e coberto. 4. – “A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres (DPVAT), não é motivo para recusa do pagamento da indenização”.- Súmula n.º 257 do STJ. 5. – As Leis n.ºs 6.025/75 e 6.423/77 não prevêm a ilegalidade na fixação do valor indenizatório decorrente de seguro obrigatório em salários mínimos, na forma do art. 3º da Lei n.º 6.194/74. 6. – Afronta o princípio da hierarquia das normas a Resolução da SUSEP que fixa valor inferior a 40 (quarenta) salários mínimos para o pagamento do seguro. 7. – Recurso de caráter protelatório - Embora seja um direito que lhe assiste, o Recorrente insiste em recorrer deste tipo de causa que já tem entendimento sumulado. 8. – Recurso conhecido e improvido. 9. – Sentença monocrática confirmada por seus próprios fundamentos jurídicos, fixando o valor indenizatório em 40 salários mínimos, ou seja, R\$ 15.200,00 (quinze mil e duzentos reais). 10. - Juros legais de 1% (um por cento) ao mês, contados a partir da citação e correção monetária a partir do ajuizamento do pedido. 11. – Custas processuais como recolhidas. Honorários advocatícios arbitrados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação. 12. – Súmula de julgamento que serve de acórdão por inteligência do art. 46, segunda parte, da Lei n.º 9.099/95.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima citadas. Decidem os Senhores Juizes da SEGUNDA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL, por unanimidade, em conhecer do Recurso, e no mérito negar-lhe provimento, mantendo a sentença monocrática em seus próprios fundamentos jurídicos, para condenar a recorrente a pagar 40 salários mínimos, ou seja, R\$ 15.200,00 (quinze mil e duzentos reais), a título de indenização do seguro obrigatório DPVAT. Juros legais de 1% (um por cento) ao mês contados a partir da citação e correção monetária contada a partir do ajuizamento do pedido. Custas processuais como recolhidas. Honorários advocatícios em 20% (vinte por cento) sobre o valor total de condenação.

Votaram, além da relatora, os juizes Samuel Batista de Souza (presidente) e Cícero Dias de Sousa Filho (membro).

Sala das Sessões da Segunda Turma Recursal Cível e Criminal, em São Luís, aos 16 de outubro de 2007.

Juíza Lucimary Campos Santos

Relatora

SEGUNDA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL SESSÃO DO DIA 25 DE SETEMBRO DE 2007

RECURSO N.º 383/2007 - 2

ORIGEM: 7.º JUÍZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO

1º RECORRENTE: AUCINÉA MIRANDA ARAGÃO

ADVOGADO: DR. EDILBERTO MACHADO NETO

2º RECORRENTE: MÁRCIO AUGUSTO AYRES DINIZ

ADVOGADO: DR. HAROLDO GUIMARÃES SOARES FILHO

1º RECORRIDO: MÁRCIO AUGUSTO AYRES DINIZ

ADVOGADO: DR. HAROLDO GUIMARÃES SOARES FILHO

2º RECORRIDO: AUCINÉA MIRANDA ARAGÃO

ADVOGADO: DR. EDILBERTO MACHADO NETO

RELATORA: JUÍZA LUCIMARY CAMPOS SANTOS

ACÓRDÃO N.º 19045/07

SÚMULA DO JULGAMENTO: 1. Recurso inominado. 2. Ação de cobrança. 3. 2º recorrente que realizou operação financeira com a 1ª recorrente, recebendo 3 (três) cheques como forma de pagamento. 4. 1ª recorrente que só efetuou o pagamento de parte da dívida, recusando-se a quitar o restante do débito, razão pela qual o 2º recorrente ingressou com ação judicial. 5. Elementos trazidos ao processo que corroboram com a pretensão autoral, e que não foram suficientemente eilididos pela 1ª recorrente, motivo pelo qual não deverá furtar-se da obrigação pactuada, devidamente comprovada através dos cheques apresentados juntamente com a inicial. Entretanto, o valor cobrado pelo 2º recorrente está bastante acima do devido, restando claro nos autos que a dívida advém de empréstimo a juros exorbitantes, o que foi, inclusive, confessado pelo 2º recorrente em audiência, razão pela qual deve ser reduzido, conforme entendeu o douto magistrado a quo. 6. Caracterizada a intempestividade do 1º recurso, uma vez que, tendo sido intimada no dia 08/06/04, a 1ª recorrente somente interpôs o recurso no dia 21/06/04, portanto fora do prazo legal disposto no art. 42, da Lei n.º 9.099/95. 7. 1º recurso não conhecido, face à intempestividade. 8. 2º recurso conhecido e improvido. 9. Sentença monocrática (fls. 26/29) mantida por seus próprios fundamentos, condenando a 1ª recorrente a pagar ao 2º recorrente a quantia de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais). 10. Juros legais e correção monetária como dispostos na sentença. 11. Custas processuais como recolhidas. 12. Sem condenação em honorários advocatícios, face à sucumbência recíproca. 13. Súmula do julgamento que serve de acórdão. inteligência do art. 46, segunda parte, da Lei n.º 9.099/95.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as pessoas acima nominadas. DECIDEM os Senhores Juizes da SEGUNDA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL, por unanimidade, em não conhecer do 1º recurso, face à sua intempestividade, e conhecer do 2º recurso, mas negar-lhe provimento, para manter a sentença monocrática por seus próprios fundamentos, condenando a 1ª recorrente a pagar ao 2º recorrente a quantia de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais). Juros

legais e correção monetária como dispostos na sentença. Custas processuais como recolhidas. Sem condenação em honorários advocatícios, face à sucumbência recíproca.

Votaram, além da Relatora, os Juízes Samuel Batista de Souza (presidente) e Cícero Dias de Sousa Filho (membro).

Sala das Sessões da Segunda Turma Recursal Cível e Criminal, em São Luís, aos 25 de setembro de 2007.

JUÍZA LUCIMARY CAMPOS SANTOS

Relatora

**SEGUNDA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL
SESSÃO DO DIA 25 DE SETEMBRO DE 2007**

RECURSO Nº 457/2007-2

ORIGEM: COMARCA DE TIMON

RECORRENTE: BRADESCO SEGUROS S/A

ADVOGADO: Dr. EDCARLOS JOSÉ DA COSTA

RECORRIDO: ROSINO PEREIRA SÁ SILVA NETO

ADVOGADO: Dr. FRANCÍLIO ALVES DE SOUSA

RELATORA: JUÍZA LUCIMARY CAMPOS SANTOS

ACÓRDÃO Nº 19046/07

SÚMULA DE JULGAMENTO: AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT), POR INVALIDEZ PERMANENTE DECORRENTE DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. 1. – Rejeitadas todas as preliminares levantadas pela Empresa, vez que as exigências citadas na Lei nº 6.194/74, em seu art. 5º, letra “a”, foram cumpridas pelo autor. 2. – O IML da Jurisdição do acidente quantificará as lesões físicas ou psíquicas permanentes, em laudo complementar, para fins do seguro DPVAT (art. 5º, § 5º, da Lei nº 6.194/74, acrescentado pela Lei nº 8.441/92). 3. – Qualquer seguradora participante do consórcio responde pelo pagamento da indenização, por haver solidariedade entre eles, estando ou não o veículo identificado e coberto. 4. – “A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres (DPVAT), não é motivo para recusa do pagamento da indenização”.- Súmula nº 257 do STJ. 5. – As Leis nºs 6.025/75 e 6.423/77 não prevêm a ilegalidade na fixação do valor indenizatório decorrente de seguro obrigatório em salários mínimos, na forma do art. 3º da Lei nº 6.194/74. 6. – Afronta o princípio da hierarquia das normas a Resolução da SUSEP que fixa valor inferior para o pagamento do seguro. 7. – Recurso de caráter protelatório - Embora seja um direito que lhe assiste, o Recorrente insiste em recorrer deste tipo de causa que já tem entendimento sumulado. 8. – Recurso conhecido e improvido. 9. – Sentença monocrática confirmada por seus próprios fundamentos jurídicos, fixando o valor indenizatório em R\$ 4.050,00 (quatro mil e cinquenta reais). 10. – Juros legais de 1% (um por cento) ao mês, contados a partir da citação, e correção monetária contada a partir do ajuizamento do pedido. 11. – Custas processuais como recolhidas. Honorários advocatícios arbitrados em 20% (vinte por cento) do valor da condenação. 12. – Súmula de julgamento que serve de acórdão por inteligência do art. 46, segunda parte, da Lei nº 9.099/95.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima citadas. Decidem os Senhores Juízes da SEGUNDA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL, por unanimidade, em conhecer do Recurso, e no mérito negar-lhe provimento, mantendo a sentença monocrática em seus próprios fundamentos jurídicos, condenando a recorrente a pagar R\$ 4.050,00 (quatro mil e cinquenta reais), a título de indenização do seguro obrigatório DPVAT. Juros legais de 1% (um por cento) ao mês, contados a partir da citação, e correção monetária contada a partir do ajuizamento do pedido. Custas processuais como recolhidas. Honorários advocatícios fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor total de condenação.

Votaram, além da relatora, os juízes Samuel Batista de Souza (presidente) e Cícero Dias de Sousa Filho (membro).

Sala das Sessões da Segunda Turma Recursal Cível e Criminal, em São Luís, aos 25 de setembro de 2007.

Juíza LUCIMARY CAMPOS SANTOS

RELATORA

SEGUNDA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL

SESSÃO DO DIA 25 DE SETEMBRO DE 2007

RECURSO Nº 436/2007-2

ORIGEM: 7.º JUÍZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO

RECORRENTE: UNIBANCO AIG SEGUROS S/A

ADVOGADA: Dra. CAROLINA DARMASO MARINHO

RECORRIDO: FRANCISCO OLIVEIRA ROCHA NETO

ADVOGADO: Dr. IVALDO CASTELO BRANCO S. JÚNIOR

RELATORA: JUÍZA LUCIMARY CAMPOS SANTOS

ACÓRDÃO Nº 19047/07

SÚMULA DE JULGAMENTO: AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT), POR INVALIDEZ PERMANENTE DECORRENTE DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. 1. – Rejeitadas todas as preliminares levantadas pela Empresa, vez que as exigências citadas na Lei nº 6.194/74, em seu art. 5º, letra “a”, foram cumpridas pelo autor. 2. – A prescrição do inciso IX do § 3º do art. 206 do Código Civil de 2002 não se aplica ao seguro DPVAT, por este não ser de responsabilidade civil obrigatória, estando subordinado ao prazo prescricional do art. 205 do mesmo diploma legal. (Enunciado 13 das TRCC's, aprovado no dia 16 de março de 2007). 3. – O IML da Jurisdição do acidente quantificará as lesões físicas ou psíquicas permanentes, em laudo complementar, para fins do seguro DPVAT (art. 5º, § 5º, da Lei nº 6.194/74, acrescentado pela Lei nº 8.441/92). 4. – Qualquer seguradora participante do consórcio responde pelo pagamento da indenização, por haver solidariedade entre eles, estando ou não o veículo identificado e coberto. 5. – “A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres (DPVAT), não é motivo para recusa do pagamento da indenização”.- Súmula nº 257 do STJ. 6. – As Leis nºs 6.025/75 e 6.423/77, não prevêm a ilegalidade na fixação do valor indenizatório decorrente de seguro obrigatório em salários mínimos, na forma do art. 3º da Lei nº 6.194/74. 7. – Afronta o princípio da hierarquia das normas a Resolução da SUSEP que fixa valor inferior para o pagamento do seguro. 8. – Recurso de caráter protelatório - Embora seja um direito que lhe assiste, o Recorrente insiste em recorrer deste tipo de causa que já tem entendimento sumulado. 9. – Recurso conhecido e improvido. 10. – Sentença monocrática confirmada por seus próprios fundamentos jurídicos, fixando o valor indenizatório em 25 (vinte e cinco) salários mínimos, o que equivale a R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais). 11. – Juros legais de 1% (um por cento) ao mês, contado a partir da citação e a correção monetária contada a partir do ajuizamento do pedido. 12. – Custas processuais como recolhidas. Honorários advocatícios arbitrados em 20% (vinte por cento) do valor da condenação. 13. – Súmula de julgamento que serve de acórdão por inteligência do art. 46, segunda parte, da Lei nº 9.099/95.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima citadas. Decidem os Senhores Juízes da SEGUNDA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL, por unanimidade, em conhecer do Recurso, e no mérito negar-lhe provimento, mantendo a sentença monocrática em seus próprios fundamentos jurídicos, condenando a recorrente a pagar 25 (vinte e cinco) salários mínimos, o que equivale a R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais), a título de indenização do seguro obrigatório DPVAT. Juros legais de 1% (um por cento) ao mês contados a partir da citação e correção monetária contada a partir do ajuizamento do pedido. Custas processuais como recolhidas. Honorários advocatícios em 20% (vinte por cento) sobre o valor total de condenação.

Votaram, além da relatora, os juízes Samuel Batista de Souza (presidente) e Cícero Dias de Sousa Filho (membro).

Sala das Sessões da Segunda Turma Recursal Cível e Criminal, em São Luís, aos 25 de setembro de 2007.

Juíza LUCIMARY CAMPOS SANTOS

RELATORA

SEGUNDA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL

SESSÃO DO DIA 25 DE SETEMBRO DE 2007

RECURSO Nº 443/2007-2

ORIGEM: 7.º JUÍZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO



RECORRENTE: BRADESCO SEGUROS S/A
ADVOGADO: Dr. RHELMSON ATHAYDE ROCHA
RECORRIDO: EVANDRO ALVES DE OLIVEIRA
ADVOGADO: Dr. IVALDO CASTELO BRANCO S. JÚNIOR
RELATORA: JUÍZA LUCIMARY CAMPOS SANTOS
ACÓRDÃO N.º 19048/07

SÚMULA DE JULGAMENTO: AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT), POR INVALIDEZ PERMANENTE DECORRENTE DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. 1. – Rejeitadas todas as preliminares levantadas pela Empresa, vez que as exigências citadas na Lei nº 6.194/74, em seu art. 5º, letra “a”, foram cumpridas pelo autor. 2. – A impugnação da validade probatória da documentação reunida pelo autor deve ser instruída com outros documentos ou testemunhas que a infirmem, eis que é da recorrente o ônus de provar os fatos extintivos do direito do autor (art. 333, inc. II, do CPC). 3. – O IML da Jurisdição do acidente quantificará as lesões físicas ou psíquicas permanentes, em laudo complementar, para fins do seguro DPVAT (art. 5º, § 5º, da Lei nº 6.194/74, acrescentado pela Lei nº 8.441/92). 4. – Qualquer seguradora participante do consórcio responde pelo pagamento da indenização, por haver solidariedade entre eles, estando ou não o veículo identificado e coberto. 5. – “A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres (DPVAT), não é motivo para recusa do pagamento da indenização”. – Súmula nº 257 do STJ. 6. – As Leis nºs 6.025/75 e 6.423/77 não prevêm a ilegalidade na fixação do valor indenizatório decorrente de seguro obrigatório em salários mínimos, na forma do art. 3º da Lei nº 6.194/74. 7. – Afronta o princípio da hierarquia das normas a Resolução da SUSEP que fixa valor inferior para o pagamento do seguro. 8. – Recurso de caráter protelatório – Embora seja um direito que lhe assiste, o Recorrente insiste em recorrer deste tipo de causa que já tem entendimento sumulado. 9. – Recurso conhecido e improvido. 10. – Sentença monocrática confirmada por seus próprios fundamentos jurídicos, fixando o valor indenizatório em 40 (quarenta) salários mínimos, o que equivale a R\$ 15.200,00 (quinze mil e duzentos reais). 11. – Juros legais de 1% (um por cento) ao mês, contados a partir da citação, e correção monetária contada a partir do ajuizamento do pedido. 12. – Custas processuais como recolhidas. Honorários advocatícios arbitrados em 20% (vinte por cento) do valor da condenação. 13. – Súmula de julgamento que serve de acórdão por inteligência do art. 46, segunda parte, da Lei nº 9.099/95.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima citadas. Decidem os Senhores Juízes da SEGUNDA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL, por unanimidade, em conhecer do Recurso, e no mérito negar-lhe provimento, mantendo a sentença monocrática em seus próprios fundamentos jurídicos, condenando a recorrente a pagar 40 (quarenta) salários mínimos, o que equivale a R\$ 15.200,00 (quinze mil e duzentos reais), a título de indenização do seguro obrigatório DPVAT. Juros legais de 1% (um por cento) ao mês, contados a partir da citação, e correção monetária contada a partir do ajuizamento do pedido. Custas processuais como recolhidas. Honorários advocatícios fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor total de condenação.

Votaram, além da relatora, os juízes Samuel Batista de Souza (presidente) e Cícero Dias de Sousa Filho (membro).

Sala das Sessões da Segunda Turma Recursal Cível e Criminal, em São Luís, aos 25 de setembro de 2007.

Juíza LUCIMARY CAMPOS SANTOS
RELATORA

SEGUNDA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL SESSÃO DO DIA 25 DE SETEMBRO DE 2007

RECURSO N.º 404/07-II

ORIGEM: 2ª JUÍZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO

RECORRENTE : FRANCISCA DE SOUSA FRANÇA
ADVOGADO : DR. IVALDO CASTELO BRANCO S. JÚNIOR
RECORRIDO : UNIBANCO AIG SEGUROS S/A

ADVOGADA : DRA. CAROLINA DARMASSO MARINHO
RELATORA : JUÍZA LUCIMARY CAMPOS SANTOS
ACÓRDÃO N.º 19049/07

SÚMULA DO JULGAMENTO. Seguro DPVAT – Descida de veículo parado – Amputação de membro – Nexo causal – Ausência de comprovação. I – A postulação ao pagamento da indenização do seguro obrigatório – DPVAT deve obedecer às exigências de comprovação do fato e do direito à sua percepção, contidas nas normas legais pertinentes. II – Improcedente é a ação quando não demonstrado que as lesões sofridas pela vítima decorreram de acidente automobilístico. III – Não existe, in casu, a característica de acidente automobilístico, pois não ocorreu nenhum evento causado pelo veículo ou seu condutor que tenha concorrido para o sinistro. IV – Considerando-se que a prova documental apresentada pela recorrente tem por origem declarações dadas por si e somente após mais de 2 (dois) anos do ocorrido, não possui a robustez exigida para servir de lastro probatório do nexo causal entre o fato e a lesão que debilitou a vítima. V – Recai sobre a autora o ônus probatório dos fatos constitutivos do seu direito, na forma disposta no art. 333, do Código de Processo Civil, do qual não logrou desincumbir-se satisfatoriamente. VI – Recurso conhecido e improvido. VII – Sentença mantida pelos seus fundamentos. VIII – Sem condenação ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, por litigar a recorrente amparada pelos benefícios da assistência gratuita. IX – Súmula de julgamento, que nos termos do art. 46, segunda parte, da Lei nº 9.099/95 serve de acórdão.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes FRANCISCA DE SOUSA FRANÇA e UNIBANCO AIG SEGUROS S/A, recorrente e recorrida, respectivamente, DECIDEM os Senhores Juízes da SEGUNDA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL, por unanimidade, em conhecer do recurso, mas negar-lhe provimento. Sem condenação em custas processuais nem em honorários advocatícios face à concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita.

Votaram, além da Relatora, os Juízes SAMUEL BATISTA DE SOUZA (presidente) e CÍCERO DIAS DE SOUSA FILHO (membro).

Sala das Sessões da SEGUNDA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL, em São Luís, aos 25 de setembro de 2007.

Juíza Lucimary Campos Santos
Relatora

SEGUNDA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL SESSÃO DO DIA 25 DE SETEMBRO DE 2007

RECURSO N.º 411/2007-2

ORIGEM: 11ª JUÍZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO

RECORRENTE: TELEMAR NORTE LESTE S/A

ADVOGADO: Dr. CRISTIANO ALVES F. RIBEIRO
RECORRIDO: FABRÍCIO JOSÉ DOS SANTOS FERREIRA
ADVOGADA: Dra. LETÍCIA OLIVEIRA COSTA PINHEIRO
RELATORA: JUÍZA LUCIMARY CAMPOS SANTOS
ACÓRDÃO N.º 19050/07

SÚMULA DO JULGAMENTO: 1. Recurso Inominado. 2. Ação Declaratória c/c Indenização por Danos Morais. 3. Recorrido que teve o nome incluído em cadastro de restrição ao crédito, por débitos referentes à utilização de linha telefônica, sem que tivesse solicitado a instalação da mesma. 4. Recorrente que não comprovou que o serviço foi contratado e, muito menos, utilizado pelo recorrido. Ademais, a própria recorrente reconheceu, em audiência, o equívoco, declarando ter cancelado a restrição existente no nome do recorrido. 5. A contratação dos serviços de telefonia mediante uso de terminal telefônico, sem a efetiva comprovação posterior ou assinatura de contrato pelo tomador do serviço, é risco imposto ao negócio pela própria ré, não podendo ser transferido para o consumidor. 6. Em havendo utilização de nome de terceiro para a obtenção de serviços, lograda que é a ré em sua atividade, a faz assumir, também, os riscos dos danos causados a esse terceiro. 7. Responsabilidade objetiva da empresa recorrente, independente do elemento culpa, bastando a existência do dano e do nexos de causalidade para existir o dever de indenizar a parte recorrida. 8. Danos morais configurados ante a inclusão indevida do nome do recorrido em cadastro de proteção ao crédito. 9. A parte

recorrente responde pelos prejuízos ocasionados ao recorrido, sendo o mesmo completamente hipossuficiente com referência às falhas nos procedimentos administrativos internos da empresa recorrente, qual seja, a inscrição indevida de seu nome no Serviço de Proteção ao Crédito, por débitos de linha telefônica instalada sem sua autorização. 10. Recurso conhecido e improvido. 11. Sentença monocrática (fls. 82/83) mantida por seus próprios fundamentos, condenando a empresa recorrente a pagar ao recorrido R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), a título de indenização por danos morais, sob pena de multa diária em benefício do autor, na ordem de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais). 12. Juros legais e correção monetária contados a partir da data da prolação da sentença condenatória (Enunciado 10, das Turmas Recursais Cíveis e Criminais do Estado do Maranhão). 13. Custas do processo recolhidas na forma da lei. 14. Honorários advocatícios fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação. 15. Súmula do julgamento que serve de acórdão. 16. Inteligência do art. 46, segunda parte, da Lei nº 9.099/95.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as pessoas acima nominadas. DECIDEM os Senhores Juízes da SEGUNDA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL, por unanimidade, em conhecer do Recurso Inominado e negar-lhe provimento, mantendo a sentença monocrática por seus próprios fundamentos, condenando a empresa recorrente a pagar ao recorrido R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), a título de indenização por danos morais, sob pena de multa diária em benefício do autor, na ordem de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais). Juros legais e correção monetária contados a partir da data da prolação da sentença condenatória (Enunciado 10, das Turmas Recursais Cíveis e Criminais do Estado do Maranhão). Custas do processo recolhidas na forma da lei. Honorários advocatícios fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação.

Votaram, além da Relatora, os juízes Samuel Batista de Souza (presidente) e Cícero Dias de Sousa Filho (membro).

Sala das sessões da Segunda Turma Recursal Cível e Criminal, em São Luís, aos 25 de setembro de 2007.

Juíza Lucimary Campos Santos

Relatora

SEGUNDA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL

SESSÃO DO DIA 25 DE SETEMBRO DE 2007

RECURSO N.º 238/2007-2

ORIGEM : COMARCA DE BARREIRINHAS

RECORRENTE : CEMAR – COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO

ADVOGADO : DR. ROGÉRIO COELHO ROCHA

RECORRIDO : FRANCISCO GONÇALVES NUNES

ADVOGADO : DR. ADLER GOMES LEITÃO

RELATORA : DRA. LUCIMARY CAMPOS SANTOS

ACÓRDÃO N.º 19051/07

SÚMULA DE JULGAMENTO. Recurso Cível. Ação de indenização por danos materiais e morais. Revelia. Sentença publicada em audiência. Aplicação do art. 322 do CPC. Recurso intempestivo. I – Publicada a sentença em audiência, o prazo para o recurso é contado a partir da publicação, independente de intimação, quando o requerido é revel e não tem advogado constituído nos autos, o que se verifica no caso. Assim, publicada a sentença em 17 de janeiro de 2007 e o recurso foi interposto a fora do prazo em 16 de fevereiro de 2007. II – Recurso não conhecido porque intempestivo. III – Custas processuais, como recolhidas. IV – Honorários advocatícios fixados em 20% sobre o valor da condenação. V – Súmula de julgamento, que nos termos do art. 46, segunda parte, da Lei nº 9.099/95 serve de acórdão.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes CEMAR – COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO e FRANCISCO GONÇALVES NUNES, recorrente e recorrido, respectivamente, DECIDEM os Senhores Juízes da SEGUNDA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL, por unanimidade, em não conhecer do recurso porque intempestivo.

Custas processuais, como recolhidas. Honorários advocatícios fixados em 20% sobre o valor da condenação.

Votaram, além da Relatora, os Juízes SAMUEL BATISTA DE SOUZA (presidente) e CÍCERO DIAS DE SOUSA FILHO (membro).

Sala das Sessões da SEGUNDA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL, em São Luís, aos 25 de setembro de 2007.

Juíza Lucimary Campos Santos

Relatora

SEGUNDA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL

SESSÃO DO DIA 25 DE SETEMBRO DE 2007

RECURSO N.º 408/0207-2

ORIGEM: COMARCA DE POÇÃO DE PEDRAS

RECORRENTE: CEMAR – COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO

ADVOGADO: DR. FERNANDO SÁVIO ANDRADE DE LIMA

RECORRIDO: CASSIANO RIBEIRO

ADVOGADO: DR. CARLOS LACERDA RODRIGUES NASCIMENTO

RELATORA: JUÍZA LUCIMARY CAMPOS SANTOS

ACÓRDÃO N.º 19052/07

SÚMULA DO JULGAMENTO. I – Recorrido que estava em débito com a empresa recorrente, efetivando o pagamento da fatura após 1 (um) mês. II – Ocorre que mesmo 20 (vinte) dias depois do pagamento a empresa recorrente inscreveu indevidamente o nome do recorrido em cadastro de restrição ao crédito, só retirando a negativação após determinação judicial. III – A inscrição indevida do nome do consumidor em cadastro de restrição ao crédito, por dívida já paga, é conduta apta a gerar dano moral, indenizável nos termos do art. 5º, X, da Constituição Federal e arts. 186 e 927 do Código Civil. IV – Presume-se o dano moral com a prática de ato que viola o ordenamento jurídico (teoria do danum in re ipsa), na hipótese, o art. 5º, X, da Constituição Federal e arts. 186 e 927 do Código Civil. V – Recurso conhecido e improvido. VI – Sentença confirmada por seus próprios fundamentos (fls. 21), condenando a recorrente a pagar ao recorrido R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), a título de indenização por danos morais. VII – Juros legais e correção monetária contados a partir da prolação da sentença monocrática, de acordo com o Enunciado 10, TRCC's do Estado do Maranhão. VIII – Custas processuais, como recolhidas. IX – Honorários advocatícios fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação. X – Súmula que, nos termos do art. 46, segunda parte, da Lei nº 9.099/95, serve de julgamento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima nominadas, DECIDEM os senhores juizes da SEGUNDA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL, por unanimidade, em conhecer do Recurso e negar-lhe provimento, mantendo a sentença por seus próprios fundamentos, condenando a recorrente a pagar ao recorrido R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), a título de indenização por danos morais. Juros legais e correção monetária contados a partir da prolação da sentença monocrática, de acordo com o Enunciado 10, TRCC's do Estado do Maranhão. Custas processuais, como recolhidas. Honorários advocatícios fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação.

Votaram, além da Relatora, os Juízes Samuel Batista de Souza (presidente) e Cícero Dias de Sousa Filho (membro).

Sala das sessões da SEGUNDA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL, em 25 de setembro de 2007.

Juíza Lucimary Campos Santos

Relatora

SEGUNDA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL

SESSÃO DO DIA 25 DE SETEMBRO DE 2007

RECURSO N.º 361/2007 - 2

ORIGEM: 7º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO

RECORRENTE: TELEMAR NORTE LESTE S/A

ADVOGADO: Dr. CRISTIANO ALVES F. RIBEIRO

RECORRIDO: JOÃO PAULO DO VALE PEREIRA

ADVOGADO: NÃO CONSTA NOS AUTOS

RELATORA: JUÍZA LUCIMARY CAMPOS SANTOS

ACÓRDÃO N.º 19053/07

SÚMULA DO JULGAMENTO: 1. Ação de Indenização por Danos Materiais. 2. Recorrido que mantém contrato de prestação de serviços de provedor de acesso à internet da empresa recorrente e que, ao solicitar a transferência do sistema Velox para sua nova residência, devido à má prestação do serviço, seu computador foi danificado por funcionários da empresa recorrente. Alega, ainda, que a referida empresa cobrou multa rescisória, alegando que, ao mudar de endereço, o recorrido estaria rescindindo contrato dentro do período de carência, sendo obrigado a realizar outro contrato, razão pela qual teve que pagar, durante dois meses, de forma duplicada, pela prestação do serviço. 3. Não comprovada a alegação de culpa exclusiva do autor, já que a empresa não apresentou qualquer contrato assinado pelas partes, o qual demonstraria a plena ciência de todos os seus termos pelo recorrido. 4. Constatado que, da maneira como foi realizada a segunda instalação, houve uma prorrogação do primeiro contrato, e não a celebração de um novo contrato. Assim, não tendo sido concedida ao autor a possibilidade de ter ciência das regras contratuais, incabível é a exigência de multa rescisória, da qual aquele sequer tinha conhecimento. 5. Caracterizada a ocorrência de danos materiais, os quais devem ser ressarcidos. 6. Recurso conhecido e improvido. 7. Sentença monocrática (fls. 14/16) confirmada pelos seus próprios fundamentos, condenando a empresa recorrente ao pagamento de indenização a título de danos materiais no valor de R\$ 462,00 (quatrocentos e sessenta e dois reais). 8. Juros legais e correção monetária como dispostos na sentença monocrática. 9. Condenação da recorrente nas custas do processo, como recolhidas. Sem pagamento dos honorários advocatícios, uma vez que o recorrido não está representado por advogado. 10. Súmula do julgamento que serve de acórdão, nos termos do art. 46, segunda parte, da Lei nº 9.099/95.

ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as pessoas acima nominadas. DECIDEM os Senhores Juízes da SEGUNDA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, mantendo a sentença monocrática por seus próprios fundamentos, para condenar a empresa recorrente ao pagamento de indenização a título de danos materiais no valor de R\$ 462,00 (quatrocentos e sessenta e dois reais). Custas processuais, como recolhidas. Sem pagamento dos honorários advocatícios, uma vez que o recorrido não está representado por advogado.

Votaram, além da Relatora, os juízes Samuel Batista de Souza (presidente) e Cícero Dias de Sousa Filho (membro).

Sala das sessões da Segunda Turma Recursal Cível e Criminal, em São Luís, aos 25 de setembro de 2007.

Juíza Lucimary Campos Santos
Relatora

SEGUNDA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL
SESSÃO DO DIA 16 DE OUTUBRO DE 2007

RECURSO N.º 545/2007-2

ORIGEM: TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL

RECORRENTE: BRADESCO SEGUROS S/A

ADVOGADO: DR. RHELMSON ATHAYDE ROCHA

RECORRIDOS: RAIMUNDO FERREIRA DA SILVA E OUTRA

ADVOGADA: DRA. ANGÉLICA CRISTINA GOMES CATANHEDE

RELATORA: JUÍZA LUCIMARY CAMPOS SANTOS

ACÓRDÃO N.º 19054/07

SÚMULA DE JULGAMENTO: AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT, POR MORTE EM ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. 1. – Comprovação do fato morte – Certidão de Óbito e registro de sua ocorrência no órgão policial competente é o bastante para advir o interesse de agir da parte beneficiária. 2. – O nexo causal está provado pela certidão de ocorrência policial, prontuário de admissão hospitalar e pela certidão de óbito anexados aos autos. Ademais,

a impugnação da validade probatória da documentação reunida pelos autores deve ser instruída com outros documentos ou testemunhas que a infirmem, eis que é da recorrente o ônus de provar os fatos extintivos do direito dos recorridos (art. 333, inc. II, do CPC). 3. Qualquer seguradora participante do consórcio responde pelo pagamento da indenização, por haver solidariedade entre eles, estando ou não o veículo identificado e coberto. 4. – “A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres (DPVAT), não é motivo para recusa do pagamento da indenização”.- Súmula nº 257 do STJ. 5. – As Leis nºs 6.025/75 e 6.423/77 não prevêm a ilegalidade na fixação do valor indenizatório decorrente de seguro obrigatório em salários mínimos, na forma do art. 3º da Lei nº 6.194/74. 6. – Afronta o princípio da hierarquia das normas a Resolução da SUSEP que fixa valor inferior a 40 (quarenta) salários mínimos para o pagamento do seguro. 7. – Recurso de caráter protelatório - Embora seja um direito que lhe assiste, o Recorrente insiste em recorrer deste tipo de causa que já tem entendimento sumulado. 8. – Recurso conhecido e improvido. 9. – Sentença monocrática confirmada por seus próprios fundamentos jurídicos, fixando o valor indenizatório em 40 salários mínimos, ou seja, R\$ 14.000,00 (catorze mil reais). 10. – Juros legais de 1% (um por cento) ao mês, contados a partir da citação e correção monetária a partir do ajuizamento do pedido. 11. – Custas processuais como recolhidas. Honorários advocatícios arbitrados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação. 12. – Súmula de julgamento que serve de acórdão por inteligência do art. 46, segunda parte, da Lei nº 9.099/95.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima citadas. Decidem os Senhores Juízes da SEGUNDA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL, por unanimidade, em conhecer do Recurso, e no mérito negar-lhe provimento, mantendo a sentença monocrática em seus próprios fundamentos jurídicos, para condenar a recorrente a pagar 40 salários mínimos, ou seja, R\$ 14.000,00 (catorze mil reais), a título de indenização do seguro obrigatório DPVAT. Juros legais de 1% (um por cento) ao mês contados a partir da citação e correção monetária contada a partir do ajuizamento do pedido. Custas processuais como recolhidas. Honorários advocatícios em 20% (vinte por cento) sobre o valor total de condenação.

Votaram, além da relatora, os juízes Samuel Batista de Souza (presidente) e Cícero Dias de Sousa Filho (membro).

Sala das Sessões da Segunda Turma Recursal Cível e Criminal, em São Luís, aos 16 de outubro de 2007.

Juíza Lucimary Campos Santos
Relatora

SEGUNDA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL
SESSÃO DO DIA 16 DE OUTUBRO DE 2007

RECURSO N.º 532/2007-2

ORIGEM: 3ª JUÍZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO

RECORRENTE: BRADESCO SEGUROS S/A

ADVOGADO: DR. RHELMSON ATHAYDE ROCHA

RECORRIDA: MARIA DAS MERCEDES DA SILVA PINHO

ADVOGADO: DR. JOSÉ PAULO ALVIM NETO

RELATORA: JUÍZA LUCIMARY CAMPOS SANTOS

ACÓRDÃO N.º 19055/07

SÚMULA DE JULGAMENTO: AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT, POR MORTE EM ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. 1. – Comprovação do fato morte – Certidão de Óbito e registro de sua ocorrência no órgão policial competente é o bastante para advir o interesse de agir da parte beneficiária. 2. – Qualquer seguradora participante do consórcio responde pelo pagamento da indenização, por haver solidariedade entre eles, estando ou não o veículo identificado e coberto, não importando qual seja a finalidade do mesmo. 3. – “A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres (DPVAT), não é motivo para recusa do pagamento da indenização”.- Súmula nº 257 do STJ. 4. – As Leis nºs 6.025/75 e 6.423/77 não prevêm a ilegalidade na

fixação do valor indenizatório decorrente de seguro obrigatório em salários mínimos, na forma do art. 3º da Lei nº 6.194/74. 5. – Afronta o princípio da hierarquia das normas a Resolução da SUSEP que fixa valor inferior a 40 (quarenta) salários mínimos para o pagamento do seguro. 6. – Embora seja um direito que lhe assiste, o Recorrente insiste em recorrer deste tipo de causa que já tem entendimento sumulado. 7. – Recurso conhecido e improvido. 8. – Sentença monocrática confirmada por seus próprios fundamentos jurídicos, condenando a recorrer a pagar 40 (quarenta) salários mínimos, o que corresponde a R\$ 15.200,00 (quinze mil e duzentos reais), a título de indenização do seguro obrigatório DPVAT. 9. – Juros legais de 1% (um por cento) ao mês, contados a partir da citação e correção monetária a partir do ajuizamento do pedido. 10. – Custas processuais como recolhidas. Honorários advocatícios fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação. 11. – Súmula de julgamento que serve de acórdão por inteligência do art. 46, segunda parte, da Lei nº 9.099/95.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima citadas. Decidem os Senhores Juízes da SEGUNDA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL, por unanimidade, em conhecer do Recurso, e no mérito negar-lhe provimento, mantendo a sentença monocrática em seus próprios fundamentos jurídicos, condenando a recorrer a pagar 40 (quarenta) salários mínimos, o que corresponde a R\$ 15.200,00 (quinze mil e duzentos reais), a título de indenização do seguro obrigatório DPVAT. Juros legais de 1% (um por cento) ao mês, contados a partir da citação e correção monetária a partir do ajuizamento do pedido. Custas processuais como recolhidas. Honorários advocatícios fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação.

Votaram, além da relatora, os juízes Samuel Batista de Souza (presidente) e Cícero Dias de Sousa Filho (membro).

Sala das Sessões da Segunda Turma Recursal Cível e Criminal, em São Luís, aos 16 de outubro de 2007.

JUÍZA LUCIMARY CAMPOS SANTOS
RELATORA

SEGUNDA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL SESSÃO DO DIA 09 DE OUTUBRO DE 2007

RECURSO: 499/2007-2

ORIGEM: 8ª JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO

RECORRENTE: CEMAR- COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO

ADVOGADO: DR. WASHINGTON LOPES

RECORRIDO: LUIZ CARLOS RIBEIRO MALHEIROS E OUTRA

ADVOGADO: DR. ALDEFERRE FERREIRA SANTOS

RELATORA: JUÍZA LUCIMARY CAMPOS SANTOS

ACÓRDÃO Nº 19056/07

SÚMULA DO JULGAMENTO: Ação de indenização. 1. Recorrente que efetuou a troca de medidor de energia do imóvel dos recorridos sem sua solicitação. Ocorre que a partir disso, houve uma elevação exorbitante nas cobranças das faturas de consumo de energia. 2. Recorridos que procuraram a empresa recorrente para tentar solucionar o problema, sem obterem êxito. 3. Recorridos que tiveram o fornecimento de energia do imóvel suspenso, sem a observância da legislação pertinente, principalmente violando o disposto no Código de Defesa do Consumidor e na Resolução da ANEEL. Desta feita, em que pese a recorrente ter alegado que possui sistema rigoroso de manutenção e fiscalização de medidores, não logrou êxito em demonstrar que a leitura do medidor estava correta, não apresentando qualquer prova que desconstituísse o alegado direito dos autores. 4. Caracterizada a falha na prestação do serviço, gerando a obrigação de indenizar pelo danos sofridos. 5. Responsabilidade objetiva da empresa recorrente, independentemente da existência de dolo ou culpa. 6. Danos morais decorrentes da frustração, percalços e desassossego sofridos pelos recorridos trazendo à tona a aplicação do artigo 14 do Código de Defesa do Consumidor. 7. Recurso conhecido e improvido. 8. Sentença (fl. 58) mantida por seus próprios fundamentos, condenando a recorrente a pagar aos recorridos a quantia de R\$ 3.800,00 (três mil e

oitocentos reais), a título de indenização por danos morais, sob pena de multa diária em caso de descumprimento da decisão judicial no valor de R\$ 380,00 (trezentos e oitenta reais). 9. Custas processuais como recolhidas na forma da lei. Honorários advocatícios arbitrados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação. 10. Súmula de julgamento que serve de acórdão, nos termos do art. 46, parte final, da Lei nº 9.099/95.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima citadas. Decidem os Senhores Juízes da SEGUNDA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL, por unanimidade, em conhecer do Recurso, e no mérito negar-lhe provimento, mantendo a sentença monocrática em seus próprios fundamentos jurídicos, condenando a recorrer a pagar aos recorridos a quantia de R\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais), a título de indenização por danos morais, sob pena de multa diária em caso de descumprimento da decisão judicial no valor de R\$ 380,00 (trezentos e oitenta reais). Custas processuais como recolhidas. Honorários advocatícios fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor total de condenação.

Votaram, além da relatora, os juízes Samuel Batista de Souza (presidente) e Cícero Dias de Sousa Filho (membro).

Sala das Sessões da Segunda Turma Recursal Cível e Criminal, em São Luís, aos 09 de outubro de 2007.

JUÍZA LUCIMARY CAMPOS SANTOS
RELATORA

SEGUNDA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL SESSÃO DO DIA 16 DE OUTUBRO DE 2007

RECURSO Nº. 232/2007 – 2

ORIGEM: COMARCA DE PAÇO DO LUMIAR

RECORRENTE: JOSENILDE DE CASTRO PIRES SAMPAIO

ADVOGADO: DR. MANOEL XIMENES NETO

RECORRIDO: BANCO FINASA S/A

ADVOGADO: DR. JOSÉ LUIZ DA COSTA PAIVA

RELATORA: JUÍZA LUCIMARY CAMPOS SANTOS

ACÓRDÃO N.º 19057/07

EMENTA. 1. Embargos à execução. 2. Erro material inexistente. 3. Aplicação indevida do art. 463, inciso I, do Código de Processo Civil. 4. Reforma de sentença já transitada em julgado. 5. Coisa julgada. 6. Extinção do processo sem resolução do mérito. 6. Aplicação do art. 267, inciso V, do Código de Processo Civil. 7. Recurso conhecido e provido. 8. Reforma da decisão que julgou os embargos à execução, julgando procedente o pedido da autora, restabelecendo-se a sentença monocrática anteriormente prolatada. 9. Custas legais, como recolhidas. 11. Sem condenação em honorários advocatícios.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as pessoas acima nominadas, DECIDEM os Senhores Juízes da SEGUNDA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL, por unanimidade, em conhecer do Recurso e dar-lhe provimento, reformando a decisão que julgou os embargos à execução, julgando procedente o pedido da autora, restabelecendo-se a sentença monocrática anteriormente prolatada. Custas processuais, como recolhidas. Sem condenação em honorários advocatícios.

Votaram, além da Relatora, os Juízes Samuel Batista de Souza (presidente) e Cícero Dias de Sousa Filho (membro).

Sala das Sessões da SEGUNDA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL, em São Luís, aos 16 de outubro de 2007.

Juiza Lucimary Campos Santos
Relatora

SEGUNDA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL SESSÃO DO DIA 16 DE OUTUBRO DE 2007

RECURSO Nº 340/2007 – 2

ORIGEM: 11ª JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO

RECORRENTE: DIRCEU SOARES DE QUADROS NEPOMUCENO

ADVOGADO: DR. JOSÉ CAVALCANTE DE ALENCAR JÚNIOR

RECORRIDA: EUNICE FERNANDES DA SILVA



ADVOGADO: DR. ROBERTO CHARLES DE MENEZES DIAS

RELATORA: JUÍZA LUCIMARY CAMPOS SANTOS

ACÓRDÃO Nº19058/07

EMENTA: 1 – Recurso Inominado. 2 – Ação de cobrança. 3 – Afastada a inversão do ônus da prova, erroneamente aplicada ao caso, por não restar configurada relação de consumo entre as partes. 4 – Inaccolhida a alegada prescrição da pretensão, entendendo-se aplicável a regra geral do art. 205, o qual determina que o prazo será de 10 (dez) anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor. 4 - Recorrida que comparece em juízo pleiteando o recebimento de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), referentes a jóias que não teriam sido devolvidas pelo recorrente, entretanto não comprova que as mesmas estão avaliadas no mencionado valor. 5 – Ausência de suporte fático probatório nos termos do artigo 333, I, do CPC. 6 – Recurso conhecido e provido para reformar a sentença e excluir a condenação do recorrente no pagamento de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), bem como da multa aplicada. 7 – Custas processuais, como recolhidas. 8 – Sem condenação em honorários advocatícios.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas. DECIDEM os Senhores Juízes da Segunda Turma Recursal Cível e Criminal, por unanimidade, em conhecer do recurso inominado e dar-lhe provimento para reformar a sentença atacada e excluir a condenação do recorrente no pagamento de R\$ 12.000,00 (doze mil reais). Custas processuais, como recolhidas. Sem condenação em honorários advocatícios.

Votaram, além da relatora, os Juízes Samuel Batista de Souza (presidente) e Cícero Dias de Sousa Filho (membro).

Sala das Sessões da Segunda Turma Recursal Cível e Criminal, em São Luís, aos 16 de outubro de 2007.

JUÍZA LUCIMARY CAMPOS SANTOS

Relatora

SEGUNDA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL

SESSÃO DO DIA 16 DE OUTUBRO DE 2007

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 108/2007-2

ORIGEM: 10º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

IMPETRANTE: MARIA FRANCISCA MOTA RABELO

ADVOGADO: Dr. RAIMUNDO GERALDO R. DA COSTA

IMPETRADO: ATO DA MM.ª JUÍZA DE DIREITO DO 10º JUIZADO

ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO

LITISCONSORTE: NOKIA DO BRASIL LTDA E C&A MODAS LTDA

RELATORA: JUÍZA LUCIMARY CAMPOS SANTOS

ACÓRDÃO N.º 19059/07

EMENTA: 1. Mandado de segurança. 2. O objeto do mandado de segurança será sempre atacar quaisquer atos de autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público, praticados ilegalmente ou com abuso de poder em ofensa a direito individual e coletivo. 3. Quando a lei alude a direito líquido e certo, está exigindo que esse direito se apresente com todos os requisitos para seu reconhecimento e exercício no momento da impetração, ou seja, direito líquido e certo é direito comprovado de plano, logo, comprovada a ilegalidade do ato, configurada está a existência de direito líquido e certo, para fins de segurança. 4. Pelo disposto no art. 50., inciso LXIX da Constituição Federal e art. 10. da Lei no. 1.533/51, será concedido mandado de segurança sempre que houver ofensa a direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data. 5. In casu, cabível o presente mandamus, vez que quando da interposição da ação, o enunciado 11 das TRCC's do Estado do Maranhão ainda não estava em vigência, aplicando-se in totum, o disposto no art. 4º, da Lei n.º 1.060/50, o qual não exige momento determinado para o requerimento do pedido de assistência judiciária gratuita. Ademais, a impetrante comprovou o alegado estado de pobreza ao apresentar, juntamente com a sua peça recursal, contracheque onde resta provado que a mesma recebe remuneração mensal inferior a 2 (dois) salários mínimos. 7. Concedida a segurança pleiteada, para suspender a decisão proferida e determinar o processamento do recurso, independentemente do pagamento de preparo.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as pessoas acima nominadas. DECIDEM os Senhores Juízes da SEGUNDA

TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL, à unanimidade, acolhendo o parecer do duto representante do Ministério Público, conceder a segurança pleiteada, suspendendo a decisão proferida e determinando o processamento do recurso, independentemente do pagamento de preparo.

Votaram, além da Relatora, os Juízes SAMUEL BATISTA DE SOUZA (Presidente) e CÍCERO DIAS DE SOUSA FILHO (Membro).

Sala das Sessões da Segunda Turma Recursal Cível e Criminal, em São Luís aos 16 de outubro de 2007.

LUCIMARY CAMPOS SANTOS

Juíza Relatora

COMARCA DA CAPITAL

CÍVEL E COMÉRCIO

PRIMEIRO CARTORIO CÍVEL: - JUÍZO DE DIREITO AUXILIAR DA PRIMEIRA VARA CÍVEL – JUIZ: DR. SEBASTIÃO JOAQUIM LIMA BONFIM – ESCRIVÃ: LAURA RABELO.

RESENHAS

1. Proc. 30377/2006 – Reg. 887/06 – Notificação – Notificante: EUROMAR AUTOMÓVEIS E PEÇAS LTDA. (Advs. Michelle Adriane Saraiva Silva e Ana Luísa Rosa Veras) – Notificado: JONATAN PRESTINI SOARES. Despacho de fls. 32: “Recebi hoje, Diga o autor, quanto a certidão de fls. 31, no prazo de 05 (cinco) dias. Cumpra-se. São Luís, 30 de outubro de 2007. a) – Sebastião Joaquim Lima Bonfim - Juiz de Direito, resp. pela 1ª Vara Cível”.

2.Proc. 7485/2007 – Reg. 217/07 – Ação de Indenização – Autor: GENILSON CARVALHO CUNHA. (Advs. Eduardo Silva Fernandes e outros) – Réu: C&A-IBI. (Advs. Glycia de Almeida Martins Raposo e outros). Despacho de fls. 161: “Recebi hoje, Cumpra-se, imediatamente, o despacho de fls. 143. Despacho de fls. 143: “Presente os pressupostos de admissibilidade, encaminhe-se os presentes autos ao Egrégio Tribunal de Justiça para apreciação do recurso, com nossas homenagens. Cumpra-se.” São Luís, 06 de novembro de 2007. a) – Sebastião Joaquim Lima Bonfim - Juiz de Direito, resp. pela 1ª Vara Cível”.

3.Proc. 449/1988 – Reg. 168/88 – Ação de Indenização – Autor: CARLOS FERNANDO RODRIGUES. (Advs. Marco Antonio Ferreira da Silveira, Marco Antonio Ferreira da Silveira Júnior) – Réu: RÁPIDO 900 TRANSPORTE RODOVIÁRIO LTDA. (Advs. Pedro Baptista Pinheiro, Sylvio Krasilchik e outros). Conclusão da decisão de fls. 610: “DETERMINO a expedição de Alvará da parte remanescente da penhora efetivada, depositada na cardeneta de poupança no Banco do Brasil S/A, sob o nº 1600001892031, Agência 2972-6 (Palácio dos Leões), em nome do causídico, Dr. Marco Antônio Ferreira da Silveira, advogado do Senhor Carlos Fernando Rodrigues. Considerando, finalmente, a transação celebrada entre as partes, e homologada por este Juízo na forma do artigo 269, III do Código de Processo Civil, determino o arquivamento de todas as Ações que tramitam envolvendo as partes, ou seja, Carlos Fernando Rodrigues e Rápido 900 Transporte Rodoviário Ltda. Cumpra-se. São Luís, 01 de novembro de 2007. a) – Sebastião Joaquim Lima Bonfim - Juiz de Direito, resp. pela 1ª Vara Cível”.

4.Proc. 7186/2005 – Reg. 226/05 – Ação de Redibitória c/c Perdas e Danos – Autor: IRACEMA SANTIAGO FERREIRA. (Defensor Público Frank Lúcio Dantas Noronha) – Réu: MARIA DA SOLEDADE DA COSTA SILVA. (Defensora Pública Ivanilde Coelho Mesquita). Despacho de fls. 81: “Recebi hoje, Intime-se a parte, quanto a petição de fls. 79/80, no prazo de 05(cinco) dias. Cumpra-se. São Luís, 29 de outubro de 2007. a) – Sebastião Joaquim Lima Bonfim - Juiz de Direito, resp. pela 1ª Vara Cível”.

5.Proc. 5517/2003 – Reg. 162/03 – Ação de Indenização – Autor: JOSÉ CARLOS MINEIRO. (Advs. Orlando da Silva Campos e outro) – Réu: BBA FOMENTO COMERCIAL E FIAT SERVIÇOS TÉCNICOS EM ADMINISTRAÇÃO LTDA. (Advs. Odimar Azenete Matteuci Campelo e

outros) Despacho de fls. 178: “Recebi hoje, Presentes os pressupostos de admissibilidade, encaminhem-se os presentes ao Egrégio Tribunal de Justiça. Com nossas homenagens. Cumpra-se. São Luís, 29 de outubro de 2007. a) – Sebastião Joaquim Lima Bonfim - Juiz de Direito, resp. pela 1ª Vara Cível”.

6.Proc. 7974/2003 – Reg. 228/03 – Ação Sumária – Autor: ANNA PRISCYLLA NOGUEIRA. (Advs. Francisco Coelho de Sousa e outro) – Réu: BRADESCO SEGUROS S.A. (Advs. Rhelmsom Athayde Rocha e outros). Conclusão da Decisão de fls. 202: “Em face do acordo celebrado, indefiro o pedido de fls. 200/201 e determino a expedição de alvará judicial no valor de R\$ 20.420,00 (vinte mil, quatrocentos e vinte reais) em nome do representante legal da requerente, bem como alvará judicial no valor de R\$ 1.580,00 (um mil quinhentos e oitenta reais) em nome do advogado Francisco Coelho de Sousa. Arquivem-se com as cautelas legais. Cumpra-se. São Luís, 06 de novembro de 2007. a) – Sebastião Joaquim Lima Bonfim - Juiz de Direito, resp. pela 1ª Vara Cível”.

7.Proc. 11491/2007 – Reg. 351/07 – Ação de Reintegração de Posse – Autor: ITAULEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL. (Advs. Odimar Azenete Matteucci Campelo e outros) – Réu: NORMAN KÉSIA COELHO ARAÚJO. Despacho de fls. 25: “Recebi hoje, Diga o autor, quanto a certidão de fl. 24, no prazo de 05 (cinco) dias. Cumpra-se. São Luís, 05 de novembro de 2007. a) – Sebastião Joaquim Lima Bonfim - Juiz de Direito, resp. pela 1ª Vara Cível”.

8.Proc. 10592/2007 – Reg. 315/07 – Ação de Cobrança (DPVAT) – Autor: MARIA DAS MERCÊS COSTA DOS SANTOS. (Adv. Julyana Val de Oliveira) – Réu: BRADESCO SEGUROS S.A. (Advs. Rhelmsom Athayde Rocha e outros) Despacho de fls. 71: “Recebi hoje, Vista ao Ministério Público, para se manifestar acerca das fls. 68/70. Cumpra-se. São Luís, 05 de novembro de 2007. a) – Sebastião Joaquim Lima Bonfim - Juiz de Direito, resp. pela 1ª Vara Cível”.

9.Proc. 680/2001 – Reg. 20/01 – Ação de Indenização – Autor: CARLOS MAGNO TAVARES TROVÃO. (Advs. Ivan Wilson de Araújo Rodrigues e outros) – Réu: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. (Advs. Maria Gabriela Silva Portela e outros); Litisdenunciada: FAZENDA PROSPERIDADE, COMÉRCIO, INDÚSTRIA E AGROPECUÁRIA LTDA (Advs. Carlos Augusto Macêdo Couto e outro). Despacho de fls. 278: “Recebi hoje, Presentes os pressupostos de admissibilidade, encaminhem-se os presentes autos ao Egrégio Tribunal de Justiça. Com nossas homenagens. Cumpra-se. São Luís, 05 de novembro de 2007. a) – Sebastião Joaquim Lima Bonfim - Juiz de Direito, resp. pela 1ª Vara Cível”.

SENTENÇAS

10.Proc. 22128/2007 - Reg. 823/07 – Execução de Sentença - Autor: LUIS FERNANDO DOMINICI CASTELO BRANCO E OUTRO. (Adv. Tamir Buhatem Maluf) – Réu: COMPANHIA ITAULEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL. (Advs. Jimmy Sossrestres Ranyere Costa Sá, Irineu Roberto Alves e outros). Conclusão da Sentença de fls. 637/638: “Em face ao exposto, homologo, por sentença, o acordo celebrado entre as partes e julgo extinto o processo para que produza seus jurídicos e legais efeitos, nos termos do art. 269, inciso III do CPC. Expeça-se alvará judicial no valor de R\$ 256.154,84 (duzentos e cinquenta e seis mil, cento e cinquenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos), em nome do advogado Luís Fernando Dominici Castelo Branco. Fixo as custas judiciais, de forma pro rata, na importância de 02(dois) salários mínimos. Após o trânsito em julgado, archive-se com as cautelas legais. PRI. Cumpra-se. São Luís, 07 de novembro de 2007. a) – Sebastião Joaquim Lima Bonfim - Juiz de Direito, resp. pela 1ª Vara Cível”.

11.Proc. 18446/2007 – Reg. 637/07 – Ação Sumaríssima – Autor: ELBA GOMIDE MOCHEL. (Advs. Jezanias do Rego Monteiro, Pedro Leonel Pinto de Carvalho e outros) – Réu: AMAZÔNIA CELULAR S/A. (Advs. Márcio Araújo da Silva e outros). Conclusão da Sentença proferida em audiência de fls. 126: “Vistos, etc... Homologo, por sentença, para que

produza seus jurídicos e legais efeitos, a manifestação de vontade celebrada entre as partes e, o faço com fundamento no artigo 269, III do Código de Processo Civil. Dou a presente decisão por publicada e as partes intimadas em audiência. Após o cumprimento do acordo, arquivem-se com as cautelas legais e de estilo. Cumpra-se. São Luís, 08 de novembro de 2007. a) – Sebastião Joaquim Lima Bonfim - Juiz de Direito, resp. pela 1ª Vara Cível”.

INTIMAÇÃO DA PARTE VIA ADVOGADO

12.Proc. 12925/2007 – Reg. 391/07 – Ação Ordinária de Cobrança – Autor: MARYLENE BARTIRA COSTA. (Advs. Josiléa Carvalho Cabral e outros) – Réu: BANCO DO BRASIL S/A. (Advs. Temístocles Cutrim Serra). Falar sobre Contestação e documentos de fls. 22/30.

13.Proc. 8837/2004 – Reg. 317/04 – Ação de Busca e Apreensão – Autor: BANCO DIBENS S/A. (Adv. Alex dos Santos Ponte) – Réu: JOSÉ RIBAMAR SILVA SANTOS. (Adv. José Israel Rocha Corrêa). Falar sobre Contestação e documentos de fls. 45/54.

Confere com o original; dou fé. São Luís, 08 de novembro de 2007.

Laura Rabelo

Escrivã.

3ª VARA CÍVEL

3ª SECRETARIA CÍVEL RESENHAS

3ª SECRETARIA CÍVEL DA CAPITAL DE SÃO LUÍS. JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL

JUIZ DE DIREITO: DOUTOR DOUGLAS AIRTON FERREIRA AMORIM

SECRETÁRIA: SILVANA MARIA SANTIAGO MARTINS

Processo N°. 24434/2007

Tipo de Ação: Medida Cautelar Inominada

Autor: Murilo Belchior Filho

Advogado(a) Dr(a): Luciana Arantes Teixeira

Réu: Murilo da Costa Ferreira Belchior; Jocicleide Guedes de Alencar Belchior
Decisão de fls. 78/80: Assim, atendidos os pressupostos exigidos para o provimento cautelar: fumus boni iuris e periculum in mora, defiro o pleito liminar, para que se proceda, no prazo de 24.00 (vinte e quatro) horas, a suspensão dos efeitos da procuração outorgada pelo Sr. Murilo da Costa Ferreira Belchior à Sra. Jocicleide Guedes de Alencar Belchior, cancelando todos os atos que a mesma tenha praticado desde a data do seu registro em cartório até a presente decisão, devendo continuar sendo o autor o procurador do requerido, até julgamento final do processo. [...] Em relação dialética, faço incidir a espécie multa correspondente a R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) por dia, caso não seja cumprida a liminar antes deferida nos termos antes expressados, possuindo como dies a quo correspondente a data de intimação do presente decisum, sendo esta técnica do antigo francês, calcada nas astreintes. Oficie-se como requerido. Cumpra-se. Publique-se. Intime-se. Cite-se com as observações da lei, para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias. São Luís, 25 de Outubro de 2007. Dr. Douglas Airton Ferreira Amorim – Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível.

Processo N°. 3010/2002

Tipo de Ação: Execução Forçada

Autor: Banco do Nordeste do Brasil S/A

Advogado(a) Dr(a): Raimundo Ferreira Marques; José Edmilson Carvalho Filho

Réu: Acesso Agência de Viagens e Turismo e Outras

Advogado(a) Dr(a): Daniella de Castilho Bandeira; Rosângela Batista Buhatem

Despacho de fls. 113: Intime-se o autor(a) por seu advogado, para se manifestar em 10 (dez) dias, para indicar outros bens. São Luís, 30/10/2007. Dr. Douglas Airton Ferreira Amorim. Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível.

**Processo N°. 10667/2002**

Tipo de Ação: Ordinária

Autor: D. M. L. Fontenelle

Advogado(a) Dr(a): Ulisses César Martins de Sousa

Réu: Banco do Nordeste do Brasil S/A

Advogado(a) Dr(a): Maria Gabriela Silva Portela

Sentença de fls. 182/187: Isto posto, pelos fundamentos expostos, rejeito os embargos declaratórios opostos, para sanar irregularidades, por não existirem, declarando-os totalmente improcedentes. Publique-se. Registre-se. Intime-se. São Luís, 02 de Outubro de 2007. Dr. Douglas Airton Ferreira Amorim. Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível.

Processo N°. 10800/2002

Tipo de Ação: Mandado de Segurança

Autor: Jacqueline Feijó Vasconcelos

Advogado(a) Dr(a): Pompeu Galdino de Abreu Neto

Réu: Diretora do Colégio Santa Teresa

Advogado(a) Dr(a): Vanna Coelho Cabral

Sentença de fls. 52: Isto posto, julgo extinto o processo com fundamento no artigo 267 inciso II c/c o inciso III do C. P. Civil. Transitada em julgado, certifique-se e archive-se com a devida baixa. Custas pela autora. Publique-se. Registre-se. Intime-se. São Luís, 30 de Outubro de 2007. Dr. Douglas Airton Ferreira Amorim. Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível.

Processo N°. 22887/2004

Tipo de Ação: Ordinária de Indenização por Dano

Autor: Luciano de Sousa Pinto

Advogado(a) Dr(a): Paulo Roberto Almeida

Réu: Companhia Vale do Rio Doce Ltda.

Advogado(a) Dr(a): Márcia Silva Rego; José Caldas Góis Jr.

Decisão de fls. 187: Defiro a assistência gratuita, intime-se as partes. São Luís, 30/11/2007. Dr. Douglas Airton Ferreira Amorim. Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível.

Processo N°. 28730/2006

Tipo de Ação: Busca e Apreensão

Autor: Banco Finasa S/A

Advogado(a) Dr(a): Chiara Saldanha

Réu: Leverriher de Oliveira Júnior

Sentença de fls. 21: Em face da petição de fls. 17/18, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, com fundamento no artigo 267 inciso VIII do Código de Processo Civil. Transitado em julgado, archive-se com a devida baixa. Custas ex lege. Publique-se. Registre-se. Intime-se. São Luís, 25 de Outubro de 2007. Dr. Douglas Airton Ferreira Amorim. Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível.

Processo N°. 12331/2007

Tipo de Ação: Monitoria

Autor: GRM Representações, Serviços e Comércio Ltda.

Advogado(a) Dr(a): Valdeci Ferreira de Lima

Réu: Telenet Comunicações Ltda.

Sentença de fls. 18: Em face da petição de fls. 13, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, com fundamento no artigo 267 inciso VIII do Código de Processo Civil. Transitado em julgado, archive-se com a devida baixa. Custas pelo autor. Publique-se. Registre-se. Intime-se. São Luís, 24 de Outubro de 2007. Dr. Douglas Airton Ferreira Amorim. Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível.

Processo N°. 7096/2006

Tipo de Ação: Execução por Título Extrajudicial

Autor: Hitachi Ar Condicionado do Brasil

Advogado(a) Dr(a): Odimar Azenete Matteucci Campelo

Réu: Pleuton Lima de Alencar

Sentença de fls. 27: Em face da petição de fls. 24, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, com fundamento no artigo 267 inciso VIII do Código de Processo Civil. Transitado em julgado, archive-se com a devida

baixa. Custas pelo autor. Publique-se. Registre-se. Intime-se. São Luís, 29 de Outubro de 2007. Dr. Douglas Airton Ferreira Amorim. Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível.

Processo N°. 16697/2005

Tipo de Ação: Monitoria

Autor: Gran Line Veículos Ltda.

Advogado(a) Dr(a): Windsor Silvados Santos

Réu: Iracy Queiroz Ribeiro de Brito

Advogado(a) Dr(a): Alice Emiliana Ribeiro Brito

Despacho de fls. 43: Intime-se o autor por seu advogado, para se manifestar em 10 (dez) dias. São Luís, 30/10/2007. Dr. Douglas Airton Ferreira Amorim. Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível.

Processo N°. 158/2004

Tipo de Ação: Cobrança

Autor: Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Advogado(a) Dr(a): Rogério Coelho Rocha; Lucimary Galvão Leonardo

Réu: Guilherme Ferreira

Advogado(a) Dr(a): Elcia Rodrigues Lima

Despacho de fls. 82: Intime-se o autor(a) por seu advogado, para se manifestar em 10 (dez) dias. São Luís, 30/10/2007. Dr. Douglas Airton Ferreira Amorim. Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível.

Processo N°. 14925/2007

Tipo de Ação: Rescisão de Contrato

Autor: Maria do Carmo Figueiredo Furtado

Advogado(a) Dr(a): Kate Guerreiro Teixeira

Réu: BancoRBrás Adm. De Consórcios Ltda. – BAC; Clicbens

Despacho de fls. 28: Defiro a assistência gratuita. Cite-se com as observações da lei, por AR, reservando-me para apreciar a liminar requerida após a resposta. São Luís, 29/10/2007. Dr. Douglas Airton Ferreira Amorim. Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível.

Processo N°. 17894/2006

Tipo de Ação: Despejo

Autor: Jurandi Fonteneles de Oliveira

Advogado(a) Dr(a): Adalberto Flavio Araújo da Silveira Leite

Réu: Via Direta Industria e Comércio de Confecções Ltda.

Advogado(a) Dr(a): Claudia Regina Serra da Silva

Despacho de fls. 131: Intime-se a parte ré, para se manifestar em 05 (cinco) dias, sobre a petição de fls. 128/129. São Luís, 29/10/2007. Dr. Douglas Airton Ferreira Amorim. Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível.

Processo N°. 15139/2003

Tipo de Ação: Cobrança

Autor: José Maria Nascimento

Advogado(a) Dr(a): Iran Costa Fonseca

Réu: Paulo Bispo Sousa

Decisão de fls. 48: Indefiro o pedido de fls. 46, cumpra-se o advogado o despacho de fls. 45 em 10 (dez) dias, pena de extinção. São Luís, 25/09/2007. Dr. Douglas Airton Ferreira Amorim. Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível.

Processo N°. 23861/2007

Tipo de Ação: Reintegração de Posse

Autor: Banco Itaúcard S/A

Advogado(a) Dr(a): Odimar Azenete Matteucci Campelo

Réu: Marise Mesquita Ferreira

Despacho de fls. 14: Intime-se o autor para juntar nos autos os documentos necessários à propositura da ação em 10 (dez) dias conforme o disposto no artigo 284 do CPC. São Luís, 24/10/2007. Dr. Douglas Airton Ferreira Amorim. Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível.

Processo N°. 23871/2007

Tipo de Ação: Reintegração de Posse

Autor: Cia Itauleasing de Arrendamento Mercantil

Advogado(a) Dr(a).: Rafael dos Santos Bermudes
Réu: Félix da Silva Marinho
Despacho de fls. 13: Intime-se o autor para juntar nos autos os documentos necessários à propositura da ação em 10 (dez) dias conforme o disposto no artigo 284 do CPC. São Luís, 24/10/2007. Dr. Douglas Airton Ferreira Amorim. Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível.

Processo N°. 12890/2007

Tipo de Ação: Ordinária de Indenização por Dano
Autor: Gardênia Maria Gaspar
Advogado(a) Dr(a).: João Batista Muniz Araújo
Réu: Losango Promoção de Vendas Ltda.
Despacho de fls. 15: Defiro a assistência gratuita. Cite-se com as observações da lei, por mandado. São Luís, 24/10/2007. Dr. Douglas Airton Ferreira Amorim. Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível.

Processo N°. 2353/2007

Tipo de Ação: Busca e Apreensão
Autor: ABN – Amro Real S/A
Advogado(a) Dr(a).: Marcelo Ponte Ferreira de Souza
Réu: Jurucey Garcia
Sentença de fls. 26: Em face da petição de fls. 23, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, com fundamento no artigo 267 inciso VIII do Código de Processo Civil. Desentranhem-se os documentos como requerido, deixando-se cópias nos autos. Transitado em julgado, archive-se com a devida baixa. Custas pelo autor. Publique-se. Registre-se. Intime-se. São Luís, 25 de Outubro de 2007. Dr. Douglas Airton Ferreira Amorim. Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível.

Processo N°. 11422/2007

Tipo de Ação: Busca e Apreensão
Autor: Unibanco – União de Bancos Brasileiros
Advogado(a) Dr(a).: Antonio Pádua de Souza Filho
Réu: Félix da Silva Mendes Filho
Despacho de fls. 71: Desentranhe-se os documentos como requerido às fls. 69, deixando-se cópias nos autos. Após, certificado o trânsito em julgado da sentença de fls. 32/66, archive-se com baixa. São Luís, 25/10/2007. Dr. Douglas Airton Ferreira Amorim. Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível.

Processo N°. 15225/2003

Tipo de Ação: Ordinária
Autor: Antonio Carlos Rodrigues Abreu
Advogado(a) Dr(a).: Antonio Carvalho Filho
Réu: José Benedito Torres; Maria S. Barros
Advogado(a) Dr(a).: Alana Melissa Cruz e Silva de Oliveira; Ricardo Ricco de Souza; Francisco Pereira Trindade
Despacho de fls. 114: Intime-se o autor(a) por seu advogado, para se manifestar em 10 (dez) dias. São Luís, 31/10/2007. Dr. Douglas Airton Ferreira Amorim. Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível.

Processo N°. 13681/2007

Tipo de Ação: Monitória
Autor: Atacadão São João Ltda.
Advogado(a) Dr(a).: Fernando Gragnanin
Réu: BFC Informática e Projetos Ltda.
Decisão de fls. 23: Indefiro o requerido às fls. 20, devendo o autor esgotar os meios necessários. São Luís, 30/10/2007. Dr. Douglas Airton Ferreira Amorim. Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível.

Processo N°. 18596/2007

Tipo de Ação: Ordinária de Indenização por Dano
Autor: Valdelice de Jesus Serra
Advogado(a) Dr(a).: Eliana Costa Sousa
Réu: Sérgio Kremer
Decisão de fls. 23: Defiro a assistência gratuita. Cite-se com as observações da lei, por AR. São Luís, 25/10/2007. Dr. Douglas Airton Ferreira Amorim. Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível.

Processo N°. 19258/2006

Tipo de Ação: Ordinária de Indenização por Dano
Autor: Roselene Alves de Sales
Advogado(a) Dr(a).: Hilton Mendonça Correa Filho
Réu: Banco Bradesco S/A; Sky Brasil Serviços Ltda.
Advogado(a) Dr(a).: Glycia de Almeida Martins Raposo; Ulisses César Martins de Sousa

Sentença de fls. 43: Em face do constante das fls. 34/36, onde as partes transigiram, julgo extinto o processo com resolução do mérito, homologando o acordo, com fundamento no artigo 269 inciso III c/c 329 do Código de Processo Civil. Transitado em julgado, archive-se com a devida baixa. Custas ex lege. Publique-se. Registre-se. Intime-se. São Luís, 30 de Outubro de 2007. Dr. Douglas Airton Ferreira Amorim. Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível.

Processo N°. 15918/2006

Tipo de Ação: Ordinária de Indenização por Dano
Autor: Roselene Alves de Sales
Advogado(a) Dr(a).: Hilton Mendonça Correa Filho
Réu: Banco Bradesco S/A; Sky Brasil Serviços Ltda.
Advogado(a) Dr(a).: Glycia de Almeida Martins Raposo; Ulisses César Martins de Sousa
Sentença de fls. 42: Em face do constante das fls. 34/36, onde as partes transigiram, julgo extinto o processo com resolução do mérito, homologando o acordo, com fundamento no artigo 269 inciso III c/c 329 do Código de Processo Civil. Transitado em julgado, archive-se com a devida baixa. Custas ex lege. Publique-se. Registre-se. Intime-se. São Luís, 30 de Outubro de 2007. Dr. Douglas Airton Ferreira Amorim. Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível.

Processo N°. 12930/2007

Tipo de Ação: Reintegração de Posse
Autor: Dibens Leasing S/A – Arrendamento Mercantil
Advogado(a) Dr(a).: Antonio Pádua de Souza Filho
Réu: Fábila Andréa Pereira da Silva

Sentença de fls. 40: Em face da petição de fls. 36/37, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, com fundamento no artigo 267 inciso VIII do Código de Processo Civil. Desentranhem-se os documentos como requerido, deixando-se cópias nos autos. Transitado em julgado, archive-se com a devida baixa. Custas pelo autor. Publique-se. Registre-se. Intime-se. São Luís, 29 de Outubro de 2007. Dr. Douglas Airton Ferreira Amorim. Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível.

Processo N°. 5778/2001

Tipo de Ação: Cancelamento de Protesto
Autor: Restaurante Quero Mais Ltda.
Advogado(a) Dr(a).: Waldir de Jesus Moreira Serra; Iuri Braga Monteiro
Réu: R. S. Jacinto Costa; Companhia Maranhense de Refrigerantes
Advogado(a) Dr(a).: Laplace Passos Silva Filho; Raimundo Nonato Rodrigues Cordeiro
Despacho de fls. 298: Archive-se com baixa. São Luís, 30/10/2007. Dr. Douglas Airton Ferreira Amorim. Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível.

Processo N°. 18546/2004

Tipo de Ação: Execução de Título Judicial
Autor: Raimundo Nonato Rodrigues Cordeiro
Advogado(a) Dr(a).: Raimundo Nonato Rodrigues Cordeiro
Réu: Restaurante Quero Mais Ltda.
Advogado(a) Dr(a).: Iuri Braga Monteiro
Sentença de fls. 18: Isto posto, julgo extinto o processo com fundamento no artigo 267 inciso II c/c o inciso III do C. P. Civil. Transitada em julgado, certifique-se e archive-se com a devida baixa. Custas pelo autor. Publique-se. Registre-se. Intime-se. São Luís, 30 de Outubro de 2007. Dr. Douglas Airton Ferreira Amorim. Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível.

**Processo N°. 22258/1996**

Tipo de Ação: Execução Forçada

Autor: Polikrom – Editora Gráfica e Propaganda Ltda.

Advogado(a) Dr(a): Edmundo Araújo Carvalho

Réu: Belgraf – Belém Artes Gráficas Ltda.

Despacho de fls. 54: Aguarde-se pela manifestação do autor pelo prazo de lei, até 14/12/2007. Após, V. Conclusos. São Luís, 30/11/2007. Dr. Douglas Airton Ferreira Amorim. Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível.

Processo N°. 3225/2007

Tipo de Ação: Execução

Autor: Banco Volkswagen S/A

Advogado(a) Dr(a): Isabel Cristina Lopes Bulhões; Hiran Leitão Duarte

Réu: Maria Salete Leal Azevedo

Despacho de fls. 24: Aguarde-se em Cartório pelo prazo requerido às fls. São Luís, 30/10/2007. Dr. Douglas Airton Ferreira Amorim. Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível.

Processo N°. 19404/2004

Tipo de Ação: Ordinária

Autor: Daniele Patrícia Lisboa Peres

Advogado(a) Dr(a): Ulisses César Martins de Sousa

Réu: Editora Três; Credicard S/A Administradora de Cartões de Crédito

Advogado(a) Dr(a): Fábio Melo Maia; Francisco José Ramos da Silva

Despacho de fls. 305: Recebo a apelação no efeito devolutivo/suspensivo. Intime-se o(a) apelado(a) para contra-arrazoar, querendo, no prazo de lei. São Luís, 30/10/2007. Dr. Douglas Airton Ferreira Amorim. Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível.

Processo N°. 20404/2003

Tipo de Ação: Reparação de Dano

Autor: Lindalva de Jesus Brandão e Outros

Advogado(a) Dr(a): Paulo Afonso Cardoso

Réu: Cemar – Companhia Energética do Maranhão

Advogado(a) Dr(a): Gilberto Costa Soares; Armando de Souza Nascimento; Frederico Dominici

Sentença de fls. 141: Em face do constante das fls. 134/135, onde as partes transigiram, julgo extinto o processo com resolução do mérito, homologando o acordo, com fundamento nos artigos 269 inciso III c/c 329, do Código de Processo Civil. Transitado em julgado, archive-se com a devida baixa. Custas ex lege. Publique-se. Registre-se. Intime-se. São Luís, 31 de Outubro de 2007. Dr. Douglas Airton Ferreira Amorim. Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível.

Processo N°. 22786/2007

Tipo de Ação: Busca e Apreensão

Autor: Banco ABN Amro Real S/A

Advogado(a) Dr(a): Gilson Alves Barros

Réu: Antonio Ribamar do Nascimento de Jesus

Sentença de fls. 23/24: Isto posto, devido a falta de cumprimento da diligência determinada por este juízo, com fundamento nos artigos 284, § único c/c 295, inciso VI e 267, inciso I c/c 285-A do Código de Processo Civil, indefiro a inicial e por consequência, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, condenando o autor ao pagamento das custas. Publique-se. Registre-se. Intime-se. São Luís, 30 de Outubro de 2007. Dr. Douglas Airton Ferreira Amorim. Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível.

Processo N°. 22735/2007

Tipo de Ação: Busca e Apreensão

Autor: Banco Panamericano S/A

Advogado(a) Dr(a): Gilson Alves Barros

Réu: Elys Walney Alves da Silva

Sentença de fls. 22/23: Isto posto, devido a falta de cumprimento da diligência determinada por este juízo, com fundamento nos artigos 284, § único c/c 295, inciso VI e 267, inciso I c/c 285-A do Código de Processo

Civil, indefiro a inicial e por consequência, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, condenando o autor ao pagamento das custas. Publique-se. Registre-se. Intime-se. São Luís, 30 de Outubro de 2007. Dr. Douglas Airton Ferreira Amorim. Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível.

Processo N°. 5677/2003

Tipo de Ação: Declaratória de Inexistência de Débito

Autor: Jucimar Aires Ribeiro

Advogado(a) Dr(a): Manoel Antônio Xavier

Réu: Franere Comércio Construções e Imobiliária Ltda.

Advogado(a) Dr(a): Ulisses César Marins de Sousa; Pedro Américo Dias Vieira

Sentença de fls. 147/152: Isto posto, pelos fundamentos expostos, rejeito os embargos declaratórios opostos, para sanar irregularidades, por não existirem, declarando-os totalmente improcedentes, revogando neste ato o despacho de fls. 84. Publique-se. Registre-se. Intime-se. São Luís, 23 de Outubro de 2007. Dr. Douglas Airton Ferreira Amorim. Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível.

Processo N°. 28363/1995

Tipo de Ação: Execução

Autor: Banco Sudameris Brasil S/A

Advogado(a) Dr(a): Benedito Ribeiro da Silva

Réu: Norte Elétrica Ltda; Marco Antônio de Matos Arantes

Advogado(a) Dr(a): Luciana Arantes Teixeira

Sentença de fls. 441: Em face do constante das fls. 430/431, onde as partes transigiram, julgo extinto o processo com resolução do mérito, homologando o acordo, com fundamento no artigo 269 inciso III c/c 329 e 794, inciso II do Código de Processo Civil. Oficie-se como requerido às fls. 431. Transitado em julgado, archive-se com a devida baixa. Custas pela executada. Publique-se. Registre-se. Intime-se. São Luís, 24 de Outubro de 2007. Dr. Douglas Airton Ferreira Amorim. Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível.

Processo N°. 15733/2002

Tipo de Ação: Ordinária de Indenização por Dano

Autor: Raimundo Nonato Castelo Cordeiro Filho

Advogado(a) Dr(a): Fernando José Machado Castro Neto

Réu: Banco do Brasil S/A

Advogado(a) Dr(a): Ezequias Nunes Leite Baptista

Sentença de fls. 236: Em face da petição de fls. 224 e do depósito efetuado e já sacado por Alvará de fls. 227, julgo extinto o processo com fundamento no artigo 794 inciso I do Código de Processo Civil, determinando que após certificado o trânsito em julgado, seja o mesmo arquivado com baixa. Custas ex lege. Publique-se. Registre-se. Intime-se. São Luís, 30 de Outubro de 2007. Dr. Douglas Airton Ferreira Amorim. Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível.

Processo N°. 22349/2007

Tipo de Ação: Indenização por Ato Ilícito

Autor: Carlos Eduardo Rodrigues de Souza

Advogado(a) Dr(a): Milena Azevedo Barbosa

Réu: Mercado Livre Comércio e Atividades de Internet

Decisão de fls. 40: Defiro a assistência gratuita. Cite-se com as observações da lei, por AR. São Luís, 30 de Outubro de 2007. Dr. Douglas Airton Ferreira Amorim. Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível.

Processo N°. 13159/2007

Tipo de Ação: Medida Cautelar

Autor: Zenon do Carmo Teixeira

Advogado(a) Dr(a): Gedecy Fontes de Medeiros Filho

Réu: Banco do Brasil S/A

Decisão de fls. 14/18: Isto posto, pelos argumentos acima, e por falta dos pressupostos legais para a concessão da medida, verificada a falta da declaração de pobreza na forma exigida pela lei, indefiro o pedido de assistência gratuita, para determinar que o autor do processo efetue o pagamento das custas processuais, taxas e emolumentos devidos inicialmente, com base no valor da causa, no prazo de 15 (quinze) dias, ressalvado o disposto no

art. 6º e respeitado o constante do art. 5º, § 5º da Lei nº 1.060/50. Publique-se. Intime-se. São Luís, 31 de Outubro de 2007. Dr. Douglas Airton Ferreira Amorim. Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível.

Processo Nº. 15533/2006

Tipo de Ação: Execução

Autor: Banco Rural S/A

Advogado(a) Dr(a): Glenda Marão Viana Pereira

Réu: Saponoleo Santo Antônio Ltda.; Yasmine Olívia Barroso Maia

Advogado(a) Dr(a): Francisco de Assis Souza Coelho Filho

Despacho de fls. 59: Intime-se o réu, para os fins requeridos às fls. 57. São Luís, 31/10/2007. Dr. Douglas Airton Ferreira Amorim. Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível.

Processo Nº. 18639/2006

Tipo de Ação: Reivindicação

Autor: Maria Vitória Costa Cunha

Advogado(a) Dr(a): Lincoln José Carvalho da Silva

Réu: Baltazar Rabelo Filho

Advogado(a) Dr(a): Marco Antônio Silva Costa

Despacho de fls. 107: Desnecessário outras provas (art. 130, CPC). Intime-se as partes para apresentarem alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias para cada um, iniciando pelo autor. São Luís, 31/10/2007. Dr. Douglas Airton Ferreira Amorim. Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível.

Processo Nº. 6244/2006

Tipo de Ação: Anulatória de Ato

Autor: Banca de Revista e Cia

Advogado(a) Dr(a): Haroldo Guimarães Soares Filho; Marcella Abdalla Costa

Réu: Cemar – Companhia Energética do Maranhão

Advogado(a) Dr(a): Antônio Figueiredo Neto

Despacho de fls. 92: Intime-se o autor(a) por seu advogado, para se manifestar em 10 (dez) dias, sobre a contestação. Reúna-se aos autos nº. 3901/2006. São Luís, 19/10/2007. Dr. Douglas Airton Ferreira Amorim. Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível.

Processo Nº. 5423/2007

Tipo de Ação: Cobrança

Autor: Centro de Ensino Unificado do Maranhão - UNICEUMA

Advogado(a) Dr(a): Silvana Leal Silva

Réu: Silvio Martins Veiga

Sentença de fls. 19: Em face do constante das fls. 15/16, onde as partes transigiram, julgo extinto o processo com resolução do mérito, homologando o acordo, com fundamento no artigo 269 inciso III c/c 329 do Código de Processo Civil. Transitado em julgado, archive-se com a devida baixa. Custas ex lege. Publique-se. Registre-se. Intime-se. São Luís, 29 de Outubro de 2007. Dr. Douglas Airton Ferreira Amorim. Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível.

Processo Nº. 14093/2007

Tipo de Ação: Despejo

Autor: Alberto Santiago Serra

Advogado(a) Dr(a): Gedeão Wolff Santos Filho

Réu: Adalberon Gomes dos Santos

Advogado(a) Dr(a): Genai Ferreira Moreira Souto

Sentença de fls. 32: Em face do constante das fls. 26/28, onde as partes transigiram, julgo extinto o processo com resolução do mérito, homologando o acordo, com fundamento no artigo 269 inciso III c/c 329 do Código de Processo Civil. Transitado em julgado, archive-se com a devida baixa. Custas ex lege. Publique-se. Registre-se. Intime-se. São Luís, 29 de Outubro de 2007. Dr. Douglas Airton Ferreira Amorim. Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível.

Processo Nº. 18612/2007

Tipo de Ação: Reintegração de Posse

Autor: Cia Itauleasing de Arrendamento Mercantil

Advogado(a) Dr(a): Rafael dos Santos Bermudes

Réu: Antonio Carlos B Cipriano

Sentença de fls. 18: Em face da petição de fls. 15, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, com fundamento no artigo 267 inciso VIII do Código de Processo Civil. Transitado em julgado, archive-se com a devida baixa. Custas pelo autor. Publique-se. Registre-se. Intime-se. São Luís, 29 de Outubro de 2007. Dr. Douglas Airton Ferreira Amorim. Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível.

Processo Nº. 20344/2007

Tipo de Ação: Reparação de Dano

Autor: Gilberto Miranda de Paiva

Advogado(a) Dr(a): Manoel Antônio Xavier

Réu: Pizzaria Palazzo

Decisão de fls. 15/19: Isto posto, pelos argumentos acima, e por falta dos pressupostos legais para a concessão da medida, verificada a falta da declaração de pobreza na forma exigida pela lei, indefiro o pedido de assistência gratuita, para determinar que o autor do processo efetue o pagamento das custas processuais, taxas e emolumentos devidos inicialmente, com base no valor da causa, no prazo de 15 (quinze) dias, ressalvado o disposto no art. 6º e respeitado o constante do art. 5º, § 5º da Lei nº 1.060/50. Publique-se. Intime-se. São Luís, 30 de Outubro de 2007. Dr. Douglas Airton Ferreira Amorim. Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível.

Processo Nº. 3607/2007

Tipo de Ação: Busca e Apreensão

Autor: Banco BMG S/A

Advogado(a) Dr(a): Odimar Azenete Matteucci Campelo

Réu: Alexsandro Lima de Melo

Sentença de fls. 27: Em face da petição de fls. 24, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, com fundamento no artigo 267 inciso VIII do Código de Processo Civil. Transitado em julgado, archive-se com a devida baixa. Custas pelo autor. Publique-se. Registre-se. Intime-se. São Luís, 29 de Outubro de 2007. Dr. Douglas Airton Ferreira Amorim. Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível.

Processo Nº. 19040/2004

Tipo de Ação: Retificação de Registro de Nascimento

Autor: Alberdan da Silva Pereira; Rafael da Silva Pereira

Advogado(a) Dr(a): Benedita Maria Soares de Carvalho; Fádua Rosa Fonseca Murad

Decisão de fls. 38: Defiro a assistência gratuita. Vista ao Ministério Público. São Luís, 25/10/2007. Dr. Douglas Airton Ferreira Amorim. Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível.

Processo Nº. 10441/2007

Tipo de Ação: Ordinária de Nulidade

Autor: Raimundo Lisboa Vieira da Silva e Outros

Advogado(a) Dr(a): Waldir de Jesus Moreira Serra Junior; Rosângela Eleres Cortez Moreira

Réu: Roberto Coelho Rocha e Outro; Luiz Alves Coelho Rocha - Espólio

Advogado(a) Dr(a): Luiz Alves Coelho Rocha; Pedro Leonel Pinto de Carvalho; Carlos Eduardo Cavalcanti

Despacho de fls. 213: Suspendo o presente processo, até julgamento da exceção de incompetência oposta, conforme art. 265, inciso III do CPC. São Luís, 29/10/2007. Dr. Douglas Airton Ferreira Amorim. Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível.

Processo Nº. 23393/2007

Tipo de Ação: Exceção de Incompetência

Autor: Roberto Coelho Rocha

Advogado(a) Dr(a): Carlos Eduardo Cavalcanti

Réu: Raimundo Lisboa Vieira da Silva e Outros

Advogado(a) Dr(a): Waldir de Jesus Moreira Serra Junior; Rosângela Eleres Cortez Moreira

Despacho de fls. 12: Cumpra-se o despacho de fls. 11, intimando-se o excepto para se manifestar. São Luís, 29/10/2007. Dr. Douglas Airton Ferreira Amorim. Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível.



Despacho de fls. 11: Apense-se. Intime-se o excepto para se manifestar em 10 (dez) dias. São Luís, 15/10/2007. Dr. Douglas Airton Ferreira Amorim. Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível.

Processo N°. 11560/2001

Tipo de Ação: Busca e Apreensão

Autor: Itaú Seguros S/A

Advogado(a) Dr(a).: Nonato Martins

Réu: Tânia Maria da Silva Sampaio

Advogado(a) Dr(a).: Edmar Gomes Cavalcante Júnior

Despacho de fls. 202: Aguarde-se decisão do Agravo de Instrumento interposto. São Luís, 22/10/2007. Dr. Douglas Airton Ferreira Amorim. Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível.

Processo N°. 18860/2005

Tipo de Ação: Busca e Apreensão

Autor: Banco Itaú S/A

Advogado(a) Dr(a).: Paulyana Buhatem Ribeiro; Odimar Azenete Matteucci Campelo

Réu: Dalvanete Moura Nascimento

Despacho de fls. 51: Desentranhe-se os documentos como requerido às fls. 49, deixando-se cópia nos autos. Após, certificado o trânsito em julgado da sentença de fls., arquivar-se com baixa. São Luís, 17/10/2007. Dr. Douglas Airton Ferreira Amorim. Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível.

Processo N°. 22159/1999

Tipo de Ação: Monitoria

Autor: Banco Bandeirantes S/A

Advogado(a) Dr(a).: Benedito Ribeiro da Silva

Réu: Josenil Nascimento Lemos Costa

Advogado(a) Dr(a).: Adriano Marcio Santos Cacique de New-York

Despacho de fls. 209: Cumpra-se o despacho de fls. 198, última parte, intimando-se o executado para, querendo, opor embargos. São Luís, 05/10/2007. Dr. Douglas Airton Ferreira Amorim. Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível.

Despacho de fls. 198: Lavre-se por termo a penhora do bem nomeado, após intime-se para apresentação de embargos no prazo de 10 (dez) dias, querendo. São Luís, 30/05/2007. Dr. Douglas Airton Ferreira Amorim. Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível.

Processo N°. 16832/2006

Tipo de Ação: Ordinária de Indenização por Dano

Autor: J Fernando Tajra Reis

Advogado(a) Dr(a).: Daniel Guerreiro Bonfim

Réu: Unibanco – União de Bancos Brasileiros S/A

Advogado(a) Dr(a).: Odimar Azenete Metteucci Campelo

Despacho de fls. 924: Em face dos documentos acostados na réplica à contestação, dê-se vista à parte para deles se manifestar. São Luís, 27/09/2007. Dr. Douglas Airton Ferreira Amorim. Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível.

Processo N°. 21070/2007

Tipo de Ação: Obrigação de Fazer

Autor: Antonio das Neves Ferreira Frasão

Advogado(a) Dr(a).: Rita de Cássia Alencar Idelfonso

Réu: Centro de Ensino Unificado do Maranhão – UNICEUMA

Decisão de fls. 29: Defiro a assistência gratuita. Cite-se com as observações da lei, por mandado. São Luís, 18/10/2007. Dr. Douglas Airton Ferreira Amorim. Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível.

Processo N°. 21452/2005

Tipo de Ação: Retificação de Registro Civil

Autor: Kalina Marques Linhares

Advogado(a) Dr(a).: Haroldo Guimarães Soares Filho; Alexander Rodrigues Ferreira

Despacho de fls. 24: Intime-se o autor(a) por seu advogado, para cumprir o requerido pelo Ministério Público às fls. 13, em 10 (dez) dias. São Luís, 31/10/2007. Dr. Douglas Airton Ferreira Amorim. Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível.

Processo N°. 7023/2002

Tipo de Ação: Busca e Apreensão

Autor: Banco do Brasil S/A

Advogado(a) Dr(a).: Lorena Gomes Pimenta; Azarias Cavalcante de Alencar

Réu: Edinailson Silva de Jesus

Despacho de fls. 174: Intime-se o autor(a) por seu advogado, para se manifestar em 10 (dez) dias. São Luís, 31/10/2007. Dr. Douglas Airton Ferreira Amorim. Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível.

Processo N°. 24132/1996

Tipo de Ação: Execução Forçada

Autor: Banco Nacional S/A

Advogado(a) Dr(a).: Pedro Américo Dias Vieira

Réu: Vera Lúcia Cabral da Costa

Despacho de fls. 89: Intime-se o autor(a) por seu advogado, para se manifestar em 10 (dez) dias, cumprindo o despacho de fls. 57. Após, V. Conclusos, de cumprimento ou não. São Luís, 23/08/2007. Dr. Douglas Airton Ferreira Amorim. Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível.

Processo N°. 659/2001

Tipo de Ação: Execução por Quantia Certa

Autor: Banco da Amazônia S/A

Advogado(a) Dr(a).: Alfredo Leopoldo Furtado Pearce; Alba Maria de Souza Lima

Réu: Valeverde S/A Agroindustrial Importadora e Exportadora; José Milton Fernandes

Despacho de fls. 72: Intime-se o autor(a) por seu advogado, para se manifestar em 10 (dez) dias, para as providências do constante das fls. 62. São Luís, 30/10/2007. Dr. Douglas Airton Ferreira Amorim. Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível.

Processo N°. 4255/2002

Tipo de Ação: Busca e Apreensão

Autor: Banco do Nordeste do Brasil S/A

Advogado(a) Dr(a).: Edelson Ferreira Filho; Carlos Alberto Layme Junior; Darlan Rodrigues Pinho

Réu: Acesso Agência de Viagens e Turismo Ltda.; Carla Alexandra Lima Costa; Maria dos Remédios Costa

Decisão de fls. 136: Defiro o pedido de fls. 132, dando-se vista dos autos pelo prazo de 05 (cinco) dias. São Luís, 22/10/2007. Dr. Douglas Airton Ferreira Amorim. Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível.

Processo N°. 5178/2001

Tipo de Ação: Busca e Apreensão

Autor: Banco Itaú S/A

Advogado(a) Dr(a).: Temístocles Cutrim Serra

Réu: Robson Santos Pinto; Ana de Jesus Vieira Pinto

Despacho de fls. 137: Aguarde-se a manifestação da parte interessada. São Luís, 30/10/2007. Dr. Douglas Airton Ferreira Amorim. Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível.

Processo N°. 13327/1996

Tipo de Ação: Execução Forçada

Autor: Banco do Nordeste do Brasil S/A

Advogado(a) Dr(a).: Gilmar Pereira Santos; Jairo Cavalcanti Vieira

Réu: José Domingos Costa Freitas; Luis Agostinho Araújo Costa; Manoel José Costa Neto

Despacho de fls. 118: Aguarde-se a manifestação da parte interessada. São Luís, 30/10/2007. Dr. Douglas Airton Ferreira Amorim. Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível.

Processo N°. 12887/2003

Tipo de Ação: Ordinária

Autor: Eduardo Souza de Oliveira

Advogado(a) Dr(a).: Abdon Clementino de Marinho

Réu: Telemar – Telecomunicações do Maranhão S/A

Advogado(a) Dr(a).: Ulisses César Martins de Sousa
Despacho de fls. 284: Aguarde-se a manifestação da parte interessada pelo prazo de 06 (seis) meses (art. 475-J, §5º, CPC). Após, archive-se com baixa. São Luís, 30/10/2007. Dr. Douglas Airton Ferreira Amorim. Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível.

Processo N°. 9183/2006

Tipo de Ação: Cobrança
Autor: Solange Helena Carvalho Costa
Advogado(a) Dr(a).: Julio César de Jesus
Réu: Bradesco Vida e Previdência S/A
Advogado(a) Dr(a).: Cristiano Alves Fernandes Ribeiro; Marcos Luís Braid Ribeiro Simões
Despacho de fls. 108: Intime-se o autor (a) por seu advogado, para se manifestar em 10 (dez) dias, e após, a parte ré, para os mesmos fins. São Luís, 30/10/2007. Dr. Douglas Airton Ferreira Amorim. Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível.

Processo N°. 14190/2007

Tipo de Ação: Retificação de Registro Civil
Autor: Hilma Teixeira Carvalho
Advogado(a) Dr(a).: Fábio César Teixeira Melo
Decisão de fls. 21: Defiro a assistência gratuita. Vista ao Ministério Público. São Luís, 25/10/2007. Dr. Douglas Airton Ferreira Amorim. Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível.

Processo N°. 24065/2007

Tipo de Ação: Ordinária de Indenização
Autor: Maria Aparecida de Oliveira; Tiago Trajano Oliveira Dantas
Advogado(a) Dr(a).: José Luiz Fernandes Gama
Réu: Euromar Automóveis e Peças Ltda.
Despacho de fls. 59: Junte-se declaração de que trata a Lei nº. 1.060/50. São Luís, 24/10/2007. Dr. Douglas Airton Ferreira Amorim. Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível.

Processo N°. 24040/2007

Tipo de Ação: Busca e Apreensão
Autor: Banco Finasa S/A
Advogado(a) Dr(a).: Allan Rodrigues Ferreira
Réu: Ari Pires dos Santos
Despacho de fls. 17: Intime-se o autor para juntar nos autos os documentos necessários à propositura da ação em 10 (dez) dias conforme o disposto no artigo 284 do CPC. São Luís, 24/10/2007. Dr. Douglas Airton Ferreira Amorim. Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível.

Processo N°. 23888/2007

Tipo de Ação: Busca e Apreensão
Autor: Juarez Barroso da Silva ME
Advogado(a) Dr(a).: Thales da Costa Lopes
Réu: Raimundo Ferreira Gomes Neto
Despacho de fls. 20: Junte-se declaração de que trata a Lei nº. 1.060/50. São Luís, 24/10/2007. Dr. Douglas Airton Ferreira Amorim. Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível.

Processo N°. 23906/2007

Tipo de Ação: Ordinária de Indenização por Dano
Autor: Francisca Edina de Oliveira Souza; Edmilson Mendes de Souza
Advogado(a) Dr(a).: Raimundo Everardo Rodrigues Júnior
Réu: Braga e Abreu Ltda.
Despacho de fls. 42: Junte-se declaração de que trata a Lei nº. 1.060/50. São Luís, 24/10/2007. Dr. Douglas Airton Ferreira Amorim. Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível.

Processo N°. 23984/2007

Tipo de Ação: Cobrança
Autor: Wilson Duarte Gomes
Advogado(a) Dr(a).: Marinel Dutra de Matos

Réu: Banco do Brasil S/A
Despacho de fls. 16: Junte-se declaração de que trata a Lei nº. 1.060/50. São Luís, 24/10/2007. Dr. Douglas Airton Ferreira Amorim. Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível.

Processo N°. 23883/2007

Tipo de Ação: Cobrança
Autor: AMG Silva
Advogado(a) Dr(a).: Kate Guerreiro Teixeira
Réu: Joacy Lima Silva
Despacho de fls. 28: Junte-se declaração de que trata a Lei nº. 1.060/50. São Luís, 24/10/2007. Dr. Douglas Airton Ferreira Amorim. Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível.

Processo N°. 21658/2005

Tipo de Ação: Retificação de Registro de Nascimento
Autor: Maria de Fátima Costa Vale
Advogado(a) Dr(a).: Maria de Lourdes Franco dos Santos
Despacho de fls. 34: Intime-se o autor(a) por seu advogado, para se manifestar em 10 (dez) dias. São Luís, 25/10/2007. Dr. Douglas Airton Ferreira Amorim. Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível.

Processo N°. 9162/2007

Tipo de Ação: Retificação de Registro Cível
Autor: Maria do Socorro Borralho Sousa
Advogado(a) Dr(a).: Elke Cordeiro de Moraes Rego Brandão
Decisão de fls. 24: Defiro a assistência gratuita. Vista ao Ministério Público. São Luís, 25/10/2007. Dr. Douglas Airton Ferreira Amorim. Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível.

Processo N°. 6486/2002

Tipo de Ação: Monitória
Autor: Banco do Brasil
Advogado(a) Dr(a).: Teresinha de Jesus Fernandes Soares; Joana Damasceno Pinto Lima; Windsor Silva dos Santos
Réu: Construtora Lua Nova Indústria e Comércio Ltda.; Yara Moraes de Carvalho; Juraci Aparecido de Carvalho
Advogado(a) Dr(a).: Thais de Moraes Carvalho; Sarah Araújo
Sentença de fls. 174/181: Isto posto, com a rejeição das preliminares suscitadas e tendo discutido o mérito da questão, rejeito os embargos, julgando os mesmos improcedentes, para que seja, nos termos do art. 1.102C, §3º do CPC, constituído de pleno direito, em título executivo judicial, devendo o requerido realizar o pagamento ao requerente do valor constante da inicial devidamente atualizado. Condene ainda ao pagamento dos honorários advocatícios, que arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, devidamente corrigida, bem como nas custas processuais. Publique-se. Registre-se. Intime-se. São Luís, 01 de Novembro de 2007. Dr. Douglas Airton Ferreira Amorim. Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível.

Processo N°. 21691/2007

Tipo de Ação: Busca e Apreensão
Autor: Banco Volkswagen S/A
Advogado(a) Dr(a).: Priscilla da Costa Gomes
Réu: Paul Andrew Leetion
Sentença de fls. 22/23: Isto posto, devido a falta de cumprimento da diligência determinada por este juízo, com fundamento nos artigos 284, § único c/c 295, inciso VI e 267, inciso I, do Código de Processo Civil, indefiro a inicial e por consequência, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, condenando o autor ao pagamento das custas. Publique-se. Registre-se. Intime-se. São Luís, 05 de Novembro de 2007. Dr. Douglas Airton Ferreira Amorim. Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível.

Processo N°. 19865/2007

Tipo de Ação: Busca e Apreensão
Autor: Banco Volkswagen S/A
Advogado(a) Dr(a).: Priscilla da Costa Gomes
Réu: Helenice Arouche Costa



Sentença de fls. 22/23: Isto posto, devido a falta de cumprimento da diligência determinada por este juízo, com fundamento nos artigos 284, § único c/c 295, inciso VI e 267, inciso I, do Código de Processo Civil, indefiro a inicial e por consequência, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, condenando o autor ao pagamento das custas. Publique-se. Registre-se. Intime-se. São Luís, 05 de Novembro de 2007. Dr. Douglas Airton Ferreira Amorim. Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível.

Processo N°. 19861/2007

Tipo de Ação: Busca e Apreensão

Autor: Banco Volkswagen S/A

Advogado(a) Dr(a): Pryscilla da Costa Gomes

Réu: Maria Celeste Sousa dos Santos

Sentença de fls. 26/27: Isto posto, devido a falta de cumprimento da diligência determinada por este juízo, com fundamento nos artigos 284, § único c/c 295, inciso VI e 267, inciso I, do Código de Processo Civil, indefiro a inicial e por consequência, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, condenando o autor ao pagamento das custas. Publique-se. Registre-se. Intime-se. São Luís, 01 de Novembro de 2007. Dr. Douglas Airton Ferreira Amorim. Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível.

Processo N°. 8307/2007

Tipo de Ação: Monitoria

Autor: Centro de Ensino Médio e Profissionalizante do Maranhão – CEMP/MA

Advogado(a) Dr(a): Milton Ricardo Luso Calado

Réu: Alberto Salvador Rocha Zacaro Junior

Despacho de fls. 44: Intime-se o autor para juntar nos autos os documentos necessários à propositura da ação em 10 (dez) dias conforme o disposto no artigo 284 do CPC, em original. São Luís, 07/11/2007. Dr. Douglas Airton Ferreira Amorim. Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível.

Processo N°. 21784/2002

Tipo de Ação: Ordinária de Indenização por Dano

Autor: Marcos Antônio Serra Araújo

Advogado(a) Dr(a): Orlando da Silva Campos; Hilton Mendonça

Réu: Empresa Brasileira de Telecomunicações – EMBRATEL

Advogado(a) Dr(a): Suzete Feijó Vasconcelos

Despacho de fls. 265: Republique-se a sentença de fls. 250/259, tendo em vista o constante na certidão de fls. 264. São Luís, 07/11/2007. Dr. Douglas Airton Ferreira Amorim. Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível.

Sentença de fls. 250/259: Em face do exposto, rejeito as preliminares suscitadas e julgo improcedente o pedido do autor, com base no art. 269 inciso I do CPC. Deixo de condenar o autor nas custas e honorários por ter sido deferido a gratuidade da forma legal. Publique-se. Registre-se. Intime-se. São Luís, 13 de Junho de 2007. Dr. Douglas Airton Ferreira Amorim. Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível.

Processo N°. 10478/1996

Tipo de Ação: Execução

Autor: Unibanco – União de Bancos Brasileiros S/A

Advogado(a) Dr(a): Benedito Ribeiro da Silva

Réu: Antonio Benedito de Oliveira Filho ME; Luziangela Silva Rosa de Oliveira

Despacho de fls. 111: Aguarde-se prazo em Cartório. São Luís, 07/11/2007. Dr. Douglas Airton Ferreira Amorim. Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível.

Processo N°. 4371/2001

Tipo de Ação: Execução Forçada

Autor: Gasoleos Praiamar Ltda

Advogado(a) Dr(a): Cildea Sá Ferreira

Réu: Amattur Agência Maranhense de Transportes

Advogado(a) Dr(a): Francisco Manoel Martins Carvalho; Clayrton Érico Belini Medeiros

Sentença de fls. 94: Isto posto, julgo extinto o processo com fundamento

no artigo 267 inciso II c/c o inciso III do C. P. Civil. Transitada em julgado, certifique-se e arquite-se com a devida baixa. Custas pelo autor. Publique-se. Registre-se. Intime-se. São Luís, 31 de Outubro de 2007. Dr. Douglas Airton Ferreira Amorim. Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível.

CRIMINAL**4ª VARA CRIMINAL****EDITAL DE CITAÇÃO**

PRAZO: 15 (QUINZE) DIAS

DIST. n.º 2845/2005

AUTOR: Ministério Público Estadual

ACUSADA: FRANCISCA AURINEIDE ALVES DA SILVA

VÍTIMA: A COLETIVIDADE.

A DOUTORA MARIA JOSÉ MILHOMEM BANDEIRA DE MELO, JUÍZA DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI ETC.

Faz saber a todos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que neste Juízo correm os tramites legais do processo crime n.º 2845/2005, que o Ministério Público estadual move contra FRANCISCA AURINEIDE ALVES DA SILVA, brasileira, natural de São Pedro do Piauí-PI, nascida aos 06.08.1979, solteira, doméstica, filha de Monteiro Alves da Silva e Carmelita Alves da Silva, residente na Travessa Virgílio Domingos, s/n.º, Bairro São Francisco, nesta cidade, como incurso no art. 42, inc. III do Decreto Lei n.º 3.688/41, e, como, em cumprimento do mandado de citação, tenha o oficial de justiça certificado não tê-lo encontrado, mandei passar o presente edital, pelo qual cito FRANCISCA AURINEIDE ALVES DA SILVA, para comparecer perante este juízo no dia 19 (dezenove) de novembro de 2007, às 12:30 horas, na sala de audiência deste juízo da 4ª Vara Criminal, a fim de ser INTERROGADA. E, para que chegue ao seu conhecimento se passou o presente edital, cuja 3ª (terceira) via será afixada no lugar de costume.

SEDE DO JUÍZO: Avenida Professor Carlos Cunha, s/n.º, Fórum Desembargador Sarney Costa, Bairro Calhau, São Luís-MA, CEP: 65.076.000.

Telefone : (098) 21069674.

Dado e passado o presente na Secretaria da 4ª Vara Criminal, ao meu cargo, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 18 (dezoito) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, _____ Francisca de Assis Lima, Secretária de Vara, digitei e subscrevo.

MARIA JOSÉ MILHOMEM BANDEIRA DE MELO

Juíza de Direito Titular 4ª Vara Criminal da Capital.

10ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DA 10ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO.

JUÍZA DE DIREITO: ORIANA GOMES

SECRETÁRIA JUDICIAL: Carla Cristina Baima Souza

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA

PRAZO: 15 (QUINZE) DIAS

PROCESSO N.º: 9033/2007

DENOMINAÇÃO: Inquérito Policial

SEM INDICIADOS (Empresa Investigada: A C P Comércio e Representações)

SEM VÍTIMAS

A DOUTORA ORIANA GOMES, JUÍZA DE DIREITO TITULAR DA 10ª VARA CRIMINAL – CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO

FINALIDADE

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo tramitam os termos do Inquérito Policial n.º 9033/2007, em que é investigada a empresa A C P Pereira Comércio e Representações, CGC n.º 01.802.429/0001-65, anteriormente estabelecida na Rua Euclides Farias, Quadra 24, Casa 19, Bairro Cohama, nesta capital, representada legalmente pelo Sr. Aurélio Carlos Peixoto

Pereira, brasileiro, solteiro, administrador, CPF nº 618.709.393-72 e Registro Geral nº 23864494-4 - SSP/MA, residente e domiciliado nesta Capital à Rua Euclides Farias, Quadra 24, Casa19 - Bairro Cohama, São Luís/MA, atualmente em lugar incerto e não sabido, ficando pelo presente intimado para tomar ciência da sentença de arquivamento proferida pela Excelentíssima Juíza da 10ª Vara Criminal – Crimes Contra a Ordem Tributária, Dra. Oriana Gomes,; “Vistos etc. (...) Em tais condições, determino, nos termos do Parecer do Ministério Público, o arquivamento destes autos referentes ao crime tributário e o envio de cópias dos mesmos ao Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa - CAOP-PROAD, para que adote as providências que julgar oportunas. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Encaminhe-se. Comunique-se e dê-se baixa nos órgãos. São Luís, 10 de agosto de 2007. Oriana Gomes, Juíza de Direito Titular da 10ª Vara Criminal – Crimes Contra a Ordem Tributária”.

DESPACHO: “(...) Expeça-se Edital de Intimação de Sentença de Arquivamento. São Luís, 31 de outubro de 2007. Oriana Gomes, Juíza de Direito Titular da 10ª Vara Criminal.”

DADO E PASSADO o presente na Secretaria da 10ª Vara Criminal, ao meu cargo, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 05 (cinco) dias do mês de novembro do ano de 2007. Eu, , Carla Cristina Baima Souza, Secretária Judicial, digitei e subscrevo.

Oriana Gomes

Juíza de Direito Titular da 10ª Vara Criminal
Crimes Contra a Ordem Tributária

CONFERE COM O ORIGINAL

SÃO LUÍS, 30 DE OUTUBRO DE 2007.

Carla Cristina Baima Souza

Secretária Judicial

**JUÍZO DA 10ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE SÃO LUÍS,
CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO.**

JUÍZA: ORIANA GOMES

SECRETÁRIA JUDICIAL: CARLA CRISTINA BAIMA SOUZA

01 – AÇÃO PENAL Nº 21472/2004.

PARTE AUTORA: Ministério Público Estadual

PARTE ACUSADA: FLÁVIO JADÃO BARBOSA.

ADVOGADOS: Drº Antônio César de Araújo Freitas, OAB/MA nº 4695 e Drº. Rodrigo Mendonça Santiago, OAB/MA nº 7073.

VÍTIMA: A ORDEM TRIBUTÁRIA/FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
Despacho de fls. 545: R. Hoje. Impossível acolher os pedidos finais do ilustre advogado, pois, os princípios da verdade real e do livre convencimento estão acima do princípio da preclusão. São Luís, 05/11/2007. Oriana Gomes. Juíza de Direito Titular da 10ª Vara Criminal - Crimes Contra a Ordem Tributária.

02 – AÇÃO PENAL Nº 21472/2004.

PARTE AUTORA: Ministério Público Estadual

PARTE ACUSADA: FLÁVIO JADÃO BARBOSA.

ADVOGADOS: Drº Antônio César de Araújo Freitas, OAB/MA nº 4695 e Drº. Rodrigo Mendonça Santiago, OAB/MA nº 7073.

VÍTIMA: A ORDEM TRIBUTÁRIA/FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL

Despacho de fls. 549-verso: Defiro o pleito do MP referente à oitiva das testemunhas Ana Creusa Martins dos Santos e Albertinho Sousa da Mota para a qual designo o dia 29 de novembro às 14:00 horas. Requisite-se conforme pedido (item 3 do Parecer). São Luís, 05/11/2007. Oriana Gomes. Juíza de Direito Titular da 10ª Vara Criminal - Crimes Contra a Ordem Tributária.

CONFERE COM O ORIGINAL. DOU FÉ.

SÃO LUÍS, 05 DE NOVEMBRO DE 2007.

Carla Cristina Baima Souza

Secretária Judicial

FAMÍLIA

3ª VARA FAMÍLIA

**JUÍZO DE DIREITO DA TERCEIRA VARA DE FAMÍLIA DA
COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO
MARANHÃO.**

TERCEIRA SECRETARIA DE FAMÍLIA

**JUÍZA DE DIREITO TITULAR: JOSEANE DE JESUS CORRÊA BE-
ZERRA**

PROMOTOR DE JUSTIÇA: ETELSON DA SILVA ALMADA LIMA

**SECRETÁRIO JUDICIAL: INDA R. CAVALCAVALCANTE DOS
SANTOS**

PROCESSO Nº25573/2006

AÇÃO: ALVARÁ JUDICIAL

REQUERENTE: BENEDITO JOSÉ

ADVOGADO: JOSÉ RIBAMAR COELHO BANDEIRA

SENTENÇA: Vistos etc. Isto posto, e mais do que dos autos consta, bem como do parecer favorável do Ministério Público (fl. 18/19), Julgo procedente o pedido, como formulado na exordial. Determino a expedição de alvará para os fins a que se propõe a pretensão requerida. De outra forma, oficie-se à instituição pagadora, a fim de cessar os descontos efetuados. Custas na forma da lei. P. R. I. São Luís, 23.08.07. Joseane de Jesus Corrêa Bezerra - Juíza de Direito Titular da 3ª Vara de Família.

PROCESSO Nº17131/2007

AÇÃO: ALIMENTOS

REQUERENTE: RICARDA ROMOALDA RODRIGUES FERREIRA

ADVOGADO: JOÃO DAMASCENO E ZARCOV KHISTOPHER

SENTENÇA: Vistos etc. com fundamento no artigo 267, inciso VIII do CPC, declaro a extinção do processo de Alimentos, proposto por Ricarda Romoalda Rodrigues Ferreira contra o Ministério da Saúde, Raimundo Nonato de Jesus Maciel e José Raimundo Diniz, sem resolução de mérito. Sem custas, face ao pedido de justiça gratuita, que ora defiro. Após, certificado o trânsito em julgado, archive-se, observadas as formalidades legais. P. R. I. São Luís, 27.09.07. Joseane de Jesus Corrêa Bezerra - Juíza de Direito Titular da 3ª Vara de Família.

PROCESSO Nº14291/2006

AÇÃO: ALVARÁ JUDICIAL

REQUERENTE: MARIA DE JESUS PEREIRA

ADVOGADO: DARIO GURGEL DE CASTRO

SENTENÇA: Vistos etc. Diante do exposto, estando satisfeitas as exigências legais, Defiro o pedido e determino a expedição do alvará para o fim requerido, em nome de Maria de Jesus Pereira. Expeça-se alvará. Transitado em julgado, archive-se. P. R. I. São Luís, 03.08.2006. Lourival de Jesus Serejo Sousa- Juíza de Direito.

PROCESSO Nº4415/2005

AÇÃO: ALVARÁ JUDICIAL

REQUERENTE: MARIA ADRIANA MARQUES PINHEIRO

ADVOGADA: VANESSA PORTELA RAMOS

SENTENÇA: Vistos etc. Diante do exposto, de acordo com o parecer do Ministério Público, julgo procedente o pedido e determino expedição de Alvará Judicial em favor de Maria Adriana Marques Pinheiro representante legal do menor para sacar junto à Caixa Econômica Federal valores retidos em conta vinculada do FGTS, em nome do Sr. Ramilson Soares Cruz. Sem custas e honorários advocatícios. Expeça-se alvará judicial, e transitada em julgado, feita as anotações de praxe, archive-se. P. R. I. São Luís, 11.05.05. Milton Bandeira Lima - Juiz de Direito Auxiliar em exercício na 3ª Vara de Família.

PROCESSO Nº13725/2007

AÇÃO: HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO C/CARATER ALIMENTAR

REQUERENTE: LORDES MARIA COSTA BARBOSA

ADVOGADA: LUCIANA MARIA DE MATOS GARROS MORENO



SENTENÇA: Vistos etc. Do exposto, sendo manifestação de vontade dos requerentes, observando-se o parecer ministerial de fl. 11-v., HOMOLOGO o acordo extrajudicial de fls. 04/05 levado a efeito por Lourdes Maria Costa Brabosa e Clenilson Monteiro Souza, nos termos do art. 269, III, do CPC. Determino a expedição de ofício ao Bnco do Brasil, agência n 3650-1 para abertura de conta poupança em nome da requerente, onde serão realizados os devidos depósitos. Sem custas. P. R. I. São Luís, 24.09.07. Joseane de Jesus Corrêa Bezerra - Juíza de Direito Titular da 3ª Vara de Família.

PROCESSO Nº3014/2007

AÇÃO: ALIMENTOS
REQUERENTE: ALDILENE MENDES MOREIRA
ADVOGADA: FABIOLA ALMEIDA BARROS
REQUERIDO: EUDSON CARLOS PEREIRA

SENTENÇA: Vistos etc. Em consequência, JULGO procedente o pedido para tornar em definitivo os alimentos provisórios arbitrado às fls. 13, com respaldo no art. 269, III, CPC. Dou por intimadas a requerente e sua Defensora Pública, notificado o Ministério Público. P. R. I. São Luís, 07.11.07. Raimundo Ferreira Neto – Juiz de Direito Auxiliar respondendo pela 3ª Vara de Família.

PROCESSO Nº15237/2006

AÇÃO: ALIMENTOS
REQUERENTE: ROSELIR COSTA NEVES
ADVOGADA: ADIA KHRISTIANNE ATAETE VILAR ATAIDE
REQUERIDO: HERBERTH PAULINO CASTRO
SENTENÇA: Vistos etc. Posto isso, e mais do que dos autos consta, de acordo com o parecer Ministerial, fixo os alimentos definitivos a que o alimentante deve prestar a sua filha menor Sâmara Neves Castro, no valor de 15%(quinze por cento) de seus rendimentos integrais, subtraídos os descontos legais. Sem custas. P. R. I. São Luís, 29.09.2007. Joseane de Jesus Corrêa Bezerra - Juíza de Direito Titular da 3ª Vara de Família.

PROCESSO Nº13329/2003

AÇÃO: ALIMENTOS
REQUERENTE: WADNA CAROLINA ATAIDE
ADVOGADO: PATRICIA FRANCO REIS
REQUERIDO: JOSIVAN MENDONÇA NUNES
SENTENÇA: Vistos etc. Assim, com fundamento no artigo 267, III, do CPC, julgo extinto o processo sem resolução de mérito. Sem custas, face ao pedido de justiça gratuita, que ora defiro. Após, certificado o trânsito em julgado, archive-se, observadas as formalidades legais. Cumpra-se. P. R. I. São Luís, 18.10.07. Joseane de Jesus Corrêa Bezerra - Juíza de Direito Titular da 3ª Vara de Família.

PROCESSO Nº5630/2003

AÇÃO: ALIMENTOS
REQUERENTE: NÚBIA DE FÁTIMA TOBIAS GOMES
ADVOGADA: FABIOLA ALMEIDA BARROS
REQUERIDO: JOSÉ RIBAMAR AZEVEDO GOMES NETO
ADVOGADO: EDMAR GOMES CAVALCANTE JÚNIOR

SENTENÇA: Vistos etc. Assim, com fundamento no artigo 267, III, do CPC, julgo extinto o processo sem resolução de mérito. Sem custas, face ao pedido de justiça gratuita, que ora defiro. Após, certificado o trânsito em julgado, archive-se, observadas as formalidades legais. Cumpra-se. P. R. I. São Luís, 17.10.07. Joseane de Jesus Corrêa Bezerra - Juíza de Direito Titular da 3ª Vara de Família.

PROCESSO Nº2697/2003

AÇÃO: ALIMENTOS
REQUERENTE: VERA LÚCIA DA SILVA VIEIRA
ADVOGADO: CLAYRTON ERICO BELINI MEDEIROS E OUTROS
REQUERIDO: ANTONIO RINALDO BATALHA PESTANA
SENTENÇA: Vistos etc. Assim, com fundamento no artigo 267, III, do CPC, julgo extinto o processo sem resolução de mérito. Sem custas, face

ao pedido de justiça gratuita, que ora defiro. Após, certificado o trânsito em julgado, archive-se, observadas as formalidades legais. Cumpra-se. P. R. I. São Luís, 18.10.07. Joseane de Jesus Corrêa Bezerra - Juíza de Direito Titular da 3ª Vara de Família.

PROCESSO Nº17193/2004

AÇÃO: ALIMENTOS
REQUERENTE: LUÍZA LIMA SOUSA
ADVOGADA: FABIOLA ALMEIDA BARROS
REQUERIDO: ANTONIO SALAZAR SOUSA
SENTENÇA: Vistos etc. Desse modo, observando o parecer do Ministério Público, extingo o processo sem resolução de mérito, nos moldes do artigo 267, VIII do Código de Processo Civil. Certificado o trânsito em julgado, archive-se, observadas as formalidades legais. P. R. I. São Luís, 03.09.07. Joseane de Jesus Corrêa Bezerra - Juíza de Direito Titular da 3ª Vara de Família.

PROCESSO Nº10450/2000

AÇÃO: ALIMENTOS
REQUERENTE: JOSELIA GLÓRIA MENDES
ADVOGADA: LINDEVÂNIA DE JESUS MARTINS SILVA
REQUERIDO: LUIZ ALBERTO MARQUES SANTOS
SENTENÇA: Vistos etc. Assim, com fundamento no artigo 267, III, do CPC, julgo extinto o processo sem resolução de mérito. Sem custas, face ao pedido de justiça gratuita, que ora defiro. Após, certificado o trânsito em julgado, archive-se, observadas as formalidades legais. Cumpra-se. P. R. I. São Luís, 19.10.07. Joseane de Jesus Corrêa Bezerra - Juíza de Direito Titular da 3ª Vara de Família.

PROCESSO Nº12375/2000

AÇÃO: REVISÃO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA
REQUERENTE: EVANDRO DE JESUS LOPES
ADVOGADO: LUIS ALBERTO DE JESUS LOPES
REQUERIDA: VERA LÚCIA FREITAS
SENTENÇA: Vistos etc. Assim, com fundamento no artigo 267, III, do CPC, julgo extinto o processo sem resolução de mérito. Sem custas. Após, certificado o trânsito em julgado, archive-se, observadas as formalidades legais. Cumpra-se. P. R. I. São Luís, 28.09.07. Joseane de Jesus Corrêa Bezerra - Juíza de Direito Titular da 3ª Vara de Família.

PROCESSO Nº19891/2007

AÇÃO: ACORDO DE ALIMENTOS
REQUERENTES: MARIA DAS DORES DINIZ GOMES E GILVAN GUILHERMINO SILVA
ADVOGADA: ÁDIA KRISTIANNE ATAETE VILLAR ATAIDE
SENTENÇA: Vistos etc. Sendo manifestação de vontade dos requerentes, HOMOLOGO por sentença para que produza seus efeitos legais correlatos, nos termos do art. 269, III, do CPC, o acordo de fls. 02/04, firmado por Maria das Dores Diniz Gomes e Gilvan Guilhermino Silva. Oficie-se ao órgão empregador do Requerente para o cumprimento do acordo, com desconto em folha de pagamento e depósito na Conta Corrente a ser fornecida pela genitora da menor. São Luís, 17.10.07. Joseane de Jesus Corrêa Bezerra - Juíza de Direito Titular da 3ª Vara de Família.

PROCESSO Nº900/2005

AÇÃO: EXONERAÇÃO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA
REQUERENTE: MANOEL VICENTE DE OLIVEIRA
ADVOGADO: WALTERLINO RIBAMAR PINHEIRO CORREIA
REQUERIDAS: RAIMUNDA CAVALCANTE DE OLIVEIRA WILLIAN CLEY CAVALCANTE DE OLIVEIRA E JOSÉ TIMÓTEO DE OLIVEIRA NETO
ADVOGADA: MÁRCIA CHRISTINA SILVA RABELO
SENTENÇA: Vistos etc. Isto posto, e mais do que dos autos consta, contrariando o parecer Ministerial de fl. 67, julgo procedente em parte o pedido revisional, para exonerar a pensão alimentícia em relação aos requeridos Willian Cley Cavalcante de oliveira e José Timóteo de Oliveira Neto, pelo que torno definitiva a antecipação de tutela concedida de fl.

38; mantenho, entretanto, os alimentos já fixados anteriormente no quantum de 01(um) salário-mínimo vigente no país, em benefício da requerida Raimunda Cavalcante de Oliveira, como vinha sendo descontado. Custas na forma da lei. P. R. I. São Luís, 22.09.07. Joseane de Jesus Corrêa Bezerra - Juíza de Direito Titular da 3ª Vara de Família.

PROCESSO Nº889/2005

AÇÃO: REVISÃO DE ALIMENTOS

REQUERENTE: JORGE LUIS JARDIM MENEZES

ADVOGADO: CLÁUDIO FLÁVIO SANTOS SANTANA

REQUERIDAS: MARIA JOSÉ CHAGAS DA SILVA, RAFAELA CHAGAS MENEZES E DANIELLA CHAGAS MENEZES

ADVOGADO: RONALD LUIZ NEVES RIBEIRO

DESPACHO: Considerando que o caso está incluído entre aqueles em que é possível a solução da controvérsia mediante orientação e esclarecimento por intermédio do juízo, determino a intimação das partes para comparecimento à audiência de tentativa de conciliação, no dia 19 de novembro de 2007, às 09:00 horas, no lugar de costume. As partes poderão, até a audiência, especificar provas que pretendem produzir e sugerir pontos controvertidos para fixação pelo juízo (art. 331, § 2º, CPC). Intimações necessárias. Notifique-se o Ministério Público. São Luís, 31.07.07. Joseane de Jesus Corrêa Bezerra - Juíza de Direito Titular da 3ª Vara de Família.

PROCESSO Nº22820/2004

AÇÃO: DIVÓRCIO

REQUERENTE: SEBASTIÃO CARVALHO REIS

ADVOGADO: JOSÉ COSTA PEREIRA E RAIMUNDO SARAIVA PINHEIRO

REQUERIDA: DILCILENE SILVA COSTA

DESPACHO: Defiro Assistência Judiciária Gratuita. Designo o dia 19 de novembro de 2007, às 09:30 horas, para ter lugar a Audiência de Tentativa de Conciliação. Promova-se a citação da parte requerida, via mandado, anotando-se que o prazo para oferecer CONTESTAÇÃO que é de 15(quinze) dias, será contado a partir da data da realização dessa Audiência (art. 297, do CPC). Advertência obrigatória de que, não sendo contestada a ação, se presumirão aceitos, pelo suplicado, como verdadeiros os fatos articulados pela Autora, conforme o disposto nos art. 285 do CPC. Intimem-se as partes. Notifique-se o Ministério Público. São Luís, 12.08.07. Joseane de Jesus Corrêa Bezerra - Juíza de Direito Titular da 3ª Vara de Família.

PROCESSO Nº 15625/2005

AÇÃO: ALIMENTOS

REQUERENTE: JANAINA JARDIM SILVA DOS SANTOS

ADVOGADO: CARLOS AUGUSTO LEMOS

REQUERIDO: ARNALDO MENDES NUNES JÚNIOR

DESPACHO: 1.Reitere-se a citação da parte requerida conforme determinado de fl. 09. 2- Para audiência marcada e não realizada, designo o dia 19 de novembro de 2007, às 10:00 horas, intimações necessárias. Notifique-se o Ministério Público. São Luís, 27.07.07. Joseane de Jesus Corrêa Bezerra - Juíza de Direito Titular da 3ª Vara de Família.

PROCESSO Nº 21658/2006

AÇÃO: EXONERAÇÃO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA

REQUERENTE: JORGE CLÁUDIO SOUSA RIBEIRO

ADVOGADA: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO SILVA MORAES

REQUERIDA: MARIA LEA DE LIMA PEREIRA

ADVOGADO: VALBER MUNIZ

DESPACHO: Considerando que o caso está incluído entre aqueles em que é possível a solução da controvérsia mediante orientação e esclarecimento por intermédio do juízo, determino a intimação das partes para comparecimento à audiência de tentativa de conciliação, no dia 19 de novembro de 2007, às 10:30 horas, no lugar de costume. As partes poderão, até a audiência, especificar provas que pretendem produzir e sugerir pontos controvertidos para fixação pelo juízo (art. 331, § 2º, CPC). Intimações necessárias. Notifique-se o Ministério Público. São Luís, 10.08.07. Joseane de Jesus Corrêa Bezerra - Juíza de Direito Titular da 3ª Vara de Família.

PROCESSO Nº1305/2003

AÇÃO: DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADE

REQUERENTE: ALESSIANE GUIMARÃES REIS

ADVOGADO: GEORGE LUIS SANTOS SOUSA

REQUERIDO: FRANCISCO JOSÉ CUNHA DOS SANTOS

ADVOGADO: HENRIQUE CARDOSO DE MACEDO NETO

DESPACHO: Aberta a audiência a MM. Juíza constatou a ausência da Requerente, tendo em vista que não foi regularmente intimada, conforme Certidão de fl. 182-v, pelo que remarcou a audiência para o dia 19 de novembro de 2007, às 11:00 horas, determinando ainda o comparecimento pessoal das partes para interrogatório e as testemunhas que deverão ser arroladas tempestivamente e apresentadas em banca independentemente de intimação, ficando desde logo, o Requerido e seu advogado intimados, notificado o Ministério Público. São Luís, 08.08.07. Joseane de Jesus Corrêa Bezerra - Juíza de Direito Titular da 3ª Vara de Família.

PROCESSO Nº3961/2001

AÇÃO: GUARDA E RESPONSABILIDADE

REQUERENTE: RUBENI TONY FERNANDES DE JESUS

ADVOGADO: JOSÉ HEMETÉRIO SILVA ARAÚJO

REQUERIDA: BENILSSA CLÉA SOUSA ARAÚJO

ADVOGADA: FABÍOLA ALMEIDA BARROS

DESPACHO: Aberta a audiência a MM. Juíza verificou a ausência da parte requerida por não ter sido regularmente intimada. Assim a MM. Juíza designou nova data para audiência, sendo o dia 19 de novembro de 2007, às 11:30 horas. Ficando desde logo os presentes intimados e notificado o Ministério Público, devendo a requerida ser intimada via mandado. Cumpra-se as ordens precedentes. São Luís, 24.10.07. Joseane de Jesus Corrêa Bezerra - Juíza de Direito Titular da 3ª Vara de Família.

PROCESSO Nº17261/2007

AÇÃO: ALIMENTOS

REQUERENTE: UCARDÊNCIA SOUSA DOS SANTOS

ADVOGADO: TEMÍSTOCLES CUTRIM SERRA

REQUERIDO: ANTONIO DA CONCEIÇÃO FERREIRA

DESPACHO: Defiro o pedido de Assistência Judiciária e nomeio como assistente o advogado subscritor da petição inicial, que exercerá o encargo sob o compromisso de seu grau. Designo o dia 20 de novembro de 2007, às 09:00 horas, na sala de audiências deste juízo, para a realização da audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. Cite-se o alimentante, via mandado. Arbitro os alimentos provisórios no valor equivalente a 01(um) salário mínimo vigente. Oficie-se órgão empregador para que proceda os descontos. Intimem-se as partes da designação feita, advertindo-as que o não comparecimento da autora determina o arquivamento do pedido e a ausência do requerido importa em revelia, além da confissão da matéria de fato. Notifique-se o Ministério Público. São Luís, 13.08.07. Joseane de Jesus Corrêa Bezerra - Juíza de Direito Titular da 3ª Vara de Família.

PROCESSO Nº17944/2007

AÇÃO: SEPARAÇÃO JUDICIAL

REQUERENTE: MARLISE GARCÊS FEITOSA CAMPOS

ADVOGADA: SANDRA GONÇALVES MACEDO

REQUERIDO: RAIMUNDO JOSÉ FERREIRA CAMPOS

DESPACHO: Defiro Assistência Judiciária Gratuita. Designo o dia 20 de novembro de 2007, às 10:00 horas, na sala de audiências deste juízo, para a realização da audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. Promova-se a citação da parte requerida, via Precatória, anotando-se que o prazo para oferecer CONTESTAÇÃO, que é de 15(quinze) dias, será contado a partir da data da realização dessa Audiência (Art. 297, do CPC). Intime-se as partes e notifique-se o Ministério Público. São Luís, 08.08.07. Joseane de Jesus Corrêa Bezerra - Juíza de Direito Titular da 3ª Vara de Família.

PROCESSO Nº18027/2007

AÇÃO: DIVÓRCIO

REQUERENTE: DORCAS ABREU ARAÚJO

ADVOGADO: ENOS HENRIQUE NOGUEIRA FERREIRA



REQUERIDO: NILTON SANTOS ARAÚJO

DESPACHO: Defiro Assistência Judiciária Gratuita. Designo o dia 20 de novembro de 2007, às 10:30 horas, na sala de audiências deste juízo, para a realização da audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. Promova-se a citação da parte requerida, via Precatória, anotando-se que o prazo para oferecer CONTESTAÇÃO, que é de 15(quinze) dias, será contado a partir da data da realização dessa Audiência (Art. 297, do CPC). Advertência obrigatória que o não comparecimento da autora determina o arquivamento do pedido e a ausência do requerido importa em revelia, além da confissão da matéria de fato. Intime-se as partes e notifique-se o Ministério Público. São Luís, 10.08.07. Joseane de Jesus Corrêa Bezerra - Juíza de Direito Titular da 3ª Vara de Família.

PROCESSO N°19275/2007

AÇÃO: ALIMENTOS

REQUERENTE: LUCIENE SORAES MELO

ADVOGADO: RICARDO LUIS DE ALMEIDA TEIXEIRA
REQUERIDO: WELDON OLIVEIRA FERREIRA

DESPACHO: Defiro Assistência Judiciária Gratuita. Designo o dia 20 de novembro de 2007, às 12:00 horas, na sala de audiências deste juízo, para a realização da audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. Cite-se o alimentante, via Mandado, com advertência de que a contestação da ação, caso não haja conciliação, será apresentada em audiência. Arbitro os alimentos provisórios no valor equivalente a 30% (trinta por cento) do salário mínimo vigente, devidos a partir da citação, a serem depositados na conta até o dia 05 (cinco) de cada mês. Intimem-se as partes da designação feita, advertindo-as que o não comparecimento da autora determina o arquivamento do pedido e a audiência do requerido importa em revelia, além da confissão da matéria de fato. Notifique-se o Ministério Público. São Luís, 24.08.07 Joseane de Jesus Corrêa Bezerra - Juíza de Direito Titular da 3ª Vara de Família.

PROCESSO N°18289/2007

AÇÃO: ALIMENTOS

REQUERENTE: ARLENE MAGALHÃES ANSELMA FROES

ADVOGADO: MARCOS FÁBIO LESSA DE ALENCAR

REQUERIDO: ROBSON LUIS DA SILVA BARROS

DESPACHO: Defiro o pedido de Assistência Judiciária e nomeia-se como assistente o advogado subscritor da petição inicial, que exercerá o encargo sob o compromisso de seu grau. Designo o dia 21 de novembro de 2007, às 09:00 horas, na sala de audiências deste juízo, para a realização da audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. Cite-se o alimentante, via Mandado com advertência de que a contestação da ação, caso não haja conciliação, será apresentada em audiência. Arbitro os alimentos provisórios no valor equivalente a 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo vigente, devidos a partir da citação, a serem depositados na conta até o dia 05 (cinco) de cada mês. Intimem-se as partes da designação feita, advertindo-as que o não comparecimento da autora determina o arquivamento do pedido e a audiência do requerido importa em revelia, além da confissão da matéria de fato. Notifique-se o Ministério Público. São Luís, 10.08.07. Joseane de Jesus Corrêa Bezerra - Juíza de Direito Titular da 3ª Vara de Família.

PROCESSO N°18110/2007

AÇÃO: ALIMENTOS

REQUERENTE: ARENILDES DE JESUS SILVA

ADVOGADO: RICARDO LUÍS DE ALMEIDA TEIXEIRA

REQUERIDO: WELLINGTON MELO BARROS

DESPACHO: Defiro o pedido de Assistência Judiciária. Designo o dia 21 de novembro de 2007, às 09:30 horas, na sala de audiências deste juízo, para a realização da audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. Cite-se o alimentante, via Mandado com advertência de que a contestação da ação, caso não haja conciliação, será apresentada em audiência. Arbitro os alimentos provisórios no valor equivalente a 30% (trinta por cento) dos seus vencimentos líquidos e demais vantagens, abatidos os descontos obrigatórios. Oficie-se o órgão empregador para que proceda os descontos. Intimem-se as partes da designação feita, advertindo-as que o não comparecimento da autora determina o arquivamento do pedido e a

audiência do requerido importa em revelia, além da confissão da matéria de fato. Notifique-se o Ministério Público. São Luís, 10.08.07. Joseane de Jesus Corrêa Bezerra - Juíza de Direito Titular da 3ª Vara de Família.

PROCESSO N°17787/2007

AÇÃO: ALIMENTOS

REQUERENTE: JAQUELINE PINTO COSTA

ADVOGADO: JOSÉ ANTONIO MENDONÇA

REQUERIDO: EDIGARD LOPES LIMA

DESPACHO: Defiro o pedido de Assistência Judiciária e nomeia-se como assistente o advogado subscritor da petição inicial, que exercerá o encargo sob o compromisso de seu grau. Designo o dia 21 de novembro de 2007, às 09:30 horas, na sala de audiências deste juízo, para a realização da audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. Cite-se o alimentante, via Mandado com advertência de que a contestação da ação, caso não haja conciliação, será apresentada em audiência. Arbitro os alimentos provisórios no valor equivalente a 01(um) salário mínimo devidos a partir da citação. Intimem-se as partes da designação feita, advertindo-as que o não comparecimento da autora determina o arquivamento do pedido e a audiência do requerido importa em revelia, além da confissão da matéria de fato. Notifique-se o Ministério Público. São Luís, 10.08.07. Joseane de Jesus Corrêa Bezerra - Juíza de Direito Titular da 3ª Vara de Família.

PROCESSO N°17956/2007

AÇÃO: ALIMENTOS

REQUERENTE: MARIA JOSÉ SÁ

ADVOGADO: MURILO CARVALHO PEREIRA GUAZELLI

REQUERIDO: WALDEVAL MOREIRA SÁ

DESPACHO: Defiro o pedido de Assistência Judiciária e nomeia-se como assistente o advogado subscritor da petição inicial, que exercerá o encargo sob o compromisso de seu grau. Designo o dia 21 de novembro de 2007, às 10:30 horas, na sala de audiências deste juízo, para a realização da audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. Arbitro os alimentos provisórios no valor equivalente a 30% (trinta por cento) do salário mínimo vigente, devidos a partir da citação. Intimem-se as partes da designação feita, advertindo-as que o não comparecimento da autora determina o arquivamento do pedido e a audiência do requerido importa em revelia, além da confissão da matéria de fato. Notifique-se o Ministério Público. São Luís, 10.08.07. Joseane de Jesus Corrêa Bezerra - Juíza de Direito Titular da 3ª Vara de Família.

PROCESSO N°20292/2007

AÇÃO: ALIMENTOS

REQUERENTE: CLAUDIANA DE JESUS PEREIRA

ADVOGADA: ÁDIA KRISTIANNE ATAETE VILAR ATAÍDE

REQUERIDO: ALTEMAR COSTA MARTINS

DESPACHO: Defiro o pedido de Assistência Judiciária. Designo o dia 21 de novembro de 2007, às 12:00 horas, na sala de audiências deste juízo, para a realização da audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. Cite-se o alimentante, via Mandado com advertência de que a contestação da ação, caso não haja conciliação, será apresentada em audiência. Arbitro os alimentos provisórios no valor equivalente a 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo vigente, devidos a partir da citação, a serem depositados na conta até o dia 05 (cinco) de cada mês. Intimem-se as partes da designação feita, advertindo-as que o não comparecimento da autora determina o arquivamento do pedido e a audiência do requerido importa em revelia, além da confissão da matéria de fato. Notifique-se o Ministério Público. São Luís, 18.09.07. Joseane de Jesus Corrêa Bezerra - Juíza de Direito Titular da 3ª Vara de Família.

PROCESSO N°2932/2006

AÇÃO: REVISÃO E EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS

REQUERENTE: JOSÉ LEONARDO MAGALHÃES MONTEIRO

ADVOGADO: GUSTAVO GARCIA SILVA

REQUERIDOS: ANGELA MARIA TEIXEIRA MONTEIRO E JOSÉ LEONARDO MAGALHÃES MONTEIRO FILHO

ADVOGADO: ALMIR CAMPOS CANTANHEDE

DESPACHO: Considerando que o caso está incluído entre aqueles em que é possível a solução da controvérsia mediante orientação e esclarecimento por intermédio do juízo, determino a intimação das partes para comparecimento à audiência de tentativa de conciliação, no dia 22 de novembro de 2007, às 09:30 horas, no lugar de costume. As partes poderão, até a audiência, especificar provas que pretendem produzir e sugerir pontos controversos para fixação pelo juízo (art. 331, § 2º, CPC). Intimações necessárias. Notifique-se o Ministério Público. São Luís, 17.08.07. Joseane de Jesus Corrêa Bezerra - Juíza de Direito Titular da 3ª Vara de Família.

PROCESSO Nº4696/2006

AÇÃO: ALIMENTOS

REQUERENTE: CLEIA MARIA DA ROCHA DOS SANTOS

ADVOGADO: ALEXANDER RODRIGUES FERREIRA

REQUERIDO: ALBERINO COSTA FRANÇA

DESPACHO: Redesigno audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 22 de novembro de 2007, às 10:30 horas. Cite-se o Requerido, intímese as partes e notifique-se o representante do Ministério Público. São Luís, 20.08.07. Joseane de Jesus Corrêa Bezerra - Juíza de Direito Titular da 3ª Vara de Família.

PROCESSO Nº10353/2004

AÇÃO: SEPARAÇÃO JUDICIAL

REQUERENTE: DÉLIA CLEMÊNCIA TRINTA ROCHA

ADVOGADO: JORGE LUIZ SERRA COELHO

REQUERIDO: OTACÍLIO ROCHA DOS SANTOS

ADVOGADA: MARIA SALETE LEAL AZEVEDO

DESPACHO: Para audiência marcada e não realizada designo o dia 22 de novembro de 2007, às 11:00 horas. O Requerido deverá ser intimado no endereço constante de fl. 62. Intímese. Notifique-se o Ministério Público. São Luís, 15.08.07. Joseane de Jesus Corrêa Bezerra - Juíza de Direito Titular da 3ª Vara de Família.

PROCESSO Nº10709/2004

AÇÃO: EXECUÇÃO DE ALIMENTOS

REQUERENTE: VALDÊNIA LOPES FERREIRA RIBEIRO

ADVOGADA: FABÍOLA ALMEIDA BARROS

REQUERIDO: DOROTEU COELHO ARCOVERDE RIBEIRO

ADVOGADOS: MARCIO AUGUSTO VASCONCELOS COUTINHO e MILSON DE SOUZA COUTINHO FILHO

DESPACHO: Aberta a audiência a MM. Juíza verificou a ausência da parte requerida não tendo a audiência, uma vez que esse não foi regularmente intimado. Assim a MM. Juíza designou nova data para audiência, sendo o dia 22 de novembro de 2007, às 11:30 horas. Ficando desde logo a requerente intimada, intimado seu advogado via resenha, e notificado o Ministério Público, devendo ainda o requerido ser intimado por hora certa nos moldes do art.227 do CPC., devendo ser anotado no mandado que a sua ausência poderá implicar na prisão civil, conforme o disposto no art. 733, §1º do CPC. São Luís, 03.10.07. Joseane de Jesus Corrêa Bezerra - Juíza de Direito Titular da 3ª Vara de Família.

Está conforme o original. Dou fé.

São Luís, 08 de novembro de 2007

Linda R. Cavalcante dos Santos

Secretário Judicial da 3ª Vara de Família.

5ª VARA FAMÍLIA**JUIZO DE DIREITO DA QUINTA VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE SÃO LUÍS****JUIZ DE DIREITO: DR. RAIMUNDO NONATO MAGALHÃES MELO**
PROMOTORA DE JUSTIÇA: DRA. MARUSCHKA DE MELLO E SILVA
SECRETÁRIA JUDICIAL: BELª TEREZA CHRISTINA NORONHA LOBATO
PUBLICAÇÃO DE RESENHAS DE SENTENÇAS**PROCESSO Nº15671/2006.**

AÇÃO: ALIMENTOS

REQUERENTE: MARIA VITÓRIA BORGES DA SILVA

ADVOGADA: DRA. LIZ CRISTINA DE MELO BRITO

REQUERIDO: ANTÔNIO ALVES MOURA

ADVOGADO: DR. GERARDO GUALBERTO DE QUEIROZ

SENTENÇA: Vistos, etc... Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, estando satisfeitos os pressupostos legais para o deferimento da demanda, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, ao tempo em que fixo em definitivo os alimentos devidos pelo suplicado no valor equivalente a 30%(trinta por cento) do salário mínimo vigente, a serem depositados em conta bancária indicada pela requerente até o décimo dia de cada mês. Oficie-se ao órgão previdenciário, a fim de efetuar os descontos ora arbitrados em caráter definitivo. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa na distribuição e arquite-se. Sem Custas. Publique-se. Registre-se. Intímese. São Luís/MA, 05 de outubro de 2007. (As) Raimundo Nonato Magalhães Melo – Dr. Raimundo Nonato Magalhães Melo – Juiz de Direito da 5ª Vara de Família.

PROCESSO Nº6304/2005.

AÇÃO: INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE

REQUERENTE: SUZANA DE SOUZA PEREIRA

ADVOGADO: DR. JOSÉ AUGUSTO GABINA DE OLIVEIRA

REQUERIDO: JOSÉ MARTINS COSTA SOBRINHO

SENTENÇA: Vistos, etc... Face ao exposto e tudo mais que dos autos consta, julgo procedente o pedido para reconhecer a paternidade da menor J.T.de S.P.. Fixo em definitivo a pensão alimentícia devida pelo requerido em benefício de sua filha menor no percentual de 15% (quinze por cento) dos rendimentos líquidos e demais vantagens mais décimo terceiro e férias, a ser depositada na conta bancária da requerida. Oficie-se ao órgão empregador do alimentante para efetuar os descontos ora arbitrados em caráter definitivo. A menor passará a assinar J.T.P.C., tendo como avós maternos os já consignados em seu assento de nascimento e avós paternos a serem oportunamente indicados em documento de identidade de seu pai biológico. Intímese o requerido para apresentar documento de identidade com a indicação dos nomes de seus pais. Oficie-se o Cartório competente para as devidas averbações. Transitada esta em julgado, dê-se baixa na distribuição. Após, arquite-se. Publique-se. Registre-se. Intímese. Sem Custas. São Luís, 03 de outubro de 2007. (As) Raimundo Nonato Magalhães Melo – Dr. Raimundo Nonato Magalhães Melo – Juiz de Direito da 5ª Vara de Família.

PROCESSO Nº27819/2006.

AÇÃO: RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL

REQUERENTE: JANDIRA PACHECO DE OLIVEIRA

ADVOGADO: DR. ALEXANDER RODRIGUES FERREIRA

SENTENÇA: Vistos etc. Em face do exposto e tudo mais que dos autos consta, com fulcro no art. 267, inciso II do CPC, decreto a extinção do processo, sem resolução do mérito. Sem Custas. Transitada esta em julgada, dê-se baixa na distribuição e arquite-se. Publique-se. Registre-se. Intímese. São Luís, 10 de outubro de 2007. (As) Raimundo Nonato Magalhães Melo – Dr. Raimundo Nonato Magalhães Melo – Juiz de Direito da 5ª Vara de Família.

PROCESSO Nº11673/2005.

AÇÃO: INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE

REQUERENTE: MARIA ISABEL SOARES FREITAS

ADVOGADO: DR. KARLOS ALBERTO RIBEIRO MOTA

REQUERIDO: JOSÉ RIBAMAR GOMES SILVA

SENTENÇA: Vistos etc. Em face do exposto e tudo mais que dos autos consta, com fulcro no art. 267, inciso II do CPC, decreto a extinção do processo, sem resolução do mérito. Sem Custas. Transitada esta em julgada, dê-se baixa na distribuição e arquite-se. Publique-se. Registre-se. Intímese. São Luís, 10 de outubro de 2007. (As) Raimundo Nonato Magalhães Melo – Dr. Raimundo Nonato Magalhães Melo – Juiz de Direito da 5ª Vara de Família.

PROCESSO Nº9720/2002.

AÇÃO: DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADE DE FATO

REQUERENTE: VANDA MARIA DUARTE SILVA

ADVOGADO: DR. CARLOS JORGE CORRÊA DOS SANTOS



REQUERIDO: PEDRO JORGE DOS SANTOS COSTA
SENTENÇA: Vistos etc. Em face do exposto e tudo mais que dos autos consta, com fulcro no art. 267, inciso II do CPC, decreto a extinção do processo, sem resolução do mérito, ao tempo em que revogo os alimentos provisórios arbitrados nos presentes autos. Sem Custas. Transitada esta em julgada, dê-se baixa na distribuição e archive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. São Luís, 26 de setembro de 2007. (As) Raimundo Nonato Magalhães Melo – Dr. Raimundo Nonato Magalhães Melo – Juiz de Direito da 5ª Vara de Família.

PROCESSO Nº1861/2006.

AÇÃO: EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS
REQUERENTE: HAIRTON CARLOS GOMES
ADVOGADA: DRA. ANA SILVIA CARVALHO CHAVES
REQUERIDO: DIEGO DELEON ARAÚJO GOMES
SENTENÇA: Vistos etc. Em face do exposto e tudo mais que dos autos consta, com fulcro no art. 267, inciso II do CPC, decreto a extinção do processo. Sem Custas. Transitada esta em julgada, dê-se baixa na distribuição e archive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. São Luís, 24 de setembro de 2007. (As) Raimundo Nonato Magalhães Melo – Dr. Raimundo Nonato Magalhães Melo – Juiz de Direito da 5ª Vara de Família.

PROCESSO Nº12380/05 DIST.: 802/2005.

AÇÃO: GUARDA E RESPONSABILIDADE
REQUERENTE: MARIA DAS GRAÇAS COSTA SILVA DE MELO
ADVOGADA: DRA. MARIA DE LOURDES FRANCO DOS SANTOS
SENTENÇA: Vistos etc. Em face do exposto e tudo mais que dos autos consta, com fulcro no art. 267, inciso II do CPC, decreto a extinção do processo, sem resolução do mérito. Sem Custas. Transitada esta em julgada, dê-se baixa na distribuição e archive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. São Luís, 10 de outubro de 2007. (As) Raimundo Nonato Magalhães Melo – Dr. Raimundo Nonato Magalhães Melo – Juiz de Direito da 5ª Vara de Família.

PROCESSO Nº7124/2003.

AÇÃO: ALIMENTOS
REQUERENTE: DANIELLA AZEVEDO BARBOSA
ADVOGADO: DR. FÁBIO HENRIQUE BRANDÃO CUNHA
REQUERIDO: FRANCISCO DE ASSIS MARTINS DA SILVA
SENTENÇA: Vistos etc. Em face do exposto e tudo mais que dos autos consta, com fulcro no art. 267, inciso II do CPC, decreto a extinção do processo, sem resolução do mérito, ao tempo em que revogo os alimentos provisórios arbitrados nos presentes autos. Sem Custas. Transitada esta em julgada, dê-se baixa na distribuição e archive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. São Luís, 10 de outubro de 2007. (As) Raimundo Nonato Magalhães Melo – Dr. Raimundo Nonato Magalhães Melo – Juiz de Direito da 5ª Vara de Família.

PROCESSO Nº7779/2003.

AÇÃO: GUARDA
REQUERENTE: MARIA LUZIA AMORIM COSTA
ADVOGADA: DRA. DALLINAJARA OYAMA HOMMA DE ARAÚJO
SENTENÇA: Vistos etc. Em face do exposto e tudo mais que dos autos consta, com fulcro no art. 267, inciso II do CPC, decreto a extinção do processo, sem resolução do mérito. Sem Custas. Transitada esta em julgada, dê-se baixa na distribuição e archive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. São Luís, 10 de outubro de 2007. (As) Raimundo Nonato Magalhães Melo – Dr. Raimundo Nonato Magalhães Melo – Juiz de Direito da 5ª Vara de Família.

PROCESSO Nº24402/2007.

AÇÃO: CONVERSÃO DE SEPARAÇÃO EM DIVÓRCIO
REQUERENTES: PAULO HENRIQUE MENDONÇA NUNES E JOSIANE UCHOA SAMPAIO
ADVOGADA: DRA. NADIA DE CASTRO E VASCONCELOS
SENTENÇA: Vistos, etc... Diante do exposto, considerando que foram

observadas as formalidades legais, julgo procedente o pedido para converter em Divórcio a Separação Judicial de PAULO HENRIQUE MENDONÇA NUNES E JOSIANE UCHOA SAMPAIO. Transitada em julgado, expeça-se o competente mandado de averbação. Após, arquivem-se os autos, com baixa na distribuição. Sem Custas. Publique-se. Registre-se. Intime-se. São Luís, 05 de novembro de 2007. (As) Raimundo Nonato Magalhães Melo – Dr. Raimundo Nonato Magalhães Melo – Juiz de Direito da 5ª Vara de Família.

PROCESSO Nº5316/2006

AÇÃO: ANULAÇÃO DE CASAMENTO
REQUERENTE: IZAURA RODRIGUES DE SOUZA
ADVOGADA: DRA. MARIA CELESTE SANTOS SOUSA
REQUERIDO: MANOEL DA CRUZ SILVA
SENTENÇA: Homologo a desistência requerida por IZAURA RODRIGUES DE SOUZA, e em consequência julgo extinto o presente feito, sem resolução do mérito, com base no art. 267, VIII, do Código de Processo Civil. Transitada esta em julgada, dê-se baixa na distribuição e archive-se. Sem Custas. Publique-se. Registre-se. Intime-se. São Luís, 1º de novembro de 2007. (As) Raimundo Nonato Magalhães Melo – Dr. Raimundo Nonato Magalhães Melo – Juiz de Direito da 5ª Vara de Família.

PROCESSO Nº15626/2002.

AÇÃO: EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS
REQUERENTE: JOSÉ NELSON COSTA
ADVOGADA: DR. JOSÉ MILTON CRUZ
REQUERIDA: LEIDINALVA VERAS DA SILVA COSTA
SENTENÇA: Vistos, etc. Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, julgo procedente o pedido inicial, a fim de exonerar o autor do pagamento de alimentos em favor de sua filha C.S.daS.C.. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com baixa na distribuição. Sem custas. P.R.I.C. São Luís, 1º de novembro de 2007. (As) Raimundo Nonato Magalhães Melo – Dr. Raimundo Nonato Magalhães Melo – Juiz de Direito da 5ª Vara de Família.

PROCESSO Nº 9160/03.

AÇÃO: ALIMENTOS
REQUERENTE: MARIA DO AMPARO SANTOS AGUIAR
ADVOGADO: DR. JOSÉ AUGUSTO GABINA DE OLIVEIRA
REQUERIDO: LUIS ALBERTO VIEGAS PINHEIRO
SENTENÇA: Vistos etc. Em face do exposto e tudo mais que dos autos consta, com fulcro no art. 267, inciso II do CPC, decreto a extinção do processo, sem resolução do mérito, ao tempo em que revogo os alimentos provisórios arbitrados nos presentes autos. Sem Custas. Transitada esta em julgada, dê-se baixa na distribuição e archive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. São Luís, 1º de novembro de 2007. (As) Raimundo Nonato Magalhães Melo – Dr. Raimundo Nonato Magalhães Melo – Juiz de Direito da 5ª Vara de Família.

PROCESSO Nº7584/2004.

AÇÃO: EXECUÇÃO DE ALIMENTOS
REQUERENTE: JOANA GOMES DE SOUZA
ADVOGADO: DR. HELIO JORGE SILVA
REQUERIDO: GENARIO PEREIRA SILVA
ADVOGADO: DR. FRANCISCO DE ASSIS SOUZA COELHO FILHO
SENTENÇA: Vistos etc. Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, considerando que o débito será satisfeito mediante desconto em folha de pagamento, julgo extinto o presente feito com base no art. 794, inciso I, do Código de Processo Civil. Transitada esta em julgada, dê-se baixa na distribuição e archive-se. Sem Custas. Publique-se. Registre-se. Intime-se. São Luís, 06 de novembro de 2007. (As) Raimundo Nonato Magalhães Melo – Dr. Raimundo Nonato Magalhães Melo – Juiz de Direito da 5ª Vara de Família.

PROCESSO Nº5232/2006.

AÇÃO: SUBSTITUIÇÃO DE GUARDA
REQUERENTE: IDILBERTO AZEVEDO AIRES
ADVOGADO: DR. FRANCISCO JOSÉ PINTO SILVA

REQUERIDA: ELIZIANE CARDOSO RODRIGUES
ADVOGADO: DR. ADILSON RIBEIRO BALATA
SENTENÇA: Vistos etc. Em face do exposto e tudo mais que dos autos consta, com fulcro no art. 267, inciso III do CPC, decreto a extinção do processo. Sem Custas. Transitada esta em julgada, dê-se baixa na distribuição e archive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. São Luís, 06 de novembro de 2007. (As) Raimundo Nonato Magalhães Melo – Dr. Raimundo Nonato Magalhães Melo – Juiz de Direito da 5ª Vara de Família.

PROCESSO Nº3615/2003.

AÇÃO: IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA
IMPUGNANTE: MARIA DALVIRENE OLIVEIRA DA SILVA
ADVOGADO: DR. JOSÉ LUIZ DA CONCEIÇÃO
IMPUGNADO: LINCOLN OLIVEIRA DA SILVA
SENTENÇA: Vistos etc. Pelo exposto, julgo improcedente a presente impugnação, a fim de manter o valor da causa principal no quantum originalmente a ela atribuído. Publique-se. Registre-se. Intime-se. São Luís, 05 de novembro de 2007. (As) Raimundo Nonato Magalhães Melo – Dr. Raimundo Nonato Magalhães Melo – Juiz de Direito da 5ª Vara de Família.

PROCESSO Nº10758/2007.

AÇÃO: EXONERAÇÃO DE PENSÃO
REQUERENTE: NIVALDO ATONIO ARAUJO COSTA
ADVOGADO: DR. FRANCISCO CARVALHO DE OLIVEIRA
REQUERIDOS: NILTON AYRON SERRA COSTA, NILDON NILTON AYRON SERRA COSTA E NÍVEA NILTON AYRON SERRA COSTA
ADVOGADA: DRA. DAYRA MELO MOREIRA
SENTENÇA: Vistos etc. Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, considerando que já houve provimento jurisdicional, tendente a satisfazer integralmente a lide, confirmo a antecipação dos efeitos da tutela concedida às fls. 19/20, ao tempo em que JULGO EXTINTO o presente feito, com resolução de mérito, nos termos do art. 269, inciso I do Código de Processo Civil. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa na distribuição e archive-se os autos. Sem Custas. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. São Luís, 25 de outubro de 2007. (As) Raimundo Nonato Magalhães Melo – Dr. Raimundo Nonato Magalhães Melo – Juiz de Direito da 5ª Vara de Família.

PROCESSO Nº16519/2007.

AÇÃO: ALIMENTOS
REQUERENTE: RAIMUNDA FRANCISCA DE MELO SILVA
ADVOGADO: DR. MURILO CARVALHO PEREIRA GUZZELLI
REQUERIDO: ALCENIR PEREIRA
ADVOGADA: DRA. CYNTHIA DE JESUS COSTA BEZERRA
SENTENÇA: Vistos etc. Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, estando satisfeitos os pressupostos legais para o deferimento da demanda, e de acordo com o Parecer Ministerial, JULGO PROCEDENTE o pedido da autora, para fixar os alimentos devidos pelo requerido Alcenir Pereira em favor de sua filha menor A.S.P. no valor equivalente a 30% (trinta por cento) do salário mínimo nacional, a serem pagos até o décimo dia de cada mês, mediante depósito na conta bancária da genitora dos infantes, ou diretamente, mediante recibo. Sem Custas. Sem Custas. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa na distribuição e archive-se. São Luís, 10 de outubro de 2007. (As) Raimundo Nonato Magalhães Melo – Dr. Raimundo Nonato Magalhães Melo – Juiz de Direito da 5ª Vara de Família.

PROCESSO Nº22324/2007.

AÇÃO: ALIMENTOS
REQUERENTE: MARIA ALDINER DA SILVA SANTOS
ADVOGADO: DR. CELSO HENRIQUE ANCHIETA DE ALMEIDA
REQUERIDO: RAIMUNDO NONATO DA SILVA
SENTENÇA: Homologo a desistência requerida por MARIA ALDINER DA SILVA SANTOS, e em consequência julgo extinto o presente feito, sem resolução do mérito, com base no art. 267, VIII, do Código de Processo Civil. Transitada esta em julgada, dê-se baixa na distribuição e archive-

se. Publique-se. Intime-se. São Luís, 17 de outubro de 2007. (As) Raimundo Nonato Magalhães Melo – Dr. Raimundo Nonato Magalhães Melo – Juiz de Direito da 5ª Vara de Família.

PROCESSO Nº6920/2001.

AÇÃO: RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE
REQUERENTE: FLORIOVANIA FERREIRA SILVA
ADVOGADO: DR. ANTONIO CARLOS COELHO
REQUERIDO: FLAVIO FERREIRA PIRES
SENTENÇA: Vistos etc. Em face do exposto e tudo mais que dos autos consta, com fulcro no art. 267, inciso II do CPC, decreto a extinção do processo, sem resolução do mérito. Sem Custas. Transitada esta em julgada, dê-se baixa na distribuição e archive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. São Luís, 10 de outubro de 2007. (As) Raimundo Nonato Magalhães Melo – Dr. Raimundo Nonato Magalhães Melo – Juiz de Direito da 5ª Vara de Família.
Está conforme o original.
São Luís, 09 de novembro de 2007.
Secretaria Judicial da 5ª Vara de Família

6ª VARA FAMÍLIA**SEXTA SECRETARIA DE FAMÍLIA**

JUIZ TITULAR – DOUTOR ANTÔNIO JOSÉ VIEIRA FILHO
PROMOTOR – DOUTOR MARCO ANTÔNIO GUERREIRO
SECRETÁRIA – ZEILE FALCÃO NAVA
RESENHAS 15.10.2007
(ofício nº. 1015/2007)

1-PROC. N. 10147/2007 – DIVÓRCIO – REQUERENTE(S) – EDVALDO DE JESUS LINDOSO BARBOSA (ADV. JOSEANE LIMA DE MENDONÇA – OAB/MA Nº 4733) – REQUERIDO(A) – LAYANNE PAIVA FERREIRA BARBOSA (ADV. ANDRÉ LUÍS CAMPOS FRÓES – OAB/MA Nº 7567) – SENTENÇA – Julgo procedente a ação para decretar o divórcio entre Edvaldo Pereira de Jesus Lindoso Barbosa e Layanne Paiva Ferreira Barbosa, devendo esta última voltar a usar seu nome de solteira, ou seja, Layanne Paiva Ferreira. Transitada em julgado, expeça-se o competente mando de averbação. Após, proceda-se baixa na distribuição e archive-se. Sem custas. P.R.I.

2-PROC. N. 18.455/2007 – DISOLUÇÃO DE SOCIEDADE DE FATO C/C PEDIDO DE SEPARAÇÃO DE CORPOS – REQUERENTE(S) – GERUSA DE MORAES COUTO RODRIGUES (ADV. JOSÉ AMÉRICO DA SILVA – OAB/MA Nº 2396) – REQUERIDO(A) – JOÃO AMARO DE SOUSA – DECISÃO – Defiro a liminar de separação de corpos, determinando o afastamento do lar conjugal de João Amaro de Sousa, tendo o mesmo o direito de retirar todos os seus pertences de uso particular, nos termos do art. 1562 do Código Civil c/c art. 888, inciso VI do Código de Processo Civil.

3-PROC. N. 12.184/2006 – INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE C/C ALIMENTOS – REQUERENTE(S) – SILVANA SANTOS SILVA (DEF. PÚB.) – REQUERIDO(A) – GLAUBER MIRANDA GARRETOR (ADV. MARCELO MAGNO FERREIRA E SOUZA – OAB/MA Nº 5181) – DESPACHO – Intimem-se as partes para manifestarem-se, no prazo de 10 dias, acerca do laudo de investigação genética, indicativo da paternidade fustigada, fls. 47/50. Tendo-se em vista a demonstração da paternidade, fixo os alimentos provisórios, em favor da investigante, no valor de 3 salários mínimos, a serem entregues à representante legal da criança, Silvana Santos Silva, até o 5º dia útil do mês subsequente ao mês do vencido, mediante recibo ou depósito em conta bancária a ser informada pela autora. Intime-se o réu para o pagamento dos descontos referidos. Requisitem-se, por oportuno, informações acerca de seus ganhos mensais.

4-PROC. N. 21.377/2007 – GUARDA E RESPONSABILIDADE – REQUERENTE(S) – ROSELI SOUZA COSTA BASTOS (KLEICY LUIZ REIS E SILVA – OAB/MA Nº 5860) – DESPACHO – Acolho o parecer



ministerial retro, para determinar que sejam procedidas as diligências requeridas pelo representante do Parquet, no prazo de 72 horas, quais sejam:

a) para os autores carrearem ao processo certidão de casamento de ambos;

b) para que os mesmos reconheçam firma das assinaturas apostas nos documentos de fls. 10 e 11;

c) para que os autores cumpram o requisito elencado no art. 165, V, da Lei nº 8.069/90.

5-PROC. N. 15.427/2007 – PARTILHA DE BENS – REQUERENTE(S) – MARIA DO SOCORRO ALBUQUERQUE RIBEIRO PEREIRA (RAIMUNDO SANTOS GOMES – OAB/MA Nº 2906) – REQUERIDO(A) – RAIMUNDO NONATO SANTOS PEREIRA – DECISÃO – ...nos termos do art. 267, I, c.c 295, III, do CPC, julgo extinto o processo sem resolução do mérito. Certificado o trânsito em julgado, proceda-se baixa na distribuição e archive-se, observadas as formalidades legais. P.R.I.

6-PROC. N. 13569/2007 – INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE – REQUERENTE(S) – JORGE CILENE AMORIM MARTINS (ADV. VICTORIO DE OLIVEIRA RICCI OAB/MA Nº 919) – REQUERIDO – RAIMUNDO NONATO FERREIRA – DESPACHO – Intime-se o advogado subscritor da inicial para, no prazo de 10 (dez) dias, regularizar o instrumento de procuração constante nos autos (fl.05), vez que o mesmo resente-se da necessária assinatura da representante legal dos investigantes outorgando-lhe poderes ao patrocínio da demanda, sob pena de indeferimento do pedido inicial (CPC, art.284, parágrafo único).

7-PROC. N. 22.352/2007 – RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL – REQUERENTE(S) – LEIDE SILVA SOUSA (DEFENSOR PÚBLICO) – REQUERIDO(A) – JOÃO BATISTA BARBOSA – DECISÃO – (...) Defiro a liminar de separação de corpos, determinando o afastamento do lar conjugal de João Batista Barbosa, tendo mesmo o direito de retirar todos os seus pertences de uso particular, nos termos do art. 1562 do CC c/c art. 888, VI do CPC. Expeça-se o competente mandado de separação de corpos. Neste mesmo expediente, cite-se o réu para responder no prazo de 15 dias à presente demanda...Por oportuno, fixo os alimentos provisórios, em favor das filhas do casal, no valor de 20% dos rendimentos mensais do requerido...intime-se a autora para apresentação de conta bancária p/ depósito dos alimentos arbitrados por este juízo (...)

8-PROC. N. 15.435/2007 – ALIMENTOS – REQUERENTE(S) – MARLUCY SOUZA SILVA (ADV. CELSO AYRES ANCHIETA FILHO – OAB/MA Nº 2556) – REQUERIDO(A) – EVALDO ALVES BARBOSA – DESPACHO – Defiro o benefício de assistência judiciária gratuita. Designo o dia 26 de fevereiro de 2008, às 9h20min para audiência preliminar de conciliação. Eventuais testemunhas deverão ser apresentadas em banca independente de intimação. Fixo os alimentos provisórios em 02 salários mínimos. Ao advogado da autora para informar no prazo de 10 dias se o alimentante é vinculado ao Estado ou ao Município de Mata Roma/MA. Caso afirmativo, fornecer o respectivo endereço.

9-PROC. N. 6873/2006 – ALIMENTOS – REQUERENTE(S) – LUZINALDO CARDOSO AZEVEDO (ADV. ALEXANDER RODRIGUES FERREIRA – OAB/MA Nº 6824) – REQUERIDO(A) – MARIA CECÍLIA AMORIM AZEVEDO – DESPACHO – Designo o dia 17 de janeiro de 2008, às 10h para audiência de conciliação, instrução e julgamento. Eventuais testemunhas deverão ser apresentadas em banca independente de intimação.

10-PROC. N. 14.421/2007 – DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADE DE FATO – REQUERENTE(S) – ANIBAL CORREA LOBÃO NETTO (ADV. ELIANA COSTA SOUSA – OAB/MA Nº 6142) – REQUERIDO(A) – DULCIMAR COTRIM DA COSTA (ADV. NÚBIA MACEDO SOUSA – OAB/MA Nº 6916) – DESPACHO – Designo o dia 23 de janeiro de 2008, às 09h para audiência de conciliação, instrução e julgamento.

11-PROC. N. 25.899/2006 – SEPARAÇÃO DE CORPOS – REQUERENTE(S) – MARIA DA GLÓRIA DA SILVA MARQUES (ADV. MARCELO CAETANO BRAGA MUNIZ – OAB/MA Nº 5398) –

REQUERIDO(A) – REGINALDO DE SOUSA MARTINS – DESPACHO – Designo o dia 25 de janeiro de 2008, às 09h30min para audiência de conciliação, instrução e julgamento. Eventuais testemunhas deverão ser apresentadas em banca independente de intimação.

12-PROC. N. 12.331/2006 – ALIMENTOS – REQUERENTE(S) – SILVANA SILVA MAFRA (ADV. CLÁUDIO CALDAS SANTOS – OAB/MA Nº 3474) – REQUERIDO(A) – DIONÍZIO MARQUES – DESPACHO – Designo o dia 17 de janeiro de 2008, às 9h para audiência de conciliação, instrução e julgamento. Eventuais testemunhas deverão ser apresentadas em banca independente de intimação. À autora, através de seu representante legal, para manifestar-se acerca do teor das informações acostadas às fls. 28/30, manifestando-se à esse respeito, no prazo de 15 dias.

13-PROC. N. 14.849/2006 – GUARDA E RESPONSABILIDADE – REQUERENTE(S) – INÁCIA NUNES COSTA DA CONCEIÇÃO (ADV. MÁRIO SILVIO COSTA CARVALHO – OAB/MA Nº 3486) – REQUERIDO(A) – DIONÍZIO MARQUES JORGE MARQUES SILVA DA CONCEIÇÃO – DESPACHO – Designo o dia 21 de janeiro de 2008, às 11h para audiência de conciliação, instrução e julgamento. Eventuais testemunhas deverão ser apresentadas em banca independente de intimação.

14-PROC. N. 17045/2007 – SEPARAÇÃO JUDICIAL – REQUERENTE(S) – WALTER REIS (ADV. CELSO ANTÔNIO BOTÃO CARVALHO – OAB/MA Nº 7915) – REQUERIDO(A) – MARIA RAIMUNDA RIBEIRO REIS – DESPACHO – Designo o dia 22 de janeiro de 2008, às 11h para audiência de conciliação, instrução e julgamento.

15-PROC. N. 12.911/2007 – ALIMENTOS – REQUERENTE(S) – ZELIANE LIMA DOS SANTOS (ADV. ALESSANDRO RIBEIRO MAIA E SILVA – OAB/MA Nº 6097) – REQUERIDO(A) – ARLINDO DIAS DOS SANTOS (ADV. ENOS HENRIQUE NOGUEIRA FERREIRA – OAB/MA Nº 6114) – DESPACHO – Designo o dia 14 de janeiro de 2008, às 10h para audiência de conciliação, instrução e julgamento. Eventuais testemunhas deverão ser apresentadas em banca independente de intimação.

16-PROC. N. 13.656/2006 – INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE C/ C ALIMENTOS – REQUERENTE(S) – ELIZABETH DUTRA SENA – REQUERIDO(A) – ELIEZER SALES DAMASCENO (ADV. DALINAJARA OYAMA H. DE ARAÚJO – OAB/MA Nº 5861) – DESPACHO – Designo o dia 14 de janeiro de 2008, às 09h30min para audiência de conciliação, instrução e julgamento. Eventuais testemunhas deverão ser apresentadas em banca independente de intimação.

Antônio José Vieira Filho

Juiz de Direito da 6ª Vara de Família

SEXTA SECRETARIA DE FAMILIA

JUIZ TITULAR - DOUTOR ANTÔNIO JOSÉ VIEIRA FILHO
SECRETÁRIA - ZEILE FALCÃO NAVA

RESENHAS 19.10.2006

1-PROC. N. 12279/2006 – ALIMENTOS- REQUERENTES – NELIETE DA CRUZ NUNES- (Adv. VENÂNCIO M. DUTRA - OAB/MA 2.879) – REQUERIDO – DORISVALDO BASTOS SILVA – SENTENÇA - Julgo Julgo procedente em parte a presente ação, fixando em definitivo a pensão alimentícia devida à menor Larissa Nunes Silva por seu pai Dourivaldo Bastos Silva no valor de 15% (quinze por cento) do salário mínimo vigente a serem entregues a representante d menor até o dia 10 de cada mês, mediante recibo, ou depositados em conta bancária por esta indicada, com base no artigo 1694 d Código Civil. Sem custas. Intimações e notificações necessárias. Certificado o trânsito em julgado proceda-se baixa na distribuição e archive-se observadas as formalidades legais. P.R.I.

Antônio José Vieira Filho

Juiz(a) de Direito da 6ª Vara de Família

7ª VARA FAMÍLIA

**JUIZO DE DIREITO DA SÉTIMA VARA DE FAMÍLIA
COMARCA DE SÃO LUIS CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO
7ª SECRETARIA DE FAMÍLIA DA CAPITAL
JUIZ Dr. JESUS GUANARÉ DE SOUSA BORGES
PROMOTOR DE JUSTIÇA Dr. ABEL JOSÉ RODRIGUES NETO
SECRETÁRIA MARIA FRANCISCA GALVÃO DIAS
OFÍCIO: N° 710/07.**

**JUIZO DE DIREITO DA 7ª. VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE
SÃO LUÍS CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA
DA LEI, ETC...**

PROCESSO: 5711/2007

**AÇÃO: EXECUÇÃO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA
REQUERENTE: MURANILCE BARBOSA MAGALHÃES
ADVOGADO: DR. CLÁUDIO CALDAS SANTOS
REQUERIDA: CARLOS GILSON LIRA GUSMÃO
ADVOGADO:**

Intime-se a representante da exequente para exibir demonstrativo da dívida atualizada do executado, referentes às três últimas parcelas vencidas antes da propositura da execução e as vencidas durante o seu curso, bem como promover a execução das demais pelo rito ordinário das execuções por título judicial. Cientifique-se o Ministério Público. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. São Luís, 20 de setembro de 2007. Dra. Rosária de Fátima Almeida Duarte. Juíza de Direito Auxiliar da 7ª Vara de Família.

FAZENDA E SAÚDE PÚBLICAS

5ª VARA DA FAZENDA

**JUIZO DE DIREITO DA QUINTA VARA DA FAZENDA PÚBLICA
JUIZ : Dr. RAMUNDO NONATO NERIS FERREIRA
PROMOTOR : Dr. MARCOS V. P. PAIXÃO
SECRETÁRIA : WALNIDE LIMA CASTRO SILVA
OFÍCIO N.º 242/2007**

01) MANDADO DE SEGURANÇA

PROCESSO N.º 24392/2007

**AUTOR: WILLIANS DOURADO COSTA
ADVOGADO: WILLIANS DOURADO COSTA
IMPETRADO: MAJOR CARLOS HENRIQUE ABREU FONSECA
DESPACHO DE FLS. 14.
Vistos, etc...**

O direito à obtenção de cópias como alegado pelo impetrante é garantia prevista em lei. Nada obstante, para a caracterização do abuso, a solicitação precisa estar demonstrada. No caso, nada há de prova acerca da solicitação de cópia que diz o impetrante haver formulado perante a apontada autoridade. Assim, deixo para apreciar o pedido de liminar após as informações, ou decorrido o prazo para que sejam prestadas. Notifique-se, de imediato, a autoridade coatora. São Luís/MA, 25 de outubro de 2007. Raimundo Nonato Neris Ferreira. Juiz de Direito da 5ª Vara da Fazenda Pública.

02) AÇÃO ORDINÁRIA

PROCESSO N.º 21992/2007

**AUTOR: LUCIANA CARVALHO MARQUES
ADVOGADO: EDUARDO GROLLI
RÉU: ESTADO DO MARANHÃO
DESPACHO DE FLS 163.
Vistos, etc...**

Ao recebimento da inicial, em flagrante equívoco, determinei a intimação da autora para o recolhimento das custas processuais, sem observar que os comprovantes desse recolhimento já se encontravam nos autos às fls. 46, consoante informa a Secretaria. Desse modo, chamo o feito à ordem e, tornando sem efeito o despacho lançado às fls. 160, determino a citação do réu para o oferecimento de sua defesa, no prazo e sob as penalidades

estabelecidos em lei. Extraia-se o mandado de citação, com as formalidades e advertências legais. São Luís/MA, 25 de outubro de 2007. Dr. Raimundo Nonato Neris Ferreira. Juiz de Direito da 5ª Vara da Fazenda Pública.

03) AÇÃO ANULATÓRIA DE ATOS JURÍDICOS CUMULADA COM COBRANÇA

PROCESSO N.º 24098/2007

**AUTOR: CANOPUS CONSTRUÇÕES LTDA
ADVOGADO: TAMIR BUHATEM MALUF
RÉU: MARIA LENDALVA DE SOUZA E OUTROS
DESPACHO DE FLS. 100.
Vistos, etc...**

Cite-se na forma requerida. São Luís/MA, 29 de outubro de 2007. Raimundo Nonato Neris Ferreira. Juiz de Direito da 5ª Vara da Fazenda Pública.

04) AÇÃO CIVIL PÚBLICA (Agravado de Instrumento)

PROCESSO N.º 8147/2007

**AUTOR: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO
ADVOGADO: KAMILA BARBOSA E SILVA
RÉU: ESTADO DO MARANHÃO
PROCURADOR: RODRIGO MAIA ROCHA
SENTENÇA FLS. 62 FLS.
Vistos, etc...**

Arquivem-se os autos do agravo, prosseguindo-se na ação principal. São Luís/MA, 25 de outubro de 2007. Raimundo Nonato Neris Ferreira. Juiz de Direito da 5ª Vara da Fazenda Pública.

05) AÇÃO DE COBRANÇA

PROCESSO N.º 8168/2007

**AUTOR: ESTADO DO MARANHÃO
PROCURADOR: FRANCISCO EDILTON LIMA DE OLIVEIRA
RÉU: ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO POVOADO SANTA MARIA DOS PINHEIROS
ADVOGADO: LUCIO LINS SIQUEIRA RAMOS
DESPACHO FLS. 77.
Vistos, etc...**

Nos autos. Defiro o pedido. São Luís/MA, 18 de outubro de 2007. Raimundo Nonato Neris Ferreira. Juiz de Direito da 5ª Vara da Fazenda Pública. Dou fé. Confere com o original. São Luís (MA), 08 de novembro de 2007.

Walnide Lima Castro Silva
Secretária Judicial

INFÂNCIA E JUVENTUDE

1ª VARA DA JUVENTUDE

RESENHAS DA SECRETARIA JUDICIAL DA 1ª VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE:

PROC. nº 19897/2007. Ação Guarda e Responsabilidade Requerente: Francisco das Chagas Matos Advogado: Raimundo da Silva Santos OAB/MA, nº 6086, Vanda Lúcia Correia Guimarães OAB/MA 4213 Menor: R.S.S. Despacho fls. 32: Determino ainda, a intimação do requerente para em 10 (dez) dias, regularizar os documentos de fls. 14/15, devendo providenciar o reconhecimento da firma das assinaturas apostas. São Luís, 06 de novembro de 2007 __ Dr. José Américo Abreu Costa, Juiz de Direito da 1ª Vara da Infância e Juventude

PROC. nº 7735/2007. Ação – Guarda e Responsabilidade Requerentes: Maria do Socorro Duarte Viegas Advogado: Antônio Carlos Silva Chaves OAB/MA 4580 Menor: A.N.D.V.A. Vistos fls. 28/30: Assim, INDEFIRO a petição inicial com base no artigo 284, parágrafo único, do CPC, determinando ainda a EXTINÇÃO do presente feito sem a análise do mérito, nos termos do artigo 267, inciso I, do Código de Processo Civil. Determino ainda, que após os trâmites legais, o processo seja arquivado e dado baixa na Distribuição. P.R.I. São Luís, 30 de outubro de 2007 __ Dr. José Américo Abreu Costa, Juiz de Direito da 1ª Vara da Infância e Juventude.



PROC. nº 6905/2007. Ação – Emissão de Registro Civil Requerente: Jailson Mendes de Oliveira Defensora Pública: Ana Lourena Moniz Costa Menor: B.C.C.O. Vistos fls. 42/43: Isto posto, respeitando o disposto nos artigos 3º, 15, 27 e 102, §1º da Lei n.º 8069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA) e o artigo 62 da Lei n.º 6015/73 (Lei dos Registros Públicos), DETERMINO que em face da presente sentença seja promovido o devido registro civil da menor B.C.C.O. mediante mandado, constando como pais, o Sr. Jailson Mendes de Oliveira e a Sr.ª Dojenice Gomes Costa, bem como os nomes de seus ascendentes e demais dados pertinentes. P.R.I. São Luís, 22 de outubro de 2007 ____ Dr. José Américo Abreu Costa, Juiz de Direito da 1ª Vara da Infância e Juventude.

PROC. nº 3793/2007. Ação – Guarda e Responsabilidade Requerente: Maria José Silva Advogado: Luís Alves da Silva OAB/MA 7678, Ênio Leite Alves da Silva OAB/MA 7417 Menor: F.R.A.S. Vistos fls. 51/53: Desta feita, DEFIRO À Sr.ª Maria José Silva, a Guarda e Responsabilidade em caráter definitivo do menor F.R.A.S., com fulcro nos artigos 33 a 35 da Lei n.º 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, lavrando-se para tanto, o respectivo termo de Guarda (ECA, art. 32), sem prejuízo da revogação a qualquer momento, Custas ex lege. P.R.I. São Luís, 04 de outubro de 2007 ____ Dr. José Américo Abreu Costa, Juiz de Direito da 1ª Vara da Infância e Juventude.

PROC. nº 18290/2007. Ação – Guarda e Responsabilidade Requerente: Deusamar da Silva Defensora Pública: Ana Lourena Moniz Costa Menor: C.E.S.S. Vistos fls. 32/34: Desta feita, DEFIRO À Sr.ª Deusamar da Silva, a Guarda e Responsabilidade em caráter definitivo do menor C.E.S.S., com fulcro nos artigos 33 a 35 da Lei n.º 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, lavrando-se para tanto, o respectivo termo de Guarda (ECA, art. 32), sem prejuízo da revogação a qualquer momento, Custas ex lege. P.R.I. São Luís, 25 de outubro de 2007 ____ Dr. José Américo Abreu Costa, Juiz de Direito da 1ª Vara da Infância e Juventude.

PROC. nº 31225/2006. Ação – Tutela Requerente: Francisca Portela Aquino Defensora Pública: Ana Lourena Moniz Costa Menor: P.S.D. Vistos fls. 52/54: Isto posto, DEFIRO à requerente, FRANCISCA PORTELA AQUINO, a Tutela da menor P.S.D., lavrando para tanto o devido Termo de Tutela para os devidos fins, tudo de conformidade com os artigos 1731 e 1732, do Código Civil Brasileiro c/c os artigos 28 a 32 e 36 e seguintes, da Lei n.º 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente. Em razão da Tutela deferida, determino a Suspensão do Poder Familiar da mãe do menor, Sr.ª MARIA DE JESUS DOS SANTOS DIAS, devendo constar no registro de nascimento do menor a devida anotação. Custas ex lege. P.R.I. São Luís, 29 de outubro de 2007 ____ Dr. José Américo Abreu Costa, Juiz de Direito da 1ª Vara da Infância e Juventude.

PROC. nº 8636/2006. Ação – Adoção Requerente: Genilce Vieira dos Santos Defensora Pública: Ana Lourena Moniz Costa Menor: G.P.S. Vistos fls. 53/55: Isto posto, JULGO PROCEDENTE o pedido, com base no artigo 39 e seguintes, do Estatuto da Criança e do Adolescente, para deferir a requerente Genilce Vieira dos Santos, a Adoção da criança G.P.S., a qual, passará a chamar-se G.V.S., passando a contar com todos os direitos e deveres de filho legítimo, ficando os pais naturais ou biológicos destituídos do poder familiar, tudo de conformidade com o artigo 41 do ECA. Determino que em face da presente sentença seja promovido o devido registro civil da adotanda, mediante mandado, com o nome da requerente como mãe, bem como os nomes de seus ascendentes e demais dados pertinentes, e ainda, sem qualquer observação sobre a origem do ato, nos termos do art. 39 a 50, do Estatuto da Criança e do Adolescente, juntando-se, de tudo, cópia nos autos. Custas ex lege. P.R.I. São Luís, 03 de outubro de 2007 ____ Dr. José Américo Abreu Costa, Juiz de Direito da 1ª Vara da Infância e Juventude.

PROC. nº 19633/2005. Ação – Adoção Requerente: Maria da Conceição Ribeiro Chagas Defensora Pública: Ana Lourena Moniz Costa Menor: R.G.P.S. Vistos fls. 117/119: Isto posto, JULGO PROCEDENTE o pedido, com base no artigo 39 e seguintes, do Estatuto da Criança e

do Adolescente, para deferir a requerente Maria da Conceição Ribeiro Chagas, a Adoção da criança R.G.P.S., a qual, passará a chamar-se R.J.R.C., passando a contar com todos os direitos e deveres de filho legítimo, ficando os pais naturais ou biológicos destituídos do poder familiar, tudo de conformidade com o artigo 41 do ECA. Determino que em face da presente sentença seja promovido o devido registro civil do adotando, mediante mandado, com o nome da requerente como mãe, bem como os nomes de seus ascendentes e demais dados pertinentes, e ainda, sem qualquer observação sobre a origem do ato, nos termos do art. 39 a 50, do Estatuto da Criança e do Adolescente, juntando-se, de tudo, cópia nos autos. Custas ex lege. P.R.I. São Luís, 16 de outubro de 2007 ____ Dr. José Américo Abreu Costa, Juiz de Direito da 1ª Vara da Infância e Juventude.

PROC. nº 25326/2006. Ação – Adoção Requerente: Belinda Cândida Ferreira e Hemetério Bispo Pereira Defensora Pública: Ana Lourena Moniz Costa Menor: C.D.B.F. Vistos fls. 44/46: Isto posto, JULGO PROCEDENTE o pedido, com base no artigo 39 e seguintes, do Estatuto da Criança e do Adolescente, para deferir aos requerentes Belinda Cândida Ferreira e Hemetério Bispo Pereira, a Adoção da criança C.D.B.F., a qual, passará a chamar-se C.D.F.P., passando a contar com todos os direitos e deveres de filho legítimo, ficando os pais naturais ou biológicos destituídos do poder familiar, tudo de conformidade com o artigo 41 do ECA. Determino que em face da presente sentença seja promovido o devido registro civil da adotanda, mediante mandado, com o nome dos requerentes como pais da criança, bem como os nomes de seus ascendentes e demais dados pertinentes, e ainda, sem qualquer observação sobre a origem do ato, nos termos do art. 39 a 50, do Estatuto da Criança e do Adolescente, juntando-se, de tudo, cópia nos autos. Custas ex lege. P.R.I. São Luís, 05 de outubro de 2007 ____ Dr. José Américo Abreu Costa, Juiz de Direito da 1ª Vara da Infância e Juventude.

PROC. nº 29071/2006. Ação – Adoção Requerente: Josilene Sousa Maia e Rozalvo Diniz Barros Advogado: Flávio Gomes Assub OAB/MA 7230 e Marcelo Eduardo Costa Everton OAB/MA 6141 Menor: L.M.C. Vistos fls. 83/85: Isto posto, JULGO PROCEDENTE o pedido, com base no artigo 39 e seguintes, do Estatuto da Criança e do Adolescente, para deferir à requerente Josilene Sousa Maia, a Adoção da criança L.M.C., a qual, passará a chamar-se L.S.M., passando a contar com todos os direitos e deveres de filha legítima, ficando a mãe natural ou biológica destituída do poder familiar, tudo de conformidade com o artigo 41 do ECA. Determino que em face da presente sentença seja promovido o devido registro civil da adotanda, mediante mandado, com o nome da requerente como mãe, bem como os nomes de seus ascendentes e demais dados pertinentes, e ainda, sem qualquer observação sobre a origem do ato, nos termos do art. 39 a 50, do Estatuto da Criança e do Adolescente, juntando-se, de tudo, cópia nos autos. Custas ex lege. P.R.I. São Luís, 04 de outubro de 2007 ____ Dr. José Américo Abreu Costa, Juiz de Direito da 1ª Vara da Infância e Juventude.

PROC. nº 4188/2007. Ação – Adoção Requerente: Itatiara Botelho Lima e Ubirajara Silva Costa Defensora Pública: Ana Lourena Moniz Costa Menor: J.D.S.S. Vistos fls. 80/82: Isto posto, JULGO PROCEDENTE o pedido, com base no artigo 39 e seguintes, do Estatuto da Criança e do Adolescente, para deferir aos requerentes Itatiara Botelho Lima e Ubirajara Silva Costa, a Adoção da criança J.D.S.S., a qual, passará a chamar-se M.A.B.C., passando a contar com todos os direitos e deveres de filho legítimo, ficando os pais naturais ou biológicos destituídos do poder familiar, tudo de conformidade com o artigo 41 do ECA. Determino que em face da presente sentença seja promovido o devido registro civil do adotando, mediante mandado, com o nome dos requerentes como pais da criança, bem como os nomes de seus ascendentes e demais dados pertinentes, e ainda, sem qualquer observação sobre a origem do ato, nos termos do art. 39 a 50, do Estatuto da Criança e do Adolescente, juntando-se, de tudo, cópia nos autos. Custas ex lege. P.R.I. São Luís, 10 de outubro de 2007 ____ Dr. José Américo Abreu Costa, Juiz de Direito da 1ª Vara da Infância e Juventude.

PROC. nº 29382/2006. Ação – Adoção Requerente: Rosa Almeida Silva Moraes Jansen Ferreira e José Luís Moraes Jansen Ferreira Defensora Pública: Ana Lourena Moniz Costa Menor: T.S.C. Vistos fls. 52/54: Sendo o casal capaz de proporcionar condições satisfatórias de vida ao menor e encontrando-se a criança, sob a responsabilidade do casal postulante, sem que tenha havido qualquer impugnação por parte da genitora, DEFIRO, nos termos do artigo 39 e seguintes, do Estatuto da Criança e do Adolescente, aos requerentes Rosa Almeida Silva Moraes Jansen Ferreira e José Luís Moraes Jansen Ferreira, a Adoção da criança T.S.C., a qual, passará a chamar-se S.K.A.J.F., passando a contar com todos os direitos e deveres de filha legítima, tudo de conformidade com o artigo 41 do ECA. Determino que em face da presente sentença seja promovido o devido registro civil da adotanda, mediante mandado, com o nome dos pais, bem como os nomes de seus ascendentes e demais dados pertinentes, cancelando-se antes o registro original da adotanda, nos termos do art. 47da Lei n.º 8069/90, juntando-se, de tudo, cópia nos autos. Custas ex lege. P.R.I. São Luís, 02 de outubro de 2007 _____. Dr. José Américo Abreu Costa, Juiz de Direito da 1ª Vara da Infância e Juventude.

PROC. nº 31286/2006. Ação – Adoção Requerente: Janiery Cavalcante Aranha e Marize Barros Rocha Aranha Advogado: Eduardo Ribeiro OAB/MA 6364 Menor: L.A.G. Vistos fls. 57/59: Sendo o casal capaz de proporcionar condições satisfatórias de vida ao menor e encontrando-se a criança, sob a responsabilidade do casal postulante, sem que tenha havido qualquer impugnação por parte da genitora, DEFIRO, nos termos do artigo 39 e seguintes, do Estatuto da Criança e do Adolescente, aos requerentes Janiery Cavalcante Aranha e Mariza Barros Rocha Aranha, a Adoção da criança L.A.G., a qual, passará a chamar-se L.R.A., passando a contar com todos os direitos e deveres de filha legítima, tudo de conformidade com o artigo 41 do ECA. Determino que em face da presente sentença seja promovido o devido registro civil da adotanda, mediante mandado, com o nome dos pais, bem como os nomes de seus ascendentes e demais dados pertinentes, cancelando-se antes o registro original da adotanda, nos termos do art. 47da Lei n.º 8069/90, juntando-se, de tudo, cópia nos autos. Custas ex lege. P.R.I. São Luís, 18 de outubro de 2007 _____. Dr. José Américo Abreu Costa, Juiz de Direito da 1ª Vara da Infância e Juventude.

EDITAL DE CITAÇÃO

Prazo: 30 dias

O Juiz de Direito José Américo Abreu Costa, da 1ª Vara da Infância e da Juventude de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, Por este Edital cita JÉSSICA MATIAS DE SOUSA para no prazo de quinze (15) dias, que terá início no trigésimo primeiro dia da publicação deste no Diário da Justiça, contestar, ADOÇÃO (Processo nº. 18959/2007) que lhe promove ITAMAR CORDEIRO SANTOS e ANA ROSA MARANHÃO FACURI SANTOS, em favor da criança E.M.S. ficando o mesmo cientificado de que este Juízo funciona nesta Capital, na Avenida Silva Maia, 219 - centro, telefone (98) 3222-8322, no horário das 08 às 18 horas. São Luís, 07 de novembro de 2007. Eu,.....(Wyrllenson Flávio Barbosa Soares) Secretário Judicial Substituto, digitei.

José Américo Abreu Costa

Juiz de Direito da 1ª Vara da Infância e da Juventude

VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ

JUIZ DE DIREITO TITULAR: MILTON BANDEIRA LIMA
SECRETÁRIA JUDICIAL: RITA RAQUEL CHAVES RIBEIRO

1) Nº PROCESSO: 21352/2007

AÇÃO: INTERDIÇÃO

REQUERENTE: CARLOS AUGUSTO FONSECA MENDES

REQUERIDO: CARLOS AUGUSTO MENDES

ADVOGADO(A): CARLOS EDUARDO DIAS ALMEIDA

DESPACHO. Designa-se o dia 21/11/2007, às 08:15 hs, para a audiência de exame e interrogatório do interditando, nos moldes do art. 1.181 do Código de Processo Civil. Cite-se o interditando, com a advertência de que poderá impugnar o pedido, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da

audiência de exame e interrogatório. Notifique-se o Ministério Público. Intime-se e cumpra-se. São Luís, 01 de novembro de 2007. Milton Bandeira Lima – Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará.

2) Nº PROCESSO: 14009/2007

AÇÃO: INTERDIÇÃO

REQUERENTE: RECINE EULALIO DINIZ

REQUERIDO: EDUARDO MARTINS DOS SANTOS

ADVOGADO(A): EDIMAR CARLOS DAVID

DESPACHO. Redesigna-se o dia 21/11/2007, às 08:30 hs, para a audiência de exame e interrogatório do interditando, nos moldes do art. 1.181 do Código de Processo Civil. Intime-se o interditando, com a advertência de que poderá impugnar o pedido, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da audiência do seu interrogatório. Intimem-se. Notifique-se o Ministério Público. Cumpra-se. São Luís, 01 de novembro de 2007. Milton Bandeira Lima – Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará.

3) Nº PROCESSO: 22583/2006

AÇÃO: CURATELA

REQUERENTE: MARIA DO SOCORRO RABELO CUTRIM

REQUERIDO: CARLOS MAGNO RABELO

ADVOGADO(A): KÁTIA JANSEN

DESPACHO. Designa-se o dia 21/11/2007, às 08:45 hs, para a audiência de exame e interrogatório do interditando, nos moldes do art. 1.181 do Código de Processo Civil. Cite-se o interditando, com a advertência de que poderá impugnar o pedido, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da audiência do seu interrogatório. Notifique-se o Ministério Público. Intime-se e cumpra-se. São Luís, 01 de novembro de 2007. Milton Bandeira Lima – Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará.

4) Nº PROCESSO: 10290/2007

AÇÃO: INTERDIÇÃO

REQUERENTE: ALICE DE SOUSA ALVES

REQUERIDO: MARIA JOSÉ DE SOUSA ALVES

ADVOGADO(A): ÍTALO BENEDITO G. TORREÃO

DESPACHO. Designa-se o dia 21/11/2007, às 09:00 hs, para a audiência de exame e interrogatório do interditando, nos moldes do art. 1.181 do Código de Processo Civil. Cite-se o interditando, com a advertência de que poderá impugnar o pedido, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da audiência do seu interrogatório. Notifique-se o Ministério Público. Intime-se e cumpra-se. São Luís, 01 de novembro de 2007. Milton Bandeira Lima – Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará.

5) Nº PROCESSO: 24606/2006

AÇÃO: ARROLAMENTO DE BENS

REQUERENTE: FRANCISCA DAS CHAGAS ALVAES DA SILVA

REQUERIDO: ANTÔNIO DE PÁDUA PINTO GOMES

ADVOGADO(A): DEFENSORIA PÚBLICA

SENTENÇA: Isto posto, na forma do art. 1.031, § 1º, do Código de Processo Civil, adjudico a FRANCISCA DAS CHAGAS ALVES DA SILVA, por sentença, para que produza os efeitos jurídicos e legais, o único bem deixado por ANTÔNIO DE PÁDUA PINTO GOMES, o imóvel constituído de Prédio e terreno próprio sob o nº 60, situado na Rua 24, Quadra 41, lote 60, integrante do Conjunto Cohatrac IV, 2ª Etapa, situados no Sítio Trizidela, terra conhecidas por Saramanta, já devidamente registrado no 1º Cartório do Registro Imobiliário desta cidade, sob o nº 01, Matrícula nº 29.778 às fls. 174, do livro nº 2-FF. Transitado em julgado, expeça-se a respectiva carta de adjudicação. P.R.I., dando ciência à Fazenda Pública. Após, cumprida as formalidades de praxe, archive-se. São Luís, 22 de Outubro de 2007. Milton Bandeira Lima – Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará.

Está conforme o original. Dou fé.

São Luís, 09 de novembro de 2007.

Rita Raquel Chaves Ribeiro

Secretária Judicial

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará.



JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ

EDITAL DE SENTENÇA

PROCESSO Nº: 420/2007

AÇÃO: INTERDIÇÃO

REQUERENTE: IONE CONCEIÇÃO DE CARVALHO

REQUERIDO(A): IRENILDE DO ESPÍRITO SANTO DE CARVALHO

ADVOGADO: RICARDO LUÍS DE ALMEIDA TEIXEIRA

O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 35/36 autos da Ação de Interdição (Processo n.º 420/2007) em que é requerente IONE CONCEIÇÃO DE CARVALHO e requerida IRENILDE DO ESPÍRITO SANTO DE CARVALHO, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: “Isto posto, com fulcro nos arts. 1.771 e 1.772 do Código Civil c/c arts. 1.183 e 1.184 do Código de Processo Civil, decreta-se a interdição de Irenilde do Espírito Santo de Carvalho, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeia-se Curador(a) o(a) requerente Ione Conceição de Carvalho, dispensando-lhe de prestar caução. O(A) requerente, em cinco dias, deverá prestar Compromisso de Curador em Cartório. Sem custas e honorários advocatícios. Publique-se nos moldes do art. 1.184 do Código de Processo Civil. Registre-se. Intime-se. Expeça-se mandado para averbação no Cartório de Registro de Pessoas Naturais (CPC, art. 1.186). Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 30 de outubro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará”. CUMPRASE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 31 (trinta e um) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro, _____, Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA

PROCESSO Nº: 17654/2003

AÇÃO: INTERDIÇÃO

REQUERENTE: WALDIR MOREIRA CHAVES

REQUERIDO(A): WALDENIR CORDEIRO CHAVES

ADVOGADO: DENISE SILVA MIRANDA

O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 42/43 autos da Ação de Interdição (Processo n.º 17654/2003) em que é requerente WALDIR MOREIRA CHAVES e requerido WALDENIR CORDEIRO CHAVES, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: “Isto posto, com fulcro nos arts. 1.767, 1.771 e 1.772 do Código Civil c/c arts. 1.183 e 1.184 do Código de Processo Civil e acolhendo manifestação do Ministério Público, decreta-se a interdição de Waldenir Cordeiro Chaves, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeia-se Curador(a) o(a) requerente Waldir Moreira Chaves, dispensando-lhe de prestar caução. O(A) requerente, em cinco dias, deverá prestar Compromisso de Curador em Cartório. Sem custas e honorários advocatícios, por serem as partes beneficiárias da justiça gratuita. Publique-se nos moldes do art. 1.184 do Código de Processo Civil. Registre-se. Intime-se. Expeça-se mandado para averbação no Cartório de Registro de Pessoas Naturais (CPC, art. 1.186 e art 9º, III do Código Civil.). Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 17 de outubro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará”. CUMPRASE,

observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 31 (trinta e um) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro, _____, Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA

PROCESSO Nº: 19641/2006

AÇÃO: CURATELA

REQUERENTE: CLÁUDIA MARIA COSTA SOUSA

REQUERIDO(A): MARIA DE FÁTIMA COSTA SOUSA

ADVOGADO: JOSÉ CARLOS SOUSA SILVA

O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 33/34 autos da Ação de Curatela (Processo n.º 19641/2006) em que é requerente CLÁUDIA MARIA COSTA SOUSA e requerido MARIA DE FÁTIMA COSTA SOUSA, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: “Isto posto, preenchidos os requisitos legais, com fulcro nos artigos 1.177 do Código de Processo Civil e artigo 1.767, do Código Civil. Indefere-se o pedido de curatela e julga-se o processo com resolução de mérito, com fulcro no art. 269, I do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários por serem as partes beneficiárias da justiça gratuita. P.R.I. Transitado em julgado, e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 18 de outubro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará”. CUMPRASE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 31 (trinta e um) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro, _____, Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA

PROCESSO Nº: 26353/2006

AÇÃO: INTERDIÇÃO

REQUERENTE: JOSÉ VENÂNCIO CASTELO B. LINDOSO

REQUERIDO(A): ARLAN JORGE FROES LINDOSO

ADVOGADO: JULIANA DUALIBE DE ABREU FONSECA

O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 37/38 autos da Ação de Interdição (Processo n.º 26353/2006) em que é requerente JOSÉ VENÂNCIO CASTELO B. LINDOSO e requerido ARLAN JORGE FROES LINDOSO, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: “Isto posto, com fulcro nos arts. 1.767, 1.771 e 1.772 do Código Civil c/c arts. 1.183 e 1.184 do Código de Processo Civil e acolhendo manifestação do Ministério Público, decreta-se a interdição de Arlan Jorge Froes Lindoso, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeia-se Curador(a) o(a) requerente José Venâncio Castelo Branco Lindoso, dispensando-lhe de prestar caução. O(A) requerente, em cinco dias, deverá prestar Compromisso de Curador em Cartório. Sem custas e honorários advocatícios, por serem as partes beneficiárias da justiça gratuita. Publique-se nos moldes do art. 1.184 do Código de Processo Civil. Registre-se. Intime-se. Expeça-se mandado para averbação no Cartório de Registro de Pessoas Naturais (CPC, art. 1.186). Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 22 de outubro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima,

Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará". CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 31 (trinta e um) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro,, Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA

PROCESSO Nº: 21186/2004

AÇÃO: INTERDIÇÃO

REQUERENTE: CLEIDEMAR DO VALE LIMA

REQUERIDO(A): CLAYDSON RICARDO LIMA VIEGAS

ADVOGADO: KARLOS ALBERTO RIBEIRO MOTA

O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 36/37 autos da Ação de Interdição (Processo n.º 21186/2004) em que é requerente CLEIDEMAR DO VALE LIMA e requerido CLAYDSON RICARDO LIMA VIEGAS, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: "Isto posto, com fulcro nos arts. 1.767, 1.771 e 1.772 do Código Civil c/c arts. 1.183 e 1.184 do Código de Processo Civil e acolhendo manifestação do Ministério Público, decreta-se a interdição de Claydson Ricardo Lima Viegas, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeia-se Curador(a) o(a) requerente Cleidemar do Vale Lima, dispensando-lhe de prestar caução. O(A) requerente, em cinco dias, deverá prestar Compromisso de Curador em Cartório. Sem custas e honorários advocatícios, por serem as partes beneficiárias da justiça gratuita. Publique-se nos moldes do art. 1.184 do Código de Processo Civil. Registre-se. Intime-se. Expeça-se mandado para averbação no Cartório de Registro de Pessoas Naturais (CPC, art. 1.186). Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 24 de outubro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará". CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 30 (trinta) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro,, Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA

PROCESSO Nº: 26074/2006

AÇÃO: INTERDIÇÃO

REQUERENTE: MARIA DO CARMO SANTOS

REQUERIDO(A): JOÃO PEREIRA DO SANTOS

ADVOGADO: JOSÉ EDUARDO SILVA PINHEIRO

O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 43/44 autos da Ação de Interdição (Processo n.º 26074/2006) em que é requerente MARIA DO CARMO SANTOS e requerido JOÃO PEREIRA DO SANTOS, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: "Isto posto, com fulcro nos arts. 1.767, 1.771 e 1.772 do Código Civil c/c arts. 1.183 e 1.184 do Código de Processo Civil e acolhendo manifestação do Ministério Público, decreta-se a interdição de João Pereira dos Santos, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeia-se Curador(a) o(a) requerente Maria do Carmo Santos, dispensando-lhe de prestar caução. O(A) requerente, em cinco dias, deverá prestar

Compromisso de Curador em Cartório. Custas e honorários advocatícios pela parte requerente. Publique-se nos moldes do art. 1.184 do Código de Processo Civil. Registre-se. Intime-se. Expeça-se mandado para averbação no Cartório de Registro de Pessoas Naturais (CPC, art. 1.186). Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 25 de outubro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará". CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 30 (trinta) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro,, Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA

PROCESSO Nº: 22825/2005

AÇÃO: CURATELA

REQUERENTE: HELENA CIRIACO SILVEIRA

REQUERIDO(A): SAMIRA DE JESUS OLIVEIRA

ADVOGADO: OTÁVIO DOS ANJOS OLIVEIRA

O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 42/43 dos autos da Ação de Curatela (Processo n.º 22825/2005) em que é requerente HELENA CIRIACO SILVEIRA e requerido SAMIRA DE JESUS OLIVEIRA, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: "Isto posto, com fulcro nos arts. 1.767, 1.771 e 1.772 do Código Civil c/c arts. 1.183 e 1.184 do Código de Processo Civil e acolhendo manifestação do Ministério Público, decreta-se a interdição de Samira de Jesus Silveira, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeia-se Curador(a) o(a) requerente Helena Ciriaco Silveira, dispensando-lhe de prestar caução. O(A) requerente, em cinco dias, deverá prestar Compromisso de Curador em Cartório. Sem custas e honorários por serem as partes beneficiárias da justiça gratuita. Publique-se nos moldes do art. 1.184 do Código de Processo Civil. Registre-se. Intime-se. Expeça-se mandado para averbação no Cartório de Registro de Pessoas Naturais (CPC, art. 1.186). Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 30 de outubro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará". CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 31 (trinta e um) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro,, Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA

PROCESSO Nº: 30182/2006

AÇÃO: CURATELA

REQUERENTE: ROSEANE SOUSA PEREIRA

REQUERIDO(A): HUGO DELION SOUSA PEREIRA

ADVOGADO: MARCELO RAMOS DE OLIVEIRA

O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 26/27 dos autos da Ação de Curatela (Processo n.º 30182/2006) em que é requerente ROSEANE SOUSA PEREIRA e requerido HUGO DELION SOUSA PE-



REIRA, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: “Isto posto, com fulcro nos arts. 1.767, 1.771 e 1.772 do Código Civil c/c arts. 1.183 e 1.184 do Código de Processo Civil e acolhendo manifestação do Ministério Público, decreta-se a interdição de Hugo Delion Sousa Pereira, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeia-se Curador(a) o(a) requerente Roseane Sousa Pereira, dispensando-lhe de prestar caução. O(A) requerente, em cinco dias, deverá prestar Compromisso de Curador em Cartório. Sem custas e honorários por serem as partes beneficiárias da justiça gratuita. Publique-se nos moldes do art. 1.184 do Código de Processo Civil. Registre-se. Intime-se. Expeça-se mandado para averbação no Cartório de Registro de Pessoas Naturais (CPC, art. 1.186 e art. 9º, III do Código Civil). Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 17 de outubro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará”. CUM-PRA-SE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 31 (trinta e um) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro, _____, Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA

PROCESSO Nº: 19066/2006

AÇÃO: CURATELA

REQUERENTE: LUIZA MARIA DOS SANTOS DE SOUSA

REQUERIDO(A): LUSIVALDO DE SOUSA

ADVOGADO: JOSÉ KLEBER NEVES SOBRINHO

O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 62/63 dos autos da Ação de Curatela (Processo n.º 19066/2006) em que é requerente LUIZA MARIA DOS SANTOS DE SOUSA e requerido LUSIVALDO DE SOUSA, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: “Isto posto, com fulcro nos arts. 1.767, 1.771 e 1.772 do Código Civil c/c arts. 1.183 e 1.184 do Código de Processo Civil e acolhendo manifestação do Ministério Público, decreta-se a interdição de Lusivaldo de Sousa, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeia-se Curador(a) o(a) requerente Luiza Maria Santos de Sousa, dispensando-lhe de prestar caução. O(A) requerente, em cinco dias, deverá prestar Compromisso de Curador em Cartório. Sem custas e honorários por serem as partes beneficiárias da justiça gratuita. Publique-se nos moldes do art. 1.184 do Código de Processo Civil. Registre-se. Intime-se. Expeça-se mandado para averbação no Cartório de Registro de Pessoas Naturais (CPC, art. 1.186). Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 23 de outubro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará”. CUM-PRA-SE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 31 (trinta e um) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro, _____, Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA

PROCESSO Nº: 2130/2004

AÇÃO: CURATELA

REQUERENTE: ALDENI SENA PEREIRA

REQUERIDO(A): SOLIMAR BARROS COSTA

ADVOGADO: MARIA ALÍPIA PÓVOAS ARAÚJO

O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 76/77 dos autos da Ação de Curatela (Processo n.º 2130/2004) em que é requerente ALDENI SENA PEREIRA e requerido SOLIMAR BARROS COSTA, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: “Isto posto, com fulcro nos arts. 1.767, 1.771 e 1.772 do Código Civil c/c arts. 1.183 e 1.184 do Código de Processo Civil e acolhendo manifestação do Ministério Público, decreta-se a interdição de Solimar Barros Costa, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeia-se Curador(a) o(a) requerente Aldeni Sena Pereira, dispensando-lhe de prestar caução. O(A) requerente, em cinco dias, deverá prestar Compromisso de Curador em Cartório. Sem custas e honorários advocatícios, por ser o (a) requerente beneficiário da assistência judiciária. Publique-se nos moldes do art. 1.184 do Código de Processo Civil. Registre-se. Intime-se. Expeça-se mandado para averbação no Cartório de Registro de Pessoas Naturais (CPC, art. 1.186). Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 10 de setembro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará”. CUM-PRA-SE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 30 (trinta) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro, _____, Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA

PROCESSO Nº: 23426/2006

AÇÃO: CURATELA

REQUERENTE: JOANA MARIA DINIZ

REQUERIDO(A): LEONICE AZEVEDO

ADVOGADO: SONIA MARIA TEIXEIRA GODOIS

O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 40/41 dos autos da Ação de Curatela (Processo n.º 23426/2006) em que é requerente JOANA MARIA DINIZ e requerida LEONICE AZEVEDO, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: “Isto posto, com fulcro nos arts. 1.767, 1.771 e 1.772 do Código Civil c/c arts. 1.183 e 1.184 do Código de Processo Civil e acolhendo manifestação do Ministério Público, decreta-se a interdição de Leonice Azevedo, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeia-se Curador(a) o(a) requerente Joana Maria Diniz, dispensando-lhe de prestar caução. O(A) requerente, em cinco dias, deverá prestar Compromisso de Curador em Cartório. Sem custas e honorários por serem as partes beneficiárias da justiça gratuita. Publique-se nos moldes do art. 1.184 do Código de Processo Civil. Registre-se. Intime-se. Expeça-se mandado para averbação no Cartório de Registro de Pessoas Naturais (CPC, art. 1.186). Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 29 de outubro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará”. CUM-PRA-SE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 31 (trinta e um) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro, _____, Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA**PROCESSO Nº: 12775/2007****AÇÃO: CURATELA****REQUERENTE: FRANCISCA DE ASSIS LOPES****REQUERIDO(A): JOVANI DE ASSIS LOPES****ADVOGADO: JOSÉ EDUARDO SILVA PINHEIRO HOMEM
O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI**

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 41/42 dos autos da Ação de Curatela (Processo n.º 12775/2007) em que é requerente FRANCISCA DE ASSIS LOPES e requerido JOVANI DE ASSIS LOPES, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: “Isto posto, com fulcro nos arts. 1.767, 1.771 e 1.772 do Código Civil c/c arts. 1.183 e 1.184 do Código de Processo Civil e acolhendo manifestação do Ministério Público, decreta-se a interdição de Jovani de Assis Lopes, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeia-se Curador(a) o(a) requerente Francisca de Assis Lopes, dispensando-lhe de prestar caução. O(A) requerente, em cinco dias, deverá prestar Compromisso de Curador em Cartório. Sem custas e honorários por serem as partes beneficiárias da justiça gratuita. Publique-se nos moldes do art. 1.184 do Código de Processo Civil. Registre-se. Intime-se. Expeça-se mandado para averbação no Cartório de Registro de Pessoas Naturais (CPC, art. 1.186). Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 24 de outubro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará”. CUMPRASE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 31 (trinta e um) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro, _____, Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA**PROCESSO Nº: 21518/2006****AÇÃO: INTERDIÇÃO****REQUERENTE: LEANDRO PINHEIRO LIMA****REQUERIDO(A): MARIA AUGUSTA GOMES PINHEIRO****ADVOGADO: ADIA KRISTIANNE ATAETE VILAR ATAÍDE****O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI**

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 49/50 autos da Ação de Interdição (Processo n.º 21518/2006) em que é requerente LEANDRO PINHEIRO LIMA e requerida MARIA AUGUSTA GOMES PINHEIRO, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: “Isto posto, com fulcro nos arts. 1.767, 1.771 e 1.772 do Código Civil c/c arts. 1.183 e 1.184 do Código de Processo Civil e acolhendo manifestação do Ministério Público, decreta-se a interdição de Maria Augusta Gomes Pinheiro, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeia-se Curador(a) o(a) requerente Leandro Pinheiro Lima, dispensando-lhe de prestar caução. O(A) requerente, em cinco dias, deverá prestar Compromisso de Curador em Cartório. Sem custas e honorários advocatícios, por serem as partes beneficiárias da justiça gratuita. Publique-se nos moldes do art. 1.184 do Código de Processo Civil. Registre-se. Intime-se. Expeça-se mandado para averbação no Cartório de Registro de Pessoas Naturais (CPC, art. 1.186). Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 24 de outubro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará”. CUMPRASE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São

Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 30 (trinta) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro, _____, Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA**PROCESSO Nº: 13762/2005****AÇÃO: CURATELA****REQUERENTE: VALNÍSIA DAS NEVES NASCIMENTO****REQUERIDO(A): FRANCISNALDO DAS N. NASCIMENTO****ADVOGADO: DÁRIO GURGEL DE CASTRO****O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI**

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 43/44 dos autos da Ação de Curatela (Processo n.º 13762/2005) em que é requerente VALNÍSIA DAS NEVES NASCIMENTO e requerido FRANCISNALDO DAS NEVES NASCIMENTO, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: “Isto posto, com fulcro nos arts. 1.767, 1.771 e 1.772 do Código Civil c/c arts. 1.183 e 1.184 do Código de Processo Civil e acolhendo manifestação do Ministério Público, decreta-se a interdição de Francisnaldo das Neves Nascimento, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeia-se Curador(a) o(a) requerente Valnísia das Neves Nascimento, dispensando-lhe de prestar caução. O(A) requerente, em cinco dias, deverá prestar Compromisso de Curador em Cartório. Sem custas e honorários por serem as partes beneficiárias da justiça gratuita. Publique-se nos moldes do art. 1.184 do Código de Processo Civil. Registre-se. Intime-se. Expeça-se mandado para averbação no Cartório de Registro de Pessoas Naturais (CPC, art. 1.186). Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 22 de outubro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará”. CUMPRASE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 31 (trinta e um) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro, _____, Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA**PROCESSO Nº: 6613/2005****AÇÃO: INTERDIÇÃO****REQUERENTE: MARIA DE LOURDES PEREIRA ARAÚJO****REQUERIDO(A): LUÍS HENRIQUE ARAÚJO FONSECA****ADVOGADO: ROBERTA BITENCOURT ARAÚJO****O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI**

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 33/34 dos autos da Ação de Interdição (Processo n.º 6613/2005) em que é requerente MARIA DE LOURDES PEREIRA ARAÚJO e requerido LUÍS HENRIQUE ARAÚJO FONSECA, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: “Isto posto, com fulcro nos arts. 1.767, 1.771 e 1.772 do Código Civil c/c arts. 1.183 e 1.184 do Código de Processo Civil e acolhendo manifestação do Ministério Público, decreta-se a interdição de Luís Henrique Araújo Fonseca, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeia-se Curador(a) o(a) requerente Maria de Lourdes Pereira Araújo, dispensando-lhe de prestar caução. O(A) requerente, em cinco dias, deverá prestar Compromisso de Curador em Cartório. Custas e honorários advocatícios pela parte requerente. Publique-se



nos moldes do art. 1.184 do Código de Processo Civil. Registre-se. Intime-se. Expeça-se mandado para averbação no Cartório de Registro de Pessoas Naturais (CPC, art. 1.186). Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 25 de outubro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará". CUMpra-SE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 30 (trinta) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro, _____, Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA

PROCESSO Nº: 13301/2005

AÇÃO: INTERDIÇÃO

REQUERENTE: MARIA LÚCIA LUZ XAVIER

REQUERIDO(A): MARIA DO CARMO LUZ XAVIER

ADVOGADO: DÁRIO GURGEL DE CASTRO

O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 36/37 dos autos da Ação de Interdição (Processo n.º 13301/2005) em que é requerente MARIA LÚCIA LUZ XAVIER e requerida MARIA DO CARMO LUZ XAVIER, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: "Isto posto, com fulcro nos arts. 1.767, 1.771 e 1.772 do Código Civil c/c arts. 1.183 e 1.184 do Código de Processo Civil e acolhendo manifestação do Ministério Público, decreta-se a interdição de Maria do Carmo Luz Xavier, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeia-se Curador(a) o(a) requerente Maria Lúcia Luz Xavier, dispensando-lhe de prestar caução. O(A) requerente, em cinco dias, deverá prestar Compromisso de Curador em Cartório. Custas e honorários advocatícios pela parte requerente. Publique-se nos moldes do art. 1.184 do Código de Processo Civil. Registre-se. Intime-se. Expeça-se mandado para averbação no Cartório de Registro de Pessoas Naturais (CPC, art. 1.186). Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 24 de outubro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará". CUMpra-SE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 30 (trinta) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro, _____, Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA

PROCESSO Nº: 19199/2003

AÇÃO: INTERDIÇÃO

REQUERENTE: ANA RUTH PACHECO CARNEIRO

REQUERIDO(A): RONALDO RAIMUNDO PACHECO CARNEIRO

ADVOGADO: MARCOS ROBERTO DIAS MACHADO

O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 58/59 dos autos da Ação de Interdição (Processo n.º 19199/2003) em que é requerente ANA RUTH PACHECO CARNEIRO e requerido RONALDO RAIMUNDO PACHECO CARNEIRO, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: "Isto posto, com fulcro nos arts. 1.767, 1.771 e 1.772 do Código Civil c/c arts. 1.183 e 1.184 do Código de Processo Civil e acolhendo manifestação do

Ministério Público, decreta-se a interdição de Ronaldo Raimundo Pacheco Carneiro, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeia-se Curador(a) o(a) requerente Ana Ruth Pacheco, dispensando-lhe de prestar caução. O(A) requerente, em cinco dias, deverá prestar Compromisso de Curador em Cartório. Custas e honorários advocatícios pela parte requerente. Publique-se nos moldes do art. 1.184 do Código de Processo Civil. Registre-se. Intime-se. Expeça-se mandado para averbação no Cartório de Registro de Pessoas Naturais (CPC, art. 1.186). Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 25 de outubro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará". CUMpra-SE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 30 (trinta) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro, _____, Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA

PROCESSO Nº: 13961/2005

AÇÃO: INTERDIÇÃO

REQUERENTE: RAIMUNDA FAUSTINO DA SILVA

REQUERIDO(A): MARIA EUZIMAR BARROSO MENDES

ADVOGADO: DÁRIO GURGEL DE CASTRO

O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 65/66 dos autos da Ação de Interdição (Processo n.º 13961/2005) em que é requerente RAIMUNDA FAUSTINO DA SILVA e requerida MARIA EUZIMAR BARROSO MENDES, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: "Isto posto, com fulcro nos arts. 1.767, 1.771 e 1.772 do Código Civil c/c arts. 1.183 e 1.184 do Código de Processo Civil e acolhendo manifestação do Ministério Público, decreta-se a interdição de Maria Euzimar Barroso Mendes, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeia-se Curador(a) o(a) requerente Maria das Graças Barros Garcia, dispensando-lhe de prestar caução. O(A) requerente, em cinco dias, deverá prestar Compromisso de Curador em Cartório. Sem custas e honorários advocatícios, por ser o (a) requerente beneficiário da assistência judiciária. Publique-se nos moldes do art. 1.184 do Código de Processo Civil. Registre-se. Intime-se. Expeça-se mandado para averbação no Cartório de Registro de Pessoas Naturais (CPC, art. 1.186). Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 03 de outubro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará". CUMpra-SE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 30 (trinta) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro, _____, Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA

PROCESSO Nº: 13560/2005

AÇÃO: INTERDIÇÃO

REQUERENTE: NEUZA SILVA SOUSA

REQUERIDO(A): PAULO SOUSA FREIRE

ADVOGADO: LUIZ ROBERTO DE MENEZES GOMES

O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 44/45 autos da Ação de Interdição (Processo n.º 13560/2005) em que é requerente NEUZA SILVA SOUSA e requerido PAULO SOUSA FREIRE, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: “Isto posto, com fulcro nos arts. 1.767, 1.771 e 1.772 do Código Civil c/c arts. 1.183 e 1.184 do Código de Processo Civil e acolhendo manifestação do Ministério Público, decreta-se a interdição de Paulo Sousa Freire, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeia-se Curador(a) o(a) requerente Neuza Silva Sousa, dispensando-lhe de prestar caução. O(A) requerente, em cinco dias, deverá prestar Compromisso de Curador em Cartório. Sem custas e honorários advocatícios, por serem as partes beneficiárias da justiça gratuita. Publique-se nos moldes do art. 1.184 do Código de Processo Civil. Registre-se. Intime-se. Expeça-se mandado para averbação no Cartório de Registro de Pessoas Naturais (CPC, art. 1.186). Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 29 de outubro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará”. CUM-PRASE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 30 (trinta) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro, , Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA

PROCESSO N.º: 13732/2006

AÇÃO: INTERDIÇÃO

REQUERENTE: ANNIK DUCOIN DE MATTOS PEREIRA

REQUERIDO(A): ALEX FABIANO DUCOIN DE MATTOS PEREIRA

ADVOGADO: ANA ZELIA JANSEN SARAIVA GOMES

O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 44/45 dos autos da Ação de Interdição (Processo n.º 13732/2006) em que é requerente ANNIK DUCOIN DE MATTOS PEREIRA e requerido ALEX FABIANO DUCOIN DE MATTOS PEREIRA, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: “Isto posto, com fulcro nos arts. 1.767, 1.771 e 1.772 do Código Civil c/c arts. 1.183 e 1.184 do Código de Processo Civil e acolhendo manifestação do Ministério Público, decreta-se a interdição de Alex Fabiano Ducoin de Mattos de Pereira, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeia-se Curador(a) o(a) requerente Annik Ducoin de Mattos, dispensando-lhe de prestar caução. O(A) requerente, em cinco dias, deverá prestar Compromisso de Curador em Cartório. Sem custas e honorários advocatícios, por ser o (a) requerente beneficiário da assistência judiciária. Publique-se nos moldes do art. 1.184 do Código de Processo Civil. Registre-se. Intime-se. Expeça-se mandado para averbação no Cartório de Registro de Pessoas Naturais (CPC, art. 1.186). Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 17 de setembro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará”. CUM-PRASE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 30 (trinta) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro,, Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA

PROCESSO N.º: 29061/2006

AÇÃO: INTERDIÇÃO

REQUERENTE: JOSÉ DE RIBAMAR RIBEIRO

REQUERIDO(A): VALMIRA COSTA PINHEIRO

ADVOGADO: ÁDIA KRISTIANN ATAETE VILAR ATAÍDE

O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 35/36 dos autos da Ação de Interdição (Processo n.º 29061/2006) em que é requerente JOSÉ DE RIBAMAR RIBEIRO e requerida VALMIRA COSTA PINHEIRO, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: “Isto posto, com fulcro nos arts. 1.767, 1.771 e 1.772 do Código Civil c/c arts. 1.183 e 1.184 do Código de Processo Civil e acolhendo manifestação do Ministério Público, decreta-se a interdição de Valmira Costa Ribeiro, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeia-se Curador(a) o(a) requerente José Ribamar Ribeiro, dispensando-lhe de prestar caução. O(A) requerente, em cinco dias, deverá prestar Compromisso de Curador em Cartório. Custas e honorários advocatícios pela parte requerente. Publique-se nos moldes do art. 1.184 do Código de Processo Civil. Registre-se. Intime-se. Expeça-se mandado para averbação no Cartório de Registro de Pessoas Naturais (CPC, art. 1.186). Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 25 de outubro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará”. CUM-PRASE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 30 (trinta) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro, , Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA

PROCESSO N.º: 12947/2005

AÇÃO: INTERDIÇÃO

REQUERENTE: FRANCISCO DE ASSIS BARROS

REQUERIDO(A): ANA LOURDES MENDES

ADVOGADO: WALTER WANDERLEY SILVA FERREIRA

O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 44/45 dos autos da Ação de Interdição (Processo n.º 12947/2005) em que é requerente FRANCISCO DE ASSIS BARROS e requerida ANA LOURDES MENDES, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: “Isto posto, com fulcro nos arts. 1.771 e 1.772 do Código Civil c/c arts. 1.183 e 1.184 do Código de Processo Civil, decreta-se a interdição de Ana Lourdes Mendes, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeia-se Curador(a) o(a) requerente Francisco de Assis Barros, dispensando-lhe de prestar caução. O(A) requerente, em cinco dias, deverá prestar Compromisso de Curador em Cartório. Sem custas e honorários advocatícios, por ser o (a) requerente beneficiário da assistência judiciária. Publique-se nos moldes do art. 1.184 do Código de Processo Civil. Registre-se. Intime-se. Expeça-se mandado para averbação no Cartório de Registro de Pessoas Naturais (CPC, art. 1.186). Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 03 de outubro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará”. CUM-PRASE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 30 (trinta) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro, , Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

**EDITAL DE SENTENÇA****PROCESSO Nº: 2139/2006****AÇÃO: SUBSTITUIÇÃO DE CURADOR****REQUERENTE: JOEL FERREIRA DE MORAES****REQUERIDO(A): MARIA APARECIDA FERREIRA****ADVOGADO: MARIA INEZ FERREIRA CAMPOS****O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI**

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 52/53 dos autos da Ação de Substituição de Curador (Processo n.º 2139/2006) em que é requerente JOEL FERREIRA DE MORAES e requerida MARIA APARECIDA FERREIRA, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: "Isto posto, com fulcro nos arts. 1.109 e 1.194 do Código de Processo Civil, nomeia-se Joel Ferreira de Moraes como novo (a) curador (a) de Maria Aparecida Ferreira. O (A) requerente, em cinco dias, deverá prestar o Compromisso de Curador em Cartório. Sem custas e honorários advocatícios, por ser o (a) requerente beneficiário da assistência judiciária. Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 04 de outubro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará". CUMPRASE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 31 (trinta e um) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro, Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA**PROCESSO Nº: 14264/2006****AÇÃO: CURATELA****REQUERENTE: ROSEMAR GARCÊZ LIMA****REQUERIDO(A): ROSIANE GARCÊZ LIMA****ADVOGADO: DÁRIO GURGEL DE CASTRO****O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI**

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 47/48 dos autos da Ação de Curatela (Processo n.º 14264/2006) em que é requerente ROSEMAR GARCÊZ LIMA e requerida ROSIANE GARCÊZ LIMA, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: "Isto posto, com fulcro nos arts. 1.767, 1.771 e 1.772 do Código Civil c/c arts. 1.183 e 1.184 do Código de Processo Civil e acolhendo manifestação do Ministério Público, decreta-se a interdição de Rosiane Garcez Lima, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeia-se Curador(a) o(a) requerente Rosemar Garcez Lima, dispensando-lhe de prestar caução. O(A) requerente, em cinco dias, deverá prestar Compromisso de Curador em Cartório. Sem custas e honorários advocatícios, por ser o (a) requerente beneficiário da assistência judiciária. Publique-se nos moldes do art. 1.184 do Código de Processo Civil. Registre-se. Intime-se. Expeça-se mandado para averbação no Cartório de Registro de Pessoas Naturais (CPC, art. 1.186). Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 20 de setembro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará". CUMPRASE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 30 (trinta) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro, Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA**PROCESSO Nº: 16503/2004****AÇÃO: INTERDIÇÃO****REQUERENTE: ANA MARIA FERREIRA****REQUERIDO(A): ROSEANE DE JESUS FERREIRA****ADVOGADO: JOÃO DAMASCENO****O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI**

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 35/36 dos autos da Ação de Interdição (Processo n.º 16503/2004) em que é requerente ANA MARIA FERREIRA e requerida ROSEANE DE JESUS FERREIRA, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: "Isto posto, com fulcro nos arts. 1.767, 1.771 e 1.772 do Código Civil c/c arts. 1.183 e 1.184 do Código de Processo Civil e acolhendo manifestação do Ministério Público, decreta-se a interdição de Roseane de Jesus Ferreira, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeia-se Curador(a) o(a) requerente Ana Maria Ferreira, dispensando-lhe de prestar caução. O(A) requerente, em cinco dias, deverá prestar Compromisso de Curador em Cartório. Custas e honorários advocatícios pela parte requerente. Publique-se nos moldes do art. 1.184 do Código de Processo Civil. Registre-se. Intime-se. Expeça-se mandado para averbação no Cartório de Registro de Pessoas Naturais (CPC, art. 1.186). Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 25 de outubro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará". CUMPRASE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 30 (trinta) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro, Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA**PROCESSO Nº: 17381/2003****AÇÃO: INTERDIÇÃO****REQUERENTE: IRANEY RODRIGUES FERNADES ROCHA****REQUERIDO(A): ILEANNE CAROLYNE R. F. ROCHA****ADVOGADO: CLÁUDIO CALDAS GOIS****O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI**

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 36/37 dos autos da Ação de Interdição (Processo n.º 17381/2003) em que é requerente IRANEY RODRIGUES FERNADES ROCHA e requerida ILEANNE CAROLYNE R. F. ROCHA, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: "Isto posto, com fulcro nos arts. 1.771 e 1.772 do Código Civil c/c arts. 1.183 e 1.184 do Código de Processo Civil, decreta-se a interdição de Ileanne Carolayne Rodrigues Fernandes Rocha, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeia-se Curador(a) o(a) requerente Iraney Rodrigues Fernandes Rocha, dispensando-lhe de prestar caução. O(A) requerente, em cinco dias, deverá prestar Compromisso de Curador em Cartório. Sem custas e honorários advocatícios. Publique-se nos moldes do art. 1.184 do Código de Processo Civil. Registre-se. Intime-se. Expeça-se mandado para averbação no Cartório de Registro de Pessoas Naturais (CPC, art. 1.186). Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 03 de outubro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará". CUMPRASE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 30

(trinta) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro,, Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA

PROCESSO N°: 24366/2006

AÇÃO: CURATELA

REQUERENTE: SILVESTRE COSTA

REQUERIDO(A): LUCIANO COSTA

ADVOGADO: IGOR SEKEFF

O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 59/60 dos autos da Ação de Curatela (Processo n.º 24366/2006) em que é requerente SILVESTRE COSTA e requerido LUCIANO COSTA, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: “Isto posto, com fulcro nos arts. 1.767, 1.771 e 1.772 do Código Civil c/c arts. 1.183 e 1.184 do Código de Processo Civil e acolhendo manifestação do Ministério Público, decreta-se a interdição de Luciano Costa, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeia-se Curador(a) o(a) requerente Silvestre Costa, dispensando-lhe de prestar caução. O(A) requerente, em cinco dias, deverá prestar Compromisso de Curador em Cartório. Sem custas e honorários advocatícios, por ser o (a) requerente beneficiário da assistência judiciária. Publique-se nos moldes do art. 1.184 do Código de Processo Civil. Registre-se. Intime-se. Expeça-se mandado para averbação no Cartório de Registro de Pessoas Naturais (CPC, art. 1.186). Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 25 de outubro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará”. CUM-PRA-SE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 30 (trinta) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro, _____, Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA

PROCESSO N°: 27376/2006

AÇÃO: CURATELA

REQUERENTE: LINDALVA SILVA DE AGUIAR

REQUERIDO(A): JUVENAL FERREIRA E SILVA

ADVOGADO: MARCELO RAMOS DE OLIVEIRA

O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 38/39 dos autos da Ação de Curatela (Processo n.º 27376/2006) em que é requerente LINDALVA SILVA DE AGUIAR e requerido JUVENAL FERREIRA E SILVA, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: “Isto posto, com fulcro nos arts. 1.767, 1.771 e 1.772 do Código Civil c/c arts. 1.183 e 1.184 do Código de Processo Civil e acolhendo manifestação do Ministério Público, decreta-se a interdição de Juvenal Ferreira e Silva, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeia-se Curador(a) o(a) requerente Lindalva Silva de Aguiar, dispensando-lhe de prestar caução. O(A) requerente, em cinco dias, deverá prestar Compromisso de Curador em Cartório. Custas e honorários advocatícios pela parte requerente. Publique-se nos moldes do art. 1.184 do Código de Processo Civil. Registre-se. Intime-se. Expeça-se mandado para averbação

no Cartório de Registro de Pessoas Naturais (CPC, art. 1.186). Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 25 de outubro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará”. CUM-PRA-SE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 30 (trinta) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro, _____, Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA

PROCESSO N°: 24134/2005

AÇÃO: CURATELA

REQUERENTE: EDINE COUTO BACELAR NUNES

REQUERIDO(A): MARCELO EMERSON BACELAR ROCHA

ADVOGADO: EDMUNDO ARAÚJO CARVALHO

O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 59/60 dos autos da Ação de Curatela (Processo n.º 24134/2005) em que é requerente EDINE COUTO BACELAR NUNES e requerido MARCELO EMERSON BACELAR ROCHA, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: “Isto posto, com fulcro nos arts. 1.767, 1.771 e 1.772 do Código Civil c/ c arts. 1.183 e 1.184 do Código de Processo Civil e acolhendo manifestação do Ministério Público, decreta-se a interdição de Marcelo Emerson Bacelar Rocha, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeia-se Curador(a) o(a) requerente Edine Couto Bacelar Nunes, dispensando-lhe de prestar caução. O(A) requerente, em cinco dias, deverá prestar Compromisso de Curador em Cartório. Custas e honorários advocatícios pela parte requerente. Publique-se nos moldes do art. 1.184 do Código de Processo Civil. Registre-se. Intime-se. Expeça-se mandado para averbação no Cartório de Registro de Pessoas Naturais (CPC, art. 1.186). Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 24 de outubro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará”. CUM-PRA-SE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 30 (trinta) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro, _____, Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA

PROCESSO N°: 5841/2007

AÇÃO: CURATELA

REQUERENTE: MARIA ROSÁLIA DOS REIS PEREIRA

REQUERIDO(A): RONALDO DOS REIS PEREIRA

ADVOGADO: JOSÉ BENEDITO AZEVEDO AMORIM

O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 30/31 dos autos da Ação de Curatela (Processo n.º 5841/2007) em que é requerente MARIA ROSÁLIA DOS REIS PEREIRA e requerido RONALDO DOS REIS PEREIRA, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: “Isto posto, com fulcro nos arts. 1.767, 1.771 e 1.772 do Código Civil c/c arts. 1.183 e 1.184 do Código de Processo Civil e acolhendo manifestação do Mi-



nistério Público, decreta-se a interdição de Ronaldo dos Reis Pereira, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeia-se Curador(a) o(a) requerente Maria Rosália dos Reis Pereira, dispensando-lhe de prestar caução. O(A) requerente, em cinco dias, deverá prestar Compromisso de Curador em Cartório. Custas e honorários advocatícios pela parte requerente. Publique-se nos moldes do art. 1.184 do Código de Processo Civil. Registre-se. Intime-se. Expeça-se mandado para averbação no Cartório de Registro de Pessoas Naturais (CPC, art. 1.186). Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 25 de outubro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará". CUMPRASE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 30 (trinta) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro, _____, Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA

PROCESSO Nº: 23476/2005

AÇÃO: CURATELA

REQUERENTE: MARIA DO SOCORRO SILVA CASTRO

REQUERIDO(A): BALDOINO DE JESUS SILVA CASTRO

ADVOGADO: JOSÉ EDUARDO SILVA PINHEIRO HOMEM

O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 33/34 dos autos da Ação de Curatela (Processo n.º 23476/2005) em que é requerente MARIA DO SOCORRO SILVA CASTRO e requerido BALDOINO DE JESUS SILVA CASTRO, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: "Isto posto, com fulcro nos arts. 1.767, 1.771 e 1.772 do Código Civil c/ arts. 1.183 e 1.184 do Código de Processo Civil e acolhendo manifestação do Ministério Público, decreta-se a interdição de Balduino de Jesus Silva Castro, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeia-se Curador(a) o(a) requerente Maria do Socorro Silva Castro, dispensando-lhe de prestar caução. O(A) requerente, em cinco dias, deverá prestar Compromisso de Curador em Cartório. Custas e honorários advocatícios pela parte requerente. Publique-se nos moldes do art. 1.184 do Código de Processo Civil. Registre-se. Intime-se. Expeça-se mandado para averbação no Cartório de Registro de Pessoas Naturais (CPC, art. 1.186). Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 25 de outubro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará". CUMPRASE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 30 (trinta) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro, Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA

PROCESSO Nº: 15444/2006

AÇÃO: INTERDIÇÃO

REQUERENTE: NATALINA PEREIRA DA COSTA

REQUERIDO(A): CLEMILSON DA COSTA SANTOS

ADVOGADO: ADIA KRISTIANNE ATAETE VILAR ATAÍDE

O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 38/39 dos autos da Ação de Interdição (Processo n.º 15444/2006) em que é requerente NATALINA PEREIRA DA COSTA e requerido CLEMILSON DA COSTA SANTOS, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: "Isto posto, com fulcro nos arts. 1.767, 1.771 e 1.772 do Código Civil c/c arts. 1.183 e 1.184 do Código de Processo Civil e acolhendo manifestação do Ministério Público, decreta-se a interdição de Clemilson da Costa Santos, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeia-se Curador(a) o(a) requerente Natalina Pereira da Costa, dispensando-lhe de prestar caução. O(A) requerente, em cinco dias, deverá prestar Compromisso de Curador em Cartório. Custas e honorários advocatícios pela parte requerente. Publique-se nos moldes do art. 1.184 do Código de Processo Civil. Registre-se. Intime-se. Expeça-se mandado para averbação no Cartório de Registro de Pessoas Naturais (CPC, art. 1.186). Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 25 de outubro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará". CUMPRASE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 30 (trinta) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro, Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA

PROCESSO Nº: 22284/2004

AÇÃO: INTERDIÇÃO

REQUERENTE: UBIRATAN SILVA MORAIS

REQUERIDO(A): LUÍS CARLOS MOURA

ADVOGADO: MARCELO RAMOS DE OLIVEIRA

O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 43/44 dos autos da Ação de Interdição (Processo n.º 22284/2004) em que é requerente UBIRATAN SILVA MORAIS e requerido LUÍS CARLOS MOURA, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: "Isto posto, com fulcro nos arts. 1.767, 1.771 e 1.772 do Código Civil c/c arts. 1.183 e 1.184 do Código de Processo Civil e acolhendo manifestação do Ministério Público, decreta-se a interdição de Luís Carlos Moura, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeia-se Curador(a) o(a) requerente Ubiratan Silva Morais, dispensando-lhe de prestar caução. O(A) requerente, em cinco dias, deverá prestar Compromisso de Curador em Cartório. Sem custas e honorários advocatícios, por serem as partes beneficiárias da justiça gratuita. Publique-se nos moldes do art. 1.184 do Código de Processo Civil. Registre-se. Intime-se. Expeça-se mandado para averbação no Cartório de Registro de Pessoas Naturais (CPC, art. 1.186). Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 24 de outubro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará". CUMPRASE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 30 (trinta) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro, Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA

PROCESSO Nº: 22384/2006

AÇÃO: INTERDIÇÃO

REQUERENTE: MARLÚCIA ARAÚJO VIEIRA

REQUERIDO(A): FRANCISCO DAS CHAGAS A DE SOUSA

ADVOGADO: ALDY MELLO DE ARAÚJO FILHO
O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 38/39 dos autos da Ação de Interdição (Processo n.º 22384/2006) em que é requerente MARLÚCIA ARAÚJO VIEIRA e requerido FRANCISCO DAS CHAGAS A DE SOUSA, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: “Isto posto, com fulcro nos arts. 1.767, 1.771 e 1.772 do Código Civil c/c arts. 1.183 e 1.184 do Código de Processo Civil e acolhendo manifestação do Ministério Público, decreta-se a interdição de Francisco das Chagas Araújo de Sousa, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeia-se Curador(a) o(a) requerente Marlúcia Araújo Vieira, dispensando-lhe de prestar caução. O(A) requerente, em cinco dias, deverá prestar Compromisso de Curador em Cartório. Sem custas e honorários advocatícios, por ser o (a) requerente beneficiário da assistência judiciária. Publique-se nos moldes do art. 1.184 do Código de Processo Civil. Registre-se. Intime-se. Expeça-se mandado para averbação no Cartório de Registro de Pessoas Naturais (CPC, art. 1.186 e art. 9º, III do Código Civil). Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 17 de outubro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará”. CUMPRASE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 29 (vinte e nove) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro, Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA

PROCESSO N.º: 7194/2005

AÇÃO: INTERDIÇÃO

REQUERENTE: LOURDINEVES DOS SANTOS SILVA

REQUERIDO(A): FRANCISCO DAS CHAGAS DOS SANTOS SILVA
ADVOGADO: HÉLIO JORGE SILVA

O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 57/58 dos autos da Ação de Interdição (Processo n.º 7194/2005) em que é requerente LOURDINEVES DOS SANTOS SILVA e requerido FRANCISCO DAS CHAGAS DOS SANTOS SILVA, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: “Isto posto, com fulcro nos arts. 1.767, 1.771 e 1.772 do Código Civil c/c arts. 1.183 e 1.184 do Código de Processo Civil e acolhendo manifestação do Ministério Público, decreta-se a interdição de Francisco das Chagas dos Santos Silva, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeia-se Curador(a) o(a) requerente Lordineves dos Santos Silva, dispensando-lhe de prestar caução. O(A) requerente, em cinco dias, deverá prestar Compromisso de Curador em Cartório. Sem custas e honorários advocatícios, por ser o (a) requerente beneficiário da assistência judiciária. Publique-se nos moldes do art. 1.184 do Código de Processo Civil. Registre-se. Intime-se. Expeça-se mandado para averbação no Cartório de Registro de Pessoas Naturais (CPC, art. 1.186). Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 22 de outubro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará”. CUMPRASE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 29 (vinte e nove) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro, Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA

PROCESSO N.º: 4815/2006

AÇÃO: CURATELA

REQUERENTE: MARIA LUCIA ALVES

REQUERIDO(A): JÚLIO CÉSAR ALVES RIBEIRO

ADVOGADO: DÁRIO GURGEL DE CASTRO

O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 34/35 dos autos da Ação de Curatela (Processo n.º 4815/2006) em que é requerente MARIA LUCIA ALVES e requerido JÚLIO CÉSAR ALVES RIBEIRO, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: “Isto posto, com fulcro nos arts. 1.767, 1.771 e 1.772 do Código Civil c/c arts. 1.183 e 1.184 do Código de Processo Civil e acolhendo manifestação do Ministério Público, decreta-se a interdição de Júlio César Alves Ribeiro, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeia-se Curador(a) o(a) requerente Maria Lucia Alves, dispensando-lhe de prestar caução. O(A) requerente, em cinco dias, deverá prestar Compromisso de Curador em Cartório. Custas e honorários advocatícios pela parte requerente. Publique-se nos moldes do art. 1.184 do Código de Processo Civil. Registre-se. Intime-se. Expeça-se mandado para averbação no Cartório de Registro de Pessoas Naturais (CPC, art. 1.186). Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 25 de outubro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará”. CUMPRASE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 30 (trinta) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro, Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA

PROCESSO N.º: 12911/2005

AÇÃO: INTERDIÇÃO

REQUERENTE: JOSÉ DE RIBAMAR PAIXÃO BRANDÃO

REQUERIDO(A): JOHN CARLOS PAIXÃO BRANDÃO

ADVOGADO: JOCELCY SILVA DE FREITAS

O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 38/39 dos autos da Ação de Interdição (Processo n.º 12911/2005) em que é requerente JOSÉ DE RIBAMAR PAIXÃO BRANDÃO e requerido JOHN CARLOS PAIXÃO BRANDÃO, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: “Isto posto, com fulcro nos arts. 1.767, 1.771 e 1.772 do Código Civil c/c arts. 1.183 e 1.184 do Código de Processo Civil e acolhendo manifestação do Ministério Público, decreta-se a interdição de John Carlos Paixão Brandão, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeia-se Curador(a) o(a) requerente José Ribamar Paixão Brandão, dispensando-lhe de prestar caução. O(A) requerente, em cinco dias, deverá prestar Compromisso de Curador em Cartório. Sem custas e honorários advocatícios, por ser o (a) requerente beneficiário da assistência judiciária. Publique-se nos moldes do art. 1.184 do Código de Processo Civil. Registre-se. Intime-se. Expeça-se mandado para averbação no Cartório de Registro de Pessoas Naturais (CPC, art. 1.186). Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 23 de outubro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará”. CUMPRASE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de

São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 29 (vinte e nove) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro, Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA

PROCESSO Nº: 9817/2007

AÇÃO: INTERDIÇÃO

REQUERENTE: CLÁUDIA DA CONCEIÇÃO RODRIGUES

REQUERIDO(A): MARCOS TADEU DE S. RODRIGUES

ADVOGADO: DAVID FRANÇA DE SOUZA

O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 38/39 autos da Ação de Interdição (Processo n.º 9817/2007) em que é requerente CLÁUDIA DA CONCEIÇÃO RODRIGUES e requerido MARCOS TADEU DE S. RODRIGUES, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: “Isto posto, com fulcro nos arts. 1.767, 1.771 e 1.772 do Código Civil c/c arts. 1.183 e 1.184 do Código de Processo Civil e acolhendo manifestação do Ministério Público, decreta-se a interdição de Marcos Tadeu de Sousa Rodrigues, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeia-se Curador(a) o(a) requerente Cláudia da Conceição Rodrigues, dispensando-lhe de prestar caução. O(A) requerente, em cinco dias, deverá prestar Compromisso de Curador em Cartório. Sem custas e honorários advocatícios, por serem as partes beneficiárias da justiça gratuita. Publique-se nos moldes do art. 1.184 do Código de Processo Civil. Registre-se. Intime-se. Expeça-se mandado para averbação no Cartório de Registro de Pessoas Naturais (CPC, art. 1.186). Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 29 de outubro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará”. CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 30 (trinta) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro, Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA

PROCESSO Nº: 928/2007

AÇÃO: INTERDIÇÃO

REQUERENTE: FRANCISCO DE PAULA NUNES

REQUERIDO(A): FRAMERSON ALMEIDA NUNES

ADVOGADO: CYNTHIA REGINA DA S. E SILVA

O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 43/44 dos autos da Ação de Interdição (Processo n.º 928/2007) em que é requerente FRANCISCO DE PAULA NUNES e requerido FRAMERSON ALMEIDA NUNES, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: “Isto posto, com fulcro nos arts. 1.767, 1.771 e 1.772 do Código Civil c/c arts. 1.183 e 1.184 do Código de Processo Civil e acolhendo manifestação do Ministério Público, decreta-se a interdição de Framerson Almeida Nunes, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeia-se Curador(a) o(a) requerente Francisco de Paula Nunes, dispensando-lhe de prestar caução. O(A) requerente, em cinco dias, deverá prestar Compromisso de Curador em Cartório. Sem custas e honorários

advocatícios, por serem as partes beneficiárias da justiça gratuita. Publique-se nos moldes do art. 1.184 do Código de Processo Civil. Registre-se. Intime-se. Expeça-se mandado para averbação no Cartório de Registro de Pessoas Naturais (CPC, art. 1.186). Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 24 de outubro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará”. CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 30 (trinta) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro, Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA

PROCESSO Nº: 9348/2005

AÇÃO: CURATELA

REQUERENTE: MARIA DE JESUS FROZ LINDOSO

REQUERIDO(A): RUBENILSON CHAGAS COSTA

ADVOGADO: PEDRO ESAU DA SILVA

O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 51/52 dos autos da Ação de Curatela (Processo n.º 9348/2005) em que é requerente MARIA DE JESUS FROZ LINDOSO e requerido RUBENILSON CHAGAS COSTA, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: “Isto posto, com fulcro nos arts. 1.767, 1.771 e 1.772 do Código Civil c/c arts. 1.183 e 1.184 do Código de Processo Civil e acolhendo manifestação do Ministério Público, decreta-se a interdição de Rubenilson Chagas Costa, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeia-se Curador(a) o(a) requerente Maria de Jesus Froz Lindoso, dispensando-lhe de prestar caução. O(A) requerente, em cinco dias, deverá prestar Compromisso de Curador em Cartório. Sem custas e honorários por serem as partes beneficiárias da justiça gratuita. Publique-se nos moldes do art. 1.184 do Código de Processo Civil. Registre-se. Intime-se. Expeça-se mandado para averbação no Cartório de Registro de Pessoas Naturais (CPC, art. 1.186). Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 29 de outubro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará”. CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 31 (trinta e um) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro, Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA

PROCESSO Nº: 21063/2005

AÇÃO: INTERDIÇÃO

REQUERENTE: SEBASTIANA BEZERRA DA SILVA

REQUERIDO(A): FRANCISCO BEZERRA DA SILVA

ADVOGADO: KARLA ALBERTO RIBEIRO MOTA

O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 37/38 dos autos da Ação de Interdição (Processo n.º 21063/2005) em que é requerente SEBASTIANA BEZERRA DA SILVA e requerido FRANCISCO BEZERRA DA SILVA, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: “Isto posto,

com fulcro nos arts. 1.767, 1.771 e 1.772 do Código Civil c/c arts. 1.183 e 1.184 do Código de Processo Civil e acolhendo manifestação do Ministério Público, decreta-se a interdição de Francisco Bezerra da Silva, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeia-se Curador(a) o(a) requerente Sebastiana Bezerra da Silva, dispensando-lhe de prestar caução. O(A) requerente, em cinco dias, deverá prestar Compromisso de Curador em Cartório. Custas e honorários advocatícios pela parte requerente. Publique-se nos moldes do art. 1.184 do Código de Processo Civil. Registre-se. Intime-se. Expeça-se mandado para averbação no Cartório de Registro de Pessoas Naturais (CPC, art. 1.186). Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 24 de outubro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará". CUMPRASE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 30 (trinta) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro, _____, Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA

PROCESSO Nº: 4093/2007

AÇÃO: INTERDIÇÃO

REQUERENTE: PATRÍCIA GOMES CROSARA

REQUERIDO(A): ODECI GOMES CROSARA

ADVOGADO: JOSÉ CARLOS SOUSA SILVA

O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 33/34 autos da Ação de Interdição (Processo n.º 4093/2007) em que é requerente PATRÍCIA GOMES CROSARA e requerido ODECI GOMES CROSARA, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: "Isto posto, com fulcro nos arts. 1.767, 1.771 e 1.772 do Código Civil c/c arts. 1.183 e 1.184 do Código de Processo Civil e acolhendo manifestação do Ministério Público, decreta-se a interdição de Odeci Gomes Crosara, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeia-se Curador(a) o(a) requerente Patrícia Gomes Crosara, dispensando-lhe de prestar caução. O(A) requerente, em cinco dias, deverá prestar Compromisso de Curador em Cartório. Custas e honorários advocatícios pela parte requerente. Publique-se nos moldes do art. 1.184 do Código de Processo Civil. Registre-se. Intime-se. Expeça-se mandado para averbação no Cartório de Registro de Pessoas Naturais (CPC, art. 1.186). Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 24 de outubro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará". CUMPRASE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 30 (trinta) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro, _____, Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA

PROCESSO Nº: 2391/2006

AÇÃO: CURATELA

REQUERENTE: MARIA DAS DORES DOS SANTOS ALMEIDA

REQUERIDO(A): GUIOMAR DOS SANTOS ALMEIDA

ADVOGADO: CÍNTIA WALKER BELTRÃO DA SILVA

O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA

COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 39/40 dos autos da Ação de Curatela (Processo n.º 2391/2006) em que é requerente MARIA DAS DORES DOS SANTOS ALMEIDA e requerido GUIOMAR DOS SANTOS ALMEIDA, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: "Isto posto, com fulcro nos arts. 1.767, 1.771 e 1.772 do Código Civil c/c arts. 1.183 e 1.184 do Código de Processo Civil e acolhendo manifestação do Ministério Público, decreta-se a interdição de Guiomar dos Santos Almeida, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeia-se Curador(a) o(a) requerente Maria das Dores dos Santos Almeida, dispensando-lhe de prestar caução. O(A) requerente, em cinco dias, deverá prestar Compromisso de Curador em Cartório. Sem custas e honorários por serem as partes beneficiárias da justiça gratuita. Publique-se nos moldes do art. 1.184 do Código de Processo Civil. Registre-se. Intime-se. Expeça-se mandado para averbação no Cartório de Registro de Pessoas Naturais (CPC, art. 1.186). Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 24 de outubro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará". CUMPRASE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 31 (trinta e um) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro, _____, Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA

PROCESSO Nº: 23191/2006

AÇÃO: CURATELA

REQUERENTE: ELIANE ALVES DOS SANTOS

REQUERIDO(A): MARÇAL ALVES FILHO

ADVOGADO: JOSÉ EDUARDO SILVA PINHEIRO

O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 30/31 dos autos da Ação de Curatela (Processo n.º 23191/2006) em que é requerente ELIANE ALVES DOS SANTOS e requerido MARÇAL ALVES FILHO, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: "Isto posto, com fulcro nos arts. 1.767, 1.771 e 1.772 do Código Civil c/c arts. 1.183 e 1.184 do Código de Processo Civil e acolhendo manifestação do Ministério Público, decreta-se a interdição de Marçal Alves Filho, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeia-se Curador(a) o(a) requerente Eliane Alves dos Santos, dispensando-lhe de prestar caução. O(A) requerente, em cinco dias, deverá prestar Compromisso de Curador em Cartório. Sem custas e honorários por serem as partes beneficiárias da justiça gratuita. Publique-se nos moldes do art. 1.184 do Código de Processo Civil. Registre-se. Intime-se. Expeça-se mandado para averbação no Cartório de Registro de Pessoas Naturais (CPC, art. 1.186). Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 23 de outubro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará". CUMPRASE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 31 (trinta e um) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro, _____, Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

**EDITAL DE SENTENÇA****PROCESSO Nº: 6975/2005****AÇÃO: INTERDIÇÃO****REQUERENTE: KÁTIA REGINA RODRIGUES NUNES****REQUERIDO(A): ALDIR RODRIGUES NUNES****ADVOGADO: ALDY MELLO DE ARAÚJO FILHO****O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI**

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 47/48 autos da Ação de Interdição (Processo n.º 6975/2005) em que é requerente KÁTIA REGINA RODRIGUES NUNES e requerido ALDIR RODRIGUES NUNES, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: “Isto posto, com fulcro nos arts. 1.767, 1.771 e 1.772 do Código Civil c/c arts. 1.183 e 1.184 do Código de Processo Civil e acolhendo manifestação do Ministério Público, decreta-se a interdição de Aldir Rodrigues Nunes, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeia-se Curador(a) o(a) requerente Kátia Regina Rodrigues Nunes, dispensando-lhe de prestar caução. O(A) requerente, em cinco dias, deverá prestar Compromisso de Curador em Cartório. Sem custas e honorários advocatícios, por serem as partes beneficiárias da justiça gratuita. Publique-se nos moldes do art. 1.184 do Código de Processo Civil. Registre-se. Intime-se. Expeça-se mandado para averbação no Cartório de Registro de Pessoas Naturais (CPC, art. 1.186). Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 29 de outubro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará”. CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 30 (trinta) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro, _____, Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA**PROCESSO Nº: 5278/2007****AÇÃO: INTERDIÇÃO****REQUERENTE: GRAZIELA DA SILVA CALDAS****REQUERIDO(A): GRACILENE DA SILVA CALDAS****ADVOGADO: ÁDIA KRISTIANNE ATAETE VILAR ATAÍDE****O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI**

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 40/41 autos da Ação de Interdição (Processo n.º 5278/2007) em que é requerente GRAZIELA DA SILVA CALDAS e requerida GRACILENE DA SILVA CALDAS, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: “Isto posto, com fulcro nos arts. 1.767, 1.771 e 1.772 do Código Civil c/c arts. 1.183 e 1.184 do Código de Processo Civil e acolhendo manifestação do Ministério Público, decreta-se a interdição de Gracilene da Silva Caldas, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeia-se Curador(a) o(a) requerente Graziela da Silva Caldas, dispensando-lhe de prestar caução. O(A) requerente, em cinco dias, deverá prestar Compromisso de Curador em Cartório. Sem custas e honorários advocatícios, por serem as partes beneficiárias da justiça gratuita. Publique-se nos moldes do art. 1.184 do Código de Processo Civil. Registre-se. Intime-se. Expeça-se mandado para averbação no Cartório de Registro de Pessoas Naturais (CPC, art. 1.186). Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 22 de outubro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará”. CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade

de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 31 (trinta e um) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro, _____, Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA**PROCESSO Nº: 1930/2006****AÇÃO: CURATELA****REQUERENTE: ANDRÉ AVELINO PADILHA****REQUERIDO(A): DOMINGOS BENTO PEREIRA****ADVOGADO: PATRÍCIA FRANCO REIS****O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI**

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 55/56 dos autos da Ação de Curatela (Processo n.º 1930/2006) em que é requerente ANDRÉ AVELINO PADILHA e requerido DOMINGOS BENTO PEREIRA, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: “Isto posto, com fulcro nos arts. 1.767, 1.771 e 1.772 do Código Civil c/c arts. 1.183 e 1.184 do Código de Processo Civil e acolhendo manifestação do Ministério Público, decreta-se a interdição de Domingos Bento Pereira, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeia-se Curador(a) o(a) requerente André Avelino Padilha, dispensando-lhe de prestar caução. O(A) requerente, em cinco dias, deverá prestar Compromisso de Curador em Cartório. Sem custas e honorários por serem as partes beneficiárias da justiça gratuita. Publique-se nos moldes do art. 1.184 do Código de Processo Civil. Registre-se. Intime-se. Expeça-se mandado para averbação no Cartório de Registro de Pessoas Naturais (CPC, art. 1.186). Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 23 de outubro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará”. CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 31 (trinta e um) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro, _____, Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA**PROCESSO Nº: 19440/2006****AÇÃO: INTERDIÇÃO****REQUERENTE: ROSANA DIAS DA SILVA****REQUERIDO(A): BARTOLOMEU VIEIRA GOMES JÚNIOR****ADVOGADO: MARCELO RAMOS DE OLIVEIRA****O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI**

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 36/37 autos da Ação de Interdição (Processo n.º 19440/2006) em que é requerente ROSANA DIAS DA SILVA e requerido BARTOLOMEU VIEIRA GOMES JÚNIOR, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: “Isto posto, com fulcro nos arts. 1.767, 1.771 e 1.772 do Código Civil c/c arts. 1.183 e 1.184 do Código de Processo Civil e acolhendo manifestação do Ministério Público, decreta-se a interdição de Bartolomeu Vieira Gomes Júnior, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeia-se Curador(a) o(a) requerente Rosana Dias da Silva, dispensando-lhe de prestar caução. O(A) requerente, em cinco dias, deverá prestar Compromisso de Curador em Cartório. Sem custas e honorários advocatícios, por serem as partes beneficiárias da justiça gratuita. Publi-

que-se nos moldes do art. 1.184 do Código de Processo Civil. Registre-se. Intime-se. Expeça-se mandado para averbação no Cartório de Registro de Pessoas Naturais (CPC, art. 1.186). Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 23 de outubro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará". CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 31 (trinta e um) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro, _____, Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA

PROCESSO Nº: 1229/2006

AÇÃO: INTERDIÇÃO

REQUERENTE: IRLEYS DA CONCEIÇÃO CASTRO

REQUERIDO(A): ANA PAULA CASTRO

ADVOGADO: CÍNTIA WALKER BELTRÃO DA SILVA

O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 46/47 autos da Ação de Interdição (Processo n.º 1229/2006) em que é requerente IRLEYS DA CONCEIÇÃO CASTRO e requerida ANA PAULA CASTRO, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: "Isto posto, com fulcro nos arts. 1.767, 1.771 e 1.772 do Código Civil c/c arts. 1.183 e 1.184 do Código de Processo Civil e acolhendo manifestação do Ministério Público, decreta-se a interdição de Ana Paula Castro, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeia-se Curador(a) o(a) requerente Irleys da Conceição Castro, dispensando-lhe de prestar caução. O(A) requerente, em cinco dias, deverá prestar Compromisso de Curador em Cartório. Sem custas e honorários advocatícios, por serem as partes beneficiárias da justiça gratuita. Publique-se nos moldes do art. 1.184 do Código de Processo Civil. Registre-se. Intime-se. Expeça-se mandado para averbação no Cartório de Registro de Pessoas Naturais (CPC, art. 1.186). Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 22 de outubro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará". CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 31 (trinta e um) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro, _____, Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA

PROCESSO Nº: 15715/2006

AÇÃO: SUBSTITUIÇÃO DE CURADOR

REQUERENTE: ANANIAS RODRIGUES DE SOUSA

REQUERIDO(A): NATANAEL SILVA DE SOUZA

ADVOGADO: FRANK LÚCIO DANTAS NORONHA

O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 28/29 dos autos da Ação de Substituição de Curador (Processo n.º 15715/2006) em que é requerente ANANIAS RODRIGUES DE SOUSA e requerido NATANAEL SILVA DE SOUZA, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: "Isto posto, com fulcro nos arts. 1.109 e 1.194 do Código de Processo Civil c/

c os artigos 1.774 e 1.736, II, do Código Civil, nomeia-se Natanael Silva de Souza como novo (a) curador (a) de Maria Tereza Batista da Silva Souza. O (A) requerente, em cinco dias, deverá prestar o Compromisso de Curador em Cartório. Sem custas e honorários advocatícios, por ser o (a) requerente beneficiário da assistência judiciária. Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 09 de outubro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará". CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 29 (vinte e nove) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro, _____, Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA

PROCESSO Nº: 8047/2006

AÇÃO: INTERDIÇÃO

REQUERENTE: MARIA JOSÉ SANTOS CARVALHO

REQUERIDO(A): PEDROLINA SANTOS CARVALHO

ADVOGADO: ALDY MELLO DE ARAÚJO FILHO

O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 36/37 dos autos da Ação de Interdição (Processo n.º 8047/2006) em que é requerente MARIA JOSÉ SANTOS CARVALHO e requerido PEDROLINA SANTOS CARVALHO, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: "Isto posto, com fulcro nos arts. 1.771 e 1.772 do Código Civil c/c arts. 1.183 e 1.184 do Código de Processo Civil, decreta-se a interdição de Pedrolina Santos Carvalho, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeia-se Curador(a) o(a) requerente Maria José Santos Carvalho, dispensando-lhe de prestar caução. O(A) requerente, em cinco dias, deverá prestar Compromisso de Curador em Cartório. Sem custas e honorários advocatícios. Publique-se nos moldes do art. 1.184 do Código de Processo Civil. Registre-se. Intime-se. Expeça-se mandado para averbação no Cartório de Registro de Pessoas Naturais (CPC, art. 1.186). Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 03 de outubro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará". CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 30 (trinta) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro, _____, Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA

PROCESSO Nº: 7269/2006

AÇÃO: CURATELA

REQUERENTE: TELMA MARIA RAMOS JARDIM

REQUERIDO(A): WALSENHAWER JARDIM RIBEIRO

ADVOGADO: LÍSIA MARIA PEREIRA GOMES

O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 39/40 dos autos da Ação de Curatela (Processo n.º 7269/2006) em que é requerente TELMA MARIA RAMOS JARDIM e requerido WALSENHAWER JARDIM RIBEIRO, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: "Isto posto,

com fulcro nos arts. 1.767, 1.771 e 1.772 do Código Civil c/c arts. 1.183 e 1.184 do Código de Processo Civil e acolhendo manifestação do Ministério Público, decreta-se a interdição de Walsenhawer Jardim Ribeiro, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeia-se Curador(a) o(a) requerente Telma Maria Ramos Jardim, dispensando-lhe de prestar caução. O(A) requerente, em cinco dias, deverá prestar Compromisso de Curador em Cartório. Sem custas e honorários advocatícios, por ser o (a) requerente beneficiário da assistência judiciária. Publique-se nos moldes do art. 1.184 do Código de Processo Civil. Registre-se. Intime-se. Expeça-se mandado para averbação no Cartório de Registro de Pessoas Naturais (CPC, art. 1.186). Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 23 de outubro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará". CUM-PRA-SE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 29 (vinte e nove) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro, _____, Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA

PROCESSO Nº: 2814/2007

AÇÃO: SUBSTITUIÇÃO DE CURADOR

REQUERENTE: MARLY FERREIRA DOS SANTOS

REQUERIDO(A): ELIANE MARIA LOBÃO

ADVOGADO: CLAUBER BARROS SIMÕES

O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 57/58 dos autos da Ação de Substituição de Curador (Processo n.º 2814/2007) em que é requerente MARLY FERREIRA DOS SANTOS e requerida ELIANE MARIA LOBÃO, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: "Isto posto, com fulcro nos arts. 1.109 e 1.194 do Código de Processo Civil, nomeia-se Marly Ferreira dos Santos como novo (a) curador (a) de Mauro Ferreira dos Santos. O (A) requerente, em cinco dias, deverá prestar o Compromisso de Curador em Cartório. Sem custas e honorários advocatícios, por ser o (a) requerente beneficiário da assistência judiciária. Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 04 de outubro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará". CUM-PRA-SE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 30 (trinta) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro, _____, Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA

PROCESSO Nº: 4057/2007

AÇÃO: INTERDIÇÃO

REQUERENTE: MARIA DE NAZARÉ MOREIRA SANTOS

REQUERIDO(A): PATRÍCIA MOREIRA SANTOS

ADVOGADO: KAMILA BARBOSA E SILVA

O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 39/40 dos autos

da Ação de Interdição (Processo n.º 4057/2007) em que é requerente MARIA DE NAZARÉ MOREIRA SANTOS e requerida PATRÍCIA MOREIRA SANTOS, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: "Isto posto, com fulcro nos arts. 1.767, 1.771 e 1.772 do Código Civil c/ c arts. 1.183 e 1.184 do Código de Processo Civil e acolhendo manifestação do Ministério Público, decreta-se a interdição de Patrícia Moreira Santos, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeia-se Curador(a) o(a) requerente Maria de Nazaré Moreira Santos, dispensando-lhe de prestar caução. O(A) requerente, em cinco dias, deverá prestar Compromisso de Curador em Cartório. Sem custas e honorários advocatícios, por ser o (a) requerente beneficiário da assistência judiciária. Publique-se nos moldes do art. 1.184 do Código de Processo Civil. Registre-se. Intime-se. Expeça-se mandado para averbação no Cartório de Registro de Pessoas Naturais (CPC, art. 1.186 e art. 9º, III do Código Civil). Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 17 de outubro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará". CUM-PRA-SE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 29 (vinte e nove) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro, _____, Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA

PROCESSO Nº: 15865/2005

AÇÃO: INTERDIÇÃO

REQUERENTE: JOSÉ CARMELO ALMEIDA DE ABREU

REQUERIDO(A): CHARLES ALMEIDA ABREU

ADVOGADO: FRANCISCO DE ASSIS C. FONSECA

O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 65/66 autos da Ação de Interdição (Processo n.º 15865/2005) em que é requerente JOSÉ CARMELO ALMEIDA DE ABREU e requerido CHARLES ALMEIDA ABREU, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: "Isto posto, com fulcro nos arts. 1.767, 1.771 e 1.772 do Código Civil c/c arts. 1.183 e 1.184 do Código de Processo Civil e acolhendo manifestação do Ministério Público, decreta-se a interdição de Charles Almeida Abreu, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeia-se Curador(a) o(a) requerente José Carmelo Almeida de Abreu, dispensando-lhe de prestar caução. O(A) requerente, em cinco dias, deverá prestar Compromisso de Curador em Cartório. Sem custas e honorários advocatícios, por serem as partes beneficiárias da justiça gratuita. Publique-se nos moldes do art. 1.184 do Código de Processo Civil. Registre-se. Intime-se. Expeça-se mandado para averbação no Cartório de Registro de Pessoas Naturais (CPC, art. 1.186). Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 30 de outubro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará". CUM-PRA-SE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 31 (trinta e um) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro, _____, Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA

PROCESSO Nº: 17877/2005

AÇÃO: INTERDIÇÃO

REQUERENTE: MARIA DO CARMO DOS SANTOS COSTA

REQUERIDO(A): SÉRGIO AUGUSTO BEZERRA SANTOS
ADVOGADO: ALICE MICHELINE MATOS
O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 41/42 autos da Ação de Interdição (Processo n.º 17877/2005) em que é requerente MARIA DO CARMO DOS SANTOS COSTA e requerido SÉRGIO AUGUSTO BEZERRA SANTOS, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: “Isto posto, com fulcro nos arts. 1.767, 1.771 e 1.772 do Código Civil c/c arts. 1.183 e 1.184 do Código de Processo Civil e acolhendo manifestação do Ministério Público, decreta-se a interdição de Sérgio Augusto Bezerra Santos, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeia-se Curador(a) o(a) requerente Maria do Carmo dos Santos Costa, dispensando-lhe de prestar caução. O(A) requerente, em cinco dias, deverá prestar Compromisso de Curador em Cartório. Custas e honorários advocatícios pela parte requerente. Publique-se nos moldes do art. 1.184 do Código de Processo Civil. Registre-se. Intime-se. Expeça-se mandado para averbação no Cartório de Registro de Pessoas Naturais (CPC, art. 1.186). Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 30 de outubro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará”. CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 31 (trinta e um) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro, , Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA

PROCESSO N.º: 4718/2006

AÇÃO: INTERDIÇÃO

REQUERENTE: ALEXSANDRO MOTA DA CRUZ

REQUERIDO(A): MARIA ELVINA CARVALHO MOTA

ADVOGADO: DÁRIO GURGEL DE CASTRO

O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 46/47 dos autos da Ação de Interdição (Processo n.º 4718/2006) em que é requerente ALEXSANDRO MOTA DA CRUZ e requerido MARIA ELVINA CARVALHO MOTA, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: “Isto posto, com fulcro nos arts. 1.767, 1.771 e 1.772 do Código Civil c/c arts. 1.183 e 1.184 do Código de Processo Civil e acolhendo manifestação do Ministério Público, decreta-se a interdição de Maria Elvina Carvalho Mota, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeia-se Curador(a) o(a) requerente Alexsandro Mota da Cruz, dispensando-lhe de prestar caução. O(A) requerente, em cinco dias, deverá prestar Compromisso de Curador em Cartório. Sem custas e honorários advocatícios, por ser o (a) requerente beneficiário da assistência judiciária. Publique-se nos moldes do art. 1.184 do Código de Processo Civil. Registre-se. Intime-se. Expeça-se mandado para averbação no Cartório de Registro de Pessoas Naturais (CPC, art. 1.186). Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 22 de outubro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará”. CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 29 (vinte e nove) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro, , Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA

PROCESSO N.º: 17281/2006

AÇÃO: CURATELA

REQUERENTE: HELENICE COSTA DUARTE

REQUERIDO(A): ROSA LINA SOARES COSTA

ADVOGADO: JOSÉ BENEDITO AZEVEDO AMORIM

O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 34/35 dos autos da Ação de Curatela (Processo n.º 17281/2006) em que é requerente HELENICE COSTA DUARTE e requerida ROSA LINA SOARES COSTA, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: “Isto posto, com fulcro nos arts. 1.767, 1.771 e 1.772 do Código Civil c/c arts. 1.183 e 1.184 do Código de Processo Civil e acolhendo manifestação do Ministério Público, decreta-se a interdição de Rosa Lina Soares Costa, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeia-se Curador(a) o(a) requerente Helenice Costa Duarte, dispensando-lhe de prestar caução. O(A) requerente, em cinco dias, deverá prestar Compromisso de Curador em Cartório. Sem custas e honorários por serem as partes beneficiárias da justiça gratuita. Publique-se nos moldes do art. 1.184 do Código de Processo Civil. Registre-se. Intime-se. Expeça-se mandado para averbação no Cartório de Registro de Pessoas Naturais (CPC, art. 1.186). Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 23 de outubro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará”. CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 31 (trinta e um) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro, , Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA

PROCESSO N.º: 7210/2005

AÇÃO: CURATELA

REQUERENTE: BERTHA MARIA MARQUES DE ASSIS

REQUERIDO(A): OTÍLIA COSTA DE SOUSA

ADVOGADO: JOERTHA SÂNZYA MARQUES DE ASSIS

O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 45/46 dos autos da Ação de Curatela (Processo n.º 7210/2005) em que é requerente BERTHA MARIA MARQUES DE ASSIS e requerida OTÍLIA COSTA DE SOUSA, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: “Isto posto, com fulcro nos arts. 1.767, 1.771 e 1.772 do Código Civil c/c arts. 1.183 e 1.184 do Código de Processo Civil e acolhendo manifestação do Ministério Público, decreta-se a interdição de Otília Costa de Sousa, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeia-se Curador(a) o(a) requerente Bertha Maria Marques de Assis, dispensando-lhe de prestar caução. O(A) requerente, em cinco dias, deverá prestar Compromisso de Curador em Cartório. Sem custas e honorários por serem as partes beneficiárias da justiça gratuita. Publique-se nos moldes do art. 1.184 do Código de Processo Civil. Registre-se. Intime-se. Expeça-se mandado para averbação no Cartório de Registro de Pessoas Naturais (CPC, art. 1.186). Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 24 de outubro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará”. CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do



Maranhão, aos 31 (trinta e um) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro, _____, Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA

PROCESSO Nº: 7757/2006

AÇÃO: INTERDIÇÃO

REQUERENTE: LOURVÍDIA SERRÃO ARAÚJO CALDAS

REQUERIDO(A): MANOEL GOMES DE ARAÚJO JÚNIOR

ADVOGADO: ALICE MICHELINE MATOS

O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 42/43 autos da Ação de Interdição (Processo n.º 7757/2006) em que é requerente LOURVÍDIA SERRÃO ARAÚJO CALDAS e requerido MANOEL GOMES DE ARAÚJO JÚNIOR, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: “Isto posto, com fulcro nos arts. 1.767, 1.771 e 1.772 do Código Civil c/c arts. 1.183 e 1.184 do Código de Processo Civil e acolhendo manifestação do Ministério Público, decreta-se a interdição de Manoel Gomes de Araújo Júnior, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeia-se Curador(a) o(a) requerente Lourvídia Serrão Araújo, dispensando-lhe de prestar caução. O(A) requerente, em cinco dias, deverá prestar Compromisso de Curador em Cartório. Custas e honorários advocatícios pela parte requerente. Publique-se nos moldes do art. 1.184 do Código de Processo Civil. Registre-se. Intime-se. Expeça-se mandado para averbação no Cartório de Registro de Pessoas Naturais (CPC, art. 1.186). Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 09 de outubro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará”. CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 31 (trinta e um) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro, _____, Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA

PROCESSO Nº: 10193/2004

AÇÃO: INTERDIÇÃO

REQUERENTE: MARIA NATIVIDADE NUNES RODRIGUES

REQUERIDO(A): JÚLIO CÉSAR RODRIGUES LEITE

ADVOGADO: CLÁUDIO CALDAS SANTOS

O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 85/86 dos autos da Ação de Interdição (Processo n.º 10193/2004) em que é requerente MARIA NATIVIDADE NUNES RODRIGUES e requerido JÚLIO CÉSAR RODRIGUES LEITE, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: “Isto posto, com fulcro nos arts. 1.767, 1.771 e 1.772 do Código Civil c/ arts. 1.183 e 1.184 do Código de Processo Civil e acolhendo manifestação do Ministério Público, decreta-se a interdição de Júlio César Rodrigues Leite, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeia-se Curador(a) o(a) requerente Cianna Nunes Rodrigues, dispensando-lhe de prestar caução. O(A) requerente, em cinco dias, deverá prestar Compromisso de Curador em Cartório. Sem custas e honorários advocatícios, por ser o (a) requerente beneficiário da assistên-

cia judiciária. Publique-se nos moldes do art. 1.184 do Código de Processo Civil. Registre-se. Intime-se. Expeça-se mandado para averbação no Cartório de Registro de Pessoas Naturais (CPC, art. 1.186). Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 10 de outubro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará”. CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 30 (trinta) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro, _____, Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA

PROCESSO Nº: 12117/2007

AÇÃO: INTERDIÇÃO

REQUERENTE: FRANCISCA PAIVA LIMA

REQUERIDO(A): ALEXANDRE LIMA BARROS

ADVOGADO: RICARDO LUÍS DE ALMEIDA TEIXEIRA

O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 29/30 autos da Ação de Interdição (Processo n.º 12117/2007) em que é requerente FRANCISCA PAIVA LIMA e requerido ALEXANDRE LIMA BARROS, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: “Isto posto, com fulcro nos arts. 1.767, 1.771 e 1.772 do Código Civil c/c arts. 1.183 e 1.184 do Código de Processo Civil e acolhendo manifestação do Ministério Público, decreta-se a interdição de Alexandre Lima Barros, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeia-se Curador(a) o(a) requerente Francisca Paiva Lima, dispensando-lhe de prestar caução. O(A) requerente, em cinco dias, deverá prestar Compromisso de Curador em Cartório. Sem custas e honorários advocatícios, por serem as partes beneficiárias da justiça gratuita. Publique-se nos moldes do art. 1.184 do Código de Processo Civil. Registre-se. Intime-se. Expeça-se mandado para averbação no Cartório de Registro de Pessoas Naturais (CPC, art. 1.186). Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 23 de outubro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará”. CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 31 (trinta e um) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro, _____, Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA

PROCESSO Nº: 21950/2005

AÇÃO: INTERDIÇÃO

REQUERENTE: LAURA MAIA ARRUDA

REQUERIDO(A): RÔMULO MAIA ARRUDA

ADVOGADO: WALTER FERNANDES FRANÇA

O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 40/41 autos da Ação de Interdição (Processo n.º 21950/2005) em que é requerente LAURA MAIA ARRUDA e requerido RÔMULO MAIA ARRUDA, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: “Isto posto, com fulcro nos arts.

1.767, 1.771 e 1.772 do Código Civil c/c arts. 1.183 e 1.184 do Código de Processo Civil e acolhendo manifestação do Ministério Público, decreta-se a interdição de Rômulo Maia Arruda, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeia-se Curador(a) o(a) requerente Laura Maia Arruda, dispensando-lhe de prestar caução. O(A) requerente, em cinco dias, deverá prestar Compromisso de Curador em Cartório. Custas e honorários advocatícios pela parte requerente. Publique-se nos moldes do art. 1.184 do Código de Processo Civil. Registre-se. Intime-se. Expeça-se mandado para averbação no Cartório de Registro de Pessoas Naturais (CPC, art. 1.186). Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 30 de outubro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará". CUMPRASE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 31 (trinta e um) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro, Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA

PROCESSO Nº: 4776/2007

AÇÃO: INTERDIÇÃO

REQUERENTE: GRAÇA DE FÁTIMA HELAL DA SILVA

REQUERIDO(A): JOÃO GONSIOROSKI DA SILVA

ADVOGADO: ÊNIO LEITE ALVES DA SILVA

O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 41/42 autos da Ação de Interdição (Processo n.º 4776/2007) em que é requerente GRAÇA DE FÁTIMA HELAL DA SILVA e requerido JOÃO GONSIOROSKI DA SILVA, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: "Isto posto, com fulcro nos arts. 1.767, 1.771 e 1.772 do Código Civil c/c arts. 1.183 e 1.184 do Código de Processo Civil e acolhendo manifestação do Ministério Público, decreta-se a interdição de João Gonsioroski da Silva, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeia-se Curador(a) o(a) requerente Graça de Fátima Helal da Silva, dispensando-lhe de prestar caução. O(A) requerente, em cinco dias, deverá prestar Compromisso de Curador em Cartório. Sem custas e honorários advocatícios, por serem as partes beneficiárias da justiça gratuita. Publique-se nos moldes do art. 1.184 do Código de Processo Civil. Registre-se. Intime-se. Expeça-se mandado para averbação no Cartório de Registro de Pessoas Naturais (CPC, art. 1.186). Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 23 de outubro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará". CUMPRASE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 31 (trinta e um) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro, _____, Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA

PROCESSO Nº: 21843/2005

AÇÃO: INTERDIÇÃO

REQUERENTE: RAIMUNDO ABREU FERNANDES

REQUERIDO(A): ANTÔNIO DE RIBAMAR FERNANDES

ADVOGADO: NADIA FERNANDES ALMEIDA

O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 49/50 autos da Ação de Interdição (Processo n.º 21843/2005) em que é requerente RAIMUNDO ABREU FERNANDES e requerido ANTÔNIO DE RIBAMAR FERNANDES, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: "Isto posto, com fulcro nos arts. 1.771 e 1.772 do Código Civil c/c arts. 1.183 e 1.184 do Código de Processo Civil, decreta-se a interdição de Antônio de Ribamar Fernandes, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeia-se Curador(a) o(a) requerente Raimundo Abreu Fernandes, dispensando-lhe de prestar caução. O(A) requerente, em cinco dias, deverá prestar Compromisso de Curador em Cartório. Custas e honorários advocatícios pela parte requerente. Publique-se nos moldes do art. 1.184 do Código de Processo Civil. Registre-se. Intime-se. Expeça-se mandado para averbação no Cartório de Registro de Pessoas Naturais (CPC, art. 1.186). Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 30 de outubro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará". CUMPRASE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 31 (trinta e um) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro, , Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA

PROCESSO Nº: 10914/2005

AÇÃO: INTERDIÇÃO

REQUERENTE: SEVERINA SOUZA DA SILVA

REQUERIDO(A): LEONARDO SILVA SARAIVA

ADVOGADO: ROSÂNGELA DE FÁTIMA DE ARAÚJO GOULART
O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 58/59 dos autos da Ação de Interdição (Processo n.º 10914/2005) em que é requerente SEVERINA SOUZA DA SILVA e requerido LEONARDO SILVA SARAIVA, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: "Isto posto, com fulcro nos arts. 1.767, 1.771 e 1.772 do Código Civil c/c arts. 1.183 e 1.184 do Código de Processo Civil e acolhendo manifestação do Ministério Público, decreta-se a interdição de Leonardo Silva Saraiva, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeia-se Curador(a) o(a) requerente Aureluce Saraiva Baeta, dispensando-lhe de prestar caução. O(A) requerente, em cinco dias, deverá prestar Compromisso de Curador em Cartório. Sem custas e honorários advocatícios, por ser o (a) requerente beneficiário da assistência judiciária. Publique-se nos moldes do art. 1.184 do Código de Processo Civil. Registre-se. Intime-se. Expeça-se mandado para averbação no Cartório de Registro de Pessoas Naturais (CPC, art. 1.186). Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 03 de outubro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará". CUMPRASE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 29 (vinte e nove) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro, , Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA

PROCESSO Nº: 11800/2005

AÇÃO: CURATELA

REQUERENTE: TEREZINHA DE JESUS MONTEIRO BAIMA

REQUERIDO(A): DAVID MARCOS BAIMA BRITO
ADVOGADO: MARCELO RAMOS DE OLIVEIRA
O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 38/39 dos autos da Ação de Curatela (Processo n.º 11800/2005) em que é requerente TEREZINHA DE JESUS MONTEIRO BAIMA e requerido DAVID MARCOS BAIMA BRITO, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: “Isto posto, com fulcro nos arts. 1.767, 1.771 e 1.772 do Código Civil c/c arts. 1.183 e 1.184 do Código de Processo Civil e acolhendo manifestação do Ministério Público, decreta-se a interdição de David Marcos Baima Brito, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeia-se Curador(a) o(a) requerente Terezinha de Jesus Monteiro Baima, dispensando-lhe de prestar caução. O(A) requerente, em cinco dias, deverá prestar Compromisso de Curador em Cartório. Sem custas e honorários advocatícios, por ser o (a) requerente beneficiário da assistência judiciária. Publique-se nos moldes do art. 1.184 do Código de Processo Civil. Registre-se. Intime-se. Expeça-se mandado para averbação no Cartório de Registro de Pessoas Naturais (CPC, art. 1.186). Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 09 de agosto de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará”. CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 29 (vinte e nove) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro,, Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA

PROCESSO N.º: 33227/2006

AÇÃO: INTERDIÇÃO

REQUERENTE: JOSÉ MACHADO DE PINHO

REQUERIDO(A): DULCÍDIA MARIA DOS SANTOS

ADVOGADO: JULIANA DUALIBE DE ABREU FONSECA

O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 35/36 dos autos da Ação de Interdição (Processo n.º 33227/2006) em que é requerente JOSÉ MACHADO DE PINHO e requerida DULCÍDIA MARIA DOS SANTOS, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: “Isto posto, com fulcro nos arts. 1.767, 1.771 e 1.772 do Código Civil c/c arts. 1.183 e 1.184 do Código de Processo Civil e acolhendo manifestação do Ministério Público, decreta-se a interdição de Dulcília Maria dos Santos, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeia-se Curador(a) o(a) requerente José Machado de Pinho, dispensando-lhe de prestar caução. O(A) requerente, em cinco dias, deverá prestar Compromisso de Curador em Cartório. Sem custas e honorários advocatícios, por ser o (a) requerente beneficiário da assistência judiciária. Publique-se nos moldes do art. 1.184 do Código de Processo Civil. Registre-se. Intime-se. Expeça-se mandado para averbação no Cartório de Registro de Pessoas Naturais (CPC, art. 1.186). Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 22 de outubro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará”. CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos

29 (vinte e nove) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro, __, Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA

PROCESSO N.º: 8630/2006

AÇÃO: CURATELA

REQUERENTE: ANTÔNIA LEITÃO PEREIRA

REQUERIDO(A): FELÍCIA COSTA

ADVOGADO: LÍLIA MARIA PEREIRA GOMES

O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 34/35 dos autos da Ação de Curatela (Processo n.º 8630/2006) em que é requerente ANTÔNIA LEITÃO PEREIRA e requerida FELÍCIA COSTA, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: “Isto posto, com fulcro nos arts. 1.767, 1.771 e 1.772 do Código Civil c/c arts. 1.183 e 1.184 do Código de Processo Civil e acolhendo manifestação do Ministério Público, decreta-se a interdição de Felícia Costa, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeia-se Curador(a) o(a) requerente Antônia Leitão Pereira, dispensando-lhe de prestar caução. O(A) requerente, em cinco dias, deverá prestar Compromisso de Curador em Cartório. Sem custas e honorários por serem as partes beneficiárias da justiça gratuita. Publique-se nos moldes do art. 1.184 do Código de Processo Civil. Registre-se. Intime-se. Expeça-se mandado para averbação no Cartório de Registro de Pessoas Naturais (CPC, art. 1.186). Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 22 de outubro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará”. CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 31 (trinta e um) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro, _____, Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA

PROCESSO N.º: 5615/2004

AÇÃO: CURATELA

REQUERENTE: IONE ALVES VIEIRA

REQUERIDO(A): MATEUS ALVES VIEIRA

ADVOGADO: LUIS FERNANDO CABRAL BARRETO

O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 42/43 dos autos da Ação de Curatela (Processo n.º 5615/2004) em que é requerente IONE ALVES VIEIRA e requerido MATEUS ALVES VIEIRA, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: “Isto posto, com fulcro nos arts. 1.767, 1.771 e 1.772 do Código Civil c/c arts. 1.183 e 1.184 do Código de Processo Civil e acolhendo manifestação do Ministério Público, decreta-se a interdição de Mateus Alves Vieira, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeia-se Curador(a) o(a) requerente Ione Alves Vieira, dispensando-lhe de prestar caução. O(A) requerente, em cinco dias, deverá prestar Compromisso de Curador em Cartório. Sem custas e honorários advocatícios, por ser o (a) requerente beneficiário da assistência judiciária. Publique-se nos moldes do art. 1.184

do Código de Processo Civil. Registre-se. Intime-se. Expeça-se mandado para averbação no Cartório de Registro de Pessoas Naturais (CPC, art. 1.186). Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 26 de setembro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará". CUMPRASE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 29 (vinte e nove) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro, _____, Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA

PROCESSO Nº: 7147/2004

AÇÃO: CURATELA

REQUERENTE: MARIA DE FÁTIMA SOEIRO

REQUERIDO(A): JOSÉ RIBAMAR SOEIRO

ADVOGADO: RICARDO LUIS DE ALMEIDA TEIXEIRA

O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 40/41 dos autos da Ação de Curatela (Processo n.º 7147/2004) em que é requerente MARIA DE FÁTIMA SOEIRO e requerido JOSÉ RIBAMAR SOEIRO, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: "Isto posto, com fulcro nos arts. 1.767, 1.771 e 1.772 do Código Civil c/c arts. 1.183 e 1.184 do Código de Processo Civil e acolhendo manifestação do Ministério Público, decreta-se a interdição de José Ribamar Soeiro, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeia-se Curador(a) o(a) requerente Maria de Fátima Soeiro, dispensando-lhe de prestar caução. O(A) requerente, em cinco dias, deverá prestar Compromisso de Curador em Cartório. Custas e honorários advocatícios pela parte requerente. Publique-se nos moldes do art. 1.184 do Código de Processo Civil. Registre-se. Intime-se. Expeça-se mandado para averbação no Cartório de Registro de Pessoas Naturais (CPC, art. 1.186). Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 25 de outubro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará". CUMPRASE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 30 (trinta) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro, _____, Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA

PROCESSO Nº: 6891/2005

AÇÃO: SUBSTITUIÇÃO DE CURADOR

REQUERENTE: MARIA DO ESPÍRITO SANTO D'EÇA DE SOUSA

REQUERIDO(A): MIGUEL ARCÂNGELO DA SILVA

ADVOGADO: ANA LILIA BARBOSA REIS

O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 40/41 dos autos da Ação de Substituição de Curador (Processo n.º 6891/2005) em que é requerente MARIA DO ESPÍRITO SANTO D'EÇA DE SOUSA e requerido MIGUEL ARCÂNGELO DA SILVA, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: "Isto posto, com fulcro nos arts. 1.109 e 1.194 do Código

de Processo Civil, nomeia-se Maria do Espírito Santo D'Eça de Sousa como novo (a) curador (a) de Miguel Arcângelo da Silva. O (A) requerente, em cinco dias, deverá prestar o Compromisso de Curador em Cartório. Sem custas e honorários advocatícios, por ser o (a) requerente beneficiário da assistência judiciária. Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 04 de outubro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará". CUMPRASE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 29 (vinte e nove) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro, _____, Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA

PROCESSO Nº: 17521/2005

AÇÃO: SUBSTITUIÇÃO DE CURADOR

REQUERENTE: MARIA EDINEUZA ALVES

REQUERIDO(A): JOSÉ BENILSON ALVES

ADVOGADO: PATRÍCIA FRANCO REIS

O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 57/58 dos autos da Ação de Substituição de Curador (Processo n.º 17521/2005) em que é requerente MARIA EDINEUZA ALVES e requerido JOSÉ BENILSON ALVES, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: "Isto posto, com fulcro nos arts. 1.109 e 1.194 do Código de Processo Civil c/c os artigos 1.774 e 1.736, IV, do Código Civil, nomeia-se José Benilson Alves como novo (a) curador (a) de Raimundo Alexandre Alves. O (A) requerente, em cinco dias, deverá prestar o Compromisso de Curador em Cartório. Sem custas e honorários advocatícios, por ser o (a) requerente beneficiário da assistência judiciária. Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 09 de outubro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará". CUMPRASE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 29 (vinte e nove) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro, _____, Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA

PROCESSO Nº: 10294/2007

AÇÃO: INTERDIÇÃO

REQUERENTE: JOSILENE SÁ SILVA

REQUERIDO(A): ANELI SÁ SILVA

ADVOGADO: FRANCISCO GOMES DE MORAIS

O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 34/35 dos autos da Ação de Interdição (Processo n.º 10294/2007) em que é requerente JOSILENE SÁ SILVA e requerida ANELI SÁ SILVA, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: "Isto posto, com fulcro nos arts. 1.109 e 1.194 do Código de Processo Civil, nomeia-se Josinete Sá Silva como novo (a) curador (a) de Aneli Sá Silva. O (A) requerente, em cinco dias, deverá prestar o Compromisso de Curador em Cartório. Sem custas e honorários advocatícios, por ser o (a) requerente beneficiário da assistên-



cia judiciária. Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 04 de outubro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará". CUMPRASE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 30 (trinta) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro, _____, Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA

PROCESSO Nº: 5333/2005

AÇÃO: CURATELA

REQUERENTE: MARIA DE JESUS EVERTON

REQUERIDO(A): LAFEAETE NASCIMENTO EVERTON

ADVOGADO: JOSÉ COSTA FERREIRA

O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 52/53 dos autos da Ação de Curatela (Processo n.º 5333/2005) em que é requerente MARIA DE JESUS EVERTON e requerido LAFEAETE NASCIMENTO EVERTON, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: "Isto posto, com fulcro nos arts. 1.767, 1.771 e 1.772 do Código Civil c/c arts. 1.183 e 1.184 do Código de Processo Civil e acolhendo manifestação do Ministério Público, decreta-se a interdição de Lafaete Nascimento Everton, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeia-se Curador(a) o(a) requerente Lasaro Nascimento Everton, dispensando-lhe de prestar caução. O(A) requerente, em cinco dias, deverá prestar Compromisso de Curador em Cartório. Sem custas e honorários advocatícios, por ser o (a) requerente beneficiário da assistência judiciária. Publique-se nos moldes do art. 1.184 do Código de Processo Civil. Registre-se. Intime-se. Expeça-se mandado para averbação no Cartório de Registro de Pessoas Naturais (CPC, art. 1.186). Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 10 de setembro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará". CUMPRASE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 30 (trinta) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro, _____, Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA

PROCESSO Nº: 15241/2006

AÇÃO: CURATELA

REQUERENTE: PAULA SANTOS RAMOS

REQUERIDO(A): MARIA DAS NEVES SANTOS RAMOS

ADVOGADO: DÁRIO GURGEL DE CASTRO

O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 37/38 dos autos da Ação de Curatela (Processo n.º 15241/2006) em que é requerente PAULA SANTOS RAMOS e requerida MARIA DAS NEVES SANTOS RAMOS, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: "Isto posto, com fulcro nos arts. 1.767, 1.771 e 1.772 do Código Civil c/c arts. 1.183 e 1.184 do Código de Processo Civil e acolhendo manifestação do Minis-

tério Público, decreta-se a interdição de Maria das Neves Santos Ramos, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeia-se Curador(a) o(a) requerente Paula Santos Ramos, dispensando-lhe de prestar caução. O(A) requerente, em cinco dias, deverá prestar Compromisso de Curador em Cartório. Sem custas e honorários advocatícios, por ser o (a) requerente beneficiário da assistência judiciária. Publique-se nos moldes do art. 1.184 do Código de Processo Civil. Registre-se. Intime-se. Expeça-se mandado para averbação no Cartório de Registro de Pessoas Naturais (CPC, art. 1.186). Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 23 de outubro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará". CUMPRASE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 29 (vinte e nove) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro, _____, Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA

PROCESSO Nº: 22714/2006

AÇÃO: CURATELA

REQUERENTE: CONCILENE DA SILVA E SILVA

REQUERIDO(A): ALEX DA SILVA E SILVA

ADVOGADO: JÚLIO CÉSAR MARQUES

O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 30/31 dos autos da Ação de Curatela (Processo n.º 22714/2006) em que é requerente CONCILENE DA SILVA E SILVA e requerido ALEX DA SILVA E SILVA, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: "Isto posto, com fulcro nos arts. 1.767, 1.771 e 1.772 do Código Civil c/c arts. 1.183 e 1.184 do Código de Processo Civil e acolhendo manifestação do Ministério Público, decreta-se a interdição de Alex da Silva e Silva, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeia-se Curador(a) o(a) requerente Concilene da Silva e Silva, dispensando-lhe de prestar caução. O(A) requerente, em cinco dias, deverá prestar Compromisso de Curador em Cartório. Sem custas e honorários advocatícios, por ser o (a) requerente beneficiário da assistência judiciária. Publique-se nos moldes do art. 1.184 do Código de Processo Civil. Registre-se. Intime-se. Expeça-se mandado para averbação no Cartório de Registro de Pessoas Naturais (CPC, art. 1.186). Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 26 de outubro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará". CUMPRASE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 29 (vinte e nove) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro, _____, Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA

PROCESSO Nº: 15657/2007

AÇÃO: INTERDIÇÃO

REQUERENTE: NEUSA DA SILVA MENDES

REQUERIDO(A): DIEGO ANTONIO DA SILVA MENDES

ADVOGADO: THALES DA COSTA LOPES

O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 29/30 dos autos da Ação de Interdição (Processo n.º 15657/2007) em que é requerente NEUSA DA SILVA MENDES e requerido DIEGO ANTONIO DA SILVA MENDES, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: “Isto posto, com fulcro nos arts. 1.767, 1.771 e 1.772 do Código Civil c/c arts. 1.183 e 1.184 do Código de Processo Civil e acolhendo manifestação do Ministério Público, decreta-se a interdição de Diego Antonio da Silva Mendes, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeia-se Curador(a) o(a) requerente Neusa da Silva Mendes, dispensando-lhe de prestar caução. O(A) requerente, em cinco dias, deverá prestar Compromisso de Curador em Cartório. Sem custas e honorários advocatícios, por ser o (a) requerente beneficiário da assistência judiciária. Publique-se nos moldes do art. 1.184 do Código de Processo Civil. Registre-se. Intime-se. Expeça-se mandado para averbação no Cartório de Registro de Pessoas Naturais (CPC, art. 1.186). Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 22 de outubro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará”. CUMpra-SE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 29 (vinte e nove) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro, , Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA

PROCESSO N.º: 3990/2006

AÇÃO: INTERDIÇÃO

REQUERENTE: DARCY SANTOS CARDOSO

REQUERIDO(A): DARCILENE SANTOS CARDOSO

ADVOGADO: ALDY MELLO DE ARAÚJO FILHO

O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 57/58 dos autos da Ação de Interdição (Processo n.º 3990/2006) em que é requerente DARCY SANTOS CARDOSO e requerido DARCILENE SANTOS CARDOSO, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: “Isto posto, com fulcro nos arts. 1.767, 1.771 e 1.772 do Código Civil c/c arts. 1.183 e 1.184 do Código de Processo Civil e acolhendo manifestação do Ministério Público, decreta-se a interdição de Darcilene Santos Cardoso, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeia-se Curador(a) o(a) requerente Darcy Santos Cardoso, dispensando-lhe de prestar caução. O(A) requerente, em cinco dias, deverá prestar Compromisso de Curador em Cartório. Sem custas e honorários advocatícios, por ser o (a) requerente beneficiário da assistência judiciária. Publique-se nos moldes do art. 1.184 do Código de Processo Civil. Registre-se. Intime-se. Expeça-se mandado para averbação no Cartório de Registro de Pessoas Naturais (CPC, art. 1.186 e art. 9º, III do Código Civil). Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 17 de outubro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará”. CUMpra-SE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 29 (vinte e nove) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro, , Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA

PROCESSO N.º: 4413/2006

AÇÃO: INTERDIÇÃO

REQUERENTE: NILSON SANTOS

REQUERIDO(A): MARIA DE FÁTIMA SILVA SANTOS

ADVOGADO: ÁDIA KRISTIANNE ATAETE VILAR ATAÍDE

O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 35/36 dos autos da Ação de Interdição (Processo n.º 4413/2006) em que é requerente NILSON SANTOS e requerida MARIA DE FÁTIMA SILVA SANTOS, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: “Isto posto, com fulcro nos arts. 1.767, 1.771 e 1.772 do Código Civil c/c arts. 1.183 e 1.184 do Código de Processo Civil e acolhendo manifestação do Ministério Público, decreta-se a interdição de Maria de Fátima Silva Santos, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeia-se Curador(a) o(a) requerente Nilson Santos, dispensando-lhe de prestar caução. O(A) requerente, em cinco dias, deverá prestar Compromisso de Curador em Cartório. Sem custas e honorários advocatícios, por ser o (a) requerente beneficiário da assistência judiciária. Publique-se nos moldes do art. 1.184 do Código de Processo Civil. Registre-se. Intime-se. Expeça-se mandado para averbação no Cartório de Registro de Pessoas Naturais (CPC, art. 1.186). Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 22 de outubro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará”. CUMpra-SE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 29 (vinte e nove) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro, , Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA

PROCESSO N.º: 22223/2006

AÇÃO: INTERDIÇÃO

REQUERENTE: ANTÔNIA RODRIGUES DA COSTA

REQUERIDO(A): SIMENY RODRIGUES DA COSTA

ADVOGADO: ALDY MELLO DE ARAÚJO FILHO

O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 33/34 dos autos da Ação de Interdição (Processo n.º 22223/2006) em que é requerente ANTÔNIA RODRIGUES DA COSTA e requerida SIMENY RODRIGUES DA COSTA, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: “Isto posto, com fulcro nos arts. 1.771 e 1.772 do Código Civil c/c arts. 1.183 e 1.184 do Código de Processo Civil e acolhendo manifestação do Ministério Público, decreta-se a interdição de Simeny Rodrigues da Costa, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeia-se Curador(a) o(a) requerente Antônia Rodrigues da Costa, dispensando-lhe de prestar caução. O(A) requerente, em cinco dias, deverá prestar Compromisso de Curador em Cartório. Sem custas e honorários advocatícios, por ser o (a) requerente beneficiário da assistência judiciária. Publique-se nos moldes do art. 1.184 do Código de Processo Civil. Registre-se. Intime-se. Expeça-se mandado para averbação no Cartório de Registro de Pessoas Naturais (CPC, art. 1.186). Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 03 de outubro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará”. CUMpra-SE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade

de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 29 (vinte e nove) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro, _____, Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA

PROCESSO Nº: 5333/2006

AÇÃO: INTERDIÇÃO

REQUERENTE: PURIFICAÇÃO CASTELO BRANCO

REQUERIDO(A): DJALMA CASTELO BRANCO

ADVOGADO: JEMILY MIRANDA ARAGÃO

O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 46/47 dos autos da Ação de Interdição (Processo n.º 5333/2006) em que é requerente PURIFICAÇÃO CASTELO BRANCO e requerido DJALMA CASTELO BRANCO, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: "Isto posto, com fulcro nos arts. 1.767, 1.771 e 1.772 do Código Civil c/c arts. 1.183 e 1.184 do Código de Processo Civil e acolhendo manifestação do Ministério Público, decreta-se a interdição de Djalma Castelo Branco, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeia-se Curador(a) o(a) requerente Maria da Purificação Castelo Branco, dispensando-lhe de prestar caução. O(A) requerente, em cinco dias, deverá prestar Compromisso de Curador em Cartório. Sem custas e honorários advocatícios, por ser o (a) requerente beneficiário da assistência judiciária. Publique-se nos moldes do art. 1.184 do Código de Processo Civil. Registre-se. Intime-se. Expeça-se mandado para averbação no Cartório de Registro de Pessoas Naturais (CPC, art. 1.186). Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 01 de outubro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará". CUM-PRA-SE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 29 (vinte e nove) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro, _____, Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA

PROCESSO Nº: 22832/2005

AÇÃO: INTERDIÇÃO

REQUERENTE: JOSÉ RAIMUNDO NASCIMENTO

REQUERIDO(A): ROSA MARIA CABRAL AZEVEDO

ADVOGADO: KARLOS ALBERTO RIBEIRO MOTA

O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 56/54 dos autos da Ação de Interdição (Processo n.º 22832/2005) em que é requerente JOSÉ RAIMUNDO NASCIMENTO e requerida ROSA MARIA CABRAL AZEVEDO, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: "Isto posto, com fulcro nos arts. 1.767, 1.771 e 1.772 do Código Civil c/c arts. 1.183 e 1.184 do Código de Processo Civil e acolhendo manifestação do Ministério Público, decreta-se a interdição de Rosa Maria Cabral Azevedo, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeia-se Curador(a) o(a) requerente José Raimundo Nascimento, dispensando-lhe de prestar caução. O(A) requerente, em cinco dias, deverá prestar Compromisso de Curador em Cartório. Sem custas e honorários advocatícios, por ser o (a) requerente beneficiário da assistência

judiciária. Publique-se nos moldes do art. 1.184 do Código de Processo Civil. Registre-se. Intime-se. Expeça-se mandado para averbação no Cartório de Registro de Pessoas Naturais (CPC, art. 1.186). Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 10 de outubro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará". CUM-PRA-SE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 30 (trinta) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro, _____, Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA

PROCESSO Nº: 743/2007

AÇÃO: INTERDIÇÃO

REQUERENTE: TEREZNHA DE JESUS NUNES FURTADO

REQUERIDO(A): RAIMUNDA MADALENA NUNES FURTADO

ADVOGADO: KAMILA BARBOSA E SILVA

O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 38/39 dos autos da Ação de Interdição (Processo n.º 743/2007) em que é requerente TEREZNHA DE JESUS NUNES FURTADO e requerida RAIMUNDA MADALENA NUNES FURTADO, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: "Isto posto, com fulcro nos arts. 1.767, 1.771 e 1.772 do Código Civil c/c arts. 1.183 e 1.184 do Código de Processo Civil e acolhendo manifestação do Ministério Público, decreta-se a interdição de Raimunda Madalena Nunes Furtado, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeia-se Curador(a) o(a) requerente Terezinha de Jesus Nunes Furtado, dispensando-lhe de prestar caução. O(A) requerente, em cinco dias, deverá prestar Compromisso de Curador em Cartório. Sem custas e honorários advocatícios, por ser o (a) requerente beneficiário da assistência judiciária. Publique-se nos moldes do art. 1.184 do Código de Processo Civil. Registre-se. Intime-se. Expeça-se mandado para averbação no Cartório de Registro de Pessoas Naturais (CPC, art. 1.186). Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 17 de setembro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará". CUM-PRA-SE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 29 (vinte e nove) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro, _____, Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA

PROCESSO Nº: 1896/2007

AÇÃO: CURATELA

REQUERENTE: JOÃO MANOEL SILVA SOUSA

REQUERIDO(A): MARIA JOSÉ FÉLIX DA SILVA

ADVOGADO: RICARDO LUIS DE A. TEIXEIRA

O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 40/41 dos autos da Ação de Curatela (Processo n.º 1896/2007) em que é requerente JOÃO MANOEL SILVA SOUSA e requerida MARIA JOSÉ FÉLIX DA SILVA,

cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: “Isto posto, com fulcro nos arts. 1.767, 1.771 e 1.772 do Código Civil c/c arts. 1.183 e 1.184 do Código de Processo Civil e acolhendo manifestação do Ministério Público, decreta-se a interdição de Maria José Félix da Silva, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeia-se Curador(a) o(a) requerente João Manoel Silva Sousa, dispensando-lhe de prestar caução. O(A) requerente, em cinco dias, deverá prestar Compromisso de Curador em Cartório. Sem custas e honorários advocatícios, por ser o (a) requerente beneficiário da assistência judiciária. Publique-se nos moldes do art. 1.184 do Código de Processo Civil. Registre-se. Intime-se. Expeça-se mandado para averbação no Cartório de Registro de Pessoas Naturais (CPC, art. 1.186). Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 03 de outubro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará”. CUMPRASE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 30 (trinta) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro,

_____, Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.
Milton Bandeira Lima
Juiz de Direito
Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA**PROCESSO Nº: 23228/2006****AÇÃO: INTERDIÇÃO****REQUERENTE: MARIA DO CARMO SILVA FERNANDES****REQUERIDO(A): ANTÔNIO JOSÉ SANTOS DA SILVA****ADVOGADO: ALDY MELLO DE ARAÚJO FILHO****O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI**

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 42/43 dos autos da Ação de Interdição (Processo n.º 23228/2006) em que é requerente MARIA DO CARMO SILVA FERNANDES e requerido ANTÔNIO JOSÉ SANTOS DA SILVA, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: “Isto posto, com fulcro nos arts. 1.767, 1.771 e 1.772 do Código Civil c/c arts. 1.183 e 1.184 do Código de Processo Civil e acolhendo manifestação do Ministério Público, decreta-se a interdição de Antônio José Santos da Silva, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeia-se Curador(a) o(a) requerente Maria do Carmo Silva Fernandes, dispensando-lhe de prestar caução. O(A) requerente, em cinco dias, deverá prestar Compromisso de Curador em Cartório. Sem custas e honorários advocatícios, por ser o (a) requerente beneficiário da assistência judiciária. Publique-se nos moldes do art. 1.184 do Código de Processo Civil. Registre-se. Intime-se. Expeça-se mandado para averbação no Cartório de Registro de Pessoas Naturais (CPC, art. 1.186). Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 01 de outubro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará”. CUMPRASE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 30 (trinta) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro,

_____, Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.
Milton Bandeira Lima
Juiz de Direito
Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA**PROCESSO Nº: 9258/2005****AÇÃO: SUBSTITUIÇÃO DE CURADOR****REQUERENTE: MARIA DE NAZARETH MENDES COSTA****REQUERIDO(A): LUIZ VALPORTO COSTA****ADVOGADO: SONIA MARIA FERREIRA****O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DI-****REITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI**

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 30/31 dos autos da Ação de Substituição de Curador (Processo n.º 9258/2005) em que é requerente MARIA DE NAZARETH MENDES COSTA e requerido LUIZ VALPORTO COSTA, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: “Isto posto, com fulcro nos arts. 1.109 e 1.194 do Código de Processo Civil, nomeia-se Maria de Nazareth Mendes Costa como novo (a) curador (a) de Luiz Valporto Costa. O (A) requerente, em cinco dias, deverá prestar o Compromisso de Curador em Cartório. Sem custas e honorários advocatícios, por ser o (a) requerente beneficiário da assistência judiciária. Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 05 de outubro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará”. CUMPRASE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 30 (trinta) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro,

_____, Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.
Milton Bandeira Lima
Juiz de Direito
Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA**PROCESSO Nº: 22968/2005****AÇÃO: INTERDIÇÃO****REQUERENTE: EMÍDIO COSTA FILHO****REQUERIDO(A): MARINALDO GUIMARÃES COSTA****ADVOGADO: ANA LOURENA MONIZ COSTA****O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI**

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 56/57 dos autos da Ação de Interdição (Processo n.º 22968/2005) em que é requerente EMÍDIO COSTA FILHO e requerido MARINALDO GUIMARÃES COSTA, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: “Ante ao exposto, com fulcro nos arts. 1.767 e seguintes do Código Civil c/c art. 1.177 do Código de Processo Civil decreta-se a interdição de Marinaldo Guimarães Costa, declarando-o absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeio curador o requerente Emídio Costa Filho. Defira-se os benefícios da lei de Assistência Judiciária Gratuita. O requerente, em cinco, deverá prestar o compromisso de Curador em cartório. Publique-se nos moldes do art. 1.184 do Código de Processo Civil. Registre-se. Intime-se. Expeça-se mandado para averbação no Cartório de registro de Pessoas Naturais (CPC, art. 1.186). Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 28 de maio de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará”. CUMPRASE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 30 (trinta) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro,

_____, Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.
Milton Bandeira Lima
Juiz de Direito
Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA**PROCESSO Nº: 30629/2006****AÇÃO: SUBSTITUIÇÃO DE CURADOR****REQUERENTE: MARILENE LIMA MACIEL****REQUERIDO(A): IZANILSON LIMA MACIEL****ADVOGADO: MARCELO RAMOS DE OLIVEIRA****O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA**

**COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI**

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 25/26 dos autos da Ação de Substituição de Curador (Processo n.º 30629/2006) em que é requerente MARILENE LIMA MACIEL e requerido IZANILSON LIMA MACIEL, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: “Isto posto, com fulcro nos arts. 1.109 e 1.194 do Código de Processo Civil, nomeia-se Marilene Lima Maciel como novo (a) curador (a) de Izanilson Lima Maciel. O (A) requerente, em cinco dias, deverá prestar o Compromisso de Curador em Cartório. Sem custas e honorários advocatícios, por ser o (a) requerente beneficiário da assistência judiciária. Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 05 de outubro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará”. CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 30 (trinta) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro, Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA

PROCESSO N.º: 9490/2006

AÇÃO: TRANSFERÊNCIA DE CURADOR CONSENSUAL

REQUERENTE: SEVERA LIMA DE OLIVEIRA

REQUERIDO(A): MARIA AURIDEA LIMA DE OLIVEIRA

ADVOGADO: MARCELO RAMOS DE OLIVEIRA

O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 23/24 dos autos da Ação de Transferência de Curador Consensual (Processo n.º 9490/2006) em que é requerente SEVERA LIMA DE OLIVEIRA e requerida MARIA AURIDEA LIMA DE OLIVEIRA, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: “Isto posto, com fulcro nos arts. 1.109 e 1.194 do Código de Processo Civil c/c os artigos 1.774 e 1.736, II, do Código Civil, nomeia-se Antonieta Lima Oliveira como novo (a) curador (a) de Maria Auridea Lima Oliveira. O (A) requerente, em cinco dias, deverá prestar o Compromisso de Curador em Cartório. Sem custas e honorários advocatícios, por ser o (a) requerente beneficiário da assistência judiciária. Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 08 de outubro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará”. CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 30 (trinta) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro, Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA

PROCESSO N.º: 423/2006

AÇÃO: INTERDIÇÃO

REQUERENTE: JÚLIO CÉSAR MONTEIRO PIRES

REQUERIDO(A): AURILEIDE PIRES ALMEIDA

ADVOGADO: DÁRIO GURGEL DE CASTRO

O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA

COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 36/37 dos autos da Ação de Interdição (Processo n.º 423/2006) em que é requerente JÚLIO CÉSAR MONTEIRO PIRES e requerida AURILEIDE PIRES ALMEIDA, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: “Isto posto, com fulcro nos arts. 1.771 e 1.772 do Código Civil c/c arts. 1.183 e 1.184 do Código de Processo Civil, decreta-se a interdição de Aurileide Pires Almeida, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeia-se Curador(a) o(a) requerente Júlio César Monteiro Pires Fernandes Rocha, dispensando-lhe de prestar caução. O(A) requerente, em cinco dias, deverá prestar Compromisso de Curador em Cartório. Sem custas e honorários advocatícios, por ser o (a) requerente beneficiário da assistência judiciária. Publique-se nos moldes do art. 1.184 do Código de Processo Civil. Registre-se. Intime-se. Expeça-se mandado para averbação no Cartório de Registro de Pessoas Naturais (CPC, art. 1.186). Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 03 de outubro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará”. CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 30 (trinta) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro, Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

EDITAL DE SENTENÇA

PROCESSO N.º: 28329/2006

AÇÃO: INTERDIÇÃO

REQUERENTE: JUDITE BARROS DIAS

REQUERIDO(A): ANTÔNIO DE SOUSA BARROS

ADVOGADO: CRISTIANO OLIVEIRA BARBOSA

O EXMO SR. DOUTOR MILTON BANDEIRA LIMA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE INTERDIÇÃO, SUCESSÃO E ALVARÁ, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI

FAZ SABER a todos quantos o presente edital, vierem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida sentença às fls. 33/34 dos autos da Ação de Interdição (Processo n.º 28329/2006) em que é requerente JUDITE BARROS DIAS e requerido ANTÔNIO DE SOUSA BARROS, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: “Isto posto, com fulcro nos arts. 1.767, 1.771 e 1.772 do Código Civil c/c arts. 1.183 e 1.184 do Código de Processo Civil e acolhendo manifestação do Ministério Público, decreta-se a interdição de Antônio de Sousa Barros, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeia-se Curador(a) o(a) requerente Judite Barros Dias, dispensando-lhe de prestar caução. O(A) requerente, em cinco dias, deverá prestar Compromisso de Curador em Cartório. Sem custas e honorários advocatícios, por ser o (a) requerente beneficiário da assistência judiciária. Publique-se nos moldes do art. 1.184 do Código de Processo Civil. Registre-se. Intime-se. Expeça-se mandado para averbação no Cartório de Registro de Pessoas Naturais (CPC, art. 1.186). Transitado em julgado e cumpridas as formalidades de praxe, archive-se, dando-se baixa na distribuição. São Luís, 20 de setembro de 2007. Dr. Milton Bandeira Lima, Juiz de Direito da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará”. CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais. Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 30 (trinta) dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (2007). Eu, Rita Raquel Chaves Ribeiro, Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e assino.

Milton Bandeira Lima

Juiz de Direito

Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO-16ª REGIÃO**EDITAIS****VARA DO TRABALHO DE AÇAILÂNDIA-MA****EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS**

PROC. N.º 724/2005

EDITAL N.º 136/2007

Pelo presente EDITAL DE CITAÇÃO, fica CITADO(A) na forma da lei, COTEPRO-COOPERATIVA DOS TECNICOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS, com endereço ignorado e não sabido, para pagar em 48(quarenta e oito) horas, e cumprir com a obrigação de fazer (anotação da CTPS e inscrição no PIS) ou garantir a execução, sob pena de penhora, a quantia de R\$ 28.264,55 sendo R\$ 18.159,24 corresponde ao valor principal; R\$ 9.030,91 contribuições previdenciárias; R\$ 294,09 parte empregado; R\$ 8.569,31 parte empregador; R\$ 167,51 terceiros; R\$ 598,12 IRRF; R\$ 381,03 custas processuais; R\$ 95,25 custas Liq. Art 789 CLT. tudo nos termos do despacho exarado nos autos da Reclamação Trabalhista supra, proposta por ALENCARLOS LEONCIO DA SILVA, cujo inteiro teor é o seguinte: "Vis-tos etc. Homologo a nova conta elaborada. Especifica novo edital citatório, inclusive quanto à obrigação de fazer. Açailândia-MA, 09 de outubro de 2007. Higino Diomedes Galvão. Juiz Federal do Trabalho".

E para que chegue ao conhecimento do interessado é passado o presente EDITAL DE CITAÇÃO, que será afixado no lugar de costume na sede deste Fórum.

Dado e passado nesta cidade de Açailândia, Estado do Maranhão, aos 24(vinte e quatro) dias do mês de 10(outubro) do ano de dois mil e sete. Eu, José Etevaldo Barbosa Cardoso, servidor, digitei, e Eu, Stefânia Amorim Silveira, Diretora de Secretaria, subscrevi.

Higino Diomedes Galvão

JUIZ FEDERAL DO TRABALHO

VARA DO TRABALHO DE AÇAILÂNDIA-MA**EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS**

PROC. N.º. 429/2001

EDITAL N.º. 137/2007

Pelo presente EDITAL DE CITAÇÃO, fica CITADO(A) na forma da lei, JOSILENE EUGENIO COSTA, com endereço ignorado e não sabido, para pagar em 48(quarenta e oito) horas, ou garantir a execução, sob pena de penhora, a quantia de R\$ 728,52 sendo R\$ 717,46 corresponde ao valor principal; R\$ 0,00 contribuições previdenciárias; R\$ 0,00 parte empregado; R\$ 0,00 parte empregador; R\$ 0,00 terceiros; e R\$ 11,06 atos do Oficial de Justiça, por diligência certificada. tudo nos termos do despacho exarado nos autos da Reclamação Trabalhista supra, proposta por JOSILENE EUGÊNIO COSTA, cujo inteiro teor é o seguinte: "Vistos etc. Considerando o teor da certidão do Sr. Oficial de Justiça, cite-a pela via editalícia. Açailândia-MA, 18 de outubro de 2007. Higino Diomedes Galvão. Juiz Federal do Trabalho".

E para que chegue ao conhecimento do interessado é passado o presente EDITAL DE CITAÇÃO, que será afixado no lugar de costume na sede deste Fórum.

Dado e passado nesta cidade de Açailândia, Estado do Maranhão, aos 24(vinte e quatro) dias do mês de 10(outubro) do ano de dois mil e sete. Eu, José Etevaldo Barbosa Cardoso, servidor, digitei, e Eu, Stefânia Amorim Silveira, Diretora de Secretaria, subscrevi.

Higino Diomedes Galvão

JUIZ FEDERAL DO TRABALHO

VARA DO TRABALHO DE AÇAILÂNDIA-MA**EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS**

PROC. N.º. 800/2006

EDITAL N.º. 138/2007

Pelo presente EDITAL DE CITAÇÃO, fica CITADO(A) na forma da lei, ETEMA - ESCOLA TECNICA DE ENFERMAGEM DO MARANHÃO, com endereço ignorado e não sabido, para pagar em 48(quarenta e oito) horas, ou garantir a execução, sob pena de penhora, a quantia de R\$ 467,72 sendo R\$ 0,00 corresponde ao valor principal; R\$ 404,90 contri-

buições previdenciárias; R\$ 96,69 parte empregado; R\$ 308,21 parte empregador; R\$ 51,76 custas processuais; e R\$ 11,06 atos do Oficial de Justiça, por diligência certificada. tudo nos termos do despacho exarado nos autos da Reclamação Trabalhista supra, proposta por INSS E FAZENDA PÚBLICA NACIONAL, cujo inteiro teor é o seguinte: "Cls. Anteriormente a qualquer providência, determino a expedição do edital, a ser publicado no Diário de Justiça do Estado do Maranhão, para citação da ex-empregadora, para regularizar o curso deste procedimento. Açailândia-MA, 27 de setembro de 2007. Higino Diomedes Galvão. Juiz Federal do Trabalho".

E para que chegue ao conhecimento do interessado é passado o presente EDITAL DE CITAÇÃO, que será afixado no lugar de costume na sede deste Fórum.

Dado e passado nesta cidade de Açailândia, Estado do Maranhão, aos 24(vinte e quatro) dias do mês de 10(outubro) do ano de dois mil e sete. Eu, José Etevaldo Barbosa Cardoso, servidor, digitei, e Eu, Stefânia Amorim Silveira, Diretora de Secretaria, subscrevi.

Higino Diomedes Galvão

JUIZ FEDERAL DO TRABALHO

VARA DO TRABALHO DE AÇAILÂNDIA - MA**EDITAL DE PRAÇA E LEILÃO**

EDITAL N.º 139/2007

PROC. N.º 921/2005

EDITAL DE PRAÇA E LEILÃO, com prazo de 20 (vinte) dias, para a venda e arrematação dos bens penhorados na execução movida por CLODOALDO FERREIRA DOS SANTOS, contra MADEIREIRA MATINHA S/A, com endereço Rua 21 de Março, n.º 333, Centro, Açailândia - MA, na forma abaixo:

O Exmo. Sr. Doutor Higino Diomedes Galvão, Juiz Titular da Vara do Trabalho de Açailândia - MA,

FAZ SABER que no dia CINCO (05) do mês de DEZEMBRO (12) do ano de dois mil e sete (2007), às 09:00 horas, na sede desta Vara, na Rua Fortaleza, n.º 272, Centro, serão levados a público pregão de venda e arrematação, a quem mais der, os bens penhorados na execução supra referida, encontrados à margem da BR 222, após o Povoado Plano da Serra, em frente ao Clube AERCA, Açailândia - MA, que são os seguintes: 01 (uma) gleba de terras, com área de 61.44,56 (sessenta e um hectares, quarenta e quatro ares e cinquenta e seis centiares), matriculado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, sob n.º 2291, Livro 2-N, às fls. 139, datado de 22/08/1988, avaliado em R\$20.000,00 (vinte mil reais) o alqueire. A avaliação importa em R\$ 251.800,00 (duzentos e cinquenta e um mil e oitocentos reais).

Quem pretender arrematar ditos bens deverá comparecer no dia, hora e local acima mencionados, ciente de que deverá garantir o lance com sinal correspondente a 20%(vinte por cento) de seu valor, depositando o restante no prazo de 24(vinte e quatro) horas.

Poderá o arrematante propor o pagamento parcelado do valor restante, sujeito à homologação pelo Juiz. Caso não seja homologado o parcelamento, o arrematante deverá depositar o valor integralmente à vista.

E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente Edital, que será publicado na forma da lei e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara.

Em não havendo arrematação, adjudicação ou remição da penhora, fica designado o dia 12 de dezembro de 2007, às 09:00 horas, para a realização do Leilão.

Açailândia - MA, 05 de novembro de 2007. Eu, José Valdécio Ferraz Júnior, servidor, digitei, e eu, Stefânia Amorim Silveira, Diretora de Secretaria, subscrevi.

HIGINO DIOMEDES GALVÃO

JUIZ FEDERAL DO TRABALHO

VARA DO TRABALHO DE AÇAILÂNDIA - MA**EDITAL DE PRAÇA E LEILÃO**

EDITAL N.º 140/2007

PROC. N.º 875/2003

EDITAL DE PRAÇA E LEILÃO, com prazo de 20 (vinte) dias, para a



venda e arrematação dos bens penhorados na execução movida por INSS E FAZENDA PÚBLICA NACIONAL, contra ROSA BRAZ FABRICANTE, com endereço Av. Santa Luzia, n.º 148, Centro, Açailândia - MA, na forma abaixo:

O Exmo. Sr. Doutor Higinio Diomedes Galvão, Juiz Titular da Vara do Trabalho de Açailândia - MA,

FAZ SABER que no dia CINCO (05) do mês de DEZEMBRO (12) do ano de dois mil e sete (2007), às 09:05 horas, na sede desta Vara, na Rua Fortaleza, n.º 272, Centro, serão levados a público pregão de venda e arrematação, a quem mais der, os bens penhorados na execução supra referida, encontrados na sede da executada, que são os seguintes: 01 (uma) poltrona de 02 (dois) lugares, em madeira ipê, forrada com tecido jacard, avaliada em R\$600,00 (seiscentos reais). Observação: Fiel Depositário: a própria executada.

A avaliação importa em R\$ 600,00 (seiscentos reais).

Quem pretender arrematar ditos bens deverá comparecer no di-a, hora e local acima mencionados, ciente de que deverá garantir o lance com sinal correspondente a 20%(vinte por cento) de seu valor, depositando o restante no prazo de 24(vinte e quatro) horas.

Poderá o arrematante propor o pagamento parcelado do valor restante, sujeito à homologação pelo Juiz. Caso não seja homologado o parcelamento, o arrematante deverá depositar o valor integralmente à vista.

E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passa-do o presente Edital, que será publicado na forma da lei e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara.

Em não havendo arrematação, adjudicação ou remição da pe-nhora, fica designado o dia 12 de dezembro de 2007, às 09:05 horas, para a realização do Leilão.

Açailândia - MA, 05 de novembro de 2007. Eu, José Valdécio Ferraz Júnior, servidor, digitei, e eu, Stefânia Amorim Silveira, Diretora de Secretaria, subscrevi.

HIGINO DIOMEDES GALVÃO
JUIZ FEDERAL DO TRABALHO

VARA DO TRABALHO DE AÇAILÂNDIA - MA EDITAL DE PRAÇA E LEILÃO

EDITAL N.º 141/2007

PROC. N.º 900/2006

EDITAL DE PRAÇA E LEILÃO, com prazo de 20 (vinte) dias, para a venda e arrematação dos bens penhorados na execução movida por INSS E FAZENDA PÚBLICA NACIONAL, contra AUTO POSTO CAJUAPARA LTDA, com endereço na BR 222, Povoado Cajupara, Itinga - MA, na forma abaixo:

O Exmo. Sr. Doutor Higinio Diomedes Galvão, Juiz Titular da Vara do Trabalho de Açailândia - MA,

FAZ SABER que no dia CINCO (05) do mês de DEZEMBRO (12) do ano de dois mil e sete (2007), às 09:10 horas, na sede desta Vara, na Rua Fortaleza, n.º 272, Centro, serão levados a público pregão de venda e arrematação, a quem mais der, os bens penhorados na execução supra referida, encontrados na sede do executado, que são os seguintes: 88 (oitenta e oito) litros de combustível, tipo gasolina, avaliado em R\$2,57 (dois reais e cinquenta e sete centavos) o litro. Observação: Fiel Depositário: Abineias Oliveira Lima.

A avaliação importa em R\$ 226,16 (duzentos e vinte e seis reais e dezesseis centavos). Quem pretender arrematar ditos bens deverá comparecer no di-a, hora e local acima mencionados, ciente de que deverá garantir o lance com sinal correspondente a 20%(vinte por cento) de seu valor, depositando o restante no prazo de 24(vinte e quatro) horas.

Poderá o arrematante propor o pagamento parcelado do valor restante, sujeito à homologação pelo Juiz. Caso não seja homologado o parcelamento, o arrematante deverá depositar o valor integralmente à vista.

E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passa-do o presente Edital, que será publicado na forma da lei e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara.

Em não havendo arrematação, adjudicação ou remição da pe-nhora, fica designado o dia 12 de dezembro de 2007, às 09:10 horas, para a realização do Leilão.

Açailândia - MA, 05 de novembro de 2007. Eu, José Valdécio Ferraz Júnior, servidor, digitei, e eu, Stefânia Amorim Silveira, Diretora de Secretaria, subscrevi.

HIGINO DIOMEDES GALVÃO
JUIZ FEDERAL DO TRABALHO

VARA DO TRABALHO DE AÇAILÂNDIA - MA EDITAL DE PRAÇA E LEILÃO

EDITAL N.º 142/2007

PROC. N.º 994/2006

EDITAL DE PRAÇA E LEILÃO, com prazo de 20 (vinte) dias, para a venda e arrematação dos bens penhorados na execução movida por RAIMUNDO NONATO DA SILVA DAMASCENO, contra SUNIL IRMAÕS GALLETTI LTDA, com endereço na Rua Dom Pedro I, n.º 213, Bairro Jacu, Açailândia - MA, na forma abaixo:

O Exmo. Sr. Doutor Higinio Diomedes Galvão, Juiz Titular da Vara do Trabalho de Açailândia - MA,

FAZ SABER que no dia CINCO (05) do mês de DEZEMBRO (12) do ano de dois mil e sete (2007), às 09:15 horas, na sede desta Vara, na Rua Fortaleza, n.º 272, Centro, serão levados a público pregão de venda e arrematação, a quem mais der, os bens penhorados na execução supra referida, encontrados em frente à BR 010, próximo ao Bairro Jacú, nesta cidade, que são os seguintes: 01 (um) imóvel urbano, situado próximo ao Bairro Jacu, com frente em direção à BR 010, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca no Livro n.º 2-U, fls. 250, matrícula 3.627, de 03.07.1991, com uma área total de 62.479,35 m² (sessenta e dois mil, quatrocentos e setenta e nove metros quadrados e trinta e cinco centímetros quadrados), contendo 04 (quatro) galpões industriais.

A avaliação importa em R\$ 1.031.205,78 (um milhão, trinta e um mil e duzentos e cinco reais e setenta e oito centavos).

Quem pretender arrematar ditos bens deverá comparecer no di-a, hora e local acima mencionados, ciente de que deverá garantir o lance com sinal correspondente a 20%(vinte por cento) de seu valor, depositando o restante no prazo de 24(vinte e quatro) horas.

Poderá o arrematante propor o pagamento parcelado do valor restante, sujeito à homologação pelo Juiz. Caso não seja homologado o parcelamento, o arrematante deverá depositar o valor integralmente à vista.

E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passa-do o presente Edital, que será publicado na forma da lei e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara.

Em não havendo arrematação, adjudicação ou remição da pe-nhora, fica designado o dia 12 de dezembro de 2007, às 09:15 horas, para a realização do Leilão.

Açailândia - MA, 05 de novembro de 2007. Eu, José Valdécio Ferraz Júnior, servidor, digitei, e eu, Stefânia Amorim Silveira, Diretora de Secretaria, subscrevi.

HIGINO DIOMEDES GALVÃO
JUIZ FEDERAL DO TRABALHO

VARA DO TRABALHO DE AÇAILÂNDIA - MA EDITAL DE PRAÇA E LEILÃO

EDITAL N.º 143/2007

PROC. N.º 113/2006

EDITAL DE PRAÇA E LEILÃO, com prazo de 20 (vinte) dias, para a venda e arrematação dos bens penhorados na execução movida por JOSÉ RAIMUNDO GOMES ANDRADE, contra COMPANHIA SIDERÚRGICA VALE DO PINDARÉ, com endereço à Rodovia BR 222, Km 16, Pequiá, Açailândia - MA, na forma abaixo:

O Exmo. Sr. Doutor Higinio Diomedes Galvão, Juiz Titular da Vara do Trabalho de Açailândia - MA,

FAZ SABER que no dia CINCO (05) do mês de DEZEMBRO (12) do ano de dois mil e sete (2007), às 09:20 horas, na sede desta Vara, na Rua Fortaleza, n.º 272, Centro, serão levados a público pregão de venda e arrematação, a quem mais der, os bens penhorados na execução supra referida, encontrados na sede da empresa executada, que são os seguintes: 16 (dezesseis) toneladas de ferro gusa, avaliado em R\$700,00 (setecentos reais) a tonelada. Observação: Fiel Depositário: Laurinete Silva de Souza.

A avaliação importa em R\$11.200,00 (onze mil e duzentos reais). Quem pretender arrematar ditos bens deverá comparecer no di-a, hora e local acima mencionados, ciente de que deverá garantir o lance com sinal correspondente a 20%(vinte por cento) de seu valor, depositando o restante no prazo de 24(vinte e quatro) horas.

Poderá o arrematante propor o pagamento parcelado do valor restante, sujeito à homologação pelo Juiz. Caso não seja homologado o parcelamento, o arrematante deverá depositar o valor integralmente à vista. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passa-do o presente Edital, que será publicado na forma da lei e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara.

Em não havendo arrematação, adjudicação ou remição da pe-nhora, fica designado o dia 12 de dezembro de 2007, às 09:20 horas, para a realização do Leilão.

Açailândia - MA, 05 de novembro de 2007. Eu, José Valdécio Ferraz Júnior, servidor, digitei, e eu, Stefânia Amorim Silveira, Diretora de Secretaria, subscrevi.

HIGINO DIOMEDES GALVÃO
JUIZ FEDERAL DO TRABALHO

VARA DO TRABALHO DE AÇAILÂNDIA - MA EDITAL DE PRAÇA E LEILÃO

EDITAL N.º 144/2007

PROC. N.º 1000/2003

EDITAL DE PRAÇA E LEILÃO, com prazo de 20 (vinte) dias, para a venda e arrematação dos bens penhorados na execução movida por CREUSA VIEIRA RAMALHO E OUTROS, contra ESCOLA EVANGÉLICA BETEL (PROPRIETÁRIOS: ROSÁUREA E HONÓRIO), com endereço na Rua Goiás, n.º 1558, Centro, Açailândia - MA, na forma abaixo:

O Exmo. Sr. Doutor Higino Diomedes Galvão, Juiz Titular da Vara do Trabalho de Açailândia - MA,

FAZ SABER que no dia CINCO (05) do mês de DEZEMBRO (12) do ano de dois mil e sete (2007), às 09:25 horas, na sede desta Vara, na Rua Fortaleza, n.º 272, Centro, serão levados a público pregão de venda e arrematação, a quem mais der, os bens penhorados na execução supra referida, encontrados na Fazenda Monte Sinai, Rodovia BR 010, Km 03, Açailândia - MA, que são os seguintes: 66 (sessenta e seis) arrobas de gado bovino (bois vivos), avaliada em R\$56,00 (cinquenta e seis reais) a arroba. Observação: Fiel Depositário: Honório Gomes de Sousa.

A avaliação importa em R\$ 3.696,00 (três mil, seiscentos e noventa e seis reais).

Quem pretender arrematar ditos bens deverá comparecer no di-a, hora e local acima mencionados, ciente de que deverá garantir o lance com sinal correspondente a 20%(vinte por cento) de seu valor, depositando o restante no prazo de 24(vinte e quatro) horas.

Poderá o arrematante propor o pagamento parcelado do valor restante, sujeito à homologação pelo Juiz. Caso não seja homologado o parcelamento, o arrematante deverá depositar o valor integralmente à vista. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passa-do o presente Edital, que será publicado na forma da lei e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara.

Em não havendo arrematação, adjudicação ou remição da pe-nhora, fica designado o dia 12 de dezembro de 2007, às 09:25 horas, para a realização do Leilão.

Açailândia - MA, 05 de novembro de 2007. Eu, José Valdécio Ferraz Júnior, servidor, digitei, e eu, Stefânia Amorim Silveira, Diretora de Secretaria, subscrevi.

HIGINO DIOMEDES GALVÃO
JUIZ FEDERAL DO TRABALHO

VARA DO TRABALHO DE AÇAILÂNDIA - MA EDITAL DE PRAÇA E LEILÃO

EDITAL N.º 145/2007

PROC. N.º 255/2005

EDITAL DE PRAÇA E LEILÃO, com prazo de 20 (vinte) dias, para a venda e arrematação dos bens penhorados na execução movida por

EVANDRO MOTA DE SOUZA, contra SERVELAR, com endereço na Rua Assembléia de Deus, s/n, Centro, Itinga - MA, na forma abaixo:

O Exmo. Sr. Doutor Higino Diomedes Galvão, Juiz Titular da Vara do Trabalho de Açailândia - MA,

FAZ SABER que no dia CINCO (05) do mês de DEZEMBRO (12) do ano de dois mil e sete (2007), às 09:30 horas, na sede desta Vara, na Rua Fortaleza, n.º 272, Centro, serão levados a público pregão de venda e arrematação, a quem mais der, os bens penhorados na execução supra referida, encontrados na sede da empresa executada, que são os seguintes: 01 (uma) impressora matricial FX1170, marca Epson, em regular estado de conservação, avaliada em R\$700,00 (setecentos reais); 01 (um) nobreak SMS Slim Profissional, em bom estado de conservação, avaliado em R\$200,00 (duzentos reais); 01 (um) estabilizador Fax Cirardi, em regular estado de conservação, avaliado em R\$30,00 (trinta reais); 01 (um) refrigerador, marca Cônsul, de 280 litros, usado, em bom estado de conservação, avaliado em R\$600,00 (seiscentos reais); 02 (dois) Mini-systems MD-X70, marca CCE, de 800W, usados, em bom estado de conservação, avaliados em R\$600,00 (seiscentos reais); 01 (um) cofre grande, com 03 gavetas, em bom estado de conservação; 01 (um) computador, com monitor da marca Linea 14", CPU Microthoc, mouse XPC, teclado Keylaard Plus, 128 MB de memória RAM, HD 18.6 GB, 1.1 GRH, avaliado em bom estado de conservação; 01 (um) computador, com monitor da marca Samsung Syne Master 551/VG de 14", 42 MB de memória RAM, ADK-6, com teclado, Mouse XPC, estabilizador Cirard, em regular estado de conservação, avaliado em R\$300,00 (trezentos reais); e 01 (uma) máquina de escrever, marca Olivetti Linea 98, em bom estado de conservação, avaliada em R\$100,00 (cem reais).

A avaliação importa em R\$ 3.980,00 (três mil, novecentos e oitenta reais). Quem pretender arrematar ditos bens deverá comparecer no di-a, hora e local acima mencionados, ciente de que deverá garantir o lance com sinal correspondente a 20%(vinte por cento) de seu valor, depositando o restante no prazo de 24(vinte e quatro) horas.

Poderá o arrematante propor o pagamento parcelado do valor restante, sujeito à homologação pelo Juiz. Caso não seja homologado o parcelamento, o arrematante deverá depositar o valor integralmente à vista.

E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passa-do o presente Edital, que será publicado na forma da lei e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara.

Em não havendo arrematação, adjudicação ou remição da pe-nhora, fica designado o dia 12 de dezembro de 2007, às 09:30 horas, para a realização do Leilão.

Açailândia - MA, 05 de novembro de 2007. Eu, José Valdécio Ferraz Júnior, servidor, digitei, e eu, Stefânia Amorim Silveira, Diretora de Secretaria, subscrevi.

HIGINO DIOMEDES GALVÃO
JUIZ FEDERAL DO TRABALHO

VARA DO TRABALHO DE AÇAILÂNDIA - MA EDITAL DE PRAÇA E LEILÃO

EDITAL N.º 146/2007

PROC. N.º 902/2006

EDITAL DE PRAÇA E LEILÃO, com prazo de 20 (vinte) dias, para a venda e arrematação dos bens penhorados na execução movida por ROGÉRIO JUNQUEIRA SANTOS, contra MADEIREIRA MATINHA S/A, com endereço na Rua 21 de Março, n.º 333, Centro, Açailândia - MA, na forma abaixo:

O Exmo. Sr. Doutor Higino Diomedes Galvão, Juiz Titular da Vara do Trabalho de Açailândia - MA,

FAZ SABER que no dia CINCO (05) do mês de DEZEMBRO (12) do ano de dois mil e sete (2007), às 09:35 horas, na sede desta Vara, na Rua Fortaleza, n.º 272, Centro, serão levados a público pregão de venda e arrematação, a quem mais der, os bens penhorados na execução supra referida, encontrados na sede da empresa executada, que são os seguintes: 13 m³ (treze metros cúbicos) de madeira serrada, espécie aproveitamento, em essências diversas (jatobá, muiracatiara, cumarú), bitolas diversas, avaliada em R\$400,00 (quatrocentos reais) o metro cúbico. Observação: Fiel Depositário: Doraci Fernandes de M. Júnior.



A avaliação importa em R\$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais). Quem pretender arrematar ditos bens deverá comparecer no di-a, hora e local acima mencionados, ciente de que deverá garantir o lance com sinal correspondente a 20%(vinte por cento) de seu valor, depositando o restante no prazo de 24(vinte e quatro) horas.

Poderá o arrematante propor o pagamento parcelado do valor restante, sujeito à homologação pelo Juiz. Caso não seja homologado o parcelamento, o arrematante deverá depositar o valor integralmente à vista. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passa-do o presente Edital, que será publicado na forma da lei e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara.

Em não havendo arrematação, adjudicação ou remição da pe-nhora, fica designado o dia 12 de dezembro de 2007, às 09:35 horas, para a realização do Leilão.

Açailândia - MA, 06 de novembro de 2007. Eu, José Valdécio Ferraz Júnior, servidor, digitei, e eu, Stefânia Amorim Silveira, Diretora de Secretaria, subscrevi.

HIGINO DIOMEDES GALVÃO
JUIZ FEDERAL DO TRABALHO

VARA DO TRABALHO DE AÇAILÂNDIA - MA EDITAL DE PRAÇA E LEILÃO

EDITAL N.º 147/2007

PROC. N.º 267/2005

EDITAL DE PRAÇA E LEILÃO, com prazo de 20 (vinte) dias, para a venda e arrematação dos bens penhorados na execução movida por MÔNICA ALVES SILVA, contra JANAÍNA CONFECÇÕES (E. PESSOA FEITOSA CONFECÇÕES), com endereço na Rua Marly Sarney, n.º 648, Centro, Açailândia - MA, na forma abaixo:

O Exmo. Sr. Doutor Higinio Diomedes Galvão, Juiz Titular da Vara do Trabalho de Açailândia - MA,

FAZ SABER que no dia CINCO (05) do mês de DEZEMBRO (12) do ano de dois mil e sete (2007), às 09:40 horas, na sede desta Vara, na Rua Fortaleza, n.º 272, Centro, serão levados a público pregão de venda e arrematação, a quem mais der, os bens penhorados na execução supra referida, encontrados na sede da empresa executada, que são os seguintes: 250 (duzentos e cinquenta) calças jeans Wear, novas, com numerações variadas, avaliada em R\$20,00 (vinte reais) a unidade. Observação: Fiel Depositário: Edinaldo Pessoa Feitosa.

A avaliação importa em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Quem pretender arrematar ditos bens deverá comparecer no di-a, hora e local acima mencionados, ciente de que deverá garantir o lance com sinal correspondente a 20%(vinte por cento) de seu valor, depositando o restante no prazo de 24(vinte e quatro) horas.

Poderá o arrematante propor o pagamento parcelado do valor restante, sujeito à homologação pelo Juiz. Caso não seja homologado o parcelamento, o arrematante deverá depositar o valor integralmente à vista. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passa-do o presente Edital, que será publicado na forma da lei e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara.

Em não havendo arrematação, adjudicação ou remição da pe-nhora, fica designado o dia 12 de dezembro de 2007, às 09:40 horas, para a realização do Leilão. Açailândia - MA, 06 de novembro de 2007. Eu, José Valdécio Ferraz Júnior, servidor, digitei, e eu, Stefânia Amorim Silveira, Diretora de Secretaria, subscrevi.

HIGINO DIOMEDES GALVÃO
JUIZ FEDERAL DO TRABALHO

VARA DO TRABALHO DE AÇAILÂNDIA - MA EDITAL DE PRAÇA E LEILÃO

EDITAL N.º 148/2007

PROC. N.º 1046/2005

EDITAL DE PRAÇA E LEILÃO, com prazo de 20 (vinte) dias, para a venda e arrematação dos bens penhorados na execução movida por JOSÉ CARLOS DA SILVA, contra CIKEL - COMÉRCIO E INDÚSTRIA KEILA S/A, com endereço na Rua 21 de Março, n.º 333, Centro, Açailândia - MA, na forma abaixo:

O Exmo. Sr. Doutor Higinio Diomedes Galvão, Juiz Titular da Vara do Trabalho de Açailândia - MA,

FAZ SABER que no dia CINCO (05) do mês de DEZEMBRO (12) do ano de dois mil e sete (2007), às 09:45 horas, na sede desta Vara, na Rua Fortaleza, n.º 272, Centro, serão levados a público pregão de venda e arrematação, a quem mais der, os bens penhorados na execução supra referida, encontrados à margem direita da BR 222, sentido Centro/Pequiá, na altura do Km 11, neste Município, que são os seguintes: 01 (uma) gleba de terras, denominada "Fazenda Vale Verde", localizada à margem direita da BR 222, sentido Centro/Pequiá, na altura do Km 11, neste Município, parte do lote 61/63 da Gleba Itinga-Açailândia, com área de 66.58,67 há (sessenta e seis hectares, cinquenta e oito ares e sessenta e sete centiares), com várias benfeitorias, matriculada sob n.º 2.294, Livro 2-N, fls. 142, datado de 22/08/1988, no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, avaliada em R\$20.000,00 (vinte mil reais). Observação: o referido imóvel também encontra-se penhorado em outras processos que tramitam nesta Vara Especializada.

A avaliação importa em R\$ 275.150,00 (duzentos e setenta e cinco mil e cento e cinquenta reais).

Quem pretender arrematar ditos bens deverá comparecer no di-a, hora e local acima mencionados, ciente de que deverá garantir o lance com sinal correspondente a 20%(vinte por cento) de seu valor, depositando o restante no prazo de 24(vinte e quatro) horas.

Poderá o arrematante propor o pagamento parcelado do valor restante, sujeito à homologação pelo Juiz. Caso não seja homologado o parcelamento, o arrematante deverá depositar o valor integralmente à vista.

E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passa-do o presente Edital, que será publicado na forma da lei e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara.

Em não havendo arrematação, adjudicação ou remição da pe-nhora, fica designado o dia 12 de dezembro de 2007, às 09:45 horas, para a realização do Leilão.

Açailândia - MA, 06 de novembro de 2007. Eu, José Valdécio Ferraz Júnior, servidor, digitei, e eu, Stefânia Amorim Silveira, Diretora de Secretaria, subscrevi.

HIGINO DIOMEDES GALVÃO
JUIZ FEDERAL DO TRABALHO

VARA DO TRABALHO DE AÇAILÂNDIA - MA EDITAL DE PRAÇA E LEILÃO

EDITAL N.º 149/2007

PROC. N.º 436, 438, 437, 439, 440, 441, 442, 528, 674/2005 e 367/2006

EDITAL DE PRAÇA E LEILÃO, com prazo de 20 (vinte) dias, para a venda e arrematação dos bens penhorados na execução movida por DOUILÂNDIA SOUSA DOS SANTOS E OUTROS, contra CASA DE SAÚDE E MATERNIDADE SÃO BRAZ LTDA (SOÉLIA BATISTA DE OLIVEIRA FERRANTE), com endereço Rua Dom Pedro I, n.º 280, Bairro Jacu, Açailândia - MA, na forma abaixo:

O Exmo. Sr. Doutor Higinio Diomedes Galvão, Juiz Titular da Vara do Trabalho de Açailândia - MA,

FAZ SABER que no dia CINCO (05) do mês de DEZEMBRO (12) do ano de dois mil e sete (2007), às 09:50 horas, na sede desta Vara, na Rua Fortaleza, n.º 272, Centro, serão levados a público pregão de venda e arrematação, a quem mais der, os bens penhorados na execução supra referida, encontrados na sede da empresa executada, que são os seguintes: 01 (um) imóvel urbano, situado na Av. Bernardo Sayão, s/n, Bairro Jacu, nesta urbe, onde funcionava a Casa de Saúde e Maternidade São Braz, com área total de 775,72 m² (setecentos e setenta e cinco metros e setenta e dois centímetros quadrados), contendo 01 (um) prédio comercial com área de 665,22 m² (seiscentos e sessenta e cinco metros e vinte e dois centímetros quadrados), construído em alvenaria, com vários compartimentos, piso em cerâmica, teto em laje, coberto com telhas de amianto, murado nas laterais e nos fundos, com frente para a Av. Bernardo Sayão, avaliado em R\$ 277.138,00 (duzentos e setenta e sete mil e cento e trinta e oito reais). Observação: sobre o imóvel mencionado existem outras penhoras averbadas no Cartório de Registros de Imóveis desta Comarca.

A avaliação importa em R\$277.138,00 (duzentos e setenta e sete mil e cento e trinta e oito reais).

Quem pretender arrematar ditos bens deverá comparecer no di-a, hora e local acima mencionados, ciente de que deverá garantir o lance com sinal correspondente a 20%(vinte por cento) de seu valor, depositando o restante no prazo de 24(vinte e quatro) horas.

Poderá o arrematante propor o pagamento parcelado do valor restante, sujeito à homologação pelo Juiz. Caso não seja homologado o parcelamento, o arrematante deverá depositar o valor integralmente à vista. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passa-do o presente Edital, que será publicado na forma da lei e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara.

Em não havendo arrematação, adjudicação ou remição da pe-nhora, fica designado o dia 12 de dezembro de 2007, às 09:50 horas, para a realização do Leilão.

Açailândia - MA, 06 de novembro de 2007. Eu, José Valdécio Ferraz Júnior, servidor, digitei, e eu, Stefânia Amorim Silveira, Diretora de Secretaria, subscrevi.

HIGINO DIOMEDES GALVÃO
JUIZ FEDERAL DO TRABALHO

VARA DO TRABALHO DE AÇAILÂNDIA - MA EDITAL DE PRAÇA E LEILÃO

EDITAL N.º 150/2007

PROC. N.º 549, 550, 684 e 824/2005

EDITAL DE PRAÇA E LEILÃO, com prazo de 20 (vinte) dias, para a venda e arrematação dos bens penhorados na execução movida por EDVAN FIRMINO DA SILVA E OUTROS, contra J. DIAS E FILHOS LTDA (POSTO BALBINO), com endereço na Rodovia BR 010. Km 1.406, Açailândia - MA, na forma abaixo:

O Exmo. Sr. Doutor Higinio Diomedes Galvão, Juiz Titular da Vara do Trabalho de Açailândia - MA, FAZ SABER que no dia CINCO (05) do mês de DEZEMBRO (12) do ano de dois mil e sete (2007), às 09:55 horas, na sede desta Vara, na Rua Fortaleza, n.º 272, Centro, serão levados a público pregão de venda e arrematação, a quem mais der, os bens penhorados na execução supra referida, encontrados na sede da empresa executada, que são os seguintes: 01 (um) imóvel localizado na Zona Rural, a cerca de 09 Km desta cidade, onde funciona o Posto Balbino, com área total de 10.000 m² (dez mil metros quadrados), matriculado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca. sob n.º 0610, fls. 199, Livro 2-D. O referido imóvel contém 04 (quatro) casas residenciais; 01 (um) prédio onde funcionam o escritório e o restaurante; 03 (três) barracões: o primeiro onde está instalado o gerador; o segundo onde funciona uma borracharia; e o terceiro onde ficam instaladas as bombas de combustíveis, com 571,30 m² de área construída; e uma área de aproximadamente 4.000 m² (quatro mil metros quadrados) pavimentada em bloquetes.

A avaliação importa em R\$ 391.039,50 (trezentos e noventa e um mil, trinta e nove reais e cinquenta centavos).

Quem pretender arrematar ditos bens deverá comparecer no di-a, hora e local acima mencionados, ciente de que deverá garantir o lance com sinal correspondente a 20%(vinte por cento) de seu valor, depositando o restante no prazo de 24(vinte e quatro) horas.

Poderá o arrematante propor o pagamento parcelado do valor restante, sujeito à homologação pelo Juiz. Caso não seja homologado o parcelamento, o arrematante deverá depositar o valor integralmente à vista. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passa-do o presente Edital, que será publicado na forma da lei e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara.

Em não havendo arrematação, adjudicação ou remição da pe-nhora, fica designado o dia 12 de dezembro de 2007, às 09:55 horas, para a realização do Leilão.

Açailândia - MA, 07 de novembro de 2007. Eu, José Valdécio Ferraz Júnior, servidor, digitei, e eu, Stefânia Amorim Silveira, Diretora de Secretaria, subscrevi.

HIGINO DIOMEDES GALVÃO
JUIZ FEDERAL DO TRABALHO

ATA DA DISTRIBUIÇÃO ORDINÁRIA N.º 293 REALIZADA NO DIA 7 DE NOVEMBRO DE 2007

Às sete horas e quarenta e seis minutos do dia sete do mês de novembro do ano de dois mil e sete foi realizada a distribuição por meio eletrônico de processamento de dados dos seguintes processos para julgamento:

DISTRIBUIÇÃO

RELATOR: ALCEBÍADES TAVARES DANTAS

REVISOR: AMÉRICO BEDÊ FREIRE

Espécie: AGRAVO DE PETIÇÃO

TRT-1415-2006-007-16-00-1 Origem: VARA DO TRABALHO DE SANTA INÊS

AGRAVADO: HILDENORA RIBEIRO CORREIA

3377-U/MA: JOSÉ ALBERTO NEVES DOS SANTOS

AGRAVANTE: MUNICÍPIO DE PIRAPEMAS

5332-U/MA: EVELINE SILVA NUNES

DISTRIBUIÇÃO

RELATOR: ALCEBÍADES TAVARES DANTAS

REVISOR: AMÉRICO BEDÊ FREIRE

Espécie: RECURSO ORDINÁRIO

TRT-1758-2005-007-16-00-5 Origem: VARA DO TRABALHO DE SANTA INÊS

RECORRENTE: UNIÃO FEDERAL (INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS)

RECORRIDO: FRANCISCO DAS CHAGAS LINHARES

5208-B/MA: IRANDY GARCIA DA SILVA

RECORRIDO: SKALA ENGENHARIA LTDA.

3691-U/MA: SEVERINO LUIZ DE MIRANDA FREITAS

DISTRIBUIÇÃO

RELATOR: ALCEBÍADES TAVARES DANTAS

REVISOR: AMÉRICO BEDÊ FREIRE

Espécie: RECURSO ORDINÁRIO

TRT-0631-2007-007-16-00-0 Origem: VARA DO TRABALHO DE SANTA INÊS

RECORRIDO: MARIA DOMINGAS CARDOSO MACHADO

5208-B/MA: IRANDY GARCIA DA SILVA

RECORRENTE: MUNICÍPIO DE PENALVA

6602-U/MA: PAULYANA BUHATEM RIBEIRO

DISTRIBUIÇÃO

RELATOR: ALCEBÍADES TAVARES DANTAS

REVISOR: AMÉRICO BEDÊ FREIRE

Espécie: RECURSO ORDINÁRIO

TRT-0630-2007-007-16-00-6 Origem: VARA DO TRABALHO DE SANTA INÊS

RECORRIDO: LILA MAISA VELOSO SILVA

5208-B/MA: IRANDY GARCIA DA SILVA

RECORRENTE: MUNICÍPIO DE PENALVA

6602-U/MA: PAULYANA BUHATEM RIBEIRO

DISTRIBUIÇÃO

RELATOR: AMÉRICO BEDÊ FREIRE

REVISOR: JOSÉ EVANDRO DE SOUZA

Espécie: AGRAVO DE PETIÇÃO

TRT-0372-2006-007-16-00-7 Origem: VARA DO TRABALHO DE SANTA INÊS

AGRAVADO: CELSA MESQUITA FARIAS

3551-U/MA: MARCOS ANTÔNIO PEREIRA DE ARAÚJO

AGRAVANTE: MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA

5332-U/MA: EVELINE SILVA NUNES

DISTRIBUIÇÃO

RELATOR: AMÉRICO BEDÊ FREIRE

REVISOR: JOSÉ EVANDRO DE SOUZA

Espécie: AGRAVO DE PETIÇÃO

TRT-0220-2007-007-16-01-8 Origem: VARA DO TRABALHO DE SANTA INÊS

AGRAVANTE: UNIÃO FEDERAL (INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS)

AGRAVADO: AGS SAMPAIO

4796-U/PI: NELSON DE ALENCAR JÚNIOR

AGRAVADO: JOSÉ CARVALHO DE ARAÚJO

DISTRIBUIÇÃO

RELATOR: AMÉRICO BEDÊ FREIRE

REVISOR: JOSÉ EVANDRO DE SOUZA

Espécie: REMESSA EX-OFFÍCIO/ REC. VOLUNTÁRIOS

TRT-0530-2004-009-16-00-0 Origem: VARA DO TRABALHO DE CAXIAS

RECORRENTES: MUNICÍPIO DE CODÓ

3349-U/MA: JOSÉ DE RIBAMAR OLIVEIRA CARVALHO

RECORRIDOS: COOPERATIVA DE TRABALHO UNIDOS PARA VENCER- UNICOOP

RECORRIDOS: RICARDO ANTÔNIO ARCHER

5723-A/CE: ELÍUDE DOS SANTOS OLIVEIRA

RECORRENTES: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - MPT

RECORRIDOS: OS MESMOS RECORRENTES

DISTRIBUIÇÃO

RELATOR: AMÉRICO BEDÊ FREIRE

REVISOR: JOSÉ EVANDRO DE SOUZA

Espécie: RECURSO ORDINARIO

TRT-0541-2007-007-16-00-0 Origem: VARA DO TRABALHO DE SANTA INÊS

RECORRENTE: RAIMUNDO NONATO VIANA SOUSA

7508-U/MA: ÂNGELO GOMES MATOS NETO

RECORRIDO: MUNICÍPIO DE ARARI

6756-U/MA: ENEAS GARCIA FERNANDES NETO

DISTRIBUIÇÃO

RELATOR: AMÉRICO BEDÊ FREIRE

REVISOR: JOSÉ EVANDRO DE SOUZA

Espécie: RECURSO ORDINARIO

TRT-0629-2007-007-16-00-1 Origem: VARA DO TRABALHO DE SANTA INÊS

RECORRIDO: VALTECI DOS SANTOS SOUSA

5208-B/MA: IRANDY GARCIA DA SILVA

RECORRENTE: MUNICÍPIO DE PENALVA

6602-U/MA: PAULYANA BUHATEM RIBEIRO

DISTRIBUIÇÃO

RELATOR: JOSÉ EVANDRO DE SOUZA

REVISOR: ILKA ESDRA SILVA ARAÚJO

Espécie: AGRAVO DE PETIÇÃO

TRT-1416-2006-007-16-00-6 Origem: VARA DO TRABALHO DE SANTA INÊS

AGRAVADO: INGRIDE BERGMAN VIANA DE MESQUITA

3377-U/MA: JOSÉ ALBERTO NEVES DOS SANTOS

AGRAVANTE: MUNICÍPIO DE PIRAPEMAS

5332-U/MA: EVELINE SILVA NUNES

DISTRIBUIÇÃO

RELATOR: JOSÉ EVANDRO DE SOUZA

REVISOR: ILKA ESDRA SILVA ARAÚJO

Espécie: AGRAVO DE PETIÇÃO

TRT-1391-2006-007-16-00-0 Origem: VARA DO TRABALHO DE SANTA INÊS

AGRAVADO: ANA CARMEM DA SILVA DE SOUSA

3377-U/MA: JOSÉ ALBERTO NEVES DOS SANTOS

AGRAVANTE: MUNICÍPIO DE PIRAPEMAS

5332-U/MA: EVELINE SILVA NUNES

DISTRIBUIÇÃO

RELATOR: JOSÉ EVANDRO DE SOUZA

REVISOR: ILKA ESDRA SILVA ARAÚJO

Espécie: RECURSO ORDINARIO

TRT-0653-2007-007-16-00-0 Origem: VARA DO TRABALHO DE SANTA INÊS

RECORRIDO: WILLAMBERG NEGREIROS SANTOS

7388-U/MA: JURANDIR GARCIA DA SILVA

RECORRENTE: UNIÃO FEDERAL (INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS)

RECORRIDO: PAULÃO CONSTRUÇÕES

DISTRIBUIÇÃO

RELATOR: JOSÉ EVANDRO DE SOUZA

REVISOR: ILKA ESDRA SILVA ARAÚJO

Espécie: RECURSO ORDINARIO

TRT-0638-2007-007-16-00-2 Origem: VARA DO TRABALHO DE SANTA INÊS

RECORRENTE: MUNICÍPIO DE PENALVA

6602-U/MA: PAULYANA BUHATEM RIBEIRO

RECORRIDO: MARINALVA SILVA

5208-B/MA: IRANDY GARCIA DA SILVA

RECORRIDO: COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS DE PENALVA-COOPEN

DISTRIBUIÇÃO

RELATOR: ILKA ESDRA SILVA ARAÚJO

REVISOR: LUIZ COSMO DA SILVA JÚNIOR

Espécie: AGRAVO DE PETIÇÃO

TRT-0609-2006-007-16-00-0 Origem: VARA DO TRABALHO DE SANTA INÊS

AGRAVANTE: MUNICÍPIO DE PIRAPEMAS

5332-U/MA: EVELINE SILVA NUNES

AGRAVADO: ANDRÉ ANTÔNIO LIMA ARAÚJO

2022-U/MA: CRISÓGONO RODRIGUES SANTOS

DISTRIBUIÇÃO

RELATOR: ILKA ESDRA SILVA ARAÚJO

REVISOR: LUIZ COSMO DA SILVA JÚNIOR

Espécie: AGRAVO DE PETIÇÃO

TRT-0090-2007-007-16-01-3 Origem: VARA DO TRABALHO DE SANTA INÊS

AGRAVANTE: UNIÃO FEDERAL (INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS)

AGRAVADO: BENEDITO TERCEIRO DE ALMEIDA

AGRAVADO: ESTADO DO MARANHÃO

DISTRIBUIÇÃO

RELATOR: ILKA ESDRA SILVA ARAÚJO

REVISOR: LUIZ COSMO DA SILVA JÚNIOR

Espécie: RECURSO ORDINARIO

TRT-0833-2006-007-16-00-1 Origem: VARA DO TRABALHO DE SANTA INÊS

RECORRIDO: ORGANIZAÇÃO FERREIRA LTDA. - ORGAFEL

3177-U/MA: FRANKLIN RORIZ NETO

RECORRENTE: UNIÃO FEDERAL (INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS)

RECORRIDO: HERIVELTO DE SOUSA BELGA

3813-U/MA: LUIZ CARLOS COSTA ALVES

DISTRIBUIÇÃO

RELATOR: ILKA ESDRA SILVA ARAÚJO

REVISOR: LUIZ COSMO DA SILVA JÚNIOR

Espécie: RECURSO ORDINARIO

TRT-0624-2007-007-16-00-9 Origem: VARA DO TRABALHO DE SANTA INÊS

RECORRIDO: ZERRIMAR MORAIS SILVA

5208-B/MA: IRANDY GARCIA DA SILVA

RECORRENTE: MUNICÍPIO DE PENALVA

6602-U/MA: PAULYANA BUHATEM RIBEIRO

DISTRIBUIÇÃO

RELATOR: LUIZ COSMO DA SILVA JÚNIOR

REVISOR: ALCEBÍADES TAVARES DANTAS

Espécie: AGRAVO DE PETIÇÃO

TRT-0100-2006-007-16-00-7 Origem: VARA DO TRABALHO DE SANTA INÊS

AGRAVANTE: MUNICÍPIO DE PIRAPEMAS

5332-U/MA: EVELINE SILVA NUNES

AGRAVADO: HERMENEGILDA CORRÊA MARTINS

2022-U/MA: CRISÓGONO RODRIGUES SANTOS

DISTRIBUIÇÃO

RELATOR: LUIZ COSMO DA SILVA JÚNIOR

REVISOR: ALCEBÍADES TAVARES DANTAS

Espécie: AGRAVO DE PETIÇÃO

TRT-0115-2006-007-16-00-5 Origem: VARA DO TRABALHO DE SANTA INÊS

AGRAVADO: JOSÉ MARIA PEREIRA DE OLIVEIRA

2022-U/MA: CRISÓGONO RODRIGUES SANTOS

AGRAVANTE: MUNICÍPIO DE PIRAPEMAS

5332-U/MA: EVELINE SILVA NUNES

DISTRIBUIÇÃO

RELATOR: LUIZ COSMO DA SILVA JÚNIOR

REVISOR: ALCEBÍADES TAVARES DANTAS

Espécie: RECURSO ORDINÁRIO

TRT-0422-2007-021-16-00-3 Origem: VARA DO TRABALHO DE PEDREIRAS

RECORRIDO: MUNICÍPIO DE ESPERANTINÓPOLIS

6370-U/MA: JOSÉ TEODORO DO NASCIMENTO

RECORRENTE: CÂNDIDO VIEIRA

2884-U/PA: ANTÔNIO FLORÊNCIO NETO

DISTRIBUIÇÃO

RELATOR: LUIZ COSMO DA SILVA JÚNIOR

REVISOR: ALCEBÍADES TAVARES DANTAS

Espécie: RECURSO ORDINÁRIO

TRT-0626-2007-007-16-00-8 Origem: VARA DO TRABALHO DE SANTA INÊS

RECORRENTE: MUNICÍPIO DE PENALVA

6602-U/MA: PAULYANA BUHATEM RIBEIRO

RECORRIDO: JOSÉ RAIMUNDO DOS SANTOS

5208-B/MA: IRANDY GARCIA DA SILVA

DISTRIBUIÇÃO POR DEPENDÊNCIA DE RELATOR NOS TERMOS DO ARTIGO 80 DO REGIMENTO INTERNO DESTE TRT

RELATOR: ALCEBÍADES TAVARES DANTAS

Espécie: EMBARGO DE DECLARAÇÃO [REXOFRV]

TRT-0659-2006-005-16-00-4 Origem: VARA DO TRABALHO DE PINHEIRO

EMBARGANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA

6146-U/MA: CRISTIANO ALVES FERNANDES RIBEIRO

EMBARGADO: MARIA DA CONCEIÇÃO BARROS FREIRE DOS SANTOS

2715-U/MA: JOSÉ RIBAMAR SANTOS

EMBARGADO: COOPERATIVA DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS DE SÃO JOÃO BATISTA - COOPSAJOB

DISTRIBUIÇÃO POR DEPENDÊNCIA DE RELATOR NOS TERMOS DO ARTIGO 80 DO REGIMENTO INTERNO DESTE TRT

RELATOR: ALCEBÍADES TAVARES DANTAS

Espécie: EMBARGO DE DECLARAÇÃO [RO]

TRT-0317-2005-004-16-00-7 Origem: 4ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS

EMBARGANTE: GEORGE KEFFERSON PINHEIRO DOS ANJOS

4858-U/MA: FERNANDO ANTÔNIO RIBEIRO DE PAULA

EMBARGADO: NORSEGEL SERVIÇOS GERAIS LTDA

7187-U/MA: IGOR SEKEFF

DISTRIBUIÇÃO POR DEPENDÊNCIA DE RELATOR NOS TERMOS DO ARTIGO 80 DO REGIMENTO INTERNO DESTE TRT

RELATOR: JOSÉ EVANDRO DE SOUZA

Espécie: EMBARGO DE DECLARAÇÃO [REXOFRV]

TRT-2332-2004-003-16-00-2 Origem: 3ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS

EMBARGANTE: ANGELA MARIA RODRIGUES DINIZ

6422-U/MA: NORANEY LUCENA MANGUEIRA

EMBARGADO: FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

6169-U/MA: FABRYENN FABRYNN COIMBRA SERRA DE CASTRO

EMBARGADO: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO MA-RANHÃO - DETRAN

5859-U/MA: THAUSER BEZERRA THEODORO

DISTRIBUIÇÃO POR DEPENDÊNCIA DE RELATOR NOS TERMOS DO ARTIGO 80 DO REGIMENTO INTERNO DESTE TRT

RELATOR: JOSÉ EVANDRO DE SOUZA

Espécie: EMBARGO DE DECLARAÇÃO [ROS]

TRT-0963-2003-012-16-00-7 Origem: VARA DO TRABALHO DE IMPERATRIZ

EMBARGANTE: INSTITUTO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA - ISAE

6929-U/MA: POLLYANA MARIA GAMA VAZ

EMBARGANTE: FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO

4540-U/MA: JOSÉ CALDAS GÓIS JÚNIOR

EMBARGADO: HENRY MAGNO PEREIRA COSTA

3827-U/MA: LUIZ HENRIQUE FALCÃO TEIXEIRA

EMBARGADO: COOPERATIVA DE DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO DO MARANHÃO - CODESCOOPMAR

5236-U/MA: LORENA GOMES PIMENTA

EMBARGADO: OS MESMOS EMBARGANTES

DISTRIBUIÇÃO POR DEPENDÊNCIA DE RELATOR NOS TERMOS DO ARTIGO 80 DO REGIMENTO INTERNO DESTE TRT

RELATOR: ILKA ESDRA SILVA ARAÚJO

Espécie: EMBARGO DE DECLARAÇÃO [AI]

TRT-1535-2006-015-16-01-3 Origem: 5ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS

EMBARGANTE: MULTICLÍNICAS - ASSISTÊNCIA MÉDICA CIRURGICA E HOSPITALAR LTDA.

6134-U/MA: MARCOS LUÍS BRAID RIBEIRO SIMÕES

EMBARGADO: UNIÃO FEDERAL

DISTRIBUIÇÃO POR DEPENDÊNCIA DE RELATOR NOS TERMOS DO ARTIGO 80 DO REGIMENTO INTERNO DESTE TRT

RELATOR: LUIZ COSMO DA SILVA JÚNIOR

Espécie: EMBARGO DE DECLARAÇÃO [RO]

TRT-3679-2005-016-16-00-0 Origem: 6ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS

EMBARGANTE: ALCOA ALUMÍNIO S.A. E BILLITON METAIS S.A.

296-U/MA: KLEBER MOREIRA

EMBARGADO: JOSÉ RIBAMAR RODRIGUES ARAÚJO

3827-U/MA: LUIZ HENRIQUE FALCÃO TEIXEIRA

DISTRIBUIÇÃO POR DEPENDÊNCIA DE RELATOR NOS TERMOS DO ARTIGO 80 DO REGIMENTO INTERNO DESTE TRT

RELATOR: LUIZ COSMO DA SILVA JÚNIOR

Espécie: EMBARGO DE DECLARAÇÃO [RO]

TRT-1496-2006-002-16-00-8 Origem: 2ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS

EMBARGANTE: CONESUL - CONSTRUÇÕES ELÉTRICA LTDA.

2787-U/MA: OSMAR CAVALCANTE OLIVEIRA

EMBARGADO: ANTÔNIO ADELMO SOUSA COSTA

6239-U/MA: RICARDO RICCO DE SOUZA

DESEMBARGADORES QUE PARTICIPARAM DO SORTEIO:

ALCEBÍADES TAVARES DANTAS

AMÉRICO BEDÊ FREIRE

JOSÉ EVANDRO DE SOUZA

ILKA ESDRA SILVA ARAÚJO

LUIZ COSMO DA SILVA JÚNIOR

DESEMBARGADORES QUE NÃO PARTICIPARAM DO SORTEIO:

KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA

Motivo: Convocado(a) para TST

GERSON DE OLIVEIRA COSTA FILHO

Motivo: Presidente do TRT

MÁRCIA ANDREA FARIAS DA SILVA

Motivo: Exercício da Presidência

JAMES MAGNO ARAÚJO FARIAS (Juiz Conv.)

Motivo: Férias

NÃO HOUVE DECLARAÇÃO DE IMPEDIMENTO/SUSPEIÇÃO.

SERVIDOR QUE REALIZOU A DISTRIBUIÇÃO ELETRÔNICA:

VALEWSKA M. DE CARVALHO CUNHA CASTRO (30816752)

Do que para constar, encerro a ata de distribuição eletrônica nº 293/2007 realizada em sete de novembro de dois mil e sete.

Valewska M. de Carvalho Cunha Castro

Diretora de Distribuição e Acórdãos em Exercício

Visto:

Márcia Andrea Farias da Silva

Desembargadora Vice Presidente

ATA DA DISTRIBUIÇÃO ORDINÁRIA N.º 294**REALIZADA NO DIA 8 DE NOVEMBRO DE 2007**

Às oito horas e trinta e oito minutos do dia oito do mês de novembro do ano de dois mil e sete foi realizada a distribuição por meio eletrônico de processamento de dados dos seguintes processos para julgamento:

DISTRIBUIÇÃO**RELATOR: ALCEBÍADES TAVARES DANTAS****REVISOR: AMÉRICO BEDÊ FREIRE****Espécie: RECURSO ORDINÁRIO**

TRT-1524-2006-004-16-00-0 Origem: 4ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS

RECORRIDO: LUÍS ÂNGELO MACEDO SANTIAGO

5744-U/MA: PAULO BERNARDO CARVALHO DE OLIVEIRA

RECORRENTE: CLÍNICA MILLENIUM ESTÉTICA E ACADEMIA LTDA.

4773-U/MA: CARLOS SEABRA DE CARVALHO COELHO

DISTRIBUIÇÃO**RELATOR: AMÉRICO BEDÊ FREIRE****REVISOR: JOSÉ EVANDRO DE SOUZA****Espécie: RECURSO ORDINÁRIO**

TRT-0387-2006-002-16-00-3 Origem: 2ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS

RECORRIDO: FAZENDA FREXAL (MARCELO JORGE TORRES E RONALDO CERQUEIRA TORRES)

6135-U/MA: FERNANDO GUILHERME VALE CAMPOS RIBEIRO

RECORRENTE: GERALDO GABRIEL SILVA SALES

5298-U/MA: GEOMILSON ALVES LIMA

DISTRIBUIÇÃO**RELATOR: JOSÉ EVANDRO DE SOUZA****REVISOR: ILKA ESDRA SILVA ARAÚJO****Espécie: AÇÃO RESCISÓRIA**

TRT-0312-2007-000-16-00-0 Origem: TRT DA 16ª REGIÃO

RÉU: WALDIMAR FERREIRA AZEVEDO

2678-U/MA: OTÁVIO DOS ANJOS RIBEIRO

AUTOR: ESTADO DO MARANHÃO

DISTRIBUIÇÃO**RELATOR: ILKA ESDRA SILVA ARAÚJO****REVISOR: LUIZ COSMO DA SILVA JÚNIOR****Espécie: RECURSO ORDINÁRIO**

TRT-0274-2007-013-16-00-2 Origem: VARA DO TRABALHO DE AÇAILÂNDIA -MA

RECORRIDO: INDUSTRIAL E COMERCIAL MARANHENSE DE ALIMENTOS LTDA.

4657-U/PI: ANTÔNIO BORGES NETO

RECORRENTE: UNIÃO FEDERAL (INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS)

RECORRIDO: DANIEL DA SILVA BARROS

5415-U/MG: FRANCISCO RAIMUNDO CORRÊA

DISTRIBUIÇÃO**RELATOR: ILKA ESDRA SILVA ARAÚJO****REVISOR: LUIZ COSMO DA SILVA JÚNIOR****Espécie: RECURSO ORDINÁRIO/RECURSO ADESIVO**

TRT-0465-2007-013-16-00-4 Origem: VARA DO TRABALHO DE AÇAILÂNDIA -MA

RECORRENTE: COMPANHIA SIDERÚRGICA VALE DO PINDARÉ

8272-U/PE: ELZANY CINTRA DE MORAIS

RECORRIDO: COOPERATIVA DOS TRABALHADORES EM CARVOEJAMENTO, CARGAS E PLANTIO DE EUCALIPTOS DE AÇAILÂNDIA LTDA.-COOTCARGE

RECORRENTE: EDSON PEREIRA SILVA

6752-U/PR: ARCIONE LIMA MAGALHÃES

RECORRIDO: OS MESMOS RECORRENTES

DISTRIBUIÇÃO**RELATOR: ILKA ESDRA SILVA ARAÚJO****Espécie: RECURSO ORDINÁRIO/PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO**

TRT-1300-2006-004-16-00-8 Origem: 4ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS

RECORRIDO: ROBERTO SOUSA DOURADO

4311-U/MA: ANTÔNIO DE JESUS LEITÃO NUNES

RECORRENTE: EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS E NEGÓCIO PÚBLICO - EMARHP

865-U/MA: LUIZ AMÉRICO HENRIQUES DE CASTRO

DISTRIBUIÇÃO**RELATOR: ILKA ESDRA SILVA ARAÚJO****Espécie: RECURSOS ORDINÁRIOS/PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO**

TRT-1036-2005-002-16-00-9 Origem: 2ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS

RECORRENTES: FUNDAÇÃO ANTÔNIO JORGE DINO

4086-U/MA: JOÃO BATISTA MUNIZ ARAÚJO

RECORRIDOS: OS MESMOS RECORRENTES

RECORRENTES: ORLANDO SOUSA DA SILVA

5933-U/MA: KEILIANE MORAES DOS SANTOS

DISTRIBUIÇÃO**RELATOR: LUIZ COSMO DA SILVA JÚNIOR****REVISOR: ALCEBÍADES TAVARES DANTAS****Espécie: RECURSO ORDINÁRIO**

TRT-0633-2007-007-16-00-0 Origem: VARA DO TRABALHO DE SANTA INÊS

RECORRENTE: MUNICÍPIO DE PENALVA

6602-U/MA: PAULYANA BUHATEM RIBEIRO

RECORRIDO: VALTEMIR PADILHA

5208-B/MA: RANDY GARCIA DA SILVA

RECORRIDO: COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS DE PENALVA-COOPEN

DESEMBARGADORES QUE PARTICIPARAM DO SORTEIO:

ALCEBÍADES TAVARES DANTAS

AMÉRICO BEDÊ FREIRE

JOSÉ EVANDRO DE SOUZA

ILKA ESDRA SILVA ARAÚJO

LUIZ COSMO DA SILVA JÚNIOR

DESEMBARGADORES QUE NÃO PARTICIPARAM DO SORTEIO:

KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA

Motivo: Convocado(a) para TST

GERSON DE OLIVEIRA COSTA FILHO

Motivo: Presidente do TRT

MÁRCIA ANDREA FARIAS DA SILVA

Motivo: Exercício da Presidência

JAMES MAGNO ARAÚJO FARIAS (Juiz Conv.)

Motivo: Férias

DESEMBARGADOR DECLARADO IMPEDIDO/SUSPEITO.

Processo: 00465-2007-013-16-00-4 RORA

ALCEBÍADES TAVARES DANTAS

SERVIDOR QUE REALIZOU A DISTRIBUIÇÃO ELETRÔNICA:

VALEWSKA M. DE CARVALHO CUNHA CASTRO (30816752)

Do que para constar, encerro a ata de distribuição eletrônica nº 294/2007 realizada em oito de novembro de dois mil e sete.

Valewska M. de Carvalho Cunha Castro

Diretora de Distribuição e Acórdãos em Exercício

Visto:

Márcia Andrea Farias da Silva

Desembargadora Vice Presidente

BAIXA NA DISTRIBUIÇÃO**DIRETORIA DE DISTRIBUIÇÃO E ACÓRDÃOS****SETOR DE DISTRIBUIÇÃO**

Certifico que, conforme despacho de fls. 65 do Processo Nº 01364-2006-003-16-00-2, reatado o feito para Recurso Ordinário Procedimento Sumaríssimo, foi registrada a baixa na distribuição somente quanto ao Revisor do seguinte processo:

BAIXA NA DISTRIBUIÇÃO DO DIA 11/09/2007**REVISOR: LUIZ COSMO DA SILVA JÚNIOR****Espécie: RECURSO ORDINÁRIO**

TRT-1364-2006-003-16-00-2 Origem: 3ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS

RECORRIDO: JOÃO BATISTA SOUSA
 3546-U/MA: JOÃO FERNANDES FREIRE NETO
 RECORRENTE: COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO
 MARANHÃO - CAEMA
 2703-U/MA: SÉRGIO ROBERTO MENDES DE ARAÚJO
 São Luís (MA), 09 de novembro de 2007.
 Valewska Medeiros de Carvalho Cunha Castro
 Diretora de Distribuição e Acórdãos em exercício

DIRETORIA DE DISTRIBUIÇÃO E ACÓRDÃOS SETOR DE DISTRIBUIÇÃO

Conforme decisão monocrática do Desembargador Luiz Cosmo da Silva Júnior, os processos de remessa oficial não serão mais conhecidos quando o ente público for sucumbente com condenação inferior a 60 (sessenta) salários mínimos, por conseguinte, foi determinada a baixa na distribuição dos seguintes processos:

BAIXA NA DISTRIBUIÇÃO DO DIA 20.09.2007

RELATOR: LUIZ COSMO DA SILVA JÚNIOR

REVISOR: JAMES MAGNO ARAÚJO FARIAS

Espécie: REMESSA EX-OFFICIO

TRT-0068-2007-018-16-00-4 Origem: VARA DO TRABALHO DE BARREIRINHAS

PARTE 2: MUNICÍPIO DE BARREIRINHAS

5198-U/MA: SANDRA MARIA GONÇALVES ROCHA

PARTE 1: MANOEL DO NASCIMENTO VILAR

4975-U/MA: ORLANDO DA SILVA CAMPOS

TRT-0069-2007-018-16-00-9 Origem: VARA DO TRABALHO DE BARREIRINHAS

PARTE 2: MUNICÍPIO DE BARREIRINHAS

5198-U/MA: SANDRA MARIA GONÇALVES ROCHA

PARTE 1: JOSÉ FRANCISCO VILAR DA CONCEIÇÃO

4975-U/MA: ORLANDO DA SILVA CAMPOS

TRT-0070-2007-018-16-00-3 Origem: VARA DO TRABALHO DE BARREIRINHAS

PARTE 2: MUNICÍPIO DE BARREIRINHAS

5198-U/MA: SANDRA MARIA GONÇALVES ROCHA

PARTE 1: MANOEL DE JESUS SANTOS MATOS

4975-U/MA: ORLANDO DA SILVA CAMPOS

TRT-0071-2007-018-16-00-8 Origem: VARA DO TRABALHO DE BARREIRINHAS

PARTE 2: MUNICÍPIO DE BARREIRINHAS

5198-U/MA: SANDRA MARIA GONÇALVES ROCHA

PARTE 1: GILSON RODRIGUES COSTA

4975-U/MA: ORLANDO DA SILVA CAMPOS

São Luís (MA), 09 de novembro de 2007.

Valewska Medeiros de Carvalho Cunha Castro

Diretora de Distribuição e Acórdãos em exercício

ACÓRDÃOS

DIRETORIA DE DISTRIBUIÇÃO E ACÓRDÃOS

ACÓRDÃOS

Lauda 08 de novembro de 2007

1) Processo TRT 16ª N° 01908-2006-016-16-00-2 ROPS

Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) AMÉRICO BEDÊ FREIRE

Origem: 6ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS/MA

Espécie: RECURSO ORDINÁRIO/PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO

RECORRENTE: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF

Adv.:Dr(s).SAMARONE JOSÉ LIMA MEIRELES

RECORRIDO: JOSÉ RIBAMAR BORBA BRITO

EMENTA: DIREITO DE AÇÃO. PRESCRIÇÃO. APOSENTADORIA.

INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 453, § 2º, DA CLT. Não obstante decorridos mais de 02 (dois) anos entre a ruptura do pacto e a propositura da ação, tem-se que, nos casos de rescisão contratual decorrente de aposentadoria, o prazo prescricional previsto no texto constitucional deve ser contado a partir da declaração, pelo STF, da inconstitucionalidade do art. 453, § 2º, da CLT, que impunha, como decorrência da aposentação, a

extinção do vínculo empregatício. Recurso conhecido e improvido.

DECISÃO: por unanimidade, conhecer do recurso, rejeitar a prejudicial de mérito e, no mérito, negar-lhe provimento para manter a decisão de 1º grau.

DATA DE JULGAMENTO: 16/10/07

2) Processo TRT 16ª N° 00881-2006-003-16-00-4 ED/RO
 Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) LUIZ COSMO DA SILVA JÚNIOR

Origem: 3ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS/MA

Espécie: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

EMBARGANTE: WASHINGTON CÉSAR DIAS DA SILVA

Adv.:Dr(s).DALMO RIBEIRO MARTINS

EMBARGADO: ACÓRDÃO PLENO 2007 (CENTRO DE ENSINO UNIFICADO DO MARANHÃO - CEUMA)

Adv.:Dr(s).RAPHAEL MALUF GUARÁ

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. FINALIDADE. Por expressa determinação legal, os embargos de declaração devem ser opostos quando houver na decisão omissão, contradição ou obscuridade, não sendo, pois, o meio adequado para reapreciar questões já decididas em sede de recurso ordinário. Embargos conhecidos, mas rejeitados.

DECISÃO: por unanimidade, conhecer dos embargos para rejeitá-los.

DATA DE JULGAMENTO: 09/10/07

3) Processo TRT 16ª N° 00574-2006-002-16-00-7 RO
 Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) AMÉRICO BEDÊ FREIRE

Revisor: Desembargador(a) JOSÉ EVANDRO DE SOUZA

Origem: 2ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS/MA

Espécie: RECURSO ORDINÁRIO

RECORRENTE: CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A - ELETRONORTE

Adv.:Dr(s).ISABELA RABELO FALCÃO SANTIAGO

RECORRIDO: ALEXANDRE ALVES PEREIRA E OUTRO

Adv.:Dr(s).HELBERT MACIEL

EMENTA: RAZÕES RECURSAIS SEM ASSINATURA DO ADVOGADO.

NÃO CONHECIMENTO. Verificando-se dos autos que não consta a assinatura do advogado na peça recursal, impõe-se o não conhecimento do recurso, já que o ato processual em questão é tido juridicamente por inexistente. Recurso não conhecido.

DECISÃO: por unanimidade, não conhecer do recurso, por apócrifo.

DATA DE JULGAMENTO: 15/10/07

4) Processo TRT 16ª N° 00400-2006-007-16-00-6 ED'S/ROSPS
 Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) AMÉRICO BEDÊ FREIRE

Origem: VARA DO TRABALHO DE SANTA INÊS/MA

Espécie: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

EMBARGANTES: FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO

Adv.:Dr(s).JOSÉ CALDAS GÓIS

INSTITUTO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA - ISAE

Adv.:Dr(s).NAZIANO PANTOJA FILIZOLA

EMBARGADO: ACÓRDÃO PLENO 2007 (EVERALDO GONÇALVES BATALHA)

Adv.:Dr(s).GUTEMBERG SOARES CARNEIRO

EMENTA: EMBARGOS DECLARATÓRIOS. OMISSÃO. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. Infundados os embargos de declaração quando o embargante argumenta a ausência de pronunciamento acerca de questão já plenamente discutida no acórdão. Assevera-se que a omissão, nos termos do art. 535 do CPC, ocorre quando a decisão deixa de apreciar ponto ou questão alegada pela parte, o que não aconteceu, visto que o Acórdão debatido, abordou de maneira clara e precisa a matéria discutida, ou seja, violação a dispositivos constitucionais, nada havendo a ser alterado no mesmo. Do mesmo modo, nenhuma contradição é verificada, que possa resultar na incorreta interpretação da prova ou na equivocada aplicação do direito, impondo-se, portanto, a rejeição dos embargos opostos. Embargos conhecidos e rejeitados.

DECISÃO: por unanimidade, conhecer dos embargos para, por maioria, rejeitá-los.

DATA DE JULGAMENTO: 09/10/07

5) Processo TRT 16ª N° 02562-2004-003-16-00-1 ED/RO
Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) GERSON DE OLIVEIRA COSTA FILHO
Origem: 3ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS/MA
Espécie: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: ARNAUD DE ALMEIDA RIBEIRO
Adv.:Dr(s).JOSÉ MAGNO MORAES DE SOUSA
EMBARGADO: ACÓRDÃO PLENO 2007 (COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR)
Adv.:Dr(s).SIMONE FERNANDES SILVA
EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO E CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. Inexiste omissão no julgado se a decisão embargada traz clara e expressa fundamentação acerca dos motivos que levaram à convocação de que os elementos que compõem a relação de emprego não restaram configurados, assim não há a contradição que admite a oposição dos embargos se ausente entendimento contradizendo as afirmações da parte, no caso a questão pertinente ao caráter transitório da prestação de serviços.
DECISÃO: por unanimidade, conhecer dos embargos para rejeitá-los.
DATA DE JULGAMENTO: 09/10/07

6) Processo TRT 16ª N° 00397-2006-007-16-00-0 ED'S/ROSPS
Acórdão Pleno 2007
Relator: Desembargador(a) AMÉRICO BEDÊ FREIRE
Origem: VARA DO TRABALHO DE SANTA INÊS/MA
Espécie: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTES: FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO
Adv.:Dr(s).JOSÉ CALDAS GÓIS
INSTITUTO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA - ISAE
Adv.:Dr(s).NAZIANO PANTOJA FILIZOLA
EMBARGADO: ACÓRDÃO PLENO 2007 (CLECI FONSECA SILVA)
Adv.:Dr(s).GUTEMBERG SOARES CARNEIRO
EMENTA: EMBARGOS DECLARATÓRIOS. OMISSÃO. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. Infundados os embargos de declaração quando o embargante argumenta a ausência de pronunciamento acerca de questão já plenamente discutida no acórdão. Assevera-se que a omissão, nos termos do art. 535 do CPC, ocorre quando a decisão deixa de apreciar ponto ou questão alegada pela parte, o que não aconteceu, visto que o Acórdão debatido, abordou de maneira clara e precisa a matéria discutida, ou seja, violação a dispositivos constitucionais, nada havendo a ser alterado no mesmo. Do mesmo modo, nenhuma contradição é verificada, que possa resultar na incorreta interpretação da prova ou na equivocada aplicação do direito, impondo-se, portanto, a rejeição dos embargos opostos. Embargos conhecidos e rejeitados.
DECISÃO: por unanimidade, conhecer dos embargos para, por maioria, rejeitá-los.
DATA DE JULGAMENTO: 09/10/07

7) Processo TRT 16ª N° 00305-2006-016-16-00-3 ED/RO
Acórdão Pleno 2007
Relator: Desembargador(a) AMÉRICO BEDÊ FREIRE
Origem: 6ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS/MA
Espécie: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO - SINASEMPU
Adv.:Dr(s).MARCELO RAMOS CORREIA
EMBARGADO: ACÓRDÃO PLENO 2007 (SINDICATO DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO NO MARANHÃO - SINTRAJUFE)
Adv.:Dr(s).PEDRO DUAILIBE MASCARENHAS
EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REEXAME DA MATÉRIA. DESVIO DE FINALIDADE. Os embargos declaratórios se constituem em remédio processual, com a finalidade de sanear a decisão proferida de possíveis omissões, contradições ou obscuridades, conforme disposto nos arts. 897-A da CLT e 535 do CPC, não sendo o seu objetivo questionar decisão anterior, com o consequente reexame de matéria sobre a qual já houve pronunciamento explícito, com o intuito de reverter o resultado

final. Embargos conhecidos e rejeitados.
DECISÃO: por unanimidade, conhecer dos embargos para rejeitá-los.
DATA DE JULGAMENTO: 24/10/07

8) Processo TRT 16ª N° 00567-2003-005-16-00-1 RO
Acórdão Pleno 2007
Relator: Desembargador(a) GERSON DE OLIVEIRA COSTA FILHO
Revisor: Desembargador(a) ILKA ESDRA SILVA ARAÚJO
Origem: VARA DO TRABALHO DE PINHEIRO/MA
Espécie: RECURSO ORDINÁRIO
RECORRENTE: FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO
Adv.:Dr(s).JOSÉ CALDAS GÓIS JÚNIOR
RECORRIDOS: ASSUNÇÃO DE MARIA MOREIRA DINIZ
Adv.:Dr(s).GUTEMBERG SOARES CARNEIRO
INSTITUTO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA - ISAE
Adv.:Dr(s).ANTÔNIO CARLOS COELHO JÚNIOR
EMENTA: COOPERATIVA. FRAUDE. VÍNCULO DE EMPREGO. RESPONSABILIDADE. A política do cooperativismo implementada pelo ordenamento jurídico pátrio tem sido muito utilizada na atual conjuntura econômico-social, contudo, essa prática não deve servir como envoltório para lesar direitos trabalhistas consolidados. Com efeito, o cooperativismo deve atender os requisitos mínimos legais para assim ser considerado. Dessa forma, a não-subordinação, a relação de coordenação e o objetivo comum são os elementos indispensáveis para a configuração da existência da entidade cooperativa. Assim, não basta a existência de uma roupagem meramente formal, faz-se necessária uma análise da situação fática no contexto da relação desenvolvida entre os associados e a suposta cooperativa. Aliada a esta circunstância, deve-se também perquirir pela presença dos princípios consubstanciadores do cooperativismo, quais sejam, o princípio da dupla qualidade e o princípio da retribuição pessoal diferenciada. Destarte, ausentes quaisquer dos requisitos, têm-se como nula a relação cooperativista, reconhecendo-se o vínculo de emprego diretamente com a tomadora de serviços. Recurso conhecido e parcialmente provido.
DECISÃO: por unanimidade, conhecer do recurso, rejeitar a preliminar de nulidade por cerceamento de defesa, e no mérito, por maioria, dar-lhe provimento parcial para condenar o ISAE como empregador principal, atribuir responsabilidade subsidiária à Fundação Roberto Marinho e excluir o aviso prévio. Redigirá o acórdão a Desembargadora Ilka Esdra Silva Araújo.
DATA DE JULGAMENTO: 29/08/07

9) Processo TRT 16ª N° 02451-2005-008-16-01-0 AI
Acórdão Pleno 2007
Relator: Desembargador(a) ALCEBÍADES TAVARES DANTAS
Origem: VARA DO TRABALHO DE BACABAL/MA
Espécie: AGRAVO DE INSTRUMENTO
AGRAVANTE: LUIZ GONZAGA DA SILVA
Adv.:Dr(s).RAIMUNDO NONATO OLIVEIRA LIMA
AGRAVADO: DUPLACON PNEUS LTDA
Adv.:Dr(s).EDILSON ROCHA RIBEIRO
EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. Decisão que põe fim ao processo no âmbito da Justiça do Trabalho e impede o reclamante de acompanhar a ação é definitiva, e pode ser atacada por RO ou mesmo por Agravo regido pelo art. 522 do CPC, de aplicação subsidiária, não autorizando o entendimento de que pode ser negado seguimento ao recurso ordinário.
DECISÃO: por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, por maioria, dar-lhe provimento nos termos da fundamentação do voto do Desembargador Relator.
DATA DE JULGAMENTO: 20/06/07

10) Processo TRT 16ª N° 00740-2006-012-16-00-2 RO
Acórdão Pleno 2007
Relator: Desembargador(a) LUIZ COSMO DA SILVA JÚNIOR
Revisor: Desembargador(a) AMÉRICO BEDÊ FREIRE
Origem: VARA DO TRABALHO DE IMPERATRIZ/MA

Espécie: RECURSO ORDINARIO

RECORRENTE: FERRO GUSA CARAJÁS S/A

Adv.:Dr(s).KÁTIA SILENE DE SOUZA MATIAS

RECORRIDO: VALÉRIA NOGUEIRA MENEZES

Adv.:Dr(s).HELENO MOTA E SILVA

EMENTA: PRINCÍPIO DA PRIMAZIA DA REALIDADE. RELAÇÃO DE EMPREGO ANTERIOR AO PERÍODO ANOTADO NA CTPS CONFIGURADA. Um dos princípios especialmente caros ao Direito do Trabalho é o da primazia da realidade, "em razão do qual a relação objetiva evidenciada pelos fatos define a verdadeira relação jurídica estipulada pelos contraentes, ainda que sob capa simulada, não correspondente à realidade", segundo pontifica o mestre Arnaldo Sussekind. Assim, restando comprovado nos autos que a reclamante realmente trabalhou de modo subordinado para a reclamada, sem anotação em sua CTPS, impõe-se a manutenção da sentença que reconheceu a existência do referido período clandestino e deferiu as verbas trabalhistas a ele correspondentes. MULTA POR LITIGÂNCIA DE MÁ FÉ. Uma vez demonstrado que a matéria abordada nos Embargos Declaratórios não guarda simetria com aquelas previstas no art. 535 do CPC, pretendendo a parte apenas a reapreciação de prova, há de ser mantida a multa estabelecida pelo juízo a quo. Recurso Ordinário conhecido e não provido.

DECISÃO: por unanimidade, conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento para manter a decisão de 1º grau.

DATA DE JULGAMENTO: 10/10/07

11) Processo TRT 16ª N° 00476-2006-019-16-00-1 RO

Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) ALCEBÍADES TAVARES DANTAS

Revisor: Desembargador(a) JOSÉ EVANDRO DE SOUZA

Origem: VARA DO TRABALHO DE TIMON/MA

Espécie: RECURSO ORDINARIO

RECORRENTE: ÉRICO FREITAS SANTOS

Adv.:Dr(s).LOURIVAL GONÇALVES DE ARAÚJO FILHO

RECORRIDO: INSTITUTO DE AGRONEGÓCIOS DO MARANHÃO - INAGRO

Adv.:Dr(s).ROGÉRIO COELHO ROCHA

EMENTA: DIFERENÇAS SALARIAIS - Comprovadas entre o que foi contratado e o que foi pago devem ser pagas. Adicional Noturno - Jornada de 24x48 e 24x72 inclui o trabalho em horário noturno, que é por lei considerado como de 22 às 5 horas da manhã, devendo tais horas serem remuneradas com acréscimo.

DECISÃO: por unanimidade, conhecer do recurso e, no mérito, dar-lhe provimento para incluir na condenação as diferenças salariais e o adicional noturno, devendo os valores devidos serem apurados por cálculos do contador.

DATA DE JULGAMENTO: 09/10/07

12) Processo TRT 16ª N° 00527-2006-006-16-00-9 RO

Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) LUIZ COSMO DA SILVA JÚNIOR

Revisor: Desembargador(a) AMÉRICO BEDÊ FREIRE

Origem: VARA DO TRABALHO DE CHAPADINHA/MA

Espécie: RECURSO ORDINARIO

RECORRENTE: BERNARDO CARNEIRO SALES

Adv.:Dr(s).THAIS KELLEN LEITE DE MESQUITA

RECORRIDO: A. G. S. SAMPAIO (CASA SAMPAIO)

Adv.:Dr(s).NELSON DE ALENCAR JÚNIOR

EMENTA: RELAÇÃO DE EMPREGO. ÔNUS DA PROVA. Uma vez negada a prestação de serviços pelo reclamado, incumbe ao trabalhador provar o fato, que é constitutivo de seu direito, nos termos dos artigos 818 da CLT e 333, I, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 769 do diploma consolidado. Se, todavia, do ônus não de desonera, deve ser julgado improcedente o pedido de reconhecimento de vínculo empregatício. Recurso Ordinário conhecido e não provido.

DECISÃO: por unanimidade, conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento para manter a decisão de 1º grau.

DATA DE JULGAMENTO: 10/10/07

13) Processo TRT 16ª N° 00337-2002-009-16-00-7 RO

Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) LUIZ COSMO DA SILVA JÚNIOR

Revisor: Desembargador(a) AMÉRICO BEDÊ FREIRE

Origem: VARA DO TRABALHO DE CAXIAS/MA

Espécie: RECURSO ORDINARIO

RECORRENTE: RAIMUNDO NONATO GOMES DA COSTA

Adv.:Dr(s).FRANCISCO ANTÔNIO RIBEIRO ASSUNÇÃO MACHADO

RECORRIDO: CONSOENGE EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÃO LTDA

EMENTA: ÔNUS DA PROVA. VÍNCULO DE EMPREGO. NÃO CONFIRMAÇÃO. Uma vez negada a prestação de serviços pelo reclamado, incumbe ao trabalhador provar o fato, que é constitutivo de seu direito, nos termos dos artigos 818 da CLT e 333, I, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 769 do diploma consolidado. Se, todavia, do ônus não de desonera, deve ser julgado improcedente o pedido de reconhecimento de vínculo empregatício. Recurso Ordinário conhecido e não provido.

DECISÃO: por unanimidade, conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento para manter a decisão de 1º grau.

DATA DE JULGAMENTO: 10/10/07

14) Processo TRT 16ª N° 00561-2006-013-16-00-1 RO

Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) JOSÉ EVANDRO DE SOUZA

Revisor: Desembargador(a) MÁRCIA ANDREA FARIAS DA SILVA

Origem: VARA DO TRABALHO DE AÇAILÂNDIA/MA

Espécie: RECURSO ORDINARIO

RECORRENTE: COOPERATIVA DOS TRABALHADORES EM CARVOEJAMENTO, CARGAS E PLANTIO DE EUCALIPTOS DE AÇAI-LÂNDIA LTDA - COOTCARGE E COMPANHIA SIDERÚRGICA VALE DO PINDARÉ

Adv.:Dr(s).ALTAIR JOSÉ DAMASCENO

RECORRIDO: RAIMUNDO LEANDRO DOS SANTOS

Adv.:Dr(s).EDSON MAGALHÃES MARTINÊS

EMENTA: CONDENAÇÃO SUBSIDIÁRIA. PEÇA RECURSAL CONJUNTA. DEPÓSITO RECURSAL ÚNICO. INTERESSES CONVERGENTES. POSSIBILIDADE. É possível que o depósito realizado apenas pela segunda reclamada condenada como devedora principal, aproveite a primeira reclamada, condenada solidariamente, vez que se trata de recurso interposto através da mesma petição, do mesmo advogado e buscando o mesmo objetivo. Com efeito, nos termos do art. 509 do CPC, "o recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, salvo se distintos ou opostos os seus interesses". TERCEIRIZAÇÃO. MÃO-DE-OBRA COOPERATIVADA. ILICITUDE. A presunção de inexistência de vínculo que decorre do parágrafo único do art. 442 da CLT é apenas relativa, uma vez que impossível conferir-se tal proteção às hipóteses em que se verifica verdadeira simulação tendente a fraudar os preceitos trabalhistas (CLT, art. 9º), através da terceirização de serviços com base na contratação de cooperativa totalmente dissociada dos seus princípios básicos, tudo isso com vista à redução dos custos que adviriam da contratação direta de empregados. Assim, vê-se configurada a ilicitude na terceirização, eis que utilizada a cooperativa tão-somente como empresa inter-posta na contratação de trabalhadores.

DECISÃO: por unanimidade, conhecer do recurso e, no mérito, por maioria, dar-lhe provimento parcial para excluir da condenação a multa do art. 477 da CLT e honorários. Redigirá o acórdão a Desembargadora Márcia Andrea Farias da Silva.

DATA DE JULGAMENTO: 14/08/07

15) Processo TRT 16ª N° 01684-2006-004-16-00-9 RO

Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) JAMES MAGNO ARAÚJO FARIAS (Juiz Convo-cado)

Revisor: Desembargador(a) ALCEBÍADES TAVARES DANTAS

Origem: 4ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS/MA

Espécie: RECURSO ORDINARIO

RECORRENTE: ESTADO DO MARANHÃO

Procurador: PEDRO LUCIANO MOURA PINTO DE CARVALHO
RECORRIDO: ELIZETE SOARES LOPES

Adv.:Dr(s).MÁRIO AMORIM DA FONSECA

EMENTA: SERVIDOR PÚBLICO. CONTRATAÇÃO SEM CONCURSO PÚBLICO APÓS A CF/88. É nula a contratação de servidor público, após a CF/88, sem a prévia aprovação em concurso público, por infringência ao dis-posto no art. 37, II e § 2º do mesmo diploma legal. Face a nulidade, tal contratação não gera efeito algum, somente lhe conferindo direito ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário mínimo e dos valores referentes aos depósitos do FGTS.

DECISÃO: por unanimidade, conhecer do recurso, rejeitar a preliminar de incompetência e, no mérito, negar-lhe provimento para manter a decisão de 1º grau.

DATA DE JULGAMENTO: 09/10/07

16) Processo TRT 16ª N° 01621-2005-008-16-00-7 RO
Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) MÁRCIA ANDREA FARIAS DA SILVA

Revisor: Desembargador(a) ILKA ESDRA SILVA ARAÚJO

Origem: VARA DO TRABALHO DE BACABAL/MA

Espécie: RECURSO ORDINARIO

RECORRENTE: INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA - IICA

Adv.:Dr(s).HUGO COSTA GOMES

RECORRIDO: SUELDO SANKLEY FREITAS FORMIGA

Adv.:Dr(s).GISLAINE ANDRADE PINHEIRO

EMENTA: JORNADA DE TRABALHO. ENGENHEIRO CIVIL. LEI N°. 4.950-A/66 E SÚMULA 370 DO TST. Como a decisão monocrática condenou o reclamado a pagar ao reclamante 15 horas extras semanais, ou seja, 03 horas extras/dia, entendo que a quantidade de horas trabalhadas deva ser mantida, alterando-se somente o percentual de acréscimos das mesmas, sendo as horas equivalentes à sétima e à oitava, remuneradas à base de 25%, posto que não devem ser consideradas como labor extraordinário, e à nona hora, esta efetivamente considerada como hora-extra, no percentual de 50% da hora normal, conforme preceitua o art. 6º da Lei N°.4.950-A/66, c/c a Súmula 370 do TST.

DECISÃO: por unanimidade, rejeitar a preliminar de deserção, conhecer do recurso e, no mérito, dar-lhe provimento parcial para condenar a recorrente a pagar ao recorrido 15(quinze) horas mensais, durante todo o pacto laboral reconhecido, sendo: 10 (dez) horas (equivalentes às 7ª e 8ª horas, ou seja, 2[duas] horas por dia x 5[cinco] dias da semana), com acréscimo de 25% da hora normal; e 5(cinco) horas (estas referentes à 9ª hora, ou seja, 1[uma] hora por dia x 5 dias da semana), com acréscimo de 50% da hora normal, por ser efetivamente relativa à hora extra.

DATA DE JULGAMENTO: 29/08/07

17) Processo TRT 16ª N° 00340-2004-005-16-00-7 AP
Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) ALCEBÍADES TAVARES DANTAS

Revisor: Desembargador(a) AMÉRICO BEDÊ FREIRE

Origem: VARA DO TRABALHO DE PINHEIRO/MA

Espécie: AGRAVO DE PETIÇÃO

AGRAVANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO/MA

Adv.:Dr(s).ANTÔNIO JOSÉ MARTINS

AGRAVADO: LUZIA MELO DIAS

Adv.:Dr(s).GENIVAL ABRÃO FERREIRA

EMENTA: CRÉDITOS TRABALHISTAS DE PEQUENO VALOR - DISPENSA DE PRECATÓRIO. Com a edição da Emenda Constitucional n.º37/02, que delimitou os parâmetros do que vem ser "obrigação de pequeno valor", contida no § 3º do art. 100 da Constituição Federal, firma-se a desnecessidade da formação de precatórios nos litígios judiciais contra a Fazenda Pública, cujos valores não excedam aos limites ali fixados. In casu, não havendo prova nos autos da publicação da lei municipal regulamentando referido valor no âmbito da administração municipal, deve a execução se dar de forma direta, sem necessidade de expedição de precatório. Agravo conhecido e não provido.

DECISÃO: por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, por maioria, negar-lhe provimento para manter a decisão agravada. Redigirá o acórdão o Desembargador Américo Bedê Freire.

DATA DE JULGAMENTO: 10/10/07

18) Processo TRT 16ª N° 00389-2006-006-16-00-8 ED'S/ROPS
Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) LUIZ COSMO DA SILVA JÚNIOR

Origem: VARA DO TRABALHO DE CHAPADINHA/MA

Espécie: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

EMBARGANTE: COMERCIAL E AGRÍCOLA PAINEIRAS LTDA

Adv.:Dr(s).VINÍCIUS CESAR DE BERRÊDO MARTINS

EMBARGADO: ACÓRDÃO PLENO 2007 (MARIA DO ROSÁRIO ALVES ROCHA)

Adv.:Dr(s).CELSE MACEDO SOARES JÚNIOR

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. HIPÓTESES DE CABIMENTO. Somente são cabíveis Embargos de Declaração quando a parte pretender ver sanada omissão, contradição ou obscuridade no julgado embargado. Nenhuma dessas hipóteses ocorrendo, devem ser rejeitados, a teor dos arts. 897-A da CLT e 535 do CPC. Embargos conhecidos, mas rejeitados.

DECISÃO: por unanimidade, conhecer dos embargos para rejeitá-los.

DATA DE JULGAMENTO: 09/10/07

19) Processo TRT 16ª N° 00828-2006-016-16-00-0 ED/ROPS
Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) JOSÉ EVANDRO DE SOUZA

Origem: 6ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS/MA

Espécie: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

EMBARGANTE: IMIFARMA PRODUTOS FARMACÊUTICOS E COSMÉTICOS S/A

Adv.:Dr(s).CRISTIANO ALVES FERNANDES RIBEIRO

EMBARGADO: ACÓRDÃO PLENO 2007 (FLÁVIO FONSECA GOMES)

Adv.:Dr(s).RICARDO JOSÉ MAGALHÃES MOUSINHO

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - AUSÊNCIA DE INSTRUMENTO PROCURATÓRIO - NÃO CONHECIMENTO. A ausência de poderes outorgados aos causídicos subscritores da peça recursal, quer por meio de instrumento de mandato, substabelecimento ou mesmo procuração apud acta, enseja o não conhecimento do apelo por defeito de representação processual, sendo tampouco admissível na fase recursal a regularização da representação processual, na forma do art. 13 do CPC, cuja aplicação se res-tringe ao Juízo de 1º grau, consoante entendimento consagrado pela Súmula nº 383, II, do TST. Embargos não conhecidos.

DECISÃO: por unanimidade, não conhecer dos embargos por falta de representação.

DATA DE JULGAMENTO: 16/10/07

20) Processo TRT 16ª N° 01886-2002-001-16-00-8 RO
Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) JOSÉ EVANDRO DE SOUZA

Revisor: Desembargador(a) GERSON DE OLIVEIRA COSTA FILHO

Origem: 1ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS/MA

Espécie: RECURSO ORDINARIO

RECORRENTE: JOCKDEAN SOEIRO FONSECA

Adv.:Dr(s).CARMINA ROSA COELHO RODRIGUES

RECORRIDO: COMPANHIA MARANHENSE DE REFRIGERANTES

Adv.: Dr(s). MICHELLE ARAÚJO

EMENTA: NULIDADE DE CLÁUSULA DE ACORDO COLETIVO - COM-PETÊNCIA ORIGINÁRIA - DISSÍDIO INDIVIDUAL - VARA DO TRABALHO - POSSIBILIDADE. A jurisprudência e a doutrina, praticamente uníssonas, têm se posicionado no sentido de que a competência originária para a declaração de nulidade de cláusula de acordo coletivo de trabalho, ou de convenção coletiva, é do e. TRT ou do c. TST, conforme a abrangência do instrumento negociado que se impugna, dada a sua semelhança com a demanda coletiva, o que atrai a aplicação do disposto na CLT, art. 678, I, a. Todavia, em sede de dissídios individuais, a questão pode ser solucionada incidentemente, ex vi do CPC, art. 469, III, quando

então a competência será inarredavelmente da Vara do Trabalho. Note-se que, nesta última situação, a sentença proferida ainda terá os seus efeitos restritos às partes do processo (CPC, art. 472), vale dizer, não alcançará os demais abrangidos pelo instrumento negociado. Salien-te-se, por fim, que isto está em plena harmonia com uma noção de amplo acesso à Justiça (CR, art. 5º, XXXV). Recurso ordinário conhecido e parcialmente provido. DECISÃO: por unanimidade, conhecer do recurso e, no mérito, dar-lhe parcial provimento para deferir ao recorrente 13 horas extras por semana, de segunda-feira a sábado, com adicional de 50%, durante todo o período contratual, com exceção dos feriados e férias gozadas, sendo que o seu cálculo em relação às comissões deve observar o disposto na súmula 340/TST.

DATA DE JULGAMENTO: 15/10/07

21) Processo TRT 16ª N° 00178-2006-005-16-00-9 ED/REXOFVR
Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) JOSÉ EVANDRO DE SOUZA

Origem: VARA DO TRABALHO DE PINHEIRO/MA

Espécie: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

EMBARGANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA/MA

Adv.:Dr(s).CRISTIANO ALVES FERNANDES RIBEIRO

EMBARGADOS: ACÓRDÃO PLENO 2007 (RAIMUNDO ANTONIO SOARES MADEIRA)

COOPERATIVA DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS DE SÃO JOÃO BATISTA - COOPSAJOB

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - HIPÓTESES DE CABIMENTO - NÃO CONFIGURAÇÃO. Nos termos do art. 535 do CPC, de aplicação supletiva ao processo do trabalho, os embargos de declaração pres-tam-se para afastar da decisão a obscuridade, a contradição ou/e a omissão, e não para revolver matéria já amplamente debatida e decidida no julgamento. Embargos de declaração conhecidos e rejeitados.

DECISÃO: por unanimidade, conhecer dos embargos para rejeitá-los, nos termos deste voto.

DATA DE JULGAMENTO: 16/10/07

22) Processo TRT 16ª N° 00015-2006-020-16-00-9 ED/REXOFVR
Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) JOSÉ EVANDRO DE SOUZA

Origem: VARA DO TRABALHO DE PRESIDENTE DUTRA/MA

Espécie: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

EMBARGANTE: MUNICÍPIO DE GONÇALVES DIAS/MA

Adv.:Dr(s). LILIAN DIAS ALVES

EMBARGADO: ACÓRDÃO PLENO 2007 (FRANCELIR DA SILVA LEITE LIMA)

Adv.:Dr(s).COSMO ALEXANDRE DA SILVA

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - PREQUESTIONAMENTO. O remédio recursal de embargos de declaração tanto serve para sanar eventuais defeitos de forma ou de explicitação porventura existentes no aresto, conforme se infere do art. 897-A da CLT e do art. 535 do CPC, como para provocar o prequestionamento da matéria que se intenta submeter à apreciação de instância recursal extraordinária. Neste último caso, desnecessário que a decisão embargada proceda à análise de todos os argumentos invocados e tampouco faça menção aos dispositivos legais citados, bastando que estejam explicitadas, de forma clara e inequívoca, as razões do convencimento do julgador. Embargos de declaração conhecidos e acolhidos, mas sem efeito modificativo.

DECISÃO: por unanimidade, conhecer dos embargos para acolhê-los, prestando esclarecimentos adicionais sem dar efeito modificativo.

DATA DE JULGAMENTO: 16/10/07

23) Processo TRT 16ª N° 00338-2004-009-16-00-3 ED/RO
Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) LUIZ COSMO DA SILVA JÚNIOR

Origem: VARA DO TRABALHO DE CAXIAS/MA

Espécie: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

EMBARGANTE: CASA DE SAÚDE E MATERNIDADE DE COELHO NETO LTDA

Adv.:Dr(s).HÉLIO COELHO DA SILVA

EMBARGADO: ACÓRDÃO PLENO 2007 (RAIMUNDO DE SOUSA RODRIGUES)

Adv.:Dr(s).MANOEL MESSIAS PEREIRA DE SOUZA

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. HIPÓTESES DE CABIMENTO. São cabíveis Embargos de Declaração quando buscar a parte ver sanada omissão, contradição ou obscuridade no julgado embargado, a teor dos arts. 897-A da CLT e 535 do CPC. Nenhuma dessas hipóteses ocorrendo, deve ser rejeitado o apelo, inclusive com aplicação de multa, se caracterizado o propósito manifesto de retardar o andamento do feito. Embargos conhecidos, mas rejeitados.

DECISÃO: por unanimidade, conhecer dos embargos para rejeitá-los.

DATA DE JULGAMENTO: 09/10/07

24) Processo TRT 16ª N° 02660-2005-015-16-00-0 ED/REXOFVR
Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) LUIZ COSMO DA SILVA JÚNIOR

Origem: 5ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS/MA

Espécie: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

EMBARGANTE: UNIÃO FEDERAL - FAZENDA NACIONAL

Adv.: Dr(s). MARCONI IBIAPINA DO MONTE

EMBARGADO: ACÓRDÃO PLENO 2007 (OLEAGINOSAS MARANHENSES S/A - OLEAMA)

Adv.:Dr(s).LUIZ FERNANDO DOMINICI CASTELO BRANCO

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. HIPÓTESES DE CABIMENTO. Somente são cabíveis Embargos de Declaração quando a parte pretender ver sanada omissão, contradição ou obscuridade no julgado embargado. Nenhuma dessas hipóteses ocorrendo, devem ser rejeitados, a teor dos arts. 897-A da CLT e 535 do CPC. Embargos conhecidos, mas rejeitados.

DECISÃO: por unanimidade, conhecer dos embargos para rejeitá-los.

DATA DE JULGAMENTO: 09/10/07

25) Processo TRT 16ª N° 00179-2006-005-16-00-3 ED/REXOFVR
Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) LUIZ COSMO DA SILVA JÚNIOR

Origem: VARA DO TRABALHO DE PINHEIRO/MA

Espécie: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

EMBARGANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA/MA

Adv.:Dr(s).ULISSES CÉSAR MARTINS DE SOUSA

EMBARGADOS: ACÓRDÃO PLENO 2007 (MARIA PEREIRA DOS REIS)

Adv.:Dr(s).JOSÉ RIBAMAR SANTOS

COOPERATIVA DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS DE SÃO JOÃO BATISTA - COOPSAJOB

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. HIPÓTESES DE CABIMENTO. Somente são cabíveis Embargos de Declaração quando a parte pretender ver sanada omissão, contradição ou obscuridade no julgado embargado. Nenhuma dessas hipóteses ocorrendo, devem ser rejeitados, a teor dos arts. 897-A da CLT e 535 do CPC. Embargos conhecidos, mas rejeitados.

DECISÃO: por unanimidade, conhecer dos embargos para rejeitá-los.

DATA DE JULGAMENTO: 09/10/07

26) Processo TRT 16ª N° 00688-2001-002-16-01-5 AP
Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) AMÉRICO BEDÊ FREIRE

Revisor: Desembargador(a) JOSÉ EVANDRO DE SOUZA

Origem: 2ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS/MA

Espécie: AGRAVO DE PETIÇÃO

AGRAVANTE: SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI

Adv.:Dr(s).GENTIL AUGUSTO COSTA

AGRAVADO: LÍGIA FERREIRA GARCÊS

Adv.:Dr(s).JOÃO BATISTA MUNIZ ARAÚJO

EMENTA: AGRAVO DE PETIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO DE MATÉRIA NÃO DEVOLVIDA À SEGUNDA INSTÂNCIA. DISCUSSÃO DE MÉRITO RESTRITA À INTEMPESTIVIDADE DOS EMBARGOS À EXECUÇÃO. Não havendo o juízo de execução se pro-



nunciado sobre as razões meritórias dos embargos à execução, que tratavam sobre supostas irregularidades ocorridas quando da realização da penhora, tendo em vista o seu não conhecimento frente à flagrante intempestividade, devidamente comprovada nos autos, descabe ao juízo de segundo grau, na condição de instância revisora, fazê-lo, sob pena de supressão de um grau de jurisdição. Agravo de Petição conhecido e não provido.

DECISÃO: por unanimidade, conhecer do agravo de petição e, no mérito, negar-lhe provimento para manter a decisão agravada.

DATA DE JULGAMENTO: 16/10/07

27) Processo TRT 16ª N° 00682-2006-013-16-00-3 RO
Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) JOSÉ EVANDRO DE SOUZA

Revisor: Desembargador(a) MÁRCIA ANDREA FARIAS DA SILVA

Origem: VARA DO TRABALHO DE AÇAILÂNDIA/MA

Espécie: RECURSO ORDINÁRIO

RECORRENTE: COOPERATIVA DOS TRABALHADORES EM CARVOEJAMENTO, CARGAS E PLANTIO DE EUCALIPTOS DE AÇAI-LÂNDIA LTDA - COOTCARGE E COMPANHIA SIDERÚRGICA VALE DO PINDARÉ

Adv.:Dr(s).ALTAIR JOSÉ DAMASCENO

RECORRIDO: AILTON FERNANDES LIMA

Adv.:Dr(s).ARCIONE LIMA MAGALHÃES

EMENTA: CONDENAÇÃO SUBSIDIÁRIA. PEÇA RECURSAL CONJUNTA. DEPÓSITO RECURSAL ÚNICO. INTERESSES CONVERGENTES. POSSIBILIDADE. É possível que o depósito realizado apenas pela segunda reclamada condenada como devedora principal, aproveite a primeira reclamada, condenada solidariamente, vez que se trata de recurso interposto através da mesma petição, do mesmo advogado e buscando o mesmo objetivo. Com efeito, nos termos do art. 509 do CPC, "o recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, salvo se distintos ou opostos os seus interesses". TERCEIRIZAÇÃO. MÃO-DE-OBRA COOPERATIVADA. ILICITUDE. A presunção de inexistência de vínculo que decorre do parágrafo único do art. 442 da CLT é apenas relativa, uma vez que impossível conferir-se tal proteção às hipóteses em que se verifica verdadeira simulação tendente a fraudar os preceitos trabalhistas (CLT, art. 9º), através da terceirização de serviços com base na contratação de cooperativa totalmente dissociada dos seus princípios básicos, tudo isso com vista à redução dos custos que adviriam da contratação direta de empregados. Assim, vê-se configurada a ilicitude na terceirização, eis que utilizada a cooperativa tão-somente como empresa inter-posta na contratação de trabalhadores (Súmula 331, I, do TST).

DECISÃO: por unanimidade, conhecer do recurso e, no mérito, por maioria, dar-lhe provimento parcial para excluir da condenação a multa do art. 477 da CLT. Redigirá o acórdão a Desembargadora Márcia Andrea Farias da Silva.

DATA DE JULGAMENTO: 14/08/07

28) Processo TRT 16ª N° 01868-2005-001-16-00-9 AP
Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) LUIZ COSMO DA SILVA JÚNIOR

Revisor: Desembargador(a) AMÉRICO BEDÊ FREIRE

Origem: 1ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS/MA

Espécie: AGRAVO DE PETIÇÃO

AGRAVANTE: ANTÔNIO ANGLADA CASANOVAS

Adv.:Dr(s).POLLYANA LETÍCIA NUNES ROCHA

AGRAVADO: ANA LÚCIA SANTOS DA SILVA.

Adv.:Dr(s).SIDNEY RAMOS ALVES DA CONCEIÇÃO

EMENTA: AGRAVO DE PETIÇÃO. MULTA. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. NÃO CARACTERIZAÇÃO. A interposição do Embargos de Declaração, por si só, não revela o intuito da parte de protelar o desfecho da demanda. Trata-se de instituto processual à disposição da parte, previsto no art. 897-A, da CLT. Por outro lado, a multa de 20% (vinte por cento) de que trata o artigo 601 do CPC, destina-se àquele que utiliza de modo malicioso ou fraudulentos, meios para obstruir ou atentar contra a dignidade da justiça, o que não se verifica no caso presente. Agravo de Petição conhecido e provido.

DECISÃO: por unanimidade, rejeitar a preliminar de não conhecimento, co-nhecer do agravo e, no mérito, por maioria, dar-lhe provimento para excluir da condenação a multa de 20%. Redigirá o acórdão o Desembargador Américo Bedê Freire.

DATA DE JULGAMENTO: 10/10/07

29) Processo TRT 16ª N° 00341-2003-005-16-00-0 ED'S/ROPS

Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) AMÉRICO BEDÊ FREIRE

Origem: VARA DO TRABALHO DE PINHEIRO/MA

Espécie: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

EMBARGANTES: FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO

Adv.:Dr(s).JOSÉ CALDAS GÓIS JÚNIOR

INSTITUTO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA - ISAE

Adv.:Dr(s).POLLYANA MARIA GAMA VAZ

EMBARGADO: ACÓRDÃO PLENO 2007 (ANTONIO ERBETHE RIBEIRO FERREIRA)

Adv.:Dr(s).GUTEMBERG SOARES CARNEIRO

EMENTA: EMBARGOS DECLARATÓRIOS. OMISSÃO. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. Infundados os embargos de declaração quando o embargante argumenta a ausência de pronunciamento acerca de questão já plenamente discutida no acórdão. Assevera-se que a omissão, nos termos do art. 535 do CPC, ocorre quando a decisão deixa de apreciar ponto ou questão alegada pela parte, o que não aconteceu, visto que o Acórdão debatido, abordou de maneira clara e precisa a matéria discutida, ou seja, violação a dispositivos constitucionais, nada havendo a ser alterado no mesmo. Do mesmo modo, nenhuma contradição é verificada, que possa resultar na incorreta interpretação da prova ou na equivocada aplicação do direito, impondo-se, portanto, a rejeição dos embargos opostos. Embargos conhecidos e rejeitados.

DECISÃO: por unanimidade, conhecer dos embargos para rejeitá-los.

DATA DE JULGAMENTO: 10/10/07

30) Processo TRT 16ª N° 00404-2006-007-16-00-4 ED'S/ROSPS

Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) AMÉRICO BEDÊ FREIRE

Origem: VARA DO TRABALHO DE SANTA INÊS/MA

Espécie: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

EMBARGANTES: FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO

Adv.:Dr(s).JOSÉ CALDAS GÓIS

INSTITUTO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA - ISAE

Adv.:Dr(s).NAZIANO PANTOJA FILIZOLA

EMBARGADO: ACÓRDÃO PLENO 2007 (LEUDA DA SILVA CABRAL)

Adv.:Dr(s).GUTEMBERG SOARES CARNEIRO

EMENTA: EMBARGOS DECLARATÓRIOS. OMISSÃO. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. Infundados os embargos de declaração quando o embargante argumenta a ausência de pronunciamento acerca de questão já plenamente discutida no acórdão. Assevera-se que a omissão, nos termos do art. 535 do CPC, ocorre quando a decisão deixa de apreciar ponto ou questão alegada pela parte, o que não aconteceu, visto que o Acórdão debatido, abordou de maneira clara e precisa a matéria discutida, ou seja, violação a dispositivos constitucionais, nada havendo a ser alterado no mesmo. Do mesmo modo, nenhuma contradição é verificada, que possa resultar na incorreta interpretação da prova ou na equivocada aplicação do direito, impondo-se, portanto, a rejeição dos embargos opostos. Embargos conhecidos e rejeitados.

DECISÃO: por unanimidade, conhecer dos embargos para, por maioria, rejeitá-los.

DATA DE JULGAMENTO: 09/10/07

31) Processo TRT 16ª N° 00916-2005-002-16-00-8 ED/RO

Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) LUIZ COSMO DA SILVA JÚNIOR

Origem: 2ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS/MA

Espécie: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

EMBARGANTE: INSTITUTO DE AGRONEGÓCIOS DO MARANHÃO - INAGRO

Adv.:Dr(s).ALEKSANDRA LYRA PESSOA DOS REIS CALDAS
EMBARGADO: ACÓRDÃO PLENO 2007 (CRISTINO DE ARRUDA ANDRADE FILHO)

Adv.:Dr(s).GISLAINE ANDRADE PINHEIRO

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. HIPÓTESES DE CABIMENTO. INTUITO PROTETÓRIO. CARACTERIZAÇÃO. São cabíveis Embargos de Declaração quando buscar a parte ver sanada omissão, contradição ou obscuridade no julgado embargado, a teor dos arts. 897-A da CLT e 535 do CPC. Nenhuma dessas hipóteses ocorrendo, devem ser rejeitados, inclusive com aplicação de multa, se caracterizado o propósito manifesto de retardar o andamento do feito. Embargos conhecidos, mas rejeitados.

DECISÃO: por unanimidade, conhecer dos embargos para rejeitá-los.

DATA DE JULGAMENTO: 09/10/07

32) Processo TRT 16ª N° 02094-2002-001-16-00-0 ED/RORAP
Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) LUIZ COSMO DA SILVA JÚNIOR

Origem: 1ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS/MA

Espécie: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

EMBARGANTE: TELEMAR NORTE LESTE S/A

Adv.:Dr(s).POLLYANA LETÍCIA NUNES ROCHA

EMBARGADO: ACÓRDÃO PLENO 2007 (URBANO CAMPOS DA MOTA)

Adv.:Dr(s).PEDRO DUAİLIBE MASCARENHAS

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. FINALIDADE. Por expressa determinação legal, os embargos de declaração devem ser opostos quando houver na decisão omissão, contradição ou obscuridade, não sendo, pois, o meio adequado para reapreciar questões já decididas em sede de recurso ordinário. Não sendo este o caso dos autos, os embargos devem ser rejeitados. Embargos conhecidos, mas rejeitados.

DECISÃO: por unanimidade, conhecer dos embargos para rejeitá-los.

DATA DE JULGAMENTO: 09/10/07

33) Processo TRT 16ª N° 00386-2006-006-16-00-4 ED/ROPS
Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) LUIZ COSMO DA SILVA JÚNIOR

Origem: VARA DO TRABALHO DE CHAPADINHA/MA

Espécie: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

EMBARGANTE: COMERCIAL E AGRÍCOLA PAINEIRAS LTDA

Adv.:Dr(s).VINÍCIUS CESAR DE BERRÊDO MARTINS

EMBARGADO: ACÓRDÃO PLENO 2007 (JOSÉ FRANCISCO ALVES MENDONÇA)

Adv.:Dr(s).CELMO MACEDO SOARES JÚNIOR

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO INEXISTENTE. Segundo a regra insculpida no inciso II do art. 535 do CPC, a omissão capaz de ensejar o manejo dos embargos de declaração ocorre quando for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal. Vale dizer, somente haverá omissão quando o acórdão deixar de se manifestar acerca de matéria abordada pelas partes perante o órgão julgador, o que não ocorreu no caso dos autos. Embargos conhecidos e rejeitados.

DECISÃO: por unanimidade, conhecer dos embargos para rejeitá-los.

DATA DE JULGAMENTO: 09/10/07

34) Processo TRT 16ª N° 00306-2007-007-16-00-8 AP
Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) AMÉRICO BEDÊ FREIRE

Revisor: Desembargador(a) JOSÉ EVANDRO DE SOUZA

Origem: VARA DO TRABALHO DE SANTA INÊS/MA

Espécie: AGRAVO DE PETIÇÃO

AGRAVANTE: ELIELTON REZENDE DA SILVA

Adv.:Dr(s).GISLAINE DE ANDRADE RAPOSO BARROS

AGRAVADO: HERIVELTON DE SOUSA BELGA

Adv.:Dr(s).LUIZ CARLOS COSTA ALVES

EMENTA: AGRAVO DE PETIÇÃO - PENHORA SOBRE BEM MÓVEL (VEÍCULO)-COMPROVAÇÃO DE PROPRIEDADE - INSUBSISTÊNCIA DA CONSTRUÇÃO. Havendo nos autos provas ro-

bustas, através do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo e Nota Fiscal, de compra e de propriedade do veículo, não há que se optar pela tradição como meio definidor de propriedade, já que não há dúvida quanto à titularidade do bem penhorado. Agravo de Petição conhecido e provido.

DECISÃO: por unanimidade, conhecer do agravo de petição e, no mérito, dar-lhe provimento para desconstituir a penhora e liberar o bem ao seu legítimo proprietário.

DATA DE JULGAMENTO: 16/10/07

35) Processo TRT 16ª N° 00059-2002-002-16-00-3 ED/RO

Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) GERSON DE OLIVEIRA COSTA FILHO

Origem: 2ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS/MA

Espécie: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

EMBARGANTE: JAIME DE JESUS MARQUES PIRES

Adv.:Dr(s).JOSÉ MURILO DE CASTRO AZEVEDO

EMBARGADO: ACÓRDÃO PLENO 2007 (ALCOA ALUMÍNIO S/A & BHP BILLITON METAIS S/A)

Adv.:Dr(s).KLEBER MOREIRA

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. Inexiste omissão no julgado se a decisão embargada traz clara e expressa fundamentação acerca da matéria impugnada em sede de recurso, eis que o fato de o julgado apresentar fundamentos dissonantes com o entendimento da parte não tem o condão de caracterizar omissão capaz de viabilizar o manejo dos declaratórios.

DECISÃO: por unanimidade, conhecer dos embargos para rejeitá-los.

DATA DE JULGAMENTO: 09/10/07

36) Processo TRT 16ª N° 00398-2006-007-16-00-5 ED'S/ROSPS

Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) AMÉRICO BEDÊ FREIRE

Origem: VARA DO TRABALHO DE SANTA INÊS/MA

Espécie: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

EMBARGANTES: FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO

Adv.:Dr(s).JOSÉ CALDAS GÓIS

INSTITUTO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA - ISAE

Adv.:Dr(s).NAZIANO PANTOJA FILIZOLA

EMBARGADO: ACÓRDÃO PLENO 2007 (VALDERI SILVA TORRES)

Adv.:Dr(s).GUTEMBERG SOARES CARNEIRO

EMENTA: EMBARGOS DECLARATÓRIOS. OMISSÃO. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. Infundados os embargos de declaração quando o embargante argumenta a ausência de pronunciamento acerca de questão já plenamente discutida no acórdão. Assevera-se que a omissão, nos termos do art. 535 do CPC, ocorre quando a decisão deixa de apreciar ponto ou questão alegada pela parte, o que não aconteceu, visto que o Acórdão debatido, abordou de maneira clara e precisa a matéria discutida, ou seja, violação a dispositivos constitucionais, nada havendo a ser alterado no mesmo. Do mesmo modo, nenhuma contradição é verificada, que possa resultar na incorreta interpretação da prova ou na equivocada aplicação do direito, impondo-se, portanto, a rejeição dos embargos opostos. Embargos conhecidos e rejeitados.

DECISÃO: por unanimidade, conhecer dos embargos para, por maioria, rejeitá-los.

DATA DE JULGAMENTO: 09/10/07

37) Processo TRT 16ª N° 00769-2006-013-16-00-0 RO

Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) LUIZ COSMO DA SILVA JÚNIOR

Revisor: Desembargador(a) JAMES MAGNO ARAÚJO FARIAS (Juiz Convo-cado)

Origem: VARA DO TRABALHO DE AÇAILÂNDIA/MA

Espécie: RECURSO ORDINÁRIO

RECORRENTE: COOPERATIVA DOS TRABALHADORES EM CARVOEJAMENTO, CARGAS E PLANTIO DE EUCALIPTOS DE AÇAI-LÂNDIA LTDA - COOTCARGE E COMPANHIA SIDERÚRGICA VALE DO PINDARÉ



Adv.:Dr(s).ALTAIR JOSÉ DAMASCENO

RECORRIDO: JOSÉ MILTON DE JESUS PEREIRA

Adv.:Dr(s).ARCIONE LIMA MAGALHÃES

EMENTA: COOPERATIVISMO. NEXISTÊNCIA. RECONHECIMENTO DO VÍNCULO DE EMPREGO. A simples existência da cooperativa não legitima a terceirização de serviços, sejam eles inerentes, ou não, às funções finalísticas do empreendimento. Isto porque, como o contrato de trabalho é um contrato-realidade, faz-se imprescindível perquirir se os chamados "cooperados" atua-ram na relação que se desenvolveu entre os litigantes como verdadeiros co-participantes, tendo sido, simultaneamente, beneficiários ou usuários dos serviços prestados pela cooperativa, ou se, em sentido inverso, laboraram em condições tradicionais de subordinação e dependência. Nesta segunda hipóte-se, a relação jurídica revelará uma forma camuflada de um verdadeiro contrato de trabalho. Recurso ordinários conhecidos, e parcialmente provido o da Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré.

DECISÃO: por maioria, conhecer do recurso da COOTCARGE; por unanimidade, conhecer do recurso da Companhia Siderúrgica e, no mérito, negar provimento ao recurso da COOTCARGE e, por maioria, dar provimento parcial ao recurso da Companhia Siderúrgica para excluir da condenação a multa do art. 477 da CLT e os honorários advocatícios.

DATA DE JULGAMENTO: 09/10/07

38) Processo TRT 16ª N° 00197-2007-004-16-00-0 ROPS

Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) MÁRCIA ANDREA FARIAS DA SILVA

Origem: 4ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS/MA

Espécie: RECURSO ORDINÁRIO/PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO

RECORRENTE: MARIA EMÍLIA BASTOS MOTA

Adv.:Dr(s).JOSÉ RIBAMAR BORBA BRITO

RECORRIDO: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A

Adv.:Dr(s).CARLOS ALBERTO LAYME JÚNIOR

EMENTA: PREJUDICIAL DE MÉRITO. PRESCRIÇÃO BIENAL. NÃO INCIDÊNCIA. Uma vez que o reclamante fora demitido com base no § 2º do artigo 453 DA CLT e tendo este sido julgado inconstitucional pelo STF através da ADIN 1.721, ocorrido em 11.10.2006, somente a partir desta data inicia-se a contagem do prazo prescricional e não da demissão, como entendeu o juízo "a quo".

DECISÃO: por unanimidade, conhecer do recurso e, no mérito, dar-lhe provimento parcial para afastar a prescrição e devolver os autos à origem para que esta julgue o mérito da causa.

DATA DE JULGAMENTO: 19/09/07

39) Processo TRT 16ª N° 01244-2006-005-16-00-8 ROPS

Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) ILKA ESDRA SILVA ARAÚJO

Origem: VARA DO TRABALHO DE PINHEIRO/MA

Espécie: RECURSO ORDINÁRIO/PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO

RECORRENTE: ROBSON MAGNO FERREIRA SILVA

Adv.:Dr(s).ANTÔNIO CARLOS RODRIGUES VIANA

RECORRIDO: AMAPALMA S/A

Adv.:Dr(s).KLÉBER LUIZ DA SILVA JORGE

EMENTA: INCOMPETÊNCIA. JUSTIÇA DO TRABALHO. RACIONE LOCI. Restando incontroverso que o reclamante fora contratado e prestará serviços no Estado do Pará, incompetente a Vara de Pinheiro para apreciar e julgar o pre-sente feito.

DECISÃO: por unanimidade, conhecer do recurso e, no mérito, por maioria, negar-lhe provimento para manter a decisão de 1º grau. Redigirá o acórdão a Desembargadora Márcia Andrea Farias da Silva.

DATA DE JULGAMENTO: 29/08/07

40) Processo TRT 16ª N° 01976-2005-003-16-00-4 ED/AP

Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) JAMES MAGNO ARAÚJO FARIAS (Juiz Convo-cado)

Origem: 3ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS/MA

Espécie: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

EMBARGANTE: UNIÃO FEDERAL - FAZENDA NACIONAL

Procurador: MARCONI IBIAPINA DO MONTE

EMBARGADO: ACÓRDÃO PLENO 2007 (COMPANHIA SIDERÚRGICA DO MARANHÃO - COSIMA)

Adv.:Dr(s).JOSÉ HENRIQUE WANDERLEY FILHO

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. NÃO CARACTE-RIZAÇÃO. REEXAME DA MATÉRIA. IMPRESTABILIDADE. A finalidade dos Embargos de Declaração encontra-se delimitada nos artigos 535, I e II, do CPC e 897-A, da CLT, servindo para suprir omissão e aclarar obscuridade ou contradição de decisão judicial, com o objetivo maior de aperfeiçoamento do julgado. In casu, voltando-se as alegações da embargante ao revolvimento do contexto probatório dos autos, devem ser rejeitados os embargos.

DECISÃO: por unanimidade, conhecer dos embargos para rejeitá-los.

DATA DE JULGAMENTO: 23/10/07

41) Processo TRT 16ª N° 00148-2004-002-16-00-1 ED/RO

Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) ALCEBÍADES TAVARES DANTAS

Origem: 2ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS/MA

Espécie: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

EMBARGANTE: COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB

Adv.: Dr(s). SOLANGE C. FIGUEIREDO

EMBARGADO: ACÓRDÃO PLENO 2006 (ÁUREA DO ESPÍRITO SANTO FERNANDES SANTOS)

Adv.:Dr(s).DARCI COSTA FRAZÃO

EMENTA: IRREGULARIDADE DE REPRESENTAÇÃO. Recurso interposto por advogado sem procuração nos autos não pode ser conhecido por faltar pressuposto processual extrínseco necessário ao conhecimento do recurso.

DECISÃO: por unanimidade, não conhecer dos embargos por irregularidade de representação.

DATA DE JULGAMENTO: 24/07/07

42) Processo TRT 16ª N° 00451-2006-015-16-01-5 AI

Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) MÁRCIA ANDREA FARIAS DA SILVA

Origem: 5ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS/MA

Espécie: AGRAVO DE INSTRUMENTO

AGRAVANTE: JURANDIR RAIMUNDO DA SILVA

Adv.:Dr(s).WALTERLINO RIBAMAR PINHEIRO CORREIA

AGRAVADO: RODRIGO CORDEIRO SOUSA

Adv.:Dr(s).CARLOS HENRIQUE OLIVEIRA DE QUEIROZ

EMENTA: JUSTIÇA GRATUITA. HIPOSSUFICIÊNCIA DO EMPREGADOR NÃO COMPROVADA. INDEFERIMENTO. Não há que se cogitar a concessão do benefício da justiça gratuita quando não comprovada nos autos, com prova robusta, a hipossuficiência econômica do empregador, sobretudo, quando se trata, não apenas da dispensa do pagamento das custas processuais, mas também, do depósito recursal, por ter este o caráter de garantia da execução e não de taxa para interposição de recurso.

DECISÃO: por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento para manter o despacho agravado.

DATA DE JULGAMENTO: 18/09/07

43) Processo TRT 16ª N° 02538-2005-016-16-01-2 AI

Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) MÁRCIA ANDREA FARIAS DA SILVA

Origem: 6ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS/MA

Espécie: AGRAVO DE INSTRUMENTO

AGRAVANTE: ABS PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA - ME

Adv.:Dr(s).MARISLEY PEREIRA BRITO

AGRAVADO: ROLZE DE LUCENA ROBSON

Adv.:Dr(s).MAURÍCIO CAMARGO BANDEIRA

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. INADMISSIBILIDADE. DEFEITO DE TRASLADO. A ausência de alguma das peças essenciais de que trata o art. 897, §5º, I, da CLT, constitui óbice intransponível ao

conhecimento do agravo de instrumento, não comportando, sequer, a conversão do feito em diligência para supri-la, conforme item X, da Instrução Normativa nº 16, do colendo TST.

DECISÃO: por unanimidade, não conhecer do agravo por deficiência na sua formação, tudo nos termos da fundamentação do voto da Desembargadora Relatora.

DATA DE JULGAMENTO: 18/09/07

44) Processo TRT 16ª Nº 00667-1991-001-16-00-8 ED/ED/AP
Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) AMÉRICO BEDÊ FREIRE

Origem: 1ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS/MA

Espécie: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

EMBARGANTE: RAIMUNDO DINIZ FERREIRA E OUTROS.

Adv.:Dr(s).JOSÉ GUILHERME CARVALHO ZAGALLO

EMBARGADOS: ACÓRDÃO PLENO 2007 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UF MA)

Adv.:Dr(s).LÚCIA MARIA SOTÃO AQUINO

INSTITUTO NACIONAL DA SEGURIDADE SOCIAL - INSS

EMENTA: EMBARGOS DECLARATÓRIOS. OMISSÃO.

INEXISTÊNCIA. Infundados os embargos de declaração quando o embargante argumenta a ausência de pronunciamento por parte do Acórdão, acerca de questão por si levantada, em sede de embargos anteriores. Assevera-se que a omissão, nos termos do art. 535 do CPC, ocorre quando a decisão deixa de apreciar ponto ou questão alegada pela parte, o que não aconteceu, visto que o Acórdão debatido, abordou de maneira clara e precisa a matéria discutida, ou seja, violação a dispositivos constitucionais, nada havendo a ser alterado no mesmo, impondo-se, portanto, a rejeição dos embargos opostos. Embargos conhecidos e rejeita-dos.

DECISÃO: por unanimidade, conhecer dos embargos para rejeitá-los.

DATA DE JULGAMENTO: 10/10/07

45) Processo TRT 16ª Nº 00390-2006-007-16-00-9 ED'S/ROSPS
Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) AMÉRICO BEDÊ FREIRE

Origem: VARA DO TRABALHO DE SANTA INÊS/MA

Espécie: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

EMBARGANTES: FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO

Adv.:Dr(s).JOSÉ CALDAS GÓIS JÚNIOR

INSTITUTO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA - ISAE

Adv.:Dr(s).POLLYANA MARIA GAMA VAZ

EMBARGADO: ACÓRDÃO PLENO 2007 (FRANCILEIDE DIAS ALMEIDA)

Adv.:Dr(s).GUTEMBERG SOARES CARNEIRO

EMENTA: EMBARGOS DECLARATÓRIOS. OMISSÃO. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. Infundados os embargos de declaração quando o embargante argumenta a ausência de pronunciamento acerca de questão já plenamente discutida no acórdão. Assevera-se que a omissão, nos termos do art. 535 do CPC, ocorre quando a decisão deixa de apreciar ponto ou questão alegada pela parte, o que não aconteceu, visto que o Acórdão debatido, abordou de maneira clara e precisa a matéria discutida, ou seja, violação a dispositivos constitucionais, nada havendo a ser alterado no mesmo. Do mesmo modo, nenhuma con-tradição é verificada, que possa resultar na incorreta interpretação da prova ou na equivocada aplicação do direito, impondo-se, portanto, a rejeição dos em-bargos opostos. Embargos conhecidos e rejeitados.

DECISÃO: por unanimidade, conhecer dos embargos para, por maioria, rejeitá-los.

DATA DE JULGAMENTO: 09/10/07

46) Processo TRT 16ª Nº 00388-2006-006-16-00-3 ED/ROPS
Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) LUIZ COSMO DA SILVA JÚNIOR

Origem: VARA DO TRABALHO DE CHAPADINHA/MA

Espécie: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

EMBARGANTE: COMERCIAL E AGRÍCOLA PAINEIRAS LTDA

Adv.:Dr(s).VINÍCIUS CESAR DE BERRÊDO MARTINS

EMBARGADO: ACÓRDÃO PLENO 2007 (JOSÉ RIBAMAR RODRIGUES DOS SANTOS FILHO)

Adv.:Dr(s).CELSE MACEDO SOARES JÚNIOR

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. HIPÓTESES DE CABIMENTO. Somente são cabíveis Embargos de Declaração quando a parte pretender ver sanada omissão, contradição ou obscuridade no julgado embargado. Nenhuma dessas hipóteses ocorrendo, devem ser rejeitados, a teor dos arts. 897-A da CLT e 535 do CPC. Embargos conhecidos, mas rejeitados.

DECISÃO: por unanimidade, conhecer dos embargos para rejeitá-los.

DATA DE JULGAMENTO: 09/10/07

47) Processo TRT 16ª Nº 01136-2005-006-16-00-0 ED/RO
Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) LUIZ COSMO DA SILVA JÚNIOR

Origem: VARA DO TRABALHO DE CHAPADINHA/MA

Espécie: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

EMBARGANTE: MARANHÃO GUSA S/A - MARGUSA

Adv.:Dr(s).HILDA DO NASCIMENTO SILVA

EMBARGADO: ACÓRDÃO PLENO 2007 (JOÃO PAULO MENDES RAMOS)

Adv.:Dr(s).PAULO DE JESUS PESSOA SOARES

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO INEXISTENTE.

Segundo a regra insculpida no inciso II do art. 535 do CPC, a omissão capaz de ensejar o manejo dos embargos de declaração ocorre quando for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal. Vale dizer, somente haverá omissão quando o acórdão deixar de se manifestar acerca de matéria abordada pelas partes perante o órgão julgador, o que não ocorreu no caso dos autos. Embargos conhecidos e rejeitados.

DECISÃO: por unanimidade, conhecer dos embargos para rejeitá-los.

DATA DE JULGAMENTO: 09/10/07

48) Processo TRT 16ª Nº 00877-2005-002-16-00-9 ED/RO
Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) LUIZ COSMO DA SILVA JÚNIOR

Origem: 2ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS/MA

Espécie: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

EMBARGANTE: MARANHÃO GUSA S/A - MARGUSA

Adv.:Dr(s).ISRAEL MATOS AGUIAR

EMBARGADO: ACÓRDÃO PLENO 2007 (UNIÃO FEDERAL - FAZENDA NACIONAL)

Procuradora: HELGA LETÍCIA DA SILVA FERNANDES

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. FINALIDADE. Por expressa determinação legal, os embargos de declaração devem ser opostos quando houver na decisão omissão, contradição ou obscuridade, não sendo, pois, o meio adequado para reapreciar questões já decididas em sede de recurso ordi-nário. Embargos conhecidos, mas rejeitados.

DECISÃO: por unanimidade, conhecer dos embargos para rejeitá-los.

DATA DE JULGAMENTO: 09/10/07

49) Processo TRT 16ª Nº 00796-2006-015-16-00-6 ED/RO
Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) MÁRCIA ANDREA FARIAS DA SILVA

Origem: 5ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS/MA

Espécie: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

EMBARGANTE: CARLOS ANTONIO DA COSTA

Adv.:Dr(s).ANTÔNIO DE JESUS LEITÃO NUNES

EMBARGADO: ACÓRDÃO PLENO 2007 (BANCO DO BRASIL S/A)

Adv.:Dr(s).MARIA INEZ FERREIRA CAMPOS

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REEXAME DA DECISÃO. IMPRESTABILIDADE. As alegações da embargante se voltam ao reexame do conteúdo da decisão. Todavia, não se prestam os embargos declaratórios a tal finalidade, o que desnaturaria o próprio instituto, voltado, exclusivamente, ao afastamento dos vícios aos quais aludem os arts. 897-A da CLT e 535 do CPC, com o objetivo maior de aperfeiçoamento do julgado, não se prestando, pois, ao reexame meritório do feito.

DECISÃO: por unanimidade, conhecer dos embargos para rejeitá-los. Por maioria, aplicar multa de 1%.

DATA DE JULGAMENTO: 18/09/07

50) Processo TRT 16ª Nº 00400-2006-016-16-00-7 RO
Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) MÁRCIA ANDREA FARIAS DA SILVA

Revisor: Desembargador(a) LUIZ COSMO DA SILVA JÚNIOR

Origem: 6ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS/MA

Espécie: RECURSO ORDINARIO

RECORRENTE: TIO JORGE DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA

Adv.:Dr(s).ÁLVARO MATOS DE OLIVEIRA NETO

RECORRIDO: JOSÉ ANTONIO BORGES DA SILVA JÚNIOR

Adv.:Dr(s).ANTÔNIO VERAS DE ARAÚJO

EMENTA: COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA. AUSÊNCIA DAS FORMALIDADES LEGAIS. NULIDADE. Há que se declarar nula a atuação da Comissão de Conciliação Prévia, quando não evidenciada nos autos qual-quer prova e nem ao menos indício de sua constituição, quer no âmbito empre-sarial da recorrente, quer na seara sindical, como estabelece o artigo 625-D, consolidado. TRCT HOMOLOGADO. LIBERAÇÃO. APLICAÇÃO DA SÚ-MULA 330 DO TST. A rescisão contratual sem ressalva tem efeito liberatório apenas em relação aos títulos trabalhistas e rescisórios nele consignados. É o que se extrai da redação da súmula 330 do TST. Logo, verificando-se que as diferenças salariais pleiteadas são decorrentes da remuneração não acrescida das comissões e premiações percebidas pelo autor, não há que se falar da aplicação da súmula acima transcrita. DECISÃO: por unanimidade, conhecer do recurso, rejeitar as preliminares de nulidade, de cerceamento de defesa e de julgamento extra petita, e, no mérito, dar-lhe provimento parcial para afastar a nulidade do TRCT (fl.14), para de-terminar o desconto de R\$ 4.170,39 (quatro mil, cento e setenta reais e trinta e nove centavos) do quantum devido, bem como excluir da condenação a devolu-ção dos valores referentes aos cheques devolvidos.

DATA DE JULGAMENTO: 18/09/07

51) Processo TRT 16ª Nº 02434-2006-021-16-00-1 RO
Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) LUIZ COSMO DA SILVA JÚNIOR

Revisor: Desembargador(a) AMÉRICO BEDÊ FREIRE

Origem: VARA DO TRABALHO DE PEDREIRAS/MA

Espécie: RECURSO ORDINARIO

RECORRENTE: MARIA ANA MARQUES DA SILVA

Adv.:Dr(s).RAIMUNDO NONATO DE ALMEIDA

RECORRIDO: COLÉGIO SÃO FRANCISCO

Adv.:Dr(s).PEDRO BEZERRA DE CASTRO

EMENTA: CRÉDITOS TRABALHISTAS. DIREITO DE AÇÃO. APLICAÇÃO DO ART. 7º, XXIX, CF/88. A Constituição Federal, no artigo 7º, inciso XXIX, prevê direito de ação quanto aos créditos trabalhistas com prazo pres-cricional de cinco anos, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho. A não interposição de ação no prazo assinalado configura o instituto da prescrição total. Recurso conhecido e não provido. DECISÃO: por unanimidade, conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento para manter a decisão de 1º grau.

DATA DE JULGAMENTO: 10/10/07

52) Processo TRT 16ª Nº 01071-2005-005-16-00-7 ED/RO
Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) LUIZ COSMO DA SILVA JÚNIOR

Origem: VARA DO TRABALHO DE PINHEIRO/MA

Espécie: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

EMBARGANTE: ILHA MOTOCENTER LTDA

Adv.:Dr(s).SAMARONE JOSÉ LIMA MEIRELES

EMBARGADO: ACÓRDÃO PLENO 2007 (JOSÉ RAIMUNDO ARAÚJO MOREIRA)

Adv.:Dr(s).GENIVAL ABRÃO FERREIRA

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. HIPÓTESES DE CABIMENTO. É cabível a oposição dos Embargos de Declaração pela parte que busca ver sanada omissão, contradição ou obscuridade no julgado embar-gado, a teor dos arts. 897-A da CLT e 535 do CPC. Embargos conhecidos e acolhidos.

DECISÃO: por unanimidade, conhecer dos embargos e acolhê-los, para sanar a omissão apontada na decisão de fls. 104/106, sem, contudo, imprimir-lhe efeito modificativo.

DATA DE JULGAMENTO: 09/10/07

53) Processo TRT 16ª Nº 00810-2005-007-16-00-6 RO
Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) ALCEBÍADES TAVARES DANTAS

Revisor: Desembargador(a) AMÉRICO BEDÊ FREIRE

Origem: VARA DO TRABALHO DE SANTA INÊS/MA

Espécie: RECURSO ORDINARIO

RECORRENTE: ELISEU BARROSO DE CARVALHO MOURA

Adv.:Dr(s).MARIA DAS DORES MUNIZ SILVA

RECORRIDO: CÍCERO CORREIA DA ROCHA

Adv.:Dr(s).CRISÓGONO RODRIGUES SANTOS

EMENTA: EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA RATIONE LOCI - Rejeita-se quando a sede da empresa fica localizada em termo judiciário sob jurisdição da Vara Federal do Trabalho de Santa Inês -Ma. Mérito - Relação de emprego configurada não justifica a alteração de sentença.

DECISÃO: por unanimidade, conhecer do recurso, rejeitar a preliminar de incompetência e, no mérito, negar-lhe provimento para manter a decisão recor-rida.

DATA DE JULGAMENTO: 24/04/07

54) Processo TRT 16ª Nº 00089-2007-005-16-00-3 ROPS
Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) JAMES MAGNO ARAÚJO FARIAS (Juiz Convo-cado)

Origem: VARA DO TRABALHO DE PINHEIRO/MA

Espécie: RECURSO ORDINÁRIO/PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO

RECORRENTE: JOSÉ BENEDITO RIBEIRO SILVA

Adv.:Dr(s).GENIVAL ABRÃO FERREIRA

RECORRIDO: SAN MÓVEIS LTDA

EMENTA: PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA 'AD CAUSAM'. EMPRESA SUCESSORA. EX-EMPREGADO DA EMPRESA SU-CEDIDA. A responsabilidade do sucessor alcança indiferentemente os débitos oriundos dos contratos de trabalho vigentes à época do repasse da empresa e os débitos relativos a contratos resiliados anteriormente. PRE-JUDICIAL DE PRESCRIÇÃO. É imprescritível pedido de anotação de CTPS para fins de prova junto à Previdência Social (art. 11, § º, da CLT). Quanto aos efeitos das anotações para fins de pagamento de verbas traba-lhistas, à parte a conclusão sobre a existência ou não de prova de contrato único no caso concreto (procedência ou improcedência do pedido), se o reclamante alegou que o período contratual foi apenas um, a prescrição do direito de ação se conta do término do último con-trato de trabalho (Súmula nº 156/TST). ANOTAÇÕES EM CTPS E VERBAS TRABA-LHISTAS. É do reclamante o ônus de provar a existência da prestação de serviços em contrato único (art. 818 da CLT), de maneira infirmar as anota-ções havidas na CTPS, as quais gozam de presunção relativa de veracidade. Porém, o autor não de desincumbiu do encargo processual.

DECISÃO: por unanimidade, conhecer do recurso ordinário, rejeitar a prelimi-nar de ilegitimidade passiva e a prejudicial de prescrição e, no mérito, negar-lhe provimento para manter a decisão de 1º grau.

DATA DE JULGAMENTO: 25/10/07

55) Processo TRT 16ª Nº 00047-2007-015-16-00-0 ROPS
Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) JAMES MAGNO ARAÚJO FARIAS (Juiz Convo-cado)

Origem: 5ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS/MA

Espécie: RECURSO ORDINÁRIO/PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO

RECORRENTE: NORSERGEL VIGILÂNCIA E TRANORTE DE VA-LORES LTDA

Adv.:Dr(s).TÁLIA BARCELOS HORTEGAL

RECORRIDO: ANTÔNIO CARLOS ALVES RIBEIRO

Adv.:Dr(s).CARLOS HENRIQUE OLIVEIRA DE QUEIROZ

EMENTA: NEGOCIAÇÃO COLETIVA. OBSERVÂNCIA. A negociação

coletiva que estabelece situação específica é eficaz pleno jure e compõe o interesse conflitante. Constitui-se em ato jurídico perfeito com eficácia reconhecida pela Constituição Federal (art. 7º, XXVI) e amparado pela legalidade. A Carta Magna atribui ao sindicato a defesa dos interesses coletivos e reconhece as convenções e acordos coletivos como figuras jurídicas adequadas à organização das relações individuais de trabalho. Assim, é válida e eficaz a Convenção Coletiva de Trabalho que prevê o pagamento reduzido da multa de 40% do FGTS, com concessões recíprocas que estabelecem incentivo à continuidade da prestação de serviços e a não interrupção do pagamento dos salários. HORAS EXTRAS. Exigido pela empresa que o empregado compareça ao trabalho antes do início da jornada de trabalho e permaneça após o término da jornada diária, devidas são as horas extras correspondentes.

DECISÃO: por unanimidade, conhecer do recurso e, no mérito, por maioria, dar-lhe provimento parcial para desconsiderar a nulidade da cláusula 51.1 da Convenção Coletiva de Trabalho, excluindo da condenação o pagamento da complementação da multa do FGTS e o aviso prévio.

DATA DE JULGAMENTO: 23/10/07

56) Processo TRT 16ª N° 00371-2007-015-16-00-8 ROPS

Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) JAMES MAGNO ARAÚJO FARIAS (Juiz Convo-cado)

Origem: 5ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS/MA

Espécie: RECURSO ORDINÁRIO/PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO RECORRENTE: NORSENGEL VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA

Adv.:Dr(s).TÁLIA BARCELOS HORTEGAL

RECORRIDO: ALESSANDRO DE JESUS CUTRIM SILVA

Adv.:Dr(s).DIANA PARAGUAÇU SANTOS CACIQUE DE NEW YORK

EMENTA: NEGOCIAÇÃO COLETIVA. OBSERVÂNCIA. A negociação coletiva que estabelece situação específica é eficaz pleno jure e compõe o interesse conflitante. Constitui-se em ato jurídico perfeito com eficácia reconhecida pela Constituição Federal (art. 7º, XXVI) e amparado pela legalidade. A Carta Magna atribui ao sindicato a defesa dos interesses coletivos e reconhece as convenções e acordos coletivos como figuras jurídicas adequadas à organização das relações individuais de trabalho. Assim, é válida e eficaz a Convenção Coletiva de Trabalho que prevê o pagamento reduzido da multa de 40% do FGTS, com concessões recíprocas que estabelecem incentivo à continuidade da prestação de serviços e o não interrompimento do pagamento dos salários. HORAS EXTRAS. Exigido pela empresa que o empregado compareça ao trabalho antes do início da jornada de trabalho e permaneça após o término da jornada diária, devidas são as horas extras comprovadamente trabalhadas.

DECISÃO: por unanimidade, conhecer do recurso, acolher a preliminar de nulidade de sentença para que seja excluída da condenação a verba relativa ao pagamento da multa rescisória do FGTS, no percentual de 20% e, no mérito, por maioria, dar provimento parcial para desconsiderar a nulidade da cláusula de incentivo à continuidade do contrato de trabalho determinada na sentença.

DATA DE JULGAMENTO: 23/10/07

57) Processo TRT 16ª N° 00179-2007-008-16-00-3 ROPS

Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) JAMES MAGNO ARAÚJO FARIAS (Juiz Convo-cado)

Origem: VARA DO TRABALHO DE BACABAL/MA

Espécie: RECURSO ORDINÁRIO/PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO

RECORRENTE: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMÉRICAS - AMBEV

Adv.:Dr(s).JOSÉ NILSON PEREIRA MOURA

RECORRIDO: LUCIANO SOUSA TAVARES

Adv.:Dr(s).RAIMUNDO NONATO OLIVEIRA LIMA

EMENTA: VÍNCULO EMPREGATÍO. CARACTERIZAÇÃO. O direito do trabalho, inspirado pelo princípio tutelar da primazia da realidade, impõe o reconhecimento do que, efetivamente, acontece no mundo dos fatos. Desse modo, demonstrada a prestação de serviços não eventual, sob subordinação e mediante pagamento de salários, está caracterizado o vínculo de emprego.

DECISÃO: por unanimidade, conhecer do recurso, rejeitar a preliminar de ilegitimidade passiva ad causam e, no mérito, negar-lhe provimento para manter a decisão de 1º grau.

DATA DE JULGAMENTO: 24/10/07

58) Processo TRT 16ª N° 00409-2007-002-16-00-6 ROPS

Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) JAMES MAGNO ARAÚJO FARIAS (Juiz Convo-cado)

Origem: 2ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS/MA

Espécie: RECURSO ORDINÁRIO/PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO RECORRENTE: NORSENGEL VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA

Adv.:Dr(s).MICHELLE TEIXEIRA ARAUJO

RECORRIDO: VALDECY NOGUEIRA RIBEIRO

Adv.:Dr(s).EDMUNDO DOS REIS LUZ

EMENTA: JUSTA CAUSA. Considerando-se os efeitos negativos na vida profissional do trabalhador, a justa causa para a despedida deve ser robustamente provada pelo empregador. Não tendo sido as provas dos autos conclusivas em relação ao alegado ato lesivo da honra ou da boa fama e tendo, ainda, restado caracterizada a existência de uma troca de ofensas entre o reclamante e seu supervisor, havendo uma reação de legítima defesa do empregado ao ser provocado por seu superior hierárquico, não há como ser reconhecida a dispensa por justa causa.

DECISÃO: por unanimidade, conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento para manter a decisão de 1º grau.

DATA DE JULGAMENTO: 24/10/07

59) Processo TRT 16ª N° 00613-2006-019-16-00-8 REXOFVR

Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) ILKA ESDRA SILVA ARAÚJO

Revisor: Desembargador(a) LUIZ COSMO DA SILVA JÚNIOR

Origem: VARA DO TRABALHO DE TIMON/MA

Espécie: REMESSA EX-OFFICIO/REC. VOLUNT/REC. ADESIVO RECORRENTES: SERVIÇO AUTÔNOMO DO MEIO AMBIENTE E LIMPEZA URBANA -SELMA

Adv.:Dr(s).RENATA MENESES DE MELO

YWRY FEITOSA TEIXEIRA

Adv.:Dr(s).MARTIM FEITOSA CAMELO

RECORRIDOS: OS MESMOS RECORRENTES

EMENTA: REMESSA OFICIAL. CONDENAÇÃO INFERIOR A SESSENTA SALÁRIOS MÍNIMOS. NÃO RECEBIMENTO. Conforme dispõe o art. 475 do CPC, não estão sujeitos ao duplo grau de jurisdição os feitos em que a parte vencedora for ente público municipal, estadual ou federal e cuja condenação não ultrapasse o montante de 60(sessenta) salários mínimos. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. NULIDADE CONTRATUAL. CONFIGURAÇÃO E EFEITOS - Após o advento da Constituição Federal de 1988, é nula a contratação de pessoal pela Administração Pública, para ocupar emprego ou cargo efetivo, sem prévia aprovação em concurso público, hipótese em que somente são devidos os salários decorrentes da prestação de serviços e o FGTS, respeitado o valor do salário mínimo, tendo em vista o que dispõe o art. 7º, VII, da CF/88. ART. 19-A DA LEI 8.036/90. CONSTITUCIONALIDADE. Conforme entendimento desta Corte, o qual acompanho, é constitucional o art. 19-A da Lei 8039/90, com a redação dada pela MP 2.164-41, uma vez que o art 7º, III, da Carta Magna assegura o direito dos trabalhadores ao FGTS, não excepcionando o tipo de contrato.

DECISÃO: por unanimidade, não conhecer da remessa, conhecer dos recursos voluntário e adesivo e, no mérito, negar-lhes provimento para manter a decisão de 1º grau.

DATA DE JULGAMENTO: 11/09/07

60) Processo TRT 16ª N° 01392-2006-005-16-00-2 REXOFRV

Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) AMÉRICO BEDÊ FREIRE

Revisor: Desembargador(a) JOSÉ EVANDRO DE SOUZA

Origem: VARA DO TRABALHO DE PINHEIRO/MA

Espécie: REMESSA EX-OFFICIO/REC. VOLUNTÁRIO
 RECORRENTE: MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE FÉRRER/MA
 Adv.:Dr(s).ADRIANA MARTINS DANTAS
 RECORRIDO: ELZA MARIA ABREU PINHEIRO
 Adv.:Dr(s).MARCELO SÉRGIO DE OLIVEIRA BARROS
 EMENTA: SERVIDOR PÚBLICO. ADMISSÃO ANTERIOR À CF/88. VALIDADE CONTRATUAL. Antes da vigência da atual Constituição Federal era permitida a contratação de servidores para emprego público sem a prévia aprovação em concurso, afigurando-se regular a admissão sob o regime jurídico da CLT. Remessa Oficial não conhecida. Recurso Voluntário conhecido e parcialmente provido.
 DECISÃO: por maioria, não conhecer da remessa, por unanimidade, conhecer do recurso voluntário e, no mérito, dar-lhe provimento parcial para excluir da condenação os honorários advocatícios.
 DATA DE JULGAMENTO: 10/10/07

61) Processo TRT 16ª Nº 00053-2006-014-16-00-0 REXOFRV
 Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) ILKA ESDRA SILVA ARAÚJO
 Revisor: Desembargador(a) LUIZ COSMO DA SILVA JÚNIOR
 Origem: VARA DO TRABALHO DE SÃO JOÃO DOS PATOS/MA
 Espécie: REMESSA EX-OFFICIO/REC. VOLUNTÁRIO
 RECORRENTE: MUNICÍPIO DE PASSAGEM FRANCA/MA
 Adv.:Dr(s).RAIMUNDO NILO BANDEIRA BARRA
 RECORRIDO: ALTINEIDE FRANCISCA DA SILVA
 Adv.:Dr(s).FRANCISCO COELHO FONTES
 EMENTA: PRELIMINAR DE NULIDADE. AUSÊNCIA DE FUNDAMEN-TAÇÃO. REJEIÇÃO. Estando evidenciado nos autos que a magistrada de primeiro grau apontou, de forma expressa, os elementos que a levaram a deferir os salários postulados pela reclamante, não há que se falar em nulidade da sentença por ausência de fundamentação. JUNTA-DA DE DOCUMENTO. FASE RECURSAL. INADMISSIBILIDADE. A teor da Súmula nº 8 do C. TST, é inadmissível a juntada de documento na fase recursal quando não pro-vado o justo impedimento para sua oportuna apresentação ou quando não se referir a fato posterior à sentença.
 DECISÃO: por unanimidade, não conhecer da remessa, conhecer do recurso voluntário, rejeitar a preliminar de nulidade e, no mérito, negar-lhe provimento para manter a decisão de 1º grau.
 DATA DE JULGAMENTO: 12/09/07

62) Processo TRT 16ª Nº 00162-2006-005-16-00-6 REXOFRV
 Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) ILKA ESDRA SILVA ARAÚJO
 Revisor: Desembargador(a) LUIZ COSMO DA SILVA JÚNIOR
 Origem: VARA DO TRABALHO DE PINHEIRO/MA
 Espécie: REMESSA EX-OFFICIO/REC. VOLUNTÁRIO
 RECORRENTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA/MA
 Adv.:Dr(s).JOSÉ DAVID SILVA JÚNIOR
 RECORRIDO: MARIA DE LOURDES SILVA
 Adv.:Dr(s).JOSÉ RIBAMAR SANTOS
 EMENTA: REMESSA OFICIAL. CONDENAÇÃO INFERIOR A SESSEN-TA SALÁRIOS MÍNIMOS. NÃO RECEBIMENTO. Não está sujeita ao duplo grau de jurisdição, mesmo na vigência da CF/1988, decisão contrária à Fazen-da Pública em que a condenação não ultrapassar o valor correspondente a sessenta salários mínimos. SERVIDOR PÚBLICO. ESTABI-LIDADE DO ARTIGO 19 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCI-ONAIAS TRANSI-TÓRIAS. REINTEGRAÇÃO. Contando o obreiro mais de cinco anos de pres-tação de serviço quando da promulgação da Consti-tuição Federal de 1988, faz jus à estabilidade prevista no artigo 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT. Desta forma, cor-reta a sentença que impõe a sua reinte-gração.
 DECISÃO: por unanimidade, não conhecer da remessa, conhecer do recurso voluntário e, no mérito, negar-lhe provimento para manter a decisão de 1º grau.
 DATA DE JULGAMENTO: 12/09/07

63) Processo TRT 16ª Nº 00719-2006-003-16-00-6 REXOFRVS
 Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) ILKA ESDRA SILVA ARAÚJO
 Revisor: Desembargador(a) LUIZ COSMO DA SILVA JÚNIOR
 Origem: 3ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS/MA
 Espécie: REMESSA EX-OFFÍCIO/ REC. VOLUNTÁRIOS
 RECORRENTES: ESTADO DO MARANHÃO
 Procuradora: MARIA ALÍPIA PÓVOAS ARAÚJO
 GLADYS MARIA CORREA CARVALHO FONSECA
 Adv.:Dr(s).HULGO FERNANDO SOUSA BOUERES
 RECORRIDOS: OS MESMOS RECORRENTES
 EMENTA: JUSTIÇA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. ACOLHIMENTO. Nos termos do artigo 4º da Lei nº 1.060/50, os benefícios da Justiça Gratuita devem ser concedidos mediante simples afirmação da parte de que não está em condições de pagar as custas do processo, sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. NULIDADE CONTRATUAL. CONFI-GURAÇÃO E EFEITOS - Após o adven-to da Constituição Federal de 1988, é nula a contratação de pessoal pela Ad-ministração Pública, para ocupar emprego ou cargo efetivo, sem prévia aprovação em concurso público, hipótese em que somente são devidos os salários decorrentes da prestação de serviços e o FGTS, respeitado o valor do salário mínimo, tendo em vista o que dispõe o art. 7º, VII, da CF/88.
 DECISÃO: por unanimidade, não conhecer da remessa, conhecer dos recursos voluntários e, no mérito, negar provimento ao recurso voluntário do Estado do Maranhão e, por maioria, negar provimento ao recurso voluntário da reclamante.
 DATA DE JULGAMENTO: 11/09/07

64) Processo TRT 16ª Nº 00459-2006-014-16-00-2 REXOFRV
 Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) ILKA ESDRA SILVA ARAÚJO
 Revisor: Desembargador(a) LUIZ COSMO DA SILVA JÚNIOR
 Origem: VARA DO TRABALHO DE SÃO JOÃO DOS PATOS/MA
 Espécie: REMESSA EX-OFFICIO/REC. VOLUNTÁRIO
 RECORRENTE: MUNICÍPIO DE COLINAS/MA
 Adv.:Dr(s).WEMBLEY ALEJANDRO GARCIA CAMPOS
 RECORRIDO: RICARDA GORETTI DE SOUSA BRAGA
 Adv.:Dr(s).MANOEL ANTÔNIO XAVIER
 EMENTA: REMESSA OFICIAL. CONDENAÇÃO INFERIOR A SESSEN-TA SALÁRIOS MÍNIMOS. NÃO CONHECIMENTO. Não está sujeita ao duplo grau de jurisdição, mesmo na vigência da CF/1988, decisão contrária à Fazen-da Pública em que a condenação não ultrapassar o valor correspondente a sessenta salários mínimos. PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA. CONTRATO TEMPORÁRIO NÃO CARACTERIZADO. REJEIÇÃO. Não restou configurada a existência de contrato temporário para atender a necessi-dade de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, IX, da CF/88, tendo em vista que sequer consta nos autos lei municipal estabelecendo os casos em que o Município estaria autorizado a contratar pessoal por prazo determinado, assim como o lapso de tempo em que a reclamante prestou servi-ços para o ente público descaracteriza a temporariedade exigida por lei. AD-MINISTRAÇÃO PÚBLICA. NULIDADE CONTRATUAL. CONFI-GURAÇÃO E EFEITOS - Após o advento da Constituição Federal de 1988, é nula a contra-tação de pessoal pela Administração Pública, para ocupar emprego ou cargo efetivo, sem prévia aprovação em concurso público, hipó-tese em que somente são devidos os salários decorrentes da prestação de serviços e o FGTS, respei-tado o valor do salário mínimo, tendo em vista o que dispõe o art. 7º, VII, da CF/88. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. INDEFERIMENTO. São indevidos honorários advocatícios quando não pre-sentes, concomitantemente, os requisi-tos da assistência sindical e da hipossuficiência econômica do(a)(s) reclaman-te(s) (Súmulas 219 e 319 do c. TST). Recurso conhecido e parcialmente provi-do.
 DECISÃO: por unanimidade, não conhecer da remessa de ofício, conhe-cer do recurso voluntário e, no mérito, dar-lhe provimento parcial para excluir hono-rários.
 DATA DE JULGAMENTO: 12/09/07

65) Processo TRT 16ª Nº 00740-2006-019-16-00-7 REXOFRV
 Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) ILKA ESDRA SILVA ARAÚJO
Revisor: Desembargador(a) LUIZ COSMO DA SILVA JÚNIOR
Origem: VARA DO TRABALHO DE TIMON/MA
Espécie: REMESSA EX-OFFICIO/REC. VOLUNTÁRIO
RECORRENTE: MUNICÍPIO DE PARNARAMA/MA
Adv.:Dr(s).MÁRCIO VENÍCIUS SILVA MELO
RECORRIDO: GENTIL LINO BARBOSA
Adv.:Dr(s).RONALDO PINHEIRO DE MOURA
EMENTA: REMESSA OFICIAL. CONDENAÇÃO INFERIOR A SESENTA SALÁRIOS MÍNIMOS. NÃO RECEBIMENTO. Não está sujeita ao duplo grau de jurisdição, mesmo na vigência da CF/1988, decisão contrária à Fazenda Pública em que a condenação não ultrapassar o valor correspondente a sessenta salários mínimos. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ DO RECLAMANTE. NÃO CARACTERIZAÇÃO. A litigância de má-fé não se caracteriza quando a parte exercita um direito previsto na lei e defende seus interesses na via pro-cessual própria. Não restando configuradas quaisquer das hipóteses do art. 17 do CPC, não há como penalizar a parte com a imputação de multa decorrente de litigância de má-fé. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. NULIDADE CONTRATUAL. CONFIGURAÇÃO E EFEITOS - Após o advento da Constituição Federal de 1988, é nula a contratação de pessoal pela Administração Pública, para ocupar emprego ou cargo efetivo, sem prévia aprovação em concurso público, hipótese em que somente são devidos os salários decorrentes da prestação de serviços e o FGTS, respeitado o valor do salário mínimo, tendo em vista o que dispõe o art. 7º, VII, da CF/88.
DECISÃO: por unanimidade, não conhecer da remessa de ofício, conhecer do recurso voluntário, rejeitar a preliminar de litigância de má-fé e, no mérito, negar-lhe provimento para manter a decisão recorrida.
DATA DE JULGAMENTO: 12/09/07

66) Processo TRT 16ª Nº 01537-2006-016-16-00-9 REXOFRV
Acórdão Pleno 2007
Relator: Desembargador(a) AMÉRICO BEDÊ FREIRE
Revisor: Desembargador(a) JOSÉ EVANDRO DE SOUZA
Origem: 6ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS/MA
Espécie: REMESSA EX-OFFICIO/REC. VOLUNTÁRIO
RECORRENTE: ESTADO DO MARANHÃO
Procuradora: MARIA AUXILIADORA CARDOSO PIRES
RECORRIDO: WALDY RODRIGUES NETO
Adv.:Dr(s).FLÁVIA COSTA E SILVA ABDALLA
EMENTA: SERVIDOR PÚBLICO. ADMISSÃO POSTERIOR À CF/88, AU-SÊNCIA DE PRÉVIO CONCURSO. NULIDADE CONTRATUAL - A admissão de servidor público sem submissão prévia a concurso público, impõe seja declarada a nulidade do contrato, em face da inobservância do contido no art. 37, II, da CF/88. In casu, exclui-se da condenação os valores do FGTS do primeiro contrato de trabalho, de 1 997 a 1998, fulminado pela prescrição biennial, mantendo-se a sentença que condenou o ente público ao pagamento de depósitos do FGTS, pertinente ao segundo período laboral 18/01/2002 a 10/01/2006, por se encontrar em perfeita consonância com o disposto no Enunciado n.º 363, do c. TST. Remessa oficial não conhecida e Recurso Voluntário conhecido e parcialmente provido.
DECISÃO: por maioria, não conhecer da remessa, por unanimidade, conhecer do recurso voluntário e, no mérito, dar-lhe provimento parcial para excluir da condenação os valores do FGTS do primeiro contrato de trabalho, de 1 997 a 1998.
DATA DE JULGAMENTO: 10/10/07

67) Processo TRT 16ª Nº 00688-2006-001-16-00-0 REXOFRV
Acórdão Pleno 2007
Relator: Desembargador(a) ALCEBÍADES TAVARES DANTAS
Revisor: Desembargador(a) AMÉRICO BEDÊ FREIRE
Origem: 1ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS/MA
Espécie: REMESSA EX-OFFICIO/REC. VOLUNTÁRIO
RECORRENTE: ESTADO DO MARANHÃO
Procurador: ANGELO GOMES MATOS NETO
RECORRIDO: ROGÉRIO ALQUISSANDER PEARCE DE ABREU

Adv.: Dr(s). HULGO FERNANDO SOUSA BOUERES
EMENTA: SERVIDOR PÚBLICO. ADMISSÃO POSTERIOR À CF/88. AU-SÊNCIA DE PRÉVIO CONCURSO. NULIDADE CONTRATUAL. A admissão de servidor sem submissão prévia a concurso público, impõe seja declarada a nulidade do contrato, em face da inobservância do contido no art. 37, II, § 2º, da CF/88. In casu, mantém-se a sentença apenas quanto ao pagamento dos depósitos do FGTS, por se encontrar em perfeita consonância com o disposto na Súmula n.º 363, do c. TST, excluindo-se da condenação a devolução dos descontos efetuados a título de INSS e FUNBEN e honorários advocatícios. Remessa Oficial não conhecida. Recurso Ordinário conhecido e parcialmente provido.
DECISÃO: por maioria, não conhecer da Remessa Ex Officio, por unanimidade, conhecer do Recurso Voluntário e, no mérito, por maioria, dar-lhe provimento parcial para excluir da condenação a devolução dos descontos em prol do FUNBEN e INSS, bem assim como os honorários advocatícios. Redigirá o acórdão o Desembargador Américo Bedê Freire.
DATA DE JULGAMENTO: 10/10/07

68) Processo TRT 16ª Nº 00097-2006-010-16-00-4 REXOFRV
Acórdão Pleno 2007
Relator: Desembargador(a) ILKA ESDRA SILVA ARAÚJO
Revisor: Desembargador(a) LUIZ COSMO DA SILVA JÚNIOR
Origem: VARA DO TRABALHO DE BARRA DO CORDA/MA
Espécie: REMESSA EX-OFFICIO/REC. VOLUNTÁRIO
RECORRENTE: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
Adv.: Dr(s). CLEYTON RIBEIRO JÚNIOR
RECORRIDOS: MARCOS VITÓRIO MORENO SIMÕES
Adv.:Dr(s).ANTÔNIO AUGUSTO MORAIS DE CARVALHO
ASSOCIAÇÃO DE APOIO À SAÚDE DOS KANELAS - AASKAN
EMENTA: PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA. REJEIÇÃO - Considerando que a preliminar apresentada diz respeito ao próprio mérito da demanda, rejeita-se a prefacial para que seja apreciada no momento oportuno. PRELIMINAR DE IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. REJEIÇÃO - Observando-se que os pedidos contidos na inicial têm previsão no ordenamento jurídico pátrio, não se verifica a impossibilidade levantada, razão pela qual rejeita-se a preliminar. PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. REJEIÇÃO - A competência da Justiça do Trabalho é fixada pela presença, no litígio, das figuras jurídicas do empregado e empregador e, também, que os pedidos formulados tenham relação com o vínculo empregatício havido entre as partes. CONTRATO COM ENTE PÚBLICO. RESPONSABILIDADE DO TOMADOR - Enseja a responsabilidade dos créditos trabalhistas, de forma subsidiária, daquele que contrata terceirização de forma ilícita, vez que a atividade da contratada é a mesma atividade-fim do ente público. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. EXCLUSÃO - Não são devidos honorários advocatícios quando não preenchidos os requisitos da Lei 5.584/70.
DECISÃO: por unanimidade, não conhecer da remessa de ofício, conhecer do recurso voluntário, rejeitar as preliminares de ilegitimidade passiva, de impossibilidade jurídica do pedido e de incompetência da Justiça do Trabalho e, no mérito, dar-lhe provimento parcial para excluir da responsabilidade subsidiária da FUNASA apenas os honorários advocatícios.
DATA DE JULGAMENTO: 12/09/07

69) Processo TRT 16ª Nº 00394-2006-018-16-00-0 REXOFRV
Acórdão Pleno 2007
Relator: Desembargador(a) ILKA ESDRA SILVA ARAÚJO
Revisor: Desembargador(a) LUIZ COSMO DA SILVA JÚNIOR
Origem: VARA DO TRABALHO DE BAREIRINHAS/MA
Espécie: REMESSA EX-OFFICIO/REC. VOLUNTÁRIO
RECORRENTE: MUNICÍPIO DE PRIMEIRA CRUZ/MA
Adv.:Dr(s).WILSON DO SOCORRO PASSOS
RECORRIDO: ELUSA MARIA SILVA SIMÕES
Adv.:Dr(s).CARLOS ROBERTO FEITOSA COSTA
EMENTA: SÚMULA Nº 114 DO TST. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. É inaplicável na Justiça do Trabalho a prescrição intercorrente. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. NULIDADE CONTRATUAL. CONFIGURAÇÃO E EFEITOS - Após o advento da Constituição Federal de 1988, é nula a

contratação de pessoal pela Administração Pública, para ocupar emprego ou cargo efetivo, sem prévia aprovação em concurso público, hipótese em que somente são devidos os salários decorrentes da prestação de serviços e o FGTS, respeitado o valor do salário mínimo, tendo em vista o que dispõe o art. 7º, VII, da CF/88.

DECISÃO: por unanimidade, não conhecer da remessa, conhecer do recurso voluntário, rejeitar a prejudicial de prescrição e, no mérito, por maioria, negar-lhe provimento para manter a decisão de 1º grau.

DATA DE JULGAMENTO: 12/09/07

70) Processo TRT 16ª N° 00577-2006-015-16-00-7 REXOFRVS
Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) ILKA ESDRA SILVA ARAÚJO

Revisor: Desembargador(a) LUIZ COSMO DA SILVA JÚNIOR

Origem: 5ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS/MA

Espécie: REMESSA EX-OFFÍCIO/ REC. VOLUNTÁRIOS

RECORRENTES: MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS/MA

Adv.:Dr(s).ADRIANA MARTINS DANTAS

HOSPITAL MUNICIPAL DJALMA MARQUES

Adv.:Dr(s).DAYANE GOMES DA SILVA

RECORRIDOS: OS MESMOS RECORRENTES E JORGE HENRIQUE VIEIRA REIS

Adv.:Dr(s).MANOEL MORAES FILHO

EMENTA: REMESSA OFICIAL. CONDENAÇÃO INFERIOR A SEXTA SALÁRIOS MÍNIMOS. NÃO RECEBIMENTO. Não está sujeita ao duplo grau de jurisdição, mesmo na vigência da CF/1988, decisão contrária à Fazenda Pública em que a condenação não ultrapassar o valor correspondente a sessenta salários mínimos. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM. REJEIÇÃO. Não há que se falar em exclusão do Município do pólo passivo da ação, uma vez que, pelas provas constantes nos autos, ficou evidenciada a sua condição de empregador em relação ao reclamante. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. NULIDADE CONTRATUAL. CONFIGURAÇÃO E EFEITOS - Após o advento da Constituição Federal de 1988, é nula a contratação de pessoal pela Administração Pública, para ocupar emprego ou cargo efetivo, sem prévia aprovação em concurso público, hipótese em que somente são devidos os salários decorrentes da prestação de serviços e o FGTS, respeitado o valor do salário mínimo, tendo em vista o que dispõe o art. 7º, VII, da CF/88. ART. 19-A DA LEI 8.036/90. CONSTITUCIONALIDADE. Conforme entendimento desta Corte, o qual acompanho, é constitucional o art. 19-A da Lei 8039/90, com a redação dada pela MP 2.164-41, uma vez que o art 7º, III, da Carta Magna assegura o direito dos trabalhadores ao FGTS, não excepcionando o tipo de contrato. Recurso conhecido, mas improvido.

DECISÃO: por unanimidade, não conhecer da remessa, conhecer dos recursos voluntários, rejeitar a preliminar de ilegitimidade passiva e, no mérito, negar-lhes provimento para manter a decisão de 1º grau.

DATA DE JULGAMENTO: 11/09/07

71) Processo TRT 16ª N° 00630-2004-011-16-85-5 REXOFRV
Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) ILKA ESDRA SILVA ARAÚJO

Revisor: Desembargador(a) LUIZ COSMO DA SILVA JÚNIOR

Origem: VARA DO TRABALHO DE BALSAS/MA

Espécie: REMESSA EX-OFFÍCIO/REC. VOLUNTÁRIO

RECORRENTE: MUNICÍPIO DE SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS/MA

Adv.:Dr(s).ACCIOLY CARDOSO LIMA E SILVA

RECORRIDO: ERONICE NOGUEIRA DOS SANTOS PINTO

Adv.:Dr(s).EDILSON ROCHA RIBEIRO

EMENTA: REMESSA OFICIAL. CONDENAÇÃO INFERIOR A SEXTA SALÁRIOS MÍNIMOS. NÃO RECEBIMENTO. Não está sujeita ao duplo grau de jurisdição, mesmo na vigência da CF/1988, decisão contrária à Fazenda Pública em que a condenação não ultrapassar o valor correspondente a sessenta salários mínimos. INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. IMPOSSIBILIDADE. ART. 836 DA CLT. Segundo o art. 836 da CLT, é vedado aos órgãos da Justiça do Trabalho conhecer de

questões já decididas. Logo, revela-se impertinente a pretensão do Município/recorrente em ver declarada a incompetência da Justiça do Trabalho, uma vez que tal matéria já foi objeto de apreciação por este Egrégio Regional, quando do julgamento do recurso ordinário de fls. 146/150. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. PRINCÍPIO DA PRIMAZIA DA REALIDADE. No Direito do Trabalho prevalece o princípio da primazia da realidade. Sendo assim, pouco importa a denominação do cargo ocupado pela reclamante quando, através de perícia técnica, constatou-se que a mesma desempenhava labor em condições insalubres.

DECISÃO: por unanimidade, não conhecer da remessa, conhecer do recurso voluntário e, no mérito, negar-lhe provimento para manter a decisão de 1º grau.

DATA DE JULGAMENTO: 12/09/07

72) Processo TRT 16ª N° 01258-2006-005-16-00-1 REXOFRV
Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) MÁRCIA ANDREA FARIAS DA SILVA

Revisor: Desembargador(a) ILKA ESDRA SILVA ARAÚJO

Origem: VARA DO TRABALHO DE PINHEIRO/MA

Espécie: REMESSA EX-OFFÍCIO/REC. VOLUNTÁRIO

RECORRENTE: MUNICÍPIO DE MATINHA/MA

Adv.:Dr(s).TADEU DE JESUS E SILVA CARVALHO

RECORRIDO: MARIA ISABEL CUTRIM CASTRO

Adv.:Dr(s).MARCELO SÉRGIO DE OLIVEIRA BARROS

EMENTA: SERVIÇO PÚBLICO. CONTRATAÇÃO SEM CONCURSO NA VIGÊNCIA DA CF/88. NULIDADE. "A contratação de servidor público, após a CF/1988, sem prévia aprovação em concurso público, encontra óbice no respectivo art. 37, II e §2º, somente lhe conferindo direito ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário mínimo, e dos valores referentes aos depósitos do FGTS." (Súmula nº 363 do TST, nova redação RES. 121/2003, DJ 21/11/2003)

DECISÃO: por unanimidade, não conhecer da remessa, conhecer do recurso voluntário, rejeitar a prejudicial de prescrição suscitada pelo Município e, no mérito, negar-lhe provimento para manter a decisão de 1º grau.

DATA DE JULGAMENTO: 28/08/07

73) Processo TRT 16ª N° 00377-2006-000-16-00-5 MS
Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) AMÉRICO BEDÊ FREIRE

Origem: TRT DA 16ª REGIÃO

Espécie: MANDADO DE SEGURANÇA

IMPETRANTE: EDILENE DE JESUS SOUSA E OUTROS

Adv.:Dr(s).JOÃO BATISTA MUNIZ ARAÚJO

AUT. COATORA: DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO E. TRT DA 16ª REGIÃO

LITISCONORTE: EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS E NEGÓCIOS PÚBLICOS - EMARHP
EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. FAZENDA PÚBLICA. EXECUÇÃO. DÉBITOS TRABALHISTAS. JUROS DE MORA. Regra geral a aplicação dos juros de mora na execução trabalhista encontra-se respaldada no art. 39 da Lei 8.177/91, ou seja, 1% (um por cento), contados do ajuizamento da ação. No entanto, nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias devidas a servidores e empregados públicos, pelo critério cronológico e da especialidade, aplica-se o percentual de 0,5% (meio por cento), ao mês, após a data da publicação da Medida Provisória n.º 2.180-35, de 24/08/01, que acresceu o art. 1º-F a Lei 9.494/97, instituidor de tal limitação. Segurança Denegada.

DECISÃO: por unanimidade, conhecer do mandado para denegar a segurança.

DATA DE JULGAMENTO: 16/10/07

74) Processo TRT 16ª N° 00156-2007-013-16-00-4 RORA
Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) AMÉRICO BEDÊ FREIRE

Revisor: Desembargador(a) JOSÉ EVANDRO DE SOUZA

Origem: VARA DO TRABALHO DE AÇAILÂNDIA/MA

Espécie: RECURSO ORDINARIO/RECURSO ADESIVO
RECORRENTES: COMPANHIA SIDERÚRGICA VALE DO PINDARÉ
Adv.:Dr(s).JOANA D'ARC SILVA SANTIAGO RABELO
LUÍS CARLOS AZEVEDO

Adv.:Dr(s).ARCIONE LIMA MAGALHÃES

RECORRIDOS: OS MESMOS RECORRENTES E COOPERATIVA DOS TRABALHADORES EM CARVOEJAMENTO, CARGAS E PLANTIO DE EUCALIPTOS DE AÇAILÂNDIA LTDA -COOTCARGE
EMENTA: COOPERATIVA DE TRABALHO. REGULARIDADE FORMAL. FRAUDE. PRINCÍPIO DA PRIMAZIA DA REALIDADE. Em face do princípio da primazia da realidade, vigente no Direito do Trabalho, o art. 442 da CLT apenas estabelece uma presunção juris tantum de que não se vislumbra vínculo empregatício entre a cooperativa e o tomador de serviços. No caso vertente, observa-se do conjunto probatório a intenção da recorrente em confe-rir uma aparência de relação cooperativa entre as partes litigantes, contudo, verifica-se uma clara relação empregatícia, visto que a criação da COOTCARGE foi constituída não para atender aos interesses comuns dos supostos cooperados, mas sim para atender aos interesses dos seus idealizado-res e dos tomadores dos serviços, beneficiados pela redução dos encargos decorrentes da contratação de mão-de-obra. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA TOMADORA DE SERVIÇOS. INTELIGÊNCIA DO ITEM IV, DA SÚMULA N. 331, DO TST. Restando configurado nos autos que o empregado prestou serviços de forma pessoal, continuada, onerosa e subordinada diretamente com a COOTCARGE, deve ser reconhecida a responsabilidade subsidiária com a Cia. Siderúrgica Vale do Pindaré, ante os termos da Súmula n. 331, do TST. Recurso Ordinário conhecido e parcialmente provido. Recurso Adesivo conhecido e improvido.

DECISÃO: por maioria, rejeitar as preliminares de não recebimento do recurso por falta de preparo e por inexistência de procuração; por unanimidade, conhecer dos recursos da CSVPindaré e Adesivo e, no mérito, por maioria, dar provimento parcial ao Recurso Ordinário da CSVPindaré a fim de excluir da condenação a multa do art.477, da CLT e, por unanimidade, negar provimento ao Recurso Adesivo.

DATA DE JULGAMENTO: 24/10/07

75) Processo TRT 16ª N° 00265-2007-013-16-00-1 RORA
Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) AMÉRICO BEDÊ FREIRE

Revisor: Desembargador(a) JOSÉ EVANDRO DE SOUZA

Origem: VARA DO TRABALHO DE AÇAILÂNDIA/MA

Espécie: RECURSO ORDINARIO/RECURSO ADESIVO

RECORRENTES: COMPANHIA SIDERÚRGICA VALE DO PINDARÉ

Adv.:Dr(s).JOANA D'ARC SILVA SANTIAGO RABELO

FRANCISCO DAS CHAGAS CASTRO DE JESUS

Adv.:Dr(s).ARCIONE LIMA MAGALHÃES

RECORRIDOS: OS MESMOS RECORRENTES E COOPERATIVA DOS TRABALHADORES EM CARVOEJAMENTO, CARGAS E PLANTIO DE EUCALIPTOS DE AÇAILÂNDIA LTDA -COOTCARGE
EMENTA: COOPERATIVA DE TRABALHO. REGULARIDADE FORMAL. FRAUDE. PRINCÍPIO DA PRIMAZIA DA REALIDADE. Em face do princípio da primazia da realidade, vigente no Direito do Trabalho, o art. 442 da CLT apenas estabelece uma presunção juris tantum de que não se vislumbra vínculo empregatício entre a cooperativa e o tomador de serviços. No caso vertente, observa-se do conjunto probatório a intenção da recorrente em confe-rir uma aparência de relação cooperativa entre as partes litigantes, contudo, verifica-se uma clara relação empregatícia, visto que a criação da COOTCARGE foi constituída não para atender aos interesses comuns dos supostos cooperados, mas sim para atender aos interesses dos seus idealizado-res e dos tomadores dos serviços, beneficiados pela redução dos encargos decorrentes da contratação de mão-de-obra. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA TOMADORA DE SERVIÇOS. INTELIGÊNCIA DO ITEM IV, DA SÚMULA N. 331, DO TST. Restando configurado nos autos que o empregado prestou serviços de forma pessoal, continuada, onerosa e subordinada diretamente com a COOTCARGE, deve ser reconhecida a responsabilidade subsidiária com a Cia. Siderúrgica Vale do Pindaré, ante os termos da Súmula n. 331,

do TST. Recurso Ordinário conhecido e parcialmente provido. Recurso Adesivo conhecido e improvido.

DECISÃO: por maioria, rejeitar as preliminares de não recebimento do recurso por falta de preparo e por inexistência de procuração; por unanimidade, conhecer dos recursos da CSVPindaré e Adesivo e, no mérito, por maioria, dar provimento parcial ao Recurso Ordinário da CSVPindaré a fim de excluir da condenação a multa do art.477, da CLT e, por unanimidade, negar provimento ao Recurso Adesivo.

DATA DE JULGAMENTO: 24/10/07

76) Processo TRT 16ª N° 00221-2007-013-16-00-1 RORA

Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) AMÉRICO BEDÊ FREIRE

Revisor: Desembargador(a) JOSÉ EVANDRO DE SOUZA

Origem: VARA DO TRABALHO DE AÇAILÂNDIA/MA

Espécie: RECURSO ORDINARIO/RECURSO ADESIVO

RECORRENTES: COMPANHIA SIDERÚRGICA VALE DO PINDARÉ

Adv.:Dr(s).JOANA D'ARC SILVA SANTIAGO RABELO

FRANCISCO DE ASSIS SANTOS

Adv.:Dr(s).ARCIONE LIMA MAGALHÃES

RECORRIDOS: OS MESMOS RECORRENTES E COOPERATIVA DOS TRABALHADORES EM CARVOEJAMENTO, CARGAS E PLANTIO DE EUCALIPTOS DE AÇAILÂNDIA LTDA -COOTCARGE
EMENTA: COOPERATIVA DE TRABALHO. REGULARIDADE FORMAL. FRAUDE. PRINCÍPIO DA PRIMAZIA DA REALIDADE. Em face do princípio da primazia da realidade, vigente no Direito do Trabalho, o art. 442 da CLT apenas estabelece uma presunção juris tantum de que não se vislumbra vínculo empregatício entre a cooperativa e o tomador de serviços. No caso vertente, observa-se do conjunto probatório a intenção da recorrente em confe-rir uma aparência de relação cooperativa entre as partes litigantes, contudo, verifica-se uma clara relação empregatícia, visto que a criação da COOTCARGE foi constituída não para atender aos interesses comuns dos supostos cooperados, mas sim para atender aos interesses dos seus idealizado-res e dos tomadores dos serviços, beneficiados pela redução dos encargos decorrentes da contratação de mão-de-obra. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA TOMADORA DE SERVIÇOS. INTELIGÊNCIA DO ITEM IV, DA SÚMULA N. 331, DO TST. Restando configurado nos autos que o empregado prestou serviços de forma pessoal, continuada, onerosa e subordinada diretamente com a COOTCARGE, deve ser reconhecida a responsabilidade subsidiária com a Cia. Siderúrgica Vale do Pindaré, ante os termos da Súmula n. 331, do TST. Recurso Ordinário conhecido e parcialmente provido. Recurso Adesivo conhecido e improvido.

DECISÃO: por maioria, rejeitar as preliminares de não recebimento do recurso por falta de preparo e por inexistência de procuração; por unanimidade, conhecer dos recursos da CSVPindaré e Adesivo e, no mérito, por maioria, dar provimento parcial ao Recurso Ordinário da CSVPindaré a fim de excluir da condenação a multa do art.477, da CLT e, por unanimidade, negar provimento ao Recurso Adesivo.

DATA DE JULGAMENTO: 24/10/07

77) Processo TRT 16ª N° 02000-2003-004-16-00-3 ROPS

Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) AMÉRICO BEDÊ FREIRE

Origem: 4ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS/MA

Espécie: RECURSO ORDINÁRIO/PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO

RECORRENTE: FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO

Adv.:Dr(s).JOSÉ CALDAS GÓIS JÚNIOR

RECORRIDOS: LUCIANA CUNHA BARROS LIMA

Adv.:Dr(s).GUTEMBERG SOARES CARNEIRO

INSTITUTO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA - ISAE

Adv.:Dr(s).ANTÔNIO CARLOS COELHO JÚNIOR

EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO - PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO. RELAÇÃO DE EMPREGO. COOPERATIVA DE TRABALHO. SIMULAÇÃO. CARACTERIZAÇÃO DOS ELEMENTOS DO ART. 3º DA CLT. CON-FIGURAÇÃO DO VÍNCULO DE EMPREGO COM A PRESTADORA DE SERVIÇOS. Provada a existência de labor

subordinado, mediante a intermediação de cooperativa simulada, evidenciando-se assim, o descumprimento das condições preestabelecidas na Lei 5.764/71, que define a Política Nacional de Cooperativismo, e restando caracterizada, através do conjunto probatório produzido nos autos, a relação de emprego com o ISAE, é de se reconhecer a existência do vínculo empregatício existente entre este e a obreira, para declarar nulo o "termo de adesão" à cooperativa, em face do princípio da primazia da realidade que norteia o Direito do Trabalho. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA TOMADORA DE SERVIÇOS. INTELIGÊNCIA DO ITEM IV, DO ENUNCIADO 331, DO TST. Restando configurado nos autos que o empregado prestou serviços de forma pessoal, continuada, onerosa e subordinada diretamente com o ISAE, deve ser reconhecida a responsabilidade subsidiária, e não solidária com a Fundação Roberto Marinho. Recurso Ordinário conhecido e parcialmente provido.

DECISÃO: por unanimidade, conhecer do recurso, rejeitar a preliminar de nulidade da sentença por cerceamento de defesa e, no mérito, dar parcial provimento ao recurso da Fundação Roberto Marinho para reconhecer o ISAE como empregador principal e atribuir responsabilidade subsidiária a FRM e para excluir da condenação o aviso prévio, a multa de 40% sobre o FGTS e a multa do art. 477 da CLT. Arbitro o novo valor à causa em R\$ 3.500,00. Custas no importe de R\$ 70,00.

DATA DE JULGAMENTO: 25/10/07

78) Processo TRT 16ª Nº 01400-2006-003-16-00-8 ROPS

Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) AMÉRICO BEDÊ FREIRE

Origem: 3ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS/MA

Espécie: RECURSO ORDINÁRIO/PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO

RECORRENTE: COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO MARANHÃO - CAEMA

Adv.:Dr(s).SÉRGIO ROBERTO MENDES DE ARAÚJO

RECORRIDO: ISAÍAS SILVA SOUSA

Adv.:Dr(s).SUTELINO COIMBRA NETO

EMENTA: CONTRATO NULO. FGTS. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.164-41. CONSTITUCIONALIDADE. O art. 19-A e parágrafo único da Lei nº 8036/90, acrescido pela Medida Provisória nº 2.164-41, reconhece o direito ao recolhimento do FGTS, mesmo nos casos de contrato de trabalho firmado com a Administração Pública, sem a prévia aprovação do empregado em concurso público, posicionamento legal que encontra ressonância na jurisprudência sedimentada do c. TST, representada, na espécie, pela Súmula nº 363. Recurso conhecido e não provido.

DECISÃO: por unanimidade, conhecer do recurso ordinário e, no mérito, negar-lhe provimento a fim de manter a r. sentença atacada.

DATA DE JULGAMENTO: 23/10/07

79) Processo TRT 16ª Nº 00008-2007-011-16-00-7 ROPS

Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) AMÉRICO BEDÊ FREIRE

Origem: VARA DO TRABALHO DE BALSAS/MA

Espécie: RECURSO ORDINÁRIO/PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO

RECORRENTE: EMPRESA BUILDRES ENGENHARIA LTDA

Adv.:Dr(s).HUMBERTO HENRIQUE VERAS TEIXEIRA FILHO

RECORRIDO: CORNÉLIO ALVES DA ROCHA

EMENTA: EMPREITADA. COBRANÇA DE DIFERENÇAS ENTRE O VALOR PAGO E O EFETIVAMENTE DEVIDO EM RAZÃO DA EXECUÇÃO DE OBRA. NÃO COMPROVAÇÃO DE PAGAMENTO A MENOR, NOS EXATOS TERMOS DA PEÇA VESTIBULAR. DEFERIMENTO PARCIAL. Limitando-se o reclamante, na exordial, a apontar valores que entenda cabíveis em razão da execução de obra contratada pela reclamada, sem, contudo, apresentar provas contundentes acerca do importe total acordado como pagamento pela atividade efetivamente desenvolvida, tem-se por inadequado o deferimento de diferenças nos exatos termos indicados na peça de ingresso, já que o reclamante não se desincumbiu satisfatoriamente do ônus de provar as suas alegações no que se refere ao grau de conclusão da segunda obra contratada, devendo a condenação, portanto, limitar-se às diferenças relativas ao primeiro serviço executado, cujo término e os importes apontados pelo autor não foram especifi-

camente contestados pela recorrente. Recurso ordinário conhecido e parcialmente provido.

DECISÃO: por unanimidade, conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, de forma a limitar a condenação da reclamada no pagamento do valor de R\$ 1.607,00 (mil seiscentos e sete reais), relativo à diferença entre o valor pago ao reclamante e o efetivamente devido em razão da primeira obra contratada.

DATA DE JULGAMENTO: 23/10/07

80) Processo TRT 16ª Nº 01202-2006-004-16-00-0 ROPS

Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) ILKA ESDRA SILVA ARAÚJO

Origem: 4ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS/MA

Espécie: RECURSO ORDINÁRIO/PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO

RECORRENTE: ISABELA MARIA SANTOS ARAÚJO

Adv.:Dr(s).GEOMILSON ALVES LIMA

RECORRIDO: DORALICE MACHADO SILVA

Adv.:Dr(s).NILTON REGO DE PAULA

EMENTA: PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO VO-LUNTÁRIO ARGÜIDA DE OFÍCIO. DESERÇÃO - O recolhimento do depósito recursal, assim como das custas processuais, é requisito de conhecimento do recurso, cuja comprovação deverá ser feita dentro do prazo para sua interposição. Não observado este requisito, impõe-se o não conhecimento do recurso por ser o mesmo deserto.

DECISÃO: por unanimidade, não conhecer do recurso por deserto.

DATA DE JULGAMENTO: 25/09/07

81) Processo TRT 16ª Nº 00542-2006-003-16-00-8 ROPS

Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) ILKA ESDRA SILVA ARAÚJO

Origem: 3ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS/MA

Espécie: RECURSO ORDINÁRIO/PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO

RECORRENTE: ILHA NOVA CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA

Adv.:Dr(s).LINCOLN JOSÉ CARVALHO DA SILVA

RECORRIDO: JOSÉ FRANCISCO DE ASSIS SÁ

Adv.:Dr(s).JOÃO CLÍMACO PEREIRA FRAZÃO

DECISÃO: por unanimidade, conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento para manter a decisão de 1º grau pelos seus próprios e jurídicos fundamentos. Certidão passada nos termos da Lei 9957, de 12.01.2000.

DATA DE JULGAMENTO: 25/09/07

82) Processo TRT 16ª Nº 00366-2006-001-16-00-1 ROPS

Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) ILKA ESDRA SILVA ARAÚJO

Origem: 1ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS/MA

Espécie: RECURSO ORDINÁRIO/PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO

RECORRENTE: BENIVALDO TAVARES DE OLIVEIRA

Adv.:Dr(s).SIDNEY RAMOS ALVES DA CONCEIÇÃO

RECORRIDO: CÂNDIDA MARIA ANCHIETA DE OLIVEIRA

Adv.:Dr(s).CELSE AYRES ANCHIETA FILHO

DECISÃO: por unanimidade, conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento para manter a decisão de 1º grau pelos seus próprios e jurídicos fundamentos. Certidão passada nos termos da Lei 9957, de 12.01.2000.

DATA DE JULGAMENTO: 25/09/07

83) Processo TRT 16ª Nº 00115-2007-013-16-00-8 ROPS

Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) AMÉRICO BEDÊ FREIRE

Origem: VARA DO TRABALHO DE AÇAILÂNDIA/MA

Espécie: RECURSO ORDINÁRIO/PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO

RECORRENTE: NORSEGERL VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA

Adv.:Dr(s).SUZANE DE FATIMA GUIMARAES PEREIRA DE CASTRO
RECORRIDO: REGINALDO ROCHA PEREIRA (SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE VIGILÂNCIA, SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES DA REGIÃO TOCANTINA)

Adv.:Dr(s).JOSÉ PEREIRA DE JESUS FILHO

EMENTA: MULTA DO ART. 477, § 8º, DA CLT. INCIDÊNCIA APENAS NO CASO DE ATRASO NO PAGAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS. Não há que se falar em aplicação de multa por atraso quando se verifica que as verbas rescisórias foram quitadas dentro do prazo estipulado pelo art. 477, §6º, alínea "a", da CLT. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PREENCHIMENTO DOS PRESUPOSTOS PREVISTOS NA SÚMULA 219 DO TST. DEFERIMENTO. Preenchidos os requisitos expressos na Súmula 219 do TST, cabível a concessão dos honorários advocatícios pleiteados. Recurso conhecido e provido parcialmente.

DECISÃO: por unanimidade, conhecer do recurso e no mérito dar-lhe provi-mento parcial para reformar a sentença de 1º grau, dela excluindo a multa do art. 477 da CLT.

DATA DE JULGAMENTO: 24/10/07

84) Processo TRT 16ª N° 00364-2006-015-16-00-5 ROPS

Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) AMÉRICO BEDÊ FREIRE

Origem: 5ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS/MA

Espécie: RECURSO ORDINÁRIO/PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO RECORRENTE: IMIFARMA PRODUTOS FARMACÊUTICOS E COMÉS-TICOS LTDA

Adv.:Dr(s).ULISSES CÉSAR MARTINS DE SOUSA

RECORRIDO: MARCO AURÉLIO CARDOSO BRAGA

Adv.:Dr(s).CARLOS HENRIQUE OLIVEIRA DE QUEIROZ

DECISÃO: por unanimidade, conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento para manter a decisão de 1º grau por seus próprios e jurídicos fundamentos. Certidão passada nos termos da Lei 9957, de 12.01.2000.

DATA DE JULGAMENTO: 23/10/07

85) Processo TRT 16ª N° 00110-2007-013-16-00-5 ROPS

Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) AMÉRICO BEDÊ FREIRE

Origem: VARA DO TRABALHO DE AÇAILÂNDIA/MA

Espécie: RECURSO ORDINÁRIO/PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO RECORRENTE: NORSENGEL VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA

Adv.:Dr(s).SUZANE DE FATIMA GUIMARAES PEREIRA DE CASTRO RECORRIDO: DAMIÃO RAMOS DA SILVA (SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE VIGILÂNCIA, SEGURANÇA E TRANSPORTES DE VALORES DA REGIÃO TOCANTINA)

Adv.:Dr(s).JOSÉ PEREIRA DE JESUS FILHO

EMENTA: MULTA DO ART. 477, § 8º, DA CLT. INCIDÊNCIA APENAS NO CASO DE ATRASO NO PAGAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS. Não há que se falar em aplicação de multa por atraso quando se verifica que as verbas rescisórias foram quitadas dentro do prazo estipulado pelo art. 477, §6º, alínea "a", da CLT. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PREENCHIMENTO DOS PRESUPOSTOS PREVISTOS NA SÚMULA 219 DO TST. DEFERIMENTO. Preenchidos os requisitos expressos na Súmula 219 do TST, cabível a concessão dos honorários advocatícios pleiteados. Recurso conhecido e parcialmente provido.

DECISÃO: por unanimidade, conhecer do recurso e no mérito dar-lhe provi-mento parcial para reformar a sentença de 1º grau, dela excluindo a multa do art. 477 da CLT.

DATA DE JULGAMENTO: 24/10/07

86) Processo TRT 16ª N° 00502-2005-009-16-00-3 ROPS

Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) GERSON DE OLIVEIRA COSTA FILHO

Origem: VARA DO TRABALHO DE CAXIAS/MA

Espécie: RECURSO ORDINÁRIO/PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO RECORRENTE: ACRÍSIO SOARES RAMOS

Adv.:Dr(s).JAMES LOBO DE OLIVEIRA LIMA

RECORRIDO: PRIMO SHINCARIOL INDÚSTRIA DE CERVEJAS E REFRIGERANTES DO NORTE NORDESTE

Adv.:Dr(s).JOSÉ MARIA MACHADO VIEIRA FILHO

EMENTA: PROVA PERICIAL. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE.

A conclusão do perito não foi refutada por nenhuma outra prova, estando de-monstrado que o reclamante não desenvolvia atividades em área de perigo. Recurso conhecido e não provido.

DECISÃO: por unanimidade, conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento para manter a decisão de 1º grau.

DATA DE JULGAMENTO: 09/10/07

87) Processo TRT 16ª N° 01609-2002-001-16-00-5 ED/ED'S/RO

Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) MÁRCIA ANDREA FARIAS DA SILVA

Origem: 1ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS/MA

Espécie: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

EMBARGANTE: MARIA RITA RIBEIRO MARTINS

Adv.:Dr(s).MARCELO GOMES FERREIRA

EMBARGADO: ACÓRDÃO PLENO 2007 (COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB)

Adv.: Dr(s). RÔMULO NELSON GONDIM DE FARIA

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REEXAME DA DECISÃO. IMPRESTABILIDADE. As alegações da embargante se voltam ao reexame do conteúdo da decisão. Todavia, não se prestam os Embargos Declaratórios a tal finalidade, o que desnaturaria o próprio instituto, voltado exclusivamente ao afastamento dos vícios a que aludem os arts. 897-A da CLT e 535 do CPC, com o objetivo maior de aperfeiçoamento do julgado, não se prestando, pois, ao reexame meritório do feito.

DECISÃO: por unanimidade, conhecer dos embargos para acolhê-los sem dar efeito modificativo.

DATA DE JULGAMENTO: 18/09/07

88) Processo TRT 16ª N° 04345-2005-015-16-00-7 RO

Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) MÁRCIA ANDREA FARIAS DA SILVA

Revisor: Desembargador(a) LUIZ COSMO DA SILVA JÚNIOR

Origem: 5ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS/MA

Espécie: RECURSO ORDINÁRIO

RECORRENTE: INSTITUTO DE AGRONEGÓCIOS DO MARANHÃO - INAGRO

Adv.:Dr(s).ROGÉRIO COELHO ROCHA

RECORRIDO: VIVALDO MELO

Adv.:Dr(s).GISLAINE ANDRADE PINHEIRO

EMENTA: AJUDA DE CUSTO. INFERIOR A 50% DO SALÁRIO. NÃO INTEGRA A REMUNERAÇÃO. Como a ajuda de custo é inferior a 50% do salário percebido pelo autor, a mesma não integra a sua remuneração, pelo que deve ser excluída da base de cálculos quando da liquidação da sentença, con-forme disciplina o §2º, do art. 457, da CLT.

DECISÃO: por unanimidade, conhecer do recurso e, no mérito, dar-lhe provi-mento para excluir da condenação o valor referente à ajuda de custo da base de cálculo salarial, bem como excluir da condenação o pagamento dos honorários advocatícios.

DATA DE JULGAMENTO: 18/09/07

89) Processo TRT 16ª N° 00680-2006-013-16-00-4 RO

Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) JOSÉ EVANDRO DE SOUZA

Revisor: Desembargador(a) MÁRCIA ANDREA FARIAS DA SILVA

Origem: VARA DO TRABALHO DE AÇAILÂNDIA/MA

Espécie: RECURSO ORDINÁRIO

RECORRENTE: COOPERATIVA DOS TRABALHADORES EM CARVOEJAMENTO, CARGAS E PLANTIO DE EUCALIPTOS DE AÇAI-LÂNDIA LTDA - COOTCARGE E COMPANHIA SIDERÚRGICA VALE DO PINDARÉ

Adv.:Dr(s).ALTAIR JOSÉ DAMASCENO

RECORRIDO: JOSÉ WILSON CIRILO NOBRE

Adv.:Dr(s).ARCIONE LIMA MAGALHÃES

EMENTA: CONDENAÇÃO SUBSIDIÁRIA. PEÇA RECURSAL CONJUNTA. DEPÓSITO RECURSAL ÚNICO. INTERESSES CONVERGENTES. POSSIBILIDADE. É possível que o depósito realizado apenas pela segunda reclamada condenada como devedora principal, aproveite a pri-

meira reclamada, condenada solidariamente, vez que se trata de recurso interposto através da mesma petição, do mesmo advogado e buscando o mesmo objetivo. Com efeito, nos termos do art. 509 do CPC, "o recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, salvo se distintos ou opostos os seus interesses". TERCEIRIZAÇÃO. MÃO-DE-OBRA COOPERATIVADA. ILICITUDE. A presunção de inexistência de vínculo que decorre do parágrafo único do art. 442 da CLT é apenas relativa, uma vez que impossível conferir-se tal proteção às hipóteses em que se verifica verdadeira simulação tendente a fraudar os preceitos trabalhistas (CLT, art. 9º), através da terceirização de serviços com base na contratação de cooperativa totalmente dissociada dos seus princípios básicos, tudo isso com vista à redução dos custos que adviriam da contratação direta de empregados. Assim, vê-se configurada a ilicitude na terceirização, eis que utilizada a cooperativa tão-somente como empresa inter-posta na contratação de trabalhadores (Súmula 331, I, do TST).

DECISÃO: por unanimidade, conhecer do recurso e, no mérito, por maioria, dar-lhe provimento parcial para excluir da condenação a multa do art. 477 da CLT. Redigirá o acórdão a Desembargadora Márcia Andrea Farias da Silva.

DATA DE JULGAMENTO: 14/08/07

90) Processo TRT 16ª N° 00766-2006-013-16-00-7 RO

Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) LUIZ COSMO DA SILVA JÚNIOR

Revisor: Desembargador(a) JAMES MAGNO ARAÚJO FARIAS (Juiz Convo-cado)

Origem: VARA DO TRABALHO DE AÇAILÂNDIA/MA

Espécie: RECURSO ORDINÁRIO

RECORRENTE: COOPERATIVA DOS TRABALHADORES EM CARVOEJAMENTO, CARGAS E PLANTIO DE EUCALIPTOS DE AÇAILÂNDIA LTDA - COOTCARGE E COMPANHIA SIDERÚRGICA VALE DO PINDARÉ

Adv.:Dr(s).JOANA D'ARC SILVA SANTIAGO RABELO

RECORRIDO: ANTÔNIO ROSA DE ALCÂNTARA NETO

Adv.:Dr(s).ARCIONE LIMA MAGALHÃES

EMENTA: COOPERATIVISMO. NEXISTÊNCIA. RECONHECIMENTO DO VÍNCULO DE EMPREGO. A simples existência da cooperativa não legitima a terceirização de serviços, sejam eles inerentes, ou não, às funções finalísticas do empreendimento. Isto porque, como o contrato de trabalho é um contrato-realidade, faz-se imprescindível perquirir se os chamados "cooperados" atuam na relação que se desenvolveu entre os litigantes como verdadeiros co-participantes, tendo sido, simultaneamente, beneficiários ou usuários dos serviços prestados pela cooperativa, ou se, em sentido inverso, laboraram em condições tradicionais de subordinação e dependência. Nesta segunda hipótese, a relação jurídica revelará uma forma camuflada de um verdadeiro contrato de trabalho. Recurso ordinários conhecidos e parcialmente provido o da Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré.

DECISÃO: por maioria, conhecer do recurso da COOTCARGE; por unanimidade, conhecer do recurso da Companhia Siderúrgica e, no mérito, negar provimento ao recurso da COOTCARGE e, por maioria, dar provimento parcial ao recurso da Companhia Siderúrgica para excluir da condenação a multa do art. 477 da CLT e os honorários advocatícios.

DATA DE JULGAMENTO: 09/10/07

91) Processo TRT 16ª N° 00037-2007-000-16-00-5 MS

Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) ILKA ESDRA SILVA ARAÚJO

Origem: TRT DA 16ª REGIÃO

Espécie: MANDADO DE SEGURANÇA

IMPETRANTE: J. VIANA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Adv.:Dr(s).ELOÍSA MARIA DA SILVA

AUT. COATORA: JUIZ(A) TITULAR DA VARA DO TRABALHO DE CAXIAS/MA

LITISCONSORTE: UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)

EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. AUSÊNCIA DE AUTENTICAÇÃO DOS DOCUMENTOS ACOSTADOS À INICIAL.

INFRINGÊNCIA AO ART. 830 DA CLT. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO - O Mandado de Segurança é ação de rito especial, cuja prova é toda pré-constituída. De tal sorte, os documentos que acompanham a inicial devem vir em original ou em cópia autenticada, tal como exige o art. 830 da CLT. Não atendido o mencionado comando legal, impõe-se a extinção do feito, sem resolução do mérito, na forma do art. 267, IV, do CPC.

DECISÃO: por unanimidade, acolher a preliminar de extinção do feito sem julgamento de mérito, suscitada pelo Ministério Público do Trabalho. DATA DE JULGAMENTO: 25/09/07

92) Processo TRT 16ª N° 01644-2004-001-16-00-6 ROPS

Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) AMÉRICO BEDÊ FREIRE

Origem: 1ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS/MA

Espécie: RECURSO ORDINÁRIO/PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO

RECORRENTE: MOCELIN ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA

Adv.:Dr(s).JOANA D'ARC SILVA SANTIAGO RABELO

RECORRIDO: EDMILSON MARQUES

Adv.:Dr(s).LUIZ CARLOS VÉRAS

EMENTA: VÍNCULO EMPREGATÍCIO. RECONHECIMENTO. PRINCÍPIO DA PRIMAZIA DA REALIDADE. Frente ao princípio da primazia da realidade, observa-se do conjunto probatório que o recorrido prestou serviços à recorrente entre 18/06/2003 e 25/03/2004, motivo pelo qual vislumbro correto o deferimento de todos os direitos trabalhistas oriundos do reconhecimento desse vínculo empregatício. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. LAUDO PERICIAL. IMPUGNAÇÃO. ART. 191 DA CLT. A perícia técnica apresentada por profissional de confiança do juiz merece ser desconstituída caso haja prova contrária. In casu, com base no depoimento pessoal do Reclamante, reconhece-se o uso efetivo de luvas, máscaras além de outros equipamentos de proteção individual. Aplicação do Art. 191 da CLT, reformando a r. sentença a quo, para excluir a condenação em adicional de insalubridade, bem como seus reflexos. Recurso Ordinário conhecido e parcialmente provido.

DECISÃO: por unanimidade, conhecer do recurso, e, no mérito, dar-lhe provimento parcial a fim excluir da r. sentença a quo a condenação na multa do art. 477 da CLT, o adicional de insalubridade e seu acréscimo incidente sobre o FGTS. Custas processuais no importe de R\$ 90,00, pelo reclamado, calculadas sobre o valor ora arbitrado da condenação de R\$ 4.500,00.

DATA DE JULGAMENTO: 25/10/07

93) Processo TRT 16ª N° 00118-2007-013-16-00-1 ROPS

Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) AMÉRICO BEDÊ FREIRE

Origem: VARA DO TRABALHO DE AÇAILÂNDIA/MA

Espécie: RECURSO ORDINÁRIO/PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO

RECORRENTE: NORSEGEREL VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA

Adv.:Dr(s).SUZANE DE FATIMA GUIMARAES PEREIRA DE CASTRO

RECORRIDO: FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUSA LIMA

Adv.:Dr(s).JOSÉ PEREIRA DE JESUS FILHO

EMENTA: MULTA DO ART. 477, § 8º, DA CLT. INCIDÊNCIA APENAS NO CASO DE ATRASO NO PAGAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS. Não há que se falar em aplicação de multa por atraso quando se verifica que as verbas rescisórias foram quitadas dentro do prazo estipulado pelo art. 477, §6º, alínea "a", da CLT. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PREENCHIMENTO DOS PRESUPOSTOS PREVISTOS NA SÚMULA 219 DO TST. DEFERIMENTO. Preenchidos os requisitos expressos na Súmula 219 do TST, cabível a concessão dos honorários advocatícios pleiteados. Recurso conhecido e provido parcialmente.

DECISÃO: por unanimidade, conhecer do recurso e no mérito dar-lhe provimento parcial para reformar a sentença de 1º grau, dela excluindo a multa do art. 477, § 8º da CLT.

DATA DE JULGAMENTO: 24/10/07

94) Processo TRT 16ª N° 00122-2007-013-16-00-0 ROPS

Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) AMÉRICO BEDÊ FREIRE

Origem: VARA DO TRABALHO DE AÇAILÂNDIA/MA

Espécie: RECURSO ORDINÁRIO/PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO

RECORRENTE: NORSEGERL VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA

Adv.:Dr(s).SUZANE DE FATIMA GUIMARAES PEREIRA DE CASTRO

RECORRIDO: MÁRCIO ROGÉRIO FERREIRA DE SOUSA (SINDICA-

TO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE VIGILÂNCIA, SEGU-

RANÇA E TRANSPORTE DE VALORES DA REGIÃO TOCANTINA)

Adv.:Dr(s).JOSÉ PEREIRA DE JESUS FILHO

EMENTA: MULTA DO ART. 477, § 8º, DA CLT. INCIDÊNCIA APENAS

NO CASO DE ATRASO NO PAGAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS.

Não há que se falar em aplicação de multa por atraso quando se verifica

que as verbas rescisórias foram quitadas dentro do prazo estipulado pelo

art. 477, §6º, alínea "a", da CLT. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PRE-

ENCHIMENTO DOS PRESUPOSTOS PREVISTOS NA SÚMULA 219

DO TST. DEFERIMENTO. Preenchidos os requisitos expressos na Súmula

219 do TST, cabível a concessão dos honorários advocatícios pleiteados.

Recurso conhecido e provido parcialmente.

DECISÃO: por unanimidade, conhecer do recurso e, no mérito, dar-lhe

provi-mento parcial para reformar a sentença de 1º grau, dela excluindo a

multa do art. 477, § 8º da CLT.

DATA DE JULGAMENTO: 24/10/07

95) Processo TRT 16ª N° 00505-2005-005-16-00-1 REXOF

Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) LUIZ COSMO DA SILVA JÚNIOR

Revisor: Desembargador(a) ALCEBÍADES TAVARES DANTAS

Origem: VARA DO TRABALHO DE PINHEIRO/MA

Espécie: REMESSA EX-OFFICIO

PARTE 1: ROSALICE FERNANDES MORAES

Adv.:Dr(s).JOSÉ RIBAMAR SANTOS

PARTE 2: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA/MA

Adv.:Dr(s).JOSÉ RIBAMAR FERREIRA

COOPERATIVA DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS DE SÃO JOÃO

BATISTA - COOPSAJOB

EMENTA: FALSA COOPERATIVA - RESPONSABILIDADE SUBSIDI-

ÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Deve ser responsabilizado sub-

subsidiaria-mente pelos encargos trabalhistas decorrentes da contratação de

falsa coopera-tiva o ente público que se utilizou da mesma como mera

intermediadora de mão-de-obra (Súmula nº 331, item IV do Colendo TST).

Remessa Oficial e Recurso Ordinário conhecidos e improvidos.

DECISÃO: por unanimidade, conhecer da remessa oficial e, no mérito,

por maioria, dar-lhe provimento parcial para restringir a responsabilidade

subsidiá-ria do Município e salário e FGTS. Redigirá o acórdão o

Desembargador Alce-bíades Dantas.

DATA DE JULGAMENTO: 14/02/07

96) Processo TRT 16ª N° 00234-2007-007-16-00-9 REXOF

Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) AMÉRICO BEDÊ FREIRE

Revisor: Desembargador(a) JOSÉ EVANDRO DE SOUZA

Origem: VARA DO TRABALHO DE SANTA INÊS/MA

Espécie: REMESSA EX-OFFICIO

PARTE 1: RIVALDO SANTOS BENÍCIO

Adv.:Dr(s).GISLAINE DE ANDRADE RAPOSO BARROS

PARTE 2: MUNICÍPIO DE ZÉ DOCA/MA

Adv.:Dr(s).JOSÉ RORIZ JÚNIOR

EMENTA: NÃO CONHECIMENTO DA REMESSA OFICIAL EM FACE

DO DISPOSTO NO ART. 475, § 2.º DO CPC. APLICAÇÃO DA SÚMULA

303 DO TST. Não se conhece da Remessa Oficial em face do disposto no

art. 475, § 2.º do CPC, que excepciona da obrigação ao duplo grau de

jurisdição as condenações contra a Fazenda Pública, que tiver valor inferior

a 60 (sessenta) salários mínimos, em conformidade com o entendimento

consubstanciado na Súmula 303 do c. TST. Remessa Oficial não conhecida.

DECISÃO: por unanimidade, não conhecer da remessa oficial.

DATA DE JULGAMENTO: 16/10/07

97) Processo TRT 16ª N° 00129-2007-000-16-00-5 MS

Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) AMÉRICO BEDÊ FREIRE

Origem: TRT DA 16ª REGIÃO

Espécie: MANDADO DE SEGURANÇA

IMPETRANTE: SAMPAIO CORRÊA FUTEBOL CLUBE

Adv.:Dr(s).RAIMUNDO FRANCISCO BOGÉA JÚNIOR

AUT. COATORA: JUÍZES TITULARES DAS 1ª, 2ª, 3ª E 4ª VARAS DO

TRABALHO DE SÃO LUÍS/MA

LITISCONSORTE: MANOEL CARLOS CORREIA DA SILVA E OUTROS

EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. PENHORA SOBRE AS CO-

TAS DE BILHETERIA DE CLUBE DE FUTEBOL. PARTIDA JÁ REA-

LIZADA. PERDA DE OBJETO. Merece ser extinto, sem julgamento do

mérito, por perda de interesse processual, o mandado de segurança, com

pedido de liminar deferido, que tem por objeto assegurar parte das cotas de

bilheteria de clube de futebol, quando a partida, cuja renda correspondente

incidiria a penhora, já foi realizada há meses da data do julgamento do

writ. Mandado extinto, sem julgamento do mérito, por falta de interesse

processual.

DECISÃO: por unanimidade, conhecer do mandado, rejeitar as preliminares

de não cabimento, de litispendência e de inépcia da inicial; rejeitar a preju-

dicial de mérito por decadência e extinguir o feito, sem julgamento de

mérito, por falta de interesse processual, com suporte no artigo 267, VI, do

CPC, na forma da fundamentação, que passa a integrar este dispositivo

como se nele estivesse transcrita. Custas processuais na forma da lei.

DATA DE JULGAMENTO: 23/10/07

98) Processo TRT 16ª N° 00434-2006-012-16-40-0 IF

Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) AMÉRICO BEDÊ FREIRE

Origem: VARA DO TRABALHO DE IMPERATRIZ/MA

Espécie: INCIDENTE DE FALSIDADE

SUSCITANTE: FABIANE DA SILVA CARVALHO

Adv.: Dr(s). CARLOS AUGUSTO RIBEIRO BARBOSA

SUSCITADO: MUNICÍPIO DE SENADOR LA ROQUE/MA

Adv.: Dr(s). EDMILSON FRANCO DA SILVA

EMENTA: LEI MUNICIPAL. PUBLICAÇÃO EM DIÁRIO OFICIAL.

INAUTENCIDADE. Demonstrado, através de Certidão do Órgão de

Supervi-são do Diário Oficial, que a prova da publicação da lei é inautêntica,

não deve tal ato normativo ser considerado quando do julgamento do

Recurso Ordinário interposto no bojo do processo principal. Incidente de

Falsidade deferido para se declarar a inautenticidade da prova documental.

DECISÃO: por unanimidade, conhecer do incidente, declarar inautêntico

o documento de fls. 06/13, para que seja desconsiderada a Lei Municipal nº

016/97 quando da apreciação do recurso ordinário, interposto no bojo do

pro-cesso principal e, acolhendo a promoção da Procuradoria Regional do

Traba-lho, determinar a extração de cópias dos presentes autos, seguindo-

se da re-messa destas para o Ministério Público Federal, a fim de que seja

investigada a eventual prática de ilícito penal no caso em apreço.

DATA DE JULGAMENTO: 16/10/07

99) Processo TRT 16ª N° 01738-2001-012-16-00-6 AP

Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) AMÉRICO BEDÊ FREIRE

Revisor: Desembargador(a) JOSÉ EVANDRO DE SOUZA

Origem: VARA DO TRABALHO DE IMPERATRIZ/MA

Espécie: AGRAVO DE PETIÇÃO

AGRAVANTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

Procurador: CARLOS FRANCISCO LOPES MELO

AGRAVADOS: LUIS CARLOS LIMA DA CONCEIÇÃO

Adv.:Dr(s).JOSÉ DE SANTANA SANTOS

ILDON MARQUES DE SOUSA

Adv.:Dr(s).OZIEL VIEIRA DA SILVA

EMENTA: COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. EXECU-

ÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. ART. 114, VIII, DA

CONS-TITUIÇÃO FEDERAL. INCIDÊNCIA SOBRE TODO O PERÍO-

DO RECONHECIDO EM SENTENÇA. Nos termos do art. 114, inc. VIII,

da CF/88, cabe à Justiça do Trabalho a execução, de ofício, das contribuições sociais previstas no art. 195, I, a, e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir. O texto constitucional, na ocasião, não fez qualquer restrição à base de cálculo dos recolhimentos previdenciários, razão pela qual se conclui pela sua incidência durante todo o contrato de trabalho, quando não realizado em tempo oportuno. No mesmo sentido dispõe o artigo 876, parágrafo único, da CLT, com a redação imposta pela Lei n.º 11.457, de 16 de março de 2007, que reconhece a competência desta Especializada para executar as contribuições sociais de todo o período contratual reconhecido. Agravo de Petição conhecido e provido.

DECISÃO: por unanimidade, conhecer do agravo de petição e, no mérito, por maioria, dar-lhe provimento, a fim de reconhecer a competência da Justiça do Trabalho para executar, de ofício, as contribuições previdenciárias atinentes a todo o período do vínculo empregatício mencionado na peça de ingresso e reconhecido em sentença (09 de novembro de 1999 a 18 de dezembro de 2000).

DATA DE JULGAMENTO: 16/10/07

100) Processo TRT 16ª N° 00318-2004-005-16-00-7 AP

Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) LUIZ COSMO DA SILVA JÚNIOR

Revisor: Desembargador(a) ALCEBÍADES TAVARES DANTAS

Origem: VARA DO TRABALHO DE PINHEIRO/MA

Espécie: AGRAVO DE PETIÇÃO

AGRAVANTE: MUNICÍPIO DE MATINHA/MA

Adv.:Dr(s).TADEU DE JESUS E SILVA CARVALHO

AGRAVADOS: IVONEIDE SERRA SOUZA

Adv.:Dr(s).JOÃO JOSÉ DA SILVA

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

EMENTA: EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL. DISPENSA DE PRECATÓRIO. O § 3º do art. 100 da Constituição Federal excepciona a aplicação do caput, relativamente à expedição de precatórios, aos pagamentos considerados de pequeno valor devidos pela Fazenda Pública, em virtude de sentença judicial com trânsito em julgado, conforme redação dada pela EC nº 37/02. O acréscimo do art. 87 do ADCT fixa, embora provisoria-mente, os valores considerados de pequeno valor em 30 (trinta) salários mínimos para a Fazenda Municipal. Agravo de Petição conhecido e não provido.

DECISÃO: por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento para manter a decisão agravada.

DATA DE JULGAMENTO: 25/09/07

101) Processo TRT 16ª N° 01109-1996-012-16-00-8 AP

Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) AMÉRICO BEDÊ FREIRE

Revisor: Desembargador(a) JOSÉ EVANDRO DE SOUZA

Origem: VARA DO TRABALHO DE IMPERATRIZ/MA

Espécie: AGRAVO DE PETIÇÃO

AGRAVANTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

Procurador: JOSÉ ARMANDO COSTA AMORIM

AGRAVADOS: DISTRIBUIDORA DE DROGAS IMPERAFARMA LTDA

Adv.:Dr(s).RAIMUNDA CARVALHO LIMA

JOSÉ ARTUR DEL TOSO

Adv.:Dr(s).OLISETTE DA SILVA VELÔSO

EMENTA: CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. RECONHECIMENTO DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO COM ASSINATURA DA CTPS DO TRABALHADOR. O reconhecimento da existência de vínculo empregatício entre as partes, em sede de sentença condenatória, com a consequente assinatura da carteira de trabalho do obreiro, impõe o recolhimento das contribuições previdenciárias devidas durante todo o período laboral. Cabe à Justiça do Trabalho a execução das verbas previdenciárias, nos termos do art. 114, VIII, da Constituição Federal e 876, parágrafo único, da CLT. Agravo de Petição conhecido e provido.

DECISÃO: por unanimidade, conhecer do agravo de petição e, no mérito, por maioria, dar-lhe provimento, a fim de reconhecer a competência da Justiça do Trabalho para executar as contribuições previdenciárias atinentes

a todo o período do vínculo empregatício reconhecido na sentença condenatória.

DATA DE JULGAMENTO: 16/10/07

102) Processo TRT 16ª N° 02556-2004-012-16-00-5 AP

Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) LUIZ COSMO DA SILVA JÚNIOR

Revisor: Desembargador(a) AMÉRICO BEDÊ FREIRE

Origem: VARA DO TRABALHO DE IMPERATRIZ/MA

Espécie: AGRAVO DE PETIÇÃO

AGRAVANTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

Procurador: CARLOS FRANCISCO LOPES MELO

AGRAVADOS: JOSÉ FERREIRA CONCEIÇÃO

Adv.:Dr(s).JUCELINO PEREIRA DA SILVA

POSTO ALVORADA E CIA (ANTONIO VIANA)

Adv.:Dr(s).MARIA DE FÁTIMA CARNEIRO ZAFRED

EMENTA: ACORDO SEM RECONHECIMENTO DE VÍNCULO - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - ALÍQUOTA DE 20% SOBRE O VALOR ACORDADO. Tratando-se de acordo celebrado na Justiça do Trabalho onde não haja o reconhecimento do liame empregatício, a contribuição social devida será restrita aos 20% prescritos no parágrafo 9º do artigo 276 do Decreto nº 3.048/99, eis que a contribuição de 11% almejada pelo INSS, a cargo do trabalhador, fere os princípios da legalidade tributária e o da tipicidade, a par de atentar contra princípio do não-confisco, já que o montante de 31% é superior à alíquota do IR. Agravo de petição conhecido e improvido.

DECISÃO: por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, por maioria, negar-lhe provimento para manter a decisão agravada. Redigirá o acórdão o Desembargador José Evandro de Souza.

DATA DE JULGAMENTO: 10/10/07

103) Processo TRT 16ª N° 00761-2005-012-16-00-7 AP

Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) LUIZ COSMO DA SILVA JÚNIOR

Revisor: Desembargador(a) AMÉRICO BEDÊ FREIRE

Origem: VARA DO TRABALHO DE IMPERATRIZ/MA

Espécie: AGRAVO DE PETIÇÃO

AGRAVANTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

Procurador: CARLOS FRANCISCO LOPES MELO

AGRAVADOS: AILTON BATISTA DOS SANTOS

Adv.:Dr(s).MIGUEL FERREIRA FURTADO

REVENMOTA LTDA

Adv.:Dr(s).DEMOSTENES VIEIRA DA SILVA

EMENTA: ACORDO SEM RECONHECIMENTO DE VÍNCULO - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - ALÍQUOTA DE 20% SOBRE O VALOR ACORDADO. Tratando-se de acordo celebrado na Justiça do Trabalho onde não haja o reconhecimento do liame empregatício, a contribuição social devida será restrita aos 20% prescritos no parágrafo 9º do artigo 276 do Decreto nº 3.048/99, eis que a contribuição de 11% almejada pelo INSS, a cargo do trabalhador, fere os princípios da legalidade tributária e o da tipicidade, a par de atentar contra princípio do não-confisco, já que o montante de 31% é superior à alíquota do IR. Agravo de petição conhecido e improvido.

DECISÃO: por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, por maioria, negar-lhe provimento para manter a decisão agravada. Redigirá o acórdão o Desembargador José Evandro de Souza.

DATA DE JULGAMENTO: 10/10/07

104) Processo TRT 16ª N° 00104-2000-012-16-00-5 AP

Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) AMÉRICO BEDÊ FREIRE

Revisor: Desembargador(a) JOSÉ EVANDRO DE SOUZA

Origem: VARA DO TRABALHO DE IMPERATRIZ/MA

Espécie: AGRAVO DE PETIÇÃO

AGRAVANTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

Procurador: CARLOS FRANCISCO LOPES MELO

AGRAVADOS: CLEOMAR SOUSA CRUZ

Adv.:Dr(s).JUCELINO PEREIRA DA SILVA

SISTEMA TUCANU'S DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA

EMENTA: CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. ACORDO JUDICIAL. RECONHECIMENTO DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO COM ASSINATURA DA CTPS DO TRABALHADOR. O reconhecimento, pelo empregador, da existência de vínculo empregatício entre as partes, em sede de acordo judicial, com a consequente assinatura da carteira de trabalho do obreiro, impõe o recolhimento das contribuições previdenciárias devidas durante todo o período laboral, não obstante a avença preveja que tal incidência seja restrita à parcela não indenizatória. Cabe à Justiça do Trabalho a execução das verbas previdenciárias, nos termos do art. 114, VIII, da Constituição Federal e 876, parágrafo único, da CLT. Agravo de Petição conhecido e parcialmente provido.

DECISÃO: por unanimidade, conhecer do agravo de petição e, no mérito, por maioria, dar-lhe parcial provimento, a fim de reconhecer a competência da Justiça do Trabalho para executar, de ofício, as contribuições previdenciárias atinentes a todo o período do vínculo empregatício reconhecido na sentença "a quo".

DATA DE JULGAMENTO: 16/10/07

105) Processo TRT 16ª N° 00064-1992-009-16-85-8 AP
Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) ILKA ESDRA SILVA ARAÚJO

Revisor: Desembargador(a) LUIZ COSMO DA SILVA JÚNIOR

Origem: VARA DO TRABALHO DE CAXIAS/MA

Espécie: AGRAVO DE PETIÇÃO

AGRAVANTE: COSTA PINTO AGRO INDUSTRIAL S/A

Adv.:Dr(s).HÉLIO COELHO DA SILVA

AGRAVADO: ANTÔNIO NILSON FEITOSA XIMENES

Adv.:Dr(s).JOÃO DE SOUSA LEITÃO FILHO

EMENTA: PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRABALHISTA - Em razão do caráter alimentar do crédito trabalhista, que expressa interesses de ordem pública, incabível é reconhecer que o direito real de garantia, consiste em hipoteca e penhor incidente em cédula de crédito rural, pode vir a obstar a penhora de um bem.

DECISÃO: por unanimidade, conhecer do agravo, rejeitar a preliminar de nulidade da penhora e, no mérito, negar-lhe provimento para manter a decisão agravada.

DATA DE JULGAMENTO: 25/09/07

106) Processo TRT 16ª N° 00319-2006-000-16-00-1 MS
Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) LUIZ COSMO DA SILVA JÚNIOR

Origem: TRT DA 16ª REGIÃO

Espécie: MANDADO DE SEGURANÇA

IMPETRANTE: MUNICÍPIO DE BEQUIMÃO/MA

Adv.:Dr(s).ANTÔNIO JOSÉ MARTINS

AUT. COATORA: JUIZ TITULAR DA VARA DO TRABALHO DE PINHEIRO/MA

LITISCONSORTE: ROSENILDE CAMPOS BOAES E OUTROS

Adv.: Dr(s). ANTONIO AUGUSTO SOUSA

EMENTA: CRÉDITOS TRABALHISTAS DE PEQUENO VALOR - LEI MUNICIPAL - ART. 87 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS. A Emenda Constitucional nº 37 introduziu, dentre outros, o artigo 87 ao ADCT, o qual estabelece, ressaltando até que fossem publicadas leis definidoras pelos entes da Federação, como dívida de pequeno valor, importâncias iguais ou inferiores a 40 salários mínimos perante a Fazenda Estadual e do Distrito Federal e 30 salários mínimos perante a Fazenda dos Municípios. In casu, havendo prova nos autos da publicação da lei municipal regulamentando referido valor no âmbito da administração e constatando-se que o valor exequendo excede ao estabelecido como de pequeno valor, deve a execução seguir a via precatorial. Mandado de Segurança parcialmente concedido.

DECISÃO: por unanimidade, rejeitar a preliminar suscitada pelo Ministério Público, conhecer do mandado para conceder parcialmente a segurança postulada, a fim de que nas execuções das RT's nºs 751/2004 e 277/2004 seja observado o rito precatorial. Isento de Custas.

DATA DE JULGAMENTO: 25/09/07

107) Processo TRT 16ª N° 00397-2006-000-16-00-6 MS
Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) JOSÉ EVANDRO DE SOUZA

Origem: TRT DA 16ª REGIÃO

Espécie: MANDADO DE SEGURANÇA

IMPETRANTE: JOSÉ GERMANO DE OLIVEIRA

Adv.:Dr(s).GEOMILSON ALVES LIMA

AUT. COATORA: JUIZ(A) TITULAR DA VARA DO TRABALHO DE SANTA INÊS/MA

LITISCONSORTE: DORACI ALVES DA SILVA E OUTROS

EMENTA: SUSPENSÃO DE HASTA PÚBLICA - POSSIBILIDADE. A narrativa de uma seqüência de fatos que tornam irregular a conclusão da execução trabalhista, tais como a designação de praça de imóvel, sem que a esposa do titular e o credor hipotecário fossem intimados dos referidos atos judiciais e sem que constasse do edital de praça que o imóvel encontrasse-se hipotecado, viabiliza a suspensão de designação de hasta pública. Segurança admitida e concedida.

DECISÃO: por unanimidade, rejeitar a preliminar de extinção do processo sem julgamento do mérito, admitir o mandado de segurança e, no mérito, conceder a segurança, confirmando a liminar concedida, nos termos da fundamentação supra.

DATA DE JULGAMENTO: 09/10/07

108) Processo TRT 16ª N° 00265-2006-000-16-00-4 MS
Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) AMÉRICO BEDÊ FREIRE

Origem: TRT DA 16ª REGIÃO

Espécie: MANDADO DE SEGURANÇA

IMPETRANTE: EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS E NEGÓCIOS PÚBLICOS - EMARHP

Adv.:Dr(s).LUIZ AMÉRICO HENRIQUES DE CASTRO

AUT. COATORA: JUIZ TITULAR DA 1ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS/MA

LITISCONSORTE: HAROLDO GOMES BARROSO

Adv.: Dr(s). JOSÉ OLÍVIO SÁ CARDOSO ROSA

EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. IMPUGNAÇÃO À CONCESSÃO DE MEDIDA LIMINAR EM AÇÃO CAUTELAR INOMINADA. SENTENÇA DE MÉRITO SUPERVENIENTE. PERDA DE OBJETO. Constatada a super-veniência de sentença de mérito nos autos originários, convalidando o ato judicial combatido pelo impetrante, impõe-se a extinção da ação mandamental, por perda de objeto. Inteligência da Súmula 414 do TST.

DECISÃO: por unanimidade, extinguir o processo sem apreciação do mérito, por perda de objeto Custas, pelo impetrante, no valor de R\$ 20,00, calculadas sobre o valor atribuído à causa.

DATA DE JULGAMENTO: 09/10/07

109) Processo TRT 16ª N° 00242-2006-000-16-00-0 MS
Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) AMÉRICO BEDÊ FREIRE

Origem: TRT DA 16ª REGIÃO

Espécie: MANDADO DE SEGURANÇA

IMPETRANTE: EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS E NEGÓCIOS PÚBLICOS - EMARHP

Adv.:Dr(s).LUIZ AMÉRICO HENRIQUES DE CASTRO

AUT. COATORA: JUIZ(A) TITULAR DA 2ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS/MA

LITISCONSORTE: BENEDITO VALTER DE OLIVEIRA MOURA

Adv.: Dr(s). FERNANDO JOSÉ MACHADO CASTRO

EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. IMPUGNAÇÃO À CONCESSÃO DE MEDIDA LIMINAR EM AÇÃO CAUTELAR INOMINADA. SENTENÇA DE MÉRITO SUPERVENIENTE. PERDA DE OBJETO. Constatada a super-veniência de provimento jurisdicional definitivo nos autos principais, convalidando o ato judicial combatido pelo impetrante, impõe-se a extinção da ação mandamental, por perda de objeto. Inteligência da Súmula 414 do TST.

DECISÃO: por unanimidade, extinguir o processo sem apreciação do



mérito, por perda de objeto. Custas, pelo impetrante, no valor de R\$ 20,00, calculadas sobre o valor atribuído à causa.

DATA DE JULGAMENTO: 09/10/07

110) Processo TRT 16ª N° 00279-2006-000-16-00-8 MS
Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) JOSÉ EVANDRO DE SOUZA

Origem: TRT DA 16ª REGIÃO

Espécie: MANDADO DE SEGURANÇA

IMPETRANTE: EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS E NEGÓCIOS PÚBLICOS - EMARHP

Adv.:Dr(s).LUIZ AMÉRICO HENRIQUES DE CASTRO

AUT. COATORA: JUIZ (A) TITULAR DA 4ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS/MA

LITISCONSORTE: MARGARETH CASTELO BRANCO COSTA

Adv.: Dr(s). OTÁVIO DOS ANJOS RIBEIRO

EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA - TUTELA ANTECIPADA - SU-PERVENIÊNCIA DE SENTENÇA - PERDA DO OBJETO. Concedida tutela antecipada, a superveniência de sentença nos autos originários prejudica o mandamus que a impugna, pois, afinal, prolatada esta, surgirá para a parte sucumbente a via própria do recurso ordinário (CLT, art. 895, a), podendo, inclusive, ser dotado de efeito suspensivo por meio de ação cautelar. Writ conhecido e extinto sem resolução do mérito.

DECISÃO: por unanimidade, conhecer do mandamus e, reconhecendo a carência de ação por ausência de interesse de agir, extinguir o processo sem resolução do mérito (CPC, art. 267, VI), haja vista sua perda de objeto.

DATA DE JULGAMENTO: 09/10/07

111) Processo TRT 16ª N° 00233-2006-000-16-00-9 MS
Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) GERSON DE OLIVEIRA COSTA FILHO

Origem: TRT DA 16ª REGIÃO

Espécie: MANDADO DE SEGURANÇA

IMPETRANTE: COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR

Adv.:Dr(s).ANA LETÍCIA SILVA FREITAS

AUT. COATORA: JUIZ TITULAR DA 3ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS/MA

LITISCONSORTE: ISMAEL CARVALHO DE SOUZA NETO

Adv.: Dr(s) BEATRIZ DEL VALLE ECEIZA NUNES

EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA IMPETRADO CONTRA ANTE-CIPAÇÃO DE TUTELA. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA. PERDA DE OBJETO. A superveniência de sentença no processo originário faz perder o objeto do mandado de segurança que impugna a concessão da tutela antecipada (Súmula 414, III, do c. TST).

DECISÃO: por unanimidade, extinguir o processo sem resolução de mérito, nos termos da fundamentação do voto do Desembargador Relator.

DATA DE JULGAMENTO: 09/10/07

112) Processo TRT 16ª N° 00774-2002-012-16-00-3 AP
Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) AMÉRICO BEDÊ FREIRE

Revisor: Desembargador(a) JOSÉ EVANDRO DE SOUZA

Origem: VARA DO TRABALHO DE IMPERATRIZ/MA

Espécie: AGRAVO DE PETIÇÃO

AGRAVANTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
Procuradora: LARISSA LARA TEÓFILO DURANS

AGRAVADOS: MUNICÍPIO DE SENADOR LA ROQUE/MA

Adv.:Dr(s).JOANETH FERREIRA SANTOS

WHATINA SOBRINHO LIMA

Adv.:Dr(s).JUCELINO PEREIRA DA SILVA

EMENTA: COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. EXECUÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. ART. 114, VIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. INCIDÊNCIA SOBRE TODO O PERÍODO RECONHECIDO EM SENTENÇA. Nos termos do art. 114, inc. VIII, da CF/88, cabe à Justiça do Trabalho a execução, de ofício, das contribuições sociais previstas no art. 195, I, a, e II, e seus acréscimos legais,

decorrentes das sentenças que proferir. O texto constitucional, na ocasião, não fez qualquer restrição à base de cálculo dos recolhimentos previdenciários, razão pela qual se conclui pela sua incidência durante todo o contrato de trabalho, quando não realizado em tempo oportuno. No mesmo sentido dispõe o artigo 876, parágrafo único, da CLT, com a redação imposta pela Lei n.º 11.457, de 16 de março de 2007, que reconhece a competência desta Especializada para executar as contribuições sociais de todo o período contratual reconhecido. Agravo de Petição conhecido e provido.

DECISÃO: por unanimidade, conhecer do agravo de petição e, no mérito, por maioria, dar-lhe provimento, a fim de reconhecer a competência da Justiça do Trabalho para executar, de ofício, as contribuições previdenciárias atinentes a todo o período do vínculo empregatício (a contar de 16 de fevereiro de 1998).

DATA DE JULGAMENTO: 16/10/07

113) Processo TRT 16ª N° 00111-2007-000-16-00-3 ARG
Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) AMÉRICO BEDÊ FREIRE

Origem: TRT DA 16ª REGIÃO

Espécie: AGRAVO REGIMENTAL

AGRAVANTE: CARVALHO E SANTOS CONSTRUTORA LTDA

Adv.:Dr(s).JOSÉ RIBAMAR SERRA

AGRAVADO: DESPACHO DO DESEMBARGADOR RELATOR NOS AUTOS DO MANDADO DE SEGURANÇA

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL - INDEFERIMENTO DE PETIÇÃO INICIAL EM MANDADO DE SEGURANÇA - AUSÊNCIA DE FORNECIMENTO DO ENDEREÇO DE LITISCONSORTE. A eficácia da sentença/acórdão está condicionada à regular formação da relação processual, perfectibilizada com a citação válida do réu/litisconsorte necessário. Logo, se a parte deixa de fornecer o endereço do litisconsorte, apesar de regularmente intimada para tanto e expressamente advertida das consequências do seu não atendimento, incensurável a decisão que indefere a inicial, extinguindo o processo sem resolução do mérito com supedâneo no artigo 267, I e IV do CPC. Agravo regimental conhecido e não provido.

DECISÃO: por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento para manter a decisão agravada. Redigirá o acórdão o Desembargador José Evandro de Souza.

DATA DE JULGAMENTO: 16/10/07

114) Processo TRT 16ª N° 01717-2006-003-16-01-7 AIPS
Acórdão Pleno 2007

Relator: Desembargador(a) AMÉRICO BEDÊ FREIRE

Origem: 3ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS/MA

Espécie: AGRAVO DE INSTRUMENTO/PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO

AGRAVANTE: A.W.A. COMERCIAL DE PRODUTOS LTDA

Adv.:Dr(s).ALYSSON MENDES COSTA

AGRAVADO: TALITA DOS SANTOS CHAVES SOUZA

Adv.:Dr(s).DARCI COSTA FRAZÃO

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA. NÃO COMPROVAÇÃO DE DIFICULDADE FINANCEIRA. IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO. A simples alegação de dificuldade financeira, por parte da empresa, não lhe garante o deferimento da assistência judiciária gratuita, já que o risco da atividade econômica, nos termos do artigo 2º, da CLT, deve ser suportado pelo empregador, e não pelo empregado. Ademais, não obstante a jurisprudência reconheça, em casos excepcionais, a extensão de tal benefício às pessoas jurídicas, observa-se que, na hipótese, a agravante não juntou aos autos qualquer elemento que atestasse a impossibilidade real de arcar com as despesas do processo, restando prejudicado o seu pleito, portanto, no que toca à alegada "hipossuficiência financeira". Agravo de instrumento conhecido e não provido.

DECISÃO: por unanimidade, conhecer do agravo de instrumento para, no mérito, negar-lhe provimento, de forma a manter inalterada a decisão de primeiro grau.

DATA DE JULGAMENTO: 23/10/07

115) Processo TRT 16ª N° 02046-2006-003-16-01-1 AI
Acórdão Pleno 2007
Relator: Desembargador(a) JAMES MAGNO ARAÚJO FARIAS (Juiz Convo-cado)

Origem: 3ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS/MA
Espécie: AGRAVO DE INSTRUMENTO
AGRAVANTE: MARIA ANTÔNIA MORAES VIANA
Adv.:Dr(s).SEBASTIÃO DA CRUZ MOREIRA
AGRAVADO: JARLENE CRUZ SOARES
Adv.:Dr(s).RICARDO AUGUSTO DUARTE DOVERA
EMENTA: JUSTIÇA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE POBREZA FIRMADA PELO ADVOGADO. PROCURAÇÃO COM PODERES ESPECÍFICOS. DESNECESSIDADE. Nos termos do art. 1º da Lei nº 7.115/83 c/ c a OJ nº 304 da SDI-I do TST, basta a simples declaração, firmada ou pela própria parte ou por procurador, de que não pode demandar sem prejuízo de seu sustento e de sua família para se presumir o estado de pobreza que autoriza o deferimento da justiça gratuita. Conforme entendimento jurisprudencial domi-nante, não há necessidade de procuração com poderes específicos. DEPÓSITO RECURSAL. POSSIBILIDADE DE ISENÇÃO AO EMPREGADOR. Existin-do hipótese excepcional na qual se constate que o empregador não possui condições de efetivar o depósito recursal, em face de comprovada insuficiência econômica, como ocorreu no caso dos autos, dispensa-se o seu recolhimento a fim de possibilitar a mais ampla defesa e o acesso ao judiciário. Agravo de Instrumento conhecido e provido.

DECISÃO: por unanimidade, conhecer do agravo de instrumento e, no mérito, por maioria, dar-lhe provimento para conceder o benefício da Justiça Gratuita isentando a agravante do pagamento das custas processuais e do depósito recursal, e determinar o processamento do recurso ordinário. Redigirá o acórdão o Desembargador Américo Bedê Freire.
DATA DE JULGAMENTO: 09/10/07

116) Processo TRT 16ª N° 00031-2007-018-16-01-9 AI
Acórdão Pleno 2007
Relator: Desembargador(a) JOSÉ EVANDRO DE SOUZA
Origem: VARA DO TRABALHO DE BARREIRINHAS/MA
Espécie: AGRAVO DE INSTRUMENTO
AGRAVANTE: MUNICÍPIO DE PRIMEIRA CRUZ/MA
Adv.:Dr(s).WILSON DO SOCORRO PASSOS
AGRAVADO: THANY LETTICE SILVA SOUZA
Adv.:Dr(s).DARCI COSTA FRAZÃO
EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS OBRIGATORIOS - RESPONSABILIDADE DO AGRAVANTE - NÃO CONHECIMENTO. O art. 897, § 5º, I, da CLT, lista um rol de documentos obrigatórios que compõem o instrumento do agravo, todos a cargo da parte recorrente. Na ausência de qualquer das peças ali elen-cadas, a parte agravante assume o risco de não ver conhecido o seu recurso. Agravo de instrumento não conhecido.
DECISÃO: por unanimidade, não conhecer do agravo de instrumento.
DATA DE JULGAMENTO: 09/10/07

117) Processo TRT 16ª N° 00950-2005-006-16-01-0 AI
Acórdão Pleno 2007
Relator: Desembargador(a) JOSÉ EVANDRO DE SOUZA
Origem: VARA DO TRABALHO DE CHAPADINHA/MA
Espécie: AGRAVO DE INSTRUMENTO
AGRAVANTE: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE VARGAS/MA
Adv.:Dr(s).EVELINE SILVA NUNES
AGRAVADO: MARIA DA CONCEIÇÃO ALVES
Adv.:Dr(s).TOMÉ GOMES LIMA
EMENTA: NULIDADE PROCESSUAL POR CERCEAMENTO DE DEFESA - REMESSA NECESSÁRIA PREVISTA NA SENTENÇA - AUSÊNCIA DE RECURSO VOLUNTÁRIO. Não incorre em cerceamento de defesa a deliberação do juiz respaldada na Súmula 303 do c. TST em não proceder à remessa oficial embora esteja esta prevista na sentença, uma vez que tal motivação encontra-se consonante com os princípios da celeridade e economia processuais e ganha especial relevo no processo do

trabalho dada a sua função social, tendo em vista a natureza alimentar dos créditos trabalhistas. Ademais, sequer garan-tido o juízo positivo de admissibilidade do reexame necessário, caso remetidos os autos à instância superior, devendo a parte interessada valer-se dos meios cabíveis para provocar o duplo grau de jurisdição por meio do competente recurso voluntário. Agravo de instrumento conhecido e provido.

DECISÃO: por unanimidade, conhecer do agravo, rejeitar a preliminar de nulidade processual e, no mérito, dar-lhe provimento para determinar o des-trancamento do agravo de petição.
DATA DE JULGAMENTO: 09/10/07

118) Processo TRT 16ª N° 01254-2006-001-16-00-8 REXOFRV
Acórdão Pleno 2007
Relator: Desembargador(a) GERSON DE OLIVEIRA COSTA FILHO
Revisor: Desembargador(a) MÁRCIA ANDREA FARIAS DA SILVA
Origem: 1ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS/MA
Espécie: REMESSA EX-OFFICIO/REC. VOLUNTÁRIO
RECORRENTE: ESTADO DO MARANHÃO
Procuradora: MARIA ALÍPIA PÓVOAS ARAÚJO
RECORRIDO: JOSÉ RIBAMAR COSTA E OUTROS
Adv.:Dr(s).KATCHELYNE ISABELLE FURTADO MOREIRA
EMENTA: FAZENDA PÚBLICA. REMESSA "EX OFFICIO". CONDE-NAÇÃO EM VALOR INFERIOR A SESSENTA SALÁRIOS MÍNIMOS. NÃO CONHECIMENTO. Não se conhece da remessa oficial quando a decisão for contrária à fazenda pública, mas a condenação for em valor inferior a sessenta salários mínimos e estiver em consonância com súmula do c. TST (En. 303 do c. TST). CONTRATO NULO. DEPÓSITOS DE FGTS. Ainda que seja nula a contratação de servidor público, após a CF/ 1988, sem prévia aprovação em concurso público, são devidos os valores referentes aos depósitos do FGTS, de acordo com o Enunciado 363 do TST. Remessa oficial não conhecida. Recurso voluntário conhecido e não provido.

DECISÃO: por unanimidade, não conhecer da Remessa Ex Officio, co-nhecer do Recurso Voluntário e, no mérito, negar-lhe provimento para manter a deci-são de 1º grau.

DATA DE JULGAMENTO: 28/08/07

São Luís(MA), 08 de novembro de 2007.

Valewska M. de Carvalho Cunha Castro.

Diretora de Distribuição e Acórdãos em exercício.

NOTIFICAÇÕES

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO 1ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS - MA NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT N° 02329-2002-001-16-00 RECLAMANTE: Valdenilson Monteiro De Jesus Advogado: Geomílson Alves Lima RECLAMADO: Lojas Gabryella Ltda. Advogado: Adalberto Ribamar Barbosa Gonçalves Fica notificado(a) Adalberto Ribamar Barbosa Gonçalves, advogado(a) do RECLAMADO, para: Efetuar o pagamento da condenação no importe de R\$ 19.500,63, atualizado até 30/09/2007, sendo: R\$18.593,03 (principal - dos quais R\$168,40 referem-se à previdência/cota do empregado); R\$ 180,66 (multa de 1%); R\$ 633,97 (previ-dência/cota do empregador); R\$ 92,97 (Cálculos de Liquidação). NO PRAZO DE 15 DIAS, sob pena de acréscimo de multa no percentual de 10%, conforme preceitua o art. 475-J do CPC. São Luís/MA, 16/10/2007. Dr(a). Fernanda Franklin da Costa Ramos, Juiz(a) do Trabalho da 1ª VT.

Geração: 08 de Novembro de 2007 (Nota:)

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO 2ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS - MA NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT N° 00421-2005-002-16-00 RECLAMANTE: Sind. Dos Prof. Públicos, Espec. Em Educ. Pública E Serv. Públicos Da Educ. Estadual E Mun. Do Ens. De 1º E 2º Graus Do Estado Do Ma/Sinproesemma Advogado: Gutemberg Soares Carnei-ro RECLAMADO: Município de São José de Ribamar - MA Advogado: Roge-rio Marques de Almeida Fica notificado(a) Gutemberg Soares Carneiro, advo-gado(a) do RECLAMANTE, para: Vis-tos, etc. Determino a intimação da parte reclamante na pessoa de seu advogado, via Diário de Justiça, para que efetue o pagamento do valor



exequendo no total de R\$ 200,00 (custas processuais); NO PRAZO DE 15 DIAS, sob pena de acréscimo de multa no percentual de 10%, conforme preceitua o art. 475-J, do CPC. São Luís, 31/10/07. Dr. Rodrigo Samico Carneiro. Juiz do Trabalho.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO 2ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS - MA NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 02367-2002-002-16-00 RECLAMANTE: Rosenilde Costa Advogado: Reinaldo de Assunção Araújo Bezerra RECLAMADO: Oticas Diniz Ltda Advogado: Adalberto Ribamar Barbosa Gonçalves Fica notificado(a) Adalberto Ribamar Barbosa Gonçalves, advogado(a) do RECLAMADO, para: Vistos, etc. Homo-logo, pois, os cálculos de fls. 1132/1135 e determino a intimação da parte demandada na pessoa de seu advogado, via Diário de Justiça, para que efetue o pagamento do valor exequendo no total de R\$ 531,04, sendo: R\$ 476,69 (prin-cipal); R\$ 43,48 (custas processuais); R\$ 10,87 (custas liquidação)- valores atualizados até 31/08/07; NO PRAZO DE 15 DIAS, sob pena de acréscimo de multa no percentual de 10%, conforme preceitua o art. 475-J, do CPC.S. Luís, 15/10/07. Dr.(a)Viviane Souza Brito. Juiz(a) do Trabalho da 2ª VT.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO 2ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS - MA NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 00527-2007-002-16-00 RECLAMANTE: Raimundo Eduardo Nascimento França Advogado: Glaucio Santos Costa RECLAMADO: Colégio Imperial Advogado: Wagner Tobias Lima Filho Fica notificado(a) Wagner Tobias Lima Filho, advogado(a) do RECLAMADO, para: Vistos, etc. Homologo a conta de fls. 39. Determino a intimação da parte demandada na pessoa de seu advogado, via Diário de Justiça, para que efetue o pagamento do valor exequendo no total de R\$ 730,00, sendo: R\$ 40,00 (custas processuais) e R\$ 690,00 (previdência-cota empregador); NO PRAZO DE 15 DIAS, sob pena de acréscimo de multa no percentual de 10%, conforme preceitua o art. 475-J, do CPC. São Luís, 08/10/07. Dra. Luciana Dória de Medeiros Chaves.Juiza do Trabalho.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO 2ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS - MA NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 01924-2006-002-16-00 RECLAMANTE: Elielton Gonçalves Costa Advogado: Glaucio Santos Costa RECLAMADO: Fribal Concarne Comercial de Carne Ltda Advogado: Cristiana Leal Ferreira Duailibe Fica notificado(a) Cristiana Leal Ferreira Duailibe, advogado(a) do RECLAMADO, para: Vistos, etc. Determino a intimação da parte demandada na pessoa de seu advogado, via Diário de Justiça, para que efetue o pagamento do valor exequendo no total de R\$ 24,00(custas processuais);NO PRAZO DE 15 DIAS, sob pena de acréscimo de multa no percentual de 10%, conforme preceitua o art. 475-J, do CPC. São Luís, 28/08/07. Dra. Viviane Souza Brito.Juiza do Trabalho.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO 2ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS - MA NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 01532-2006-002-16-00 RECLAMANTE: Sílvia Régia Ribeiro Quintanilha Advogado: Rosilene Belinda Ribeiro Pereira RECLAMADO: I.F. Albuquerque Marques (Laboratório Liac Advogado: RAIMUNDO EVERARDO RODRIGUES JÚNIOR Fica notificado(a) RAIMUNDO EVERARDO RODRIGUES JÚNIOR, advogado(a) do RECLAMADO, para: Vistos, etc. Homologo a conta previdenciária de fls. 37. Determino a intimação da parte demandada na pessoa de seu advogado, via Diário de Justiça, para que efetue o pagamento do valor exequendo no total de R\$ 448,00, sendo: R\$ 80,00 (custas processuais) e R\$ 368,00 (previdência-cota empregador); NO PRAZO DE 15 DIAS, sob pena de acréscimo de multa no percentual de 10%, conforme preceitua o art. 475-J, do CPC. São Luís, 09/10/2007. Dra. Luciana Dória de Medeiros Chaves.Juiza do Trabalho.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO 2ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS - MA NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 00472-2007-002-16-00 RECLAMANTE: Ferdileide da Silva Matos Advogado: Raimundo Nonato Pereira De Sousa RECLAMADO: Eloa Empreendimentos Ltda Advogado: Ana Carolina Quadros Costa Fica notificado(a) Ana Carolina Quadros Costa, advogado(a) do RECLAMADO, para: Vistos, etc. Homologo a conta previdenciária de fls. 32. Deter-

mino a intimação da parte demandada na pessoa de seu advogado, via Diário de Justiça, para que efetue o pagamento do valor exequendo no total de R\$ 169,80, sendo: R\$ 24,00 (custas processuais) e R\$ 145,80 (previdência-cota empregador); NO PRAZO DE 15 DIAS, sob pena de acréscimo de multa no percentual de 10%, conforme preceitua o art. 475-J, do CPC. São Luís, 09/10/2007. Dra. Luciana Dória de Medeiros Chaves.Juiza do Trabalho.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO 2ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS - MA NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 00004-2007-002-16-00 RECLAMANTE: Maria Nauzelina Conceição Santos Advogado: Darci Costa Frazão RECLAMADO: Maria de Lourdes Simas Oli-veira Advogado: Raimundo Da Silva Santos Fica notificado(a) Raimundo Da Silva Santos, advogado(a) do RECLAMADO, para: Vistos, etc. Determino a intimação da parte demandada na pessoa de seu advogado, via Diário de Justiça, para que efetue o pagamento do valor exequendo no total de R\$ 20,00 (custas processuais); NO PRAZO DE 15 DIAS, sob pena de acréscimo de multa no percentual de 10%, conforme preceitua o art. 475-J, do CPC. São Luís, 10/10/2007. Dr. Saulo Tarcísio de Carvalho Fontes. Juiz do Trabalho.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO 2ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS - MA NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 00148-2007-002-16-00 RECLAMANTE: Marilene da Conceição Costa Advogado: Sandro Rogério Alves e Silva RECLAMADO: Fortseg Terceirização de Serviços de Portaria Ltda Advogado: Ricardo José Magalhães Mousinho Fica notificado(a) Ricardo José Magalhães Mousinho, advogado(a) do RECLAMADO, para: Vistos, etc. Homologo os cálculos de fls. 147 e 149. Determino a intimação da parte demandada na pessoa de seu advogado, via Diário de Justiça, para que efetue o pagamento do valor exequendo no total de R\$ 4.816,00, sendo: R\$ 4.526,81 (principal), dos quais R\$ 46,77 (previdência-cota empregado); R\$ 90,54 (custas processuais); R\$ 22,63 (custas liquidação) e R\$ 176,02 (previdência-cota empregador) - valores atualizados até 31/08/07; NO PRAZO DE 15 DIAS, sob pena de acréscimo de multa no percentual de 10%, conforme preceitua o art. 475-J, do CPC.S. Luís, 05/10/07. Dr.Rodrigo Samico Carneiro. Juiz(a) do Trabalho da 2ª VT.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO 2ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS - MA NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 00364-2007-002-16-00 RECLAMANTE: Josevaldo Lelis da Silva Advogado: Sandro Rogério Alves e Silva RECLAMADO: Fortseg Terceirização de Serviços de Portaria Ltda. Advogado: Ricardo José Magalhães Mousinho Fica notificado(a) Ricardo José Magalhães Mousinho, advogado(a) do RECLAMADO, para: Vistos, etc. Homologo os cálculos de fls. 127 e 129. Determino a intimação da parte demandada na pessoa de seu advogado, via Diário de Justiça, para que efetue o pagamento do valor exequendo no total de R\$ 4.730,43, sendo: R\$ 4.443,32 (principal), dos quais R\$ 46,77 (previdência-cota empregado); R\$ 88,87 (custas processuais); R\$ 22,22 (custas liquidação) e R\$ 176,02 (previdência-cota empregador) - valores atualizados até 31/08/07; NO PRAZO DE 15 DIAS, sob pena de acréscimo de multa no percentual de 10%, conforme preceitua o art. 475-J, do CPC.S. Luís, 05/10/07. Dr. Rodrigo Samico Carneiro. Juiz(a) do Trabalho da 2ª VT.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO 2ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS - MA NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 02096-2006-002-16-00 RECLAMANTE: Mamede Martins Monteiro Advogado: Mauro Henrique Silva de Aquino RECLAMADO: POI - Empresa de Vigilância Ltda Advogado: Elaine Maciel De Souza Martins Fica notificado(a) Elaine Maciel De Souza Martins, advogado(a) do RECLAMADO, para: Vistos, etc. Homologo os cálculos de fls. 30/33. Intime-se a parte demandada na pessoa de seu advogado, via Diário de Justiça, para que efetue o pagamento do valor exequendo no total de R\$ 8907,22, sendo: R\$ 880,82 (principal); R\$ 22,00 (custas processuais); R\$ 4,40 (custas liquidação)- valores atualizados até 30/09/07; NO PRAZO DE 15 DIAS, sob pena de acréscimo de multa no percentual de 10%, conforme

preceitua o art. 475-J, do CPC.S. Luís, 09/10/07. Dr.(a) Luciana Dória de Medeiros Chaves.Juiz(a) do Trabalho da 2ª VT.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO 2ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS - MA NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 00436-2007-002-16-00 RECLAMANTE: José Mauricio Machado Advogado: Sandro Rogério Alves e Silva RECLAMADO: Fortseg Terceirização de Servi-ços de Portaria Ltda. Advogado: Ricardo José Magalhães Mousinho Fica noti-ficado(a) Ricardo José Magalhães Mousinho, advogado(a) do RECLAMADO, para: Vistos, etc. Homologo os cálculos de fls. 147 e 149. Determino a intima-ção da parte demandada na pessoa de seu advogado, via Diário de Justiça, para que efetue o pagamento do valor exequendo no total de R\$ 5.653,16, sendo: R\$ 5.341,10 (principal), dos quais R\$ 49,10 (previdência-cota empregado); R\$ 106,82 (custas processuais); R\$ 26,71 (custas liquidação) e R\$ 178,43 (previ-dência-cota empregador) - valores atualizados até 31/08/07; NO PRAZO DE 15 DIAS, sob pena de acréscimo de multa no percentual de 10%, conforme preceitua o art. 475-J, do CPC.S. Luís, 05/10/07. Dr. Rodrigo Samico Carnei-ro.Juiz(a) do Trabalho da 2ª VT.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO 2ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS - MA NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 01564-2005-002-16-00 RECLAMANTE: Mary do Socorro Pinheiro da Luz Advogado: Keiliane Moraes dos Santos RECLAMADO: Instituto Cultural Norte Americano - CNA (D. L. Gomes) Advogado: Christiana Villas Boas Santos Fica notificado(a) Christiana Villas Boas Santos, advogado(a) do RECLAMADO, para: Vistos, etc. Homologo a conta previdenciária de fls. 99. Determino a intimação da parte demandada na pessoa de seu advogado, via Diário de Justiça, para que efetue o pagamento do valor exequendo no total de R\$ 525,21, sendo: R\$ 160,00 (custas processuais) e R\$ 365,21 (previdência-cota empregador); NO PRAZO DE 15 DIAS, sob pena de acréscimo de multa no percentual de 10%, conforme preceitua o art. 475-J, do CPC. São Luís, 09/10/07. Dra.Luciana Dória de Medeiros Chaves. Juíza do Trabalho.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO 2ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS - MA NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 00377-2007-002-16-00 RECLAMANTE: Helen Viana Fonseca Advoga-do: Sandro Rogério Alves e Silva RECLAMADO: Fortseg Terceirização de Servi-ços de Portaria Ltda. Advogado: Ricardo José Magalhães Mousinho Fica noti-ficado(a) Ricardo José Magalhães Mousinho, advogado(a) do RECLAMADO, para: Vistos, etc. Homologo os cálculos de fls. 139 e 143. Determino a intima-ção da parte demandada na pessoa de seu advogado, via Diário de Justiça, para que efetue o pagamento do valor exequendo no total de R\$ 4.691,40, sendo: R\$ 4.407,84 (principal), dos quais R\$ 46,06 (previdência-cota empregado); R\$ 88,16 (custas processuais); R\$ 22,04 (custas liquidação) e R\$ 173,36 (previ-dência-cota empregador) - valores atualizados até 31/08/07; NO PRAZO DE 15 DIAS, sob pena de acréscimo de multa no percentual de 10%, conforme preceitua o art. 475-J, do CPC.S. Luís, 05/10/07. Dr.(a) Rodrigo Samico Car-neiro. Juiz(a) do Trabalho da 2ª VT.

Geração:, 08 de Novembro de 2007 (Nota:)

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO 3ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS - MA NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 01118-2007-003-16-00 RECLAMANTE: Walber Bastos de Sousa Advogado: Raimundo Ribeiro Gonçalves RECLAMADO: D. C. S. Farias e Comércio Advogado: Adriana Martins Dantas Fica notificado(a) Adriana Martins Dantas, advogado(a) do RECLAMADO, para: Regularizar as guias do seguro desem-prego, ressaltando que se o autor deixar de receber o benefício em decorrência da perda do prazo para a apresentação do documento na DRT, a obrigação de fazer será convolada em obrigação de pagar.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO 3ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS - MA NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 01287-2007-003-16-00 RECLAMANTE: José Ribamar Leal Sousa Advogado: Humberto Gomes de Oliveira Júnior RECLAMADO: B F Utilida-

des Domésti-cas Ltda Fica notificado(a) Humberto Gomes de Oliveira Júnior, advogado(a) do RECLAMANTE, para: Tomar ciência do despacho abaixo:Vistos, etc. Defi-ro o pedido de desentranhamento dos documentos que acompanharam a inicial, desde que permaneça traslado nos autos. NOTIFIQUE-SE o reclamante..São Luís - 15/10/2007. Dr(a). LUCIANA DORIA DE MEDEIROS CHAVES- Juiz(a) do Trabalho.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO 3ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS - MA NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 00534-2006-003-16-00 RECLAMANTE: Marcos Antonio de Jesus Oliveira Advogado: Adriana França de Alcântara RECLAMADO: Município de Rosario - MA Fica notificado(a) Adriana França de Alcântara, advogado(a) do RECLAMANTE, para: Optar entre renunciar o crédito que exceda a trinta salários mínimos, a fim de que a execução seja realizada sem a necessidade de expedição de precatório, ou apresentar as peças necessárias à formação do precatório.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO 3ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS - MA NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 00630-2006-003-16-00 RECLAMANTE: EMERSON FITIPALDI SILVA OLIVEIRA RECLAMADO: MONT-PLAIEITA MONTAGUENS E PINTURAS LTDA. Fica notificado PATRICIA VIEGAS COTRIM para: No prazo de cinco dias, juntar aos autos procuração, sob pena da peça não ser conhecida.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO 3ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS - MA NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 01194-2007-003-16-00 RECLAMANTE: José Luís da Silva Correa Advogado: Leonardo Moraes Léda RECLAMADO: .Município de São Luís (Procuradoria Geral do Município) Fica notificado(a) Leonardo Moraes Léda, advogado(a) do RECLAMANTE, para: Tomar ciência da decisão abaixo:CONCLUSÃO: Ante o exposto, o MM. Juiz Titular da 3ª Vara Federal do Trabalho de São Luís-MA decide: 1. Rejeitar a preliminar de incompetência absoluta (material) suscita-da pelo município reclamado; 2. Declarar, de ofício, a ilegitimidade passiva dos reclamados JACKSON KEPLER LAGO e CARLOS TADEU D'AGUIAR SILVA PALÁCIO, pelo que, em relação a eles, extingue-se o processo, sem resolução de mérito, nos termos do art. 267, inciso VI e § 3º, do CPC; 3. Aco-lher a prescrição quinquenal suscitada pelo Município de São Luís, extingui-do o processo, com resolução de mérito, no tocante às verbas vencidas anteri-ormente a 03.08.2002, à vista do disposto nos arts. 7º, XXIX, da Constituição Federal e 269, IV, do CPC e, quanto ao mais, 4. JULGAR PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados na reclamatória, para condenar o MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS a pagar ao reclamante o FGTS do período de 01.08.1999 a 30.06.2007. Liquidação de sentença, por cálculo, com base na evolução remuneratória do reclamante, conforme disposto nos contracheques advindos com a inicial. Incidem correção monetária e juros de mora, esses com observância do disposto no art. 1º-F, introduzido pela MP nº 2.180-35/2001 à Lei nº 9.494/97(taxa de mensal de 0,5% a partir de 01.09.2001). Sem incidên-cia previdenciária, haja vista a natureza não salarial da verba deferida. À vista do disposto no art. 790-A, I, da CLT, o reclamado fica isento do recolhimento das custas do processo.Condenação estimada em R\$ 3.000,00. Decisão não sujeita à remessa obrigatória ao e. TRT, à vista da súmula 303, do c. TST. Intimem-se os litigantes. São Luís, 05 de Novembro de 2007. PAULO MONT'ALVERNE FROTA- Juiz do Trabalho

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO 3ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS - MA NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 01047-2007-003-16-00 RECLAMANTE: Geraldo Nonato da Conceição Advoga-do: Suzete Feijó Vasconcelos RECLAMADO: E. O. Mendes Material de Construção (Premoldados-PINA) Advogado: Milena Sousa Lima Ficam notifi-cados Suzete Feijó Vasconcelos e Milena Sousa Lima advoga-dos das partes, para: Tomar ciência da decisão abaixo:CONCLUSÃO: Ante o exposto e com espeque nos arts. 219, §5º e 269, IV, do CPC e 7º, XXIX, da Constituição Federal, declaro prescrita a pretensão do reclama-nte GERALDO NONATO DA CONCEIÇÃO, extinguindo o processo,



com resolução de mérito. Custas processuais, pelo reclamante, no valor de R\$ 10,64, dispensadas, à vista do art. 789, § 1º, da CLT. Intimar as partes. São Luís, 07 de Novembro de 2007. PAULO MONT'ALVERNE FROTA-Juiz do Trabalho- Titular da 3ª Vara de São Luís

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO 3ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS - MA NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 01378-2002-003-16-00 RECLAMANTE: Maria Da Gloria Belfort Brito Advogado: Darci Costa Frazão RECLAMADO: Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB Advogado: MARCIO ANTONIO LAUANDE CARDOSO Ficam notificados Darci Costa Frazão e MARCIO ANTONIO LAUANDE CARDOSO advogados das partes, para: Tomar ciência da decisão abaixo: C O N C L U S Ã O: Frente ao exposto, admito os embargos à execução opostos pela COMPANHIA NACIONAL DE ABASTACEIMENTO - CONAB, já que aviados a tempo e modo, todavia, no tocante ao mérito, JULGO-OS PARCIALMENTE PROCEDENTES para, expungindo excesso de execução e de penhora: (1) - Determinar que os autos retornem ao SCLJ do e. TRT, a fim de que as diferenças salariais deferidas à reclamante sejam apuradas observando-se que elas se limitam àquelas havidas entre os cargos de ASG II - faixa salarial 2 (FS 02) e Nível 1 (NV 01) e o cargo ASGII, FS2, NV 02, relativas ao período de 19.01.99 até a data de 08.03.2002, essa a data da rescisão do contrato da reclamante, conforme docs. de fls. 286/287. (2) - Julgar insubsistente a penhora que recaía sobre o veículo Parati, Placas HQA - 9800, cujo auto re-pousa à fl. 363. Notificações às partes. São Luís, 07 de Novembro de 2007. PAULO MONT'ALVERNE FROTA -Juiz do Trabalho Titular da 3ª Vara de São Luís.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO 3ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS - MA NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 02605-2004-003-16-00 RECLAMANTE: Emerson Pereira Frazão Advogado: Gutemberg Soares Carneiro RECLAMADO: Fundação Roberto Marinho Advogado: Eduardo Grolli Fica notificado(a) Eduardo Grolli, advogado(a) do RECLAMADO, para: Tomar ciência da decisão abaixo: Isto posto, concluo que as alterações introduzidas no CPC, que regem o cumprimento da sentença, mais benéficas ao credor, devem ser aplicadas ao processo do trabalho. Assim, como as contribuições sociais também são executadas no processo do trabalho, tais alterações devem ser aplicadas mesmo quando a execução se refere tão somente a contribuições sociais. É dizer: o acessório (execução das contribuições sociais) segue o principal (execução trabalhista). Deste modo, NOTIFIQUE-SE a primeira reclamada (FRM), através de seu advogado, nos termos do art. 475-J do CPC, informando-lhe o valor da execução (custas processuais + contribuições sociais), instando-a a satisfazer a obrigação no prazo de quinze dias, sob pena de aplicação de multa de 10% (dez por cento) e consequente penhora. São Luís - 19/10/2007. Dr(a). PAULO MONT'ALVERNE FROTA- Juiz(a) do Trabalho.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO 3ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS - MA NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 00422-2007-003-16-00 RECLAMANTE: Jailson Pinheiro Rabelo Advogado: Maria de Fátima Vieira Couto RECLAMADO: Absoluta Segurança Privada Advogado: Domerval Alves Moreno Neto Fica notificado(a) Domerval Alves Moreno Neto, advogado(a) do RECLAMADO, para: Tomar ciência da decisão abaixo: Isto posto, concluo que as alterações introduzidas no CPC, que regem o cumprimento da sentença, mais benéficas ao credor, devem ser aplicadas ao processo do trabalho. Assim, ANOTEM-SE os dados do advogado da reclamada (fl. 11) e NOTIFIQUE-SE a reclamada, através de seu advogado, nos termos do art. 475-J do CPC, informando-lhes o valor atualizado da execução (R\$ 2.012,07), instando-os a satisfazer a obrigação no prazo de quinze dias, sob pena de aplicação de multa de 10% (dez por cento) e consequente penhora. São Luís - 19/10/2007. Dr(a). PAULO MONT'ALVERNE FROTA- Juiz(a) do Trabalho.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO 3ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS - MA NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 00484-2007-003-16-00 RECLAMANTE: Antonio Pereira da Silva Ad-

vogado: Sineide Patricia Teixeira Calado RECLAMADO: Ma Engenharia Ltda Fica notificado(a) Sineide Patricia Teixeira Calado, advogado(a) do RECLAMANTE, para: No prazo de cinco dias, informar se foram pagas todas as importâncias que lhe eram devidas, alertando-a de que seu silêncio resultará na consideração de satisfação das obrigações.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO 3ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS - MA NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 00627-2005-003-16-00 RECLAMANTE: Teresinha de Jesus Santos Souto Advogado: Pedro Duailibe Mascarenhas RECLAMADO: TELEMAR NORTE LESTE S.A Advogado: Ulisses César Martins De Sousa Fica notificado(a) Pedro Duailibe Mascarenhas, advogado(a) do RECLAMANTE, para: Tomar ciência do despacho abaixo: Vistos, etc. Aguarde-se o deslinde do agravo de instrumento noticiado à fl. 205 ou manifestação da parte interessada na execução provisória do julgado. NOTIFIQUE-SE a reclamante. São Luís - 23/10/2007. Dr(a). LUCIANA DORIA DE MEDEIROS CHAVES- Juiz(a) do Trabalho.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO 3ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS - MA NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 00346-2005-003-16-00 RECLAMANTE: Leila Xavier Misquita Advogado: Raimundo Ribeiro Gonçalves RECLAMADO: M. Consuelo Lima Presentes Advogado: Frederico Feitosa de Oliveira Fica notificado(a) Frederico Feitosa de Oliveira, advogado(a) do RECLAMADO, para: Tomar ciência da decisão abaixo: Isto posto, concluo que as alterações introduzidas no CPC, que regem o cumprimento da sentença, mais benéficas ao credor, devem ser aplicadas ao processo do trabalho. Assim, NOTIFIQUE-SE a reclamada, através de seu advogado, nos termos do art. 475-J do CPC, informando-lhes o valor atualizado da execução (R\$ 2.396,87), instando-os a satisfazer a obrigação no prazo de quinze dias, sob pena de aplicação de multa de 10% (dez por cento) e consequente penhora. São Luís - 19/10/2007. Dr(a). LUCIANA DORIA DE MEDEIROS CHAVES- Juiz(a) do Trabalho.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO 3ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS - MA NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 01447-2006-003-16-00 RECLAMANTE: Edson da Silva Barros Advogado: Carlos Henrique Oliveira de Queiroz RECLAMADO: J. R. Martins (Joana Martins e Ribamar Martins) Advogado: Arnaud Guedes de Paiva Júnior Fica notificado(a) Arnaud Guedes de Paiva Júnior, advogado(a) do RECLAMADO, para: Tomar ciência da decisão abaixo: Isto posto, concluo que as alterações introduzidas no CPC, que regem o cumprimento da sentença, mais benéficas ao credor, devem ser aplicadas ao processo do trabalho. Assim, primeiramente ANOTEM-SE os dados da procuração de fl. 16 a após NOTIFIQUE-SE a primeira reclamada, através de seu advogado, nos termos do art. 475-J do CPC, informando-lhes o valor atualizado da execução (R\$ 395,67), instando-os a satisfazer a obrigação no prazo de quinze dias, sob pena de aplicação de multa de 10% (dez por cento) e consequente penhora. São Luís - 22/10/2007. Dr(a). LUCIANA DORIA DE MEDEIROS CHAVES- Juiz(a) do Trabalho.
Geração:, 08 de Novembro de 2007 (Nota:)

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO 4ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS - MA NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 00506-2007-004-16-00 RECLAMANTE: Flávio Roberto Cruz Mendes Advogado: Maria de Fátima Vieira Couto RECLAMADO: Bompreço S/A (Super-mercados Nordeste) Advogado: SAULO VERAS DE AZEVEDO Fica notificado(a) SAULO VERAS DE AZEVEDO, advogado(a) do RECLAMADO, para: Comparecer perante esta Secretaria retirar a CTPS, anotá-la e devolvê-la no prazo de cinco dias, tudo em conformidade com o despacho de fl. 73, cujo teor é este: "Tendo em vista que a data da saída não é questionada na presente reclamação, mas apenas o motivo da dispensa é controvertido, não há óbice à imediata anotação da baixa da CTPS. Assim, revogo o despacho de fl. 73. Notifique-se com urgência o reclamado para que proceda à anotação da baixa, para fazer constar o dia 15/03/2007 como data da saída, devolvendo-se em seguida a CTPS ao autor."
Geração:, 08 de Novembro de 2007 (Nota:)

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO VARA DO TRABALHO DE IMPERATRIZ NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 00649-1995-012-16-00 RECLAMANTE: Ronaldo Lira De Lima Advogado: Rui Carlos Santos Silva RECLAMADO: Chopp Car Ltda Advogado: Aimée Lisboa de Carvalho Fica notificado(a) Rui Carlos Santos Silva, advogado(a) do RECLAMANTE, para: COMPARECER À VARA DO TRABALHO DE IMPERATRIZ-MA PARA RECEBER A CARTA DE ADJUDICAÇÃO EM FAVOR DO SR. RONALDO LIRA DE LIMA Geração:, 08 de Novembro de 2007 (Nota:)

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO 15ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS - MA NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 01552-2007-015-16-00 RECLAMANTE: José Adailton Reis Cantanhede Advogado: João Clímaco Pereira Frazão RECLAMADO: Município de Rosário - MA Fica notificado(a) João Clímaco Pereira Frazão, advogado(a) do RECLAMANTE, para: Tomar ciência que a audiência do presente processo foi adiada para o dia 11/01/2008, às 08horas, com as mesmas finalidades. Geração:, 08 de Novembro de 2007 (Nota:)

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO 16ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS - MA NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 02024-2005-016-16-00 RECLAMANTE: Maria Domingas Liocadio Moreira Advogado: Erivaldo Costa da Silva RECLAMADO: Jose Ramos Cardoso Fica notificado(a) Erivaldo Costa da Silva, advogado(a) do RECLAMANTE, para: Impulsionar a execução, no prazo de 30(trinta) dias, indicando bens suscetíveis de penhora ou adotando os meios necessários ao prosseguimento da execução, sob pena de arquivamento dos autos.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO 16ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS - MA NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 00401-2005-016-16-00 RECLAMANTE: Maria Da Natividade Sá Advogado: Francisco Carlos Ferreira RECLAMADO: Interfish - Indústria E Comércio De Pescados Ltda. Advogado: José Ribamar Santos Fica notificado(a) Francisco Carlos Ferreira, advogado(a) do RECLAMANTE, para: Impulsionar a execução, no prazo de 30(trinta) dias, indicando bens suscetíveis de penhora ou adotando os meios necessários ao prosseguimento da execução, sob pena de arquivamento dos autos.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO 16ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS - MA NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 02290-2005-016-16-00 RECLAMANTE: Kátia Cristina da Silva Matos Advogado: Dalmo Ribeiro Martins RECLAMADO: Raquel N. F. Assunção (Atend-med Maranhão) Fica notificado(a) Dalmo Ribeiro Martins, advogado(a) do RECLAMANTE, para: Impulsionar a execução, no prazo de 30(trinta) dias, indicando bens suscetíveis de penhora ou adotando os meios necessários ao prosseguimento da execução, sob pena de arquivamento dos autos.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO 16ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS - MA NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 00905-2005-016-16-00 RECLAMANTE: Alsivando Rodrigues Silva Advogado: Reinaldo de Assunção Araújo Bezerra RECLAMADO: Engex - Engenharia E Comercio Ltda Fica notificado(a) Reinaldo de Assunção Araújo Bezerra, advogado(a) do RECLAMANTE, para: Impulsionar a execução, no prazo de 30(trinta) dias, indicando bens suscetíveis de penhora ou adotando os meios necessários ao prosseguimento da execução, sob pena de arquivamento dos autos.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO 16ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS - MA NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 03229-2005-016-16-00 RECLAMANTE: Luís Fernando Serrão Vale Advogado: José Maria Diniz RECLAMADO: João Carlos Soares-ME Advogado: Ha-roldo Guimarães Soares Filho Fica notificado(a) José Maria Diniz, advoga-do(a) do RECLAMANTE, para: Impulsionar a execução, no prazo de 30(trin-ta) dias, indicando bens suscetíveis de penhora ou adotando os meios necessá-rios ao prosseguimento da execução, sob pena de arquivamento dos autos.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO 16ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS - MA NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 00269-2005-016-16-00 RECLAMANTE: Maria Vilani Vanderlei Gomes Advogado: Márcia Christina Silva Rabelo RECLAMADO: Shopping Dos Colcho-es Ltda. Fica notificado(a) Márcia Christina Silva Rabelo, advogado(a) do RECLAMANTE, para: Impulsionar a execução, no prazo de trinta dias, indi-cando bens suscetíveis de penhora ou adotando os meios necessários ao pros-seguimento da execução, sob pena de arquivamento dos autos.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO 16ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS - MA NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 00734-2007-016-16-00 RECLAMANTE: Regina Célia de Almeida Advogado: Rosecleine Floriana de Barão e Fontes RECLAMADO: Sesi - Serviço Social da Industria Advogado: Linieth Pereira Alves Fica notificado(a) Rosecleine Floriana de Barão e Fontes, advogado(a) do RECLAMANTE, para: Manifes-tar-se, no prazo de cinco dias, a respeito dos documentos de fls. 300/359.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO 16ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS - MA NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 01101-2005-016-16-00 RECLAMANTE: Jane Mary Fonseca Advogado: Mario de Andrade Macieira RECLAMADO: Deusimar Partilho Fonseca Advogado: Beatriz Del Valle Eceiza Nunes Ficam notificados Mario de Andrade Macieira e Beatriz Del Valle Eceiza Nunes advogados das partes, para: Tomar ciência do despacho cujo teor é o seguinte:Vistos, etc.Desentranhem-se o ofício de fls. 119 mediante traslado e remeta-se a 2ª Vara do Trabalho para apurar a qual feito se refere o documento.Apura-se o saldo remanescente da reclamante em face da correção monetária do valor originário. após efetue-se nova penhora on line nas contas da reclamada.Intimem-se as partes via diário da justiça.São Luís, 6 de jun ho de 2007.Rodrigo Samico Carneiro-Juiz do Trabalho/ 6ª Vara do Trabalho de São Luís/Ma.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO 16ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS - MA NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 02365-2005-016-16-00 RECLAMANTE: Tereza de Jesus Moraes Nava Advogado: Sidney Ramos Alves da Conceição RECLAMADO: Laboratório Jesus Ltda. Advogado: João Batista Muniz Araújo Ficam notificados Sidney Ramos Alves da Conceição e João Batista Muniz Araújo advogados das partes, para: Tomar ciência do despacho de fl. 324Vistos etc.Razão assiste à executada em sua pretensão de fls. 322/323, vez que embora a sentença demérito tenha silen-ciado, efetivamente, restou fixado anteriormente que o pagamento dos honorários periciais dar-se-ia às expensas da parte sucumbente, no objeto da perí-cia.De outro modo, tendo sido concedido o beneficio da gratuidade ao autor/ assistido, impossível a cobrança de referido valor ao reclamante, pelo que lanço mão do Ato regulamentar GP nº 12/04, para que seja solicitada verba necessária ao pagamento dos honorários do expert, através dos recursos orçamentários vinculados à ação Assistência Juridica às Pessoas Carentes.Saneada a questão suscitada, homologa-se o acordo decfls. 318, fim de que surta seus jurídicos e legais efeitos.Notifiquem-se as partes.Tome a Secretaria as providências pertinentes que julgar necessárias.São Luís, 19 de setembro de 2007Carlos Gustavo Brito Castro-Juiz do Trabalho.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO 16ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS - MA NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 03401-2005-016-16-00 RECLAMANTE: Cláudio Veiga Santos Advogado: Alderico Jeferson da Silva Campos RECLAMADO: Projetam - Projetos e Construções Ltda. Fica notificado(a) Alderico Jeferson da Silva Campos, advo-gado(a) do RECLAMANTE, para: Indicar bens da executada passíveis de penhora, haja vista a negativa da penhora on - line reiterada duas vezes.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO 16ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS - MA NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 01962-2005-016-16-00 RECLAMANTE: Jose Ribamar Silva Tinoco Filho



Advogado: Sérgio Geraldo Maciel Pires RECLAMADO: Dicl Distribuidora Cearense Ltda Advogado: José Cláudio Costa Ribeiro Fica notificado(a) Sérgio Geraldo Maciel Pires, advogado(a) do RECLAMANTE, para: Indicar bens da executada passíveis de penhora, haja vista a negativa da penhora on - line reiterada duas vezes

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO 16ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS - MA NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 03881-2005-016-16-00 REQUERENTE: Abimael Bezerra dos Santos Advoga-do: Iuri Braga Monteiro REQUERIDO: Mister Pizza (Jcb Neves) Advogado: Almir Aguiar Marques Filho Fica notificado(a) Iuri Braga Monteiro, advoga-do(a) do REQUERENTE, para: Informar se tem notícia, por outro meio, do novo endereço da reclamada, haja vista que o endereço informado na certidão da JUCEMA é o mesmo para onde foi remetido o mandado de fl. 261.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO 16ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS - MA NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 01023-2005-016-16-00 RECLAMANTE: Jose Ribamar Da Silva Coelho Advoga-do: Antonio Veras de Araújo RECLAMADO: Calcari Transluminense Fica notificado(a) Antonio Veras de Araújo, advogado(a) do RECLAMANTE, para: Falar sobre a petição de fls. 75, bem como indicar bens do reclamado, passíveis de penhora, no prazo de 10 dias.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO 16ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS - MA NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 00200-2005-016-16-00 RECLAMANTE: Jocielma Abreu Cardoso Advogado: Antonio Veras de Araújo RECLAMADO: Refrimar - Refrigeracao Tecnica Fica notificado(a) Antonio Veras de Araújo, advogado(a) do RECLAMANTE, para: Falar sobre a petição de fls. 75, bem como indicar bens do reclamado, passíveis de penhora, no prazo de 10 dias.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO 16ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS - MA NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 01425-2005-016-16-00 RECLAMANTE: Rosa Maria Dadu Araujo Castro Advogado: José Guilherme Carvalho Zagallo RECLAMADO: Banco do Estado do Maranhão S.A. - BEM Advogado: Fernando Da Rocha Santos Ramos Fica notificado(a) Fernando Da Rocha Santos Ramos, advogado(a) do RECLAMADO, para: Comprovar pagamento do saldo remanescente, sob pena de prosseguimento da execução.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO 16ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS - MA NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 00554-2007-016-16-00 RECLAMANTE: Junio Cesar lopes de Sousa Advoga-do: Antonio Veras de Araújo RECLAMADO: Norsergel - Vigilância e Transportes de Valores Ltda Advogado: TÁLIA BARCELOS HORTEGAL Ficam notificados Antonio Veras de Araújo e TÁLIA BARCELOS HORTEGAL advogados das partes, para: Tomar ciência da decisão abaixo transcrita: DISPOSITIVO Ante o exposto, decide-se julgar parcialmente procedentes os pedidos para condenar a reclamada a pagar, após o trânsito em julgado, as seguintes parcelas: a) FGTS do mês de setembro de 2005; b) adicional de insalubridade à base de 40% sobre o salário mínimo em vigor, resultando no valor mensal de R\$ 140,00 nos últimos dez meses do contrato de trabalho; c) reflexos do adicional de insalubridade (R\$ 140,00 por mês) sobre 13º salário 10/12, férias 10/12 acrescidas de 1/3, e FGTS; d) pagamento do adicional de 50% sobre 62 horas por mês, pagamento de 26h40min horas extraordinárias por mês, limitando-se a condenação ao total de 2.609 horas extras pleiteadas na inicial; e) reflexos das horas extras e adicional de 50% sobre aviso prévio; 13º salário proporcional 2005 7/12; e 13º salário 2007 10/12; Férias 2005/2006 acrescidas de 1/3; e Férias proporcionais 5/12, acrescidas de 1/3; f) reflexos das horas extras e adicional de 50% sobre FGTS de todo o período trabalhado assim como multa de 20% sobre esse valor; Libere-se o FGTS depositado por alvará. Defere-se o pedido de dedução das horas extras quitadas, cujas provas de pagamento já se encontram nos autos. Honorários periciais em 4 (quatro) salários mínimos, a cargo da reclamada, parte sucumbente no objeto da perícia. Custas pelo(a) reclamado(a), no valor

de R\$ 400,00, calculadas sobre R\$ 20.000,00 (valor arbitrado). Quantum debeat em liquidação por simples cálculos, utilizando-se como base o salário de R\$ 507,00, salvo o adicional de insalubridade e seus reflexos cuja base de cálculo é o valor de R\$ 140,00; corrigido monetariamente e acrescido de juros, na forma do art. 39, da Lei 8.177/91. Impõe-se ao(a) reclamado(a) a obrigação de efetuar, por ocasião do efetivo desembolso, as retenções atinentes à previdência social e ao imposto de renda, se devidas. Providenciando o recolhimento destes encargos, inclusive da parcela que lhe cabe na condição de empregador(a). Defere-se ainda o Benefício da Justiça Gratuita nos termos da fundamentação supra. Notifiquem-se as partes. Oficie-se a União, por meio da Procuradoria-Geral Federal. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada. Carolina Burlamaqui Carvalho-Juíza do Trabalho.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO 16ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS - MA NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 01454-2006-016-16-00 RECLAMANTE: Emérson Fábio Leite Pereira Advoga-do: Mário Amorim da Fonseca RECLAMADO: Estado do Maranhão - Procuradoria Geral do Estado Advogado: Maria Auxiliadora Cardoso Pires Fica notificado(a) Maria Auxiliadora Cardoso Pires, advogado(a) do RECLAMADO, para: Apresentar evolução salarial do reclamante, no prazo de 15 dias.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO 16ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS - MA NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 00537-2006-016-16-00 RECLAMANTE: Arinezina Sanches Macedo Advoga-do: Antonio Veras de Araújo RECLAMADO: Taguatur - Taguatinga Transportes E Turismo Ltda Advogado: Clélia Mayza Medeiros Oliveira Fica notificado(a) Clélia Mayza Medeiros Oliveira, advogado(a) do RECLAMADO, para: Apresentar os cartões de ponto do reclamante referente ao período de 11/04, 12/04, 05/05, para fins de viabilização a liquidação do julgado

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO 16ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS - MA NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 00605-2005-016-16-00 RECLAMANTE: Daniel Antonio Da Cruz Maia Advoga-do: José Guilherme Carvalho Zagallo RECLAMADO: Banco do Estado do Maranhão S.A. - BEM Advogado: Ubalda Maria de Freitas Miranda Fica notificado(a) Ubalda Maria de Freitas Miranda, advogado(a) do RECLAMADO, para: Efetuar o pagamento dos créditos remanescentes, sob pena de prosseguimento da execução.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO 16ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS - MA NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 01618-2006-016-16-00 RECLAMANTE: Joaquim Francisco de Sousa Reis Advogado: Nilton Rego de Paula RECLAMADO: Casino Maranhense Fica notificado(a) Nilton Rego de Paula, advogado(a) do RECLAMANTE, para: Informar o atual endereço da executada, sob pena de suspensão provisória por um ano.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO 16ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS - MA NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 00176-2005-016-16-00 RECLAMANTE: Francisco Ferreira De Carvalho Advogado: João Carlos Campelo RECLAMADO: C.V.T (Construtora Vale Do Tacantins) Fica notificado(a) João Carlos Campelo, advogado(a) do RECLAMANTE, para: Tomar ciência do despacho cujo teor é o seguinte: Vistos, etc. Indefiro o pleito retro, tendo em vista que não foi informado nos documentos de fls. 11/115 o endereço dos sócios da executada. Intime-se. São Luís-ma, 30 de agosto de 2007. Carlos Gustavo Brito Castro-Juiz do Trabalho Substituto.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO 16ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS - MA NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 00448-2007-016-16-00 RECLAMANTE: Lucimary Santos Pinto Advogado: Keiliane Moraes dos Santos RECLAMADO: Santa Casa de Misericórdia do Maranhão Advogado: José Ribamar Marques Fica notificado(a) Keiliane Moraes dos Santos, advogado(a) do RECLAMANTE, para:

Apresentar sua impugnação ao embargos interpostos, no prazo legal, haja vista os efeitos modificativos.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO 16ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS - MA NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 03792-2005-016-16-00 RECLAMANTE: Alcides Jorge Pereira Advogado: Lúcio Flávio da Rocha Castro RECLAMADO: Siebra & Olavo Advogados Associados Fica notificado(a) Lúcio Flávio da Rocha Castro, advogado(a) do RECLAMANTE, para: Tomar ciência que foi deferido o pedido requerido às fls. 180.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO 16ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS - MA NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 00812-2006-016-16-00 RECLAMANTE: Viviane de Jesus Fonseca da Silva Advogado: Gustavo Araújo Vilas Boas RECLAMADO: Estado do Maranhão (Procuradoria Geral do Estado) Advogado: Maria Auxiliadora Cardoso Pires Fica notificado(a) Maria Auxiliadora Cardoso Pires, advogado(a) do RECLAMADO, para: Apresentar a evolução salarial do reclamante, no prazo de 15 dias.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO 16ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS - MA NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 00881-2006-016-16-00 RECLAMANTE: Sandra Maria Lima da Silva Advogado: FREDERICO CARNEIRO FONTELES RECLAMADO: Estado do Maranhão - Procuradoria Geral do Estado Advogado: Maria Auxiliadora Cardoso Pires Fica notificado(a) Maria Auxiliadora Cardoso Pires, advogado(a) do RECLAMADO, para: Apresentar a evolução salarial do reclamante, no prazo de 15 dias.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO 16ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS - MA NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 00620-2006-016-16-00 RECLAMANTE: Rosimar da Conceição Fonseca Ramos Advogado: Antonio Ernane Cacique De New-York RECLAMADO: Estado do Maranhão - Procuradoria Geral do Estado Advogado: Maria Auxiliadora Cardoso Pires Fica notificado(a) Maria Auxiliadora Cardoso Pires, advoga-do(a) do RECLAMADO, para: Apresentar a evolução salarial do reclamante, no prazo de 15 dias.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO 16ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS - MA NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 00932-2007-016-16-00 RECLAMANTE: Edmilson de Assis Advogado: Suteli-no Coimbra Neto RECLAMADO: Ergus Construções Ltda Fica notificado(a) Sutelino Coimbra Neto, advogado(a) do RECLAMANTE, para: Tomar ciência do despacho cujo teor é o seguinte: Vistos, etc. Embora não discriminada na ata de fl. 10/11, o acordo contemplou sim, todas as parcelas elencadas na inicial, inclusive as parcelas relativas ao FGTS não depositado, bem como os 40% (quarenta por cento), tendo em vista que o pedido fez parte da petição inicial e tendo sido homologado pelo juízo. Not. São Luís, 29.08.07 Carlos Gustavo Brito Castro-Juiz do Trabalho Substituto.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO 16ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS - MA NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 01322-2006-016-16-00 RECLAMANTE: Gesiane de Jesus Santos Advogado: Ricardo José Magalhães Mousinho RECLAMADO: D.R. de Sousa Advogado: Walter Wanderley Silva Ferreira Fica notificado(a) Walter Wanderley Silva Ferreira, advogado(a) do RECLAMADO, para: Apresentar a evolução salarial do autor, referente ao período de 12.12.2001 a 01.07.2004, conforme promoção de fls. 63, sob pena de não o fazendo prevalecer às informações que vieram ser prestadas pelo reclamante, com amparo no art. 359 do CPC c/c o art. 464 da CLT.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO 16ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS - MA NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 01322-2006-016-16-00 RECLAMANTE: Gesiane de Jesus Santos Advogado: Ricardo José Magalhães Mousinho RECLAMADO: D.R. de Sousa Advogado: Walter Wanderley Silva Ferreira Fica notificado(a) Walter

Wanderley Silva Ferreira, advogado(a) do RECLAMADO, para: Apresentar a evolução salarial do autor, referente ao período de 12.12.2001 a 01.07.2004, conforme promoção de fls. 63, sob pena de não o fazendo prevalecer às informações que vieram ser prestadas pelo reclamante, com amparo no art. 359 do CPC c/c o art. 464 da CLT.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO 16ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS - MA NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 03240-2005-016-16-00 RECLAMANTE: José Magalhães Dias Advogado: Darci Costa Frazão RECLAMADO: Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Públicos - EMARHP Advogado: MAUD DE JESUS BITENCOURT ARAÚJO Fica notificado(a) Darci Costa Frazão, advogado(a) do RECLAMANTE, para: Requerer, no prazo de 05 dias, o que entender de direito.
Geração: 08 de Novembro de 2007 (Nota:)

EDITAIS

5ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS

PROCESSO Nº 02476 / 2005 – 5ª VT DE SÃO LUÍS-MA

EDITAL DE PRAÇA, com prazo de vinte dias, para venda e arrematação dos bens penhorados na execução movida por EDILEUZA DIAS PEREIRA contra EXPRESSO TAPAJOS LTDA com endereço no(a) RUA PROJETADA, Nº 06, SÃO CRISTOVÃO – SÃO LUIS/MA CEP: 65.055-000, sendo depositário fiel MARCO AURÉLIO CARLOS BRAGA, com endereço RUA PROJETADA, Nº 06, SÃO CRISTOVÃO - SÃO LUIS/MA, na forma abaixo: O(A) Doutor(a) **MÁRCIA SUELY CORRÊA MORAES**, Juiz(a) do Trabalho da 5ª Vara do Trabalho de São Luís MA, **FAZ SABER** que no dia **06** do mês de **DEZEMBRO** do ano de **2007**, às **9:30** horas, no pátio 01 da VIP LEILÕES, com endereço à AV. ENGENHEIRO EMILIANO MACIEIRA, Nº 638-A, BR 135, KM 11, São Luís/Ma, será levado a público o pregão de venda e arrematação, a quem mais der, dos bens penhorados na execução supra referida, que são os seguintes: - **UMA CALHA DE ÔNIBUS ARO 20, USADA**. Avaliado em R\$ 300,00, A avaliação importa em R\$ 300,00 (**TREZENTOS REAIS**). O exequente tendo interesse na adjudicação dos bens deverá comparecer ao leilão para manifestar sua pretensão. Quem pretender arrematar ditos bens deverá comparecer no dia, hora e local acima mencionados, ciente de que deverá garantir o lance com sinal correspondente a 20% (vinte por cento) de seu valor, depositando o restante no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, bem como, deverá pagar o leiloeiro, no ato da arrematação, a comissão de 5% (cinco por cento) sobre o valor do bem arrematado. Caso as partes não sejam localizadas para ciência do presente leilão, ficam as mesmas intimadas com a publicação do presente edital. **FIÇAM AINDA, INTIMADAS AS PARTES E TERCEIROS INTERESSADOS DOS PRAZOS DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS PARA REMIÇÃO E 05 (CINCO) DIAS PARA EMBARGOS DE TERCEIROS E DE EMBARGOS À ARREMATAÇÃO OU À ADJUDICAÇÃO, DA ASSINATURA DO AUTO DE LEILÃO**. E para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente edital, que será publicado na forma da lei, e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara. Obs.: O valor do crédito exequendo importa em R\$ **197,43**, atualizado até **30 de abril de 2007**. São Luís-MA, em 05/11/2007. Eu, Mª Francineide Melo, Auxiliar Técnico, digitei e eu, **Roberto Vieira Linhares**, Diretor de Secretaria, subscrevi.

DRA. MÁRCIA SUELY CORRÊA MORAES

Juíza da 5ªVT do Trabalho/MA

5ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS

PROCESSO Nº 1283 / 2006 – 5ª VT DE SÃO LUÍS-MA

EDITAL DE PRAÇA, com prazo de vinte dias, para venda e arrematação dos bens penhorados na execução movida por JOSÉ RIBAMAR SANTOS OLIVEIRA contra VIAÇÃO MORAÚJO LTDA com endereço no(a) TRAVESSA SANTA FLORÊNCIA (TRAVESSA LOBO), Nº 30 (ONDE FUNCIONA A VIAÇÃO NORTE BRASILEIRA) - BAIRRO SÃO CRISTOVÃO – SÃO LUIS/MA CEP: 65.000-000, sendo depositário fiel JOSÉ JUVÊNCIO DE ABREU, com endereço JARDIM SÃO CRISTOVÃO, 30-

A - SÃO CRISTOVÃO, SÃO LUIS/MA, na forma abaixo: O(A) Doutor(a) MÁRCIA SUELY CORRÊA MORAES, Juiz(a) do Trabalho da 5ª Vara do Trabalho de São Luís MA, **FAZ SABER** que no dia **06** do mês de **DEZEMBRO** do ano de **2007**, às **9:30** horas, no pátio 01 da VIP LEILÕES, com endereço à AV. ENGENHEIRO EMILIANO MACIEIRA, Nº 638-A, BR 135, KM 11, São Luís/Ma, será levado a público o pregão de venda e arrematação, a quem mais der, dos bens penhorados na execução supra referida, que são os seguintes: - **01 RESERVATÓRIO PARA COMBUSTÍVEL, COM CAPACIDADE PARA 15.000 LITROS, BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, AVALIADO EM R\$ 16.000,00; 01 COMPRESSOR, MARCA PEG USADO TODAVIA FUNCIONANDO, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: RPM – 500; MOD. AP – PNT – 175; LBS – PC3=40; HP – 75, OLCO SAE, ACOPLADO COM MOTOR, MARCA WE6. Avaliado em R\$ 2.600,00, A avaliação importa em R\$ 18.600,00 (DEZOITO MIL E SEISCENTOS REAIS).** O exequente tendo interesse na adjudicação dos bens deverá comparecer ao leilão para manifestar sua pretensão. Quem pretender arrematar ditos bens deverá comparecer no dia, hora e local acima mencionados, ciente de que deverá garantir o lance com sinal correspondente a 20% (vinte por cento) de seu valor, depositando o restante no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, bem como, deverá pagar o leiloeiro, no ato da arrematação, a comissão de 5% (cinco por cento) sobre o valor do bem arrematado. Caso as partes não sejam localizadas para ciência do presente leilão, ficam as mesmas intimadas com a publicação do presente edital. **FICAM AINDA, INTIMADAS AS PARTES E TERCEIROS INTERESSADOS DOS PRAZOS DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS PARA REMIÇÃO E 05 (CINCO) DIAS PARA EMBARGOS DE TERCEIROS E DE EMBARGOS À ARREMATACÃO OU À ADJUDICAÇÃO, DA ASSINATURA DO AUTO DE LEILÃO.** E para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente edital, que será publicado na forma da lei, e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara. Obs.: O valor do crédito exequendo importa em R\$ **18.589,91**, atualizado até **30 de março de 2007**. São Luís-MA, em 05/11/2007. Eu, Mª Francineide Melo, Auxiliar Técnico, digitei e eu, **Roberto Vieira Linhares**, Diretor de Secretaria, subscrevi.

DRA. MÁRCIA SUELY CORRÊA MORAES

Juíza da 5ªVT do Trabalho/MA

5ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS

PROCESSO Nº 1532 / 2005 – 5ª VT DE SÃO LUÍS-MA

EDITAL DE PRAÇA, com prazo de vinte dias, para venda e arrematação dos bens penhorados na execução movida por LOISIANE AZEVEDO DIAS contra EVAILZA CALÇADOS com endereço no(a) AV. JAILSON VIANA, QUADRA 04, LOTE 09, BLOCO B - Cidade Olímpica, nesta Capital, sendo depositário fiel EVANDILSON ALVES DE FREITAS, com endereço RUA JAILSON VIANA QDA. 04, LOTE 09 BLOCO B - CIDADE OLÍMPICA, na forma abaixo: O(A) Doutor(a) MÁRCIA SUELY CORRÊA MORAES, Juiz(a) do Trabalho da 5ª Vara do Trabalho de São Luís MA, **FAZ SABER** que no dia **06** do mês de **DEZEMBRO** do ano de **2007**, às **9:30** horas, no pátio 01 da VIP LEILÕES, com endereço à AV. AVENIDA ENGENHEIRO EMILIANO MACIEIRA, Nº 638-A, BR 135, KM 11, São Luís/Ma, será levado a público o pregão de venda e arrematação, a quem mais der, dos bens penhorados na execução supra referida, que são os seguintes: - **12 PARES DE TAMANCOS PLATAFORMA REF. 040, AVALIADOS EM R\$ 18,90, CADA PAR, TOTALIZANDO EM R\$ 226,80.** A avaliação importa em R\$ **226,80 (DUZENTOS E VINTE E SEIS REAIS E OITENTA CENTAVOS)**. O exequente tendo interesse na adjudicação dos bens deverá comparecer ao leilão para manifestar sua pretensão. Quem pretender arrematar ditos bens deverá comparecer no dia, hora e local acima mencionados, ciente de que deverá garantir o lance com sinal correspondente a 20% (vinte por cento) de seu valor, depositando o restante no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, bem como, deverá pagar o leiloeiro, no ato da arrematação, a comissão de 5% (cinco por cento) sobre o valor do bem arrematado. Caso as partes não sejam localizadas para ciência do presente leilão, ficam as mesmas intimadas com a publicação do presente edital. **FICAM AINDA, INTIMADAS AS PARTES E TERCEIROS INTERESSADOS DOS PRAZOS DE 24 (VINTE**

E QUATRO) HORAS PARA REMIÇÃO E 05 (CINCO) DIAS PARA EMBARGOS DE TERCEIROS E DE EMBARGOS À ARREMATACÃO OU À ADJUDICAÇÃO, DA ASSINATURA DO AUTO DE LEILÃO. E para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente edital, que será publicado na forma da lei, e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara. Obs.: O valor do crédito exequendo importa em R\$ **221,69**, atualizado até **31/05/2007**. São Luís-MA, em 05/11/2007. Eu, Mª Francineide Melo, Auxiliar Técnico, digitei e eu, **Roberto Vieira Linhares**, Diretor de Secretaria, subscrevi.

DRA. MÁRCIA SUELY CORRÊA MORAES

Juíza da 5ªVT do Trabalho/MA

5ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS

PROCESSO Nº 02280 / 2005 – 5ª VT DE SÃO LUÍS-MA

EDITAL DE PRAÇA, com prazo de vinte dias, para venda e arrematação dos bens penhorados na execução movida por ITAINA DO ROSARIO FARIAS contra FERNAN FERRAMENTA MÁQUINA E MOTORES LTDA com endereço no(a) PRAÇA SÃO CRISTOVÃO, Nº 03, SÃO CRISTOVÃO, nesta Capital, sendo depositário fiel RAIMUNDO AVELINO DE SOUSA JUNIOR, com endereço PRAÇA SÃO CRISTOVÃO Nº 08, SÃO CRISTOVÃO – SÃO LUIS/MA, na forma abaixo: O(A) Doutor(a) MÁRCIA SUELY CORRÊA MORAES, Juiz(a) do Trabalho da 5ª Vara do Trabalho de São Luís MA, **FAZ SABER** que no dia **06** do mês de **DEZEMBRO** do ano de **2007**, às **9:30** horas, no pátio 01 da VIP LEILÕES, com endereço à AV. AVENIDA ENGENHEIRO EMILIANO MACIEIRA, Nº 638-A, BR 135, KM 11, São Luís/Ma, será levado a público o pregão de venda e arrematação, a quem mais der, dos bens penhorados na execução supra referida, que são os seguintes: - **UM MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO MARCA ERBELE 20 CV USADO, AVALIADO EM R\$ 1.446,00; UM MOTOR ELÉTRICO DE 5CV MONOFÁSICO MARCA KOHLBACJ 220 N 1740; AVALIADO EM R\$ 590,00; UM MOTOR MARCA SHULTZ, MONOFÁSICO COM 4CV 1740 RPM, AVALIADO EM R\$ 690,00; UMA BETONEIRA CAPACIDADE 400 LITROS, MARCA MENEOTTI SEM MOTOR AVALIADA EM R\$ 2.000,00; UM MICRO COMPUTADOR COMPLETO, IMPRESSORA DESK JET 3845, COM AS SEGUINTE CONFIGURAÇÕES – WINDONS XP PROFISSIONAL VERSÃO 2002 SERVICE PACK COMPUTADOR INTEL (R) CELERON (R) CPU 2000 GHZ, 2. 02 GHZ, 224 MB DE RAM, AVALIADO EM R\$ 1.400,00; UM APARELHO DE FAX – FHD 333, COM IDENTIFICADOR DE CHAMADA, AVALIADA R\$ 500,00, TOTALIZANDO EM R\$ 6.290,32.** A avaliação importa em R\$ **6.290,32 (SEIS MIL, DUZENTOS E NOVENTA REAIS E TRINTA E DOIS CENTAVOS)**. O exequente tendo interesse na adjudicação dos bens deverá comparecer ao leilão para manifestar sua pretensão. Quem pretender arrematar ditos bens deverá comparecer no dia, hora e local acima mencionados, ciente de que deverá garantir o lance com sinal correspondente a 20% (vinte por cento) de seu valor, depositando o restante no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, bem como, deverá pagar o leiloeiro, no ato da arrematação, a comissão de 5% (cinco por cento) sobre o valor do bem arrematado. Caso as partes não sejam localizadas para ciência do presente leilão, ficam as mesmas intimadas com a publicação do presente edital. **FICAM AINDA, INTIMADAS AS PARTES E TERCEIROS INTERESSADOS DOS PRAZOS DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS PARA REMIÇÃO E 05 (CINCO) DIAS PARA EMBARGOS DE TERCEIROS E DE EMBARGOS À ARREMATACÃO OU À ADJUDICAÇÃO, DA ASSINATURA DO AUTO DE LEILÃO.** E para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente edital, que será publicado na forma da lei, e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara. Obs.: O valor do crédito exequendo importa em R\$ **6.298,32**, atualizado até **31/06/2007**. São Luís-MA, em 05/11/2007. Eu, Mª Francineide Melo, Auxiliar Técnico, digitei e eu, **Roberto Vieira Linhares**, Diretor de Secretaria, subscrevi.

DRA. MÁRCIA SUELY CORRÊA MORAES

Juíza da 5ªVT do Trabalho/MA

5ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS

PROCESSO Nº 661 / 2005 – 5ª VT DE SÃO LUÍS-MA

EDITAL DE PRAÇA, com prazo de vinte dias, para venda e arrematação dos bens penhorados na execução movida por FRANCISCO DAS CHAGAS GONÇALVES DA CUNHA contra IPEL - PREMOLDADOS ESTRUTURAS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA com endereço no(a) AVENIDA PROJETADA, S/N, TURU, PRÓXIMO AO VAREJÃO SANTA ROSA, nesta Capital, sendo depositário fiel JOSÉ WAGNER MOREIRA PEREIRA, com endereço 2ª TRAVESSA SANTA ROSA, 222, TURU, SÃO LUIS/MA, na forma abaixo: O(A) Doutor(a) MÁRCIA SUELY CORRÊA MORAES, Juiz(a) do Trabalho da 5ª Vara do Trabalho de São Luís MA, **FAZ SABER** que no dia **06** do mês de **DEZEMBRO** do ano de **2007**, às **9:30** horas, no pátio 01 da VIP LEILÕES, com endereço à AVENIDA ENGENHEIRO EMILIANO MACIEIRA, Nº 638-A BR 135, KM 11, São Luís/Ma, será levado a público o pregão de venda e arrematação, a quem mais der, dos bens penhorados na execução supra referida, que são os seguintes: - **20 VINTE CAIXAS DE CIMENTO PARA AR CONDI-CIONADO DE 1000 BTUS E 12000 BTUS. Avaliados em R\$ 30,000 (TRINTA REAIS) CADA UMA**, A avaliação importa em **R\$ 600,00 (SEISCENTOS REAIS)**. O exequente tendo interesse na adjudicação dos bens deverá comparecer ao leilão para manifestar sua pretensão. Quem pretender arrematar ditos bens deverá comparecer no dia, hora e local acima mencionados, ciente de que deverá garantir o lance com sinal correspondente a 20% (vinte por cento) de seu valor, depositando o restante no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, bem como, deverá pagar o leiloeiro, no ato da arrematação, a comissão de 5% (cinco por cento) sobre o valor do bem arrematado. Caso as partes não sejam localizadas para ciência do presente leilão, ficam as mesmas intimadas com a publicação do presente edital. **FICAM AINDA, INTIMADAS AS PARTES E TERCEIROS INTERESSADOS DOS PRAZOS DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS PARA REMIÇÃO E 05 (CINCO) DIAS PARA EMBARGOS DE TERCEIROS E DE EMBARGOS À ARREMATACÃO OU À ADJUDICAÇÃO, DA ASSINATURA DO AUTO DE LEILÃO.** E para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente edital, que será publicado na forma da lei, e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara. Obs.: O valor do crédito exequendo importa em **R\$ 603,30** atualizado até **31/01/2001**. São Luís-MA, em 05/11/2007. Eu, Mª Francineide Melo, Auxiliar Técnico, digitei e eu, **Roberto Vieira Linhares**, Diretor de Secretaria, subscrevi. DRA. MÁRCIA SUELY CORRÊA MORAES Juíza da 5ªVT do Trabalho/MA

5ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS

PROCESSO Nº 04288 / 2005 – 5ª VT DE SÃO LUÍS-MA

EDITAL DE PRAÇA, com prazo de vinte dias, para venda e arrematação dos bens penhorados na execução movida por ROMILDO ANTONIO DE ARAÚJO contra EMPRESA DE MINERAÇÃO LTDA (FLORATA) com endereço no(a) AV. MASCARENHAS DE MORAES, Nº 2.051 – VILA SARNEY FILHO – SÃO JOSÉ DE RIBAMAR/MA, sendo depositário fiel SAULO RIBEIRO BARBOSA, com endereço AV. MASCARENHAS DE MORAES, Nº 2.051, VILA SARNEY FILHO – SÃO JOSÉ DE RIBAMAR/MA, na forma abaixo: O(a) Doutor(a). **MÁRCIA SUELY CORRÊA MORAES**, Juiz(a) do Trabalho da 5ª Vara do Trabalho de São Luís MA, **FAZ SABER** que no dia **06** do mês de **DEZEMBRO** do ano de **2007**, às **9:30** horas, no pátio 01 da VIP LEILÕES, com endereço à Av. AVENIDA ENGENHEIRO EMILIANO MACIEIRA, Nº 638-A, BR 135, KM 11, São Luís/Ma, será levado a público o pregão de venda e arrematação, a quem mais der, dos bens penhorados na execução supra referida, que são os seguintes: - **25 GARRAFÕES DE ÁGUA MINERAL FLORATA TOTALIZANDO EM R\$ 500,00**. A avaliação importa em **R\$ 500,00 (QUINHENTOS REAIS)**. O exequente tendo interesse na adjudicação dos bens deverá comparecer ao leilão para manifestar sua pretensão. Quem pretender arrematar ditos bens deverá comparecer no dia, hora e local acima mencionados, ciente de que deverá garantir o lance com sinal correspondente a 20% (vinte por cento) de seu valor, depositando o restante no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, bem como, deverá pagar o leiloeiro, no ato da arrematação, a comissão de 5% (cinco por cento) sobre o valor do bem arrematado. Caso as partes não sejam localizadas para ciência do presente leilão, ficam as mesmas intimadas com a publica-

ção do presente edital. **FICAM AINDA, INTIMADAS AS PARTES E TERCEIROS INTERESSADOS DOS PRAZOS DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS PARA REMIÇÃO E 05 (CINCO) DIAS PARA EMBARGOS DE TERCEIROS E DE EMBARGOS À ARREMATACÃO OU À ADJUDICAÇÃO, DA ASSINATURA DO AUTO DE LEILÃO.** E para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente edital, que será publicado na forma da lei, e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara. Obs.: O valor do crédito exequendo importa em **R\$ 437,62**, atualizado até **31/05/2007**. São Luís-MA, em 05/11/2007. Eu, Mª Francineide Melo, Auxiliar Técnico, digitei e eu, **Roberto Vieira Linhares**, Diretor de Secretaria, subscrevi. DRA. MÁRCIA SUELY CORRÊA MORAES Juíza da 5ªVT do Trabalho/MA

5ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS

PROCESSO Nº 04198 / 2005 – 5ª VT DE SÃO LUÍS-MA

EDITAL DE PRAÇA, com prazo de vinte dias, para venda e arrematação dos bens penhorados na execução movida por WANDERSON DANIEL DA COSTA AMORIM contra MUTANTE CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA com endereço no(a) RUA NOVA JERUSALÉM, Nº 100 – JARDIM SÃO CRISTOVÃO, SÃO LUIS/MA, sendo depositário fiel FRANCISCA CLEOMA DA SILVA, com endereço RUA RIO CLARO, Nº10 – OLHO D'ÁGUA – SÃO LUIS/MA, na forma abaixo: O(A) Doutor(a). **MÁRCIA SUELY CORRÊA MORAES**, Juiz(a) do Trabalho da 5ª Vara do Trabalho de São Luís MA, **FAZ SABER** que no dia **06** do mês de **DEZEMBRO** do ano de **2007**, às **9:30** horas, no pátio 01 da VIP LEILÕES, com endereço à AV. ENGENHEIRO EMILIANO MACIEIRA, Nº 638-A, BR 135, KM 11, São Luís/MA, será levado a público o pregão de venda e arrematação, a quem mais der, dos bens penhorados na execução supra referida, que são os seguintes: - **02 MICROCOMPUTADORES COMPLETOS COM MONITORES DE 15 POLEGADAS, MARCA SANSUNG HD DE 40 MB COM NOBREAK, USADO, PORÉM EM FUNCIONAMENTO, AVALIADO EM 1.200,00; UMA IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL (IMPRESSORA, FAX, SCANNER, COPIADORA), MARCA HP, AVALIADA EM R\$ 390,00**. A avaliação importa em **R\$ 1.590,00 (UM MIL, QUINHENTOS E NOVENTA REAIS)**. O exequente tendo interesse na adjudicação dos bens deverá comparecer ao leilão para manifestar sua pretensão. Quem pretender arrematar ditos bens deverá comparecer no dia, hora e local acima mencionados, ciente de que deverá garantir o lance com sinal correspondente a 20% (vinte por cento) de seu valor, depositando o restante no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, bem como, deverá pagar o leiloeiro, no ato da arrematação, a comissão de 5% (cinco por cento) sobre o valor do bem arrematado. Caso as partes não sejam localizadas para ciência do presente leilão, ficam as mesmas intimadas com a publicação do presente edital. **FICAM AINDA, INTIMADAS AS PARTES E TERCEIROS INTERESSADOS DOS PRAZOS DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS PARA REMIÇÃO E 05 (CINCO) DIAS PARA EMBARGOS DE TERCEIROS E DE EMBARGOS À ARREMATACÃO OU À ADJUDICAÇÃO, DA ASSINATURA DO AUTO DE LEILÃO.** E para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente edital, que será publicado na forma da lei, e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara. Obs.: O valor do crédito exequendo importa em **R\$ 1.588,44 (UM MIL, QUINHENTOS E OITENTA E OITO REAIS E QUARENTA E QUATRO CENTAVOS)**, atualizado até **31/05/2007**. São Luís-MA, em 05/11/2007. Eu, Mª Francineide Melo, Auxiliar Técnico, digitei e eu, **Roberto Vieira Linhares**, Diretor de Secretaria, subscrevi. DRA. MÁRCIA SUELY CORRÊA MORAES Juíza da 5ªVT do Trabalho/MA

5ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS

PROCESSO Nº 03938 / 2005 – 5ª VT DE SÃO LUÍS-MA

EDITAL DE PRAÇA, com prazo de vinte dias, para venda e arrematação dos bens penhorados na execução movida por ISAÍAS MARREIROS DE BRITO contra LOJAS PLANALTO LTDA com endereço no(a) ESTRADA DE RIBAMAR, KM 08, Nº 33, MAIOBÃO – PAÇO DO LUMIAR – SÃO LUIS/MA CEP: 65.137-000, sendo depositário fiel ROGERIO DA CRUZ PEREIRA, com endereço ESTRADA DE RIBAMAR, MK 08, Nº



33, MAIOBÃO – PAÇO DO LUMIAR, SÃO LUÍS/MA, na forma abaixo: O(A) Doutor(a) **MÁRCIA SUELY CORRÊA MORAES**, Juiz(a) do Trabalho da 5ª Vara do Trabalho de São Luís MA, **FAZ SABER** que no dia **06** do mês de **DEZEMBRO** do ano de **2007**, às **9:30** horas, no pátio 01 da **VIP LEILÕES**, com endereço à AV. ENGENHEIRO EMILIANO MACIEIRA, Nº 638-A, BR 135, KM 11, São Luís/Ma, será levado a público o pregão de venda e arrematação, a quem mais der, dos bens penhorados na execução supra referida, que são os seguintes: - **UMA CADEIRA PARA ESCRITORIO NOVA**. Avaliado em R\$ 110,00, A avaliação importa em R\$ 110,00 (**CENTO E DEZ REAIS**). O exequente tendo interesse na adjudicação dos bens deverá comparecer ao leilão para manifestar sua pretensão. Quem pretender arrematar ditos bens deverá comparecer no dia, hora e local acima mencionados, ciente de que deverá garantir o lance com sinal correspondente a 20% (vinte por cento) de seu valor, depositando o restante no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, bem como, deverá pagar o leiloeiro, no ato da arrematação, a comissão de 5% (cinco por cento) sobre o valor do bem arrematado. Caso as partes não sejam localizadas para ciência do presente leilão, ficam as mesmas intimadas com a publicação do presente edital. **FICAM AINDA, INTIMADAS AS PARTES E TERCEIROS INTERESSADOS DOS PRAZOS DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS PARA REMIÇÃO E 05 (CINCO) DIAS PARA EMBARGOS DE TERCEIROS E DE EMBARGOS À ARREMATACÃO OU À ADJUDICAÇÃO, DA ASSINATURA DO AUTO DE LEILÃO.** E para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente edital, que será publicado na forma da lei, e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara. Obs.: O valor do crédito exequendo importa em R\$ **103,96**, atualizado até **31 de outubro de 2007**. São Luís-MA, em 05/11/2007. Eu, Mª Francineide Melo, Auxiliar Técnico, digitei e eu, **Roberto Vieira Linhares**, Diretor de Secretaria, subscrevi.

DRA. **MÁRCIA SUELY CORRÊA MORAES**

Juiza da 5ªVT do Trabalho/MA

5ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS

PROCESSO Nº 2221 - 2005 – 5ª VT DE SÃO LUÍS-MA

EDITAL DE PRAÇA, com prazo de vinte dias, para venda e arrematação dos bens penhorados na execução movida por ANTONIA ALVES DINIZ SILVA contra CENTRO EDUCACIONAL LUDOVICENCE com endereço no(a) RUA 47, QUADRA 34, Nº 15, VINHAIS SÃO LUÍS/MA, sendo depositário fiel MARILENE MOUZINHO DE QUEIROZ, com endereço RUA ADELMAN CORREA APT. 102, BLOCO 09 - ANIL SÃO LUÍS/MA, na forma abaixo: O(A) Doutor(a) **MÁRCIA SUELY CORRÊA MORAES**, Juiz(a) do Trabalho da 5ª Vara do Trabalho de São Luís MA, **FAZ SABER** que no dia **06** do mês de **DEZEMBRO** do ano de **2007**, às **9:30** horas, no pátio 01 da **VIP LEILÕES**, com endereço à AVENIDA ENGENHEIRO EMILIANO MACIEIRA, Nº 638-A BR 135, KM 11, São Luís/Ma, será levado a público o pregão de venda e arrematação, a quem mais der, dos bens penhorados na execução supra referida, que são os seguintes: - **01 AUTOMÓVEL FORD FIESTA GL PLACA HPN – 2910, CHASSI 9BFBSZFHYB315870, ANO FAB. / MOD. 2000/2000, BOM ESTADO DE USO E CONSERVADO, COMPLETO, AVALIADO EM 12.000,00 em A avaliação importa em R\$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)**. O exequente tendo interesse na adjudicação dos bens deverá comparecer ao leilão para manifestar sua pretensão. Quem pretender arrematar ditos bens deverá comparecer no dia, hora e local acima mencionados, ciente de que deverá garantir o lance com sinal correspondente a 20% (vinte por cento) de seu valor, depositando o restante no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, bem como, deverá pagar o leiloeiro, no ato da arrematação, a comissão de 5% (cinco por cento) sobre o valor do bem arrematado. Caso as partes não sejam localizadas para ciência do presente leilão, ficam as mesmas intimadas com a publicação do presente edital. **FICAM AINDA, INTIMADAS AS PARTES E TERCEIROS INTERESSADOS DOS PRAZOS DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS PARA REMIÇÃO E 05 (CINCO) DIAS PARA EMBARGOS DE TERCEIROS E DE EMBARGOS À ARREMATACÃO OU À ADJUDICAÇÃO, DA ASSINATURA DO AUTO DE LEILÃO.** E para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente edital, que será pu-

blicado na forma da lei, e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara. Obs.: O valor do crédito exequendo importa em R\$ **318,86**, atualizado até **31/08/2007**. São Luís-MA, em 05/11/2007. Eu, Mª Francineide Melo, Auxiliar Técnico, digitei e eu, **Roberto Vieira Linhares**, Diretor de Secretaria, subscrevi.

DRA. **MÁRCIA SUELY CORRÊA MORAES**

Juiza da 5ªVT do Trabalho/MA

5ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS

PROCESSO Nº 02863 / 2005 – 5ª VT DE SÃO LUÍS-MA

EDITAL DE PRAÇA, com prazo de vinte dias, para venda e arrematação dos bens penhorados na execução movida por ANGÉLICA CRISTINE MOREIRA DO LAGO contra COLÉGIO TERCEIRO MILENIO com endereço no(a) AV. ARGENTINA, QUADRA 12, CASA Nº 24, BAIRRO PLANALTO TURU II - SÃO LUÍS/MA, CEP Nº 65.000-000, sendo depositário fiel ANTOCLÉIA SANTOS, com endereço AV. ARGENTINA QUADRA 12, CASA Nº 24, BAIRRO PLANALTO TURU II - SÃO LUÍS/MA,, na forma abaixo: O(A) Doutor(a) **MÁRCIA SUELY CORRÊA MORAES**, Juiz(a) do Trabalho da 5ª Vara do Trabalho de São Luís MA, **FAZ SABER** que no dia **06** do mês de **DEZEMBRO** do ano de **2007**, às **9:30** horas, no pátio 01 da **VIP LEILÕES**, com endereço à AVENIDA ENGENHEIRO EMILIANO MACIEIRA, Nº 638-A, BR 135, KM 11,, São Luís/Ma, será levado a público o pregão de venda e arrematação, a quem mais der, dos bens penhorados na execução supra referida, que são os seguintes: - **UM MICRO COMPUTADOR COMPLETO MONITOR DE 14 POLEGADAS, IMPRESSORA DISKJET 695C; BOM ESTADO DE USO E CONSERVAÇÃO, AVALIADO EM R\$ 1.000,00; UMA MÁQUINA COPIADORA, MARCA SHARP SEMI-NOVA, AVALIADA EM R\$ 3.500,00; UMA MESA GRANDE DE MÁRMORE, AVALIADA EM R\$ 700,00; UMA MESA PEQUENA, DE MÁRMORE, AVALIADA EM R\$ 400,00, TOTALIZANDO R\$ 5.600,00**. A avaliação importa em R\$ **5.600,00 (CINCO MIL E SEISCENTOS REAIS)**. O exequente tendo interesse na adjudicação dos bens deverá comparecer ao leilão para manifestar sua pretensão. Quem pretender arrematar ditos bens deverá comparecer no dia, hora e local acima mencionados, ciente de que deverá garantir o lance com sinal correspondente a 20% (vinte por cento) de seu valor, depositando o restante no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, bem como, deverá pagar o leiloeiro, no ato da arrematação, a comissão de 5% (cinco por cento) sobre o valor do bem arrematado. Caso as partes não sejam localizadas para ciência do presente leilão, ficam as mesmas intimadas com a publicação do presente edital. **FICAM AINDA, INTIMADAS AS PARTES E TERCEIROS INTERESSADOS DOS PRAZOS DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS PARA REMIÇÃO E 05 (CINCO) DIAS PARA EMBARGOS DE TERCEIROS E DE EMBARGOS À ARREMATACÃO OU À ADJUDICAÇÃO, DA ASSINATURA DO AUTO DE LEILÃO.** E para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente edital, que será publicado na forma da lei, e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara. Obs.: O valor do crédito exequendo importa em R\$ **5.596,97**, atualizado até **30/09/2006**. São Luís-MA, em **05/11/2007**. Eu, Mª Francineide Melo, Auxiliar Técnico, digitei e eu, **Roberto Vieira Linhares**, Diretor de Secretaria, subscrevi.

DRA. **MÁRCIA SUELY CORRÊA MORAES**

Juiza da 5ªVT do Trabalho/MA

NOTIFICAÇÕES

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO VARA DO TRABALHO DE IMPERATRIZ NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 02491-2006-012-16-00 RECLAMANTE: CLODOMIR ARAUJO ALVES Advogado: PAULO SERGIO PEREIRA DA SILVA RECLAMADO: MUNICIPIO DE JOÃO LIS BOA Fica notificado(a) PAULO SERGIO PEREIRA DA SILVA, advogado(a) do RECLAMANTE, para: TOMAR CIÊNCIA DO DESPACHO PROLATADO NOS AUTOS, À FL. 41, PARA APRESENTAR NO PRAZO LEGAL, SUAS RAZÕES DE CONTRARIEDADE AO RECURSO ORDINÁRIO INTERPOSTO PELO RECLAMADO, CASO QUEIRA.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO VARA DO TRABALHO DE IMPERATRIZ NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº

02564-2004-012-16-00 RECLAMANTE: VITORIA REGIA OLIVEIRA ALVES Advogado: Jucelino Pereira Da Silva RECLAMADO: MUNICIPIO DE RIBAMAR FIQUENE Advogado: GILBERTO PEREIRA BARRETTO Ficam notificados Jucelino Pereira Da Silva e GILBERTO PEREIRA BARRETTO advogados das partes, para: COMPARECER À AUDIÊNCIA, PARA HOMOLOGAÇÃO DO ACORDO, DESIGNADA PARA O DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2007, ÀS 10 h e 31 min., NA VARA DO TRABALHO DE IMPERATRIZ-MA.

Geração: 31 de Outubro de 2007

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO VARA DO TRABALHO DE IMPERATRIZ NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 01668-2003-012-16-00 RECLAMANTE: Francisco Ferreira Veloso Advogado: Jose de Ribamar Rodrigues Moraes RECLAMADO: Vsa-Industrial E Comercial Madeireira Ltda Advogado: Jacqueline Aguiar De Sousa Fica notificado(a) Jose de Ribamar Rodrigues Moraes, advogado(a) do RECLAMANTE, para: Devolver no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, os autos à Secretaria, ciente de que o desatendimento a esta determinação ensejará a perda do direito à vista do processo fora da Secretaria e multa (½ s.m), ex vi do art. 196 do CPC.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO VARA DO TRABALHO DE IMPERATRIZ NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 00189-1999-012-16-00 RECLAMANTE: Paulo R. Paz Rodrigues Advogado: Ivan Irineu Piffer RECLAMADO: Banco Mercantil De Sao Paulo S.A Advogado: Sirlene Lopes De Menezes Fica notificado(a) Sirlene Lopes De Menezes, advogado(a) do RECLAMADO, para: Devolver no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, os autos à Secretaria, ciente de que o desatendimento a esta determinação ensejará a perda do direito à vista do processo fora da Secretaria e multa (½ s.m), ex vi do art. 196 do CPC.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO VARA DO TRABALHO DE IMPERATRIZ NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 00879-2003-012-16-00 RECLAMANTE: Airton Simião Sá Advogado: José William Silva Freire RECLAMADO: Jonhson Epifânio Advogado: Luiz Luciano de Barros Filho Fica notificado(a) José William Silva Freire, advogado(a) do RECLAMANTE, para: Devolver no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, os autos à Secretaria, ciente de que o desatendimento a esta determinação ensejará a perda do direito à vista do processo fora da Secretaria e multa (½ s.m), ex vi do art. 196 do CPC.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO VARA DO TRABALHO DE IMPERATRIZ NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 00511-2000-012-16-00 RECLAMANTE: Maria Ires Alves Da Silva Advogado: Jose de Ribamar Rodrigues Moraes RECLAMADO: M.M. Laranjeiras (Maria Moura Laranjeira) Advogado: Maria Das Graças Fica notificado(a) Jose de Ribamar Rodrigues Moraes, advogado(a) do RECLAMANTE, para: Devolver no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, os autos à Secretaria, ciente de que o desatendimento a esta determinação ensejará a perda do direito à vista do processo fora da Secretaria e multa (½ s.m), ex vi do art. 196 do CPC.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO VARA DO TRABALHO DE IMPERATRIZ NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 01974-2006-012-16-00 RECLAMANTE: DELMANO PEREIRA DE ARAÚJO Advogado: Jose de Ribamar Rodrigues Moraes RECLAMADO: DISTRIBUIDORA PAULISTA DE MIUDEZAS LTDA. e DIELSON FERNANDO GOMES Fica notificado(a) Jose de Ribamar Rodrigues Moraes, advogado(a) do RECLAMANTE, para: Devolver no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, os autos à Secretaria, ciente de que o desatendimento a esta determinação ensejará a perda do direito à vista do processo fora da Secretaria e multa (½ s.m), ex vi do art. 196 do CPC.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO VARA DO TRABALHO DE IMPERATRIZ NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 00289-1996-012-16-00 RECLAMANTE: Lizarte Jose Ferreira Advogado: Jose de Ribamar Rodrigues Moraes RECLAMADO: Madeireira Torres

Ltda Fica notificado(a) Jose de Ribamar Rodrigues Moraes, advogado(a) do RECLAMANTE, para: Devolver no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, os autos à Secretaria, ciente de que o desatendimento a esta determinação ensejará a perda do direito à vista do processo fora da Secretaria e multa (½ s.m), ex vi do art. 196 do CPC.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO VARA DO TRABALHO DE IMPERATRIZ NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 01570-2007-012-16-00 CONSIGNANTE: LEONILDO DE SOUSA COMERCIO Advogado: Tadeu Portela Negreiros CONSIGNADO: ROSILENE SILVA PRUDENCIO Fica notificado(a) Tadeu Portela Negreiros, advogado(a) do CONSIGNANTE, para: Devolver no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, os autos à Secretaria, ciente de que o desatendimento a esta determinação ensejará a perda do direito à vista do processo fora da Secretaria e multa (½ s.m), ex vi do art. 196 do CPC.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO VARA DO TRABALHO DE IMPERATRIZ NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 01039-2002-012-16-00 RECLAMANTE: Spólio De Antonio Batista De Figueiredo Advogado: Michel Izar Filho RECLAMADO: Viação Nossa Senhora Aparecida Ltda Advogado: Altair José Damasceno Fica notificado(a) Michel Izar Filho, advogado(a) do RECLAMANTE, para: Devolver no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, os autos à Secretaria, ciente de que o desatendimento a esta determinação ensejará a perda do direito à vista do processo fora da Secretaria e multa (½ s.m), ex vi do art. 196 do CPC.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO VARA DO TRABALHO DE IMPERATRIZ NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 01403-1999-012-16-00 RECLAMANTE: Assis Pedroza Maria Advogado: Salustiano Vieira Silva RECLAMADO: Servix Engenharia S/A Advogado: Giovana Colavite Deitos Vilela Fica notificado(a) Salustiano Vieira Silva, advogado(a) do RECLAMANTE, para: Devolver no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, os autos à Secretaria, ciente de que o desatendimento a esta determinação ensejará a perda do direito à vista do processo fora da Secretaria e multa (½ s.m), ex vi do art. 196 do CPC.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO VARA DO TRABALHO DE IMPERATRIZ NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 00051-2004-012-16-00 CONSIGNANTE: Açailandia Encomendas E Cargas Advogado: Luiz Luciano de Barros Filho CONSIGNADO: Francisco De Assis Barros Silva Fica notificado(a) Luiz Luciano de Barros Filho, advogado(a) do CONSIGNANTE, para: Devolver no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, os autos à Secretaria, ciente de que o desatendimento a esta determinação ensejará a perda do direito à vista do processo fora da Secretaria e multa (½ s.m), ex vi do art. 196 do CPC.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO VARA DO TRABALHO DE IMPERATRIZ NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 01803-2007-012-16-00 RECLAMANTE: SALOMÃO DOS SANTOS LOPES Advogado: Salustiano Vieira Silva RECLAMADO: ARROZEIRA SANTOS, ELIAS GOMES DOS SANTOS Fica notificado(a) Salustiano Vieira Silva, advogado(a) do RECLAMANTE, para: Devolver no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, os autos à Secretaria, ciente de que o desatendimento a esta determinação ensejará a perda do direito à vista do processo fora da Secretaria e multa (½ s.m), ex vi do art. 196 do CPC.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO VARA DO TRABALHO DE IMPERATRIZ NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 00008-2004-012-16-00 RECLAMANTE: Alcides Evaristo Santos Advogado: Antonio Edivaldo Santos Aguiar RECLAMADO: Transportes Vale Do Tacantins Ltda.(Maria Luiza Magnabosco) Advogado: Fabrício Amaral Leite Fica notificado(a) Antonio Edivaldo Santos Aguiar, advogado(a) do RECLAMANTE, para: Devolver no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, os autos à Secretaria, ciente de que o desatendimento a esta determinação ensejará a perda do direito à vista do processo fora da Secretaria e multa (½ s.m), ex vi do art. 196 do CPC.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO VARA DO TRABALHO DE IMPERATRIZ NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 01420-2007-012-16-00 RECLAMANTE: ANDREIA SILVA BANDEIRA Advogado: Antonio Edivaldo Santos Aguiar RECLAMADO: DAMIAO BENICIO DOS SANTOS Fica notificado(a) Antonio Edivaldo Santos Aguiar, advogado(a) do RECLAMANTE, para: Devolver no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, os autos à Secretaria, ciente de que o desatendimento a esta determinação ensejará a perda do direito à vista do processo fora da Secretaria e multa (½ s.m), ex vi do art. 196 do CPC.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO VARA DO TRABALHO DE IMPERATRIZ NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 00806-1998-012-16-00 RECLAMANTE: Benedito Pereira Da Silva Advogado: Maria Da Conceicao Silva RECLAMADO: Laminadora Parana Ltda Advogado: Edmilson Franco Da Silva Fica notificado(a) Maria Da Conceicao Silva, advogado(a) do RECLAMANTE, para: Devolver no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, os autos à Secretaria, ciente de que o desatendimento a esta determinação ensejará a perda do direito à vista do processo fora da Secretaria e multa (½ s.m), ex vi do art. 196 do CPC.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO VARA DO TRABALHO DE IMPERATRIZ NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 00599-2001-012-16-00 RECLAMANTE: João Viana De Sousa Advogado: SILVIO ALGUSTO GOMES COSTA RECLAMADO: Carlão Acessórios Advogado: José William Silva Freire Fica notificado(a) SILVIO ALGUSTO GOMES COSTA, advogado(a) do RECLAMANTE, para: Devolver no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, os autos à Secretaria, ciente de que o desatendimento a esta determinação ensejará a perda do direito à vista do processo fora da Secretaria e multa (½ s.m), ex vi do art. 196 do CPC.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO VARA DO TRABALHO DE IMPERATRIZ NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 01658-2002-012-16-00 RECLAMANTE: Sergio Brasil Carvalho Advogado: Jose de Ribamar Rodrigues Moraes RECLAMADO: J.R. Sociedade De Fomento Mercantil Ltda Advogado: Antonio Edivaldo Santos Aguiar Fica notificado(a) Antonio Edivaldo Santos Aguiar, advogado(a) do RECLAMADO, para: Devolver no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, os autos à Secretaria, ciente de que o desatendimento a esta determinação ensejará a perda do direito à vista do processo fora da Secretaria e multa (½ s.m), ex vi do art. 196 do CPC.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO VARA DO TRABALHO DE IMPERATRIZ NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 00299-2004-012-16-00 RECLAMANTE: Jhonathan Silva De Oliveira Advogado: Wellington Zafred RECLAMADO: Auto Diesel Ltda Advogado: Antonio Edivaldo Santos Aguiar Fica notificado(a) Antonio Edivaldo Santos Aguiar, advogado(a) do RECLAMADO, para: Devolver no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, os autos à Secretaria, ciente de que o desatendimento a esta determinação ensejará a perda do direito à vista do processo fora da Secretaria e multa (½ s.m), ex vi do art. 196 do CPC.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO VARA DO TRABALHO DE IMPERATRIZ NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 01190-1995-012-16-00 RECLAMANTE: Roberto Carlos Alves Ferreira Advogado: Jose de Ribamar Rodrigues Moraes RECLAMADO: Madeireira J.R. Ltda Advogado: Francisco Torres De Carvalho Fica notificado(a) Francisco Torres De Carvalho, advogado(a) do RECLAMADO, para: Devolver no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, os autos à Secretaria, ciente de que o desatendimento a esta determinação ensejará a perda do direito à vista do processo fora da Secretaria e multa (½ s.m), ex vi do art. 196 do CPC.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO VARA DO TRABALHO DE IMPERATRIZ NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 01353-1998-012-16-00 RECLAMANTE: Pedro Oliveira Silva Advogado: Michel Izar Filho RECLAMADO: Compenorte -Compensados Do

Norte Ltda. Advogado: Mauricio Goncalves Vilela Filho Fica notificado(a) Michel Izar Filho, advogado(a) do RECLAMANTE, para: Devolver no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, os autos à Secretaria, ciente de que o desatendimento a esta determinação ensejará a perda do direito à vista do processo fora da Secretaria e multa (½ s.m), ex vi do art. 196 do CPC.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO VARA DO TRABALHO DE IMPERATRIZ NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 02067-2002-012-16-00 RECLAMANTE: Marcelo Ribeiro Oliveira Advogado: Doranisce Soares De Menezes RECLAMADO: Exa Tecnologia Ltda Fica notificado(a) Doranisce Soares De Menezes, advogado(a) do RECLAMANTE, para: Devolver no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, os autos à Secretaria, ciente de que o desatendimento a esta determinação ensejará a perda do direito à vista do processo fora da Secretaria e multa (½ s.m), ex vi do art. 196 do CPC.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO VARA DO TRABALHO DE IMPERATRIZ NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 00961-1998-012-16-00 RECLAMANTE: Oziel Santos Duarte Advogado: Antonio Edivaldo Santos Aguiar RECLAMADO: Jose Pereira Da Silva Advogado: Jose Cleomenes P. Moraes Fica notificado(a) Antonio Edivaldo Santos Aguiar, advogado(a) do RECLAMANTE, para: Devolver no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, os autos à Secretaria, ciente de que o desatendimento a esta determinação ensejará a perda do direito à vista do processo fora da Secretaria e multa (½ s.m), ex vi do art. 196 do CPC.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO VARA DO TRABALHO DE IMPERATRIZ NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 01120-2004-012-16-00 RECLAMANTE: Altenor Rodrigues Bezerra Advogado: Wellington Zafred RECLAMADO: River Refrigerantes Ltda Advogado: José William Silva Freire Fica notificado(a) Wellington Zafred, advogado(a) do RECLAMANTE, para: Devolver no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, os autos à Secretaria, ciente de que o desatendimento a esta determinação ensejará a perda do direito à vista do processo fora da Secretaria e multa (½ s.m), ex vi do art. 196 do CPC.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO VARA DO TRABALHO DE IMPERATRIZ NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 00564-2003-012-16-00 RECLAMANTE: Maria Jacinta Da Silva Advogado: WLISSES LEÃO FERNANDES RECLAMADO: Escola Rui Barbosa Advogado: Maria Das Graças Fica notificado(a) WLISSES LEÃO FERNANDES, advogado(a) do RECLAMANTE, para: Devolver no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, os autos à Secretaria, ciente de que o desatendimento a esta determinação ensejará a perda do direito à vista do processo fora da Secretaria e multa (½ s.m), ex vi do art. 196 do CPC.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO VARA DO TRABALHO DE IMPERATRIZ NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 00283-2004-012-16-00 RECLAMANTE: Maria Jose Da Silva Almeida Advogado: Jucelino Pereira Da Silva RECLAMADO: Municipio De Senador La Rocque/Ma. Advogado: Faustino Costa Amorim Fica notificado(a) Faustino Costa Amorim, advogado(a) do RECLAMADO, para: Devolver no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, os autos à Secretaria, ciente de que o desatendimento a esta determinação ensejará a perda do direito à vista do processo fora da Secretaria e multa (½ s.m), ex vi do art. 196 do CPC.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO VARA DO TRABALHO DE IMPERATRIZ NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 01869-2000-012-16-00 RECLAMANTE: José Lima Santos Advogado: Jose de Ribamar Rodrigues Moraes RECLAMADO: Cootessan - Cooperativa Dos Técnicos De Saneamento Do Estado Do Maranhão Advogado: João Carlos Costa Freitas Fica notificado(a) Jose de Ribamar Rodrigues Moraes, advogado(a) do RECLAMANTE, para: Devolver no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, os autos à Secretaria, ciente de que o desatendimento a esta determinação ensejará a perda do direito à vista do processo fora da Secretaria e multa (½ s.m), ex vi do art. 196 do CPC.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO VARA DO TRABALHO DE IMPERATRIZ NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 00898-2003-012-16-00 RECLAMANTE: Marx Ferro Bonfim Advogado: Jucelino Pereira Da Silva RECLAMADO: Eletros Usados Jr/ Evandro Maoraes Ferro Fica notificado(a) Jucelino Pereira Da Silva, advogado(a) do RECLAMANTE, para: TOMAR CIÊNCIA DE QUE ANTE O PEDIDO DO AUTOR, FOI HOMOLOGADA A DESISTÊNCIA E EXTINTO O FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, AMPARADO NO ART. 267, VIII DO CPC DE APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA AO PROCESSO DO TRABALHO.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO VARA DO TRABALHO DE IMPERATRIZ NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 00894-2002-012-16-00 RECLAMANTE: Maria Darcy Silva Advogado: Catarino Dos Santos P. De Abreu RECLAMADO: Auto Peças Amazonas Ltda Advogado: Antonio Edivaldo Santos Aguiar Fica notificado(a) Catarino Dos Santos P. De Abreu, advogado(a) do RECLAMANTE, para: COMPROVAR OS VALORES LEVANTADOS VIA ALVARÁ, PARA QUE POSSA PROSEGUIR O FEITO.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO VARA DO TRABALHO DE IMPERATRIZ NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 02313-2007-012-16-00 RECLAMANTE: MARIA JOSE SOARES DE ARAUJO Advogado: Cleudes De Jesus RECLAMADO: E FELIX DA SILVA Fica notificado(a) Cleudes De Jesus, advogado(a) do RECLAMANTE, para: INFORMAR, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, O ENDEREÇO ATUALIZADO DA PARTE RECLAMADA, SOB PENA DE ARQUIVAMENTO DA RECLAMAÇÃO CONFORME ART. 852-B, § 1º, DA CLT.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO VARA DO TRABALHO DE IMPERATRIZ NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 02107-2007-012-16-00 RECLAMANTE: VANESSA DEBORA COSTA NEIBE Advogado: Ravickson Galvao Meireles RECLAMADO: Escola São Francisco Xavier Fica notificado(a) Ravickson Galvao Meireles, advogado(a) do RECLAMANTE, para: APRESENTAR, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, O ENDEREÇO ATUALIZADO DA RECLAMADA, SOB PENA DE ARQUIVAMENTO DA RECLAMAÇÃO CONFORME ART. 852-B, § 1º, DA CLT.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO VARA DO TRABALHO DE IMPERATRIZ NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 02218-2007-012-16-00 RECLAMANTE: MARIA DE NAZARE, RODRIGUES LEITÃO Advogado: EDLAYNNE DA SILVA DANTAS RECLAMADO: COMERCIO DE BEBIDAS CRISTO REI LTDA (GUARANA RIVER) Fica notificado(a) EDLAYNNE DA SILVA DANTAS, advogado(a) do RECLAMANTE, para: APRESENTAR, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, O ENDEREÇO ATUALIZADO DA RECLAMADA, SOB PENA DE ARQUIVAMENTO DA RECLAMAÇÃO CONFORME ART. 852-B, § 1º, DA CLT.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO VARA DO TRABALHO DE IMPERATRIZ NOTIFICAÇÃO PROCESSO RT Nº 02314-2007-012-16-00 RECLAMANTE: LETICIA FERREIRA DOS REIS Advogado: Cleudes De Jesus RECLAMADO: E FELIX DA SILVA Fica notificado(a) Cleudes De Jesus, advogado(a) do RECLAMANTE, para: APRESENTAR, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, O ENDEREÇO ATUALIZADO DA RECLAMADA, SOB PENA DE ARQUIVAMENTO DA RECLAMAÇÃO CONFORME ART. 852-B, § 1º, DA CLT. Geração:, 05 de Novembro de 2007 (Nota:)

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

SECRETARIA JUDICIÁRIA

RESENHA DE DESPACHO

PROCESSO 4292/06 – CLS. 29 – SÃO LUIS

ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO ELEITORAL

REPRESENTANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL

REPRESENTADO: HELENA MARIA DUAİLIBE FERREIRA
ADVOGADO(S): DRS. ULISSES CÉSAR MARTINS DE SOUSA, MARCOS LUIS BRAID R. SIMÕES E CRISTIANO ALVES FERNANDES RIBEIRO

REPRESENTADO: AFONSO MANOEL BORGES FERREIRA
ADVOGADO(S): DRS. ULISSES CÉSAR MARTINS DE SOUSA, MARCOS LUIS BRAID R. SIMÕES E CRISTIANO ALVES FERNANDES RIBEIRO

RELATOR: JUÍZA CLEMÊNCIA ALMADA

Despacho

Intimem-se as partes para que no prazo comum de 02(dois) dias, apresentem alegações finais nos termos do inciso “X” , art. 22 da Lei Complementar nº. 64/90.

Cumpra-se.

São Luís, 6 de novembro de 2007.

Juíza CLEMÊNCIA ALMADA

Relatora

RESENHA DE DESPACHO

RECURSO ESPECIAL

HABEAS CORPUS Nº. 300 – CLASSE 10 – HUMBERTO DE CAMPOS RECORRENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL

RECORRIDOS: JOSÉ AUGUSTO DOS SANTOS E ERNI SILVA MENEZES

ADVOGADAS: DRAS. KARLLA THAÍSE DOMINICI DE MESQUITA e ALINE NEIVA ALVES DA SILVA GOMES

D E C I S Ã O

O Ministério Público com atuação perante a 32ª Zona Eleitoral apresentou denúncia contra José Augusto dos Santos e Erni Silva Menezes pela suposta prática do crime de transporte ilegal de eleitores no dia da eleição, tipificado no Art.11, III, c/c Art. 5º da Lei 6.091/74.

Contra a decisão de primeiro grau que recebeu a denúncia, a causídica dos recorrentes interpôs ação de *habeas corpus* perante esta Corte visando o trancamento da ação penal.

O Tribunal, por maioria, nos termos do acórdão nº 8300/07, convenceu-se pela ausência de justa causa para o prosseguimento do feito e concedeu a ordem, determinando o seu encerramento (fls.96/107).

É contra esta decisão que se insurge o Ministério Público Eleitoral através do presente recurso especial interposto com fundamento no Art. 276, I, *a* e *b*, do Código Eleitoral, sustentando violação aos Arts.5 e 11, III, da Lei 6.091/74, bem como ao Art.41 do Código de Processo Penal e Arts.357,§2º e 358, I, do Código Eleitoral.

Argumenta que o juízo de valor sobre a existência de dolo específico, no caso em tela, a finalidade de impedir, embarçar ou fraudar o exercício do voto, pressupõe a realização da instrução processual penal, não sendo possível nem juridicamente razoável exigir-se que já na documentação acostada à inicial, ou na peça acusatória estejam plenamente provados os elementos capazes de atestar a culpabilidade dos acusados.

Segue aduzindo que a denúncia é instrumento que serve apenas para verificar o preenchimento dos requisitos do Art.41 do CPP e 357, §2º do CE, de modo que se a narrativa dos fatos já demonstra a existência do elemento subjetivo do injusto é de se aplicar o princípio do *in dubio pro societate*.

Colacionou julgados do Tribunal Superior Eleitoral com o intuito de ver o seguimento do apelo com base no dissídio de jurisprudência e pugnou, ao final, pelo provimento do apelo e o prosseguimento da ação penal.

Sucintamente relatado e analisando os pressupostos objetivos de admissibilidade alusivos à representação e tempestividade, vê-se que os mesmos foram preenchidos, conforme demonstram os documentos acostados (fls.24 e 109-v).

Considera-se prequestionada a matéria quando a decisão recorrida expressamente adotar tese a respeito.

Analisando o Acórdão 8300/07, percebo que a decisão, de fato, reconheceu, por maioria, a ausência de dolo específico na prática da conduta dos denunciados, razão pela qual não subsistiria justa causa para a continuidade da persecução penal estatal.



Neste aspecto, preenchido está o requisito específico do prequestionamento.

Trata-se de recurso que devolve à instância superior matéria estritamente de direito, não havendo que se falar de revisão do acervo fático-probatório.

Cuidando-se do fundamento contido na alínea “b”, inciso I, do Art.276 do Código Eleitoral, evidenciado está o dissídio jurisprudencial, encontrando-se atendidas as exigências legais, com a transcrição dos decisórios mencionados e dos pontos coincidentes, sendo eles, inclusive, oriundos do Tribunal Superior Eleitoral.

Outrossim, percebo que o recorrente conseguiu adequar sua pretensão aos ditames legais pertinentes à temática em discussão, porquanto estruturou de modo lógico seus posicionamentos, preenchendo os requisitos genéricos e específicos de admissibilidade dos recursos especiais, sendo, portanto, plausível o exame do apelo perante o Tribunal Superior Eleitoral.

Diante das circunstâncias expostas, admito o recurso especial interposto, por via de consequência, determino a intimação dos recorridos para, querendo, apresentarem contra-razões, consoante prevê o Art.278, §2º do Código Eleitoral.

Publique-se. Cumpra-se.

São Luís, 7 DE NOVEMBRO DE 2007.

Des. Jorge Rachid Mubárack Maluf

Presidente

RECURSO ESPECIAL

PETIÇÃO N.º 4.072 - CLASSE 18 – SÃO LUÍS

RECORRENTE: PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO - PMDB

ADVOGADOS: DRS. MARCOS ALESSANDRO COUTINHO PASSOS LOBO, ÉRIK JANSON VIEIRA MONTEIRO MARINHO E TATIANA TROVÃO MURAD ALMEIDA

RECORRIDO: JACKSON KLEPER LAGO

ADVOGADOS: DRS. DANIEL DE FARIA JERÔNIMO LEITE E VANDERLEY RAMOS DOS SANTOS

D E C I S Ã O

Trata-se de Recurso Especial interposto pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, com fundamento no artigo 276, I, alínea “a” do Código Eleitoral, argumentando que os Acórdãos nº. 8.254/07 e 8.268/07 foram proferidos contra disposição expressa de lei.

Consta dos autos que Jackson Kepler Lago ajuizou pedido de direito de resposta contra o partido recorrente, sob alegação de que este teria, ao veicular, no horário reservado à propaganda partidária, inserções cujo conteúdo não divulgou seu ideal partidário e sim, desviado sua finalidade ao exibir ofensas ao recorrido, incorrendo nas vedações estabelecidas pelo artigo 45, da Lei nº. 9.096/95.

Ao apreciar o pedido, esta Corte Eleitoral julgou procedente a representação por entender que houve desvio de finalidade da propaganda partidária, pois o tempo destinado a esta foi usado em benefício de um de seus filiados, condenando o partido representado à perda de três minutos e trinta segundos do tempo a que faria jus no primeiro semestre de 2007. Contra essa decisão é que se insurge o Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB com a interposição deste apelo especial, alegando que o Acórdão nº. 8.254/07 e 8.268/07.

Era a síntese necessária.

Verifico estarem preenchidos os requisitos genéricos referentes à representação e tempestividade, passo, então, à verificação do preenchimento dos requisitos específicos de admissibilidade do recurso especial interposto.

Extrai-se da leitura das razões recursais que a irrisignação do PMDB, tem como argumento a alínea “a”, inciso I do artigo 276 do Código Eleitoral, vez que o Acórdão atacado teria violado os artigos 45, da Lei nº. 9.096/95 e 58 da Lei nº. 9.504/97.

Examinando as razões do recorrente quanto à admissibilidade do recurso especial, verifico que a mencionada ofensa ao artigo 45, § 2º da Lei nº. 9.096/95 não resta caracterizada. A relatora, em seu voto, entendeu que houve o desvio de finalidade da propaganda partidária, prática esta

irregular, e aplicou a sanção, e não o fez em afronta à norma, mas sim formou seu convencimento de acordo com a livre apreciação dos autos e aplicando o Princípio da Proporcionalidade ao graduar a sanção.

Ademais, já foi concedido e exercido o direito de resposta pleiteado, não podendo mais ser objeto de impugnação por parte do Partido recorrente, que já o fez na época oportuna.

Analisando atentamente a decisão objeto do Recurso e confrontando-a com os parâmetros ensejadores da controvérsia, constato que o recurso mencionado está vocacionado à mera apreciação do que já foi objeto de julgamento.

Logo, rever essas conclusões pressupõe o reexame do conteúdo de todo o processo, o que, na via especial encontra óbice no verbete da Súmula 07, do Superior Tribunal de Justiça, que transcrevo: “A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.”

Ante o exposto, inadmito o presente recurso especial.

Publique-se. Intime-se.

São Luís, 7 de novembro de 2007.

Des. JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF

Presidente

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL-1ª REGIÃO Seção Judiciária do Maranhão

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO

BOLETIM N.º738/2007

JUIZ FEDERAL DIRETOR DO FORO: DR. JOSÉ MAGNO LINHARES MORAES. / JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO RESPONDENDO PELA 1ª VARA: DR. NEIAN MILHOMEM CRUZ. / DIRETORA DE SECRETARIA: DÉBORA SANTALUCIA FERNANDES. / DESPACHO PROLATADO PELO EXMº SR. DR. NEIAN MILHOMEM CRUZ. JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO RESPONDENDO PELA 1ª VARA CRIMINAL.

PROCESSO N. 2004.8709-1 / CLASSE 115302 – INCIDENTE DE INSANIDADE MENTAL. / REQTE: HAMILTON MATOS CRUZ / ADVOGADO: Dr. JOÃO MARQUES FARIAS FILHO - OAB/MA 2.149 / DESPACHO de fl. 227: “Vista às partes sobre o laudo”. São Luís (MA), 23/10/2007. NEIAN MILHOMEM CRUZ. Juiz Federal Substituto respondendo pela 1ª Vara Criminal.

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO

BOLETIM N. 735 /2007

1ª VARA CRIMINAL

JUIZ FEDERAL DIRETOR DO FORO: DR. JOSÉ MAGNO LINHARES MORAES. / JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 5ª VARA, RESPONDENDO PELA 1ª VARA: Dr. NEIAN MILHOMEM CRUZ / DIRETORA DE SECRETARIA: DÉBORA SANTALUCIA FERNANDES. / DESPACHOS prolatados pelo Exmo. Sr. Dr. NEIAN MILHOMEM CRUZ. JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO, RESPONDENDO PELA 1ª VARA CRIMINAL e pelo Exmo. Sr. Dr. RUBEM LIMA DE PAULA FILHO. JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 2ª VARA, respondendo pela 1ª VARA CRIMINAL

PROCESSO N. 2000.9302-2. / CLASSE 13.101 – PROCESSO COMUM / JUIZ SINGULAR. / AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. / RÉU(S): MARIA JOSÉ ABREU TRINTA e OUTROS. / ADVOGADO(S): Dr. DIOMAR BEZERRA LIMA, OAB/DF 16.076; Dr. SANDRO SILVA DE SOUZA, OAB/MA 5.161; Dr. PEDRO JARBAS DA SILVA, OAB/MA 5.496-A; Dr. IVAN WILSON ARAÚJO RODRIGUES, OAB/MA 4.886; Dr. LINO RODRIGUES CASTELO BRANCO SOBRINHO, OAB/MA 4.115; Dr. JOSÉ CAVALCANTE DE ALENCAR JUNIOR, OAB/MA 5.980; Dr. JAMES LOBO DE OLIVEIRA LIMA, OAB/MA 6.679; Dr. SAMIR QUINTANILHA GERUDE – OAB/MA 3.902; Dr. JOSÉ DAVID SILVA JUNIOR, OAB/MA 6.077; Dr. LUIZ JORGE MATOS, OAB/MA 1.532; Dr. JOSÉ DE RIBAMAR COELHO BANDEIRA, OAB/MA 962; Dr. JOSÉ MARIA DINIZ, OAB/MA 3.738; Dra. LIZ CRISTINA DE MELO BRITO, OAB/MA 3.790; Dr. WILSON DO SOCORRO PASSOS, OAB/MA 3.341; Dra. KENNYA REGYNA MESQUITA PASSOS, OAB/MA 7.237; Dr. ADALBERTO RIBAMAR BARBOSA GONÇALVES, OAB/MA 973; Dra.

ANA TEREZA REIS FERREIRA, OAB/MA 7.307; Dr. JOSÉ RAIMUNDO MOURA SANTOS, OAB/MA 1.072; Dr. JOSÉ CARLOS TAVARES DURANS, OAB/MA 3.768; Dr. JOSÉ RIBAMAR OLIVEIRA FERREIRA, OAB/MA 2.708; Dra. MARIA CELESTE SANTOS SOUSA, OAB/MA 4.896; Dr. JOSÉ DE RIBAMAR TEIXEIRA DE ASSUNÇÃO, OAB/MA 691; Dr. INALDO ALVES PINTO, OAB/MA 4.741; Dr. ANTONIO AURELIANO DE OLIVEIRA, OAB/MA 7.900; Dra. LIZ CRISTINA DE MELO BRITO, OAB/MA 3.790; Dr. RAIMUNDO CONCEIÇÃO ALBUQUERQUE FILHO, OAB/MA 6.373; Dr. ANTONIO JOSÉ GARCIA PINHEIRO, OAB/MA 5.511; Dr. DIMAS SALUSTIANO DA SILVA, OAB/MA 3.830; Dra. MICHAELA DOS SANTOS REIS, OAB/MA 6.774; Dr. CARLOS JANUÁRIO VARGAS DE SOUSA, OAB/MA 7.670; Dra. CRISTIANE ROSE SOARES RIBEIRO, OAB/MA 8.043; Dr. RUSSIAN FALCÃO VIANA, OAB/MA 7.990; e Dr. TED ANDERSON CORREIRA TEIXEIRA, OAB/MA 8.041.

DESPACHO de fl. 8.827: (...). 1) Tendo em vista a informação acima redesigno a presente audiência (de interrogatório de Remi Abreu Trinta, Themis Rego Cavalcanti de Abreu e Diana Rosalina Serra de Almeida) para o **dia 18 de Março de 2008, às 09 horas e 30 minutos**. (...). São Luís (MA), 16.08.2007. **NEIAN MILHOMEM CRUZ**. Juiz Federal Substituto da 5ª Vara, respondendo pela 1ª. Vara Criminal.

DESPACHO de fl. 8.917: “Tendo em vista a certidão de fl. 8.916, providencie a Secretaria a alteração na situação processual dos sentenciados Antonio Carlos Ribeiro e José Ribamar Miranda Filho. Tendo em vista a certidão de fls. 8.831, designo o interrogatório da ré Graciete Helena Nascimento dos Santos, também para o **dia 18 de Março de 2008, às 09 horas e 30 minutos**. (...). São Luís (MA), 02.10.2007. **RUBEM LIMA DE PAULA FILHO**. Juiz Federal Substituto da 2ª Vara, respondendo pela 1ª Vara Criminal.

DESPACHO de fls. 8.937: “Tendo em vista a petição de fls. 8.931/8.933, designo o **dia 18 de Março de 2008, às 09 horas e 30 minutos**, para interrogatório do réu Antonio Pedro G. Martins, devendo ser intimado no endereço indicado na referida petição. Tendo em vista a procuração de fls. 8.926, determino também que o réu Remi Abreu Trinta seja intimado para ser interrogado na data supracitada (18 de Março de 2008, às 09 horas e 30 minutos), no endereço indicado. (...). Após, dê-se vista ao advogado subscritor da petição de fls. 8.924/8.925 (Dr. José de Ribamar Teixeira de Assunção, OAB/MA 691), pelo prazo de 02 (dois) dias. São Luís (MA), 29.10.2007. **NEIAN MILHOMEM CRUZ**. Juiz Federal Substituto da 5ª Vara, respondendo pela 1ª. Vara Criminal.

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO

BOLETIM N. 737 /2007

1ª VARA CRIMINAL

JUIZ FEDERAL DIRETOR DO FORO: Dr. JOSÉ MAGNO LINHARES MORAES / **JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 5ª VARA, RESPONDENDO PELA 1ª VARA CRIMINAL:** Dr. NEIAN MILHOMEM CRUZ / **DIRETORA DE SECRETARIA:** DÉBORA SANTALUCIA FERNANDES / **DESPACHO prolatado pelo Exmo. Sr. Dr. NEIAN MILHOMEM CRUZ.** JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 5ª VARA, respondendo pela 1ª VARA CRIMINAL.

PROCESSO N. 2005.5749-3 / CLASSE 13.101 – PROCESSO COMUM. / AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL / **RÉU:** RAIMUNDO SERRÃO / **ADVOGADO:** Dr. MARCOS ROGÉRIO OLIVEIRA BELÉM, OAB/MA 6.090 / **DESPACHO de fl. 332:** “Intime-se a defesa para esclarecer o pedido constante na petição de fl. 331”. São Luís (MA), 29.10.2007. **NEIAN MILHOMEM CRUZ**. Juiz Federal Substituto da 5ª Vara, respondendo pela 1ª Vara Criminal.

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO MARANHÃO - 6ª Vara Federal

JUIZ TITULAR MARCELO DOLZANY DA COSTA

JUIZ SUBSTITUTO NEWTON PEREIRA RAMOS NETO

Dir. Secret.: JOSÉ GUILHERME BRAGA DIEGUEZ FERNANDES

Ato do Exmo. Juiz Federal Dr. Marcelo Dolzany da Costa

EXPEDIENTE DO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2007

AUTOS COM DESPACHO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) :

2006.37.00.005465-2 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR : CARLOS EDUARDO BEZERRA DE OLIVEIRA MOTA

ADVOGADO : MA00007502 - ALICE MICHELINE MATOS

REU : EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS ECT

ADVOGADO : MA00003793 - JOANA DARC S.SANTIAGO RABELO

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou o despacho:

Instadas as partes a especificar provas, ambas as partes se manifestaram, formulando pedido de realização de audiência. Entretanto, o pleito apresentado não aponta nem a finalidade, nem a utilidade do ato processual para o deslinde da causa. Vale dizer, não esclarece de que modo a realização de uma audiência colaboraria na elucidação dos fatos aqui articulados. Assim, entendo desnecessária a realização do ato processual vindicado e, por isso, indefiro o pedido da autora.

91.00.01948-8 EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM SENTENÇA

EMBTE : ORLANDO ANTONIO BANDEIRA DE MELO

ADVOGADO : MA00004217 - MARIO DE ANDRADE MACIEIRA

EMBDO : UNIAO FEDERAL

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou o despacho:

Indefiro o requerimento de fls. 79/80. Intimar os exequentes para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar a planilha de cálculo atualizada, em conformidade com a decisão proferida nos embargos (cópias - fls. 82/98).

2003.37.00.003944-0 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE : ROSELY LIMA DE OLIVEIRA E OUTROS

ADVOGADO : MA00005135 - GEDECY F DE MEDEIROS FILHO

ADVOGADO : MA00004217 - MARIO DE ANDRADE MACIEIRA

EXCDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF

ADVOGADO : MA00003396 - CERES DE JESUS SILVA ARAUJO

2004.37.00.002639-2 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE : FRANCISCO DE ASSIS MORAES NAVA E OUTROS

ADVOGADO : MA00004059 - JOSE GUILHERME CARVALHO ZAGALLO

EXCDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF

ADVOGADO : MA00003396 - CERES DE JESUS SILVA ARAUJO

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou o despacho:

Vista à parte autora. Prazo: 10 (dez) dias.

2007.37.00.008763-7 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR : MARIA DO PERPETUO SOCORRO RAMOS DE NEIVA

ADVOGADO : MA00007868 - HENRIQUE ROOSEVELT OLIMPIO DE OLIVEIRA

ADVOGADO : MA00008027 - LUCIANA SILVA DE CARVALHO

REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou o despacho:

Defiro o pedido de justiça gratuita. Intimar a autora para, no prazo de 10 (dez) dias, emendar a inicial (CPC art. 284), apresentando documentos que demonstrem sua qualidade de representante do espólio de MARIA NAZARETH RAMOS NEIVA.

2003.37.00.010948-0 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF

ADVOGADO : MA00003396 - CERES DE JESUS SILVA ARAUJO

EXCDO : JOSE RIBAMAR FRANCO

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou o despacho:

Tendo em vista que o lapso decorrido desde o protocolo da petição de fls. 96 já superou o período de suspensão ali requerido, intimar a exequente para dizer, em 10 (dez) dias, se ainda persiste interesse no feito. Sem manifestação. Arquivar.

2004.37.00.007556-0 AÇÃO MONITÓRIA

AUTOR : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO : MA00003396 - CERES DE JESUS SILVA ARAUJO
RÉU : RAIMUNDO NONATO SILVA

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou o despacho:

Tendo em vista que, conforme documento de fl. 37, a carta precatória expedida foi encaminhada à outra Comarca, indefiro o pedido de fl. 35. Diligencie o autor, perante o Juízo da Comarca da Monção/MA, o cumprimento da referida carta, e informe a este Juízo as providências adotadas. Prazo: 15 (quinze) dias.

AUTOS COM DECISÃO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) :

2007.37.00.009323-0 MEDIDA CAUTELAR INOMINADA

REQTE : MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DOS LOPES
ADVOGADO : MA00006359 - GUSTAVO MAMEDE LOPES DE SOUZA
REQDO : UNIAO FEDERAL

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou a decisão:

...CONCEDO medida liminar para determinar que a ré providencie a exclusão do autor do CAUC no prazo de 72 horas exclusivamente no que se refere à ausência de prestação de conta dos exercícios de 2000 e 2004.

2007.37.00.009246-4 MEDIDA CAUTELAR INOMINADA

REQTE : FILOMENA HIERAN BEZERRA
ADVOGADO : MA00007754 - ELISANGELA MENEZES BEZERRA E SILVA
REQDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO : MA00003396 - CERES DE JESUS SILVA ARAUJO

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou a decisão:

Assistência judiciária deferida. Liminar deferida para sustar o leilão designado para o dia 09/11/2007. Audiência de conciliação designada para o dia 06/12/2007, às 15h.

2007.37.00.009264-2 MEDIDA CAUTELAR INOMINADA

REQTE : LEILA IRES MOREIRA LIMA NUNES
ADVOGADO : MA00002896 - ROBERTO COELHO DOS SANTOS NETO
REQDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO : MA00003396 - CERES DE JESUS SILVA ARAUJO

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou a decisão:

Liminar deferida para sustar o leilão designado para sustar o leilão designado para o dia 09/11/2007. Audiência de conciliação designada para o dia 06/12/2007, às 15h30min.

2007.37.00.008904-8 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR : SINDICATO DOS SERVIDORES DA POLICIA FEDERAL NO ESTADO DO MARANHÃO
ADVOGADO : MA00005942 - LUIS GUILHERME C MEIRELES PINTO
REU : UNIAO FEDERAL

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou a decisão:

Há expressa vedação legal à concessão de antecipação de tutela contra a Fazenda Pública quando esta implicar o pagamento de vantagens a servidor público (art. 1º da Lei 9.494, de 10/09/1997). A propósito da restrição, o STF reconheceu sua constitucionalidade na ADC-4 (RTJ-169/383). Assim, indefiro o pedido de liminar.

2007.37.00.008818-3 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE : MAX LINDER ALHADEF SOBRINHO
ADVOGADO : MA00002556 - CELSO AYRES ANCHIETA FILHO
ENTIDADE : CENTRO UNIVERSITARIO DO MARANHÃO UNICEUMA
IMPDO : REITOR DO CENTRO UNIVERSITARIO DO MARANHÃO UNICEUMA

2007.37.00.009234-4 MEDIDA CAUTELAR INOMINADA

REQTE : RAIMUNDO ANTONIO FERREIRA DUARTE
ADVOGADO : MA00000900 - VICTORIO DE OLIVEIRA RICCI
REQDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou a decisão:

...indefiro o pedido de liminar.

96.00.00741-1 AÇÃO ORDINÁRIA / PREVIDENCIÁRIA

AUTOR : JOSE DA CRUZ GARCIA DOS SANTOS
ADVOGADO : CE00007827 - CICERO EMERICIANO DA SILVA
REU : UNIAO FEDERAL
REU : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO : DF00005972 - JOSE AQUINO DE SOUSA
ADVOGADO : MA00002583 - MARIA DE FATIMA CARVALHO CUBA

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou a decisão:

Converter em diligência. Imprescindível, para a solução da lide, a realização de prova técnica. Expedir nova carta precatória à Comarca de Urbano Santos a fim de que ali seja o autor submetido à perícia médica, que deverá, também, responder aos quesitos elaborados pelas partes às fls. 44/45 e 47, cuja cópia acompanhará a carta precatória. Esclareço, por fim, que a patologia alegada pelo autor em sua inicial é insuficiência cardíaca não específica, sendo desnecessário, portanto psiquiátrico.

AUTOS COM ATO ORDINATÓRIO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) :

95.00.00831-9 AÇÃO ORDINÁRIA / FGTS

AUTOR : SANDRO ROBERTO TAVARES DO NASCIMENTO E OUTROS
ADVOGADO : MA00004217 - MARIO DE ANDRADE MACIEIRA
REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO : MA00003396 - CERES DE JESUS SILVA ARAUJO

95.00.01099-2 AÇÃO ORDINÁRIA / FGTS

AUTOR : ANTONIO JOAO PERES ARAUJO E OUTROS
ADVOGADO : MA00004311 - ANTONIO DE JESUS LEITAO NUNES
ADVOGADO : MA00005135 - GEDECY F DE MEDEIROS FILHO
ADVOGADO : MA00004217 - MARIO DE ANDRADE MACIEIRA
REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO : MA00003396 - CERES DE JESUS SILVA ARAUJO

1997.37.00.006478-8 AÇÃO ORDINÁRIA / FGTS

AUTOR : CARLOS AUGUSTO CARNEIRO FERNANDES E OUTROS
ADVOGADO : MA00004059 - JOSE GUILHERME CARVALHO ZAGALLO
REU : UNIAO FEDERAL
REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO : MA00003396 - CERES DE JESUS SILVA ARAUJO
ADVOGADO : DF00005972 - JOSE AQUINO DE SOUSA

1998.37.00.004133-8 AÇÃO ORDINÁRIA / FGTS

AUTOR : FRANCISCO PEREIRA COSTA E OUTROS
ADVOGADO : MA00004579 - EVELINE DINA DOS SANTOS
ADVOGADO : MA00002920 - MARIA ZILDA LAGO OLIVEIRA
REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO : MA00003396 - CERES DE JESUS SILVA ARAUJO

2000.37.00.001079-1 AÇÃO ORDINÁRIA / FGTS
AUTOR : MARIA JOANA RIBEIRO E OUTROS
ADVOGADO : MA00002769 - GILSON FREITAS MARQUES
REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO : MA00003396 - CERES DE JESUS SILVA ARAUJO

2000.37.00.003479-5 AÇÃO ORDINÁRIA / FGTS
AUTOR : MARIA GORETE SILVA DE OLIVEIRA E OUTROS
ADVOGADO : MA00004441 - WARWICK LEITE DE CARVALHO
REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO : MA00003396 - CERES DE JESUS SILVA ARAUJO

2000.37.00.006645-0 AÇÃO ORDINÁRIA / FGTS
AUTOR : FRANCISCO ALVES RODRIGUES E OUTROS
ADVOGADO : MA00004311 - ANTONIO DE JESUS LEITAO NUNES
REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO : MA00003396 - CERES DE JESUS SILVA ARAUJO

2003.37.00.005423-3 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE : ABMAEL SILVA DE JESUS E OUTROS
ADVOGADO : MA00004311 - ANTONIO DE JESUS LEITAO NUNES
ADVOGADO : MA00005135 - GEDECY F DE MEDEIROS FILHO
EXCDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO : MA00003396 - CERES DE JESUS SILVA ARAUJO

2004.37.00.003454-7 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL
EXQTE : MARIA PALMIRA SANTOS DE CARVALHO E OUTROS
ADVOGADO : MA00004059 - JOSE GUILHERME CARVALHO ZAGALLO
EXCDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO : MA00003396 - CERES DE JESUS SILVA ARAUJO

Ato(s)Ordinatório(s):

Abro vista ao exeqüente, para no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da petição e documentos apresentados pela CEF.

2006.37.00.001586-0 MEDIDA CAUTELAR INOMINADA
REQTE : MARCO ANTONIO PIRES COSTA E OUTRO
ADVOGADO : MA00007953 - CALLINA MACIEL BERTRAND
ADVOGADO : MA00006554 - DANIEL GUERREIRO BONFIM
REQDO : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO : MA00003396 - CERES DE JESUS SILVA ARAUJO

Ato(s)Ordinatório(s):

Vista à CEF para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca da petição apresentada pelo autor (fl. 423).

2006.37.00.002179-1 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA
AUTOR : CONSTRUTORA QUEIROZ BEZERRA LTDA E OUTRO
ADVOGADO : MA00002007 - JOSE ANTEMIO CORREIA TAVARES
ADVOGADO : MA0005084A - RODRIGO JEREISSATI DE ARAUJO
REU : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
REU : INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA INCRA

2006.37.00.003097-9 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR : MUNICIPIO DE GRAJAU E OUTROS
ADVOGADO : MA00007373 - CINTHYA BELCHIOR SILVA
ADVOGADO : MA00007375 - DANIELA FERNANDES MELO
REU : UNIAO FEDERAL

2006.37.00.003769-0 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR : RUBENS PEREIRA E SILVA
ADVOGADO : MA00004574 - PAULO CRUZ PEREIRA E SILVA
REU : UNIAO FEDERAL
REU : FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE FUNASA

2006.37.00.004162-5 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR : PABLO FERNANDO AIRES SANTOS
ADVOGADO : MA00007660 - HERVANO RENDON AIRES PEREIRA
ADVOGADO : MA00002284 - PAULO SANTOS
REU : UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA

2006.37.00.004489-1 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR : MANOEL ALVES DOS SANTOS
ADVOGADO : MA00003997 - PEDRO SOARES NOBRE
REU : UNIAO FEDERAL
DE.LIDE : ITER ENGENHARIA RODOVIARIA DE CONSTRUÇOES LTDA
ADVOGADO : MA0006399A - MARIA DA GLORIA COSTA GONCALVES DE SOUSA AQUINO

2006.37.00.006460-5 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA
AUTOR : JOSE MARCELO DO ESPIRITO SANTO
PROCUR : MA00005770 - DOMERVAL ALVES MORENO NETO
PROCUR : - PAULO HELDER GUIMARAES DE OLIVEIRA
REU : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

2006.37.00.006566-9 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR : MUNICIPIO DE SATUBINHA MA
ADVOGADO : PE00023101 - DELMIRO D CAMPOS NETO
ADVOGADO : MA00007492 - GILSON ALVES BARROS
REU : UNIAO FEDERAL

2006.37.00.006567-2 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR : MUNICIPIO DE SATUBINHA MA
ADVOGADO : PE00023101 - DELMIRO D CAMPOS NETO
ADVOGADO : MA00007492 - GILSON ALVES BARROS
REU : UNIAO FEDERAL

2006.37.00.006628-7 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR : PNEUACO COMERCIO DE PNEUS DE SAO LUIS LTDA
ADVOGADO : MA00005158 - LUIZ LUCIANO DE BARROS FILHO
REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO : MA00003396 - CERES DE JESUS SILVA ARAUJO

2006.37.00.006675-0 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR : MUNICIPIO DE MATA ROMA MARANHÃO
ADVOGADO : MA00005328 - LUCIANO DE CARVALHO PEREIRA
REU : UNIAO FEDERAL
REU : FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - FUNASA

2007.37.00.000026-7 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR : MUNICIPIO DE CENTRO DO GUILHERME
ADVOGADO : MA00003810 - FRANCISCO DE ASSIS S. COELHO FILHO
ADVOGADO : MA00003811 - SONIA MARIA LOPES COELHO
LITISPA : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
REU : KLEIDSON PEREIRA EVANGELISTA
ADVOGADO : MA00003396 - CERES DE JESUS SILVA ARAUJO

2007.37.00.000043-1 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR : MUNICIPIO DE ARARI
ADVOGADO : MA00004701 - JULIO CESAR LEMOS MELO
REU : FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - FUNASA
REU : FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO FNDE

2007.37.00.000839-5 AÇÃO ORDINÁRIA / PREVIDENCIÁRIA / CONCESSÃO DE BENEFÍCIO
AUTOR : MARIA DOS SANTOS BATISTA
ADVOGADO : MA0005505A - RITA DE CASSIA ALENCAR O DIOGENES
ADVOGADO : MA0005506A - VANIA MARIA GOMES DUWE
REU : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

**2007.37.00.000883-7 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA**

AUTOR : GABRIELA MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA
ADVOGADO : MA00002007 - JOSE ANTEMIO CORREIA TAVARES
REU : UNIAO (FAZENDA NACIONAL)

2007.37.00.001480-0 AÇÃO ORDINÁRIA / PREVIDENCIÁRIA / CONCESSÃO DE BENEFÍCIO

AUTOR : ANTONIA MONTEIRO DE ALMEIDA
ADVOGADO : MA00000900 - VICTORIO DE OLIVEIRA RICCI
REU : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

2007.37.00.001842-3 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR : LUZIA SALOMAO BRITO
ADVOGADO : MA00006143 - KATIANA PARGA NUNES
REU : CONSELHOR REGIONAL DE ENFERMAGEM DO MARANHÃO
ADVOGADO : MA00002546 - JOSE GERALDO CORREA LOPES

2007.37.00.001936-7 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR : COMPANHIA SIDERURGICA VALE DO PINDARE
ADVOGADO : MA0006061A - MARCIO SOUZA PIRES
ADVOGADO : MG00063436 - SANDRA CRISTINA PIRES TOGNERI
REU : INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS IBAMA

2007.37.00.002568-6 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR : INFORSERVICE DO BRASIL ASSESSORIA CONTABIL E FINANCEIRA
ADVOGADO : MA00007099 - BRUNO LEONARDO SILVA RODRIGUES
ADVOGADO : MA00006550 - MARCONI DIAS LOPES NETO
REU : UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

2007.37.00.002752-5 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR : COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO CONAB
ADVOGADO : MA00007179 - ANNALISA SOUSA SILVA CORREIA
ADVOGADO : MA00004749 - VALERIA LAUANDE CARVALHO COSTA
REU : EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRACAO DE RECURSOS HUMANOS E NEGOCIOS PUBLICOS SA EMARHP
ADVOGADO : MA00003247 - FERNANDO DA ROCHA SANTOS RAMOS
ADVOGADO : MA00002651 - JOSE CARLOS ROLIM

2007.37.00.002754-2 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR : COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO CONAB
ADVOGADO : MA00007179 - ANNALISA SOUSA SILVA CORREIA
ADVOGADO : MA00005053 - SOLANGE C FIGUEIREDO
ADVOGADO : MA00004749 - VALERIA LAUANDE CARVALHO COSTA
REU : EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRACAO DE RECURSOS HUMANOS E NEGOCIOS PUBLICOS SA EMARHP
ADVOGADO : MA00003247 - FERNANDO DA ROCHA SANTOS RAMOS
ADVOGADO : MA00002651 - JOSE CARLOS ROLIM

2007.37.00.004268-2 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS

AUTOR : MARIA DA PIEDADE SILVA
ADVOGADO : MA00002312 - ALDEFERAN FERREIRA SANTOS
REU : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

2007.37.00.004520-8 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR : DARCY FERREIRA ROCHA DA SILVA
ADVOGADO : MA00007319 - RICARDO AUGUSTO FIGUEIREDO MOYSES
REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO : MA00003396 - CERES DE JESUS SILVA ARAUJO

2007.37.00.004578-0 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR : THEREZINHA DE JESUS RAMOS MARTINS
ADVOGADO : MA00007414 - CAMILLA ROSE EWERTON FERRO RAMOS

REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL

ADVOGADO : MA00003396 - CERES DE JESUS SILVA ARAUJO

2007.37.00.004590-7 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR : JOSE DE RIBAMAR RODRIGUES
ADVOGADO : MA00006836 - FERNANDA JORGE LAGO
ADVOGADO : MA00007676 - FERNANDO SAVIO ANDRADE DE LIMA
REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO : MA00003396 - CERES DE JESUS SILVA ARAUJO

2007.37.00.004606-6 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR : CLOVES CESAR TAVARES VIEIRA
ADVOGADO : MA00006635 - MARCOS GEORGE ANDRADE SILVA
REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO : MA00003396 - CERES DE JESUS SILVA ARAUJO

2007.37.00.004636-4 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR : WALTER JANSEN DE MELLO LOBAO
ADVOGADO : MA00007514 - DANIELLE DE SOUSA BALBY GOMES
ADVOGADO : MA00006519 - LUIZ ALFREDO JANSEN DE MELO FONSECA
REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO : MA00003396 - CERES DE JESUS SILVA ARAUJO

2007.37.00.004651-1 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR : ILKA DINIZ SAUAIA
ADVOGADO : MA00007412 - BRUNO MACIEL LEITE SOARES
ADVOGADO : MA00007121 - LEONARDO GOMES DE FRANCA
REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO : MA00003396 - CERES DE JESUS SILVA ARAUJO

2007.37.00.004664-5 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR : NODZU JANSEN DE MELLO RAMOS
ADVOGADO : MA00006519 - LUIZ ALFREDO JANSEN DE MELO FONSECA
ADVOGADO : MA00007574 - MARIA LIDIA DE OLIVEIRA SILVA
REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO : MA00003396 - CERES DE JESUS SILVA ARAUJO

2007.37.00.004667-6 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR : LUIZ ANTONIO MARTINS RAMOS
ADVOGADO : MA00006519 - LUIZ ALFREDO JANSEN DE MELO FONSECA
ADVOGADO : MA00007574 - MARIA LIDIA DE OLIVEIRA SILVA
REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO : MA00003396 - CERES DE JESUS SILVA ARAUJO

2007.37.00.004703-7 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR : MARIA ISABEL DE JESUS FERREIRA MATTOS
ADVOGADO : MA00005945 - JOSE MARQUES DE CARVALHO NETO
REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : MA00003396 - CERES DE JESUS SILVA ARAUJO

2007.37.00.004971-2 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR : MUNICIPIO DE SANTA RITA MA
ADVOGADO : MA00004353 - ROSIMARY LACERDA NASCIMENTO
REU : FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - FUNASA

2007.37.00.005324-0 AÇÃO ORDINÁRIA / PREVIDENCIÁRIA / CONCESSÃO DE BENEFÍCIO

AUTOR : ANTONIO SEGUINS MORAES
ADVOGADO : MA00007356 - RUY OLIVEIRA PIRES
REU : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

Ato(s) Ordinatório(s):

Conforme a Portaria n. 02/2007 de 07/05/2007: "Especifiquem as partes as provas que ainda pretendem produzir, indicando com objetividade os fatos a serem demonstrados. Prazo comum de cinco dias".

2007.37.00.006985-1 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO : MA00003396 - CERES DE JESUS SILVA ARAUJO
REU : GEISA AZEVEDO PEREIRA

Ato(s)Ordinatório(s):

Vista a CEF para se manifestar acerca da certidão de fl. 33-verso. Prazo: 05 (cinco) dias.

2004.37.00.008403-4 EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

EXQTE : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO : MA00003396 - CERES DE JESUS SILVA ARAUJO
ADVOGADO : MA00005290 - LUIZ FELIPE PINTO HEILMANN
EXCDO : FERRARO COMERCIO E IND LTDA
EXCDO : JOSE FERRARO FILHO
EXCDO : NEUZIMAR DE MARIA MANDU

2006.37.00.000843-2 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO : MA00003396 - CERES DE JESUS SILVA ARAUJO
REU : WANDERSON FERNANDO FARIAS BARROS
REU : JAILSON DE ABREU OLIVEIRA
ADVOGADO : MA00003984 - LISIA MARIA PEREIRA GOMES

Ato(s)Ordinatório(s):

Vista a CEF para se manifestar sobre documentos juntados às fls. Prazo: 05 (cinco) dias.

2004.37.00.008864-1 AÇÃO ORDINÁRIA / SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO (SFH)

AUTOR : JOAO BATISTA LEMOS NETO E OUTRO
AUTOR : JOAO BATISTA LEMOS NETO E OUTRO
ASSISTA : ASMUTE ASSOCIACAO DE DEFESA DOS MUTUARIOS DO SISTEMA HABITACIONAL DO E
ADVOGADO : MA00004839 - CYNARA E GAMA FREIRE
REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
REU : BEM BANCO DO ESTADO DO MARANHÃO SA
ADVOGADO : MA00003396 - CERES DE JESUS SILVA ARAUJO

Ato(s)Ordinatório(s):

De acordo com a Portaria n. 002/2007, de 07/05/2007, deste Juízo, abro vista à CAIXA para, em 10 (dez) dias manifestar-se acerca do pedido de desistência de fl. 168.

2005.37.00.007507-3 AÇÃO ORDINÁRIA / SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO (SFH)

AUTOR : FERNANDO DA ROCHA MOTTA E OUTRO
ADVOGADO : MA00004068 - ANA CRISTINA BRANDAO FEITOSA
REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
REU : EMPRESA GESTORA DE ATIVOS EMGEA
ADVOGADO : MA00003396 - CERES DE JESUS SILVA ARAUJO

2007.37.00.005892-0 AÇÃO ORDINÁRIA / TRIBUTÁRIA

AUTOR : TAGUATUR TAGUATINGA TRANSPORTES E TURISMO LTDA
ADVOGADO : MA00002007 - JOSE ANTEMIO CORREIA TAVARES
REU : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

2007.37.00.007757-8 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR : MUNICIPIO DE IGARAPÉ GRANDE
ADVOGADO : MA00007743 - RHAFISA CINTRA UCHOA MARANHÃO
ADVOGADO : MA00006297 - SEBASTIAO MOREIRA MARANHÃO NETO
REU : UNIAO FEDERAL

Ato(s)Ordinatório(s):

De acordo com a Portaria n. 002/2007, de 07/05/2007, deste Juízo: "Abro vista à parte autora para, em 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da contestação".

2007.37.00.007240-0 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR : MUNICIPIO DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
ADVOGADO : MA00006625 - BETHANIA BRITO SIMOES
REU : MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL

2007.37.00.007565-0 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR : MARLENE COSTA FURTADO
ADVOGADO : MA00002352 - MARIA DE FÁTIMA GEDEON MACIEL
REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
REU : EMPRESA GESTORA DE ATIVOS EMGEA
ADVOGADO : MA00003396 - CERES DE JESUS SILVA ARAUJO

Ato(s)Ordinatório(s):

De acordo com a Portaria n. 002/2007, de 07/05/2007, deste Juízo, e tendo em vista que o réu fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (art. 326), argüi preliminares (art. 327) ou apresentou documentos (art. 398) na contestação/resposta, intimo o autor com a seguinte nota/termo: "Fale o autor sobre a contestação/resposta em 10(dez) dias".

PODER JUDICIÁRIO**JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTANCIA****SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO****Seção de Processamentos e Procedimentos Diversos – 3ª Vara**

AÇÃO: EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

CLASSE: 4100

PROCESSO Nº: 97.678-0

EXQTE: ANTÔNIO SOARES DE MATOS

EXCDO: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E
REFORMA AGRÁRIA – INCRA

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS

PRAZO: 30 (TRINTA) DIAS

FINALIDADE: FAZER SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem notícia que, por este Juízo, se processam os autos da Ação de Execução Diversa Por título Judicial da Desapropriação do imóvel abaixo especificado. Publica-se o presente edital para conhecimento de terceiros que poderão opor as impugnações que julgarem de seus interesses.

IMÓVEL: "DESCABELO", com área de 170,00 ha (cento e setenta hectares), encravada na "Data Santana", situado no Município de Coroatá/MA, compreendido na zona prioritária para fins de reforma agrária, declarado de interesse social para fins de reforma agrária pelo(s) Decreto(s) nº. 92.263, de 30 de dezembro de 1985, cadastradas sob a matrícula 4.502, fls. 182 do Livro nº. 3-H, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Coroatá/MA".

SEDE DESTE JUÍZO: "Fórum Ministro Carlos Alberto Madeira", situado na Av. Senador Vitorino Freire, 300, Areinha, São Luís/MA. Fone: (98) 3214-5727, FAX(98)3232-2249.

EXPEDIDO em São Luís/MA, aos 09/10/2007

JOSÉ VALTERSON DE LIMA

Juiz Federal Substituto no Maranhão

3ª Vara

PODER JUDICIÁRIO**JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU NO MARANHÃO****SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CAXIAS – VARA ÚNICA**

AÇÃO: EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL

CLASSE: 4100

PROCESSO: 2005. 37.02.000532-1

EXQTE: ESPÓLIO DE SEVERINO ALVES DA SILVA E OUTRO

EXCDO: INSTITUTO NACIONAL DE COLON. E REFORMA AGRÁRIA – INCRA

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS**PRAZO: 30 (TRINTA) DIAS**

FINALIDADE: FAZER SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem notícia que, por este juízo, se processam os autos da Ação de Execução Diversa Por Título Judicial da Desapropriação do imóvel abaixo especificado. Publica-se o presente edital para conhecimento de terceiros que poderão opor as impugnações que julgarem de seus interesses.

IMÓVEL: Imóveis rurais com 209,9 ha de terras denominados Alagadiço e São Gonçalo/Data Bonito, no município de Timon/MA, cadastrados sob o nº 008875, registro 2262, fls. 60v e 61 do Livro 3-C do Cartório de Imóveis de Timon, declarado de interesse social para fins de reforma agrária pelos Decretos nºs 77.073 de 22/01/1976; 78.250 de 16/08/1976; 85.307 e 85.308 de 30/10/1980.

SEDE DESTE JUÍZO: Praça Vespasiano Ramos, 743, Centro Caxias/MA. CEP: 65600-100 Fone (99) 35214138, fax (99) 35214968.

EXPEDIDO nesta cidade de Caxias, aos 16/10/2007. Eu, (Benoni Ferreira Moreira), Diretor de Secretaria da Vara Única de Caxias, fiz digitar e subscrevo.

FRANCISCO HÉLIO CAMELO FERREIRA

Juiz Federal da Vara Única

da Subseção Judiciária de Caxias/MA.

PODER JUDICIÁRIO**JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA****SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO MARANHÃO (Imperatriz)****- Vara Única De Imperatriz****JUIZ TITULAR LUCAS ROSENDO MAXIMO DE ARAUJO****Dir. Secret.: JOAQUIM JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS****Atos do Exmo. Juiz Federal Dr. LUCAS ROSENDO MOXIMO DE ARAUJO****Expediente do dia 05 de Novembro de 2007**

Autos com Decisão

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) :

2007.37.01.001652-0 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
 IMPTE : NATIVA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
 ADVOGADO : MA00006724 - ISMENIA DE MOURA BRITO
 ADVOGADO : MA00006573 - JORGE ARTURO MENDOZA REQUE JUNIOR
 ENTIDADE : RECEITA FEDERAL EM IMPERATRIZ/MA
 IMPDO : DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM IMPERATRIZ/MA

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou a decisão:

“1. Trata-se de mandado de segurança preventivo, com pedido de liminar, contra possível ato do DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL nesta cidade, que consistiria na exigência de recolhimento do PIS e da COFINS, incluindo o ICMS na base de cálculo daqueles tributos. 2. Neste juízo de cognição sumária, não vislumbro a presença do periculum in mora que justifique o deferimento liminar do pleito, porque não demonstrado que a manutenção do status quo, até o julgamento definitivo, ocasione prejuízos irreparáveis ou de difícil reparação à impetrante. 2.1 Ademais, a solvabilidade presumível da entidade política representada pela autoridade impetrada, assegura a reversibilidade imediata da situação, na hipótese de eventual provimento favorável. 3. Por esses motivos, indefiro a liminar. Notifique-se a autoridade apontada como coatora, acerca desta decisão, bem como para prestar informações no decênio legal. Após, dê-se vista ao MPF. Oportunamente, retornem-me os autos com conclusão”.

2007.37.01.001468-0 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
 IMPTE : INDUSTRIAL E COMERCIAL TOCANTINS LTDA
 ADVOGADO : RS00058423 - ANTONIO GILBERTO ORTEGA HARTZ JR
 ADVOGADO : RS00057252 - GUSTAVO CESAR PRETZEL
 ENTIDADE : RECEITA FEDERAL DO BRASIL
 IMPDO : DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM IMPERATRIZ/MA

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou a decisão:

“1. Trata-se de mandado de segurança preventivo, com pedido de liminar, contra possível ato do DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL nesta cidade, que consistiria na exigência de recolhimento da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL, sobre o lucro decorrente das receitas de exportação. 2. Neste juízo de cognição sumária, não vislumbro a presença do periculum in mora que justifique o deferimento liminar do pleito, porque não demonstrado que a manutenção do status quo, até o julgamento definitivo, ocasione prejuízos irreparáveis ou de difícil reparação à impetrante. 2.1 Ademais, a solvabilidade presumível da entidade política representada pela autoridade impetrada, assegura a reversibilidade imediata da situação, na hipótese de eventual provimento favorável. 3. Por esses motivos, indefiro a liminar. Notifique-se a autoridade apontada como coatora, acerca desta decisão, bem como para prestar informações no decênio legal. Após, dê-se vista ao MPF. Oportunamente, retornem-me os autos com conclusão”.

2007.37.01.001566-5 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
 IMPTE : DISMAR COMERCIAL E DISTRIBUIDORA SANTA MARIA LTDA
 ADVOGADO : MA00005455 - ANTONIO EDIVALDO SANTOS AGUIAR
 IMPDO : DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DE IMPERATRIZ/MA
 ENTIDADE : DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou a decisão:

“1. Trata-se de mandado de segurança preventivo, com pedido de liminar, contra possível ato do DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL nesta cidade, que consistiria na exigência de recolhimento do PIS e da COFINS, incluindo o ICMS na base de cálculo daqueles tributos. 2. Neste juízo de cognição sumária, não vislumbro a presença do periculum in mora que justifique o deferimento liminar do pleito, porque não demonstrado que a manutenção do status quo, até o julgamento definitivo, ocasione prejuízos irreparáveis ou de difícil reparação à impetrante. 2.1 Ademais, a solvabilidade presumível da entidade política representada pela autoridade impetrada, assegura a reversibilidade imediata da situação, na hipótese de eventual provimento favorável. 3. Por esses motivos, indefiro a liminar. Notifique-se a autoridade apontada como coatora, acerca desta decisão, bem como para prestar informações no decênio legal. Após, dê-se vista ao MPF. Oportunamente, retornem-me os autos com conclusão”.

2005.37.01.002420-4 AÇÃO CIVIL PÚBLICA DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

REQTE : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
 REQTE : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
 ASSISTA : MUNICIPIO DE DAVINOPOLIS/MA
 PROCUR : - RICARDO MAGALHAES DE MENDONÇA
 REQDO : DANIEL SILVA ALVES
 REQDO : MARIA DE LOURDES PONCIANO SENA
 REQDO : ESPOLIO DE CLESIO RODRIGUES FONSECA
 ADVOGADO : MA00004043 - JACQUELINE AGUIAR DE SOUSA
 ADVOGADO : MA00005833 - MIGUEL DALADIER BARROS

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou a decisão:

“Por esses motivos, recebo a inicial em relação a todos os requeridos. Defiro parcialmente o pedido de liminar e determino a expedição de



ofício à Receita Federal do Brasil, para que forneça, no prazo de 10 (dez) dias, cópia das declarações de imposto de renda dos requeridos, relativas ao exercício de 1997 a 2000 (ano-calendário). Determino, outrossim, a tramitação do processo em segredo de justiça. Admito o ingresso do MUNICÍPIO DE DAVINÓPOLIS-MA, no feito, na condição de assistente simples do requerente. Cite(m)-se o(s) réu(s) para apresentação de contestação. Intimem-se. Cumpra-se”.

2007.37.01.001415-6 AÇÃO ORDINÁRIA / SERVIÇOS PÚBLICOS
 AUTOR : JUSCELINA BARBOSA DE CASTRO
 ADVOGADO : MA00007087 - PAULO SERGIO PEREIRA DA SILVA
 REU : UNIAO FEDERAL

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou a decisão:

“... Com essas considerações, indefiro o pedido de antecipação dos efeitos da tutela. Intimem-se. Cite-se”.

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO MARANHÃO(Imperatriz)

- Vara Única De Imperatriz

JUIZ TITULAR LUCAS ROSENDO MAXIMO DE ARAUJO

Dir. Secret.: JOAQUIM JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS

Atos do Exmo. Juiz Federal Dr. LUCAS ROSENDO MOXIMO DE ARAUJO

Expediente do dia 06 de Novembro de 2007

Autos com Despacho

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) :

2001.37.01.001876-1 AÇÃO CIVIL PÚBLICA DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

REQTE : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL E OUTRO

REQDO : ILDEMAR GONCALVES DOS SANTOS

REQDO : COOPERLEITE COOP AGROP VALE DO TOCANTINS LTDA

ADVOGADO : MA00005608 - FABRICIO AMARAL LEITE

ADVOGADO : RJ00096596 - FERNANDO DE ARAGAO

ADVOGADO : MA0003109A - FRANCO KIOMITSU SUZUKI

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou o despacho:

Vista aos agravados para se manifestarem, no prazo de 10 (dez) dias (CPC 523, § 2º).

2006.37.01.001201-1 DESAPROPRIAÇÃO PARA FINS DE REFORMA AGRÁRIA

REQTE : INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA

PROCUR : - DANIEL PEDROSA DE MEIRELLES

REQDO : EUCLIDES MARACAIPE SILVA

REQDO : MARGARIDA BORGES DE QUEIROZ

REQDO : ISAURA BORGES DE QUEIROZ MARACAIPE

ADVOGADO : MA00005806 - ANDREA LIMA DURANS CAVALCANTI

ADVOGADO : MA0005712A - EVERSON GOMES CAVALCANTI

ADVOGADO : MA00006281 - NILVIANO PEREIRA DOS SANTOS

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou o despacho:

Vista às partes acerca do laudo pericial (Prazo: 10 dias).

2004.37.01.001325-6 AÇÃO ORDINÁRIA / PREVIDENCIÁRIA / CONCESSÃO DE BENEFÍCIO

AUTOR : JOAO BATISTA DE CARVALHO

ADVOGADO : MA00003016 - MANOEL CARNEIRO SILVA
 REU : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou o despacho:

“Determino a realização de audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 10/01/2008 às 10:30 horas, na sede deste juízo. Anote-se que, na hipótese de não haver conciliação, será tomado o depoimento pessoal do(a) autor(a), bem como produzida a prova testemunhal. As testemunhas deverão ser apresentadas em juízo, pela parte interessada, independentemente de intimação. Intimem-se. Cumpra-se”.

2004.37.01.001490-9 AÇÃO ORDINÁRIA / PREVIDENCIÁRIA / CONCESSÃO DE BENEFÍCIO

AUTOR : TEREZINHA DE ARAGAO DA CONCEICAO

ADVOGADO : MA0006050A - WILLAMACK JORGE DA SILVA MANGUEIRA

REU : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou o despacho:

“1. Apesar de conciso, e de não responder especificamente aos quesitos formulados pelo juízo e pelas partes, o laudo pericial se mostra suficiente para o deslinde da questão relativa à existência ou não de incapacidade. Por esse motivo, indefiro o requerimento de realização de nova perícia. 2. Determino a realização de audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 10/01/2008 às 11:15 horas, na sede deste juízo. Anote-se que, na hipótese de não haver conciliação, será tomado o depoimento pessoal do(a) autor(a), bem como produzida a prova testemunhal. As testemunhas deverão ser apresentadas em juízo, pela parte interessada, independentemente de intimação. Intimem-se. Cumpra-se”.

2006.37.01.001295-0 AÇÃO ORDINÁRIA / PREVIDENCIÁRIA / CONCESSÃO DE BENEFÍCIO

AUTOR : JOSE FERNANDES DE LIMA

ADVOGADO : MA0004803A - ANTONIO TEIXEIRA RESENDE

ADVOGADO : MA0003689A - LUILTON PIO DE ALMEIDA

ADVOGADO : MA00003016 - MANOEL CARNEIRO SILVA

ADVOGADO : MA00005063 - MARIO CESAR F DA CONCEICAO

REU : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou o despacho:

“Defiro o pedido de assistência judiciária gratuita. Pelo valor dado à causa o feito será processado pelo rito sumário. Designo audiência de conciliação para o dia 17/01/08, às 10:30 horas. Se frustrada a tentativa de acordo proceder-se-á, na mesma oportunidade, a inquirição das testemunhas arroladas, assegurado ao INSS a produção das provas que requerer, desde que pertinentes e oportunas. As testemunhas da parte autora deverão comparecer à audiência independentemente de intimação, ressalvada a necessidade deste ato de comunicação processual, devidamente justificada. Cite-se o INSS, que deverá apresentar na audiência, sua contestação e cópia do processo administrativo alusivo ao benefício aqui pleiteado. Intimem-se”.

2006.37.01.001046-7 AÇÃO ORDINÁRIA / PREVIDENCIÁRIA / CONCESSÃO DE BENEFÍCIO

AUTOR : MARIA PEREIRA VIANA

ADVOGADO : MA0004803A - ANTONIO TEIXEIRA RESENDE

ADVOGADO : MA0003689A - LUILTON PIO DE ALMEIDA

ADVOGADO : MA00003016 - MANOEL CARNEIRO SILVA

ADVOGADO : MA00005063 - MARIO CESAR F DA CONCEICAO

REU : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou o despacho:

“Defiro o pedido de assistência judiciária gratuita. Pelo valor dado à causa o feito será processado pelo rito sumário. Designo audiência de concilia-



ção para o dia 17/01/08, às 09:45 horas. Se frustrada a tentativa de acordo proceder-se-á, na mesma oportunidade, a inquirição das testemunhas arroladas, assegurado ao INSS a produção das provas que requerer, desde que pertinentes e oportunas. As testemunhas da parte autora deverão comparecer à audiência independentemente de intimação, ressalvada a necessidade deste ato de comunicação processual, devidamente justificada. Cite-se o INSS, que deverá apresentar na audiência, sua contestação e cópia do processo administrativo alusivo ao benefício aqui pleiteado. Intimem-se”.

2006.37.01.001045-3 AÇÃO ORDINÁRIA / PREVIDENCIÁRIA / CONCESSÃO DE BENEFÍCIO

AUTOR : TEREZINHA SOUSA DIAS

ADVOGADO : MA0004803A - ANTONIO TEIXEIRA RESENDE

ADVOGADO : MA0003689A - LUILTON PIO DE ALMEIDA

ADVOGADO : MA00005063 - MARIO CESAR F DA CONCEICAO

REU : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou o despacho:

“Defiro o pedido de assistência judiciária gratuita. Pelo valor dado à causa o feito será processado pelo rito sumário. Designo audiência de conciliação para o dia 17/01/08, às 09:00 horas. Se frustrada a tentativa de acordo proceder-se-á, na mesma oportunidade, a inquirição das testemunhas arroladas, assegurado ao INSS a produção das provas que requerer, desde que pertinentes e oportunas. As testemunhas da parte autora deverão comparecer à audiência independentemente de intimação, ressalvada a necessidade deste ato de comunicação processual, devidamente justificada. Cite-se o INSS, que deverá apresentar na audiência, sua contestação e cópia do processo administrativo alusivo ao benefício aqui pleiteado. Intimem-se”.

2006.37.01.001041-9 AÇÃO ORDINÁRIA / PREVIDENCIÁRIA / CONCESSÃO DE BENEFÍCIO

AUTOR : MARIA PEREIRA DE PAIVA ROSA

ADVOGADO : MA0006320A - JOSE PEREIRA DE JESUS FILHO

ADVOGADO : MA00006925 - MARGARIDA RODRIGUES DE OLIVEIRA NETA

ADVOGADO : MA00005132 - RAIMUNDO MIRANDA ANDRADE

REU : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou o despacho:

“Defiro o pedido de assistência judiciária gratuita. O que consta dos autos não conduz ao convencimento quanto à verossimilhança das alegações do(a) Autor(a). INDEFIRO, portanto, o pedido de antecipação dos efeitos da tutela. Designo audiência de conciliação para o dia 31/01/08, às 10:30 horas. Se frustrada a tentativa de acordo proceder-se-á, na mesma oportunidade, a inquirição das testemunhas arroladas, assegurado ao INSS a produção das provas que requerer, desde que pertinentes e oportunas. As testemunhas da parte autora deverão comparecer à audiência independentemente de intimação, ressalvada a necessidade deste ato de comunicação processual, devidamente justificada. Cite-se o INSS, que deverá apresentar na audiência, sua contestação e cópia do processo administrativo alusivo ao benefício aqui pleiteado. Intimem-se”.

2006.37.01.000578-0 AÇÃO ORDINÁRIA / PREVIDENCIÁRIA / CONCESSÃO DE BENEFÍCIO

AUTOR : FRANCISCO DA SILVA SOUSA

ADVOGADO : MA0004803A - ANTONIO TEIXEIRA RESENDE

ADVOGADO : MA00006294 - LINDAURA MILENA ANCHIETA ROCHA

ADVOGADO : MA0003689A - LUILTON PIO DE ALMEIDA

ADVOGADO : MA00003016 - MANOEL CARNEIRO SILVA

ADVOGADO : MA00005063 - MARIO CESAR F DA CONCEICAO

REU : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou o despacho:

“Defiro o pedido de assistência judiciária gratuita. Pelo valor dado à causa

o feito será processado pelo rito sumário. Designo audiência de conciliação para o dia 31/01/08, às 09:00 horas. Se frustrada a tentativa de acordo proceder-se-á, na mesma oportunidade, a inquirição das testemunhas arroladas, assegurado ao INSS a produção das provas que requerer, desde que pertinentes e oportunas. As testemunhas da parte autora deverão comparecer à audiência independentemente de intimação, ressalvada a necessidade deste ato de comunicação processual, devidamente justificada. Cite-se o INSS, que deverá apresentar na audiência, sua contestação e cópia do processo administrativo alusivo ao benefício aqui pleiteado. Intimem-se”.

2007.37.01.000032-2 AÇÃO ORDINÁRIA / PREVIDENCIÁRIA / CONCESSÃO DE BENEFÍCIO

AUTOR : ANTONIO GOMES DE OLIVEIRA

ADVOGADO : MA00005063 - MARIO CESAR F DA CONCEICAO

REU : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou o despacho:

“Defiro o pedido de assistência judiciária gratuita. Pelo valor dado à causa o feito será processado pelo rito sumário. Designo audiência de conciliação para o dia 31/01/08, às 11:30 horas. Se frustrada a tentativa de acordo proceder-se-á, na mesma oportunidade, a inquirição das testemunhas arroladas, assegurado ao INSS a produção das provas que requerer, desde que pertinentes e oportunas. As testemunhas da parte autora deverão comparecer à audiência independentemente de intimação, ressalvada a necessidade deste ato de comunicação processual, devidamente justificada. Cite-se o INSS, que deverá apresentar na audiência, sua contestação e cópia do processo administrativo alusivo ao benefício aqui pleiteado. Intimem-se”.

2005.37.01.002162-7 AÇÃO ORDINÁRIA / PREVIDENCIÁRIA / CONCESSÃO DE BENEFÍCIO

AUTOR : RAIMUNDA DA SILVA MOREIRA

ADVOGADO : MA0004803A - ANTONIO TEIXEIRA RESENDE

REU : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou o despacho:

“Apesar da redação confusa, é possível inferir da petição inicial a pretensão da autora de obter pensão por morte ao fundamento de que seu falecido esposo era segurado especial. Por esse motivo, rejeito a preliminar de inépcia da inicial, suscitada pelo INSS. Defiro a produção da prova testemunhal, tendo em vista sua relevância para o deslinde da questão. Nos termos do art. 331, § 3º, do CPC, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 31-01-2008 às 11h15min, na qual se procederá à inquirição do(a) autor(a) e testemunhas. As testemunhas da parte autora deverão comparecer à audiência independentemente de intimação, ressalvada a necessidade deste ato de comunicação processual, devidamente justificada. Intimem-se”.

2006.37.01.000788-7 AÇÃO ORDINÁRIA / PREVIDENCIÁRIA / CONCESSÃO DE BENEFÍCIO

AUTOR : MARIA JOSE SANTOS MENEZES

ADVOGADO : MA00003593 - ONILDO ALMEIDA SOUSA

REU : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou o despacho:

“Defiro o pedido de assistência judiciária gratuita. Pelo valor dado à causa o feito será processado pelo rito sumário. Designo audiência de conciliação para o dia 31/01/08, às 09:45 horas. Se frustrada a tentativa de acordo proceder-se-á, na mesma oportunidade, a inquirição das testemunhas arroladas, assegurado ao INSS a produção das provas que requerer, desde que pertinentes e oportunas. As testemunhas da parte autora deverão comparecer à audiência independentemente de intimação, ressalvada a necessidade deste ato de comunicação processual, devidamente justificada. Cite-se o INSS, que deverá apresentar na audiência, sua contestação e cópia do processo administrativo alusivo ao benefício aqui pleiteado. Intimem-se”.

2005.37.01.000830-2 AÇÃO ORDINÁRIA / PREVIDENCIÁRIA / CONCESSÃO DE BENEFÍCIO

AUTOR : FILOMENA VIANA DE SOUSA MOURA
ADVOGADO : MA00003016 - MANOEL CARNEIRO SILVA
REU : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou o despacho:

“1. Determino a realização de audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 24/01/2008, às 09:00 h, na sede deste juízo. Anote-se que, na hipótese de não haver conciliação, será tomado o depoimento pessoal do(a) autor(a), bem como produzida a prova testemunhal. As testemunhas deverão ser apresentadas em juízo, pela parte interessada, independentemente de intimação. 2. Providencie a Secretaria afixação, na capa dos autos, de etiqueta indicativa da prioridade de tramitação, face à idade do(a) demandante ser superior a 60 (sessenta) anos. Publique-se. Cumpra-se”.

2005.37.01.001006-2 AÇÃO ORDINÁRIA / PREVIDENCIÁRIA / CONCESSÃO DE BENEFÍCIO

AUTOR : JOELMA CARVALHO LIMA
ADVOGADO : MA0006050A - WILLAMACK JORGE DA SILVA MANGUEIRA
REU : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou o despacho:

“Determino a realização de audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 24/01/2008, às 09:45 h, na sede deste juízo. Anote-se que, na hipótese de não haver conciliação, será tomado o depoimento pessoal do(a) autor(a), bem como produzida a prova testemunhal. As testemunhas deverão ser apresentadas em juízo, pela parte interessada, independentemente de intimação. Publique-se. Intime-se o INSS por mandado”.

2006.37.01.000534-5 AÇÃO ORDINÁRIA / PREVIDENCIÁRIA / CONCESSÃO DE BENEFÍCIO

AUTOR : MARIA JOSE DA SILVA ARAUJO
ADVOGADO : MA0004803A - ANTONIO TEIXEIRA RESENDE
ADVOGADO : MA0003689A - LUILTON PIO DE ALMEIDA
ADVOGADO : MA00003016 - MANOEL CARNEIRO SILVA
ADVOGADO : MA00005063 - MARIO CESAR F DA CONCEICAO
REU : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou o despacho:

“Defiro o pedido de assistência judiciária gratuita. Pelo valor dado à causa o feito será processado pelo rito sumário. Designo audiência de conciliação para o dia 24/01/08, às 10:30 horas. Se frustrada a tentativa de acordo proceder-se-á, na mesma oportunidade, a inquirição das testemunhas arroladas, assegurado ao INSS a produção das provas que requerer, desde que pertinentes e oportunas. As testemunhas da parte autora deverão comparecer à audiência independentemente de intimação, ressalvada a necessidade deste ato de comunicação processual, devidamente justificada. Cite-se o INSS, que deverá apresentar na audiência, sua contestação e cópia do processo administrativo alusivo ao benefício aqui pleiteado. Intimem-se”.

2006.37.01.000564-3 AÇÃO ORDINÁRIA / PREVIDENCIÁRIA / CONCESSÃO DE BENEFÍCIO

AUTOR : MARIA ERINALDA DOS SANTOS
ADVOGADO : MA00003593 - ONILDO ALMEIDA SOUSA
REU : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou o despacho:

“Defiro o pedido de assistência judiciária gratuita. Pelo valor dado à causa o feito será processado pelo rito sumário. Designo audiência de conciliação para o dia 24/01/08, às 11:15 horas. Se frustrada a tentativa de acordo

proceder-se-á, na mesma oportunidade, a inquirição das testemunhas arroladas, assegurado ao INSS a produção das provas que requerer, desde que pertinentes e oportunas. As testemunhas da parte autora deverão comparecer à audiência independentemente de intimação, ressalvada a necessidade deste ato de comunicação processual, devidamente justificada. Cite-se o INSS, que deverá apresentar na audiência, sua contestação e cópia do processo administrativo alusivo ao benefício aqui pleiteado. Intimem-se”.

2006.37.01.001538-0 AÇÃO ORDINÁRIA / PREVIDENCIÁRIA / CONCESSÃO DE BENEFÍCIO

AUTOR : LAURA RODRIGUES CAVALCANTE
ADVOGADO : MA00003016 - MANOEL CARNEIRO SILVA
REU : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou o despacho:

“Revogo o despacho de fls. 22. Defiro o pedido de assistência judiciária gratuita. Pelo valor dado à causa o feito será processado pelo rito sumário. Designo audiência de conciliação para o dia 14/02/08, às 09:00 horas. Se frustrada a tentativa de acordo proceder-se-á, na mesma oportunidade, a inquirição das testemunhas arroladas, assegurado ao INSS a produção das provas que requerer, desde que pertinentes e oportunas. As testemunhas da parte autora deverão comparecer à audiência independentemente de intimação, ressalvada a necessidade deste ato de comunicação processual, devidamente justificada. Cite-se o INSS, que deverá apresentar na audiência, sua contestação e cópia do processo administrativo alusivo ao benefício aqui pleiteado. Intimem-se”.

2006.37.01.001336-0 AÇÃO ORDINÁRIA / PREVIDENCIÁRIA / CONCESSÃO DE BENEFÍCIO

AUTOR : EVA RODRIGUES DE SANTANA
ADVOGADO : MA0004803A - ANTONIO TEIXEIRA RESENDE
ADVOGADO : MA0003689A - LUILTON PIO DE ALMEIDA
ADVOGADO : MA00003016 - MANOEL CARNEIRO SILVA
ADVOGADO : MA00005063 - MARIO CESAR F DA CONCEICAO
REU : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou o despacho:

“Defiro o pedido de assistência judiciária gratuita. Pelo valor dado à causa o feito será processado pelo rito sumário. Designo audiência de conciliação para o dia 17/01/08, às 11:15 horas. Se frustrada a tentativa de acordo proceder-se-á, na mesma oportunidade, a inquirição das testemunhas arroladas, assegurado ao INSS a produção das provas que requerer, desde que pertinentes e oportunas. As testemunhas da parte autora deverão comparecer à audiência independentemente de intimação, ressalvada a necessidade deste ato de comunicação processual, devidamente justificada. Cite-se o INSS, que deverá apresentar na audiência, sua contestação e cópia do processo administrativo alusivo ao benefício aqui pleiteado. Intimem-se”.

2007.37.01.001383-6 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE : CENTRO DE FORMACAO DE CONDUTORES DE VEICULOS DA REGIAO TOCANTINA LTDA
ADVOGADO : MA00004093 - RAVIKSON GALVAO MEIRELES
IMPDO : RECEITA FEDERAL

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou o despacho:

“Por se tratar de ação mandamental, cujo objeto é sempre um ato ou omissão de autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuição do Poder Público, revela-se inepta a petição inicial que não delimita de forma clara e precisa o ato ou omissão combatidos, como se verifica na espécie. Assim sendo, intime-se a Impetrante para emendar a inicial, sanando o vício acima referido. Prazo: 10 (dez) dias, sob pena de extinção do processo sem apreciação do mérito. Oportunamente, voltem-me conclusos”.



Autos com Decisão

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) :

2007.37.01.001708-0 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
 IMPTE : MANNEZA JORDANIA VIANA RAMOS
 ADVOGADO : MA00004093 - RAVIKSON GALVAO MEIRELES
 IMPDO : DIRETOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
 - CAMPUS II IMPERATRIZ/MA

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou a decisão:

“Vistos etc. Cuida-se de pedido de liminar em mandado de segurança, contra ato atribuído ao DIRETOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, nesta cidade, que indeferiu o pedido de matrícula da impetrante para ingresso em curso superior para o qual foi aprovada em concurso vestibular, em virtude da não apresentação do certificado de conclusão do ensino médio. Afirma estar na iminência de concluir o ensino médio, já tendo cursado 80% da carga horária do terceiro ano da referida fase escolar, motivo pelo qual entende ser ilegítima a recusa da autoridade impetrada. Em princípio a tese não revela plausibilidade, haja vista que a conclusão do ensino médio é requisito indispensável para ingresso nos cursos superiores de graduação (Lei nº 9.394/96, art. 44, II), motivo pelo qual, indefiro a liminar. Por outro lado, não há como ignorar que a impetrante está na iminência de concluir o ensino médio e que tal hipótese pode se concretizar ainda no curso desta ação. Desse modo, e tendo em vista o provável preenchimento da vaga em questão, mediante o chamamento do próximo da lista, determino à autoridade impetrada que, ad cautelam, preserve a vaga destinada à impetrante, até que haja determinação em sentido contrário. Solicitem-se as informações de praxe, remetendo-se, em seguida, os autos Ministério Público Federal. Com o parecer ministerial, voltem-me os autos conclusos para sentença. Intime-se. Cumpra-se”.

2006.37.01.000593-8 AÇÃO ORDINÁRIA / PREVIDENCIÁRIA / CONCESSÃO DE BENEFÍCIO

AUTOR : MARIA FRANCISCA DA ROCHA SOUSA
 ADVOGADO : MA00003016 - MANOEL CARNEIRO SILVA
 REU : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou a decisão:

“Tendo em vista a relevância da situação social da autora para o deslinde da questão, revogo a decisão de fl. 78, e determino a realização da pesquisa sócio-econômica da parte autora. Para realizá-la, nomeio a Assistente Social ENILDE CÂNDIDA MAIA PASCOAL, CRESS 96-SEC, incumbindo-lhe apresentar o laudo, no prazo de 10 (dez) dias após a conclusão da pesquisa, a qual deverá ser realizada em data, local e horário a serem fixados pela referida profissional, no prazo de 05 (cinco) dias após a intimação desta decisão. Poderá ainda a Assistente Social, facultativamente, comunicar a data da realização da pesquisa ao próprio Oficial de Justiça, quando da intimação, que incluirá a informação em sua certidão, e deverá comunicar imediatamente à Secretaria para intimação das partes em tempo hábil. (...) Intimem-se as partes para apresentar/acrescentar quesitos, no prazo de 05 (cinco) dias, restando-lhes facultado, no mesmo prazo, indicar/ratificar os Assistentes Técnicos. (...) Seguem, em separado, os quesitos do Juízo (CPC 426, II)”.

2005.37.01.000566-7 AÇÃO ORDINÁRIA / PREVIDENCIÁRIA / CONCESSÃO DE BENEFÍCIO

AUTOR : LUIS DURVAL MOTA BRAZACA
 ADVOGADO : MA00004181 - CLEDILSON MAIA DA COSTA SANTOS
 ADVOGADO : MA00006310 - FABIO PEREIRA SCHALCHER
 REU : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou a decisão:

“(…) De outra parte, determino a(o) autor(a) que, no prazo de 30 (trinta) dias, providencie a juntada aos autos de documentos indôneos comprobatórios da hipossuficiência de sua família, conforme dispuser, observando o rol do artigo 13 do Decreto nº 1.744/1995, a saber: (a) Carteiras de Trabalho e Previdência Social - CTPS de todos os membros da família, com anotações atualizadas; (b) contracheques de pagamentos ou documentos expedidos pelos empregadores de todos os componentes da família; (c) carnês de contribuição para o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS relativos aos membros da família que o tiverem; (d) extratos de pagamentos de benefícios previdenciários porventura recebidos por membros da família ou alternativamente, declaração fornecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS ou por outras entidades gestoras de regimes de previdência social, públicos ou privados; e (e) declaração do Conselho de Assistência Social do Município onde reside ou de juízes, juízes de paz, promotores de justiça, comandantes militares do Exército, da Marinha, da Aeronáutica e das Forças Auxiliares e de delegados de polícia. Esclareça-se que, sem prejuízo de eventuais sanções por irregularidades, não há necessidade do reconhecimento de firma do signatário da declaração aludida na alínea “e” supra. Decorrido o prazo acima assinalado, com ou sem cumprimento da providência ora facultada, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se”.

2007.37.01.001712-0 MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
 IMPTE : NAIARA ANDRADE MARTINS
 ADVOGADO : MA00003303 - OZIEL VIEIRA DA SILVA
 ENTIDADE : UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA
 IMPDO : DIRETOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
 - CAMPUS II IMPERATRIZ/MA

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou a decisão:

“... Em princípio a tese não revela plausibilidade, haja vista que a conclusão do ensino médio é requisito indispensável para ingresso nos cursos superiores de graduação (Lei nº 9.394/96, art. 44, II), motivo pelo qual, indefiro a liminar. Por outro lado, não há como ignorar que a impetrante está na iminência de concluir o ensino médio e que tal hipótese pode se concretizar ainda no curso desta ação. Desse modo, e tendo em vista o provável preenchimento da vaga em questão, mediante o chamamento do próximo da lista, determino à autoridade impetrada que, ad cautelam, preserve a vaga destinada à impetrante, até que haja determinação em sentido contrário. Solicitem-se as informações de praxe, remetendo-se, em seguida, os autos Ministério Público Federal. Com o parecer ministerial, voltem-me os autos conclusos para sentença. Intime-se. Cumpra-se”.

Autos com Sentença

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) :

2004.37.01.001873-1 AÇÃO ORDINÁRIA / PREVIDENCIÁRIA / CONCESSÃO DE BENEFÍCIO

AUTOR : ANTONIA DE AQUINO E SILVA
 ADVOGADO : MA00003016 - MANOEL CARNEIRO SILVA
 REU : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou a sentença:

EM FACE DO EXPOSTO, a) antecipo os efeitos da tutela jurisdicional pretendida e determino ao INSS que, no prazo de 30 (trinta) dias, implemente o benefício ora reconhecido como devido, sob pena de multa diária a ser arbitrada oportunamente e sem prejuízo da adoção de medidas destinadas à apuração de eventual responsabilidade criminal, na hipótese de descumprimento injustificado; e b) julgo parcialmente procedente o pedido, condenando o INSS a conceder ao autor(a), em definitivo, o benefício em referência, com renda mensal de um salário mínimo, a partir de 28-11-2002 (data do requerimento administrativo - fl. 30), com renda mensal de um salário mínimo, com o pagamento das prestações pretéritas, atualizadas monetariamente pelo IGP-DI desde quando se tornaram devidas e acresci-

das de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, incidentes a partir da citação. Face à sucumbência recíproca, cada parte arcará com os honorários do seu advogado, a teor do disposto no artigo 21, do Código de Processo Civil. Deixo de determinar a remessa oficial dos autos ao Egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região, tendo em vista que, claramente, o valor da condenação não ultrapassará o limite de sessenta salários mínimos, donde a incidência do disposto no artigo 475, § 2º, primeira parte, do Código de Processo Civil. Sem custas, face à isenção legal (Lei nº 9.289/96, art. 4º, I e II). Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

2004.37.01.001092-9 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR : JOAO ALFREDO DO NASCIMENTO
ADVOGADO : MA00006469 - RODRIGO MAIA ROCHA
REU : UNIAO FEDERAL

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou a sentença:

“PELO EXPOSTO, julgo parcialmente procedente o pedido, declarando a nulidade do Acórdão TCU nº 329/2003 (Processo TC nº 350.202/1995-8), tão-somente na parte que impõe multa ao autor nos termos do artigo 58 da Lei nº 8.433/1992, por ofensa ao princípio da irretroatividade das leis (CF, art. 5º, caput, inciso XL), consoante os motivos explanados alhures. Tendo em vista que o êxito do autor na demanda foi mínimo, condeno-o ao pagamento integral das custas, bem como de honorários advocatícios em favor da União, que arbitro em 10% sobre o valor atribuído à causa (CPC, art. 21, parágrafo único). Corrija-se a numeração das folhas dos autos, a partir da de número 1.268, na qual, equivocadamente, está aposto o nº 1.298. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se”.

2004.37.01.002219-7 INTERDITO PROIBITÓRIO

AUTOR : JOAO BATISTA DA ROCHA E OUTROS
ADVOGADO : MA00000360 - SALVIO DE JESUS CASTRO E COSTA
RÉU : UNIAO FEDERAL
RÉU : INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA

O Exmo(a). Sr.(a) Juiz(a) exarou a sentença:

“Em face do exposto, excluo da lide a ASSOCIAÇÃO DOS CRIADORES E PRODUTORES RURAIS DA VILA EXPANSÃO; extingo sem resolução de mérito a ação correspondente ao pedido de condenação dos réus a se absterem de realizar medidas tendentes à demarcação, sinalização ou regularização fundiária da Reserva Extrativista Mata Grande, com fulcro no art. 267, I, c/c o art. 295, V, ambos do CPC; e JULGO IMPROCEDENTES os demais PEDIDOS formulados pelos autores, nos termos da fundamentação, extinguindo o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 269, I do CPC. Ante a sucumbência da parte autora, condeno-a nas custas e honorários advocatícios em favor da parte requerida, os quais arbitro em 10% (dez por cento) do valor da causa (art. 20, § 4º, CPC), a ser dividido em partes iguais. Retifique-se a autuação excluindo a ASSOCIAÇÃO DOS CRIADORES E PRODUTORES RURAIS DA VILA EXPANSÃO do pólo ativo da demanda e incluindo o IBAMA no pólo passivo. Com o trânsito em julgado, à contadoria para cálculo das custas judiciais. Após intime-se a parte autora para promover o recolhimento. Pagas as custas, archive-se com baixa na distribuição. Publique-se. Registre-se. Intimem-se”.

MINISTÉRIO PÚBLICO
Procuradoria Geral de Justiça

ADENDO

AO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA
Ref.: Procedimento Administrativo n.º 041/07

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, pela sua titular da **Promotoria de Justiça Especializada em Fundações e Entidades de Interesse Civil**, nos autos do Procedimento Ad-

ministrativo n.º 041/07, tendo em vista o Requerimento formulado, através do Ofício n.º 47/2007, pela Junta Governativa nomeada mediante a lavratura de TAC – Termo de Ajustamento de Conduta, em 20 de agosto de 2007, para prorrogação do prazo de 60 (sessenta dias) anteriormente concedido, para regularização da entidade, denominada Sociedade Folclórica e Cultural do Bumba-meu-boi da Madre Deus,

RESOLVE:

a) DEFERIR o pedido de prorrogação requerido, estendendo por **30 (trinta) dias** o prazo para conclusão dos trabalhos, tendo em vista as dificuldades enfrentadas pela Junta Governativa composta por **Erlito Vera Cruz Menezes, Leopoldo Santos e Jorge Luís Silva Coutinho**.

b) DETERMINAR a publicação do presente ADENDO na Imprensa Oficial, através do Conselho Superior do Ministério Público, para os fins do art. 9º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e do art. 17, parágrafo único, da Resolução n.º 002/04 - CPMP.

São Luís, 30 de outubro de 2007.

Sandra Lúcia Mendes Alves Elouf
Promotora de Justiça Titular da PFEIS

ATO Nº. 601/2007-GPGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, com base no art. 127, § 2.º da Constituição Federal, art. 94, § 2.º da Constituição Estadual,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito o Ato n.º 497, datado de 06 de setembro de 2007, publicado no Diário de Justiça de 21 de setembro de 2007, que nomeou RENATO PABLO OLIVEIRA DE SOUSA, para exercer o cargo de Técnico Ministerial – Área: Administrativa, Classe “A”, Padrão “01”, do Quadro de Apoio Técnico - Administrativo do Ministério Público do Estado do Maranhão, Pólo de Imperatriz, com lotação na Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Franco, tendo em vista o que consta do Processo n.º 7587AD/2007.

São Luís, 05 de novembro de 2007.

Dê-se ciência e cumpra-se. Publique-se no Boletim Interno Eletrônico e no Diário da Justiça do Estado.

FRANCISCO DAS CHAGAS BARROS DE SOUSA
Procurador-Geral de Justiça

ATO Nº. 602/2007-GPGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, com base no art. 127, § 2.º da Constituição Federal, art. 94, § 2.º da Constituição Estadual,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito o Ato n.º 498, datado de 06 de setembro de 2007, publicado no Diário de Justiça de 21 de setembro de 2007, que nomeou NILSON TAVARES PEREIRA DE ABREU JÚNIOR, para exercer o cargo de Técnico Ministerial – Área: Administrativa, Classe “A”, Padrão “01”, do Quadro de Apoio Técnico - Administrativo do Ministério Público do Estado do Maranhão, Pólo de Pinheiro, com lotação na Promotoria de Justiça da Comarca de Guimarães, tendo em vista o que consta do Processo n.º 7587AD/2007.

São Luís, 05 de novembro de 2007.

Dê-se ciência e cumpra-se. Publique-se no Boletim Interno Eletrônico e no Diário da Justiça do Estado.

FRANCISCO DAS CHAGAS BARROS DE SOUSA
Procurador-Geral de Justiça

ATO Nº. 603/2007-GPGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, com base no art. 127, § 2.º da Constituição Federal, art. 94, § 2.º da Constituição Estadual,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito o Ato n.º 505, datado de 06 de setembro de 2007, publicado no Diário de Justiça de 21 de setembro de 2007, que nomeou VANIA MARIA MORENO DE LEMOS, para exercer o cargo de Técnico Ministerial – Área: Execução de Mandados, Clas-



se “A”, Padrão “01”, do Quadro de Apoio Técnico - Administrativo do Ministério Público do Estado do Maranhão, Pólo de São Luís, Comarca de São Luís, tendo em vista o que consta do Processo nº. 7587AD/2007.

São Luís, 05 de novembro de 2007.

Dê-se ciência e cumpra-se. Publique-se no Boletim Interno Eletrônico e no Diário da Justiça do Estado.

FRANCISCO DAS CHAGAS BARROS DE SOUSA

Procurador-Geral de Justiça

ATO Nº. 604/2007-GPGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, com base no art. 127, § 2.º da Constituição Federal, art. 94, § 2.º da Constituição Estadual,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito o Ato nº. 504, datado de 06 de setembro de 2007, publicado no Diário de Justiça de 21 de setembro de 2007, que nomeou GEORGE BARBOSA NASCIMENTO, para exercer o cargo de Técnico Ministerial – Área: Execução de Mandados, Classe “A”, Padrão “01”, do Quadro de Apoio Técnico - Administrativo do Ministério Público do Estado do Maranhão, Pólo de São Luís, tendo em vista o que consta do Processo nºs . 6710AD/2007 e 7587AD/2007.

São Luís, 05 de novembro de 2007.

Dê-se ciência e cumpra-se. Publique-se no Boletim Interno Eletrônico e no Diário da Justiça do Estado.

FRANCISCO DAS CHAGAS BARROS DE SOUSA

Procurador-Geral de Justiça

ATO Nº. 605/2007-GPGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, com base no art. 127, § 2.º da Constituição Federal, art. 94, § 2.º da Constituição Estadual,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito o Ato nº. 543, datado de 08 de outubro de 2007, publicado no Diário de Justiça de 16 de outubro de 2007, que nomeou GLEIDYSSON JOSE BRITO DE CARVALHO, para exercer o cargo de Técnico Ministerial – Área: Execução de Mandados, Classe “A”, Padrão “01”, do Quadro de Apoio Técnico - Administrativo do Ministério Público do Estado do Maranhão, Pólo de Imperatriz, com lotação nas Promotorias de Justiça da Comarca de Imperatriz, tendo em vista o que consta do Processo nºs . 7388AD/2007 e 7587AD/2007.

São Luís, 05 de novembro de 2007.

Dê-se ciência e cumpra-se. Publique-se no Boletim Interno Eletrônico e no Diário da Justiça do Estado.

FRANCISCO DAS CHAGAS BARROS DE SOUSA

Procurador-Geral de Justiça

ATO Nº. 606/2007-GPGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, com base no art. 127, § 2.º da Constituição Federal, art. 94, § 2.º da Constituição Estadual,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito o Ato nº. 490, datado de 06 de setembro de 2007, publicado no Diário de Justiça de 21 de setembro de 2007, que nomeou ALEXANDRE BATALHA MONTEIRO, para exercer o cargo de Técnico Ministerial – Área: Administrativa, Classe “A”, Padrão “01”, do Quadro de Apoio Técnico - Administrativo do Ministério Público do Estado do Maranhão, Pólo de São Luís, com lotação na Promotoria de Justiça da Comarca de Paço do Lumiar, tendo em vista o que consta do Processo nº 7587AD/2007.Z

São Luís, 05 de novembro de 2007.

Dê-se ciência e cumpra-se. Publique-se no Boletim Interno Eletrônico e no Diário da Justiça do Estado.

FRANCISCO DAS CHAGAS BARROS DE SOUSA

Procurador-Geral de Justiça

ATO Nº. 607/2007-GPGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, com base no art. 127, § 2.º da Constituição Federal, art. 94, § 2.º da Constituição Estadual,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito o Ato nº. 496, datado de 06 de setembro de 2007, publicado no Diário de Justiça de 21 de setembro de 2007, que nomeou WELLINGTON GEORGES COSTA DA SILVA, para exercer o cargo de Técnico Ministerial – Área: Administrativa, Classe “A”, Padrão “01”, do Quadro de Apoio Técnico - Administrativo do Ministério Público do Estado do Maranhão, Pólo de Imperatriz, com lotação nas Promotorias de Justiça da Comarca de Imperatriz, tendo em vista o que consta do Processo nº 7587AD/2007.

São Luís, 05 de novembro de 2007.

Dê-se ciência e cumpra-se. Publique-se no Boletim Interno Eletrônico e no Diário da Justiça do Estado.

FRANCISCO DAS CHAGAS BARROS DE SOUSA

Procurador-Geral de Justiça

ATO Nº. 608/2007-GPGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, com base no art. 127, § 2.º da Constituição Federal e art. 94, § 2.º da Constituição Estadual, tendo em vista a indicação do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, fundamentada no art. 78 e seus incisos da Lei Complementar nº 013, de 25 de outubro de 1991,

R E S O L V E :

Promover, por merecimento, a Promotora de Justiça MARIA DE FÁTIMA RODRIGUES TRAVASSOS CORDEIRO, titular da 15ª Promotoria de Justiça Criminal (Promotoria de Justiça Especializada em Crimes Contra Criança e Adolescente), para a 3ª Procuradoria de Justiça Criminal, de 2ª instância, vaga em decorrência da remoção da Procuradora de Justiça Maria dos Remédios Figueiredo Serra, tendo em vista o que consta do Processo nº 1082CS/2007.

São Luís, 06 de novembro de 2007.

Dê-se ciência e cumpra-se. Publique-se no Boletim Interno Eletrônico e no Diário da Justiça do Estado.

FRANCISCO DAS CHAGAS BARROS DE SOUSA

Procurador-Geral de Justiça

ATO Nº. 611/2007-GPGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, com base no art. 127, § 2.º da Constituição Federal, art. 94, § 2.º da Constituição Estadual,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito o Ato nº. 502 datado de 06 de setembro de 2007, publicado no Diário de Justiça de 21 de setembro de 2007, que nomeou ERICKA SILVA FERREIRA, para exercer o cargo de Técnico Ministerial – Área: Execução de Mandados, Classe “A”, Padrão “01”, do Quadro de Apoio Técnico - Administrativo do Ministério Público do Estado do Maranhão, Pólo de São Luís, com lotação na Promotoria de Justiça da Comarca de Icatu, tendo em vista o que consta do Processo nº. 7602AD/2007.

São Luís, 06 de novembro de 2007.

Dê-se ciência e cumpra-se. Publique-se no Boletim Interno Eletrônico e no Diário da Justiça do Estado.

FRANCISCO DAS CHAGAS BARROS DE SOUSA

Procurador-Geral de Justiça

ATO Nº. 612/2007-GPGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, com base no art. 127, § 2.º da Constituição Federal, art. 94, § 2.º da Constituição Estadual,

R E S O L V E :

Exonerar, a pedido, o servidor ANDRÉ GONZALEZ CRUZ, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico III, Símbolo CC- 05, da Procuradoria Geral de Justiça, devendo ser assim considerado a partir desta data, tendo em vista o que consta do Processo nº 7652AD/2007.

São Luís, 07 de novembro de 2007.

Dê-se ciência e cumpra-se. Publique-se no Boletim Interno Eletrônico e no Diário da Justiça do Estado.

FRANCISCO DAS CHAGAS BARROS DE SOUSA

Procurador-Geral de Justiça

ATO Nº. 613/2007-GPGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, com base no art. 127, § 2.º da Constituição Federal, art. 94, § 2.º da Constituição Estadual,

RESOLVE:

Nomear, por indicação da Procuradora de Justiça Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro, o servidor ANDRÉ GONZALEZ CRUZ, para exercer o cargo, em comissão, de Assessor do Procurador de Justiça, Símbolo CC- 08, da Procuradoria Geral de Justiça, devendo ser assim considerado a partir desta data, tendo em vista o que consta do Processo nº 7654AD/2007.

São Luís, 07 de novembro de 2007.

Dê-se ciência e cumpra-se. Publique-se no Boletim Interno Eletrônico e no Diário da Justiça do Estado.

FRANCISCO DAS CHAGAS BARROS DE SOUSA

Procurador-Geral de Justiça

EDITAL Nº 88/2007

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, na qualidade de Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, faz saber aos Promotores de Justiça de **4ª entrância**, que se encontra vaga a **15ª Promotoria de Justiça Criminal da Comarca de São Luís**, de 4ª entrância, podendo os interessados se inscreverem para **REMOÇÃO**, segundo o critério de **merecimento** no prazo de 03 (três) dias a contar da publicação deste Edital, observado o disposto no art. 32, § 1º do Regimento Interno do Conselho Superior e da Resolução nº 001/2006-CSMP, após o que será divulgada a relação de inscritos pela Secretaria do Conselho, para que os interessados, no prazo de 03 (três) dias dessa divulgação ofereçam impugnações, reclamações e desistência, consoante a Resolução nº 01/95-CSMP.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, EM SÃO LUÍS, 06 DE NOVEMBRO DE 2007.

FRANCISCO DAS CHAGAS BARROS DE SOUSA

Procurador-Geral de Justiça

EDITAL Nº 89/2007

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, na qualidade de Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, faz saber aos Promotores de Justiça de **2ª entrância**, que se encontra vaga a **1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bacabal**, de 3ª entrância, podendo os interessados se inscreverem para **PROMOÇÃO**, segundo o critério de **antiguidade** no prazo de 03 (três) dias a contar da publicação deste Edital, observado o disposto no art. 32, § 1º do Regimento Interno do Conselho Superior e da Resolução nº 001/2006-CSMP, após o que será divulgada a relação de inscritos pela Secretaria do Conselho, para que os interessados, no prazo de 03 (três) dias dessa divulgação ofereçam impugnações, reclamações e desistência, consoante a Resolução nº 01/95-CSMP.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, EM SÃO LUÍS, 06 DE NOVEMBRO DE 2007.

FRANCISCO DAS CHAGAS BARROS DE SOUSA

Procurador-Geral de Justiça

EDITAL Nº 90/2007

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, na qualidade de Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, faz saber aos Promotores de Justiça de **2ª entrância**, que se encontra vaga a **Promotoria de Justiça da Comarca de Buriticupu**, de 2ª entrância, podendo os interessados se inscreverem para **REMOÇÃO**, segundo o critério de **merecimento**, no prazo de 03 (três) dias a contar da publicação deste Edital, observado o disposto no art. 32, § 1º do Regimento Interno do Conselho Superior e da Resolução nº 001/2006-CSMP, após o que será divulgada a relação de

inscritos pela Secretaria do Conselho, para que os interessados, no prazo de 03 (três) dias dessa divulgação, ofereçam impugnações, reclamações e desistência, consoante a Resolução nº 01/95-CSMP.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, EM SÃO LUÍS, 06 DE NOVEMBRO DE 2007.

FRANCISCO DAS CHAGAS BARROS DE SOUSA

Procurador-Geral de Justiça

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº: 7199AD/2007: OBJETO: Assinatura da Revista Brasileira de Direito Público e Revista Interesse Público, no valor de R\$ 2.210,00 (dois mil, duzentos e dez reais). RUBRICA: 339039. CONTRATANTE: Procuradoria Geral de Justiça. CONTRATADA: EDITORA FORUM LTDA. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 25, I, da Lei 8.666/93. RECONHECIMENTO DA INEXIGIBILIDADE: Em 30.10.2007, por Oswaldo dos Santos Jacintho, Diretor Geral. RATIFICAÇÃO: Em 30.10.2007, por Francisco das Chagas Barros de Sousa, Procurador Geral de Justiça.

São Luís, 05 de setembro de 2007

Oswaldo dos Santos Jacintho

Diretor Geral

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº: 6334AD/2007: OBJETO: Serviço de treinamento em softwares de análise e investigação, no valor de R\$ 60.400,00 (sessenta mil e quatrocentos reais). RUBRICA: 339039. CONTRATANTE: Procuradoria Geral de Justiça. CONTRATADA: TRGROUP- TECNOLOGICAS DE INFORMAÇÃO LTDA. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 25, II, da Lei 8.666/93. RECONHECIMENTO DA INEXIGIBILIDADE: Em 30.10.2007, por Oswaldo dos Santos Jacintho, Diretor Geral. RATIFICAÇÃO: Em 30.10.2007, por Francisco das Chagas Barros de Sousa, Procurador Geral de Justiça.

São Luís, 05 de setembro de 2007

Oswaldo dos Santos Jacintho

Diretor Geral

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Procedimento Administrativo n.º 066/07

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, pela sua titular da **Promotoria de Justiça Especializada em Fundações e Entidades de Interesse Social**, nos autos do Procedimento Administrativo n.º 066/07, doravante denominada **COMPROMITENTE**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 44 *usque* 61 do Código Civil; e a Sra. **Maria Madalena Câmara Paz**, RG n.º 146.154 SSP/MA, Presidente da Associação de Moradores do Bairro São Francisco, localizada na Av. Ferreira Gullar, n.º 1883 – São Francisco, nesta cidade, doravante denominada **COMPROMISSÁRIA**, para firmarem o presente **TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - TAC**.

OBJETO DO COMPROMISSO:

CONSIDERANDO o teor dos fatos constantes no **Procedimento Administrativo n.º 066/07**, oriundos de Representação, encaminhada a esta Promotoria Especializada, visando resgatar os fins sociais da entidade;

CONSIDERANDO a necessidade de recadastramento dos moradores do bairro, bem como a realização de pleito eleitoral, faz-se necessária a nomeação de junta governativa, visando concretizá-lo;

CONSIDERANDO que é responsabilidade da Promotoria Especializada em Fundações e Entidades de Interesse Social (PFEIS) fazer cumprir as determinações legais, no que pertine aos dispositivos do Código Civil, leis extravagantes e adequação das normas estatutárias;

CONSIDERANDO a necessidade de que a PFEIS venha ajustar a conduta do representante da Associação de Moradores do Bairro São Francisco, foi firmado o presente Termo de Ajustamento de Conduta, conforme as cláusulas abaixo discriminadas:

CONDIÇÕES DO CUMPRIMENTO:

a) FICA acordado entre a Associação de Moradores do Bairro



São Francisco, pela sua Presidente (COMPROMISSÁRIA), e a Promotoria de Justiça Especializada em Fundações e Entidades de Interesse Social (COMPROMITENTE), que a nomeação dos membros da junta governativa, dar-se-á na forma previamente discutida em audiência, com a composição das seguintes pessoas:

01 – José Gomes de Sousa (Presidente), RG n.º 104759799-0 SSP/MA, residente na Av. Ferreira Gullar, n.º 01 – São Francisco;

02 – Etevaldo Teixeira do Nascimento (Membro), RG n.º 8678493-5 SSP/MA, residente na Av. Ferreira Gullar, n.º 50 – São Francisco;

03 – Camilo Costa Marques (Membro), RG n.º 19402852002-5 SSP/MA, residente na Av. Ferreira Gullar, n.º 50B – São Francisco.

b) Fica acordado que referidas pessoas, por comporem a junta governativa, estão impedidos de concorrerem no pleito eleitoral.

c) Fica acordado que a COMPROMISSÁRIA se afastará da presidência da entidade, bem como facilitará o trabalho da Junta Governativa, nesse período de transição, fornecendo-lhes tudo o que se fizer necessário para o bom andamento dos trabalhos.

d) Referida Junta Governativa nomeada neste ato exercerá o seu mandato pelo prazo de 90 (noventa) dias, período acordado entre os participantes da audiência e esta Promotoria Especializada, para realização do recadastramento dos moradores do bairro, tendo em vista que a entidade não possui associados;

e) A Junta Governativa, após o cumprimento do item “d”, terá um prazo máximo de 15 (quinze) dias para convocação de Assembleia Geral, para estabelecer o período de inscrição das chapas, documentos exigidos, período de impugnação e data da eleição;

f) Poderão participar do processo eleitoral apenas associados da entidade, constando da lista a ser confeccionada pela Junta Governativa, após o aludido recadastramento;

g) O mandato da Junta Governativa terá início a partir da assinatura do presente TAC, o qual será afixado na sede da entidade para conhecimento de todos os interessados.

DAS COMINAÇÕES LEGAIS:

01 – O cumprimento deste Compromisso será fiscalizado direta e exclusivamente pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO**, não inibindo a formulação de denúncias;

02 – As questões decorrentes deste **COMPROMISSO** serão dirimidas no foro da Comarca de São Luís, nos termos do **art. 2.º da Lei n.º 7.347/85**;

03 – O não cumprimento do presente **TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA** implicará nas cominações legais cíveis e criminais, porventura constatadas, bem como a aplicação de **multa diária de R\$ 50,00 (cinquenta reais)**, por atraso no cumprimento das cláusulas do presente TAC.

E, por estarem assim acordados, firmam o presente **TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, que vai assinado, por mim que o digitei, pela COMPROMITENTE e COMPROMISSÁRIA, bem como pelos membros da Junta Governativa e demais presentes à audiência, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que, posteriormente, será publicado na Imprensa Oficial, através do Conselho Superior do Ministério Público, para os fins do art. 9.º, § 1.º, da Lei n.º 7.347/85 e do art. 17, parágrafo único, da Resolução n.º 002/04 - CSMP.

São Luís, 07 de novembro de 2007.

Sandra Lúcia Mendes Alves Elouf
Promotora de Justiça Titular da PFEIS

Maria Madalena Câmara Paz
COMPROMISSÁRIA

José Gomes de Sousa
Presidente da Junta Governativa

Etevaldo Teixeira do Nascimento
Membro da Junta Governativa

Camilo Costa Marques
Membro da Junta Governativa

ADENDO AO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Ref. ao Procedimento Administrativo n.º 038/07

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO**, pela sua titular da **Promotoria de Justiça Especializada em Fundações e Entidades de Interesse Civil**, nos autos do Proc. Administrativo n.º 038/07, doravante denominada **COMPROMITENTE**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 44 *usque* 61 do Código Civil; e a Junta Governativa da União de Moradores da Vila Ariri, composta por **Fulvia Regina Muniz de Souza, Edson Pereira de Sousa Filho e Susie Anne Ribeiro Carvalho**, devidamente qualificados nos autos do processo em epígrafe, tendo sido nomeados mediante TAC lavrado em 08 de agosto de 2007, doravante denominados **COMPROMISSÁRIOS**, para firmar o presente **ADENDO AO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - TAC**.

OBJETO DO COMPROMISSO:

CONSIDERANDO, que a **Junta Governativa, formada pelos ora COMPROMISSÁRIOS encerrou o seu trabalho de cadastramento dos associados;**

CONSIDERANDO, que foi apresentada nesta Promotoria de Justiça relação dos associados, chegando-se ao número de 510 (quinhentos e dez) moradores, os quais contribuíram com a taxa de R\$ 1,00 (um real), no ato da inscrição;

CONSIDERANDO, que, com a nomeação da Junta Governativa, o antigo Presidente da entidade, Firmino Bispo Cunha Correia, afastou-se do cargo;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer-se de imediato como se dará o futuro processo eleitoral, foi firmado o presente Termo de Compromisso, conforme as cláusulas abaixo discriminadas:

CONDIÇÕES DO CUMPRIMENTO

a) FICA acordado entre os **COMPROMISSÁRIOS** e a **COMPROMITENTE**, que, a partir da data de hoje, será iniciado o trabalho da Junta Governativa acima identificada, na organização do processo eleitoral para direção da União de Moradores da Vila Ariri, sendo que exercerá o seu mandato até o dia 16 de dezembro do fluente ano, período acordado entre os participantes da audiência e esta Promotoria Especializada, para realização da eleição.

b) De logo, ficam estabelecidas as seguintes datas, a ser publicado em Edital de Convocação a cargo da Junta Governativa:

I) data para realização da Assembleia Geral para esclarecer aos Associados sobre o cumprimento do presente TAC: 17 /11/2007

II) período de inscrição das chapas: 24 e 25/11/07;

III) período de impugnação: 26 a 30/11/2007;

IV) divulgação das chapas aptas a serem votadas: 01/12/2007;

V) eleição: 16/12/2007.

VI) publicação do resultado da eleição: 17/12/2007.

c) Poderão concorrer ao pleito eleitoral apenas moradores do bairro que estejam associados à entidade, devendo apresentar no ato da inscrição das chapas documentos pessoais (RG, CPF ou outro) e comprovante de residência.

d) Poderão votar todos os associados integrantes da lista a ser confeccionada pela Junta Governativa, a partir das fichas de associados, devendo ser afixada na sede da entidade;

e) O mandato da Junta Governativa terá início a partir da assinatura do presente TAC, o qual será afixado na sede da entidade.

DAS COMINAÇÕES LEGAIS

01 – O cumprimento deste Compromisso será fiscalizado direta e exclusivamente pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO**, não inibindo a formulação de denúncias;

02 – As questões decorrentes deste **COMPROMISSO** serão dirimidas no foro da Comarca de São Luís, nos termos do **art. 2.º da Lei n.º 7.347/85**;

03 – O não cumprimento do presente **TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA** implicará nas cominações legais cíveis e criminais, porventura constatadas, bem como a aplicação de **multa diária de R\$ 50,00 (cinquenta reais)**, por atraso no cumprimento das cláusulas do presente TAC.

E, por estarem assim acordados, firmam o presente **TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, que vai assinado, por mim que o digitei, pela Compromitente e Compromissária, bem como pelos membros da Junta Governativa e demais presentes à audiência, na qualidade de testemunhas, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que, posteriormente, será publicado na Imprensa Oficial, através do Conselho Superior do Ministério Público, para os fins do art. 9.º, § 1.º, da Lei n.º 7.347/85 e do art. 17, parágrafo único, da Resolução n.º 002/04 - CSMP.

São Luís, 07 de novembro de 2007.

Fulvia Regina Muniz de Souza

COMPROMISSÁRIA

Membro da Junta Governativa

Edson Pereira de Sousa Filho
COMPROMISSÁRIO

Membro da Junta Governativa
Susie Anne Ribeiro Carvalho

COMPROMISSÁRIA
Membro da Junta Governativa

TRIBUNAL DE CONTAS DO MARANHÃO

PROCESSO: N.º 9126/2004 – TCE
Origem: Prefeitura Municipal de **Itapecuru Mirim – MA**
Natureza: Prestação de Contas Anual – Exercício de **2003**
Responsável: **Miguel Lauand Fonseca** - Ex-Prefeito
Proc. Justiça: Dra. Flávia Tereza de Viveiros Vieira
Relator: **CONS. JOÃO JORGE JINKINGS PAVÃO**

EMENTA: O BALANÇO GERAL NÃO REPRESENTA, ADEQUADAMENTE, A POSIÇÃO FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA E PATRIMONIAL, EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003, NEM O RESULTADO DAS OPERAÇÕES ESTA DE ACORDO COM OS PRINCÍPIOS DE CONTABILIDADE APLICADOS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. PARECER PRÉVIO PELA DESAPROVAÇÃO DAS CONTAS. RESPONSABILIZAÇÃO PELA IMPUTAÇÃO DE MULTAS. PUBLICAÇÃO/INTIMAÇÃO AO RESPONSÁVEL. COMUNICAÇÃO E ENCAMINHAMENTO DE CÓPIAS DOS AUTOS À PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA. RECOMENDAÇÕES À CÂMARA MUNICIPAL. ARQUIVAMENTO DE PEÇAS NO TCE.

ACÓRDÃO PL-TCE N.º. 201/2007

Vistos, relatados e discutidos os autos do **Processo n.º 9126/2004-TCE**, referente a Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de **Itapecuru Mirim/MA**, relativas ao exercício financeiro de **2003**, sob a responsabilidade do **Sr. Miguel Lauand Fonseca**, então Prefeito e Ordenador de Despesas daquele Município, à unanimidade de votos, **ACORDAM** os membros do **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO**, presentes à Sessão Plenária, realizada nesta data, conforme o Relatório e Voto do **Conselheiro João Jorge Jinkings Pavão**, Relator do Feito, com fulcro no que dispõem, especialmente, os artigos 31, §§ 1º, 2º e 3º, e 75 da Constituição Federal; arts. 172, IV, IX, §§ 2º e 3º, da Constituição do Estado do Maranhão; arts 1º, II, XIII, XIV, XVII, § 1º, 10, I, II, §§ 1º e 2º, 15, Parágrafo único, 28 e 29, da Lei n.º 8.258, de 06 de junho de 2005, e os artigos 198, 199, 215, 216, I, 217, § 2º, 218 e 222, do Regimento Interno do TCE, ouvido o Ministério Público e acatado seu Parecer, em:

I - **Emitir** Parecer Prévio pela **DESAPROVAÇÃO** das Contas, visto que estas não representam, adequadamente, a posição financeira, orçamentária e patrimonial do Município, em **31 de dezembro de 2003**, nem os resultados das operações estão de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade, aplicados à Administração Pública;

II – **Imputar** ao Responsável a **multa de 40.000,00 (quarenta mil reais)**, com fulcro no art. 67, III e IV, da Lei 8.258/05, c/c art. 274, II e III, do Regimento Interno, a ser **recolhida ao erário Estadual**, na forma da Lei Complementar Estadual n.º 052, de 31 de agosto de 2001, e Resolução Administrativa n.º 021/2002 – TCE, em decorrência dos atos praticados com graves infrações às normas legais e regulamentares, antieconômicos, além do não atendimento, no prazo fixado, sem causa justificada, à decisão deste Tribunal, segundo as razões contidas nos **itens 6.1; 6.2; 6.3; 6.4; 6.5; 6.6; 6.7; 6.8; 6.9, 6.10 e 6.11**, que antecederam o Voto.

III – **Intimar** o **Sr. Miguel Lauand Fonseca**, através da publicação do Parecer Prévio e deste Acórdão no Diário Oficial da Justiça, para que este, no prazo de **15 (quinze)** dias, a contar da dita publicação, efetue e comprove o recolhimento do valor das multas que lhe são imputadas;

IV – Após o trânsito em Julgado, conforme especificação do item **VII** do Voto, **encaminhar** cópias de peças dos autos à **Procuradoria Geral de Justiça**, acompanhadas do **Relatório e Voto do Relator, Parecer Prévio**, deste **Acórdão** e de sua publicação no **Diário Oficial da Justiça**, para as medidas que entender cabíveis, na esfera de sua competência;

V – Nos termos dos itens **V e VI** do Voto, **encaminhar** à **Câmara Municipal de Itapeturu Mirim** o Processo ora apreciado, acompanhado do Parecer Prévio, deste Acórdão e da sua publicação no DOJ, bem como cópia dos mesmos, ao Sr. Prefeito Municipal e **recomendar** ao Presidente daquela edilidade, com fulcro no § 3º, art. 31 da Constituição Federal c/c o § 3º, art. 56 da Lei Complementar n.º 101/00, que disponibilize as presentes Contas, durante 60 (sessenta) dias, **“a qualquer contribuinte” - cidadão ou cidadã, “para exame e apreciação, do que deverá ser dada ampla divulgação”**;

IV – **Determinar**, finalmente, o **arquivamento**, neste Tribunal, de cópias das principais peças dos autos, conforme especificado no item **VIII** das Razões e Declaração de Voto acolhida.

Presentes ao julgamento os Conselheiros: Edmar Serra Cutrim (Presidente), João Jorge Jinkings Pavão (Relator), Álvaro César de França Ferreira, Raimundo Nonato de Carvalho Lago Júnior, Yêdo Flamarion Lobão, José de Ribamar Caldas Furtado; Auditor: Antonio Blecaute Costa Barbosa, além do Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, Procuradora Flávia Tereza de Viveiros Vieira.

Publique-se e cumpra-se.

SALA DAS SESSÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 18 DE ABRIL DE 2007.

EDMAR SERRA CUTRIM
Conselheiro Presidente

JOÃO JORGE JINKINGS PAVÃO
Conselheiro Relator

FUI PRESENTE
PROCURADORA DE CONTAS: Dr.ª. FLÁVIA TEREZA DE VIVEIROS VIEIRA.
MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS.

Processo n.º 3294/2005-TCE
Natureza: Prestação de contas anual de governo
Origem: Prefeitura Municipal de Paço do Lumiar

Exercício financeiro: 2004

Ordenador de despesa: Gilberto Silva da Cunha Santos Arôso, representado nos autos pelo Sr. Abdon Clementino de Marinho (OAB/MA nº 4.980) e outros

Ministério Público: Procurador de Justiça José Argôlo Ferrão Coêlho

Relator: Conselheiro Raimundo Oliveira Filho

Prestação de contas anual de governo de responsabilidade do Sr. Gilberto Silva da Cunha Santos Aroso, Prefeito de Paço do Lumiar no exercício financeiro de 2004. Emissão de parecer prévio pela aprovação com ressalva das contas. Imputação de multa. Encaminhamento de cópia de peças processuais à Procuradoria Geral do Estado.

ACÓRDÃO PL-TCE N.º 516/2007

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo n.º 3294/2005-TCE, referente à prestação de contas anual de governo, de responsabilidade do Sr. Gilberto Silva da Cunha Santos Arôso, Prefeito de Paço do Lumiar no exercício financeiro de 2004, os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão plenária ordinária, por unanimidade, com fulcro no art. 71, I e II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, no art. 172, I e IV da Constituição Estadual e no art. 1º, II da Lei nº 8.258, de 06 de junho de 2006 (Lei Orgânica), nos termos do relatório e voto do Relator, acolhido o parecer ministerial nº 5.235/2007, acordam em:

a) **emitir** parecer prévio pela aprovação com ressalva das contas, de responsabilidade do Sr. Gilberto Silva da Cunha Santos Arôso, Prefeito de Paço do Lumiar no exercício financeiro de 2004;

b) **responsabilizar** o gestor municipal, Sr. Gilberto Silva da Cunha Santos Arôso, enquanto ordenador de despesa da Prefeitura Municipal de Paço do Lumiar no exercício financeiro de 2004, com base no art. 71, VIII, da Constituição Federal, no art. 172, IX, da Constituição do Estado do Maranhão e no art. 1º, XIV e XVII, combinado com o art. 21, parágrafo único, da Lei Orgânica do TCE/MA, ao pagamento da **multa no valor total de R\$ 7.400,00** (sete mil e quatrocentos reais), **no prazo de 15 (quinze) dias**, a contar da publicação deste Acórdão, conforme a seguinte discriminação:

1- de **R\$ 2.000,00 (Dois mil reais)**, devido a não apresentação do processo de dispensa de licitação no valor de R\$ 117.375,00 (Cento e dezessete mil, trezentos e setenta e cinco reais), com base no art. 22, inciso II da Lei Orgânica, c/c os arts. 67, inciso III do Regimento Interno, ambos deste Tribunal, e 37 da CF/88, contrariando o art. 24, inciso II da Lei 8.666/93, referente ao **item 7.1.3.2 do RIT (ausência de Processo Licitatório)**; e

2- de **R\$ 5.400,00 (Cinco mil e quatrocentos reais)**, em razão de terem sido entregues, fora do prazo, 09 (nove) Relatórios de Gestão Fiscal, exigidos pela Lei Complementar n.º 101/2000, com base no art. 274, § 3º, inciso III do Regimento Interno deste Tribunal, alterado pela sua Resolução nº 108/2006, c/c os arts. 55, § 2º, 59 da LRF e 6º da IN n.º 08/2003-TCE/MA, referente ao **item 11 do RIT (Publicação e encaminhamentos de Relatórios da LRF fora do prazo)**.

c) **encaminhar** este processo à Câmara Municipal de Paço do Lumiar, para decisão final;

d) **enviar** cópia deste Acórdão à Procuradoria Geral do Estado, em **5 (cinco) dias** após trânsito em julgado, caso o valor total da multa não seja recolhido no prazo estabelecido.

Presentes à sessão os Conselheiros Edmar Serra Cutrim (Presidente), Raimundo Oliveira Filho (Relator), Álvaro César de França Ferreira, Yêdo Flamarion Lobão, João Jorge Jinkings Pavão e José de Ribamar Caldas Furtado, os Auditores Antônio Blecaute Costa Barbosa e Osmário Freire Guimarães e o Procurador Jairo Cavalcanti Vieira, representante do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 29 de agosto de 2007.

Conselheiro **Edmar Serra Cutrim**
Presidente

Conselheiro **Raimundo Oliveira Filho**
Relator

Fui presente:

Jairo Cavalcanti Vieira
Procurador de Contas

Processo n.º 4050/2005-TCE

Natureza: Prestação de contas anual de governo e de gestores

Origem: Prefeitura Municipal de Turilândia

Exercício financeiro: 2004

Ordenadores de despesa: Teodoro Gusmão Costa – Prefeito Teresinha de Jesus Costa – Gestora do FMS

Ministério Público: Procuradores de Contas Jairo Cavalcante Vieira e Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro Raimundo Nonato de Carvalho Lago Júnior

Prestação de contas anual de governo e de gestão, de responsabilidade do Sr. Teodoro Gusmão Costa, Prefeito de Turilândia no exercício financeiro de 2004, e da Teresinha de Jesus Costa, Secretária de Saúde. Emissão de parecer prévio pela desaprovação das contas. Julgamento irregular das contas de gestão.

ACÓRDÃO PL-TCE N.º 526/2007

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo n.º 4050/2005-TCE, referente à prestação de contas anual de governo e de gestão, de responsabilidade do Sr. Teodoro Gusmão Costa, Prefeito de Turilândia no exercício financeiro de 2004, os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso das suas atribuições legais, com fulcro no art. 1º, I e II, da Lei Estadual nº 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA), em sessão plenária ordinária, por unanimidade, nos termos do relatório e voto do Relator, acolhido o Parecer nº 329/2007 do Ministério Público, acordam em:

a) **emitir** parecer prévio pela **desaprovação** das contas de responsabilidade do Sr. Teodoro Gusmão Costa, Prefeito de Turilândia no exercício financeiro de 2004;

b) **aplicar** ao Sr. Teodoro Gusmão Costa, com fundamento no art. 67, III, da Lei nº 8.258, de 6.6.2005 e no 274, II, do Regimento Interno desta Corte de Contas, **multa no valor de R\$ 2.362,30** (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e trinta centavos), a ser recolhida **no prazo de quinze dias**, a contar da publicação deste Acórdão, em razão das irregularidades administrativas formais que subsistiram no âmbito do processo de prestação de contas, referentes aos subitens 2.1, 5.1.3.1. 5.1.3.2 (b-3, b-4, c-2), 9.1. 10.2 e 10.3, (do Relatório de Informação Técnica nº 09/2006 NACOG/UTCOG, às fls. 3 a 21 dos autos);

c) **julgar irregulares** as contas de gestão do Fundo Municipal de Saúde - FMS, de responsabilidade da Sra. Teresinha de Jesus Costa, gestora do referido fundo durante o exercício de 2004, em razão da permanência de falhas e irregularidades administrativas no âmbito da prestação de contas, conforme disposto nos subitens 2.1, 3.1.1 e 3.3 (todos do Relatório de Informação Técnica nº 10/2006 NACOG/UTCOG, fls. 22 a 24 dos autos), devendo ser aplicada à referida gestora pública, com fundamento no artigo 67, III, da Lei nº 8.258, de 6.6.2005 e no artigo 274, II, do Regimento Interno desta Corte de Contas, multa no valor de **R\$ 2.362,30** (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e trinta centavos), pelo conjunto das irregularidades subsistentes;

d) enviar à Procuradoria Geral de Justiça do Estado, para os fins legais, em **cinco dias após o trânsito em julgado**, cópia do parecer prévio contrário à aprovação das contas e deste Acórdão

Presentes à sessão os Conselheiros Edmar Serra Cutrim (Presidente), Raimundo Oliveira Filho, Álvaro César de França Ferreira, Raimundo Nonato de Carvalho Lago Júnior (Relator) e José de Ribamar Caldas Furtado, os Auditores Antônio Blecaute Costa Barbosa e Osmário Freire Guimarães e o Procurador Jairo Cavalcanti Vieira, representante do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 5 de setembro de 2007.

Conselheiro **Edmar Serra Cutrim**
Presidente em exercício

Conselheiro **Raimundo Nonato de Carvalho Lago Júnior**
Relator

Jairo Cavalcanti Vieira
Procurador de Contas

Processo n.º 7955/2004-TCE

Natureza: Prestação de contas anual de governo

Origem: Prefeitura Municipal de São Raimundo das Mangabeiras

Exercício financeiro: 2003

Ordenador de despesa: Francisco Cardoso da Silva

Ministério Público de Contas: Procurador José Argôlo Ferrão Coêlho

Relator: Conselheiro Raimundo Nonato de Carvalho Lago Júnior

Prestação de contas anual de governo, de responsabilidade do Sr. Francisco Cardoso da Silva, Prefeito de São Raimundo das Mangabeiras no exercício financeiro de 2003. Emissão de parecer prévio pela desaprovação das contas. Aplicação de multa. Encaminhamento de cópia de peças processuais à Procuradoria Geral de Justiça do Estado.

ACÓRDÃO PL-TCE N.º 527/2007

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo n.º 7955/2004-TCE, referente à prestação de contas anual de governo, de responsabilidade do Sr. Francisco Cardoso da Silva, Prefeito de Buriti no exercício financeiro de 2005, os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso das atribuições que lhes conferem o art. 71, II, c/c o art. 75, da Constituição Federal, o art. 51, II, c/c o art. 172, IV, da Constituição do Estado do Maranhão e o art. 1º, I e II, da Lei Estadual nº 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA), em sessão plenária ordinária, por unanimidade, nos termos do relatório e voto do Relator, acolhido o Parecer nº1240/2007 do Ministério Público, acordam em:

a) emitir parecer prévio pela **desaprovação** das contas de responsabilidade do Sr. Francisco Cardoso da Silva, Prefeito de São Raimundo das Mangabeiras no exercício financeiro de 2003;

b) **aplicar** ao referido gestor público, com fundamento no art. 67, III da Lei Orgânica e no art. 274, II, do Regimento Interno desta Corte de Contas, **multa no valor de R\$ 2.362,30** (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e trinta centavos), a ser recolhida **no prazo de quinze dias**, a contar da publicação oficial deste Acórdão, em razão das irregularidades administrativas formais que subsistiram no âmbito do processo de prestação de contas, conforme detalhadas no subitem 12.2, do Relatório de Informação Técnica nº 468/2005-UTCOG/NACOG, às fls. 212 a 241 dos autos;

c) enviar à Procuradoria Geral de Justiça do Estado, para os fins legais, em **cinco dias após o trânsito em julgado**, cópia do parecer prévio contrário à aprovação das contas e deste Acórdão.

Presentes à sessão os Conselheiros Edmar Serra Cutrim (Presidente), Raimundo Oliveira Filho, Álvaro César de França Ferreira, Raimundo Nonato de Carvalho Lago Júnior (Relator) e José de Ribamar Caldas Furtado, os Auditores Antônio Blecaute Costa Barbosa e Osmário Freire Guimarães e o Procurador Jairo Cavalcanti Vieira, representante do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 5 de setembro de 2007.

Conselheiro **Edmar Serra Cutrim**
Presidente

Conselheiro **Raimundo Nonato de Carvalho Lago Júnior**
Relator

Fui presente

Jairo Cavalcanti Vieira

Procurador de Contas

Processo nº: 3354/2006-TCE

Natureza: Prestação anual de contas de gestão

Origem: Prefeitura Municipal de Colinas

Exercício financeiro: 2005

Ordenador de despesa: José Henrique Barbosa Brandão

Ministério Público de Contas: Procuradores Jairo Cavalcanti Vieira e Edno Carvalho Moura

Relator: Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado

Prestação anual de contas de gestão. Prefeitura Municipal de Colinas. Ordenador de despesa. Exercício financeiro de 2005. Apresentação de alegações de defesa. Irregularidades insanáveis, prejudiciais às contas. Julgamento irregular. Aplicação de multa. Encaminhamento de cópia deste acórdão à Procuradoria Geral de Justiça para os fins legais.

ACÓRDÃO PL-TCE Nº 535/2007

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo nº 3354/2006-TCE, referente à prestação anual de contas de gestão do ordenador de despesa da Prefeitura Municipal de Colinas, o Senhor José Henrique Barbosa Brandão, exercício financeiro de 2005, os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso das suas atribuições legais, em sessão plenária ordinária, à unanimidade, conforme voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, acordam em:

a) julgar irregulares as referidas contas, em razão da permanência de irregularidades insanáveis (não-encaminhamento de documentos legais ao TCE; processos licitatórios inconsistentes);

b) imputar ao Senhor José Henrique Barbosa Brandão o débito de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), referente a pagamentos irregulares à empresa contratada para a prestação de serviços médicos no município (item 9.4.1A – fls. 1008 e 1009), com fulcro no artigo 71, §3º, da Constituição Federal;

c) aplicar ao Senhor José Henrique Barbosa Brandão a multa de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), com base no artigo 172, IX, da Constituição Estadual, c/c o artigo 75 da Constituição Federal, e no artigo 66 da Lei Estadual nº 8.258, de 06 de junho de 2005 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado);

d) enviar cópia deste acórdão à Procuradoria Geral de Justiça, para os fins previstos na Lei Complementar Estadual nº 013/91, artigo 26, IX, em cinco dias após o trânsito em julgado (IN-TCE/MA nº 009/05, artigo 11).

Presentes à sessão os Conselheiros Edmar Serra Cutrim (Presidente), Raimundo Oliveira Filho, Álvaro César de França Ferreira, Raimundo Nonato de Carvalho Lago Júnior e José de Ribamar Caldas Furtado (Relator), os Auditores Antônio Blecaute Costa Barbosa e Osmário Freire Guimarães e o Procurador Jairo Cavalcanti Vieira, representante do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 05 de setembro de 2007.

Conselheiro **Edmar Serra Cutrim**
Presidente

Conselheiro **José de Ribamar Caldas Furtado**
Relator

Jairo Cavalcanti Vieira
Procurador

Processo nº 2788/2006-TCE

Natureza : Prestação de contas anual de governo

Origem : Prefeitura Municipal de Paraibano

Exercício financeiro : 2005

Ordenador de despesa: Sra. Maria Aparecida Queiroz Furtado

Ministério Público : Procurador de Justiça José Argôlo Ferrão Côelho

Relator : Conselheiro Substituto Melquizedeque Nava Neto

Prestação de contas anual de governo do município de Paraibano, de responsabilidade da Sra. Maria Aparecida Queiroz Furtado, Prefeita Municipal no exercício financeiro de 2005. **Desaprovação das contas.** Aplicação de multas.

ACÓRDÃO PL-TCE Nº 557/2007

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo nº 2788/2006, referente à prestação de contas anual de governo do município de Paraibano, exercício financeiro de 2005, de responsabilidade da Sra. Maria Aparecida Queiroz Furtado, Prefeita Municipal, os membros do Tribunal de Contas do Estado, com fulcro no art. 71, inciso II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, no art. 172, inciso IV, da Constituição do Estado do Maranhão, e no art. 1º, incisos I e II, da Lei Estadual nº 8.258, de 6 de junho de 2005, à unanimidade, nos termos do relatório e voto do Relator, acolhida a

manifestação do Ministério Público de junto a esta Corte de Contas, acordam em:

1) **emitir** parecer prévio pela desaprovação das contas da Prefeitura Municipal de Paraibano, exercício financeiro de 2005, de responsabilidade da Sra. Maria Aparecida Queiroz Furtado, com fulcro no art. 71, inciso II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, no art. 172, inciso IV, da Constituição do Estado do Maranhão, e no art. 1º, inciso I, c/c o art. 8º, inciso III, da Lei Estadual nº 8.258, de 6 de junho de 2005, em razão de o Balanço Geral não representar adequadamente as posições financeira, orçamentária e patrimonial do município em 31.12.2005, bem como o resultado das operações, conforme os princípios fundamentais de Contabilidade aplicados à Administração Pública, consoante o rol a seguir:

a) ausência de cópia de decreto municipal regulamentando a execução orçamentária do exercício financeiro de 2005, contrariando o disposto no item IV, “c”, do módulo I, do anexo I, da IN nº 009/2000-TCE/MA (item 4.3.2);

b) constatação de diferença no valor de R\$ 127.821,85 entre o total de disponibilidades (caixa e bancos) registrado no Balanço Financeiro da Prefeitura, R\$ 1.282.039,50, e o total apurado pela análise técnica deste tribunal, R\$ 1.409.861,35 (item 4.3.8);

c) ausência de cópia da relação cronológica de apresentação de precatórios judiciais, com os respectivos beneficiários, citando os que foram e os que não foram pagos, e de lei ou decreto municipal estabelecendo os serviços passíveis de terceirização a serem contratados mediante processo licitatório, desatendendo-se o disposto no item III, “j”, do módulo III, do anexo I, e no item VI, “f”, módulo I, anexo I, da IN nº 009/2005-TCE/MA (itens 4.3.10 e 4.3.11);

d) divergência de R\$ 11.129,80 entre o total de despesas com investimentos, escrituradas nas peças contábeis pertinentes, e a soma dos valores registrados no Sumário de Investimentos (item 4.4.2);

e) ausência de cópia de demonstrativo informando as subvenções, auxílios e contribuições concedidos no exercício financeiro sob exame (item 4.9.3);

f) não-comprovação de procedimentos licitatórios com vista à realização da maior parte das despesas mencionadas no item indicado, ao final, e falhas nos processos licitatórios apresentados na defesa (item 4.9.4.1);

g) fracionamento de despesas com os seguintes objetos (item 4.9.4.2):

Objeto	Mês	Unid. Orçamentária	Qtde. de empenhos	Total (R\$)
Gêneros alimentícios destinados à merenda escolar	Junho	Sec. Mun. de Educação e Cultura	4	9.955,50
	Agosto	Sec. Mun. de Educação e Cultura	5	11.006,50
	Outubro	Sec. Mun. de Educação e Cultura	6	19.930,00
	Novembro	Sec. Mun. de Educação e Cultura	4	13.641,65
Construção de calçamento	Agosto	Sec. de Obras e Transportes	2	22.099,80
Reforma e ampliação de posto de saúde	Agosto	Fundo Mun. de Saúde	2	24.046,63

h) não-comprovação de avaliação prévia de preço de imóveis locados e de imóvel adquirido pela prefeitura (item 4.9.4.3);

i) não-encaminhamento do relatório do sistema de controle interno do Poder Executivo Municipal, contrariando o item II, do módulo I, do anexo I, da IN nº 009/2005-TCE/MA (item 4.11);

j) não-retenção/recolhimento do ISSQN incidente sobre pagamentos referentes a serviços prestados à prefeitura: 64 empenhos, totalizando R\$ 145.050,40 (item 4.14.1);

k) despesa com serviços contábeis comprovada por documento inadequado (recibo) – item 4.12.2:

Proc.	Vol.	Fls.	Unid. Orçam.	Data	Credor	Valor (R\$)
2788/06	4	600	Sec. Mun. de Administração	28.3	H. L. M Macedo Assessoria Contábil S/C Ltda	4.030,00

2) **aplicar** a multa no valor de **R\$ 5.000,00** (cinco mil reais) à Sra. Maria Aparecida Queiroz Furtado, ordenadora de despesa da Prefeitura Municipal de Paraibano no exercício financeiro de 2005, devendo ser recolhida no prazo de 15 (quinze) dias da publicação do acórdão, com base no art. 274, inciso III, do de Regimento Interno-TCE/MA, em razão das irregularidades dispostas nas letras “a” a “k” do item 1;

3) **enviar** à Procuradoria Geral do Estado, **em cinco dias** após o trânsito em julgado, cópia do parecer prévio pela desaprovação das contas e deste Acórdão, caso o valor da multa não seja recolhido no prazo estabelecido;

4) **enviar** à Procuradoria Geral de Justiça, **em cinco dias** após o trânsito em julgado, cópia do parecer prévio pela desaprovação das contas e deste Acórdão, para os fins que entender pertinentes.

Presentes à sessão os Conselheiros Edmar Serra Cutrim (Presidente), Raimundo Oliveira Filho, Álvaro César de França Ferreira, Raimundo Nonato de Carvalho Lago Júnior, José de Ribamar Caldas Furtado, Antônio Blecaute Costa Barbosa (Conselheiro Substituto) e Melquizedeque Nava Neto (Conselheiro Substituto-Relator) e os Procuradores Jairo Cavalcanti Vieira e Flávia Gonzalez Leite, representantes do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 19 de setembro de 2007.

Conselheiro Edmar Serra Cutrim
Presidente

Conselheiro Substituto Melquizedeque Nava Neto
Relator

Fui presente:

Jairo Cavalcanti Vieira
Procurador de Contas

Flávia Gonzalez Leite
Procuradora de Contas

Processo nº :3211/2005-TCE

Natureza :Prestação de contas anual de governo

Origem :Prefeitura Municipal de Porto Rico do Maranhão

Exercício financeiro :2004

Ordenador de despesa:Sr. Luis Henrique Diniz Fonseca

Ministério Público :Procuradora de Justiça Flávia Tereza de Viveiros Vieira

Relator :Conselheiro Substituto Melquizedeque Nava Neto

Prestação de contas anual de governo do município de Porto Rico do Maranhão, exercício financeiro de 2004, de responsabilidade do Sr. Luis Henrique Diniz Fonseca, Prefeito Municipal. **Desaprovação das contas.** Aplicação de multas.

ACÓRDÃO PL-TCE Nº 558/2007

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo nº 3211/2005-TCE, referente à prestação de contas anual de governo do município de Porto Rico do Maranhão, exercício financeiro de 2004, de responsabilidade do Sr. Luis Henrique Diniz Fonseca, Prefeito Municipal, os membros do Tribunal de Contas do Estado, com fulcro no art. 71, inciso II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, no art. 172, inciso IV, da Constituição do Estado do Maranhão, e no art. 1º, inciso I e II, da Lei Estadual nº 8.258, de 6 de junho de 2005, à unanimidade, nos termos do relatório e voto do Relator, acolhida a manifestação do Ministério Público de junto a esta Corte de Contas, acordam em:

1) **emitir** parecer prévio pela desaprovação das contas da Prefeitura Municipal de Porto Rico do Maranhão, exercício financeiro de 2004, de responsabilidade do Sr. Luis Henrique Diniz Fonseca, com fulcro no art. 71, inciso II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, no art. 172, inciso IV, da Constituição do Estado do Maranhão, e no art. 1º, inciso I, c/c o art. 8º, inciso III, da Lei Estadual nº 8.258, de 6 de junho de 2005, em razão de o Balanço Geral não representar adequadamente as posições financeira, orçamentária e patrimonial do município em 31.12.2004, bem como o resultado das operações, conforme os princípios fundamentais de Contabilidade aplicados à Administração Pública, consoante o rol a seguir:

a) encaminhamento fora do prazo da Lei Orçamentária Anual – LOA (item 2.2);

b) não-arrecadação de todos os tributos de competência do Município, contrariando o art. 11 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 – LRF (item 3.1);

c) aplicação de somente 24% da receita de impostos e transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino (item 4.1);

d) aplicação de somente 59,79% dos recursos recebidos do Fundef na remuneração dos profissionais em atuação no magistério do ensino fundamental (item 4.3);

e) a despesa com pessoal do Poder Executivo atingiu 58,98% da receita corrente líquida, ultrapassando, portanto, o limite (54%) fixado no art. 20, inciso III, “b” da LRF (item 4.5);

f) ausência de projetos básicos nos processos licitatórios atinentes aos Convites nºs 01/2004, 04/2004, 05/2004, 11/2004, 12/2004, 13/2004, 14/2004 e 22/2004, cujos objetos referem-se à execução de obras e à prestação de serviços de engenharia, contrariando o disposto no art. 7º, § 2º, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93 (item 6.1);

g) não-comprovação da publicação e não-encaminhamento dos relatórios resumidos da execução orçamentária e dos relatórios de gestão fiscal (item 7.2);

h) não-comprovação da publicação e não-encaminhamento dos relatórios de gestão fiscal (item 7.2).

3) **aplicar** as seguintes multas ao Sr. Luis Henrique Diniz Fonseca, ordenador de despesa da Prefeitura Municipal de Porto Rico do Maranhão no exercício financeiro de 2004, a serem recolhidas no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação deste Acórdão:



3.1)no valor de **R\$ 2.000,00** (dois mil reais), correspondente a 2% (dois por cento) do valor estabelecido no caput do art. 274 do Regimento Interno-TCE/MA, com base no inciso III do referido artigo, em face das irregularidades descritas nas letras de “a” e “f” do item 1;

3.2)no valor de R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais), com base no art. 274, § 3º, inciso III, do Regimento Interno-TCE/MA, correspondente ao total dos valores referentes a cada um dos relatórios resumidos da execução orçamentária não-encaminhados ao Tribunal (letra “g” do item 1) – 6 X 600,00 –, com fulcro no art. 274, § 3º, inciso III, do Regimento Interno-TCE/MA, alterado pela Resolução nº 108/2006-TCE/MA;

3.3) no montante de R\$ 24.480,00, correspondente a 30% do total de subsídios anual do gestor, com fundamento no art. 5º, § 1º, da Lei Federal nº 10.028/2000, em razão da não-comprovação da publicação dos relatórios de gestão fiscal (letra “h” do item 1);

3.4)no valor de R\$ 1.800,00, com base no art. 274, § 3º, inciso III, do RITCE/MA, pelo o não-encaminhamento dos relatórios de gestão fiscal (letra “h” do item).

4)enviar à Procuradoria Geral do Estado, **em cinco dias** após o trânsito em julgado, cópia do parecer prévio pela desaprovação das contas e deste Acórdão, caso o valor das multas não seja recolhido no prazo estabelecido;

5)enviar à Procuradoria de Justiça, **em cinco dias** após o trânsito em julgado, cópia do parecer prévio pela desaprovação das contas e deste Acórdão, para os fins que entender pertinentes.

Presentes à sessão os Conselheiros Edmar Serra Cutrim (Presidente), Raimundo Oliveira Filho, Álvaro César de França Ferreira, Raimundo Nonato de Carvalho Lago Júnior, José de Ribamar Caldas Furtado, Antonio Blecaute Costa Barbosa (Conselheiro Substituto) e Melquizedeque Nava Neto (Conselheiro Substituto-Relator) e os Procuradores Jairo Cavalcanti Vieira e Flávia Gonzalez Leite, representantes do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 19 de setembro de 2007.

Conselheiro Edmar Serra Cutrim
Presidente

Conselheiro Substituto Melquizedeque Nava Neto
Relator

Fui presente:

Jairo Cavalcanti Vieira
Procurador de Contas

Flávia Gonzalez Leite
Procuradora de Contas

Processo nº :3984/2004-TCE
Natureza :Prestação de contas anual de governo
Origem :Prefeitura Municipal de São João do Paraíso
Exercício financeiro :2003
Ordenador de despesa:Sr. Daltro Pereira dos Santos Filho
Procurador :Sr. Raimundo Amâncio Rodrigues, CPF nº 466.877.003-59, RG nº 053.922.261-3 SSP/RJ
Ministério Público :Procuradores de Contas Paulo Henrique A. dos Reis e Flávia Gonzalez Leite.
Relator :Conselheiro Substituto Melquizedeque Nava Neto

Prestação de contas anual de governo do município de São João do Paraíso, de responsabilidade do Sr. Daltro Pereira dos Santos Filho, Prefeito Municipal no exercício financeiro de 2003. **Desaprovação das contas.** Imputação de débito.Aplicação de multas.

ACÓRDÃO PL-TCE Nº 559/2007

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo nº 3984/2004, referente à prestação de contas anual de governo do município de São João do Paraíso, exercício financeiro de 2003, de responsabilidade do Sr. Daltro Pereira dos Santos Filho, Prefeito Municipal, os membros do Tribunal de Contas do Estado, com fulcro no art. 71, inciso II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, no art. 172, inciso IV, da Constituição do Estado do Maranhão, e no art. 1º, inciso II, da Lei Estadual nº 8.258, de 6 de junho de 2005, à unanimidade, nos termos do relatório e voto do Relator, acolhida a manifestação do Ministério Público de Contas, acordam em:

1)emitir parecer prévio pela desaprovação das contas da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso, exercício financeiro de 2003, de responsabilidade do Sr. Daltro Pereira dos Santos Filho, com fulcro no art. 71, inciso II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, no art. 172, inciso IV, da Constituição do Estado do Maranhão, e no art. 1º, inciso II, c/c o art. 8º, inciso III, da Lei Estadual nº 8.258, de 6 de junho de 2005, em razão de o Balanço Geral não representar adequadamente as posições financeira, orçamentária e patrimonial do município em 31.12.2003, bem como o resultado das operações, de acordo com os princípios fundamentais de Contabilidade aplicados à Administração Pública, conforme evidenciado abaixo:

a)não-encaminhamento de cópia da lei que aprovou o Plano Plurianual (PPA) que compreende o exercício financeiro de 2003 (item 2.1);

b)não-arrecadação de todos os tributos de competência constitucional do Município, descumprindo-se o art. 11 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 – LRF (item 3.1);

c)despesas não-comprovadas por notas fiscais (item 3.3):

NE	Valor	Credor	Data	Volume/folha
05/2003	8.452,74	P. S Barros	28/9	3/870
02/2003	31.923,00	Mini Posto Paraíso Ltda	3/875	24/875
28/2003	14.220,00	Mini Posto Paraíso Ltda	3/889	3/889

d)falhas nos processo licitatórios concernentes às despesas com combustíveis e com medicamentos e não-comprovação de procedimentos licitatórios com vista à realização de despesas com gêneros alimentícios (itens 3.4 a 3.8 e 3.22);

e)ilegítima alegação de inexigibilidade de licitação para contratação de assessor técnico em planejamento escolar e metodologia de ensino para atuar nas escolas do ensino fundamental (item 3.9);

f)ordens de pagamento, abaixo, não informam as medições das parcelas das obras de engenharia que estão sendo quitadas (item 3.10):

Credor	Valor (R\$)	Data	Ordem de Pagamento	Volume /folha
Aderson M. M. Neto – Construtora Universo	49.607,20	24/6	449	4/1488
Aderson M. M. Neto – Construtora Universo	3.189,29	4/8	1617	16/2098
Aderson M. M. Neto – Construtora Universo	44.624,80	1/8	1606	16/6100
Estacon Construções Ltda	120.000,00	17/9	2006	18/6884
Econsergel – Empresa Constr. Serv. Gerais Ltda	2.750,00	22/9	1960	18/6921
Caerb – Coop. Agropec. E. de Energia Rural de Barra do Corda	27.200,00	10/12	2424	23/9363

g)processos licitatórios referentes aos Convites nº 004/2003, 029/2003, 030/2003, 033/2003, 034/2003, 040/2003 e 047/2003 apresentam documentos de habilitação de licitantes com datas de validade vencidas (item 3.11);

h)atos administrativos imperfeitos: processos licitatórios não contêm propostas de firmas apresentadas como competidoras (item 3.14):

Processos licitatórios	Licitantes cujas propostas não se encontram no processo
029/2003	H. Aquino, N. B. Silva e Papelaria Maranhão
030/2003	Silva e Rabelo Ltda
033/2003	Clóvis Correia L. Júnior e V. R. Pereira Papelaria
034/2003	Honorato Júnior Moreira de Oliveira

i)Balanços Orçamentário e Financeiro não compreendem a receita, no valor de R\$ 122.400,00, atinente ao convênio relativo a Melhorias Sanitárias, bem como não houve a escrituração da receita recebida do Programa Dinheiro Direto na Escola –PDDE, em 3 de setembro de 2003 – valor: R\$ 3.900,00 (item 3.16);

j)ausência da prestação de contas da autarquia responsável pelos serviços de água e esgoto, no município (item 3.19);

k)diferença de R\$ 3.189,29 entre o total do Passivo Financeiro registrado no Balanço Patrimonial, R\$ 1.416.321,45, e o total registrado no Demonstrativo da Dívida Flutuante, R\$ 1.413.132,16 (item 3.20);

l)registro de saldo financeiro no valor de R\$ 768.770,45 no caixa da prefeitura, evidenciando a não-observância ao Princípio da Eficiência, e, conseqüentemente, uma gestão fiscal não-responsável (item 3.21);

m)diferença de R\$ 1.200,00 entre o saldo atual da dívida flutuante do exercício financeiro de 2002, informado no Relatório de Informação Técnica nº 20/2004-UTCOG/NAGOG, R\$ 1.205.948,63, e o saldo anterior registrado na Demonstração da Dívida Flutuante (anexo 17, da lei nº 4.320/64) referente ao exercício financeiro de 2003, R\$ 1.204.748,63 (item 3.24);

n)encaminhamento fora do prazo dos relatórios resumidos da execução orçamentária (item 3.17);

o)encaminhamento fora do prazo dos relatórios de gestão fiscal (item 3.18);

p)pagamento de juros e multas ao INSS, no total de R\$ 1.314,05 (item 3.12);

q)documentação referente à despesa, abaixo, com serviços odontológicos prestados a pessoas carentes, não contém a relação dos beneficiados e a comprovação da habilitação do credor (itens 3.13 e 3.15):

NE	Data	Valor (R\$)	Credor	Vol./Folha
808	8/4	3.080,00	Franciléia Marinho dos Santos	9/3473

2)responsabilizar o gestor, Sr. Daltro Pereira dos Santos Filho, ordenador de despesa da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso no exercício financeiro de 2003, com fundamento no art. 71, inciso VIII, da Constituição Federal, art. 172, inciso IX, da Constituição do Estado do Maranhão, e no art. 10, inciso II, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005, a repor integralmente ao erário municipal a quantia de **R\$ 4.394,05** (quatro mil, trezentos e noventa e quatro reais e cinco centavos), acrescida de multa no valor de **439,40** (quatrocentos e trinta e nove reais e quarenta centavos), correspondente a 10% (dez por cento) do quantum imputado, devendo ser recolhida **no prazo de quinze dias**, a contar da publicação deste Acórdão, em razão das irregularidades apontadas nas letras “p” e “q” do item 1;

3)aplicar as seguintes multas ao Sr. Daltro Pereira dos Santos Filho, ordenador de despesa da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso no exercício financeiro de 2003, devendo ser recolhidas no prazo de **15 (quinze) dias**, a contar da publicação deste Acórdão:

3.1)no valor de **R\$ 3.000,00** (três mil reais), correspondente a 3% (cinco por cento) do valor estabelecido no caput do art. 274 do Regimento Interno-TCE/MA, com base no inciso III do referido artigo, em face das irregularidades descritas nas letras de “a” a “m” do item 1;

3.2)no montante de **R\$ 3.600,00** (três mil e seiscentos reais), com fulcro no art. 274, § 3º, inciso III, do Regimento Interno-TCE/MA, em razão do atraso no encaminhamento dos relatórios resumidos da execução orçamentária – letra “n” do item 1;

3.3)no valor de **R\$ 1.800,00** (um mil e oitocentos reais), com fundamento no art. 274, § 3º, inciso III, do Regimento Interno, pelo o atraso no encaminhamento dos relatórios de gestão fiscal – letra “o” do item 1.

4)enviar à Procuradoria Geral do Estado, **em cinco dias** após o trânsito em julgado, cópia do parecer prévio pela desaprovação das contas e deste Acórdão, caso o valor do débito e das multas não seja recolhido no prazo estabelecido;

5)enviar à Procuradoria Geral de Justiça, **em cinco dias** após o trânsito em julgado, cópia do parecer prévio pela desaprovação das contas e deste Acórdão, para os fins que entender pertinentes.

Presentes à sessão os Conselheiros Edmar Serra Cutrim (Presidente), Raimundo Oliveira Filho, Álvaro César de França Ferreira, Raimundo Nonato de Carvalho Lago Júnior, José de Ribamar Caldas Furtado, Antonio Blecaute Costa Barbosa (Conselheiro Substituto) e Melquizedeque Nava Neto (Conselheiro Substituto-Relator) e os Procuradores Jairo Cavalcanti Vieira e Flávia Gonzalez Leite, representantes do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 19 de setembro de 2007.

Conselheiro Edmar Serra Cutrim
Presidente

Conselheiro Substituto Melquizedeque Nava Neto
Relator

Fui presente:

Jairo Cavalcanti Vieira
Procurador de Contas

Flávia Gonzalez Leite
Procuradora de Contas

Processo nº :3952/2001-TCE

Natureza :Prestação de contas anual de governo – Recurso de reconsideração

Origem :Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Paruá

Exercício financeiro:2000

Recorrente :Sr. Riad Ayoub Jorge

Advogado :Sr. Riad Barbosa Ayoub – OAB/MA nº 3.832

Recorridos :Acórdão PL-TCE nº 579/2006 e o Parecer Prévio PL-TCE nº 301/2006

Ministério Público :Procuradora de Justiça Flávia Tereza de Viveiros Vieira

Relator :Auditor Melquizedeque Nava Neto

Recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Riod Ayoub Jorge, Prefeito Municipal de Santa Luzia do Paruá no exercício financeiro de 2000, impugnando o Acórdão PL-TCE nº 579/2006 e o Parecer Prévio PL-TCE nº 301/2006, relativos à prestação de contas anual de governo do referido município. Recurso conhecido e provido parcialmente.

ACÓRDÃO PL-TCE Nº 561/2007

Vistos, relatados e discutidos, **em grau de recurso**, os autos do processo nº 3952/2001-TCE, referente à prestação de contas anual de governo do município de Santa Luzia do Paruá, exercício financeiro de 2000, de responsabilidade do Sr. Riod Ayoub Jorge, Prefeito Municipal, que interpôs **recurso de reconsideração** ao Acórdão PL-TCE nº 579/2006 e ao Parecer Prévio PL-TCE nº 301/2006, os membros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, com fulcro no art. 71, incisos I e II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, no art. 172, incisos I e IV, da Constituição do Estado do Maranhão, e nos arts. 129, inciso I, e 136, da Lei Estadual nº 8.258, de 6 de junho de 2005, em sessão plenária ordinária, à unanimidade, nos termos do relatório e voto do Relator, acolhida a manifestação oral do Ministério Público de Contas, acordam em:

1) **conhecer** do recurso de reconsideração, por se encontrarem preenchidos os requisitos de admissibilidade;

2) **dar-lhe** provimento parcial, reformando o Acórdão PL-TCE nº 579/2006, fazendo-o nos seguintes termos:

2.1) excluindo-se as irregularidades dispostas nas letras “c” “h” e “j”;

2.2) dando-se novas redações às irregularidades contidas nas letras “a”, “d”, “e” e “f”, a saber:

a) encaminhamento fora do prazo de cópia da Lei Orçamentária Anual - LOA (item 1);

d) falhas nos processos licitatórios referentes aos Convites nºs 72/1999, 68/1999, 04/2000, 08/2000, 15/2000, 21/2000, 24/2000, 35/2000, 36/2000, 36/2000 e 47/2000 (item 4.2.1);

e) ausência de certidões de regularidade fiscal dos licitantes que competiram nos certames realizados com vista à execução das despesas listadas no item, a seguir (item 4.2.2);

f) acolhimento de documento inválido concernente à de habilitação do licitante Construtora Tavares Vieira Ltda: Certificado de Regularidade do FGTS – CRF constando data de validade vencida (item 4.2.3);

2.3) reduzindo-se de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) a multa aplicada no item 2;

2.4) emitindo-se parecer prévio pela aprovação com ressalva das contas;

3) manter os demais termos do acórdão;

4) **enviar** à Procuradoria Geral do Estado, em **cinco dias** após o trânsito em julgado, cópia do parecer prévio pela aprovação com ressalva das contas, do Acórdão PL-TCE nº 579/2006 e deste Acórdão, caso o valor da multa não seja recolhido no prazo estabelecido.

Presentes à sessão os Conselheiros Edmar Serra Cutrim (Presidente), Raimundo Oliveira Filho, Álvaro César de França Ferreira,

Raimundo Nonato de Carvalho Lago Júnior, José de Ribamar Caldas Furtado, Antonio Blecaute Costa Barbosa (Conselheiro Substituto) e Melquizedeque Nava Neto (Conselheiro Substituto-Relator) e os Procuradores Jairo Cavalcanti Vieira e Flávia Gonzalez Leite, representantes do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 19 de setembro de 2007.

Conselheiro Edmar Serra Cutrim
Presidente

Conselheiro Substituto Melquizedeque Nava Neto
Relator

Fui presente:

Jairo Cavalcanti Vieira
Procurador de Contas

Flávia Gonzalez Leite
Procuradora de Contas

Processo n.º 8972/2002-TCE

Natureza: Prestação de contas anual de gestores

Origem: Fundo Municipal de Saúde de Cururupu

Exercício financeiro: 2001

Ordenadores de despesa: Lílio Estrela de Sá- Secretário de Saúde

Ministério Público: Procuradora Flávia Tereza de Viveiros Vieira

Relator: Conselheiro Raimundo Nonato de Carvalho Lago Júnior

Prestação de contas anual de gestão de responsabilidade do Sr. Lílio Estrela de Sá, gestor do Fundo Municipal de Saúde de Cururupu no exercício financeiro de 2001. Contas julgadas regulares com ressalvas.

ACÓRDÃO PL-TCE N.º 575/2007

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo n.º 8972/2002-TCE, referente à prestação de contas anual de gestão de responsabilidade do Sr. Lílio Estrela de Sá, ordenador de despesas do Fundo Municipal de Saúde no exercício financeiro de 2001, os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso das atribuições que lhes conferem o art. 71, II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, o art. 51, II, c/c o art. 172, IV, da Constituição do Estado do Maranhão e o art. 1º, II, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA), em sessão plenária ordinária, por unanimidade, nos termos do relatório e voto do Relator, acolhido o Parecer nº 1.033/2007 do Ministério Público, acordam em julgar **regulares com ressalvas** as contas prestadas pelos responsáveis mencionados, **dando-lhes quitação**, na forma do art. 21 da Lei Orgânica do TCE/MA.

Presentes à sessão os Conselheiros Edmar Serra Cutrim (Presidente), Raimundo Oliveira Filho, Álvaro César de França Ferreira, Raimundo Nonato de Carvalho Lago Júnior (Relator), José de Ribamar Caldas Furtado, Antônio Blecaute Costa Barbosa (Conselheiro Substituto) e Melquizedeque Nava Neto (Conselheiro Substituto) e o Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis, representante do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão,
em São Luís, 26 de setembro de 2007.

Conselheiro **Edmar Serra Cutrim**
Presidente

Conselheiro **Raimundo Nonato de Carvalho Lago Júnior**
Relator

Fui presente:

Paulo Henrique Araújo dos Reis
Procurador de Contas

Processo n.º 2618/2005-TCE

Natureza: Recurso de revisão

Referência: Prestação de contas anual de gestores da Câmara Municipal de Graça Aranha (Proc. 7474/2002)

Exercício financeiro: 2001

Recorrente: José Ribamar Damasceno Júnior

Recorrido: Acórdão PL-TCE nº 443/2002

Ministério Público: Procurador José Argôlo Ferrão Coêlho

Relator: Conselheiro Raimundo Nonato de Carvalho Lago Júnior

Recurso de revisão interposto pelo Sr. José Ribamar Damasceno Júnior, ordenador de despesas da Câmara Municipal de Graça Aranha no exercício financeiro de 2001, em face do Acórdão PL-TCE nº 443/2002, que julgou irregulares as contas referidas, imputou débito e aplicou multa. Conhecimento e não-provimento do recurso. Manutenção da deliberação atacada. Encaminhamento de cópia de peças processuais à Procuradoria Geral de Justiça.

ACÓRDÃO PL-TCE N.º 576/2007

Vistos, relatados e discutidos, em grau de recurso, os autos do Processo n.º 2618/2005-TCE, referente ao recurso de revisão interposto pelo Sr. José Ribamar Damasceno Júnior, Presidente da Câmara e ordenador de despesas da Câmara Municipal de Graça Aranha no exercício financeiro de 2001, impugnando o Acórdão PL-TCE nº 443/2002, relativo à prestação de contas anual de gestão daquela Câmara, os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão plenária ordinária, com fulcro nos arts. 129, III, e 139 da Lei Orgânica do TCE/MA, instituída pela Lei nº 8.258, de 6/6/2005, e nos arts. 281, 282, III, e 289 do Regimento Interno, por unanimidade, nos termos do relatório e voto do Relator, acolhido o parecer nº 1603/2007 do Ministério Público, acordam em:

a) conhecer do recurso de revisão, por apresentar os requisitos de admissibilidade referente a tempestividade;

b) negar-lhe provimento, mantendo-se a decisão contida no Acórdão PL-TCE nº 443/2002;

c) encaminhar à Procuradoria Geral de Justiça do Estado, em cinco dias após trânsito em julgado, cópia deste acórdão e do Acórdão PL-TCE nº 443/2002, para os fins legais.

Presentes à sessão os Conselheiros Edmar Serra Cutrim (Presidente), Raimundo Oliveira Filho, Álvaro César de França Ferreira, Raimundo Nonato de Carvalho Lago Júnior (Relator), José de Ribamar Caldas Furtado, Antônio Blecaute Costa Barbosa (Conselheiro Substituto) e Melquizedeque Nava Neto (Conselheiro Substituto) e o Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis, representante do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão,
em São Luís, 26 de setembro de 2007.

Conselheiro **Edmar Serra Cutrim**
Presidente

Conselheiro **Raimundo Nonato de Carvalho Lago Júnior**
Relator

Fui presente:

Paulo Henrique Araújo dos Reis
Procurador de Contas

Processo n.º 3356/2005 -TCE

Natureza: Prestação de contas anual de governo

Origem: Prefeitura Municipal de Jatobá

Exercício financeiro: 2004

Ordenador de despesa: Miguel Alves da Silva

Ministério Público de Contas: Procuradores Paulo Henrique Araújo dos Reis e Flávia Gonzalez Leite

Relator: Conselheiro Álvaro César de França Ferreira

Prestação de contas anual de governo, de responsabilidade do Sr. Miguel Alves da Silva, Prefeito Municipal de Jatobá no exercício financeiro de 2004. Emissão de parecer prévio pela desaprovação das contas. Imputação de débito e imposição de multa ao Gestor Municipal. Encaminhamento de cópia de peças processuais à Procuradoria Geral de Justiça.

ACÓRDÃO PL-TCE N.º 583/2007

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo n.º 3356/2005-TCE, referente à prestação de contas anual de governo, de responsabilidade do Sr. Miguel Alves da Silva, Prefeito Municipal de Jatobá no exercício financeiro de 2004; os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso das atribuições que lhes conferem o art. 71, II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, o art. 51, II, c/c o art. 172, IV, da Constituição do Estado do Maranhão, o art. 1º, I e II, da Lei nº 8.258, de 06 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE-MA), e o art. 1º, II, do Regimento Interno, em sessão plenária ordinária, por unanimidade, nos termos do relatório e voto do Relator, acolhido o Parecer nº 1397/2007 do Ministério Público, acordam em:

a) emitir parecer prévio pela **desaprovação das contas** de responsabilidade do Sr. Miguel Alves da Silva, Prefeito Municipal de Jatobá no exercício financeiro de 2004, em virtude das irregularidades apontadas no Relatório de Informação Técnica nº 476/2005 – UTCOG/NACOG, às fls. 03-20, dos autos:

- não encaminhamento da Lei das Diretrizes Orçamentárias - LDO (item 2.1 do RIT);

- demonstrativo da Receita Total apresenta divergência de saldo entre o contabilizado e o apurado (item 3.2 do RIT);

- contabilização dos Recursos do FUNDEF na fonte imprópria (item 3.3 do RIT);

- repasse transferido para o Poder Legislativo não obedeceu o limite legal – art. 29-A, I a IV da CF (item 4 do RIT);

- não aplicação de 25% da receita de impostos e transferências na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (item 5.1.1.1 do RIT);

- descumprimento na aplicação de 15% da receita de impostos e transferências dos recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (item 5.1.1.2 do RIT);

- descumprimento da determinação de investir o mínimo de 60% dos recursos do FUNDEF na valorização do magistério (item 5.1.1.3 do RIT);

- fragmentação de Despesas na aquisição de material de expediente e



escolar, material de limpeza, totalizando o valor de R\$ 253.360,74 (item 5.1.1.4.1 do RIT);

- ausência de Licitação com Recursos do FUNDEF e MDE, totalizando o montante de R\$ 77.910,75 (item 5.1.1.4.2 do RIT);

- despesas 40% classificadas como 60% com Recursos do FUNDEF (item 5.1.1.4.3 do RIT);

- fragmentação de Despesas no valor total de R\$ 822.960,32 (item 5.3.1 do RIT);

- gastos a pagar em desacordo com o art. 42 da LRF (item 7 do RIT);

- ausência dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária do 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º bimestres e dos Relatórios de Gestão Fiscal do 1º, 2º e 3º quadrimestres do exercício e não cumprimento do estabelecido para suas comprovações de publicação (item 9 do RIT);

b) **responsabilizar** o gestor municipal, Sr. Miguel Alves da Silva, enquanto ordenador de despesas da Prefeitura Municipal de Jatobá, exercício financeiro de 2004, nos termos do art. 1º, XI e XII, da Lei Orgânica, em conformidade com o art. 23 da Lei Orgânica do TCE-MA, **a repor ao erário municipal a quantia de R\$ 275.935,27** (duzentos e setenta e cinco mil, novecentos e trinta e cinco reais e vinte e sete centavos), em razão de despesas irregulares e sem comprovação, para recolhimento **no prazo de quinze dias**, a contar da publicação oficial deste Acórdão;

c) **aplicar** ao Sr. Miguel Alves da Silva **a multa no valor de R\$ 55.187,05** (cinquenta e cinco mil, cento e oitenta e sete reais e cinco centavos), correspondente a vinte por cento do valor do débito, nos termos do art. 273, do Regimento Interno do TCE-MA e do art. 66 da Lei Orgânica do TCE-MA, a ser recolhida **no prazo de quinze dias**, a contar da publicação oficial deste Acórdão;

d) **aplicar** ao Sr. Miguel Alves da Silva **a multa no valor de R\$ 20.000,00** (vinte mil reais), em conformidade com o art. 67, III e IV, da Lei Orgânica do TCE/MA, a ser recolhida **no prazo de quinze dias**, a contar da publicação oficial deste Acórdão;

e) **responsabilizar** o gestor municipal, **a pagar multa no valor de R\$ 16.200,00** (dezesseis mil e duzentos reais), equivalente a 30% (trinta por cento) dos seus vencimentos anuais, por deixar de divulgar, no prazo legal, os relatórios de gestão fiscal (art. 5º, inciso I, § 1º da Lei 10.028/2000), a ser recolhida **no prazo de quinze dias**, a contar da publicação oficial deste Acórdão;

f) **enviar** cópia deste Acórdão e do parecer prévio pela desaprovação das contas à Procuradoria Geral de Justiça, **em cinco dias** após o trânsito em julgado, para os fins legais.

Presentes à sessão os Conselheiros Edmar Serra Cutrim (Presidente), Raimundo Oliveira Filho, Álvaro César de França Ferreira (Relator), Raimundo Nonato de Carvalho Lago Júnior, Yêdo Flamarion Lobão, João Jorge Jinkings Pavão e José de Ribamar Caldas Furtado, os Auditores Antônio Blecaute Costa Barbosa e Melquizedeque Nava Neto e o Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis, representante do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 03 de outubro de 2007.

Conselheiro **Edmar Serra Cutrim**
Presidente

Conselheiro **Álvaro César de França Ferreira**
Relator

Paulo Henrique Araújo dos Reis
Procurador Geral

Processo nº: 3460/2005–TCE

Natureza: Prestação anual de contas de gestão

Origem: Câmara Municipal de São Bento

Responsável: Reinaldo Penha Filho

Exercício financeiro: 2004

Ministério Público de Contas: Procuradores Jairo Cavalcanti Vieira e Flávia Gonzalez Leite

Relator: Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado

Prestação anual de contas de gestão. Constituição Federal. Lei nº 8.666/93. Lei Complementar nº 101/2000. Inobservância de preceitos legais. Despesas comprovadas com notas fiscais inidôneas. Apropriação indébita previdenciária. Irregularidades insanáveis, prejudiciais às contas. Julgamento irregular. Imputação de débito. Aplicação de multa. Encaminhamento de cópia deste acórdão à Procuradoria Geral de Justiça para os fins legais.

ACÓRDÃO PL-TCE Nº 600/2007

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo nº 3460/2005–TCE, referente à prestação anual de contas de gestão do Presidente da Câmara Municipal de São Bento, o Senhor Reinaldo Penha Filho, exercício de 2004, os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em sessão plenária ordinária, com fulcro no artigo 172, IV, da Constituição do Estado do Maranhão, c/c o artigo. 75 da Constituição Federal, e no artigo 1º, II e III, da Lei nº 8.258, de 06 de junho de 2005 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado), à unanimidade, conforme o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, acordam em:

a) julgar irregulares as referidas contas, visto que a prestação de contas apresenta irregularidades insanáveis (despesa total do Poder Legislativo acima do limite fixado no artigo 29-A, I, da Constituição Federal; realização de despesas sem observância ao princípio da licitação; despesas incorretamente classificadas; notas fiscais comprovantes de despesas emitidas antes da Autorização para Impressão de Documentos Fiscais (AIDF); falta de recolhimento de contribuições previdenciárias ao INSS; não-encaminhamento dos Relatórios de Gestão Fiscal ao TCE, além da falta de comprovação de publicação desses demonstrativos);

b) imputar ao Senhor Reinaldo Penha Filho o débito de R\$ 6.310,00 (seis mil, trezentos e dez reais), referente a notas fiscais comprovantes de despesas emitidas antes da Autorização para Impressão de Documentos Fiscais (AIDF) (item 4.1.2.6 – fl. 10), com fulcro no artigo 71, §3º, da Constituição Federal;

c) aplicar ao Senhor Reinaldo Penha Filho a multa de R\$ 11.400,00 (onze mil e quatrocentos reais), referente à falta de comprovação de ampla publicação dos Relatórios de Gestão Fiscal, com base no artigo 5º, I e §§ 1º e 2º, da Lei nº 10.028/2000, c/c o § 2º do artigo 55 da Lei Complementar nº 101/2000;

d) enviar cópia deste acórdão à Procuradoria Geral de Justiça, para os fins previstos na Lei Complementar Estadual nº 013/91, artigo 26, IX, em cinco dias após o trânsito em julgado (IN-TCE/MA nº 009/05, artigo 16).

Presentes à sessão os Conselheiros Yêdo Flamarion Lobão (Presidente em exercício), Raimundo Oliveira Filho, Álvaro César de França Ferreira, Raimundo Nonato de Carvalho Lago Júnior, João Jorge Jinkings Pavão e José de Ribamar Caldas Furtado (Relator), os Auditores Antônio Blecaute Costa Barbosa e Osmário Freire Guimarães e o Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis, representante do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão,
em São Luís, 10 de outubro de 2007.

Conselheiro **Yêdo Flamarion Lobão**
Presidente em exercício

Conselheiro **José de Ribamar Caldas Furtado**
Relator

Fui presente:

Paulo Henrique Araújo dos Reis
Procurador Geral

Processo nº: 4702/2005–TCE

Natureza: Prestação anual de contas de gestão

Origem: Prefeitura Municipal de São Bento

Exercício financeiro: 2004

Ordenador de despesa: Isaac Rubens Brito Dias

Ministério Público de Contas: Procuradores Jairo Cavalcanti Vieira e
Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado

Prestação anual de contas de gestão. Ordenador de despesa. Lei nº 8.666/93. Constituição Federal. Código Penal Brasileiro. Lei Complementar nº 101/2000. Inobservância a dispositivos constitucionais, à lei de licitações e contratos e à LRF. Saldo financeiro insuficiente para cobrir despesas inscritas em restos a pagar. Infração penal. Irregularidades insanáveis que prejudicam as contas. Julgamento irregular. Aplicação de multa. Encaminhamento de cópia deste acórdão à Procuradoria Geral de Justiça para os fins legais.

ACÓRDÃO PL-TCE Nº 601/2007

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo nº 4702/2005–TCE, referente à prestação anual de contas de gestão do ordenador de despesa da Prefeitura Municipal de São Bento, o Senhor Isaac Rubens Brito Dias, exercício financeiro de 2004, os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso das suas atribuições legais, em sessão plenária ordinária, à unanimidade, conforme o voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas, acordam em:

a) julgar irregulares as referidas contas, em razão da permanência de irregularidades insanáveis (falta de aplicação de 60% dos recursos do FUNDEF na valorização dos profissionais do magistério; classificação incorreta de agentes pedagógicos como profissionais do magistério; irregularidades em processos licitatórios; fragmentação indevida de despesas; saldo financeiro no final do mandato insuficiente para cobrir as despesas inscritas em restos a pagar, contrariando o disposto no artigo 42 da LRF; encaminhamento intempestivo dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária e dos Relatórios de Gestão Fiscal ao TCE, além da falta de comprovação de ampla publicação desses demonstrativos fiscais);

b) aplicar ao Senhor Isaac Rubens Brito Dias a multa de R\$ 21.600,00 (vinte e um mil e seiscentos reais), referente à falta de comprovação de ampla publicação dos Relatórios de Gestão Fiscal, com base no artigo 5º, I e §§ 1º e 2º, da Lei nº 10.028/2000, c/c o § 2º do artigo 55 da Lei Complementar nº 101/2000;

c) enviar cópia deste acórdão à Procuradoria Geral de Justiça, para os fins previstos na Lei Complementar Estadual nº 013/91, artigo 26, IX, em cinco dias após o trânsito em julgado (IN-TCE/MA nº 009/05, artigo 11).

Presentes à sessão os Conselheiros Yêdo Flamarion Lobão (Presidente em exercício), Raimundo Oliveira Filho, Álvaro César de França Ferreira, Raimundo Nonato de Carvalho Lago Júnior, João Jorge Jinkings Pavão e José de Ribamar Caldas Furtado (Relator), os Auditores Antônio Blecaute Costa Barbosa e Osmário Freire Guimarães e o Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis, representante do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão,
em São Luís, 10 de outubro de 2007.

Conselheiro **Yêdo Flamarion Lobão**
Presidente em exercício

Conselheiro **José de Ribamar Caldas Furtado**
Relator

Paulo Henrique Araújo dos Reis
Procurador Geral

Processo n.º 3463/2005-TCE

Natureza: Prestação de contas anual de gestores

Origem: Câmara Municipal de Cajari

Exercício financeiro: 2004

Ordenador de despesas: Pedro de Jesus Nunes

Ministério Público de Contas: Procuradores Jairo Cavalcanti Vieira e Flávia Gonzalez Leite

Relator: Conselheiro Álvaro César de França Ferreira

Prestação de contas anual de gestão, de responsabilidade do Sr. Pedro de Jesus Nunes, Presidente da Câmara Municipal de Cajari no exercício financeiro de 2004. Contas julgadas irregulares. Imposição de multa. Encaminhamento de cópia de peças processuais à Procuradoria Geral de Justiça e ao INSS.

ACÓRDÃO PL-TCE Nº 608/2007

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo n.º 3463/2005-TCE, referente à prestação de contas anual de gestão, de responsabilidade do Sr. Pedro de Jesus Nunes, Presidente da Câmara Municipal de Cajari no exercício financeiro de 2004, os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso das atribuições que lhes conferem o art. 71, II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, o art. 51, II, c/c o art. 172, IV, da Constituição do Estado do Maranhão, o art. 1º, III, da Lei nº 8.258, de 06 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE-MA), e o art. 1º, III, do Regimento Interno, em sessão plenária ordinária, por unanimidade, nos termos do relatório e voto do Relator, acolhido o Parecer nº 1291/2007 do Ministério Público, acordam em:

a) **julgar regulares com ressalva** as contas apresentadas pelo Sr. Pedro de Jesus Nunes, Presidente da Câmara Municipal de Cajari no exercício financeiro de 2004, nos termos do art. 21 da Lei Orgânica e do art. 191, II, do Regimento Interno;

b) **aplicar multa** ao gestor municipal, Sr. Pedro de Jesus Nunes, enquanto ordenador de despesas da Câmara Municipal de Cajari, exercício financeiro de 2004, no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), nos termos do art. 67, incisos IV e V, da Lei Orgânica do TCE-MA, a ser recolhida **no prazo de quinze dias**, a contar da publicação oficial deste Acórdão;

c) **responsabilizar** o gestor municipal, Sr. Pedro de Jesus Nunes, na condição de ordenador de despesas da Câmara Municipal de



Cajari, exercício financeiro 2004, com fundamento no art. 71, VIII, da Constituição Federal, no art. 172, IX, da Constituição do Estado do Maranhão, no art. 1º, XIV e XVII, da Lei Orgânica do TCE/MA, e, ainda, no art. 5º, I, §§ 1º e 2º, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, **a pagar multa no valor de R\$ 8.125,50 (oito mil, cento e vinte e cinco reais e cinquenta centavos)**, equivalente a 30% (trinta por cento) dos seus vencimentos anuais, a ser recolhida **no prazo de quinze dias**, a contar da publicação oficial deste Acórdão, devido a falta de divulgação dos Relatórios de Gestão Fiscal;

d) oficial ao INSS sobre a ausência de repasse da contribuição previdenciária dos empregados nos meses de outubro e novembro da folha de pagamento, não recolhimento das obrigações patronais;

e) determinar ao responsável ou a quem lhe haja sucedido a adoção de medidas necessárias à correção da seguinte falha, de modo a prevenir reincidências:

- ausência de encaminhamento dos relatórios de gestão fiscal e das declarações de suas publicações ao TCE/MA (item 6.2 do RIT);

f) enviar cópia deste Acórdão à Procuradoria Geral de Justiça, **em cinco dias** após o trânsito em julgado, para os fins legais.

Presentes à sessão os Conselheiros Edmar Serra Cutrim (Presidente), Raimundo Oliveira Filho, Álvaro César de França Ferreira (Relator), Raimundo Nonato de Carvalho Lago Júnior, Yêdo Flamarion Lobão, João Jorge Jinkings Pavão e José de Ribamar Caldas Furtado, os Auditores Antônio Blecaute Costa Barbosa e Melquizedeque Nava Neto e o Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis, representante do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 03 de outubro de 2007.

Conselheiro Edmar Serra Cutrim
Presidente

Conselheiro Álvaro César de França Ferreira
Relator

Fui presente:

Paulo Henrique Araújo dos Reis
Procurador Geral de Contas

Processo nº :6708/2003 - TCE
Natureza :Prestação de contas anual de governo – Recurso de reconsideração
Origem :Prefeitura Municipal de Pedro do Rosário
Exercício financeiro :2002
Ordenadora de despesa:Srª. Maria do Rosário Serrão Martins;
Advogados :Sr. Marconi Dias Lopes Neto-OAB-MA nº 6.550;
:Srª. Elmorane Brito Martins Coelho – OAB-MA nº 7.648;
Procuradora :Srª. Caroline de Sousa Prazeres-CPF: 010.259.673-56;
Ministério Público :Procurador de Justiça José Argôlo Ferrão Coêlho
Relator :Auditor Melquizedeque Nava Neto

Recurso de reconsideração interposto pela Srª. Maria do Rosário Serrão Martins, Prefeita Municipal de Pedro do Rosário no exercício financeiro de 2002, impugnando o Parecer Prévio PL-TCE nº 185/2006 e o Acórdão PL-TCE nº 367/2006, relativos à prestação de contas anual de governo do referido município. Recurso conhecido e provido parcialmente.

ACÓRDÃO PL-TCE Nº 609/2007

Vistos, relatados e discutidos, **em grau de recurso**, os autos do processo nº 6708/2003-TCE, referente à prestação de contas anual de governo da Prefeitura Municipal de Pedro do Rosário, exercício financeiro de 2002, de responsabilidade da Srª. Maria do Rosário Serrão Martins, Prefeita Municipal; os membros do Tribunal de Contas do Estado, com fulcro no art. 71, incisos I e II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, no art. 172, inciso IV, da Constituição do Estado do Maranhão, e no art. 1º, inciso II, da Lei Estadual nº 8.258, de 6 de junho de 2005, por unanimidade de votos, nos termos do relatório e proposta do Relator, acolhida a manifestação do Ministério Público junto a esta Corte de Contas, acordam em:

1)conhecer do recurso de reconsideração, por se encontrarem preenchidos os requisitos de admissibilidade;

2)no mérito prover parcialmente o recurso, reformando o Acórdão PL-TCE nº 367/2006, no seguinte termo:

2.1)excluir a ocorrência listada na letra “b”;

3) manter:

3.1)o parecer prévio pela **desaprovação das contas** em razão das irregularidades abaixo listadas:

a)o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual foram apresentados fora do prazo (item 1);

c)não-arrecadação de todos os tributos de competência do município, contrariando o art. 11 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (item 3.3);

d)as datas de validade das certidões de regularidade fiscal do FTGS (14/10/2002), da Receita Federal (14/10/2002) e do INSS (27/9/2002) apresentadas pelo licitante Lu Construções, vencedor da licitação que ensejou a recuperação de pontes de madeira, no valor de R\$ 56.358,00, iniciaram-se após a data da realização do certame, 19/9/2002. Além disso, não constam às rubricas dos membros da comissão e dos licitantes na documentação processada (item 12-2-g);

e)falta de comprovação da regularidade fiscal para fins de habilitação dos licitantes na forma prescrita nas normas de licitação e constitucional e a divergência entre o objeto constante na carta-convite e o especificado na nota de empenho, relativos à licitação para a construção da praça do Centro Administrativo, no valor de R\$ 59.731,93, executada pela firma Queimadas Construção Civil e Com. Ltda (item 12.2-o).

f)falhas em 29 (vinte e nove) processos licitatórios que ensejaram despesas no total de R\$ 443.536,89: não foram apresentadas as certidões de regularidade fiscal dos licitantes e as propostas não contêm as rubricas dos membros da comissão de licitação (item 12.1);

g)irregularidade no processo licitatório que ensejou a despesa com a aquisição de um microônibus, ano 2002, no valor de R\$ 69.800,00: o certame foi realizado em 1/7/2002, entretanto as datas de validade das certidões de regularidade do FGTS e de Tributos e Contribuições Federais do licitante vencedor, a firma Marcopolo, iniciaram-se somente em 2/7/2002 e 23/7/2002, respectivamente (item 12.1-o);

h)falhas em 15 (quinze) processos licitatórios que ensejaram despesas com obras e serviços de engenharia: ausência das rubricas dos membros da comissão e dos licitantes nas respectivas documentações, dos projetos básicos das obras, das planilhas orçamentárias e das certidões de regularidade fiscal dos licitantes (item 12.2);

i)justificativa de dispensa de licitação desobedecendo ao art. 24 e inciso II do art. 25 da Lei nº 8.866/93 relativas às despesas de alugueis de dois ônibus, nos valores de R\$ 12.500,00 e R\$ 15.000,00 e ausência de justificativa de licitação referente ao fornecimento de refeições pelo credor Lindomar Aragão Mendes aos professores da educação infantil durante a realização de um curso, no total de R\$ 9.245,00; e hospedagem de professores da educação infantil em estabelecimento do credor Antonio Miranda Serra, no valor de R\$ 9.245,00 (item 12.3);

j)inaplicabilidade do motivo inviabilidade de competição, justificado no ato de inexigibilidade de licitação para contratar a instituição

Conenge para prestar serviços de capacitação dos produtores rurais dos povoados Jaguaribe, Roque, Santa Teresa, Quadras e outros, no valor de R\$ 28.712,00 (item 12.3."c");

k) não-comprovação de procedimentos licitatórios para realizar as seguintes despesas: aquisição de medicamentos, no total de R\$ 9.180,65; compra de materiais de construção, no total de R\$ 11.578,00; e compras de gêneros alimentícios, no total de R\$ 14.771,00 (item 12.4);

l) falha no processo sobre a licitação que ensejou a construção do prédio destinado à agência postal e ao posto bancário, no valor de R\$

31.468,35; vê-se que o certame foi realizado em 13/9/2002, porém as datas de validade das certidões de regularidade fiscal do licitante vencedor, Lu Construções, junto ao FGTS e à Receita Federal, iniciaram-se somente em 14/10/2002 (item 12.2-a);

m) não-comprovação da publicação e o encaminhamento fora do prazo dos relatórios resumidos da execução orçamentária referente ao 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º bimestres (subitem 10-a);

n) não-comprovação da publicação e o encaminhamento fora do prazo dos relatórios de gestão fiscal relativo ao 1º e 2º semestres (subitem 10-b).

3.2) a multa de **R\$ 21.600,00** (vinte e um mil e seiscentos reais) correspondente à letra "n";

3.3) a multa de **R\$ 2.000,00** (dois mil reais) em razão das irregularidades dispostas nas letras "a"; "c" a "I";

3.4) a multa de **R\$ 2.000,00** (dois mil reais) em face da irregularidade disposta na letra "m";

4) **enviar** à Procuradoria Geral do Estado-PGE, em **cinco dias** após o trânsito em julgado, cópia deste Acórdão, e do Acórdão PL-TCE nº 367/2006, caso o valor das multas não seja recolhido no prazo estabelecido;

5) **enviar** à Procuradoria Geral de Justiça-PGJ, para os fins legais, em cinco dias após o trânsito em julgado, cópia do parecer prévio pela desaprovação das contas e deste Acórdão.

Presentes à sessão os Conselheiros Edmar Serra Cutrim (Presidente), Raimundo Oliveira Filho, Álvaro César França Ferreira, João Jorge Jinkings Pavão e José de Ribamar Caldas Furtado, os Auditores Melquizedeque Nava Neto (Relator) e Osmário Freire Guimarães e a Procuradora de Contas Flávia Gonzalez Leite, representante do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 17 de outubro de 2007.

Conselheiro Edmar Serra Cutrim
Presidente

Auditor Melquizedeque Nava Neto
Relator

Fui presente:

Flávia Gonzalez Leite
Procuradora de Contas

Processo nº 3654/2006-TCE

Natureza: Prestação de contas anual de governo

Origem: Prefeitura Municipal de Apicum Açu

Exercício financeiro: 2005

Ordenador de despesa: Benonil da Conceição Castro

Ministério Público: Procuradora de Justiça Flávia Tereza de Viveiros Vieira

Relator: Auditor Osmário Freire Guimarães

Prestação de contas anual de governo, de responsabilidade do Sr. Benonil da Conceição Castro, Prefeito Municipal de Apicum

Açu no exercício financeiro de 2005. Imposição de multas e imputação de débito. Emissão de parecer prévio pela desaprovação das contas. Encaminhamento de cópia de peças processuais à Procuradoria Geral do Estado.

ACÓRDÃO PL-TCE Nº 616 /2007

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo nº 3654/2006-TCE, referente à prestação de contas anual de governo da Prefeitura Municipal de Apicum Açu, de responsabilidade do Sr. Benonil da Conceição Castro, relativa ao exercício financeiro de 2005, os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão plenária ordinária, com fulcro no art. 1º, I e II, da Lei nº 8.258, de 06 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE), à unanimidade, nos termos do relatório e proposta de decisão do Relator, conforme o art. 104, parágrafo único, da Lei Orgânica, acolhendo o Parecer nº 1250/2007 do Ministério Público de Contas, acordam em:

a) emitir parecer prévio pela desaprovação das contas apresentadas pelo Prefeito Municipal de Apicum Açu, Sr. Benonil da Conceição Castro, relativas ao exercício financeiro de 2005;

b) responsabilizar o Sr. Benonil da Conceição Castro, enquanto ordenador de despesa do exercício financeiro de 2005, **pelas irregularidades de cunho formal**, com fundamento no inciso IX do art. 172 da Constituição do Estado do Maranhão e inciso XIV do art. 1º da Lei 8.258 de 06 de junho de 2005, **ao pagamento da multa no valor correspondente a R\$ 10.000,00** (dez mil reais), nos termos do art. 274, incisos III e IV, do Regimento Interno – TCE/MA, alterado pela Resolução nº 097/2006-TCE/MA, em razão da permanência das irregularidades de cunho formal, constantes dos **itens: cap. II, item 2; cap. IV, itens 1.2.3; 2.3; 7.3; 9.5 (1), (2), (9), (10), (11), (18), (22), (25), (26); 14.1; 14.4; FUNDEF 2, 3, 6, 7, 9 do Relatório Técnico nº 198/2006-UTCOG/NACOG** (fls. 03 a 35) e **itens 3.1, 4, 5, 7 e 9 do Relatório de Inspeção nº 14/2006** (fls. 5020-5037);

c) responsabilizar o Prefeito Municipal de Apicum Açu, Sr. Benonil da Conceição Castro, enquanto ordenador de despesa do exercício financeiro de 2005, com fundamento no art. 71, VIII, da Constituição Federal, no art. 172, IX, da Constituição do Estado do Maranhão e no art. 23 c/c art. 66 da Lei Orgânica, **a repor integralmente ao Erário Municipal a quantia de R\$ 1.823.526,31** (um milhão, oitocentos e vinte três mil, quinhentos e vinte seis reais e trinta e um centavos), acrescida de **multa no valor de R\$ 273.528,94** (duzentos e setenta e três mil, quinhentos e vinte oito reais e noventa e quatro centavos), correspondente a **quinze por cento** do *quantum* ora imputado, na forma do art. 273 do Regimento Interno, pelas irregularidades de cunho material constante dos **itens 9.5 (1), (2) e FUNDEF: itens 6,7 e 9 do Relatório Técnico nº 198/2006- UTCOG/NACOG** (fls. 03 a 35);

d) responsabilizar o Sr. Benonil da Conceição Castro, com base no art. 5º, §§ 1º e 2º, da Lei 10.028, de 19 de outubro de 2000, **ao pagamento da multa no valor de R\$ 39.600,00** (trinta e nove mil e seiscentos reais), correspondente a 30% dos seus vencimentos anuais, em razão da não publicação dos relatórios de gestão fiscal do 1º e 2º semestres, em desacordo com o art. 55, § 2º, da LC nº 101/2000, c/c o art. 15, §§ 1º, da IN nº 008/2003-TCE/MA, conforme **item 14.1** do RIT nº 198/2006-UTCOG/NACOG (fls. 03 a 35);

e) responsabilizá-lo, ainda, com base no art. 274, §3º, inciso III, do Regimento Interno-TCE/MA, alterado pela Resolução nº 108/2006-TCE/MA, **ao pagamento da multa no valor de R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais)**, em razão do atraso na apresentação dos relatórios resumidos de execução orçamentária (1º ao 6º bimestres) e do relatório de gestão fiscal (1º e 2º semestres), conforme **item 14.1** do RIT nº 198/2006-UTCOG/NACOG (fls. 03 a 35);



f) **determinar** a notificação do **Sr. Benonil da Conceição Castro**, na forma do art. 199 do Regimento Interno, para, **no prazo de quinze dias**, efetuar e comprovar o recolhimento do valor total que lhe foi imposto;

g) **enviar** cópia desta decisão ao Instituto Nacional de Seguro Social, em razão das irregularidades apresentadas nos **item 14.4** do RIT do RIT nº 198/2006 UTCOG/NACOG (fls. 03-35) e **item 9** do Relatório de Inspeção nº 14/2006-UTEFI (fls. 5021-5033), para conhecimento e providências pertinentes;

h) **enviar**, à Procuradoria Geral do Estado, **em cinco dias** após o trânsito em julgado, cópia do parecer prévio pela desaprovação das contas e deste Acórdão, para as providências legais.

Presentes à sessão os Conselheiros Edmar Serra Cutrim (Presidente), Raimundo Oliveira Filho, Álvaro César de França Ferreira, João Jorge Jinkings Pavão e José de Ribamar Caldas Furtado, os Auditores Melquizedeque Nava Neto e Osmário Freire Guimarães (Relator) e a Procuradora Flávia Gonzalez Leite, representante do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 17 de outubro de 2007.

Conselheiro Edmar Serra Cutrim
Presidente

Auditor Osmário Freire Guimarães
Relator

Fui presente:

Flávia Gonzalez Leite
Procuradora de Contas

Processo nº 4052/2005-TCE

Natureza: Prestação de contas anual de gestores

Origem: Câmara Municipal de Governador Luiz Rocha

Exercício financeiro: 2004

Ordenador de despesa: Edmilson Damasceno Frade

Advogado: Carlos Bronson Coelho da Silva, OAB/MA nº 5652

Ministério Público: Procuradores de Contas Flávia Gonzalez Leite e Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Auditor Osmário Freire Guimarães

Prestação de contas anual de gestão de responsabilidade do Sr. Edmilson Damasceno Frade, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Governador Luiz Rocha, exercício financeiro de 2004. **Julgamento irregular das contas.** Imposição de multas e imputação de débito ao ordenador das despesas. Encaminhamento das peças processuais à Procuradoria Geral de Justiça do Estado, para as providências pertinentes.

ACÓRDÃO PL-TCE Nº 617/2007

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo nº 4052/2005-TCE, referente à prestação de contas anual de gestão da Câmara Municipal de Governador Luiz Rocha, de responsabilidade da Sr. Edmilson Damasceno Frade, relativa ao exercício financeiro de 2004, os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão plenária ordinária, com fulcro no

art. 1º, III, da Lei nº 8.258, de 06 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA), à unanimidade, nos termos do relatório e proposta de decisão do Relator, conforme o art. 104, parágrafo único, da Lei Orgânica, acolhendo, em parte, o Parecer nº 1126/2007 do Ministério Público, acordam em:

a) **julgar irregulares** as contas do **Sr. Edmilson Damasceno Frade**, Presidente da Câmara Municipal de Governador Luiz Rocha, relativas ao exercício financeiro de 2004, com base no inciso II do art. 22 da Lei 8.258, de 06 de junho de 2005, por restarem infrações às normas legais ou regulamentares de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial;

b) **responsabilizar o Sr. Edmilson Damasceno Frade**, com base no art. 274, incisos III e IV, do Regimento Interno TCE/MA, modificado pela Resolução nº 097/2006-TCE/MA, **ao pagamento da multa no valor de R\$ 5.000,00** (cinco mil reais), pelas irregularidades de cunho formal, constantes dos **itens 1, 4.6.1.1, 4.6.1.2, 4.6.5, 4.6.7, 4.6.8, 4.6.9, 4.6.11, 4.6.12, 4.6.13, 4.6.14, e 6.2** do Relatório de Informação Técnica Nº 116/2004- UTCGE (fls. 04-14);

c) **responsabilizar o Sr. Edmilson Damasceno Frade**, Presidente da Câmara Municipal, enquanto ordenador de despesa do exercício financeiro de 2004, com fundamento no art. 71, VIII, da Constituição Federal, no art. 172, IX, da Constituição do Estado do Maranhão e no art. 23 c/c art. 66 da Lei Orgânica, **a repor integralmente ao erário municipal a quantia de R\$ 9.514,52** (nove mil, quinhentos e catorze reais e cinquenta e dois centavos), acrescida de **multa no valor de R\$ 1.902,90** (mil, novecentos e dois reais e noventa centavos), correspondendo a **vinde por cento** do *quantum* ora imputado, na forma do art. 273 do Regimento Interno, modificado pela Resolução nº 097/2006 – TCE/MA, em razão da permanência das irregularidades constantes dos **itens 4.6.2, 4.6.3 e 6.1** do Relatório de Informação Técnica Nº 116/2006 - UTCGE (fls. 04-14);

d) **responsabilizá-lo, ainda**, com base no art. 274, §3º, inciso III, do Regimento Interno-TCE/MA, alterado pela Resolução nº 108/2006-TCE/MA, **ao pagamento da multa no valor de R\$ 600,00** (seiscentos reais), em razão do envio intempestivo do relatório de gestão fiscal do 2º semestre, conforme **item 6.2** do RIT Nº 116/2006 – UTCGE (fls. 04-14);

e) **determinar** ao gestor que regularize as inadimplências junto ao Instituto Nacional de Seguro Social-INSS, conforme item **4.6.11** do RIT nº 116-2006 - UTCGE (fls. 14-19);

f) **determinar** a notificação do **Sr. Edmilson Damasceno Frade**, na forma do art. 199 do Regimento Interno, para, **no prazo de quinze dias**, efetuar e comprovar o recolhimento do valor total que lhe foi imposto;

g) **enviar**, em cinco dias, após trânsito em julgado, cópia desta decisão à **Procuradoria Geral de Justiça do Estado**, para as providências pertinentes.

Presentes à sessão os Conselheiros Edmar Serra Cutrim (Presidente), Raimundo Oliveira Filho, Álvaro César de França Ferreira, João Jorge Jinkings Pavão e José de Ribamar Caldas Furtado, os Auditores Melquizedeque Nava Neto e Osmário Freire Guimarães (Relator) e a Procuradora Flávia Gonzalez Leite, representante do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão,
em São Luís, 17 de outubro de 2007.

Conselheiro Edmar Serra Cutrim
Presidente

Auditor Osmário Freire Guimarães
Relator

Fui presente:

Flávia Gonzalez Leite
Procuradora de Contas

Processo nº 3282/2005-TCE

Natureza: Prestação de contas anual de gestores

Origem: Câmara Municipal de Santa Filomena do Maranhão

Exercício financeiro: 2004

Ordenadora de despesa: Irene de Sousa Gomes

Advogada: Ana Cristina Coelho Moraes – OAB/MA nº 7.065

Ministério Público: Procuradores de Contas Jairo Cavalcanti Vieira e
Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Auditor Osmário Freire Guimarães

Prestação de contas anual de gestão de responsabilidade da Sra. Irene de Sousa Gomes, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Santa Filomena do Maranhão, exercício financeiro de 2004. **Julgamento irregular das contas.** Imposição de multas e imputação de débito à ordenadora das despesas. Encaminhamento das peças processuais à Procuradoria Geral de Justiça do Estado, para as providências pertinentes.

ACÓRDÃO PL-TCE Nº 618/2007

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo nº 3282/2005-TCE, referente à prestação de contas anual de gestão da Câmara Municipal de Santa Filomena do Maranhão, de responsabilidade da Sra. Irene de Sousa Gomes, relativa ao exercício financeiro de 2004, os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão plenária ordinária, com fulcro no art. 1º, III, da Lei nº 8.258, de 06 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA), à unanimidade, nos termos do relatório e proposta de decisão do Relator, conforme o art. 104, parágrafo único, da Lei Orgânica, acolhendo o Parecer nº 1279/2007 do Ministério Público, acordam em:

a) **julgar** irregulares as contas apresentadas pela Sra. Irene de Sousa Gomes, Presidente da Câmara Municipal de Santa Filomena do Maranhão, relativa ao exercício financeiro de 2005, com base nos incisos II e III do art. 22 da Lei 8.258, de 06 de junho de 2005, por restarem infrações às normas legais ou regulamentares de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial e dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

b) **responsabilizar** a **Sra. Irene de Sousa Gomes**, com base no art. 274, inciso IV, do Regimento Interno TCE/MA, modificado pela Resolução nº 097/2006-TCE/MA, **ao pagamento da multa no valor de R\$ 2.000,00** (dois mil reais), pelas irregularidades de cunho formal constantes do **capítulo II, itens 4.6.1 e 6.2** do Relatório de Informação Técnica Nº 164/2006- UTCGE/NUPEC 2 (fls. 03-09);

c) **responsabilizar** a **Sra. Irene de Sousa Gomes**, Presidente da Câmara Municipal, enquanto ordenadora de despesa do exercício financeiro de 2004, com fundamento no art. 71, VIII, da Constituição Federal, no art. 172, IX, da Constituição do Estado do Maranhão e no art.

23 c/c art. 66 da Lei Orgânica, **a repor integralmente ao erário municipal a quantia de R\$ 1.925,00** (mil, novecentos e vinte e cinco reais), acrescida de **multa no valor de R\$ 385,00** (trezentos e oitenta e cinco reais), correspondendo a **vinde por cento** do *quantum* ora imputado, na forma do art. 273 do Regimento Interno, modificado pela Resolução nº 097/2006 – TCE/MA, em razão da permanência das irregularidades constantes do **capítulo II, item 4.6.2** do Relatório de Informação Técnica Nº 164/2006- UTCGE/NUPEC 2 (fls. 03-09);

d) **responsabilizá-la**, ainda, com base no art. 274, §3º, inciso III, do Regimento Interno-TCE/MA, alterado pela Resolução nº 108/2006-TCE/MA, **ao pagamento da multa no valor de R\$ 1.200,00** (um mil e duzentos reais), em razão do encaminhamento intempestivo dos relatórios de gestão fiscal (1º e 2º semestres), conforme capítulo II, **item 6.2** do RIT Nº 164/2006- UTCGE/NUPEC 2 (fls. 03-09);

e) **determinar** à gestora que regularize as inadimplências junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social- INSS, conforme **capítulo II, item 4.6.1** do RIT nº 164/2006- UTCGE/NUPEC 2 (fls. 03-09);

f) **enviar** cópia desta decisão ao Instituto Nacional de Seguridade Social, para conhecimento e providências pertinentes;

g) **enviar** à Procuradoria Geral de Justiça, em cinco dias após trânsito em julgado, cópia desta decisão, para as providências pertinentes.

Presentes à sessão os Conselheiros Edmar Serra Cutrim (Presidente), Raimundo Oliveira Filho, Álvaro César de França Ferreira, João Jorge Jinkings Pavão e José de Ribamar Caldas Furtado, os Auditores Melquizedeque Nava Neto e Osmário Freire Guimarães (Relator) e a Procuradora Flávia Gonzalez Leite, representante do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão,
em São Luís, 17 de outubro de 2007.

Conselheiro Edmar Serra Cutrim
Presidente

Auditor Osmário Freire Guimarães
Relator

Fui presente:

Flávia Gonzalez Leite
Procuradora de Contas

Processo: 8114/2004 - TCE

Natureza: Prestação de contas anual de governo e de gestores

Origem: Prefeitura Municipal de Turilândia

Exercício financeiro: 2003

Ordenador de despesa: Teodoro Gusmão Costa

Ministério Público: Procurador de Justiça José Argôlo Ferrão Coêlho

Relator: Auditor Osmário Freire Guimarães

Prestação de contas anual de governo da Prefeitura Municipal de Turilândia, exercício financeiro de 2003, de responsabilidade do Sr Teodoro Gusmão Costa. Prestação de contas anual de gestão do Fundo Municipal de Saúde de Turilândia, exercício financeiro de 2003, de responsabilidade do Sr. Teodoro Gusmão Costa. **Emissão de parecer prévio pela desaprovação das contas da Prefeitura Municipal de Turilândia. Julga-**

mento irregular das contas do Fundo Municipal de Saúde de Turilândia. Imputação de débito e imposição de multas ao ordenador de despesas. Encaminhamento das peças processuais à Procuradoria Geral de Justiça do Estado para as providências pertinentes.

ACÓRDÃO PL-TCE N° 619 /2007

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo n° 8114/2004-TCE, referente à prestação de contas anual de governo da Prefeitura Municipal de Turilândia, de responsabilidade do Sr. Teodoro Gusmão Costa, relativa ao exercício financeiro de 2003, os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em sessão plenária ordinária, com fulcro no art. 1º, I e II, da Lei n° 8.258, de 06 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE), à unanimidade, nos termos do relatório e proposta de decisão do Relator, conforme o art. 104, parágrafo único, da Lei Orgânica, acolhendo os Pareceres ns.º 4043/2006 e 1606/2007 do Ministério Público, acordam em:

a) **emitir parecer prévio pela desaprovação das contas** apresentadas pelo **Sr. Teodoro Gusmão Costa**, na qualidade de Prefeito Municipal de Turilândia, relativas ao exercício financeiro de 2003;

b) **julgar** irregulares as contas apresentadas pelo **Sr. Teodoro Gusmão Costa**, enquanto ordenador de despesas do Fundo Municipal de Saúde, relativa ao exercício financeiro de 2003, com base no inciso II do art. 22 da Lei 8.258, de 06 de junho de 2005, por restarem infrações às normas legais ou regulamentares de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial;

c) **responsabilizar o Sr. Teodoro Gusmão Costa**, enquanto ordenador de despesa do exercício financeiro de 2003, **pelas irregularidades de cunho formal**, com fundamento no inciso IX do art. 172 da Constituição do Estado do Maranhão e inciso XIV do art. 1º da Lei 8.258 de 06 de junho de 2005, **ao pagamento da multa no valor correspondente a R\$ 10.000,00** (dez mil reais), nos termos do art. 274, inciso II, do Regimento Interno – TCE/MA, modificado pela Resolução n° 097/2006-TCE/MA, em razão da permanência das irregularidades constantes dos **itens e subitens 1, 2** (pela intempestividade), **3.1, 3.2.1, 5.1.1.3, 5.1.2.1, 5.1.2.3, 5.1.2.5, 5.2.2.1, 5.2.3.1, 5.2.3.3, 5.2.3.5, 5.4.1.1.1, 5.5.1, 5.5.2, 5.5.5, 6.1, 7.2.1, 7.2.2** do RIT n° 261/2005 UTCOG-NACOG (fls. 136-183);

d) **responsabilizar o** Prefeito Municipal de Turilândia, **Sr. Teodoro Gusmão Costa**, enquanto ordenador de despesa do exercício financeiro de 2003, com fundamento no art. 71, VIII, da Constituição Federal, no art. 172, IX, da Constituição do Estado do Maranhão e no art. 23 c/c art. 66 da Lei Orgânica, **a repor integralmente ao erário municipal a quantia de R\$ 56.362,81** (cinquenta e seis mil, trezentos e sessenta e dois reais e oitenta e um centavos), acrescida de **multa no valor de R\$ 11.272,56** (onze mil, duzentos e setenta e dois reais e cinquenta e seis centavos), correspondente a **vinde por cento do quantum** ora imputado, na forma do art. 273 do Regimento Interno, pelas irregularidades, de cunho material, consignadas nos **itens 3.2.1 (valores apurados pelo TCE e não contabilizados pela Prefeitura), 5.1.2.2 e 5.5.3** do Relatório Técnico n° 261/2005- UTCOG/NACOG (fls. 136-183);

e) **responsabilizar, ainda, o Sr. Teodoro Gusmão Costa**, com base no art. 5º, §§ 1º e 2º, da Lei 10.028, de 19 de outubro de 2000, **ao pagamento da multa no valor de R\$ 21.600,00** (vinte um mil e seiscentos reais), correspondente a 30% dos seus vencimentos anuais pela não observância aos artigos 48 e 55, § 2º, da LRF, quanto aos locais de divulgação das publicações dos relatórios resumidos de execução orçamentária e relatórios de gestão fiscal, apontadas nos **itens 7.2.1 e 7.2.2**, do RIT n° 261/2005 UTCOG-NACOG (fls. 136-183);

f) **responsabilizá-lo, ainda**, com base no art. 274, §3º, inciso III, do Regimento Interno-TCE/MA, alterado pela Resolução n° 108/2006-TCE/MA, **ao pagamento da multa no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais)**, em razão do atraso na apresentação dos relatórios resumidos de execução orçamentária (1º ao 4º bimestres) e do relatório de gestão fiscal (1º semestre), conforme **itens 7.2.1 e 7.2.2** do RIT n° 261/2005-UTCOG/NACOG (fls. 136-183)

g) **determinar** a notificação do **Sr. Teodoro Gusmão Costa**, na forma do art. 199 do Regimento Interno, para, **no prazo de quinze dias**, efetuar e comprovar o recolhimento do valor total que lhe foi imposto;

h) **enviar**, após trânsito em julgado, cópia desta decisão à **Procuradoria Geral de Justiça do Estado** para as providências legais.

Presentes à sessão os Conselheiros Edmar Serra Cutrim (Presidente), Raimundo Oliveira Filho, Álvaro César de França Ferreira, João Jorge Jinkings Pavão e José de Ribamar Caldas Furtado, os Auditores Melquizedeque Nava Neto e Osmário Freire Guimarães (Relator) e a Procuradora de Contas Flávia Gonzalez Leite, representante do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 17 de outubro de 2007.

Conselheiro Edmar Serra Cutrim
Presidente

Auditor Osmário Freire Guimarães
Relator

Fui presente:

Flávia Gonzalez Leite
Procuradora de Contas

Processo: 10564/2005 - TCE

Natureza: Prestação de contas anual de governo

Origem: Prefeitura de Araiões

Exercício financeiro: 2004

Ordenador de despesas: Pedro Henrique Silva Santos

Ministério Público: Procuradores Jairo Cavalcanti Vieira e Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Auditor Antônio Blecaute Costa Barbosa

Prestação de contas anual de governo da Prefeitura de Araiões, de responsabilidade do Ex-Prefeito Pedro Henrique Silva Santos, relativa ao exercício financeiro de 2004. Emissão de Parecer Prévio pela desaprovação das contas. Imputação de débito. Imposição de multas. Encaminhamento de cópia de peças processuais à Procuradoria Geral de Justiça do Estado, à Procuradoria Geral do Estado e à Procuradoria do Município de Araiões, para os fins legais.

ACÓRDÃO PL-TCE N.º 620/2007

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo n.º 10564/2005-TCE, referente à prestação de contas anual de governo, de responsabilidade da **Sr. Pedro Henrique Silva Santos, Prefeito de Araiões** no exercício financeiro de 2004, os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso das atribuições que lhes conferem o art. 71, II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, o art. 51, II, c/c o art. 172, IV,

da Constituição do Estado do Maranhão e o art. 1º, I e II, da Lei nº 8.258, de 06 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA), em sessão plenária ordinária, por unanimidade, nos termos do relatório e proposta de decisão do Relator, conforme art. 104, parágrafo único, da Lei Orgânica, acolhido, em parte, o Parecer nº 1401/2007 do Ministério Público, acordam em:

a) **emitir** parecer prévio pela desaprovação das contas de responsabilidade do Sr. Pedro Henrique Silva Santos, Ex-Prefeito de Araiões, no exercício financeiro de 2004, em razão das irregularidades consignadas no Relatório de Informação Técnica nº 145/2006- NACOG/ UTCOG, de 30/04/2006 (fls. 03 a 18), conforme demonstrado nas alíneas seguintes;

b) **responsabilizar** o gestor municipal, Sr. Pedro Henrique Silva Santos, enquanto ordenador de despesas no exercício financeiro de 2004, da Prefeitura de Araiões, com fundamento no art. 71, VIII, da Constituição Federal, no art. 172, IX, da Constituição do Estado do Maranhão, e nos arts. 1º, XIV, e 67, III, da Lei nº 8.258, de 06 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE), a pagar multa de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), a ser recolhida no prazo de quinze dias, a contar da publicação oficial deste Acórdão, em face das falhas constantes do Relatório de Informação Técnica nº 145/2006-NACOG/UTCUG, de 30/04/2006 (fls. 03 a 18), a seguir:

b1 repasse ao Poder Legislativo acima do limite constitucional (item 4);

b2 ausência de processos licitatórios (item 8.1.1 e 8.1.2);

b3 fragmentação de despesa nas seguintes aquisições: material didático, combustível, gêneros alimentícios, material de limpeza; material de expediente e medicamentos (itens 8.2.1 a 8.2.6);

b4 ausência de notas de anulação de empenhos (item 8.5);

b5 divergência entre o saldo para exercício seguinte (Bancos), contabilizado no balanço financeiro - Anexo 13 (R\$ 371.106,69), e o valor apurado em extratos bancários (R\$ 58.829,53), ocasionando a diferença no valor de R\$ 312.328,80 (item 8.6);

b6 ausência de lei instituindo o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEF - CACS (item 8.8);

b7 ausência do parecer do Conselho de Acompanhamento e Controle Social sobre as contas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, relativo ao exercício financeiro de 2004 (item 8.9);

c) **responsabilizar** o Ex-Prefeito de Araiões, o Sr. Pedro Henrique Silva Santos, com fundamento no art. 71, VIII, da Constituição Federal, no art. 172, IX, da Constituição do Estado do Maranhão, e nos arts. 1º, XIV, e 66, da Lei nº 8.258, de 06 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE), a repor integralmente ao erário municipal a quantia de R\$ 424.484,55 (quatrocentos vinte e quatro mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos), acrescida de multa no valor de R\$ 84.896,91 (oitenta e quatro mil, oitocentos e noventa e seis reais e noventa e um centavos), equivalente a vinte por cento do *quantum* ora imputado, no prazo de quinze dias, a contar da publicação oficial deste Acórdão, em razão das irregularidades materiais constantes do Relatório de Informação Técnica nº 145/2006 (fls. 03 a 18), a seguir:

c1 ausência de comprovantes de despesas, no total de R\$ 29.419,91 (item 8.3);

c2 ausência de comprovantes de despesas relativos a pagamentos de restos a pagar, no total de R\$ 222.469,25 (item 8.5);

c3 ausência de comprovante de despesas de recursos do FUNDEF, no valor de R\$ 172.595,39 (item 8.7);

d) **responsabilizar**, ainda, o Ex-Prefeito de Araiões, Pedro Henrique Silva Santos, com fundamento no art. 1º, XI, da Lei nº 8.258, de 06 de junho de 2005, e no art. 5º, I, § 1º e § 2º, da Lei Federal nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, e do art. 276, do Regimento Interno, ao pagamento da multa de R\$ 21.600,00 (vinte e um mil, seiscentos reais), equivalente a 30% (trinta por cento) dos seus vencimentos anuais, a ser recolhida no prazo de quinze dias, a contar da publicação oficial deste Acórdão, em razão da ausência de comprovação idônea de publicação e da intempestividade no encaminhamento, ao Tribunal de Contas, dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF), relativo ao exercício financeiro, apontada no item 7.2 do Relatório de Informação Técnica nº 145/2006 - NACOG/UTCUG, de 30/04/2006 (fls. 03 a 18);

e) **enviar** à Procuradoria Geral de Justiça do Estado, à Procuradoria Geral do Estado e à Procuradoria do Município de Araiões, para os fins legais, em cinco dias após o trânsito em julgado, cópia deste Acórdão, acompanhado da documentação necessária ao ajuizamento de eventual ação judicial.

Presentes à sessão os Conselheiros Yêdo Flamarion Lobão (Presidente em exercício), Raimundo Oliveira Filho, Álvaro César de França Ferreira, Raimundo Nonato de Carvalho Lago Júnior, João Jorge Jinkings Pavão e José de Ribamar Caldas Furtado, os Auditores Antônio Blecaute Costa Barbosa (Relator) e Osmário Freire Guimarães e o Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis, representante do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 10 de outubro de 2007.

Conselheiro **Yêdo Flamarion Lobão**
Presidente em exercício

Auditor **Antônio Blecaute Costa Barbosa**
Relator

Paulo Henrique Araújo dos Reis
Procurador Geral de Contas

PROCESSO: N.º 9126/2004-TCE

Origem: Prefeitura Municipal de **Itapecuru Mirm - MA**

Natureza: Prestação de Contas Anual – Exercício de **2003**

Responsável: **Miguel Lauand Fonseca** – Ex-Prefeito

Proc. Justiça: Dra. Flávia Tereza de Viveiros Vieira

Relator: **CONS. JOÃO JORGE JINKINGS PAVÃO**

EMENTA: O BALANÇO GERAL NÃO REPRESENTA, ADEQUADAMENTE, A POSIÇÃO FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA E PATRIMONIAL, EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004, NEM O RESULTADO DAS OPERAÇÕES ESTÁ DE ACORDO COM OS PRINCÍPIOS DE CONTABILIDADE APLICADOS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. PARECER PRÉVIO PELA DESAPROVAÇÃO DAS CONTAS. PUBLICAÇÃO. COMUNICAÇÃO E ENCAMINHAMENTO DE CÓPIAS DOS AUTOS À PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA. RECOMENDAÇÕES À CÂMARA MUNICIPAL. ARQUIVAMENTO DE PEÇAS NO TCE.

PARECER PRÉVIO PL-TCE N.º 99/2007

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 31, §§ 1º, 2º e 3º, e 75 da Constituição Federal; art. 172, I e II, § 3º da Constituição do Estado do



Maranhão; arts. 1º, I; § 3º, III, do art. 8º, c/c o art. 10, I, § 1º da Lei nº 8.258, de 06 de junho de 2005, e os arts. 215, 216, I, 217, § 2º, 218 e 222, do Regimento Interno deste TCE, apreciou os autos do Processo nº 9126/2004, referente à Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de **Itapecuru Mirim – MA**, Exercício Financeiro de **2003**, sob a responsabilidade do **Sr. Miguel Lauand Fonseca**, então Prefeito e Ordenador de Despesas, e **DECIDIU**, em Sessão Plenária realizada nesta data, à unanimidade, conforme o Relatório e Voto do Conselheiro **João Jorge Jinkings Pavão**, emitir **Parecer Prévio** pela **Desaprovação das Contas**, visto que estas não representam, adequadamente, a posição financeira, orçamentária e patrimonial do Município, em **31 de dezembro de 2003**, nem os resultados das operações estão de acordo com os princípios fundamentais de Contabilidade, aplicados à Administração Pública, do que se expedirá Acórdão.

Presentes ao julgamento os Conselheiros: Edmar Serra Cutrim (Presidente), João Jorge Jinkings Pavão (Relator), Álvaro César de França Ferreira, Raimundo Nonato de Carvalho Lago Júnior, Yêdo Flamarion Lobão, José de Ribamar Caldas Furtado; Auditor: Antonio Blecaute Costa Barbosa, além do Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, Procuradora Flávia Tereza de Viveiros Vieira.

Publique-se e cumpra-se.

SALA DAS SESSÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 18 DE ABRIL DE 2007.

EDMAR SERRA CUTRIM
Conselheiro Presidente

JOÃO JORGE JINKINGS PAVÃO
Conselheiro Relator

Fui Presente.

Procurador de Contas: Drª. FLÁVIA TEREZA DE VIVEIROS VIEIRA.
Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.

Processo n.º 3294/2005-TCE

Natureza: Prestação de contas anual de governo

Origem: Prefeitura Municipal de Paço do Lumiar

Exercício financeiro: 2004

Responsável: Gilberto Silva da Cunha Santos Arôso

Ministério Público: Procurador de Justiça José Argôlo Ferrão Coêlho

Relator: Conselheiro Raimundo Oliveira Filho

Prestação de contas anual de governo, de responsabilidade do Sr. Gilberto Silva da Cunha Santos Arôso, Prefeito Municipal de Paço do Lumiar no exercício financeiro de 2004. Aprovação com ressalva das contas.

PARECER PRÉVIO PL-TCE Nº 256/2007

O Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, o art. 172, I, da Constituição do Estado do Maranhão e os arts. 1º, I, e 8º, § 3º, II, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA), decide, por unanimidade, nos termos do relatório e voto do Relator, comungando com o parecer nº 5.235/2007 do Ministério Público, emitir parecer prévio pela **aprovação com ressalva** das contas da **Prefeitura Municipal de Paço do Lumiar**, relativas ao exercício financeiro de 2004, de responsabilidade do Sr. Gilberto Silva da Cunha Santos Arôso, constantes dos autos do **processo nº 3294/2005-TCE**, considerando que as irregularidades não-sanadas (ausência de processo licitatório e publicação e encaminhamento intempestivos dos Relatórios de Gestão Fiscal) não causam dano ao erário. Concluindo-se, portanto, que o Balanço Geral representa adequadamente as posições financeira, orçamentária e

patrimonial do Município em 31/12/2004, bem como o resultado das operações, de acordo com os princípios fundamentais da Contabilidade aplicados à Administração Pública.

Presentes à sessão os Conselheiros Edmar Serra Cutrim (Presidente), Raimundo Oliveira Filho (Relator), Álvaro César de França Ferreira, Yêdo Flamarion Lobão, João Jorge Jinkings Pavão e José de Ribamar Caldas Furtado, os Auditores Antônio Blecaute Costa Barbosa e Osmário Freire Guimarães e o Procurador Jairo Cavalcanti Vieira, representante do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 29 de agosto de 2007.

Conselheiro **Edmar Serra Cutrim**
Presidente

Conselheiro **Raimundo Oliveira Filho**
Relator

Fui presente:

Jairo Cavalcanti Vieira

Procurador de Conta

Processo n.º 4050/2005-TCE

Natureza: Prestação de contas anual de governo

Origem: Prefeitura Municipal de Turilândia

Exercício financeiro: 2004

Responsável: Teodoro Gusmão Costa

Ministério Público de Contas: Procuradores Jairo Cavalcanti Vieira e Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro Raimundo Nonato de Carvalho Lago Júnior

Prestação de contas anual de governo, de responsabilidade do Sr. Teodoro Gusmão Costa, Prefeito Municipal de Turilândia no exercício financeiro de 2004. Desaprovação das contas.

PARECER PRÉVIO PL-TCE N.º 259/2007

O Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, o art. 172, I, da Constituição do Estado do Maranhão, o art. 1º, I, c/c o art. 8º, § 3º, III, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE-MA) e o art. 1º, I, do Regimento Interno deste Tribunal, decide, por unanimidade, nos termos do relatório e voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 329/2007 do Ministério Público, emitir parecer prévio pela **desaprovação** das contas da **Prefeitura Municipal de Turilândia**, relativas ao exercício financeiro de **2004**, de responsabilidade do Sr. Teodoro Gusmão Costa, e constantes dos autos do **processo n.º 4050/2005-TCE**, em razão de o balanço geral não representar adequadamente as posições financeira, orçamentária e patrimonial do Município em 31.12.2004, bem como o resultado das operações, de acordo com os princípios fundamentais da Contabilidade aplicados à Administração Pública.

Presentes à sessão os Conselheiros Edmar Serra Cutrim (Presidente), Raimundo Oliveira Filho, Álvaro César de França Ferreira, Raimundo Nonato de Carvalho Lago Júnior (Relator) e José de Ribamar Caldas Furtado, os Auditores Antônio Blecaute Costa Barbosa e Osmário Freire Guimarães e o Procurador Jairo Cavalcanti Vieira, representante do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão,
em São Luís, 5 de setembro de 2007.

Conselheiro **Edmar Serra Cutrim**
Presidente em exercício

Conselheiro **Raimundo Nonato de Carvalho Lago Júnior**
Relator

Jairo Cavalcanti Vieira
Procurador de Contas

Processo n.º 7955/2004-TCE

Natureza: Prestação de contas anual de governo

Origem: Prefeitura Municipal de São Raimundo das Mangabeiras

Exercício financeiro: 2003

Responsável: Francisco Cardoso da Silva

Ministério Público: Procurador de Justiça José Argolo Ferrão Coêlho

Relator: Conselheiro Raimundo Nonato de Carvalho Lago Júnior

**Prestação de contas anual de governo,
de responsabilidade do Sr. Francisco
Cardoso da Silva, Prefeito Municipal
de São Raimundo das Mangabeiras no
exercício financeiro de 2005.** Desapro-
vação das contas.

PARECER PRÉVIO PL-TCE N.º 260/2007

O Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, o art. 172, I, da Constituição do Estado do Maranhão, o art. 1º, I, c/c o art. 8º, § 3º, III, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE-MA) e o art. 1º, I, do Regimento Interno deste Tribunal, decide, por unanimidade, nos termos do relatório e voto do Relator, acolhendo o Parecer nº 1240/2007 do Ministério Público, emitir parecer prévio pela **desaprovação** das contas da **Prefeitura Municipal de São Raimundo das Mangabeiras**, relativas ao exercício financeiro de **2003**, de responsabilidade do Sr. Francisco Cardoso da Silva, constantes dos autos do **processo n.º 7955/2004-TCE**, em razão de o balanço geral não representar adequadamente as posições financeira, orçamentária e patrimonial do Município em 31.12.2003, bem como o resultado das operações, de acordo com os princípios fundamentais da Contabilidade aplicados à Administração Pública.

Presentes à sessão os Conselheiros Edmar Serra Cutrim (Presidente), Raimundo Oliveira Filho, Álvaro César de França Ferreira, Raimundo Nonato de Carvalho Lago Júnior (Relator) e José de Ribamar Caldas Furtado, os Auditores Antônio Blecaute Costa Barbosa e Osmário Freire Guimarães e o Procurador Jairo Cavalcanti Vieira, representante do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão,
em São Luís, 5 de setembro de 2007.

Conselheiro **Edmar Serra Cutrim**
Presidente

Conselheiro **Raimundo Nonato de Carvalho Lago Júnior**
Relator

Fui presente
Jairo Cavalcanti Vieira
Procurador de Contas

Processo nº: 3354/2006-TCE

Natureza: Prestação anual de contas de governo

Origem: Prefeitura Municipal de Colinas

Exercício financeiro: 2005

Responsável: José Henrique Barbosa Brandão

Ministério Público de Contas: Procuradores Jairo Cavalcanti Vieira e Edno Carvalho Moura

Relator: Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado

Prestação anual de contas de governo. Prefeitura Municipal de Colinas. Exercício financeiro de 2005. Apresentação de alegações de defesa. Irregularidades insanáveis, prejudiciais às contas. Parecer prévio pela desaprovação. Encaminhamento de cópia deste parecer prévio à Procuradoria Geral de Justiça para os fins legais.

PARECER PRÉVIO PL-TCE N.º 262/2007

O Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, o art. 172, inciso I, da Constituição do Estado do Maranhão, e o art. 1º, inciso I, c/c o art. 8º, § 3º, III, da Lei nº 8.258, de 06 de junho de 2005, apreciou os autos do Processo nº 3354/2006-TCE, referente à prestação anual de contas de governo do Prefeito José Henrique Barbosa Brandão, Município de Colinas, exercício financeiro de 2005, e decidiu, em sessão plenária ordinária, à unanimidade, conforme voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas:

a) emitir Parecer Prévio pela desaprovação das referidas contas, visto que as irregularidades detectadas no processo revelam prejuízos nos resultados gerais da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, resultantes de falhas do Prefeito no exercício das funções políticas de planejamento, organização, direção e controle da atuação governamental, que expressam inobservância dos princípios da legalidade, legitimidade e economicidade;

b) enviar cópia deste parecer prévio à Procuradoria Geral de Justiça, para os fins previstos na Lei Complementar Estadual nº 013/91, artigo 26, IX, em cinco dias após o trânsito em julgado (IN-TCE/MA nº 009/05, artigo 11).



Presentes à sessão os Conselheiros Edmar Serra Cutrim (Presidente), Raimundo Oliveira Filho, Álvaro César de França Ferreira, Raimundo Nonato de Carvalho Lago Júnior e José de Ribamar Caldas Furtado (Relator), os Auditores Antônio Blecaute Costa Barbosa e Osmário Freire Guimarães e o Procurador Jairo Cavalcanti Vieira, representante do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 05 de setembro de 2007.

Conselheiro **Edmar Serra Cutrim**
Presidente

Conselheiro **José de Ribamar Caldas Furtado**
Relator

Jairo Cavalcanti Vieira
Procurador

Processo nº :3211/2005-TCE
Natureza :Prestação de contas anual de governo
Origem :Prefeitura Municipal de Porto Rico do Maranhão
Exercício financeiro:2004
Responsável :Sr. Luis Henrique Diniz Fonseca – Prefeita Municipal
Ministério Público :Procuradora de Justiça Flávia Tereza de Viveiros Vieira
Relator :Conselheiro Substituto Melquizedeque Nava Neto

Prestação de contas anual de governo do município de Porto Rico do Maranhão, exercício financeiro de 2004, de responsabilidade do Sr. Luis Henrique Diniz Fonseca, Prefeito Municipal no referido exercício. Desaprovação das contas.

PARECER PRÉVIO PL-TCE Nº 272/2007

O Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, o art. 172, inciso I, da Constituição do Estado do Maranhão, e o art. 1º, inciso I, c/c o art. 8º, § 3º, inciso III, da Lei Estadual nº 8.258, de 06 de junho de 2005, apreciou os autos do Processo nº 3211/2005–TCE, referente à prestação de contas anual de governo do município de Porto Rico do Maranhão, exercício financeiro de 2004, de responsabilidade do Sr. Luis Henrique Diniz Fonseca, Prefeito Municipal no referido exercício, e decidiu, em sessão plenária ordinária, à unanimidade, nos termos do relatório e voto do Relator, acolhida a manifestação do Ministério Público de Contas, emitir parecer prévio pela **desaprovação das contas**, em razão de o Balanço Geral não representar adequadamente as posições financeira, orçamentária e patrimonial do município em 31.12.2004, bem como o resultado das operações, de acordo com os princípios fundamentais de Contabilidade aplicados à Administração Pública.

Presentes à sessão os Conselheiros Edmar Serra Cutrim (Presidente), Raimundo Oliveira Filho, Álvaro César de França Ferreira, Raimundo Nonato de Carvalho Lago Júnior, José de Ribamar Caldas Furtado, Antonio Blecaute Costa Barbosa (Conselheiro Substituto) e Melquizedeque Nava Neto (Conselheiro Substituto-Relator), e os Procuradores Jairo Cavalcanti Vieira e Flávia Gonzalez Leite, representantes do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 19 de setembro de 2007.

Conselheiro Edmar Serra Cutrim
Presidente

Conselheiro Substituto Melquizedeque Nava Neto
Relator

Fui presente:
Jairo Cavalcanti Vieira
Procurador de Contas

Flávia Gonzalez Leite
Procuradora de Contas

Processo nº :3984/2004-TCE
Natureza Prestação de contas anual de governo
Origem :Prefeitura Municipal de São João do Paraíso
Exercício financeiro:2003
Responsável :Sr. Daltro Pereira dos Santos Filho – Prefeito Municipal
Procurador :Sr. Raimundo Amâncio Rodrigues, CPF nº 466.877.003-59, RG nº 053.922.261-3SSP/RJ
Ministério Público :Procuradores de Contas Paulo Henrique A. dos Reis e Flávia Gonzalez Leite
Relator :Conselheiro Substituto Melquizedeque Nava Neto

Prestação de contas anual de governo do município de São João do Paraíso, exercício financeiro de 2003, de responsabilidade do Sr. Daltro Pereira dos Santos Filho, Prefeito Municipal no referido exercício. Desaprovação das contas.

PARECER PRÉVIO PL-TCE Nº 273/2007

O Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, o art. 172, inciso I, da Constituição do Estado do Maranhão, e o art. 1º, inciso I, c/c o art. 8º, § 3º, inciso III, da Lei Estadual nº 8.258, de 06 de junho de 2005, apreciou os autos do Processo nº 3984/2004–TCE, referente à prestação de contas anual de governo do município de São João do Paraíso, exercício financeiro de 2003, de responsabilidade do Sr. Daltro Pereira dos Santos Filho, Prefeito Municipal no referido exercício, e decidiu, em sessão plenária ordinária, à unanimidade, nos termos do relatório e voto do Relator, acolhida a manifestação do Ministério Público de Con-

tas, emitir parecer prévio pela **desaprovação das contas**, em razão de o Balanço Geral não representar adequadamente as posições financeira, orçamentária e patrimonial do município em 31.12.2003, bem como o resultado das operações, de acordo com os princípios fundamentais de Contabilidade aplicados à Administração Pública.

Presentes à sessão os Conselheiros Edmar Serra Cutrim (Presidente), Raimundo Oliveira Filho, Álvaro César de França Ferreira, Raimundo Nonato de Carvalho Lago Júnior, José de Ribamar Caldas Furtado, Antonio Blecaute Costa Barbosa (Conselheiro Substituto) e Melquizedeque Nava Neto (Conselheiro Substituto-Relator) e os Procuradores Jairo Cavalcanti Vieira e Flávia Gonzalez Leite, representantes do Ministério Público de Contas

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 19 de setembro de 2007.

Conselheiro Edmar Serra Cutrim
Presidente

Conselheiro Substituto Melquizedeque Nava Neto
Relator

Fui presente:

Jairo Cavalcanti Vieira
Procurador de Contas

Flávia Gonzalez Leite
Procuradora de Contas

Processo n.º 3404/2006-TCE

Natureza: Prestação de contas anual de governo

Origem: Prefeitura Municipal de Matinha

Exercício financeiro: 2005

Responsável: Marcos Robert Silva Costa

Ministério Público: Procuradores Paulo Henrique Araújo dos Reis e Flávia Gonzalez Leite

Relator: Conselheiro Raimundo Nonato de Carvalho Lago Júnior

Prestação de contas anual de governo, de responsabilidade do Sr. Marcos Robert Silva Costa, Prefeito Municipal de Matinha no exercício financeiro de 2005. Aprovação das contas.

PARECER PRÉVIO PL-TCE N.º 274/2007

O Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, o art. 172, I, da Constituição do Estado do Maranhão, o art. 1º, I, c/c o art. 8º, § 3º, I, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE-MA) e o art. 1º, I, do Regimento Interno deste Tribunal, decide, por unanimidade, nos termos do relatório e voto do Relator, acolhendo o Parecer nº

1047/2007 do Ministério Público, **emitir parecer prévio pela aprovação** das contas da Prefeitura Municipal de Matinha, relativas ao exercício financeiro 2005, de responsabilidade do Sr. Marcos Robert Silva Costa, constantes dos autos do processo nº 3404/2006-TCE, em razão de o balanço geral representar em razão de o balanço geral não representar adequadamente as posições financeira, orçamentária e patrimonial do Município em 31.12.2005, bem como o resultado das operações, de acordo com os princípios fundamentais da Contabilidade aplicados à Administração Pública.

Presentes à sessão os Conselheiros Edmar Serra Cutrim (Presidente), Raimundo Oliveira Filho, Álvaro César de França Ferreira, Raimundo Nonato de Carvalho Lago Júnior (Relator), José de Ribamar Caldas Furtado, Antônio Blecaute Costa Barbosa (Conselheiro Substituto) e Melquizedeque Nava Neto (Conselheiro Substituto) e os Procuradores Jairo Cavalcanti Vieira e Flávia Gonzalez Leite, representantes do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 19 de setembro de 2007.

Conselheiro Edmar Serra Cutrim
Presidente

Conselheiro Raimundo Nonato de Carvalho Lago Júnior
Relator

Fui presente:

Jairo Cavalcanti Vieira
Procurador de Contas

Flávia Gonzalez Leite
Procuradora de Contas

Processo nº :3952/2001-TCE

Natureza :Prestação de contas anual de governo

Origem :Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Paruá

Exercício financeiro:2000

Responsável :Sr. Riod Ayoub Jorge – Prefeito Municipal

Advogado :Sr. Riod Barbosa Ayoub – OAB/MA nº 3.832

Ministério Público :Procurador de Justiça José Argôlo Ferrão Coêlho

Relator :Conselheiro Substituto Melquizedeque Nava Neto

Prestação de contas anual de governo do município de Santa Luzia do Paruá, exercício financeiro de 2000, de responsabilidade do Sr. Riod Ayoub Jorge, Prefeito Municipal no referido exercício. Aprovação com ressalva.

PARECER PRÉVIO PL-TCE N.º 276/2007

O Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, o art. 172, inciso I, da Constituição do Estado do Maranhão, e o art. 1º, inciso



I, c/c o art. 8º, § 3º, inciso II, da Lei nº 8.258, de 06 de junho de 2005, apreciou os autos do Processo nº 3952/2001-TCE, referente à prestação de contas anual de governo do município de Santa Luzia do Paruá, exercício financeiro de 2000, de responsabilidade do Sr. Riod Ayoub Jorge, Prefeito Municipal, e decidiu, em sessão plenária ordinária, à unanimidade, nos termos do relatório e voto do Relator, acolhida a manifestação oral do Ministério Público de Contas, emitir parecer prévio pela **aprovação com ressalva das contas**, em razão de as falhas verificadas não terem sido consideradas suficientes para macular o Balanço Geral nem, em tese, causar dano ao erário do município.

Presentes à sessão os Conselheiros Edmar Serra Cutrim (Presidente), Raimundo Oliveira Filho, Álvaro César de França Ferreira, Raimundo Nonato de Carvalho Lago Júnior, José de Ribamar Caldas Furtado, Antonio Blecaute Costa Barbosa (Conselheiro Substituto) e Melquizedeque Nava Neto (Conselheiro Substituto-Relator) e os Procuradores Jairo Cavalcanti Vieira e Flávia Gonzalez Leite, representantes do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 19 de setembro de 2007.

Conselheiro Edmar Serra Cutrim
Presidente

Conselheiro Substituto Melquizedeque Nava Neto
Relator

Fui presente:

Jairo Cavalcanti Vieira
Procurador de Contas

Flávia Gonzalez Leite
Procuradora de Contas

Processo nº :2788/2006-TCE
Natureza :Prestação de contas anual de governo
Origem :Prefeitura Municipal de Paraibano
Exercício financeiro:2005
Responsável :Sra. Maria Aparecida Queiroz Furtado – Prefeita Municipal
Ministério Público :Procurador de Justiça José Argôlo Ferrão Coêlho
Relator :Conselheiro Substituto Melquizedeque Nava Neto

Prestação de contas anual de governo do município de Paraibano, exercício financeiro de 2005, de responsabilidade da Sra. Maria Aparecida Queiroz Furtado, Prefeita Municipal no referido exercício. **Desaprovação das contas.**

PARECER PRÉVIO PL-TCE Nº 280/2007

O Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, o art. 172, inciso I, da Constituição do Estado do Maranhão, e o art. 1º, inciso I, c/c o art. 8º, § 3º, inciso III, da Lei Estadual nº 8.258, de 06 de junho de 2005, apreciou os autos do Processo nº 2788/2006-TCE, referente à prestação de contas anual de governo do município de Paraibano, exercício financeiro de 2005, de responsabilidade da Sra. Maria Aparecida Queiroz Furtado, Prefeita Municipal no referido exercício, e decidiu, em sessão plenária ordinária, à unanimidade, nos termos do relatório e voto do Relator, acolhida a manifestação do Ministério Público de Contas, emitir parecer prévio pela **desaprovação das contas**, em razão de o Balanço Geral não representar adequadamente as posições financeira, orçamentária e patrimonial do município em 31.12.2005, bem como o resultado das operações, de acordo com os princípios fundamentais de Contabilidade aplicados à Administração Pública.

Presentes à sessão os Conselheiros Edmar Serra Cutrim (Presidente), Raimundo Oliveira Filho, Álvaro César de França Ferreira, Raimundo Nonato de Carvalho Lago Júnior, José de Ribamar Caldas Furtado, Antônio Blecaute Costa Barbosa (Conselheiro Substituto) e Melquizedeque Nava Neto (Conselheiro Substituto-Relator) e os Procuradores Jairo Cavalcanti Vieira e Flávia Gonzalez Leite, representantes do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 19 de setembro de 2007.

Conselheiro Edmar Serra Cutrim
Presidente

Conselheiro Substituto Melquizedeque Nava Neto
Relator

Fui presente:

Jairo Cavalcanti Vieira
Procurador de Contas

Flávia Gonzalez Leite
Procuradora de Contas

Processo n.º 3356/2005 -TCE
Natureza: Prestação de contas anual de governo
Origem: Prefeitura Municipal de Jatobá
Exercício financeiro: 2004
Responsável: Miguel Alves da Silva
Ministério Público de Contas: Procuradores Paulo Henrique Araújo dos Reis e Flávia Gonzalez Leite
Relator: Conselheiro Álvaro César de França Ferreira

Prestação de contas anual de governo, de responsabilidade do Sr. Miguel Alves da Silva, Prefeito Municipal de Jatobá no exercício financeiro de 2004. Desaprovação das contas.

PARECER PRÉVIO PL-TCE N.º 288/2007

O Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, o art. 172, I, da Constituição do Estado do Maranhão, o art. 1º, I, e o art. 8º, § 3º, III da Lei nº 8.258, de 06 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE-MA) e o art. 1º, I, do Regimento Interno deste Tribunal, decide, por unanimidade, nos termos do relatório e voto do Relator, acolhido, o Parecer n.º 1397/2007 do Ministério Público, emitir parecer prévio pela **desaprovação** das contas da **Prefeitura Municipal de Jatobá**, relativas ao exercício financeiro de 2004, de responsabilidade do Sr. **Miguel Alves dos Santos**, constantes dos autos do **processo n.º 3356/2005-TCE**, em razão de o Balanço Geral não representar adequadamente as posições financeira, orçamentária e patrimonial do Município em 31/12/2004, bem como o resultado das operações, de acordo com os princípios fundamentais da Contabilidade aplicados à Administração Pública.

Presentes à sessão os Conselheiros Edmar Serra Cutrim (Presidente), Raimundo Oliveira Filho, Álvaro César de França Ferreira (Relator), Raimundo Nonato de Carvalho Lago Júnior, Yêdo Flamarions Lobão, João Jorge Jinkings Pavão e José de Ribamar Caldas Furtado, os Auditores Antônio Blecaute Costa Barbosa e Melquizedeque Nava Neto e o Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis, representante do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 03 de outubro de 2007.

Conselheiro **Edmar Serra Cutrim**
Presidente

Conselheiro **Álvaro César de França Ferreira**
Relator

Paulo Henrique Araújo dos Reis
Procurador Geral de Contas

Processo n.º: 4702/2005-TCE

Natureza: Prestação anual de contas de governo

Origem: Prefeitura Municipal de São Bento

Exercício financeiro: 2004

Responsável: Isaac Rubens Brito Dias

Ministério Público de Contas: Procuradores Jairo Cavalcanti Vieira e Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado

Prestação anual de contas de governo. Prefeitura Municipal. Lei nº 8.666/93. Constituição Federal. Código Penal Brasileiro. Lei Complementar nº 101/2000. Inobservância a dispositivos constitucionais, à lei de licitações e contratos e à LRF. Saldo financeiro insuficiente para cobrir despesas inscritas em restos a pagar. Infração penal. Irregularidade

des insanáveis que prejudicam as contas. Parecer Prévio pela desaprovação. Encaminhamento de cópia deste parecer prévio à Procuradoria Geral de Justiça para os fins legais.

PARECER PRÉVIO PL-TCE N.º 296/2007

O Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, o art. 172, inciso I, da Constituição do Estado do Maranhão, e o art. 1º, inciso I, c/c o art. 8º, § 3º, III, da Lei nº 8.258, de 06 de junho de 2005, apreciou os autos do Processo nº 4702/2005-TCE, referente à prestação anual de contas de governo do Prefeito Isaac Rubens Brito Dias, Município de São Bento, exercício financeiro de 2004, e decidiu, em sessão plenária ordinária, à unanimidade, conforme voto do Relator, que acolheu o parecer do Ministério Público de Contas:

a) emitir Parecer Prévio pela desaprovação das referidas contas, visto que as irregularidades detectadas no processo revelam prejuízos nos resultados gerais da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, resultantes de falhas do Prefeito no exercício das funções políticas de planejamento, organização, direção e controle da atuação governamental, que expressam inobservância dos princípios da legalidade, legitimidade e economicidade;

b) enviar cópia deste parecer prévio à Procuradoria Geral de Justiça, para os fins previstos na Lei Complementar Estadual nº 013/91, artigo 26, IX, em cinco dias após o trânsito em julgado (IN-TCE/MA nº 009/05, artigo 11).

Presentes à sessão os Conselheiros Yêdo Flamarion Lobão (Presidente em exercício), Raimundo Oliveira Filho, Álvaro César de França Ferreira, Raimundo Nonato de Carvalho Lago Júnior, João Jorge Jinkings Pavão e José de Ribamar Caldas Furtado (Relator), os Auditores Antônio Blecaute Costa Barbosa e Osmário Freire Guimarães e o Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis, representante do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 10 de outubro de 2007.

Conselheiro **Yêdo Flamarion Lobão**
Presidente em exercício

Conselheiro **José de Ribamar Caldas Furtado**
Relator

Paulo Henrique Araújo dos Reis
Procurador Geral

Processo n.º 3654/2006-TCE

Natureza: Prestação de contas anual de governo

Origem: Prefeitura Municipal de Apicum Açu

Exercício financeiro: 2005

Responsável: Benonil da Conceição Castro

Ministério Público: Procuradora de Justiça Flávia Tereza de Viveiros Vieira

Relator: Auditor Osmário Freire Guimarães

Prestação de contas anual de governo, de responsabilidade do Sr. Benonil da Conceição Castro, Prefeito Municipal de Apicum

Açu no exercício financeiro de 2005. Desaprovação das contas. Encaminhamento de cópia de peças processuais à Procuradoria Geral de Justiça do Estado.

PARECER PRÉVIO PL-TCE Nº 302 /2007

O Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, o art. 172, inciso I, da Constituição do Estado do Maranhão e o art. 1º, I, c/c o art. 8º, § 3º, III, da Lei nº 8.258, de 06 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE), decide, por unanimidade, nos termos do relatório e proposta de decisão do Relator, conforme art. 104, parágrafo único, da Lei orgânica – TCE/MA e acolhendo o Parecer nº 1250 /2007 do Ministério Público de Contas, emitir parecer prévio pela **desaprovação** das contas da Prefeitura Municipal de Apicum Açu, relativas ao exercício financeiro de 2005, de responsabilidade do Sr. Benonil da Conceição Castro, constantes dos autos do **processo nº 3654/2006-TCE**, em razão de o balanço geral não representar adequadamente as posições financeira, orçamentária e patrimonial do Município em 31.12.2005, bem como o resultado das operações, de acordo com os princípios fundamentais da Contabilidade aplicados à Administração Pública.

Presentes à sessão os Conselheiros Edmar Serra Cutrim (Presidente), Raimundo Oliveira Filho, Álvaro César de França Ferreira, João Jorge Jinkings Pavão e José de Ribamar Caldas Furtado, os Auditores Melquizedeque Nava Neto e Osmário Freire Guimarães (Relator) e a Procuradora Flávia Gonzalez Leite, representante do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 17 de outubro de 2007.

Conselheiro Edmar Serra Cutrim
Presidente

Auditor Osmário Freire Guimarães
Relator

Fui presente:

Flávia Gonzalez Leite
Procuradora de Contas

Processo: 8114/2004 - TCE

Natureza: Prestação de contas anual de governo

Origem: Prefeitura Municipal Turilândia

Exercício financeiro: 2003

Responsável: Teodoro Gusmão Costa – Prefeito Municipal

Ministério Público: Procurador de Justiça José Argôlo Ferrão Coêlho

Relator: Auditor Osmário Freire Guimarães

Prestação de contas anual de governo do Sr. Teodoro Gusmão Costa, na qualidade de Prefeito Municipal de Turilândia, exercício financeiro de 2003. **Emissão de parecer prévio pela desaprovação das contas.** Encaminhamento de cópia das peças processuais à Procuradoria Geral de Justiça do Estado para as providências pertinentes.

PARECER PRÉVIO PL-TCE Nº 303/2007

O Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, o art. 172, inciso I, da Constituição do Estado do Maranhão e o art. 1º, I, c/c o art. 8º, § 3º, III, da Lei nº 8.258, de 06 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE), decide, por unanimidade, nos termos do relatório e proposta de decisão do Relator, conforme art. 104, parágrafo único, da Lei Orgânica – TCE/MA, acolhendo o Parecer nº 4043/2006 do Ministério Público, emitir parecer prévio pela **desaprovação** das contas da Prefeitura Municipal de Turilândia, relativas ao exercício financeiro de 2003, de responsabilidade do Sr. Teodoro Gusmão Costa, constantes dos autos do **processo nº 8114/2004-TCE**, em razão de o balanço geral não representar adequadamente as posições financeira, orçamentária e patrimonial do Município em 31.12.2003, bem como o resultado das operações, de acordo com os princípios fundamentais da Contabilidade aplicados à Administração Pública.

Presentes à sessão os Conselheiros Edmar Serra Cutrim (Presidente), Raimundo Oliveira Filho, Álvaro César de França Ferreira, João Jorge Jinkings Pavão e José de Ribamar Caldas Furtado, os Auditores Melquizedeque Nava Neto e Osmário Freire Guimarães (Relator) e a Procuradora Flávia Gonzalez Leite, representante do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 17 de outubro de 2007.

Conselheiro Edmar Serra Cutrim
Presidente

Auditor Osmário Freire Guimarães
Relator

Fui presente:

Flávia Gonzalez Leite
Procuradora de Contas

Processo: 10564/2005 - TCE

Natureza: Prestação de contas anual de governo

Origem: Prefeitura de Araioles

Exercício financeiro: 2004

Responsável: Pedro Henrique Silva Santos

Ministério Público: Procuradores Jairo Cavalcanti Vieira e Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator: Auditor Antônio Blecaute Costa Barbosa

Prestação de contas anual de governo da Prefeitura de Araíoses, de responsabilidade do Ex-Prefeito Pedro Henrique Silva Santos, relativa ao exercício financeiro de 2004. Desaprovação das contas.

PARECER PRÉVIO PL-TCE N.º 304/2007

O Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, o art. 172, I, da Constituição do Estado do Maranhão e os arts. 1º, I, e 8º, § 3º, III, da Lei n.º 8.258, de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do TCE/MA), decide, por unanimidade, nos termos do relatório e proposta de decisão do Relator, conforme o art. 104, parágrafo único, da Lei Orgânica, acolhido, em parte, o Parecer n.º 1401/2007 do Ministério Público, emitir parecer prévio pela **desaprovação** das contas da **Prefeitura Municipal de Araíoses**, relativas ao exercício financeiro de 2005, de responsabilidade do Sr. Pedro Henrique Silva Santos, constantes dos autos do **Processo n.º 10564/2005-TCE**, em razão de o balanço geral **não**

representar adequadamente as posições financeira, orçamentária e patrimonial do município em 31/12/2004, bem como o resultado das operações, de acordo com os princípios fundamentais da Contabilidade aplicados à Administração Pública.

Presentes à sessão os Conselheiros Yêdo Flamarion Lobão (Presidente em exercício), Raimundo Oliveira Filho, Álvaro César de França Ferreira, Raimundo Nonato de Carvalho Lago Júnior, João Jorge Jinkings Pavão e José de Ribamar Caldas Furtado, os Auditores Antônio Blecaute Costa Barbosa (Relator) e Osmário Freire Guimarães e o Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis, representante do Ministério Público de Contas.

Publique-se e cumpra-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 10 de outubro de 2007.

Conselheiro **Yêdo Flamarion Lobão**

Presidente em exercício

Auditor **Antônio Blecaute Costa Barbosa**

Relator

Paulo Henrique Araújo dos Reis

Procurador Geral de Contas

Diário da Justiça
- Poder Judiciário
na internet,
possibilita;
informações
ao usuário/
cliente



Site: www.tj.ma.gov.br



Secretaria de Estado da Administração e Previdência Social
Supervisão do Diário Oficial
Rua da Paz, 203 - Centro - FONE:232-3766
FAX:(098) 232-3746
CEP.: 65.020-450 São Luís - Maranhão

**A Supervisão
do Diário Oficial**

**Edita,
Imprime e
Distribui
qualidade
ao público**



Secretaria de Estado da Administração e Previdência Social
Supervisão do Diário Oficial

Rua da Paz, 203 - Centro - FONE:232-3766
FAX:(098) 232-3746
CEP.: 65.020-450 São Luís - Maranhão

ESTADO DO MARANHÃO

DIÁRIO DA JUSTIÇA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Desa. Maria Madalena Alves Serejo

PRESIDENTE

Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto

VICE-PRESIDENTE

Des. Raimundo Freire Cutrim

CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA

MINISTÉRIO PÚBLICO

Procuradoria Geral de Justiça

Francisco das Chagas Barros de Souza

Procurador-Geral de Justiça

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 1ª REGIÃO

Seção Judiciária do Maranhão

César Cintra Fonseca

JUIZ FEDERAL DIRETOR DO FORO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO

Des. Gerson de Oliveira Costa Filho

Presidente do TRT

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

Des. Jorge Rachid Mubárack Maluf

PRESIDENTE

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

SUPERVISÃO DO DIÁRIO OFICIAL

Antonia do Socorro Fonseca

Supervisora

Rua da Paz, 203 – Centro – Fone: 3214-1690 – FAX:(98) 3214-1692

CEP.: 65.020-450 – São Luís - MA

Diário da Justiça agora na internet: www.tj.ma.gov.br

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

**Ao elaborar o seu texto para publicação no Diário da Justiça,
observe atentamente as instruções abaixo:**

- Edição dos textos enviados a Supervisão do Diário Oficial em CD;
- Editor de texto padrão: Word for Windows - Versão 6,0 ou Superior;
- Tipo da fonte: Times New Roman;
- Tamanho da letra: 9;
- Entrelinhas automático;
- Excluir linhas em branco;
- Tabelas/quadros sem linhas de grade ou molduras;
- Gravar no CD sem compactar, sem vírus de computador;
- O CD só deverá ser gerado após o ato oficial estar devidamente assinado;
- As matérias que não atenderem as exigências acima serão devolvidas;
- Utilize tantos CDs quanto seu texto exigir.

Informações pelo telefone (98) 3214-1690

TABELA DE PREÇOS

PUBLICAÇÕES

Valor em coluna de 1cm x 8,5cm

Terceiros	R\$ 7,00
Executivo	R\$ 7,00
Judiciário	R\$ 7,00

ASSINATURA SEMESTRAL

No balcão	R\$ 75,00
Via Postal	R\$ 100,00
Exemplar do dia	R\$ 0,80
Após 30 dias de circ.	R\$ 1,20
Por exerc. decorrido	R\$ 1,50

- As assinaturas do D.O. poderão ser feitas diretamente na Supervisão do Diário Oficial ou solicitadas por telefone ou correio, e valem a partir de sua efetivação.
- Os suplementos, separatas e edições extraordinárias não estão incluídos nas assinaturas. O envio destes é opcional e está condicionado ao pagamento de 10% sobre o valor da assinatura.